



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PAULO CÉSAR DAS NEVES SANNA ROBILLOTI

**O Desenvolvimento capitalista na obra de Maria da
Conceição Tavares:**

**Influências teóricas, economia política e pensamento
econômico**

CAMPINAS

2016



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

PAULO CÉSAR DAS NEVES SANNA ROBILLOTI

**O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da
Conceição Tavares : influências teóricas, economia política
e pensamento econômico**

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos – Orientador

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO
PAULO CÉSAR DAS NEVES SANNA ROBILLOTI E
ORIENTADO PELO PROF. DR. PEDRO PAULO
ZHLUTH BASTOS.


Orientador

CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

R551d Robilloti, Paulo César das Neves Sanna, 1987-
O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares:
influências teóricas, economia política e pensamento econômico /
Paulo César das Neves Sanna Robilloti. - Campinas, SP: [s.n.],
2016.

Orientador: Pedro Paulo Zahluth Bastos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Tavares, Maria Conceição de Almeida, 1930-. 2. Economia Política. 3.
Estruturalismo. 4. Economia. 5. Desenvolvimento econômico. I. Bastos, Pedro
Paulo Zahluth, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Capitalist development in the works of Maria da Conceição Tavares:
theoretical influences, political economy and economic thought

Palavras-chave em inglês:

Tavares, Maria Conceição de Almeida, 1930-

Political economy

Structuralism

Economics

Economic development

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Pedro Paulo Zahluth Bastos [Orientador]

José Carlos de Souza Braga

Ricardo Bielschowsky

Data de defesa: 29-02-2016

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PAULO CÉSAR DAS NEVES SANNA ROBILLOTI

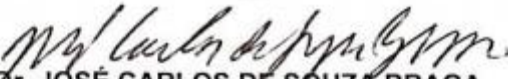
**O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da
Conceição Tavares : influências teóricas, economia política
e pensamento econômico**

Defendida em 29/02/2016

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. RICARDO ALBERTO BIELSCHOWSKY
UFRJ

AGRADECIMENTOS

Sou grato primeiramente ao meu Deus por sua infinita bondade e misericórdia em minha vida, dando a paz e a sabedoria para seguir com este árduo trabalho.

Sou grato à minha esposa, Glauciane Cirilo Neves Robilloti, pela sua parceria, pelo seu amor, pelos cuidados, pelo ânimo e por nunca ter desistido de mim. Aos meus filhos, agradeço-os por terem agigantado meu coração, por terem me apresentado uma nova dimensão da felicidade, um novo sentido à minha vida.

Aos meus pais, Paulo Gabriel e Denise, sou grato por serem meu apoio, e por estarem ao meu lado, sem entender os rumos da minha vida. Sou grato à minha irmã, Priscila, por nunca poupar palavras de ânimo, por nunca deixar eu me esquecer dos meus reais objetivos da vida (acadêmica e profissional). Sou grato ao Robson Collucci, cunhado e amigo, por apostar em mim. À Bruna (*in memoriam*), minha irmãzinha querida, sou grato pelos breves momentos que tivemos.

Aos queridos sogros, José Antônio e Maria, sou grato pela confiança, pelo amor com que me receberam e por acreditarem em mim, o que muito me anima. Aos cunhados, Glaucia e Evandro, agradeço pela unidade familiar, pelo apoio que já recebi e recebo em todos os sentidos. À amável Glauceli Cirilo (*in memoriam*), que ainda custo a acreditar que tenha nos deixado...

A todos eles (especialmente esposa, filhos e pais) peço desculpas pela minha ausência durante todo o mestrado.

Da LCA Consultores, agradeço especialmente a equipe de macroeconomia pelo apoio durante o tempo que estive envolvido no mestrado, dando-me o direito à licença prolongada durante os 2 primeiros anos. Ao Fernando Sampaio, Carlos Urso, Bráulio Borges, Chico Pessoa e Thovan Tukakov deixo registrada a minha gratidão. Especialmente ao Fernando Sampaio que, com sua elegância verbal, tirou-me de vários labirintos textuais desta dissertação: sou grato por sua revisão paciente e atenta ao texto. Agradeço queridos Fábio Romão, Aline Barros, Étore Sanchez, César Esperandio, Juliana Kitazato e Guilherme Colombini, sou grato pelos bons momentos de risadas, de discussões acaloradas e pela parceria.

Da Unicamp, agradeço os professores: Simone de Deos, Ana Lucia, Ana Rosa, Wilson Cano e Eduardo Mariutti – todos eles contribuíram decisivamente para meu amadurecimento intelectual durante minha estadia na Universidade Estadual de Campinas.

Do pessoal do Instituto de Economia, deixo um agradecimento especial à Lilian da Rosa, ao Vinícius Figueiredo, Thomas Conti, Roberto Simiqueli, Guilherme Caldas e Bruno Patrocínio – cada um deles contribuiu com minha estadia no Instituto. Sou grato pelas conversas, pelos trabalhos e pelas recomendações bibliográficas, especialmente as de Roberto Simiqueli.

À banca de qualificação, composta pelos Professores José Carlos de Souza Braga e Rogério Pereira de Andrade, sou grato pelas críticas, especialmente sou grato pela leitura atenta do Prof. Rogério. Ao professor José Carlos de Souza Braga sou grato pelo companheirismo, pelos braços acolhedores que tive desde o momento em que lhe procurei, em 2010, por sugestão da Professora Maria da Conceição Tavares. Sou grato pelo seu senso humano, que muito me motiva e me dá forças para continuar meus estudos na seara heterodoxa, que é a minha paixão. Quando em 2011 desisti de participar da seleção do mestrado, por força do nascimento do meu filho, tive uma bela demonstração de sua generosidade que jamais esquecerei. Sou grato pelos ensinamentos, suaves e duros, que seguem refinando minha formação e, ousado dizer, transformaram-me em um economista político.

Ao meu orientador, **Pedro Paulo Zahluth Bastos**, sou grato pela gentil orientação, pela confiança que teve em mim e pelos ensinamentos. Seus cursos ministrados na pós-graduação¹, os seminários, as conversas e a paciente orientação fizeram toda a diferença neste trabalho – sobretudo nos pontos em que exigiram maior interação da teoria econômica com outras áreas de conhecimento, tais como a ciência política, a sociologia e a história econômica. Sou muito grato ao Professor Pedro Paulo por sua disponibilidade, especialmente por sua atenta revisão deste trabalho nos momentos finais. Suas intervenções foram cruciais para o fechamento de muitas questões levantadas neste trabalho.

Às meninas da secretaria de pós-graduação (Fátima, Vânia, Marinete, Geisa e Andrea) sou grato pela competência e pelo atendimento sempre gentil e preciso.

À CAPES sou grato pelo financiamento que tive para a realização desta pesquisa, sem o qual a mesma estaria inviabilizada.

¹ Com destaque para os cursos de “Economia política do desenvolvimento capitalista no Brasil” e de “Desenvolvimento Econômico”

“If to do were as easy as to know what were good to do, chapels had been churches and poor men’s cottages princes’ palaces. It is a good divine that follows his own instructions. I can easier teach twenty what were good to be done than be one of the twenty to follow mine own teaching. The brain may devise laws for the blood, but a hot temper leaps o’er a cold decree. Such a hare is madness the youth—to skip o’er the meshes of good counsel the cripple”.

William Shakespeare,

The Merchant of Venice (Act1, Scene 2)

RESUMO

Uma das mais influentes economistas brasileiras, Maria da Conceição Tavares é consagrada na literatura por suas análises originais e instigantes nas áreas de economia brasileira, economia política e economia política internacional. Seus ensaios iniciais se enquadram no marco teórico do pensamento cepalino: a economista naquele período (1963-73) se destacou como “discípula” de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. Assim, na primeira parte do trabalho, procuramos fazer uma leitura do “estado da arte” das ideias econômicas e sociais latino-americanas que lhe deram sustentação teórica, com vistas a identificar tanto as principais influências sofridas por Conceição Tavares como os elementos que a diferenciaram no debate econômico. Na segunda parte do trabalho procuramos resgatar o “núcleo duro” da economia política da autora, em que ela se apoiou em autores como Marx, Keynes, Kalecki e Steindl para fazer sua análise sobre a dinâmica capitalista. Por fim, tendo como referência as partes I e II, na terceira parte abordamos seu pensamento econômico no tocante à industrialização brasileira e os rumos do desenvolvimento capitalista mundial e seus impactos sobre a economia brasileira. Seu pensamento é periodizado em três momentos: a fase *cepalina* (de 1963-1972), a fase do *Desenvolvimento Capitalista no Brasil* (de 1973 a 1985) e, por fim, a fase da *Economia Política Internacional* (de 1985 aos dias atuais). Ainda que apontemos os principais elementos de todo seu pensamento, o foco desta dissertação recai sobre a primeira e, fundamentalmente, a segunda fase de seu pensamento econômico.

Palavras chave: Pensamento Econômico; Maria da Conceição Tavares; Economia Política;

ABSTRACT

One of the most influential Brazilian economists, Maria da Conceição Tavares is enshrined in literature for her original and thought-provoking analysis covering the Brazilian economy, political economy and international political economy. Her initial works, published from 1963 to 1973, fit into the theoretical framework of ECLAC thinking: in that period she stood out as a "disciple" of Raúl Prebisch, Celso Furtado and Anibal Pinto. Thus, the first part of this work presents a reading of the "state of the art" of Latin American social and economic ideas at the time, in order to identify both the main influences suffered by Conceição Tavares and the elements that differentiated her in the economic debate. In the second part we present the core of Tavares' political economy. She combined her interpretations of authors such as Marx, Keynes, Kalecki and Steindl to elaborate her analysis of capitalist dynamics. Finally, in the third part we discuss her economic thinking regarding the Brazilian industrialization process and the evolution of world capitalist development and its impact on the Brazilian economy. Her thinking is periodized into three stages: the *ECLAC phase* (1963-1972), the stage of *Capitalist Development in Brazil* (1973-1985) and, finally, the stage of *International Political Economy* (1985 to today). Although this work points to all the main elements of her thought, the main focus falls on the first and, fundamentally, the second phase of her economic thought.

Key Words: Economic Thought; Maria da Conceição Tavares; Political economy;

SUMÁRIO

Introdução.....	1
<i>Parte I – Influências teóricas no âmbito do pensamento econômico latino-americano</i>	8
Capítulo 1 – O estruturalismo Latino-americano	8
<i>1.1 O método histórico-estrutural.....</i>	<i>8</i>
<i>1.2. Raul Prebisch: sistema centro-periferia, deterioração dos termos de troca e a importância do desenvolvimento capitalista na periferia</i>	<i>16</i>
1.2.1. A concepção Centro-Periferia	16
1.2.2. A deterioração dos termos de troca e o desenvolvimento capitalista	18
1.2.3. A industrialização periférica enquanto um processo espontâneo e problemático	24
1.2.4. Acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico	31
<i>1.3 Celso Furtado e o subdesenvolvimento latino-americano</i>	<i>34</i>
1.3.1. Aspectos histórico-estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.....	35
1.3.1.1. O modelo clássico de desenvolvimento industrial.....	37
1.3.1.2. Traços centrais do subdesenvolvimento – <i>uma primeira aproximação</i>	39
1.3.2. Leitura história do subdesenvolvimento.....	45
1.3.3. A questão da dependência e a necessidade do desenvolvimento em bases nacionais....	62
1.3.4. As teses em torno da estagnação econômica	65
1.3.5. Alterações no capitalismo mundial e a inserção da periferia: a preocupação com os oligopólios multinacionais	77
<i>1.4. As contribuições de Aníbal Pinto ao estruturalismo latino-americano</i>	<i>82</i>
1.4.1. Crítica e refinamento analítico: o conceito de heterogeneidade estrutural e os limites da industrialização latino-americana.....	82
1.4.2. Concentração tridimensional e dinâmica perversa: as causas do aprofundamento da heterogeneidade estrutural.....	84
1.4.3. Os limites do enfoque da industrialização substitutiva e a noção de “estilos de desenvolvimento”	89
Capítulo 2 – As primeiras críticas ao estruturalismo	95
<i>2.1. O debate em torno das teses da dependência.....</i>	<i>95</i>
2.1.1 André Gunder Frank.....	95
2.1.2. “Análise de situações de dependência”: o enfoque de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto.....	98
2.1.3. Rui Mauro Marini: superexploração do trabalho e a dialética da dependência.....	105

2.1.4. As desventuras da dialética: a réplica de José Serra e de Fernando Henrique Cardoso a Marini	113
2.2. <i>O pensamento econômico de Ignácio Rangel</i>	116

Conclusão: Maria da Conceição Tavares e o pensamento econômico e social latinoamericano 123

I. Tavares vs. Cepal	123
II. Tavares vs. Fernando Henrique Cardoso	126
III. Tavares vs. Rui Mauro Marini.....	127
IV. Tavares vs. Ignácio Rangel	128

Parte II – Economia Política e principais contribuições teóricas de Conceição Tavares 130

Capítulo 3 – As contribuições teóricas de Conceição Tavares sobre a dinâmica capitalista..... 130

3.1. A importância de Kalecki – aspectos metodológicos.....	130
3.2. Dinâmica capitalista, desequilíbrios setoriais e instabilidades sistêmicas: as críticas às abordagens convencionais.....	134
3.2.1. Tendência à estagnação	135
3.2.2. Oposição entre lucros e salários	138
3.2.3 Tendência do sistema ao “equilíbrio” e à estabilidade	144
3.2.3.1. Visão dinâmica do sistema	144
3.2.3.2. O princípio da demanda efetiva enquanto “lei geral” da dinâmica capitalista (Keynes e Kalecki)	145
3.3. Algumas considerações sobre as questões da poupança, do crédito e do endividamento.....	150

APÊNDICE – <i>Aspectos formais do modelo trissetorial, dinâmica capitalista e distribuição de renda em Kalecki</i>	155
--	-----

Capítulo 4 – Acumulação de Capital e as influências de Marx em Conceição Tavares 159

4.1. Conceição Tavares e as interpretações da teoria do valor	161
4.2. A leitura de <i>O Capital</i> proposta por Conceição Tavares.....	164
4.2.1. A contradição em processo e a interpretação da lei da tendência à queda dos lucros ..	169
4.2.2. O movimento do “Sol”: circulação financeira, crises e a impossibilidade de autorregulação	175
4.3. Capital financeiro e desenvolvimento capitalista: algumas considerações teóricas e históricas a partir de Conceição Tavares	181

Capítulo 5 – Padrões de acumulação e o desenvolvimento capitalista nas economias centrais e periférias 189

5.1. A ideia de “padrão de acumulação”: aspectos teóricos gerais	189
--	-----

5.2. Padrão “clássico” de acumulação: as economias centrais	192
5.2.1. Concorrência pura	192
5.2.2. Concorrência monopolista.....	194
5.3. Padrão de acumulação nas economias de industrialização periférica e tardia	200
Conclusão: O movimento lógico-histórico na obra de Maria da Conceição Tavares	208
<i>Parte III – As fases do pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares</i>	<i>213</i>
Capítulo 6 – As fases do pensamento econômico de Conceição Tavares.....	213
6.1. Primeira fase: fase cepalina e de transição.....	215
6.1.1. Substituição de Importações.....	216
6.1.2. Momento de transição teórica. Crise dos anos 60 e o “estilo de desenvolvimento”: a importância do ensaio “ <i>Além da estagnação</i> ”	223
6.1.2.1. Críticas ao modelo furtadiano de estagnação secular	224
6.1.2.2. Reinterpretação histórica e contribuições ao debate econômico	227
6.2. Segunda Fase: <i>Desenvolvimento Capitalista no Brasil</i>	235
6.2.1. Considerações sobre a formação e o desenvolvimento capitalista tardio (1888-1955)	239
6.2.2. A importância do ciclo endógeno de acumulação de capital.....	249
6.2.3. Novo padrão de acumulação: Plano de Metas e as condições endógenas da reversão cíclica dos anos 60.....	253
6.2.4. A ascensão do projeto econômico concentrador e excludente e as “instâncias de mediação histórica”	262
6.2.4.1. O Paeg e as bases do milagre econômico	265
6.2.4.2. “Milagre econômico” (1967-73).....	271
6.2.4.3. Reversão cíclica de 1974, II PND e a dívida externa	275
6.2.4.3.1. II PND.....	277
6.2.4.3.2. Dívida externa, inflação e especulação financeira.....	280
6.2.5. De volta ao debate: heterogeneidade estrutural e o desenvolvimento capitalista tardio	284
6.3 A terceira fase de pensamento: <i>Economia Política Internacional</i> – uma introdução.....	294
6.3.1. Economia política internacional: breve balanço do debate	295
6.3.1.1. Contribuições de Conceição Tavares ao debate da EPI.....	296
6.3.1.1.1. A retomada da hegemonia norte-americana	296
6.3.1.1.2. A globalização financeira e as transformações capitalistas nos anos 80 e 90	301
6.3.1.1.3. Processo especulativo nos mercados e a crise de 2008/2009.....	306
6.3.2. Retomando o debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro.....	308
6.3.2.1. A questão do atraso histórico e dos pactos de dominação	309

6.3.2.2. As consequências do neoliberalismo tardio: nem estabilidade nem desenvolvimento.....	313
Capítulo 7 – Algumas considerações sobre o capitalismo financeiro no Brasil.....	316
Conclusões: Capitalismo tardio, subdesenvolvimento e os determinantes em primeira e última instância	325
Referências Bibliográficas	334
Entrevista com Maria da Conceição Tavares (realizada em 2010)	349

Introdução

Fugida do Salazarismo em 1954, Maria da Conceição de Almeida Tavares deixa Lisboa com destino ao Brasil. Recém-chegada na cidade do Rio de Janeiro, Tavares tinha como meta o magistério universitário, dentro de sua área de formação, que era a matemática. Porém, a equivalência de seu diploma não foi aceita no Brasil, impossibilitando-a de ingressar na universidade.

Deste modo, entre 1954 a 1957 vive seu momento de dedicação às “ciências exatas”, pois, incapacitada de lecionar, começa a trabalhar como estatística, no Incra, fazendo tabelas sobre a questão agrária. Nesta época tem início, também, seu primeiro contato com intelectuais do Rio de Janeiro, dentre eles o engenheiro Mário Henrique Simonsen, quem, nas palavras de Tavares, era um “amador da matemática” (Tavares, 1986)

Em meio a conversas e discussões, no convívio com a elite intelectual fluminense, e nutrido um crescente interesse pelos problemas da realidade brasileira, Maria da Conceição Tavares paulatinamente começa a se deparar com a complexidade das questões econômicas, o que a leva, em 1957, a ingressar na escola de economia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Neste mesmo ano, Tavares trabalhou como analista matemática do grupo BNDE/Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), ao mesmo tempo em que era aluna de Octávio Gouveia de Bulhões.

Foi no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) que Conceição Tavares delineou suas concepções ideológicas, tendo em vista sua preocupação com o desenvolvimento econômico, e a oportunidade de trabalhar com Ignácio Rangel. Já sua formação teórica foi dada pelos economistas ligados à FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro, com destaque para Roberto Campos e Octavio Bulhões. A partir da publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, Tavares toma partido dos estruturalistas, que dialogavam, antagonicamente, com as teses monetaristas/liberais de Roberto Campos, Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Entretanto, seu radicalismo frente aos conservadores não a impediu de ingressar na academia. A convite de seu professor, Octávio Gouvêa de Bulhões, Conceição Tavares torna-se assistente de ensino em teoria econômica.

Terminada sua graduação em economia, Conceição Tavares ingressa no curso de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico oferecido pela Cepal. Por se destacar intelectualmente, foi convidada por Oswaldo Sunkel a ficar na Comissão², onde estreou seus

² Oficialmente, Maria da Conceição Tavares esteve ligada à Cepal entre 1961 a 1974, conforme informações extraídas em seu currículo Lattes (acesso em 30/01/2016).

vínculos com Aníbal Pinto, que dirigia a instituição à época. Neste período, a economista vive a dualidade de quem “...era monetarista pela manhã – porque era assistente do Bulhões na escola – e estruturalista à tarde, na Cepal”. (Tavares, 1986). Sublinha-se, portanto, o privilégio de Tavares de ter tido estreito contato com a elite do pensamento econômico latino-americano, quer estruturalista, quer monetarista. Mas é na Cepal que Conceição Tavares encontrará uma espécie de ‘abrigo intelectual’, pois era o único lugar que lhe permitia uma leitura crítica, inédita, acerca dos problemas que assolavam a economia brasileira. Em um de seus depoimentos, a economista conta este período de sua carreira:

Os meus professores na Universidade do Brasil só estavam interessados em inflação, equilíbrio, estabilização e davam explicações convencionais. Aí vêm os cepalinos e dizem: ‘Nós não vemos assim, nós somos estruturalistas, é preciso se preocupar com o desenvolvimento’ (Tavares, 1986)

Assim sendo, Conceição Tavares pode ser classificada dentro do que convencionalmente chamou-se de segunda geração de economistas da CEPAL, nos anos 60, composta, também, por outros economistas como Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro – aos quais anos mais tarde viriam se somar Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Wilson Cano, entre outros. (Tavares, 2006, p. 32). Essa nova geração, por incorporar, criticamente, em suas teorias, categorias de análise do pensamento cepalino, representou um avanço na construção de teorias econômicas aplicadas à compreensão dos problemas que afetavam a economia brasileira.

Durante os primeiros anos de Regime Militar, Conceição Tavares foi trabalhar como economista no escritório da Cepal em Santiago/Chile (junto com Aníbal Pinto) e lecionava cursos na Escolatina (de 1968-1972), onde procurou avançar conceitualmente na discussão do capitalismo financeiro em torno das obras de Hilferding (1910) e Hobson (1908).

De volta ao Brasil, em 1974, Tavares defende na UFRJ sua tese de livre-docência, onde procurou romper com os esquemas interpretativos da Cepal, em uma análise que procurou evidenciar os aspectos internos da acumulação de capital, para melhor compreender os processos de crescimento e de crise das economias periféricas. Esta tese foi o pontapé inicial de várias outras que, juntas, compõem o núcleo da primeira geração de economistas da “Escola de Campinas”³. Teve longa e prestigiada vida acadêmica na URFJ e na Unicamp⁴ e,

³ Grosso modo, a primeira geração é composta por Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luciano Coutinho e Wilson Cano.

⁴ Em 1993 recebeu o título de professora emérita pela UFRJ.

por diversas vezes, recebeu convites para lecionar em universidades no exterior⁵. Uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), Maria da Conceição Tavares foi eleita Deputada Federal (PT/RJ) para a legislatura de 1995 a 1998. Em 2012, a economista foi contemplada com o *Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia de 2011*, pela então presidente da República, Dilma Rousseff.

Se o surgimento e a consolidação de um pensamento econômico “brasileiro” estão ligados a Celso Furtado, parece-nos pouco polêmico dizer que seu amadurecimento está ligado às contribuições teóricas de Maria da Conceição Tavares. Entre todos os economistas brasileiros, nossa escolha por Conceição Tavares como objeto desta dissertação se deu por um conjunto de fatores:

a) primeiramente, pela relevância de seus trabalhos no debate econômico nacional. Tendo em vista que o presente trabalho insere-se no campo da história do pensamento econômico, vale a pena empregar a definição deste campo proposta por Schumpeter: como sendo “...a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público” (1964, p. 64). A relevância de Conceição Tavares na história das ideias econômicas brasileiras se dá pelo fato de a autora ser considerada a grande intérprete da dinâmica capitalista do Brasil – e é justamente este enfoque analítico de sua obra que a diferencia na história das ideias econômicas nacionais.

b) apesar da importância da obra de Conceição Tavares na interpretação histórica da economia brasileira, ainda existem poucos trabalhos acadêmicos voltados à exploração de suas ideias. Os trabalhos de D’Ávila (2006), Silva (2009) e Robilloti (2010) estão entre os primeiros a explorarem, de modos distintos, as ideias econômica de Conceição Tavares. Enquanto D’Ávila (2006) explorou quatro ensaios da autora (Tavares, 1963, Tavares e Serra 1971, Tavares 1974 e Tavares 1978), Silva (2009) procurou focar mais nas considerações teóricas da autora, particularmente no campo da economia política. Robilloti (2010), por sua vez, procurou enfatizar a problemática do capitalismo financeiro na obra da autora. Esta dissertação se diferencia destas abordagens por ser pioneira no esforço de propor uma análise aprofundada do conjunto da obra de Conceição Tavares, propondo uma periodização de seu pensamento em três fases, como veremos adiante.

⁵ Em 2001 recebeu o título *Doutor Honoris Causa* da Universidad de Buenos Aires.

c) por fim, ressaltamos que as dificuldades de compreensão dos textos da autora também foram um dos fatores cruciais na definição do nosso objeto de estudo. Assim, tivemos a preocupação de esmiuçar os conceitos teóricos e históricos trabalhados pela autora com o objetivo de tornar mais evidente a força teórica de Conceição Tavares na história do pensamento econômico brasileiro. Para tanto, vale ressaltar que também tivemos a preocupação de resgatar o contexto histórico e ideológico em que a autora formulou suas contribuições.

A ideia de realizar o presente trabalho nasceu há alguns anos, a partir das dificuldades encontradas na compreensão de duas teses fundamentais no pensamento de Conceição Tavares: *Acumulação de capital e Industrialização no Brasil*, de 1974, e *Ciclo e crise*, de 1978, especialmente seus capítulos teóricos. Pareceu-nos haver ali uma contribuição altamente original acerca da estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo, em um esforço pioneiro de reinterpretar o sistema mundial, e periférico em especial, com base em novos pressupostos teóricos – estranhos à tradição cepalina e ao pensamento latino-americano de modo geral. Das dificuldades desdobrou-se a ideia de desenvolver um estudo que desse conta, por um lado, da obra de Conceição Tavares, e, por outro, que conseguisse identificar os elementos teóricos que pudessem distinguir a autora no debate econômico.

Antes de adentrarmos a apresentação da estrutura formal da presente dissertação, convém algum oferecer breves esclarecimentos. O presente trabalho não se propõe a uma leitura corrida de todos os livros, capítulos e artigos (acadêmicos e na mídia) escritos por Tavares, mas procura ressaltar a unidade de seu pensamento econômico, em todas suas fases de pensamento. Deste ponto de vista, destacamos a questão do desenvolvimento capitalista (mundial ou periférico). Avaliamos que este tema seja o denominador comum de sua obra, apesar de eventuais simplificações que um recorte desse possa implicar.

Os desafios impostos pela árida leitura levaram-nos a buscar apoio em muitos momentos, seja recorrendo às fontes primárias citadas pela autora, a seus depoimentos e entrevistas ou até mesmo recorrendo às teses de seus parceiros intelectuais, alunos e orientandos, desde que tenham contribuído para compreender pontos cruciais das teses de Conceição Tavares. Desde logo, vale ressaltar que também recorreremos a alguns (ainda escassos) comentadores de sua obra.

A capacidade de síntese da autora é notável, o que torna a compreensão de não poucas passagens uma tarefa bastante difícil para seu leitor. Desde logo, e já fazendo mea culpa pela extensão deste trabalho, na ânsia de tentar tornar mais palatável sua abordagem (teórica e

histórica), em não raros momentos saímos da discussão direta realizada pela autora, em busca de elementos que tornassem seu texto mais compreensível. Isto tem a vantagem de tornar mais envolvente sua obra, mas tem a intrínseca desvantagem de termos nos alongado demais.

A exposição que se segue é composta por três grandes partes. Na primeira, procuramos resgatar as principais teorias (econômicas e sociais) que deram sustentação teórica aos trabalhos iniciais de Conceição Tavares. Tendo em vista que seus “trabalhos da maturidade” (*Acumulação de capital...* e *Ciclo e crise*) são uma leitura crítica ao pensamento econômico latino-americano, avaliamos que uma revisão do pensamento econômico e social latino-americano seja importante, tanto para compreender os primeiros ensaios da autora como para um encontro mais amadurecido com sua crítica subsequente – pois nos permitirá diferenciar com mais clareza as contribuições da autora ao debate. Esta parte é composta por dois capítulos. No primeiro, resgataremos o “núcleo duro” do pensamento estruturalista, a partir da leitura de importantes obras de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto das décadas de 50, 60 e 70. No segundo capítulo, procuramos discutir as primeiras críticas ao pensamento cepalino, sejam elas endógenas (como as teses da dependência de Cardoso e Faletto e Gunder Frank), sejam elas exógenas (como as de Rui Mauro Marini e o pensamento de Ignácio Rangel). Esta escolha não é aleatória, pois procuramos resgatar, por um lado, o pensamento dos chamados “grandes mestres” de Conceição Tavares, e, por outro, as teses das quais Tavares procurou se afastar (fazendo, muitas vezes, debates velados). Nas considerações finais desta parte, procuramos introduzir algumas nuances entre o pensamento latino-americano e o de Tavares, para a partir daí avançar na discussão do pensamento da autora.

Na segunda parte, considerada por nós a mais difícil do presente trabalho, procuramos reunir as principais contribuições teóricas da autora no campo da teoria econômica, especialmente a economia política e as pontes que esta faz com a macroeconomia e com a microeconomia. A complexidade de não raros pontos na discussão teórica proposta por Tavares obrigou-nos a nos distanciar em algumas passagens da leitura corrida de seu texto, em busca de apoio externo, para termos um reencontro mais maduro com suas teses.

No terceiro capítulo, a discussão seguiu centrada na importância de Kalecki e Keynes na obra de Maria da Conceição Tavares, buscando entender os avanços teóricos da autora no campo da Teoria da Demanda Efetiva enquanto um princípio da dinâmica capitalista, em que a autora procurou fugir tanto da ortodoxia neoliberal como do chamado “keynesianismo bastardo”. No quarto capítulo, procuramos trabalhar a difícil e pioneira leitura da autora no

campo da Teoria da Acumulação de Capital em Marx, em que Tavares apresentou as leis do movimento do capitalismo, procurando fugir de interpretações marxistas dogmáticas. No último capítulo desta parte, rerepresentaremos as teses contidas nos capítulos anteriores sob uma roupagem diferente, a partir do conceito de *Padrão de Acumulação*, por meio do qual a autora buscou compreender a estrutura e dinâmica das economias industriais. Procuramos trabalhar este conceito não apenas como um estágio de desenvolvimento histórico do capitalismo, mas também como uma engenhosa construção teórica da autora para se analisar os problemas de acumulação de capital e da distribuição de renda em economias maduras e periféricas. Apesar de nos capítulos anteriores termos resgatado ideias de Schumpeter, Steindl, Hobson e Hilferding, neste capítulo procuramos rerepresentar as suas teses de forma mais geral (por meio das estruturas oligopólicas), de modo a tornar mais compreensível a problemática do livro *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Nas considerações finais desta parte, procuramos fazer um balanço da economia política de Maria da Conceição Tavares, bem como introduzir breves considerações sobre pontos a serem discutidos na próxima parte.

Na terceira e última parte do trabalho, após termos discutidos os pressupostos teóricos tanto da fase cepalina como da fase do “desenvolvimento capitalista” em Conceição Tavares, procuramos avançar na discussão histórica de seu pensamento econômico, periodizando-o em três fases: a cepalina (de 1963, data do seu clássico trabalho *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, até 1972, quando foi publicado seu *Além da estagnação*, escrito com a colaboração de José Serra); a fase do desenvolvimento capitalista (de 1973, ano em que a autora publicou o importante ensaio *Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização* – precursor de sua tese de livre-docência – até 1985). A partir deste ano, quando a autora publicou seu *A retomada da hegemonia norte-americana*, inicia-se uma nova etapa no pensamento de Tavares, a chamada Economia Política Internacional, discussão que ganharia muito espaço no pensamento da autora nos anos 80, 90 e início do século XXI.

Ainda que procuremos dar um panorama geral da obra de Conceição Tavares, o foco da discussão aqui proposta recai sobre a primeira e a segunda fases de seu pensamento. E optamos por este recorte por dois motivos. Em primeiro lugar, considerações exaustivas sobre sua terceira fase de pensamento extrapolariam ainda mais os limites do trabalho (dado o volume de artigos e depoimentos na mídia e na Câmara dos deputados realizados por Tavares). Em segundo lugar, e fundamentalmente, avaliamos que sua segunda fase de

pensamento tenha sido a mais importante, tendo em vista que o salto teórico dado por Tavares da primeira para a segunda fase de seu pensamento foi muito maior do que o dado pela autora desta fase para a terceira.

Parte I – Influências teóricas no âmbito do pensamento econômico latino-americano

Capítulo 1 – O estruturalismo Latino-americano

O pensamento estruturalista latino-americano, em sua obsessão pelo desenvolvimento econômico, alterou radicalmente a forma de se analisar os problemas econômicos e sociais da região. As teses desenvolvidas na Cepal polarizaram o debate econômico na América Latina por três décadas (dos anos 1950 aos anos 1970), influenciando mentes e corações das mais variadas áreas do conhecimento, especialmente da história, sociologia e economia. Os trabalhos de Maria da Conceição Tavares estão inseridos nesta problemática – e fazem diálogos, diretos e indiretos, com as ideias desenvolvidas na instituição. Acreditamos ser de fundamental importância um levantamento minucioso do pensamento econômico dos chamados “mestres estruturalistas” da autora (isto é, Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto) para futuros confrontos teóricos e, o mais importante, para um encontro mais amadurecido com as ideias de Tavares, que faremos a partir do capítulo 3.

Este capítulo está dividido em quatro partes: o método histórico-estrutural, seguido das contribuições de Raúl Prebisch, de Celso Furtado e, por fim, de Aníbal Pinto.

1.1 O método histórico-estrutural

As ideias desenvolvidas pelos intelectuais no âmbito da CEPAL⁶ não podem ser encaradas apenas como um conjunto crítico de argumentos com vistas a uma determinada orientação da política econômica ou da própria sociedade. Tais ideias vieram acompanhadas de um método de análise econômica revolucionário e logicamente articulado, que exerceu bastante influência entre os cientistas sociais de várias áreas, especialmente os economistas e os sociólogos, dos países latino-americanos. Trata-se do método de análise do estruturalismo latino-americano.

⁶ A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si quanto ao restante das nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho abarcou os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Nesta seção procuraremos identificar os traços fundamentais e mais gerais deste método de análise, traços estes que muitas vezes aparecem apenas implicitamente nas ideias de seus intérpretes ao longo dos anos. Por meio deste esforço, por um lado, procuraremos explicitar estas características, o que nos permitirá identificar os elos desta corrente de pensamento, e, por outro, procuraremos compreender de forma mais clara a natureza das proposições econômicas identificadas no pensamento cepalino.

Este esforço nos remete, ainda que brevemente, ao campo da metodologia econômica. Segundo Mark Blaug

(...) metodologia não é apenas um nome sofisticado para ‘métodos de investigação’ e sim um estudo da relação entre concepções teóricas e conclusões abalizadas sobre o mundo real; em particular, a metodologia é o ramo da economia no qual examinamos as formas com as quais os economistas justifiquem suas teorias e as razões que eles invocam para preferir uma teoria a outra. (Blaug, 1999, p. 20 – grifos nossos)

A partir deste empenho, ainda que breve, identificaremos qual é a estrutura das teses cepalinas, especialmente a relação entre as suposições e as implicações destas teses para a realidade – que pode ser considerada tanto no sentido mais restrito (voltadas à formulação de políticas econômicas) como no mais amplo (às alterações no curso do desenvolvimento econômico de um país ou região).

Rodriguez (2009) chama a atenção para a dupla natureza do método de análise do estruturalismo latino-americano: por um lado, este se baseia em um método denominado de “hipotético-dedutivo” e, por outro, em um método histórico-estrutural. Os economistas desta tradição construíram suas teorias lançando mão de ambos os métodos, que devem ser pensados como processos complementares da investigação teórica: são dois aspectos constitutivos de um único método.

A investigação de base “hipotético-dedutiva” permite uma primeira aproximação com o objeto estudado. Aqui é que são formulados os aspectos mais gerais e abstratos da investigação científica, a qual dará origem à construção de teorias, modelos, paradigmas ou “tipos-ideais”⁷ que não guardam, necessariamente, proximidade com a realidade concreta. O

⁷ Este termo nos remete ao campo weberiano das ciências sociais. Como nos lembra Celso Furtado “Do ponto de vista de sua concepção, os modelos com que trabalha o economista apresentam grande similitude com os ‘tipos ideais’ introduzidos por Marx Weber. (...) **tratam-se de representações** (que o economista pretende que sejam formalizadas) **de elementos simples ou complexos da realidade social, nas quais todos os aspectos dos elementos representados**

que não quer dizer que tais “modelos” não estejam vinculados com ela, pelo contrário: eles partem da observação da realidade concreta, porém sua caracterização recai tão-somente aos aspectos essenciais, isto é, aqueles que facilitam a interpretação da realidade. Nas palavras de Rodriguez,

...essa forte dissociação derivada dos aspectos hipotético-dedutivo do método não implica que os “tipos-ideais” resultantes careçam de qualquer vínculo com o real. (...) **com a colocação da hipótese procura-se delinear certos perfis-chave do todo social, certas características que possam *abinitio* ser consideradas como essenciais.** (Rodriguez, 2009, pp. 49-50 – grifos nossos, itálico no original)

Como bem alerta Rodriguez, o conceito de método “hipotético-dedutivo” acima descrito é tomado emprestado de José Medina Echavarría e, apesar das semelhanças terminológicas, em nada se assemelha à concepção clássica do modelo hipotético-dedutivo, surgida a partir do chamado “Círculo de Viena” e amplamente criticada por Karl Popper⁸.

O clássico modelo hipotético-dedutivo de explicação científica prevê que a teoria é prévia à observação ou que “não existem fatos brutos”, isto é, todos eles estão carregados de teoria. Segundo a visão de Popper, é impossível fazer inferências indutivas a partir de observações porque “...no momento em que selecionamos certas observações dentre o número infinito de possibilidades, já nos detemos em um ponto de vista que é em si mesmo uma teoria, ainda que bruta e sem sofisticação.” (Blaug, 1999:52). Sabendo disto, o modelo dedutivo parte de premissa teórica mais geral (e, portanto, abstrata) para explicar o caso particular (a observação) – o que implica que as hipóteses sobre a realidade estão sempre

são definidos com exatidão, isto é, possuem uma significação lógica precisa.” (Furtado, 1967, p. 94 – grifos nossos).

⁸ O que se convencionou chamar por “Círculo de Viena” foi uma série de reuniões informais de um grupo de filósofos e intelectuais na Universidade de Viena entre 1922 e 1934 que se propunham a estudar questões relativas à ciência, lógica e linguagem. Destacavam-se dentre seus integrantes Moritz Schlick, Hans Hahn, Otto Neurath, Hempel, Rudolf Carnap e Wittgenstein. A proposta teórica deste grupo era promover a “purificação” do positivismo, em resposta a repulsa destes pela metafísica, pois, segundo esta visão, “a verdadeira ciência” não se apoia em pressupostos metafísicos, pois não é possível falsear um conceito metafísico. Segundo esta visão, o marxismo, por se basear em conceitos metafísicos (isto é, abstratos em primeira instância) estaria fora do campo científico. Este tipo de crítica foi é presente em Karl Popper, que recebeu críticas de Kuhn e Feyerabend – autores que defenderam “a importância das estruturas sociais e dos sistemas de valores em que estão inseridos a atividade científica” (Rodriguez, 2009, p. 52). Para um aprofundamento destas questões ver Blaug (1999). A importância deste ponto ficará mais evidente no próximo capítulo, quando abordaremos a interpretação de Maria da Conceição Tavares sobre o processo de acumulação de capital, onde a autora se apoia bastante em muitos conceitos desenvolvidos por Karl Marx.

baseadas em (ou referidas à) teorias já estabelecidas⁹. Assim, os fatos são apenas uma **dedução** lógica de leis universais, isto é, as observações se apresentam necessariamente como um caso particular do caso geral.

Ao contrário, o método indutivo parte da observação livre dos fatos e, por meio da indução, chega-se às leis universais sobre esses fatos, que darão sustentação às teorias mais gerais¹⁰. Notamos, portanto, que se trata de um movimento inverso ao modelo hipotético-dedutivo clássico. Agora, parte-se do particular, do específico, e chega-se a uma nova teoria.

Não é difícil perceber que a terminologia trabalhada por Echavarría para explicar o método do estruturalismo cepalino está invertida, isto é, por “hipotético-dedutivo” o autor se refere, na verdade, ao clássico método indutivo. Bielschowsky (1999), ao usar corretamente os termos, ajuda a evitar esta confusão, quando afirma que “...o enfoque histórico-estruturalista cepalino (...) tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais” (Bielschowsky, 1999, p. 21).

O marco inicial das teses cepalinas foi dado pelas observações do economista Raul Prebisch, cujo raciocínio baseava-se na observação empírica de que os países da América Latina (especialmente a Argentina) não se beneficiaram (sobretudo após a crise de 1929) das benesses previstas pela teoria das vantagens comparativas, proposta por David Ricardo – teoria esta que era hegemônica na América Latina até então¹¹. A partir de sua observação dos

⁹ De acordo com Popper, à luz de Mark Blaug, “(...) **todas as explicações verdadeiramente científicas têm uma estrutura lógica comum: envolvem pelo menos uma lei universal** (...). Por lei universal, queremos dizer uma tal proposição como ‘em todos os casos em que ocorrem os eventos A, ocorrem também os eventos B’, e tais leis universais podem ser de forma estatística ao se referirem a classes de eventos B (...) As leis universais que estão envolvidas em explicações não são derivadas mediante generalização indutiva a partir de exemplos individuais.” (Blaug, 1999, pp. 39-40 – grifos nossos)

¹⁰ A respeito do *indutivismo*, de acordo com Blaug, “...as investigações científicas começam com a observação livre e sem preconceitos dos fatos, prosseguem por meio de inferência indutiva em direção à formulação de leis universais sobre esses fatos e chegam finalmente, por meio de indução mais ampla, a enunciados de generalidade ainda maior conhecidos como teorias.” (Blaug, 1999, p. 38).

¹¹ De acordo com Ricardo, cada país deveria se especializar na produção de mercadorias em que são mais eficientes (isto é, nos ramos que apresentem os menores custos relativos de produção) – são vantagens “naturais” que cada país possui e que devem ser exploradas, de modo a se obter o maior volume de produção com o menor preço possível. “Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais

fatos em um caso particular, a América Latina, Prebisch desenvolve sua teoria dos termos de troca, em oposição à teoria das vantagens comparativas. Esta é a base do que viria a ser a teoria do subdesenvolvimento periférico.

A partir tanto da constatação da contínua queda da relação entre os preços dos produtos agrícolas e o dos produtos manufaturados (levando em consideração que os primeiros são predominantemente produzidos e exportados pelos países latino-americanos e os últimos produzidos por países industrializados¹², sobretudo Grã-Bretanha e Estados Unidos), como das consequências macroeconômicas disto para os países produtores de produtos primários (baixo crescimento, problemas crônicos de balança comercial, e etc.), Prebisch construiu um novo arcabouço teórico a partir de inferências obtidas da observação de um caso particular: a realidade latino-americana. Esta deixa de ser encarada como um caso particular de uma teoria geral e passa a ser objeto de investigação para uma nova construção teórica, que tomaria corpo inicialmente em dois documentos (“*Estudio Económico de América Latina de 1948*” e, sobretudo, o “*Estudio Económico de América Latina de 1949*”), mas que viria a ser aprimorada constantemente nas décadas vindouras por diversos intelectuais, dentre os quais se destacariam Celso Furtado, Anibal Pinto, Oswaldo Sunkel, Fernando Fajnzylber e, entre outros, Maria da Conceição Tavares.

O constante aprimoramento das teses estruturalistas é a prova de que se trata de um método aberto e polivalente (em oposição a ser determinístico e/ou mecânico), o que só é possível de ser pensado fora dos marcos do método dedutivo, logicamente mais rígidos. Neste sentido, a análise indutiva capacita os interpretes da corrente estruturalista a acomodarem facilmente a evolução dos acontecimentos, por meio de sucessivas críticas e autocríticas de suas interpretações¹³, as quais, como lembra Bielschowsky (1999:21), “...não significam perda de coerência político-ideológica ou de consistência analítica”.

econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Esse é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra” (Ricardo, 1982, p. 104)

¹² Isto é o mesmo que afirmar que os ganhos de produtividade dos bens manufaturados não significavam queda de seus preços no mercado internacional – assunto que terá mais detalhado na próxima seção.

¹³ Para os fins que se pretende neste trabalho, basta lembramos tanto do debate travado entre Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares acerca da “estagnação econômica”, em meados da década de 60, como o contínuo processo de autocrítica intelectual de Conceição Tavares, cujos detalhes serão examinados mais adiante. Merece destaque também

O segundo aspecto fundamental do método estruturalista reside em sua abordagem “histórico-estrutural”. Em relação ao adjetivo “estrutural”, pode-se afirmar que este método aponta para a necessidade de se colocar em primeiro plano certos traços das estruturas da realidade investigada – estruturas essas que podem ser econômicas, sociais, políticas e culturais. O estruturalismo econômico cepalino, como bem lembra Furtado “...teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não econômicos’ dos modelos macroeconômicos. (...) [parâmetros que] ...devem ser objeto de metucioso estudo” (1967, pp. 95-6).

Mas podemos questionar: por que a ênfase nas estruturas?

A centralidade do aspecto “estrutural” não deixa de estar relacionada com a busca por um profundo conhecimento acerca de uma complexa realidade das sociedades a que se propõe estudar. Como certa vez disse Celso Furtado

O ponto de partida da reflexão sobre o desenvolvimento é a apreensão da realidade social; (...). Essa realidade é apreendida, por um lado, como algo estruturado e, por outro, desdobrando-se no tempo, vale dizer, como um processo. **A ideia de estrutura é o ponto de partida para a apreensão de um todo, ou totalidade, cuja forma pode ser descrita mediante regras que traduzem relações entre partes desse todo.** (...) A estrutura descreve essa forma como um conjunto coerente de relações estáveis entre elementos do todo. (1980, p. 41 – grifos nossos, Itálico no original)

Em outra passagem, Furtado dá exemplos concretos da importância do conhecimento das “estruturas” para a melhor apreensão do objeto investigado, que, no caso, é o subdesenvolvimento (enquanto uma particularidade do sistema econômico internacional).

...sem um conhecimento adequado da estrutura agrária não seria possível entender a rigidez da oferta de alimentos em certas áreas econômicas; sem uma análise dos sistemas de decisões (cujo controle pode estar em mãos de grupos estrangeiros) não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas; sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração de renda e etc. Como esses fatores “não econômicos” – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população *fora* da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de “estruturalistas. (Furtado, 1967, p. 96)

a mudança de tom dos trabalhos iniciais do próprio Raul Prebisch em comparação com seus trabalhos no início da década de 60.

Como tais estruturas estão em permanente transformação ao longo do tempo, fica claro que elas devam ser pensadas também a partir de sua interação com o elemento “histórico”. Mas, ao contrário do que se poderia supor, este adjetivo não implica que o método em questão tenha que lançar mão de conhecimentos pormenorizados sobre os processos históricos concretos¹⁴. Por processo “histórico” devemos ter em mente que o método deva “...privilegiar as peculiaridades e mudanças de certas estruturas de diferentes índoles – econômica, política, social e cultural – que devem ser percebidas em uma realidade histórica” (1961, p. 50)

A *estrutura* deve ser pensada, portanto, não apenas em seu sentido estático, mas também em um sentido funcional e dinâmico. Funcional porque permite compreender o funcionamento das economias latino americanas e dinâmico porque tais estruturais se transformam ao longo do tempo¹⁵. Este traço do método estruturalista é enfatizado por Sunkel & Paz

El enfoque estructural em que se apoya este concepto de subdesarrollo (...) constituyen más bien los resultados del modo de funcionar de um sistema subdesarrollado. Dada la forma em que las estructuras económicas, sociales y políticas se vinculan dentro de un sistema, **queda definida la manera de funcionar de este mediante um proceso**, el cual a su vez origina los resultados que el sistema genera. Se desprende de lo anterior que esta manera de enfocar el subdesarrollo se apoya em las nociones de estructura, sistema y proceso. (Sunkel & Paz, 1970, p. 6 – grifos nossos)

Por fim, cabe ressaltar que a maior “riqueza” do método cepalino reside na “interação” entre o método indutivo e o método histórico-estrutural, formulado originalmente por Raul Prebisch¹⁶. O método indutivo é apenas o ponto de partida do percurso em direção à

¹⁴ O livro *Formação Econômica do Brasil* é errônea e costumeiramente posta no campo da história econômica, quando na verdade se trata de um livro sobre economia em perspectiva histórica. Furtado deixa bastante evidente este ponto já na introdução, quando diz que “Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao **campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos, e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos.**” (Furtado, 1959, p.22 – grifos nossos). Para mais detalhes sobre este ponto ver Novais & Forastieri (2012)

¹⁵ Isso é o que distingue o “estruturalismo latino americano” do estruturalismo clássico francês, que se originou no campo das ciências sociais como um instrumental metodológico a-histórico (ou “sincrônico”). “O que se entende por pensamento ‘estruturalista’ em economia não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma ‘sintaxe’ das disparidades nas organizações sociais”. (Furtado, 1967, p.95)

¹⁶ Cf. Bielschowsky, 1999, p. 22

percepção das ‘especificidades’ da realidade, o que ocorre pela “indagação” desta realidade por meio do método histórico-estrutural. Este “transito” metodológico é o que permite um conhecimento mais detalhado do objeto estudado (a realidade subdesenvolvida da América Latina), o que melhora a escolha de instrumentos para se intervir e se alterar esta realidade. Nas palavras de Rodriguez, “A interação [desses métodos] permite aperfeiçoar o conhecimento do real e, sobre essa base, propor mudanças tendentes a corrigir suas imperfeições ou contradições” (2009, p. 51).

Diante do exposto, o método estruturalista pode ser sintetizado a partir das seguintes características:

- i. **Flexibilidade analítica.** Através da análise indutiva, este método acomoda com grande facilidade a evolução dos acontecimentos, permitindo revisões constantes do próprio corpo teórico, tornando-o absolutamente permeável à realidade.
- ii. **Ênfase nas estruturas.** A partir do estudo das estruturas (econômicas, originalmente) reconstrói-se uma realidade complexa, que permitirá entender o funcionamento global do sistema. Vale ressaltar que o método também permite identificar as relações entre as estruturas (econômicas, sociais, políticas e culturais). Por exemplo, os efeitos das estruturas agrárias sobre as estruturas econômicas e sociais dos países latinos. O conjunto destas estruturas forma um todo, um sistema. Assim, a ideia de estrutura é o ponto de partida para a apreensão de um todo, ou totalidade.
- iii. **Centralidade dos processos históricos.** Apreender o todo não é o bastante – é igualmente importante reter como as estruturas se transformam dinamicamente ao longo do tempo. Podemos afirmar que, a partir da combinação das características i, ii e iii, o estruturalismo pode ser entendido como um corpo teórico em permanente construção.
- iv. **Teoria econômica com destaque para os elementos “não econômicos”.** Como o comportamento das variáveis econômicas depende de muitos fatores não econômicos (como políticos, sociais, culturais e etc.), estes também devem ser objeto de “meticuloso” estudo.
- v. **Repúdio ao reducionismo metodológico.** Não-reducionismo mecanicista e determinista. O reconhecimento da complexidade das mudanças estruturais leva os autores do enfoque a negarem a aptidão do mercado para realizar tais mudanças.
- vi. **História comparativa.** O confronto com outros “modelos” de desenvolvimento é algo presente em praticamente todos os autores desta tradição. É a partir do confronto com o

desenvolvimento dos países centrais (sobretudo a Inglaterra) que se interpretará o que é específico da América Latina.

Dentro destes marcos é que o estruturalismo latino-americano se propõe a preencher uma lacuna no pensamento econômico mundial: oferecer um tratamento teórico capaz de discutir as particularidades do desenvolvimento econômico da periferia¹⁷. É disto que trataremos na próxima seção, começando pelas pioneiras contribuições de Raul Prebisch.

1.2. Raul Prebisch: sistema centro-periferia, deterioração dos termos de troca e a importância do desenvolvimento capitalista na periferia

Raul Prebisch talvez tenha sido o economista latino-americano mais importante de todos os tempos. Inegavelmente, suas teses constituem um marco analítico em torno do qual se originou a tradição estruturalista, que viria ser composta por outros intelectuais importantes, como Celso Furtado, Anibal Pinto e Maria da Conceição Tavares.

Neste item, procuraremos reconstituir suas teses, começando pela concepção centro-periferia, passando pelos entraves ao desenvolvimento periférico devido às tendências adversas dos termos de troca e do desenvolvimento capitalista no centro e pela análise do problemático processo de industrialização latino. Ao final, traremos algumas considerações do autor aos limites desta industrialização, tendo em vista as articulações entre acumulação de capital, progresso técnico e distribuição de renda.

1.2.1. A concepção Centro-Periferia

O ponto de partida da análise de Raul Prebisch é a constatação de que o desenvolvimento econômico abrangeu apenas uma proporção reduzida da população mundial, constatação esta que permitiu ao autor desmentir os benefícios universais de um sistema marcado por uma divisão internacional do trabalho, quando, na verdade, essa forma de ‘desenvolvimento’ (segundo as vantagens comparativas de produção de cada país) fora perversa para não poucas áreas que compõem o sistema econômico, a chamada “periferia”, da qual faz parte a América Latina.

¹⁷ Apesar de sua força e pretensa polivalência, é mister alertar que este método possui não poucos limites, os quais foram sendo revelados pelos próprios intérpretes ligados à tradição cepalina, como é o caso de Maria da Conceição Tavares. Como veremos nos próximos capítulos, a economista, apoiada na tradição kaleckiana, explorará alguns destes limites e reinterpretará muitos pontos importantes da análise cepalina, mantendo sempre, no entanto, fortes traços da análise “estruturalista” em seu pensamento.

No longo período transcorrido desde a Revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial, as novas formas de produção em que a técnica se manifestou incessantemente abarcaram apenas uma proporção reduzida da população mundial. Esse movimento iniciou-se na Grã-Bretanha, prosseguiu com graus variáveis de intensidade no continente europeu, adquiriu um impulso extraordinário no Estados Unidos e finalmente chegou ao Japão... Assim se foram formando os grandes centros industriais do mundo, em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, ia tendo uma participação escassa no aperfeiçoamento da produtividade. (Cepal, 1951, p. 1)

Este enfoque considera que o desenvolvimento do sistema capitalista tendeu a formar dois polos simultaneamente: um centro e uma periferia, que se distinguem por sua estrutura produtiva (nos centros esta é marcada por uma produtividade média muito maior, porque o progresso técnico tem se “disseminado” mais uniformemente entre os setores) e pelo papel que assumem na divisão internacional do trabalho.

Dentro dessa periferia, o progresso técnico só se dá em setores exíguos de sua imensa população, pois, em geral, penetra unicamente onde se faz necessário para **produzir alimentos e matérias-primas** a custo baixo, com **destino aos grandes centros industrializados**. (Cepal, 1951, p. 1 – grifos nossos)

Durante o período em que vigorou a clássica divisão internacional do trabalho (isto é, enquanto a pauta produtiva da periferia se manteve altamente especializada em produtos primários), o padrão de crescimento das economias periféricas fora exclusivamente determinado pelo setor exportador. Como o comércio exterior não garantiu nem crescimento nem desenvolvimento econômico na periferia, os mecanismos atuantes no mercado internacional se revelaram, em sua visão, perversos para a mesma. Este cenário começa a se alterar lentamente após a crise de 1929, quando a periferia iniciou espontaneamente seu processo de industrialização, através da qual ela conseguiu garantir seu crescimento e desenvolvimento à revelia do comércio exterior.

Os trabalhos de Raul Prebisch se inserem nesta problemática: a de analisar o conturbado período de transição que se observava na órbita periférica em direção à transformação de suas estruturas econômicas, antes voltadas para fora e agora voltadas para dentro.

Sua noção de desenvolvimento econômico está essencialmente expressa em termos de aumento dos ganhos reais de renda por habitante, ganhos estes que são condicionados pelos incrementos da produtividade do trabalho que, por sua vez, são obtidos a partir do “aumento

da dotação de capital por unidade de trabalho”¹⁸. Ainda que esta definição de desenvolvimento seja similar à empregada pelos liberais, Prebisch defenderá um caminho completamente distinto para se obtê-lo: alterando o quadro previsto da divisão internacional do trabalho, que implica numa radical mudança na especialização produtiva da periferia.

Um comércio exterior baseado na velha divisão internacional do trabalho jamais seria capaz de imprimir dinamismo à periferia além do crescimento de suas exportações, pelas razões que trataremos agora.

1.2.2. A deterioração dos termos de troca e o desenvolvimento capitalista

O fraco dinamismo do setor exportador da periferia foi o maior entrave ao crescimento e desenvolvimento da região, pois suas exportações sofreram historicamente por duas razões: os preços das mercadorias exportadas (alimentos e matérias-primas) tenderam a se desvalorizar frente os de outros produtos ao longo do tempo (o que Prebisch chamou de deterioração dos termos de troca) e também o volume demandando por tais produtos tendeu a diminuir proporcionalmente ao longo do tempo (em decorrência do próprio avanço do capitalismo no centro). Analisemos como Prebisch explicou o primeiro ponto.

O autor demonstra historicamente que a relação de preços dos produtos exportados e importados pela periferia se moveu continuamente, ao longo das décadas, de forma adversa à periferia, de tal forma que entre 1860 e 1930 “...necessitava-se, em média, de 58,6% mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria” (Prebisch, 1949, p, 82).

Em razão disso, constata-se que, ao contrário do que se supõe pela teoria das vantagens comparativas, os preços não baixam de acordo com o aumento da produtividade. Se assim o fosse, a maior produtividade da indústria nos centros provocaria uma maior queda dos preços das manufaturas em relação aos preços dos produtos primários (Cepal, 1951, p. 143). É verdade que o progresso técnico permite consideráveis reduções dos custos de produção, mas isso em sua visão não implica em queda dos preços, como prevê a visão ortodoxa liberal.

Alguns fatores estruturais presentes nos países centrais (o autor destaca a maior concentração da estrutura produtiva e um mercado de trabalho altamente organizado) permitem a elevação da renda dos empresários e dos demais fatores produtivos (Prebisch, 1949). Em função disto, a renda dos empresários e dos trabalhadores nos centros industriais

¹⁸ Cf. Prebisch, 1949, p. 76

tende a crescer mais do que o aumento da produtividade, porque além de preservarem integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte de seus ganhos de produtividade, tendo em vista que nesta região a renda cresce menos que a produtividade.

...as variações observadas na relação de intercâmbio (...) significa que os países menos desenvolvidos, através dos preços que pagaram pelos produtos manufaturados, (...) sustentaram padrões de vida crescentes nos países industrializados, mas sem receberem, em troca disso, no preço de seus próprios produtos, uma contribuição equivalente para seu próprio padrão de vida. (ONU, Relatório: *Postwar Prices Relations in the Trade Between Underdevelopment and Industrialized Countries*, apud Prebisch, 1949, p. 83)

Rodriguez (2009) permite-nos visualizar este argumento formalmente através de três equações:

$$(1) Y_{pi} = L_p \cdot \frac{P_p}{P_i}$$

$$(2) Y_{ii} = L_i$$

$$(3) y = \frac{Y_{pi}}{Y_{ii}} = \frac{L_p \cdot P_p}{L_i \cdot P_i}$$

Onde Y_{pi} é a renda real da periferia, medida em termos de bens industriais; Y_{ii} , renda real do centro, medida em termos de seus próprios produtos; L_p e L_i são, respectivamente, a produtividade física do trabalho na produção de um bem primário e na produção de um bem manufaturado, e P_p e P_i são, pela ordem, os preços unitários do bem primário e do bem industrial.

A equação (1) expressa a renda real por pessoa ocupada na atividade primária periférica em termos de bens industriais – que equivale à produtividade física do trabalho nesta atividade (L_p) multiplicada pela relação de preços entre os produtos primários e industriais ($\frac{P_p}{P_i}$). Já a equação (2) expressa que a renda real por pessoa ocupada na atividade industrial medida em termos de bens industriais (Y_{ii}) é, por definição, igual à produtividade do trabalho na mesma atividade. Por fim, (3) exprime a relação percentual entre as rendas reais por pessoa ocupada geradas na atividade primária, na periferia, e na atividade industrial nos centros.

Admitindo que os preços não variem (o que se expressa por uma estabilidade dos termos de troca) a diferenciação das rendas se dará em função das alterações da produtividade. No caso, bastante realista, de a produtividade dos produtos industriais ser maior que a dos produtos primários, isso incorre em um diferencial de Renda (y) em favor dos produtores de produtos industriais. Se, somado a isso, a relação de preços variar de maneira desfavorável ao produto primário (cuja produtividade já aumenta menos), o movimento de diferenciação de renda se intensifica ainda mais. Logo, o significado atribuído à deterioração dos termos de troca é claro: esse fenômeno confirma e agrava a tendência à diferenciação de renda na periferia (queda de y). Assim, dois fatores tendem a favorecer um distanciamento da renda média real dos centros e da periferia: produtividade e preços (ambos em favor dos produtos produzidos no centro).

A argumentação de Prebisch tem como objetivo examinar a tendência díspar dos ganhos de renda entre os dois polos do sistema. Esta tese também é ilustrada pelo autor a partir dos ciclos econômicos das economias centrais.

Na **fase ascendente**, quando os lucros dos empresários do centro estão crescendo, a demanda por produtos primários cresce mais que a oferta. Devido a uma maior inelasticidade da produção primária no curto prazo, este movimento provoca uma elevação dos preços em favor da periferia, o que implica numa transferência dos lucros dos empresários do centro para os produtores primários da periferia. Este argumento de “inelasticidade da oferta primária” aparece em uma breve passagem.

Quanto maiores são a concorrência e **o tempo necessário para aumentar a produção primária...** e quanto menores são os estoques acumulados, tanto maior é a proporção de lucro que vai sendo transferida para a periferia. (Prebisch, 1949, p. 86 – grifos nossos).

Nesta fase, os preços dos produtos finais costumam subir e os lucros dos empresários acompanham este movimento. Os salários no centro também avançam (em decorrência da maior organização trabalhista), porém menos que os preços, de tal sorte que o fruto do progresso técnico fique mais concentrado nas mãos dos empresários – o que lhes conferem um impulso ainda maior para a expansão da oferta.

Na **reversão do ciclo**, quando a oferta (impulsionada pelo otimismo da fase ascendente) mostra-se muito maior que a demanda, acumulam-se estoques indesejados dos produtos industriais e o “valor da oferta” (isto é, o volume produzido multiplicado pelo seu preço médio) tem que se ajustar à demanda.

Como a maior parte dos custos de produção nos centros (os salários) é bastante resistente à baixa – em decorrência da grande organização trabalhista em torno de fortes sindicatos – ajustar o “valor da oferta” via preços se torna impraticável, o que se reflete em estoques continuamente crescentes nos centros. Na fase declinante do ciclo econômico, diante da baixíssima elasticidade dos preços dos produtos finais para baixo, os salários tendem a crescer mais que a produtividade, o que incorre em uma parcial transferência de renda dos empresários para os trabalhadores, em um contexto em que os preços se mantêm constantes.¹⁹

Esta “forma” de ajustar o valor da oferta traz sérias consequências para os produtores de bens primários, isto é, a periferia, que é o elo mais fraco da cadeia produtiva. Nas palavras de Prebisch,

A acumulação de estoques excedentes, como se sabe, reduz a demanda feita pelos empresários que vendem produtos finais aos empresários que os antecedem no processo econômico, bem como a destes a outros, e assim sucessivamente, até chegar aos empresários da produção primária, na periferia. (...) quanto mais estoques se acumulam, tanto mais se restringe a produção e, portanto, a demanda de produtos primários, e mais se reduzem os preços destes últimos. (Cepal, 1951, p. 160)

O impacto na periferia em termos de preços será tanto maior quanto mais a sua produção primária tenha sido estimulada durante o otimismo da fase ascendente. Como se sabe, a produção agrícola é mais inelástica no curto prazo, mas não em médio prazo, pois os produtores agrícolas podem expandir a área plantada em função da rentabilidade favorável (impulsionada pela demanda e preços crescentes). A retração da demanda nos centros, por si só, já garantiria uma intensa queda dos preços, entretanto, como já discutimos, a forma de ajuste da oferta no centro promove uma contração ainda maior da demanda (em decorrência dos estoques elevados), num momento em que a oferta primária periférica está crescendo constantemente.

¹⁹ É certo que na baixa cíclica os salários avançam mais do que os preços e, conseqüentemente, os lucros se transferem parcialmente aos salários. Prebisch não é claro se, mediante às pressões trabalhistas, os preços dos produtos finais sobem ou ficam constantes. Poderiam subir porque em alguns momentos o autor menciona a estrutura de concorrência nos centros (referindo-se as “limitações da concorrência” [Prebisch, 1949, p. 87], certamente querendo se referir à formação de estruturas de mercado oligopólicas, marcadas por baixíssima concorrência via preços). Já em outras passagens, mais abundantes, ele diz que há uma “transferência de renda dos empresários para os trabalhadores” – o que só faz sentido se os empresários do centro não conseguissem repassar aos preços esses maiores custos com salários.

E essa diminuição da demanda acaba sendo tão acentuada quanto for preciso para obter a contração necessária da renda no setor primário. O reajuste forçado dos custos da produção primária, durante a crise mundial, dá-nos um exemplo da intensidade que esse fenômeno pode adquirir. (Prebisch, 1949, p. 87)

Resulta desta dupla pressão uma queda mais que proporcional dos preços dos produtos agrícolas – o que é possível devido à baixíssima organização das massas trabalhadoras na periferia, que não conseguem impedir uma retração de seus salários, diferentemente do que ocorre nos centros. Livre desta barreira, os preços dos produtos primários são bastante elásticos à baixa, e sua elevação durante a fase ascendente é mais do que compensada pela queda bastante intensa no decurso da reversão do ciclo, de modo que os termos de troca da periferia se deterioram ao longo dos ciclos.

O comportamento dos termos de troca nada mais é que a outra face dessa evolução das rendas dos fatores de produção. Melhora para a periferia durante as ‘crescentes cíclicas’, mas a piora nas ‘minguantes’ excede as altas anteriores, de modo que por meio dessas oscilações se produz uma tendência de longo prazo à sua deterioração. Sua melhora nos auges provavelmente não é suficiente para evitar que as rendas [do centro e da periferia] se diferenciem, tendo em conta que a produtividade aumenta mais nos centros do que na Periferia. (Rodriguez, 2009, p. 144)

Diante do fato de que uma parcela não desprezível dos custos de produção (salários) é altamente rígida no centro, existe uma pressão de seus empresários no sentido de rebaixar a outra componente dos custos diretos de produção: os insumos advindos da periferia na forma de matéria-prima. Nestes termos é possível compreender a ideia tão reiterada por Prebisch de que “...a pressão da queda dos lucros [no centro] se desloca para a periferia (...) Quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia” (Prebisch, 1949, p. 87).

Além da Deterioração dos Termos de Troca, o desenvolvimento capitalista no centro também impactou negativamente as exportações de produtos primários da periferia. Para tratar desta questão, Prebisch enfatiza os feitos ocasionados tanto pela elevação do progresso técnico com da renda. Em relação ao primeiro ponto, o autor destaca quatro fatores que tendem a acarretar numa diminuição cada vez maior da demanda por produtos²⁰.

- a. Transformações técnicas cada vez mais complexas e sofisticadas tendem a reduzir continuamente a proporção de matérias-primas no valor do produto final;

²⁰ Cf. Prebisch, 1952, p. 267.

- b. Os avanços técnicos permitem a utilização mais eficiente das matérias-primas, isto é, a mesma quantidade de produtos primários se traduz num valor proporcionalmente maior de produtos acabados;
- c. O avanço da produção de sintéticos (nitratos, fibras, plásticos) tendem a substituir crescentemente os produtos industriais na transformação industrial;
- d. O avanço da produtividade da produção primária dos centros (EUA, sobretudo), competindo (em preço e em quantidade) com as culturas tradicionais da periferia.

O desenvolvimento capitalista no centro também incorreu em ganhos reais de renda (por conta do avanço da produtividade), os quais se traduziram em alterações no perfil da demanda – lembrando que o avanço do progresso técnico acaba por criar novas necessidades. Ao aumentar a renda, a demanda se diversifica em favor de artigos manufaturados (produtos que vão sendo criados em razão das inovações técnicas), enquanto a demanda por produtos primários tende a crescer relativamente menos. Além disso, mediante a alta da renda, tende a aumentar a demanda por serviços pessoais, o que provoca uma nova diminuição da proporção em que entram os produtos primários para satisfazer a demanda global da população. Logo, com o avanço do desenvolvimento capitalista, a elasticidade-renda da demanda por importações primárias dos centros tende a ser menor que a unidade.

Em sua visão, enquanto a periferia não romper com sua condição de economia agroexportadora, sua capacidade em resistir às pressões que lhe retiram parte dos frutos de sua própria produtividade seguirá limitada²¹. Se os países latinos só crescessem em virtude de suas exportações primárias, seu crescimento econômico teria um ritmo muito menor que o dos centros industriais, o que seria insuficiente para dar emprego ao aumento vegetativo da PEA (População Economicamente Ativa) e ao excedente da população desempregada provocado pelo próprio progresso técnico.

No entanto, diante das dificuldades impostas pela *débâcle* do setor externo na região, em decorrência da depressão mundial dos anos 1930, é mister ressaltar que houveram mudanças nas bases estruturais que sustentaram o crescimento econômico da região, através de um processo de industrialização.

²¹ Cepal, 1951, p. 147

1.2.3. A industrialização periférica enquanto um processo espontâneo e problemático

Não há uma discussão sistemática em torno do processo de industrialização em Prebisch²², mas é possível encontrar elementos necessários para se apreender tal processo ao longo de seus trabalhos, caracterizando assim sua interpretação sobre o tema, que inclusive precede a de Furtado.

A industrialização na América Latina é interpretada pelo autor como algo espontâneo, que se originou de mecanismos automáticos do mercado em um momento de circunstâncias altamente adversas, que foi a depressão dos anos 1930 iniciada com a crise de 1929. “...foram contingências externas, como as guerras e a grande depressão, que contribuíram para despertar ou intensificar o processo e sedimentar progressivamente as ideias de desenvolvimento”. (Prebisch, 1952, p. 248)

Diante da crise de 1929, o setor exportador da periferia entrou em colapso e a emergência da situação exigiu medidas com vistas a reduzir prontamente as importações, tais como a desvalorização cambial, elevação das tarifas alfandegárias, cotas de importações e controle cambial (Prebisch, 1948, p. 100). O contexto era de severa escassez de dólares e de reservas cambiais, cenário que fora agravado devido às características do “novo centro” sísmico (os EUA), marcado por um menor coeficiente global de importações – o que implicava numa queda ainda maior da demanda por produtos latinos, e a conseqüente diminuição a circulação de divisas na região.

Nunca se havia aplicado medidas semelhantes com o caráter geral daquela época, assim como nunca surgiria anteriormente um problema de escassez de libras, na época da hegemonia monetária de Londres. (Prebisch, 1948, p. 100)

Neste cenário de severo estrangulamento externo, o valor das exportações latinas passou a ser insuficiente frente às necessidades de importações²³, num momento em que a renda global da economia estava em expansão – devido às políticas governamentais em prol

²² O que viria somente com os trabalhos pioneiros de Furtado (1959) e o clássico ensaio de Maria da Conceição Tavares (1963) sobre a interpretação cepalina do processo de substituição de importações. No entanto, para evitar tautologia e anacronismos, limitar-nos-emos às considerações realizadas por Prebisch durante as décadas de 40 e de 50, período em que foram desenhadas as teses clássicas sobre a industrialização na América Latina. Ao final desta seção, exploraremos um pouco o importante artigo de Prebisch escrito em 1963 – mesmo ano em que Tavares discute a industrialização na periferia, de modo a facilitar futuras comparações (objeto de investigação do capítulo 3).

²³ Para a *produção* interna (afinal, como vimos, para Prebisch o surgimento da indústria na região se dá após as dificuldades impostas pela Primeira Guerra Mundial, apenas se intensificam após 29) e para o *consumo* essencial da população.

da renda do setor exportador, levadas à cabo pela maioria dos países da região²⁴. Dado que o potencial de crescimento não poderia ser atendido por meio das exportações, crescer para dentro (através da industrialização) foi a única saída que teria a região. Em suas palavras, “...muitas indústrias se desenvolveram para fazer enfrentar situações de emergência”.

Em outra ocasião, Prebisch em um artigo de 1961 torna sua interpretação (já contida nos ensaios iniciais) bastante explícita.

Quando en la fase favorable de este movimiento las exportaciones crecen con relativa celeridad, la economía interna cuenta con todas las importaciones necesarias para desarrollarse, sin que se perciba aparentemente la necesidad de sustitución. Todo va bien mientras las exportaciones siguen creciendo o se mantienen en nivel elevado y si la política monetaria ha sido prudente, aspecto éste último que consideraremos más adelante. *Pero tan pronto como las exportaciones declinan, el país se encuentra con que su ingreso global se ha dilatado en tal forma que requiere un volumen de importaciones superior al que permiten pagar esas exportaciones en descenso. La política sustitutiva de importaciones tiene así que improvisarse.* No se aplica generalmente en forma previsor, con anticipación a las exigencias del desarrollo, sino como imposición de circunstancias críticas y cuando ya ha ocurrido el desequilibrio exterior. (Prebisch, 1961, p. 4 – itálico nosso)

A substituição de importações pela produção local traz um alívio ao desequilíbrio externo e com isso facilita as importações de outros bens essenciais ao funcionamento da atividade econômica (tais como bens de capital e outros artigos de consumo essenciais), não obstruindo o processo de desenvolvimento econômico.

Essa própria situação indica que o Processo de Industrialização por Substituição de Importações (PISI doravante) não objetiva à redução absoluta das importações. Requeria, em primeira instância, que se modificasse sua composição (Prebisch, 1948, p. 128). Neste processo, algumas importações menos essenciais ao desenvolvimento deveriam ser restringidas em virtude da alta proporção de divisas que absorvem (Prebisch, 1952, p. 247).

O PISI é visto pelo autor como um processo espontâneo – imposto pelas circunstâncias – porém também é visto como a única forma de se industrializar, dado que “...as possibilidades de se crescer de outra maneira são extremamente limitadas” (Idem, ibidem, p. 250). Tornam-se termos sinônimos, ao longo de seus artigos, a defesa da industrialização e a continuidade do PISI.

²⁴ Mas Prebisch é lacônico neste ponto, limita-se a dizer que “...os rendimentos globais da economia estavam em expansão”. (1948)

Tal processo é defendido pelo autor porque permite atacar dois problemas estruturais das economias periféricas, ao garantir 1) os benefícios do desenvolvimento industrial (elevação da produtividade média da população, com efeitos positivos sobre a renda, redução do desemprego e trazer maior dinamismo à economia) e 2) maiores graus de autonomia da periferia frente às flutuações cíclicas do centro.

Vale ressaltar que a industrialização, nestes termos, não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Muito pelo contrário, quanto maior for o comércio exterior de produtos primários, maior serão as possibilidades de se elevar a produtividade da economia, mediante às importações de bens de capital, que são capazes de assegurar a continuidade do processo²⁵. Segundo o autor, “A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair [dele] (...) os elementos propulsores do desenvolvimento econômico” (Prebisch, 1948, p. 73)

O alinhamento das teses do autor entre o PISI e a maior autonomia da periferia em torno das flutuações cíclicas é facilmente percebido quando Prebisch defende abertamente sua continuidade, porém tendo a presença do Estado claramente orientando o processo. Isto é, aquilo que foi algo espontâneo, oriundo dos mecanismos de mercado em um momento adverso, deveria se tornar uma política governamental (anticíclica), o que daria um caráter preditivo ao processo por meio do planejamento (ou programação).

Em sua visão, a política anticíclica é um complemento indispensável da política de desenvolvimento de longo prazo. Tendo claramente as metas a serem percorridas, a política anticíclica permitiria ao país “satisfazer suas necessidades correntes de maneira estável e manter o máximo de emprego, apesar das exportações flutuantes”. (Prebisch, 1948, p. 135).

Quando o autor emprega o termo “de maneira estável”, está defendendo a não necessidade de percorrer uma meta ambiciosa – por exemplo forçar a implantação de indústrias de bens de capital enquanto as condições (isto é, o grau de desenvolvimento industrial, a destreza técnica e a acumulação de capital) não permitirem. Com isto o autor não está querendo dizer que o desenvolvimento de tal setor não seja importante, muito pelo contrário, apenas está querendo defender a necessidade de começar este processo de

²⁵ Suzigan (2000) facilita a interpretação deste ponto, acerca do papel do setor exportador, quando lembra que “...sua importância relativa como principal determinante do crescimento da renda interna diminuiu, mas tornou-se estratégico para criar a capacidade de importar os bens de capital essenciais para o investimento na indústria de transformação” (p. 29)

substituição pelas etapas mais simples até chegar às mais complexas. Isto garantiria sua continuidade gradual de tal sorte que o “...país estaria em condições de suportar os tempos adversos, sem prejuízo de seu consumo corrente e de seu emprego” (Prebisch, 1948, p. 135). Neste sentido, enquadrar a política de substituição de importações numa política de Estado nada mais é que tentar defender o gradualismo deste processo (sem surtos bruscos diante de tempos difíceis, especialmente quando a capacidade de importar diminui abruptamente). E, para isso, é fundamental o planejamento.

De modo geral, **essas medidas** foram impostas pela necessidade de se corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos. **Tiveram que ser improvisadas por força das circunstâncias, sem que houvesse um exame prévio a fim de estabelecer as substituições que redundariam mais econômicas.** Um dos objetivos de um programa é precisamente este exame e a previsão das substituições devem ser efetuadas com o decorrer do tempo, para que a renda possa continuar a aumentar com uma taxa mais acelerada do que as exportações. (...) **O desenvolvimento econômico não pode ser um processo espontâneo se não provem de medidas adotadas com o propósito de condicionar e estimular a iniciativa do empresário.** (Prebisch, p. 1953, p.9 – grifos nossos)

A ideia de planejamento do autor expressa justamente a maior capacidade de se imprimir robustez ao PISI:

Um programa (...) é um ato de ordem no qual se estabelece uma relação clara e razoável entre os meios ou recursos de que se dispõe, as necessidades de desenvolvimento econômico e sua escala de prioridades, e os diferentes modos como é preciso operar com esses meios para satisfazê-la. É também um ato de previsão, uma vez que não se apenas se estabelece uma relação no presente, mas também se examinam os recursos, necessidades e formas prováveis de satisfação numa extensão de tempo suficientemente longa para se proceder à devida sucessão de medidas e projetos que, por sua natureza, não podem ser simultaneamente realizados, mas são necessários para eliminar certos obstáculos que se opõem ao desenvolvimento regular de um país. (Prebisch, 1952, p. 262)

Como é possível ver, sua ideia está bastante longe de um *crowding out*, tal como querem alguns de seus críticos, como é o caso de Eugênio Gudín²⁶. Historicamente, a região não colheu os frutos de seu próprio progresso técnico porque as livres forças do mercado não

²⁶ Cf. seu artigo “*A Mística do Planejamento*” publicado em 1953 no Jornal Correio da Manhã. A resposta de Prebisch não tardou. Naquele mesmo ano o economista argentino replicou com o artigo “*A mística do equilíbrio espontâneo da economia*”, de 1953.

garantiram isso, e o papel do Estado é fundamental para corrigir tais distorções, através de um planejamento público²⁷.

Apesar do otimismo em torno do PISI, Prebisch reconhece a existência de obstáculos que limitam seu desenvolvimento, em decorrência dos “estrangulamentos internos” (que impedem a elevação da renda e da formação de capital), além do já exaustivamente referidos “estrangulamentos externos”. Desde seus ensaios iniciais, o autor trata o processo de industrialização como sendo algo altamente problemático, muito em decorrência da herança deixada pelo período de crescimento para fora e também do momento em que está iniciando este processo (a periferia sendo uma mera “tomadora de tecnologia”).

O maior entrave interno ao desenvolvimento econômico na periferia é a “abundância de potencial humano nas atividades primárias²⁸”, o que pressiona continuamente os salários para baixo e, portanto, os preços dos produtos primários – com isso, a periferia se via impedida de reter uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico. Esse é um dos grandes dramas da América Latina. Somado a isso, também ganha destaque a inexistência de atividades que poderiam absorver o excedente desta população, inclusive industriais, como é o caso da indústria de bens de capital, que tem a importante função no centro de compensar as tendências do desemprego tecnológico, mas que, por inexistirem na periferia, seus esforços em termos de expansão dos investimentos, longe de estimularem mais empregos e a própria indústria internamente, atuará no sentido de estimular estes elementos no centro. Isto é bem explícito em seus artigos²⁹, com destaque para o de 1952:

[nos países mais desenvolvidos] o desenvolvimento das indústrias de bens de capital deve ter constituído o mais poderoso fator de absorção, posto que o emprego nessas indústrias cresceu com mais intensidade do que as indústrias de consumo. Os lucros maiores que os empresários obtêm com a redução de custos resultante das inovações técnicas são empregados, em grande parte, na realização de novos investimentos, o que estimula a demanda nas indústrias de capital. (...) [n]os países menos desenvolvidos, encontram-se, neste aspecto, em situação bastante desfavorável do ponto de vista de seu desenvolvimento interno, já que os lucros

²⁷ Prebisch (1952) menciona alguns desequilíbrios que poderiam ter sido evitados (ou atenuados) mediante um bom planejamento estatal durante o processo de industrialização na América Latina. Alguns dos principais desequilíbrios ocorridos são a insuficiência de infraestrutura (como fontes de energia e transporte público), a exagerada mobilização da mão de obra em favor da indústria e alguns exageros de mecanização da agricultura em regiões de mão de obra abundante.

²⁸ Cepal, 1951, p. 143

²⁹ Esta ideia também aparece tanto no artigo de 1949 como no de 1951.

resultantes das reduções de custos, quando utilizáveis na aquisição de equipamentos de capital, têm que ser transferidos para os grandes centros que os produzem e, assim, acabam por estimular o emprego neles, e não em sua própria economia. Como consequência, nos países sem indústria de bens de capital, o investimento dos lucros não tende a reabsorver o desemprego nos grandes centros, a não ser na medida em que o investimento é feito na construção civil e nos poucos equipamentos fabricados nesses países. (Prebisch, 1952, p. 287)

A estrutura agrária (marcada pelas imensas propriedades de terras) e a elevada concentração da renda também são fatores evidenciados por Prebisch que pesam a favor dos níveis baixos de desenvolvimento econômico. A concentração de renda muito acentuada em favor dos latifundiários evita que, nem mesmo quando a produção primária se beneficie de ganhos de produtividade (por exemplo com a expansão de novas terras para cultivo, com técnicas mais modernas de produção ou até mesmo através das melhorias introduzidas pelas ferrovias) os salários aumentem (Prebisch, 1952, p. 288). Muito pelo contrário, a sua queda neste contexto apenas evidencia as disparidades sociais que vigoram na periferia.

A elevação do padrão de vida, mediante o aumento da quantidade de capital por trabalhador empregado, depende de uma grande acumulação de capital, isto é, formação de capital, que compete acentuadamente com modalidades de consumo incompatíveis com o baixo grau de capitalização. Prebisch não se refere ao consumo das massas (já bastante deprimido), mas sim ao consumo “premature” de bens sofisticados das classes mais altas que limita a formação de poupança necessária a dar suporte à formação de capital, isto é, aos investimentos. A escassez de poupança, que é outro grande obstáculo ressaltado o autor, poderia ser complementada com investimentos estrangeiros, desde que contribuíssem para elevar a produtividade do trabalhador.

Além desses fatores estruturais que entravam a industrialização, o próprio momento em que ela ocorre na América Latina torna-se um obstáculo à mesma, na medida em que a região é obrigada a lidar com obstáculos que não condizem com sua realidade e que tampouco tiveram que ser superados pelos próprios países centrais durante o processo de desenvolvimento industrial clássico: dimensão dos mercados e tecnologia. Por um lado, o tamanho dos mercados periféricos era muito fracionado em relação às tecnologias importadas (orientada para grande escala) e, por outro, a tecnologia (intensiva em capital) inapropriada com a realidade da região (abundante em trabalho) estão presentes já nos primeiros relatórios de Prebisch. Para contornar estes problemas, o autor defende uma “adaptação” das técnicas à realidade latina, porém não dá detalhes de como isso poderia ocorrer e, em outras passagens,

reconhece que essas possibilidades são “limitadas”, devido à própria natureza do progresso técnico importado (indivisível).

O recurso à história comparativa é uma constante na retórica de Prebisch. O quadro 1 procura comparar o processo de industrialização entre centro e periferia à luz dos obstáculos enfrentados por esta, e nos ajuda a entender a exposição do autor em torno das “especificidades” da região.

Quadro 1 - Comparativo dos contrastes entre o desenvolvimento econômico no centro e na periferia.

	Centro	Periferia
Questão da Poupança	Não se dispunha de um volume grande poupança, porém a técnica da época não exigia grandes montantes de poupança	Dada a grande densidade de capital das técnicas modernas, a poupança de que se dispõe é muito pequena frente às necessidades de investimentos.
Dimensão dos mercados	Renda exígua coincidiu com formas de produção de escala menor, e esta escala foi se ampliando com o tempo.	Debilidade da demanda impede que se afirmem vantagens da produção em larga escala (característica da técnica moderna).
Concentração Regional	A elevação da renda foi um fenômeno geral e se propagou para todas as regiões do país, dada a grande mobilidade dos trabalhadores (ferrovias)	O desenvolvimento industrial (isto é, elevação da renda, produtividade e poupança) ficou concentrado em suas regiões de origem.
Sentido do Progresso Técnico (P.T.)	O P.T. da indústria gerou progresso da agricultura e o desenvolvimento das fabricas ia absorvendo os contingentes populacionais rurais.	O P.T., que provinha da agricultura, não gerava elevação dos salários, dado que a indústria não absorvia a população rural desempregada.
Acumulação de capital e desemprego	O P.T. criou desemprego, mas também tendeu absorvê-lo mediante a elevação dos investimentos (com destaque para os bens de capital).	O P.T. estimula o desenvolvimento industrial dos centros (dada a inexistência das indústrias de bens de capital) e ele vem acompanhado de elevado desemprego da população.
Custo do capital	Baixo, devido à abundância de poupança. As tecnologias eram no sentido de poupar trabalho (que era escasso e caro). Logo, era grande a economia de se substituir trabalho por capital.	Custo de capital é muito elevado (poupança escassa). A economia é menor, porque o capital importado poupa um recurso que na periferia é barato (trabalho).

Combinações ótimas entre trabalho e capital	Exigiu um grau de densidade de capital elevado.	Exigiu um grau de densidade de capital, porém não foi possível adaptar a tecnologia.
Padrões de consumo	A população modificava seu consumo conforme se elevava a renda real.	A população adquire formas de consumo correspondentes às etapas mais avançadas de desenvolvimento econômico, criando tensões.
Proteção à indústria e complexidade	Proteção foi necessária para todos que queriam desenvolver suas indústrias. Porém a diferença, em termos de produtividade, entre os mais e menos desenvolvidos durante a 2ª Revolução Industrial não foram tão acentuadas.	Proteção é necessária, tendo em vista os maiores níveis de ineficiência produtiva da produção substitutiva. Grandes diferenças de produtividade entre o centro e a periferia quando esta inicia seu desenvolvimento industrial.

Elaboração própria, com base em Prebisch (1951)

Mesmo diante de tais “limites” Prebisch ainda adotou um tom otimista em seus ensaios da década de 40 e 50 em relação à industrialização substitutiva, que nunca deixou de ser defendida em sua vida pública. Entretanto, em seus ensaios dos anos 60 o economista argentino adota um tom mais crítico em relação ao papel desempenhado pelo Estado durante o processo e os resultados sociais e econômicos atingidos.

1.2.4. Acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico

Os anos 1960 marcam uma fase crítica do pensamento da Cepal, muito em decorrência da autocrítica feita por seus intelectuais sobre a importância da industrialização para superar os entraves socioeconômicos da região. O ensaio “*Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*”, de 1963, marca uma mudança de tom nas teses de Prebisch em relação aos escritos na década imediatamente anterior.

Segundo o autor, a “robustez dinâmica” de um sistema econômico está em sua capacidade de imprimir velocidade ao ritmo de desenvolvimento e de melhorar continuamente a distribuição de renda – neste sentido as economias desenvolvidas mostraram-se altamente dinâmicas. Talvez valha a pena lembrar que, na opinião do autor, uma política de redistribuição de renda não se trata de retirar a renda da minoria superior para distribuí-la pura e simplesmente às camadas baixas. Consiste em direcionar a acumulação de capital com

vistas a cumprir o objetivo de crescimento da renda per capita capaz de chegar às camadas mais baixas do conjunto social.

Nestes termos, o sistema econômico na América Latina se mostrou pouco dinâmico, tendo em vista que o processo de acumulação – isto é, o aprofundamento da industrialização – não veio acompanhado de uma melhor distribuição de renda. A chave desta insuficiência é dada pelo tipo de tecnologia utilizada na região, dado que, em sua visão, o progresso técnico é o elo que permite ligar a acumulação de capital e a distribuição de renda.

Prebisch menciona que tanto fatores externos como internos de estrangulamento limitaram ou impediram a força expansiva da acumulação de capital na região, dado que a industrialização não corrigiu algumas disparidades nos países latino-americanos – em especial a questão do trabalho no campo. Entre os fatores externos de estrangulamento, Prebisch ressalta a estrutura do comércio internacional, que – pelo já exposto nos itens anteriores – nutria uma tendência ao estrangulamento externo da periferia, caso esta mantivesse o papel de provedora de produtos primários na divisão internacional do trabalho³⁰. A superação deste limite requereria uma modificação da estrutura geográfica do intercâmbio mundial, bem como sua composição, com o estímulo de exportações industriais proveniente dos países periféricos. Mas o autor reconhece a dificuldade desde empreendimento, tendo em vista que a industrialização latino-americana foi um **processo fechado** – isto é, não conseguiu alterar a estrutura do comércio internacional.

Já em relação aos fatores internos de estrangulamento, Prebisch centra a análise na estrutura agrária, com destaque para “o regime de posses de terra, que dificulta a assimilação da técnica, a ação deficiente do Estado para adaptar e difundir essa técnica e a precariedade dos investimentos” (Prebisch, 1963, p. 460).

No entanto, o foco sobre fraca “intensidade do desenvolvimento” recaiu sobre a acumulação de capital, sendo esta a “condição necessária, mas não suficiente” do desenvolvimento. Os problemas da insuficiência dinâmica do desenvolvimento interno estão (direta ou indiretamente) ligados à questão da tecnologia utilizada e, neste sentido, o autor

³⁰ Conforme já discutido, o estrangulamento externo é agravado não apenas pela estrutura do comércio exterior (Divisão Internacional do Trabalho) – que incide sobre a tendência à queda do volume exportado de matérias-primas –, mas também pela Deterioração dos Termos de Troca, que incide sobre os preços destas exportações. À medida que prevalecia tais mecanismos na economia, a acumulação de capital (que se dava muito em decorrência da capacidade de importar máquinas e equipamentos) se via entravada.

chama atenção para quatro fontes de insuficiência dinâmica do desenvolvimento interno, que devem ser lidas como entraves ao crescimento econômico da região.

1) *Elevado contingentes populacionais e ritmo inadequado da acumulação de capital.* O fato que marca a análise do autor neste ponto é que grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) ficou à margem do processo produtivo ao longo das décadas de industrialização na região. Quando a economia não cresce a uma determinada taxa, uma parte da população rural se desloca para os centros urbanos, em busca de trabalho em postos não qualificados, de baixa remuneração, encorpendo as fileiras urbanas dos desempregados, dado que a acumulação de capital se desenvolvia em ritmo inadequado para absorver a população excedente.

2) *Necessidade de mais investimentos e limitada capacidade de poupança da região.* Aumentada a produtividade da região, em decorrência do progresso técnico, também é necessário que haja um aumento do coeficiente de inversões. Mas, como aponta o autor, não faz sentido em se forçar a expansão da produção, quando não se aumenta de modo similar a capacidade de absorver da economia. O autor reconhece que, ao se elevar a produção, elevar-se-ia a renda média e, portanto, a capacidade da poupança da economia. No entanto, Prebisch também aponta que, dadas as características da tecnologia empregada, o avanço da produção viria acompanhada de um menor nível de emprego, de modo tal que os investimentos necessários para absorver a mão-de-obra redundante requeriam um volume indisponível de poupança. Assim, há um desequilíbrio entre acumulação de capital e a maior capacidade de poupança requerida, por força da utilização de um tipo de progresso técnico altamente intensivo em capital. Vale ressaltar que Prebisch reconhece a impossibilidade de “retroceder na técnica”, mas, de acordo com ele, a periferia poderia optar por uma utilização maior ou menor de mão-de-obra desde que fizesse um comparativo do custo do trabalho e do capital, levando em consideração os preços destes e as taxas de juros dos recursos monetários. Em grande medida, a tendência a empregar técnica produtiva desfavorável à absorção de mão-de-obra deveu-se à ação deficiente do Estado; uma ação planejadora seria condição *sine qua non* para a correção desta distorção.

3) *Enormes disparidades de distribuição de renda.* O consumo nas camadas mais altas é preferencialmente, voltado para produtos de indústrias que absorvem uma quantidade relativamente pequena de mão-de-obra e muito capital.

4) *Desperdício de capital*. Se o capital fosse melhor destinado poderia apresentar melhor produtividade. Em outras palavras, o capital deveria ser prioritariamente direcionado a áreas que exige maior emprego de mão-de-obra e, desta forma, se obteria uma maior produção por unidade de capital (ou uma maior relação produto-capital). Assim, reduzir-se-ia a proporção de capital necessário para se obter uma determinada taxa de crescimento.

Sobre a questão da acumulação de capital e distribuição de renda, Prebisch constata que os 5% mais ricos detém cerca de 30% do consumo pessoal total na região e que 50% da população consomem apenas 20% desse total. O autor nota que nesta desproporção de consumo existe um amplo potencial de poupança que permitiria elevar intensamente o ritmo de desenvolvimento. Uma das soluções seria impor restrições ao consumo, mas só isso não resolveria a questão da aceleração do desenvolvimento, pois, mais importante do que gerar esta poupança, é transformá-la em bens de capital e o drama é que os países da região não dispõem de capacidade nem para produzi-los nem para importá-los. Nestes termos, a única saída que caberia à América Latina seria a cooperação internacional, por meio de recursos financeiros. “Faz-se necessário o aporte temporário de recursos internacionais, até que a substituição de importações e o aumento das exportações vão permitindo o emprego interno e externo da maior poupança que se possa obter através da repressão do consumo” (Prebisch, 1963, p. 477)

Não deixa de ser curioso que, mesmo criticando o papel do Estado, e enfatizando as características (parciais e fechadas) da industrialização, Prebisch continua pensando a industrialização latino-americana nos termos da substituição de importações. Naquele mesmo ano, Conceição Tavares escreveria um artigo síntese da análise cepalina do modelo substitutivo de importações e, mesmo sem romper com os esquemas analíticos da Cepal, afirmara que o modelo já tinha se esgotado como fonte de dinamismo econômico na região.

1.3 Celso Furtado e o subdesenvolvimento latino-americano

Celso Furtado é o economista brasileiro que mais estimulou debates no campo do desenvolvimento econômico. Se não foi o maior economista que tivemos, é inegável que se tratou do mais original dentre todos. Conceição Tavares refere-se a Furtado como seu “grande mestre” e, neste sentido, uma leitura minuciosa em suas teses é fundamental para a compreensão das questões sobre as quais se dedicará a autora, que serão mais detalhadamente expostas nos próximos capítulos.

Discípulo de Raúl Prebisch, suas contribuições no campo da teoria estruturalista são vastas. Bielschowsky (2007) chama atenção para três: em primeiro lugar, a centralidade da história econômica enquanto um recurso metodológico para sustentação de suas teses sobre a realidade latino-americana e, particularmente, brasileira. Em segundo lugar, o pioneirismo em apontar a possibilidade de persistência do subemprego (isto é, da própria condição subdesenvolvida) mesmo diante da elevação média da produtividade da economia e, por fim, a inauguração de uma discussão centrada nas articulações entre crescimento e distribuição de renda, que viria a ganhar bastante relevo no âmbito do pensamento econômico estruturalista, tema sobre o qual Conceição Tavares trouxe algumas contribuições.

Nesta seção apresentaremos as contribuições de Furtado a partir de quatro recortes que mais direta ou indiretamente influenciaram as teses de Maria da Conceição Tavares nos anos 70. Em primeiro lugar, destacaremos sua contribuição à chamada teoria do subdesenvolvimento, em oposição ao “modelo clássico de desenvolvimento”, onde pretendemos mostrar as particularidades histórico-estruturais das economias subdesenvolvidas em relação às desenvolvidas, tendo como referência as obras *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967). Em segundo lugar dedicar-nos-emos à construção histórica do subdesenvolvimento, tendo como foco a economia brasileira, com o objetivo de mostrar como, segundo o autor, as marcas que ainda assolam nosso presente, foram sendo geridas ao longo da história, cuja obra de referência é *Formação Econômica do Brasil* (1959). Na sequência apresentaremos suas teses em torno da estagnação econômica, com o objetivo de compreender mais profundamente esta tese que exerceu enorme influência no âmbito do pensamento econômico latino americano – ideias reunidas em duas obras *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina* (1966) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Por último, abordaremos o papel das transnacionais na periferia em suas teses nos anos 60 e 70, com destaque para *O mito do desenvolvimento econômico* (1974).

1.3.1. Aspectos histórico-estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento

Apesar de Furtado ter seguido os passos de Prebisch no campo analítico do sistema centro-periferia, é importante lembrar que sua abordagem reserva algumas nuances em relação aos ensaios de Prebisch.

Como vimos na seção anterior, ainda que tenham sido vastas as contribuições teóricas de Prebisch, a ênfase de seu pensamento sempre esteve voltada à estrutura do comércio

internacional, a partir da qual outros conceitos seriam aprofundados por outros ligados à tradição cepalina, como é o caso de Furtado, Aníbal Pinto e da própria Maria da Conceição Tavares. Tendo como referência a inserção externa das economias periféricas (nos marcos dos esquemas centro-periferia), Furtado dará mais ênfase à análise das estruturas que se reproduziam internamente na periferia. “Teoricamente”, dirá Conceição Tavares, “sua concepção é semelhante ao esquema centro-periferia de Prebisch (1949), mas sua visão é mais completa porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa” (Tavares, 2000, p. 129). Ou ainda, nos termos do próprio Furtado:

O estudo do desenvolvimento econômico na América Latina toma como ponto de partida a integração das economias da região nos mercados mundiais, integração essa ocorrida, na quase totalidade dos casos, na segunda metade do século passado. **As características da realidade social e política latino-americana são ignoradas, limitando-se a uma análise de fatores econômicos pertinentes, principalmente aqueles relacionados com o comércio exterior e as finanças públicas.** Ocorre, entretanto, que o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros de institucionalidade, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social. (Furtado, 1959, p. 52 – grifos nossos)

Assim, a preocupação central do autor é a reconstrução histórica das especificidades da realidade latino-americana, tendo como referência as teses de Prebisch. Nestes termos, talvez seja possível afirmar que Furtado tenha sido o autor ligado à tradição cepalina que mais avançou no refinamento do método histórico-estrutural, com destaque para a história comparativa. Seu esforço de construir uma teoria do subdesenvolvimento veio acompanhado da reconstituição daquilo que ele chamou de “modelo clássico de desenvolvimento econômico”, referindo-se à formação do capitalismo originário na Inglaterra e sua subsequente expansão aos Estados Unidos, para então enquadrar o subdesenvolvimento como um resultado do processo histórico e uma forma específica de como se deu nossa inserção no capitalismo (Cano, 2007, p. 310).

A análise histórica permite ao autor evidenciar os fatores que levaram diferentes tipos de sociedades disporem de um excedente e, mais importante, identificar as razões que as levaram a transformar este excedente em instrumento de produção, isto é, em acumulação de capital.

A análise dos processos históricos de desenvolvimento constitui o ponto de partida para a compreensão das diversas formas que tomou a acumulação de capital, a qual constituiu condição necessária para o progresso técnico. Os fatores que permitem a uma sociedade dispor de um excedente – isto é, de uma margem que não será

absorvida pelo consumo corrente – e os que induzem a transformar esse excedente em instrumento de aumento da produção são os que devem ser postos em evidência pela análise histórica. (Furtado, 1967, p, 154).

1.3.1.1. O modelo clássico de desenvolvimento industrial

Segundo Furtado, antes da primeira revolução industrial, o desenvolvimento econômico era basicamente um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho, onde o agente dinâmico do processo era o comerciante. Entretanto, configurado o primeiro núcleo industrial na Inglaterra, a dinâmica da economia mundial sofreria intensa transformação. Para o autor, o desenvolvimento industrial clássico segue duas fases de periodização. A primeira é marcada pela desintegração das formas pré-capitalistas de produção e a segunda se refere ao momento em que este processo já foi concluído – é em oposição às características presentes nesta formação histórica que Furtado caracteriza o subdesenvolvimento enquanto realidade particular.

Durante a primeira fase, devido à própria desarticulação do artesanato, “o desenvolvimento se processava em condições de oferta de mão-de-obra totalmente elástica”³¹. Essa desarticulação se dava através da massiva oferta de mercadorias por preços inferiores aos praticados aos produtos artesanais, o que era possível mediante aos ganhos de produtividade ocasionados pela mecanização da indústria têxtil. Dada a elasticidade da oferta de mão-de-obra, não havia pressões de salários e, desta forma, os frutos dos aumentos de produtividade puderam mais facilmente ficar retidos nas mãos dos industriais, que se beneficiaram de lucros expressivos, tendo em vista que os custos de produção eram continuamente rebaixados. Essa massa de recursos concentrada estimulou os empresários a expandirem ainda mais a produção e a capacidade produtiva, o que se traduzia em aumento de produção no setor de bens de capital e, portanto, em aceleração do crescimento³².

Com uma oferta elástica de mão-de-obra, o principal fator determinante do ritmo de crescimento econômico era a capacidade produtiva da própria indústria de bens de capital³³, sendo que essa expansão se dava não por ganhos de produtividade (afinal a produção de equipamentos efetuava-se em base “semi-artesanal”), mas através da absorção de mão-de-obra. Esta primeira fase de desenvolvimento industrial caracterizou-se pelo avanço da

³¹ Furtado, 1961, p. 246

³² Idem, Ibid. p. 245

³³ Idem, Ibid. p. 247

participação da indústria de bens de capital no total da produção industrial – modificação essa que veio acompanhada de alterações na distribuição de renda, num contexto em que a massa total de lucros crescia com muito mais intensidade que a massa salarial³⁴.

À medida que a produção de bens de capital avançava sobre a de bens de consumo, reduzia-se relativamente a oferta de bens de consumo, enquanto o nível de demanda se mantinha inalterado, o que provocava pressões no sentido de elevação dos preços dos bens de consumo e, conseqüentemente, queda real dos salários. Neste contexto, a massa de lucros crescia muito à frente dos salários. Portanto, “cabe concluir que uma redução da produção de bens de consumo fará o salário médio real reduzir-se também, e que um aumento da produção de bens de capital resultará num aumento dos lucros” (Furtado, 1961, pp. 247-8)

O fim lógico desta fase foi a exaustão do excedente estrutural de mão-de-obra, a partir de quando esta tornou-se inelástica. Neste sentido fica clara a aproximação conceitual entre Prebisch e Furtado, se entendermos o desenvolvimento econômico como um processo histórico de aniquilamento da heterogeneidade, isto é, homogeneizador dos níveis de produtividade e de renda.

Na segunda fase do desenvolvimento das economias industriais, o ponto central estava na relativa inelasticidade da oferta de mão-de-obra. Neste período, a oferta de capital tendeu a crescer muito à frente da do fator trabalho, o que criava forte pressão no sentido da redistribuição da renda em favor dos trabalhadores. Caso a oferta de mão-de-obra continuasse inelástica necessariamente haveria uma pressão em favor dos grupos assalariados a ponto de reduzir a importância relativa da produção de bens de capital. A solução para este impasse residiu na própria tecnologia desenvolvida, que foi “progressivamente orientada no sentido de corrigir o desequilíbrio fundamental” (Furtado, 1961, p. 249).

A produtividade física da indústria de bens de capital passa a crescer nas indústrias produtoras de bens de consumo, o que provoca, num primeiro momento, uma redução relativa do preço dos equipamentos e, num segundo momento, a substituição de mão-de-obra por máquinas nas indústrias de bens de consumo. A resultante deste processo de desenvolvimento é a clara tendência a aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada. Como o preço dos equipamentos em termos de salários reais diminuía constantemente, a maior mecanização

³⁴ Idem, Ibid. p. 248

não implicara necessariamente em redução da taxa de rentabilidade dos novos capitais investidos.

Furtado, assim, estabelece uma clara ponte entre acumulação de capital, progresso técnico e distribuição de renda, aperfeiçoando bastante, neste quesito, a análise de Prebisch³⁵. Para o autor, o progresso técnico permitiu conciliar uma melhora na distribuição de renda com uma forte participação crescente das indústrias de bens de capital no produto total, isto é, com o próprio aprofundamento da acumulação de capital.

O importante a reter nesta discussão é a compreensão das condições lógico-históricas do desenvolvimento econômico e a evolução da própria tecnologia como fruto deste processo, o que a tornava altamente adequada às condições socioeconômicas dos países, pioneiramente, industrializados. Neste sentido, o “modelo clássico de desenvolvimento econômico”, emergido de condições históricas específicas, não pode ser considerado um modelo abstrato-universal.

Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias, em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do *homo economicus*, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas exige uma formulação desse problema em termos distintos. (Furtado, 1961, p. 153 – itálico no original)

1.3.1.2. Traços centrais do subdesenvolvimento – *uma primeira aproximação*

O subdesenvolvimento, enquanto formação histórica coetânea das transformações econômicas pós-revolução industrial, requer um tratamento teórico específico. Furtado repudia as interpretações sugeridas por Rostow, pelas quais o subdesenvolvimento é entendido enquanto uma etapa necessária na evolução do desenvolvimento. A ideia central de Furtado é que o subdesenvolvimento é um “processo histórico autônomo”, e não uma “etapa” pela qual tenham passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

No tocante às estruturas subdesenvolvidas, o autor trabalha com a ideia de diferentes graus de complexidade. Há estruturas menos complexas, sendo aquelas em que a economia é composta por um único setor exportador de produtos primários – geralmente onde penetra a

³⁵ Como vimos no item anterior, Prebisch só explicitou os nexos entre acumulação de capital-progresso técnico-distribuição de renda em 1963 – apesar de ter tratado de tais questões implicitamente desde 1949. O texto de Furtado é de 1961.

empresa capitalista estrangeira – convivendo com um expressivo setor de subsistência. Grosso modo, esse é o caso das economias centro-americanas.

A semelhança deste processo de desenvolvimento com a primeira fase do “modelo clássico industrial” é apenas aparente. A grande diferença, no entender de Furtado, é que a empresa capitalista que penetra na estrutura subdesenvolvida não se vincula dinamicamente a esta última, tendo em vista que a massa de lucros não se integra à economia local; pelo contrário, dirige-se às economias centrais. “Era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as condições estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários” (Furtado, 1961, p, 164)

Já o caso mais complexo de subdesenvolvimento, exemplo do qual é a própria economia brasileira, é aquele cuja economia convive com três setores: um de subsistência, outro voltado para a exportação de produtos primários e um terceiro ligado ao mercado interno, que compõe o núcleo urbano-industrial. Neste caso de estrutura subdesenvolvida, o problema do subdesenvolvimento apresentava outros aspectos de importância e, portanto, requereria um tratamento teórico distinto – o que explicita a utilização do método histórico-estrutural por Furtado, através do qual se propõe uma teorização mais adequada às especificidades estruturais de cada realidade econômica analisada.

O fator dinâmico básico das economias subdesenvolvidas mais “avançadas” continua a ser a procura externa. A diferença, segundo Furtado, é que nestas últimas estruturas subdesenvolvidas podem surgir “reações cumulativas” no sentido de provocar transformações estruturais no sistema. No caso da economia brasileira

(...) ao crescer a renda monetária por indução externa, crescem também os lucros do núcleo industrial ligado ao mercado interno e aumentam as inversões nesse núcleo, o que afeta favoravelmente o nível da renda monetária e, portanto, reduz a importância relativa da faixa de subsistência (Furtado, 1961, p. 169)

Como veremos com mais vagar no item subsequente, o núcleo industrial ligado ao mercado interno desenvolve-se através de um processo de substituição de importações de manufaturas mais simples. A preocupação do empresário industrial local era a de apresentar um artigo similar ao importado – o que o forçava a adotar métodos de produção tecnologicamente mais próximos daqueles que prevaleciam no centro, isto é, mais intensivos em capital, o que trazia consequências nocivas para os países da região.

Do ponto de vista do empresário de país subdesenvolvido, não somente a tecnologia se apresenta como variável independente (...) mas também a própria forma de desenvolvimento

do setor industrial de uma economia subdesenvolvida, seguindo a linha da substituição de importações, leva-o à adoção de uma tecnologia compatível com uma estrutura de custos e preços similar à que prevalece no mercado mundial de manufaturas. **É específica do subdesenvolvimento essa falta de correspondência entre disponibilidade de recursos e fatores e as combinações destes requeridas pela tecnologia que está sendo absorvida.** O que se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo externo, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão. (Furtado, 1961, pp. 173-4 – grifos nossos)

No entender de Furtado, o progresso técnico utilizado pela periferia inibe uma transformação mais acentuada da estrutura ocupacional, que se modifica com muita lentidão. Assim, há uma tendência do setor de subsistência a se perpetuar no bojo das transformações econômicas, o que incorria em níveis elevados de desemprego.

O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento. (Ibid., p. 172)

A forte tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos também é outra marca estrutural do subdesenvolvimento, segundo Furtado. Durante a etapa de crescimento para fora, isto é, na fase prévia à industrialização, esta tendência processava-se nos moldes da deterioração dos termos de troca, tal como formulado por Prebisch. Já durante a etapa de desenvolvimento para dentro, soma-se um outro foco de pressão na tendência anterior: a necessidade crescente de importação de máquinas e equipamentos para a produção interna.

O aumento da procura de importações, com o dobro da velocidade do da procura global, resulta das modificações estruturais impulsionadas pela aceleração do crescimento. Ao elevar-se o coeficiente de inversão, eleva-se também o de importação, pelo simples fato de que a inversão requer maior cobertura cambial. (Idem, ibidem, p. 185)

Se lembrarmos que o contexto da formação de um núcleo urbano-industrial nestas economias subdesenvolvidas mais complexas fora o de colapso das exportações, não é difícil identificar o efeito perturbador causado pela própria industrialização sobre o balanço de pagamentos. Em outras palavras, os mecanismos internos de defesa de renda atuaram no sentido de sustentar a demanda em um momento em que a capacidade de importação era

declinante. Nestas condições, devido à pressão sobre o balanço de pagamentos, as economias subdesenvolvidas tendiam a exibir estruturalmente um limite mais baixo de crescimento com estabilidade vis-à-vis às economias desenvolvidas – interpretação esta que abre caminho para uma visão “estagnacionista” das economias latino-americanas (mas Furtado só percorrerá esse caminho em meados da década de 60).

(...) podemos inferir que (...) o ritmo de crescimento compatível com a estabilidade interna é muito mais elevado nas estruturas desenvolvidas do que nas subdesenvolvidas. Este fato explica, por um lado, o crescimento mais lento das economias subdesenvolvidas, nos últimos decênios; por outro, a notória tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, observada em todos os países subdesenvolvidos que, de uma forma ou outra, tentam intensificar o seu crescimento. (Furtado, 1961, p. 186)

As transformações econômicas pelas quais passaram as economias subdesenvolvidas também desencadearam importantes e constantes pressões inflacionárias. A começar pelos instrumentos de defesa da renda do setor externo durante a grande depressão: expansão do crédito (para compra e estocagem de café) e desvalorização cambial. No primeiro caso, a fonte de recursos de financiamento não teve origem externa, mas interna: a emissão monetária – a qual representava pressões crescentes sobre o nível de preços. Já a desvalorização cambial provocava um radical encarecimento dos preços relativos dos bens manufaturados importados, o que, por um lado, tornava vantajosa sua produção interna, mas, por outro, encarecia os custos dos insumos importados utilizados.

Além destes fatores, Furtado ainda comenta um terceiro foco de pressão inflacionária ocasionado pelos desequilíbrios setoriais proveniente de uma industrialização espontânea, que estimulou excesso de capacidade em indústrias leves, que se tornavam mais lucrativas em face da política cambial, e insuficiência em outras, como infraestrutura, transportes, energia elétrica etc. Tendo em vista que a demanda era mais diversificada que a oferta, a aceleração do crescimento vinha, estruturalmente, acompanhada de pressões crescente sobre o balanço de pagamentos, o que gerava desvalorizações do câmbio e, portanto, pressionava o nível de preços internos. Desta forma, existe uma relação causal entre inflação e desequilíbrios no balanço de pagamentos nos países subdesenvolvidos: “... o problema do desequilíbrio externo – como um fenômeno persistente -, chega-se, necessariamente, à conclusão de que ele tem como causa um processo de inflação crônica, ou um desequilíbrio de custos e preços...” (Furtado, 1961, p. 190)

Em consequência das características assinaladas acima, não é difícil identificar mais dois traços estruturais que distinguem as economias subdesenvolvidas das desenvolvidas: a tendência à concentração da renda e a dependência externa.

No modelo clássico, o fator dinamizador do desenvolvimento fora um processo simultâneo de adoção e difusão de novas formas de consumo e de novos processos produtivos. Já na periferia, o fator dinamizador sempre residiu na importação de formas de consumo em benefício de apenas uma minoria da população³⁶. A elevação da concentração de renda deriva, em última instância, do próprio descasamento entre os fatores produtivos (excedente de mão-de-obra e tecnologias intensivas em capital) que inibia o crescimento da massa de salários na mesma proporção que provocava o crescimento na taxa de lucros³⁷.

O fato de a “formação de capital” ser determinada externamente, tanto no que se refere à geração de recursos (por meio da exportação de produtos primários) como na aquisição (via importação) de máquinas e equipamentos, reforça, em última instância, um aspecto central das economias subdesenvolvidas: a dependência externa.

Constitui característica geral das economias subdesenvolvidas um grau elevado de dependência do processo de formação de capital com respeito ao intercâmbio externo. Não somente de dependência no que concerne à formação dessa poupança em inversão real. (Furtado, 1961, p. 182)

Conforme aumenta a complexidade das estruturas subdesenvolvidas, a dependência passa a estar mais associada à “transformação da poupança em investimento”, dado que os lucros do setor industrial conseguiam formar volumes de poupança.

Na medida em que a estrutura econômica foi alcançando os estágios intermédios e superiores do subdesenvolvimento, os termos desses problemas se modificaram. Com efeito, já não era agora tanto pelo lado da poupança que o processo de formação de capital se ligava ao setor externo, porquanto a rentabilidade no setor que produz para o mercado interno (...) nem sempre se comparava desfavoravelmente com a do setor externo (...) Entretanto, essa independência, no que respeita à criação de poupança, vem quase sempre acompanhada, nas fases intermédias do subdesenvolvimento, de uma dependência maior para com a transformação da poupança em capital real. Eis por que a expansão da capacidade produtiva já não se realiza mediante a simples incorporação de novas terras e a extensão das plantações. (Furtado, 1961, p. 182)

³⁶ Furtado, 1967, pp. 258-9

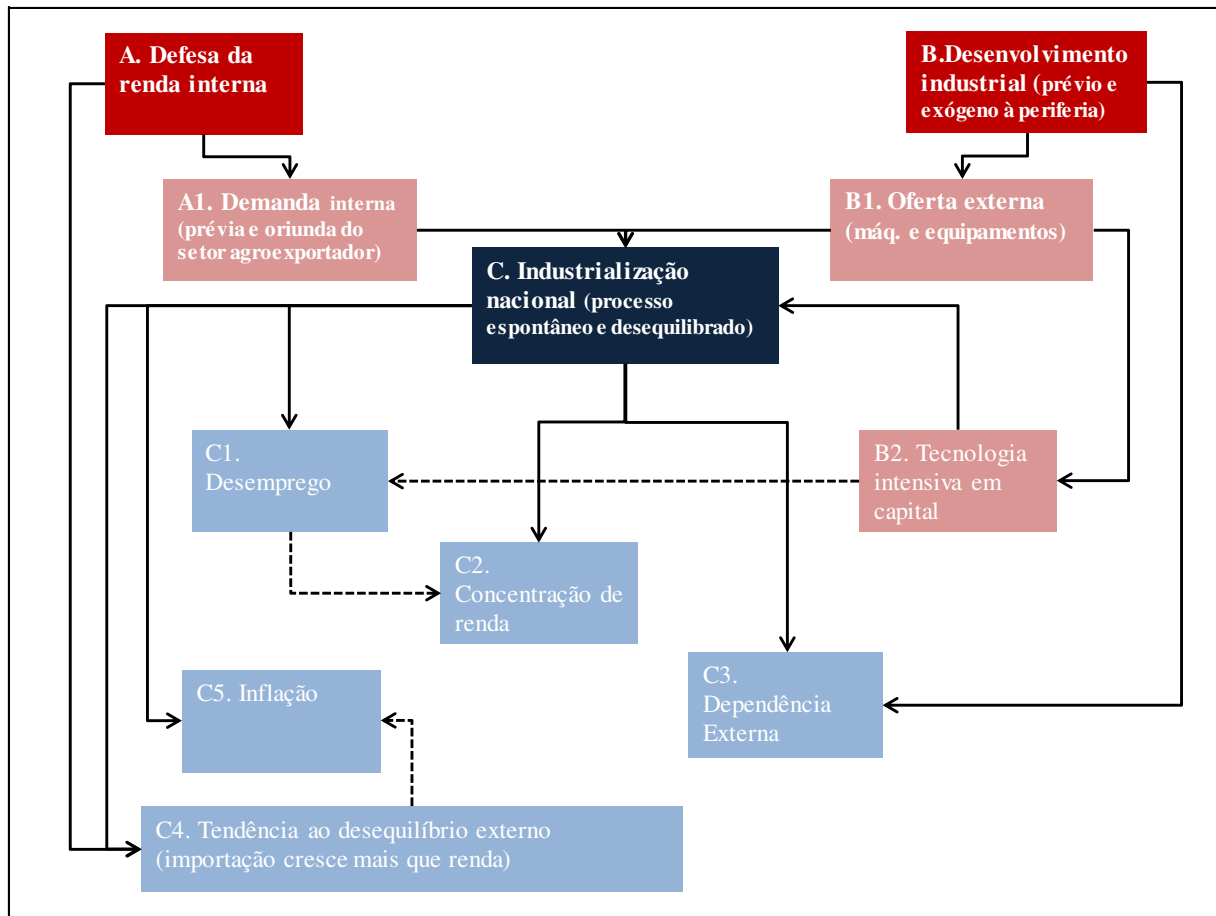
³⁷ Idem, Ibidem, pp. 260-1. O aspecto do “mimetismo cultural” será analisado na próxima seção, quando abordaremos a análise histórica da industrialização brasileira na ótica de Furtado.

Nestas condições, Furtado adota um tom cético em relação às teses iniciais da Cepal, para as quais o avanço da industrialização seria condição *sine qua non* da superação do nosso atraso. Pelo contrário, o processo espontâneo da industrialização tende a agravar as características fundamentais do subdesenvolvimento: desemprego, concentração de renda, inflação, desequilíbrio externo e dependência. Nestes termos, a expressão utilizada por Francisco de Oliveira (2003) sobre o “círculo vicioso do subdesenvolvimento” nada mais é do que a própria tendência à reprodução do subdesenvolvimento. De acordo com o próprio Furtado,

Se o setor desenvolvido aumenta seu produto sem absorver novos contingentes de mão-de-obra, e todo aumento de população tem que ser absorvido pelo setor atrasado, no nível de produtividade neste prevalecente, o aumento resultante da renda per capita do conjunto da população não se faz acompanhar necessariamente de aumento relativo do setor desenvolvido. Apesar da elevação da renda per capita, não foi alterado, nesta conformidade, o grau de subdesenvolvimento. (Furtado, 1961, p. 175).

Se, em última instância, é a dependência externa a causa essencial do subdesenvolvimento, podemos compreender que as características estruturais do subdesenvolvimento se originam na forma como tais economias são inseridas no sistema internacional. Podemos sintetizar de uma forma bastante simplificada o subdesenvolvimento da seguinte forma:

Quadro 2 – Esquema Simplificado do Subdesenvolvimento



Elaboração própria com base em Furtado (1961 e 1967)

Todas as características centrais do subdesenvolvimento são reforçadas e aprofundadas por um processo de industrialização guiado ao sabor das forças do mercado. Nestes termos, a própria superação do subdesenvolvimento requereria que o desenvolvimento industrial se fizesse nos marcos de um planejamento estatal corretivo de distorções, isto é, capaz de superar as ineficiências sociais, setoriais e macroeconômicas geridas durante a industrialização periférica. No entender de Furtado, a falta de planejamento explica em grande medida os desequilíbrios estruturais do próprio subdesenvolvimento.

1.3.2. Leitura história do subdesenvolvimento

Por ter representado um avanço importante nos marcos do pensamento cepalino, Bielshowsky (2000) refere-se à obra *Formação Econômica do Brasil* como “a obra-prima do estruturalismo brasileiro” (p. 162). No início dos anos 1950 a abordagem estruturalista apresentava-se vulnerável devido a uma falta de sistematização mais adequada de suas teses. Mais especificamente, era fundamental a demonstração de que a evolução histórica dos países que continuavam subdesenvolvidos em pleno século XX fora muito distinta daquela dos

países desenvolvidos. O esforço de Celso Furtado neste livro constituiu, na opinião de Bielschowsky, “uma resposta a essa vulnerabilidade”, cuja legitimação da referida abordagem seria dada através de um estudo histórico aplicado ao caso brasileiro.

No entanto, como já sugerimos no tópico 1.1, esta obra insere-se muito mais no campo da chamada economia em perspectiva histórica do que da história econômica propriamente. Trata-se de um ensaio de interpretação histórico-analítica tendo como ponto de partida as teses pioneiras de Raul Prebisch, que se insere nos marcos analíticos do keynesianismo, e não a reconstrução dos eventos históricos em si. Novais e Forastieri (2010) distinguem bem estas abordagens:

...os historiadores usam os conceitos, historicizando-os (...) o seu objetivo fundamental é sempre a reconstituição, isto é, o historiador explica para reconstituir, enquanto o cientista social reconstitui para explicar. (...) para o historiador, a conceituação é o meio e a reconstituição o fim; para o cientista, a conceituação (a explicação) é o fim e a reconstituição é o meio.” (p. 28).

Mais adiante, os autores são mais explícitos quanto à distinção entre economia em perspectiva histórica e história econômica:

... a distinção entre economia retrospectiva e história econômica fica mais explícita do que no caso das outras ciências sociais, mas é apenas uma questão de grau. Compare-se, por exemplo, a *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior, com *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado. No primeiro, a reconstituição predomina sobre a explicação; no segundo, predomina a explicação sobre a reconstituição. O primeiro é mais narrativo, o segundo mais explicativo. A distinção aparece, também, na forma da exposição, para além de problemas de estilo. (Idem, ibidem, p. 29 – grifos dos autores)

Nestes termos, a indagação de Furtado orienta-se para o mecanismo interno de funcionamento da economia brasileira para explicar sua evolução, tendo referência as teses estruturalistas. A grande pergunta que responde o livro é a de como se formou historicamente o conceito de subdesenvolvimento brasileiro, isto é, uma formação social economicamente marcada pelo dualismo estrutural, produto da convivência entre setores arcaicos de baixa produtividade, representados pela economia de subsistência, e empresas capitalistas exportadoras, que operam com elevada produtividade.

Assim não será uma arbitrariedade afirmar que *Formação econômica do Brasil* é um livro a ser lido ‘de trás para frente’ ou, melhor dizendo, que sua construção assim deve ser entendida. (...) Pode-se, então, afirmar que, tendo como ponto de partida a constatação do

subdesenvolvimento brasileiro (...), Furtado perscrutou o passado, buscando na originalidade de nossa constituição histórica as bases do atraso. (Vieira, 2007, pp. 90-91 – grifos da autora).

As bases do subdesenvolvimento devem ser buscadas, segundo Furtado, no processo histórico de formação nacional desde os tempos coloniais. Esta metodologia permitirá compreender os entraves à expansão da renda, à formação de um mercado interno e à diversificação da estrutura produtiva ao longo do tempo. Não é à toa que Bielschowsky afirmou que o autor gasta boa parte do livro fazendo uma análise “keynesiana pela negativa” (2000, p. 175), referindo-se à obsessão sobre a formação e fluxo de renda ao longo dos ciclos econômicos.

Superada as dificuldades iniciais de instalação, a **economia açucareira** reunia todas as condições para gerar um desenvolvimento econômico dinâmico: tinha ampla disponibilidade de fatores produtivos (terra e mão-de-obra) e operava em níveis elevadíssimos de produtividade, tendo em vista que a cultura era “cultura rentável e eficiente produtivamente”. O montante de capital investido “era considerável”, o que tornava igualmente “expressivo” o fluxo de renda gerado no interior da colônia. No entanto, a despeito de sua exuberância financeira, o fato de a renda ficar altamente concentrada nas mãos dos senhores de engenhos, devido ao caráter escravista do trabalho, limitava qualquer possibilidade de “efeito multiplicador” desta renda (e, portanto, de desenvolvimento endógeno), muito diferente do que ocorre em uma economia industrial com trabalho assalariado. “Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana” (Furtado, 1959, p. 80). O autor deixa bem clara a “análise keynesiana pela negativa”, a qual se refere Bielschowsky:

Numa economia a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isto porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento de fatores de produção. (...) A inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra e o valor do produto do trabalho da mesma era lucro para o empresário. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. (Furtado, 1959, p. 85)

Como a atividade econômica não implicava em relevantes pagamentos no interior da sociedade colonial, o fluxo de renda se estabelecia entre a unidade produtiva e o exterior. “A economia escravista dependia, assim, de forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário” (Idem, *ibidem*, p.90). Entretanto, mesmo nas baixas cíclicas, a estrutura se mantinha, dado o elevado volume de capital imobilizado nos engenhos e a inexistência de outras potenciais atividades. “A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (Furtado, 1959, p, 91).’

As duas fontes de energia dos engenhos (lenha e animal de tração) podiam ser supridas com grande vantagem na economia nordestina, tendo em vista a abundância de terras. “A essa abundância de terras se deve a criação, no próprio Nordeste, de um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira”. (Furtado, 1959, p. 95). A expansão deste segundo sistema consistia meramente no aumento dos rebanhos e na incorporação de mão-de-obra, o que excluía qualquer possibilidade de melhoria de produtividade. Na verdade, tratava-se de um setor de subsistência, com “dimensões ínfimas de mercado”. A dinâmica de seu crescimento estava inversamente atrelada à dinâmica do setor açucareiro, de modo que “...quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior” (Furtado, 1959, p. 104).

As dificuldades da economia açucareira desde fins do século XVII, quando os preços se reduziram à metade por força da desorganização internacional do mercado (devido à concorrência com as Antilhas) marcaram o início do atrofiamento da região, que se estenderia por séculos. À medida que a pecuária era capaz de absorver o excedente de população (produto de um aumento vegetativo), esta atividade ganhava maior importância relativa no complexo nordestino. Desta forma, as consequências desta dinâmica serão centrais na formação do subdesenvolvimento nacional: um retrocesso econômico da área mais produtiva (o açúcar) era acompanhado pelo crescimento significativo do setor menos rentável e de menor produtividade (a pecuária), que acomodava crescentemente os contingentes populacionais. Esta dinâmica permite-nos compreender já nos primeiros séculos de nossa formação econômica um dos traços constitutivos de nosso atraso: a existência de um setor de subsistência (de baixa produtividade) de enorme proporção – o que desnuda o caráter

estruturalista de sua análise. “As formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira”. (Furtado, 1959, p. 101).

Esta abordagem da obra será utilizada com abundância pelo autor em sua análise sobre as características formativas de nossa economia nos séculos seguintes, com o advento da economia mineira e, mais tarde, da economia cafeeira. Como afirma Vieira (2007)

Igual propósito – *busca dos elementos histórico-genéticos do subdesenvolvimento brasileiro* – e os mesmos procedimentos – *a investigação dos aspectos ligados à capitalização do setor de exportação, do fluxo de renda gerada no polo dinâmico, da regressão econômica e expansão das áreas de subsistência* – utilizados no estudo do complexo econômico nordestino servirão a Celso Furtado na análise da economia escravista mineira, do século XVIII, e da gestação do setor cafeeiro, no século XX. (p. 107 – itálico no original)

O advento da economia mineira, além de ter trazido um refrigério econômico à colônia, desencadeou um novo ciclo migratório: a população colonial de origem europeia decuplicou no correr do século da mineração, de tal modo que, pela primeira vez na história, os escravos deixaram de se constituir a maioria da população. Algumas diferenças em relação à economia açucareira são dignas de nota. Furtado menciona maiores possibilidades de ascensão social na economia mineira, o menor capital fixo requerido para inversão e as melhores condições de mercado externo. Apesar disso, esta atividade possuía níveis muito mais elevados de incerteza e de mobilidade frente à economia açucareira.

Outra diferença importante entre a economia mineira e açucareira está na relação com a pecuária. Diferentemente da região nordeste, a pecuária na região sul preexistiu à atividade mineira, dada a alta dependência do sistema de transporte de mulas para o abastecimento da população com alimentos. “Deste modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país” (Furtado, 1959, p. 122).

Apesar da renda média muito mais baixa, um conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido a região açucareira. Estas circunstâncias eram: 1) maior dimensão do mercado interno, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total; 2) a renda estava menos concentrada; 3) a população estava em grande parte reunida em grupos urbanos ou semiurbanos; 4) a grande distância entre a região mineira e os portos contribuía para encarecer os artigos importados. Apesar desse conjunto de circunstâncias o

desenvolvimento endógeno da região foi praticamente nulo. A principal causa, aponta Furtado, teria sido a “incapacidade técnica” dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras. Mas a primeira condição para isso ter acontecido no Brasil era algum desenvolvimento manufatureiro em Portugal. “A primeira condição para que o Brasil tivesse algum desenvolvimento manufatureiro, na segunda metade do século XVIII, teria de ter o próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal. (...) Houvesse Portugal acumulado alguma técnica manufatureira, e a mesma se teria transferido ao Brasil, malgrado disposições legislativas em contrário, como ocorreu nos EUA” (Furtado, 1959, p. 127).

Dada a incapacidade das regiões mineiras de ter desenvolvido atividades econômicas endógenas, esgotada a extração aurífera nada impedia a descapitalização das empresas, o que dava o tom da decadência da região. “Todo o sistema ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência” (Furtado, *ibidem*, p. 132). Esta foi a maior semelhança entre a economia mineira e a açucareira: em ambas economias, o “povoamento” se fizera em um sistema de alta produtividade e envolveu numa massa de população totalmente desarticulada, operando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência.

O início do século XIX foi um período muito difícil para a colônia, tanto em termos econômicos como políticos. A começar pelos econômicos, Furtado destaca a intensa deterioração dos termos de troca dos produtos comercializados tradicionalmente entre 1821 e 1850, sobretudo açúcar³⁸ e algodão³⁹, ao que se sobrepunha a franca decadência da economia

³⁸ Furtado elenca uma série de circunstâncias que explicam o quadro declinante do mercado de açúcar brasileiro: “O açúcar de beterraba, cuja produção se desenvolvera no contingente europeu na etapa das guerras napoleônicas, enraizara-se em interesses criados dentro de tradicionais mercados importadores. O mercado inglês continuava a ser abastecido pelas colônias antilhanas. Nos EUA, que constituíam o mercado importador em mais rápida expansão, se desenvolvia amplamente a produção da Louisiana, comprada dos franceses em 1803. Por último cabe referir que surgira no mercado do açúcar um novo supridor cujas possibilidades se definiam dia a dia como mais extraordinárias. Desfrutando de fretes extremamente baixos para os EUA, Cuba, que havia aberto os seus portos ‘a todas as nações amigas’ ainda como colônia espanhola, constituíra-se em principal supridor do mercado norte-americano”. (Furtado, 1961, p. 166-7)

³⁹ O cenário do algodão, o principal produto de exportação brasileira depois do açúcar, também era bastante adverso no início do século XIX. “A produção norte-americana, integrada nos interesses do grande mercado importador inglês, beneficiando-se do rápido crescimento da procura interna (...) dominava totalmente o mercado. (...) Ao iniciar-se a produção em grande escala nos EUA e ao transformar-se o algodão na principal matéria-prima do comércio mundial, os preços se reduziram a menos da terça parte (...). Com esse nível de preços, a rentabilidade do negócio algodoeiro era

mineira. Durante este período o setor externo esteve bastante deprimido. “Os exportadores de açúcar, para receber 24 por cento mais um valor, mais que dobraram a quantidade exportada; os de algodão receberam a metade do valor, exportando apenas dez por cento menos, e os de doutos e pelos mais que dobraram a quantidade para receber um valor doze por cento inferior”. (Furtado, 1959, p. 161).

Em termos políticos, chama atenção os efeitos das guerras napoleônicas na Europa, cujo impacto mais direto foi a transferência da Corte lusitana para o Rio de Janeiro e a indissociável “abertura dos portos” decretada em 1808. Os tratados comerciais de 1810, conduzidos por um liberalismo unilateral, apenas trouxe privilégios aduaneiros aos ingleses, somado aos quais vieram as pressões para a suspensão da importação de escravos. O clima era de tensão entre o governo britânico e a classe dominante brasileira.

À crise do setor externo somava-se a fiscal, tendo em vista que esta era a principal fonte de recursos do Estado. A saída foi a emissão monetária, o que trouxera grandes impactos sobre a taxa de câmbio e à inflação e, portanto, afetava mais diretamente a renda da população urbana, tendo em vista que a classe proprietária munia-se de mecanismos para melhor se defender, pois se “auto abasteciam” em suas grandes propriedades e seus gastos monetários eram amplamente “amortecidos” pelo sistema de trabalho escravo. Dado o estancamento do centro dinâmico da economia, o setor exportador, “[o que] houve, muito provavelmente, foi um aumento relativo do setor de subsistência” (Idem, *ibidem*, p. 163), cuja importância crescente traduzia-se, para o conjunto da população, em redução da renda média.

Neste aspecto, interessa reter o olhar estruturalista de Furtado em sua análise econômica. Nas entrelinhas, o autor permanece fiel à leitura histórica do subdesenvolvimento brasileiro, ressaltando reiteradamente suas marcas centrais, a saber: a grande dependência externa, a base fiscal deteriorada do Estado, o avanço da economia de subsistência – o que aprofundava o dualismo estrutural – e a intensa concentração de renda, intensificada pelo recorrente mecanismo de “socialização das perdas”, através do qual as classes empresariais dividiam suas perdas financeiras com o restante da população durante as baixas cíclicas – mas não “repartia” seus lucros nas altas.

O contexto econômico era crítico e o Brasil necessitava encontrar uma forma de se reintegrar às rotas internacionais do comércio, utilizando-se de seu fator de produção mais

extremamente baixa no Brasil, constituindo para as regiões que o produziam um complemento da economia de subsistência”. (Idem, *Ibidem*, p. 167)

abundante, a terra, dado que os capitais não existiam e grande parte da mão-de-obra permanecia “imobilizada na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos” (Idem, *ibidem*, p. 168). Esta forma, portanto, não poderia ser outra além da agroexportação, tendo em vista a inexistência de uma classe empreendedora. O café surge, como um *maná*, em meados da primeira metade do século XIX.

O segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira. A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. (Idem, *ibidem*, p. 196-70)

Além de ser economicamente viável, a gestação da economia cafeeira, segundo Furtado, foi também o período de formação de uma classe empresária muito diferente daquela que dirigia a economia açucareira. Os interesses desta classe emergente estavam entrelaçados entre a esfera da produção e da comercialização, o que lhes possibilitou uma clara consciência de seus próprios interesses – o que não ocorria com a classe dirigente açucareira, que estava alheia ao processo de comercialização internacional. Outra diferença fundamental entre as classes, é que, dado o poderio econômico em um contexto de decadência global da nação, os cafeicultores logo “compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica” (Idem, *ibidem*, p. 172) – mecanismo através do qual eles usaram e desempenharam papel fundamental no desenvolvimento posterior da economia brasileira.

Passada a fase de sua “gestação”, a economia cafeeira encontrava-se em condições de se “autofinanciar”, dados os limites relativamente “elásticos” dos fatores de produção dos quais necessitavam: terra e trabalho. No entanto, a mão-de-obra tornara-se cada vez mais escassa e, na fase imediatamente após a instalação extensiva dos cafezais, já dava claros sinais de que poderia tornar-se em um sério entrave à expansão econômica.

A mão-de-obra escrava estava bastante concentrada no complexo nordestino, e forças locais poderosas as mantinham imobilizadas ali no complexo. A proibição do tráfico externo tornava o problema cada vez mais “urgente” e o tráfico interno se via cada vez mais comprometido e custoso, tendo em vista a baixa taxa de reprodução da população escrava, que era submetida às condições precárias de alimentação e de vida. Neste contexto, a pergunta que se faz Furtado é: o enorme contingente do setor de subsistência, por que não o utilizar?

A resposta do autor é categórica, ao afirmar que a economia de subsistência estava altamente dispersa e, onde existia um núcleo maior de concentração, havia uma unidade social entre esta faixa da população e os seus grandes proprietários, sendo que muitas vezes eles se ligavam por um “laço místico de fidelidade”. A desorganização desta unidade social dependia do interesse o proprietário das terras e, dado que seu prestígio dependia da quantidade de homens submetidos à sua roça, não é difícil perceber que houve total falta de cooperação por parte deles. Destarte, o recrutamento desta população representava um processo de difícil implementação prática, além de extremamente custoso.

...a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários de terra. A experiência demonstrou, entretanto, que **essa cooperação dificilmente poderia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.** (Ibid., p. 179 – grifos nossos)

A solução não foi outra que a importação de contingentes europeus de trabalhadores de modo a aumentar a oferta de força de trabalho para a grande lavoura. Essa importação, implementada inicialmente de forma desastrada pelo governo imperial, foi, a partir de 1870, conduzida pelos cafeicultores paulistas, com respaldo governamental⁴⁰, tendo em vista a gravidade da situação: a partir dos anos 1860 a melhora nos preços do café tornava mais atrativa a expansão da cultura, que se via seriamente comprometida pela falta de mão-de-obra.

Ganha grande destaque na exposição do autor o fato de a economia brasileira ter ficado três quartos de séculos estagnada por força do comércio exterior debilitado, período que se alongou entre o definhamento da economia mineira e a emergência do café enquanto produto com expressão nacional do ponto de vista das exportações. Durante estas décadas, apesar da estagnação secular, a população ia crescendo a taxas muito superiores à da renda, o que sinaliza para um aumento, sem precedentes, da população alocada no setor de subsistência, isto é, aprofundando a heterogeneidade estrutural da economia brasileira, a qual

⁴⁰ “A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Ademais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família (...) Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas” (Idem, Ibidem, 187).

chegou ao século XX com profundas marcas de atrasado social – o que não ocorreu, por exemplo, com a economia norte-americana. “A diferença fundamental está em que, enquanto os EUA na segunda metade do século XIX mantiveram um ritmo de crescimento que vinha do último quartel do século anterior, o Brasil iniciou uma etapa de crescimento após três quartos de século de estagnação e provavelmente de retrocesso em sua renda per capital”. (Idem, *ibidem*, 215). Mais importante que esta comparação, é a conexão que o autor faz entre este fato do século XIX e o século XX:

Se a economia brasileira houvesse alcançado, na primeira metade do século XIX, uma taxa de crescimento idêntica à da segunda metade do mesmo século (...) a renda real da população brasileira, seria, em 1950, da ordem de quinhentos reais, isto é, comparável à média dos países da Europa Ocidental, nesse ano. Os dados apresentados no parágrafo anterior projetam alguma luz sobre o problema do atraso relativo da economia brasileira na etapa atual. Esse atraso tem sua causa não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos, o qual parece haver sido razoavelmente intenso, mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores. **Não conseguindo o Brasil integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados, criaram-se profundas dessemelhanças entre seu sistema econômico e os daqueles países.** (Idem, *ibidem*, pp. 216-7 – grifos nossos)

Nesta passagem o autor parece ter “concluído” seu esforço de reconstrução histórica das circunstâncias que conduziram o Brasil à uma formação econômica estruturalmente subdesenvolvida no século XX. Nos capítulos subsequentes, Furtado examina o processo de crescimento e declínio da economia cafeeira, bem como a transição para a economia industrial, o que explica sua ênfase nos efeitos da expansão da renda. A abordagem, a partir de então, se torna mais propriamente “keynesiano-estruturalista”, como propõe Bielschowsky (2000).

O maior destaque sobre este ponto da análise é o aumento da importância relativa do setor assalariado no setor exportador, o que vinha a se constituir o “núcleo de uma economia de mercado interno”, o qual passa a criar as condições necessárias para crescer mais intensamente que a economia de exportação, apesar de esta ainda permanecer como o centro dinâmico da economia global. A dependência externa é novamente reafirmada por Furtado como motor da economia, pois, segundo o autor, é como reflexo de um aumento do impulso externo que os salários pagos no setor externo formam o cerne de uma economia de mercado interno.

A economia cafeeira ganha um novo impulso com o advento do sistema de assalariamento: à abundância preexistente de terras veio a se juntar, agora, uma maior elasticidade da oferta de mão-de-obra. Mas é curioso, na análise do autor, que esta intensa “oferta de mão-de-obra” não tenha decorrido, exclusivamente, das massivas imigrações europeias – estas foram fundamentais entre 1870 e 1890, grosso modo. O autor dá grande destaque para os intensos “deslocamentos internos”, que possibilitaram ao setor manter seu salário real praticamente estável. (Furtado, 1959, p. 220): “...se a expansão da economia cafeeira houvesse dependendo exclusivamente da mão-de-obra europeia imigrante, os salários ter-se-iam estabelecido em níveis mais altos” (Ibid., p. 221). Desta forma, o autor volta a considerar o setor ligado à subsistência como um limite estrutural do aumento dos salários.

Dadas a relativa elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculo por parte dos salários ou da renda da terra. Com efeito, os deslocamentos de mão-de-obra dentro do país e a imigração processaram-se independentemente da elevação do salário real naqueles setores ou regiões que atraíram fatores. O setor cafeeiro pode, na verdade, manter seu salário real praticamente estável durante a longa etapa de sua expansão. Bastou que esse salário fosse, em termos absolutos, mais elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia, e que a produção se expandisse, para que a força de trabalho se deslocasse. **Portanto, teve importância fundamental, no desenvolvimento do nosso sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a existência mão-de-obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores.** (Idem, ibidem, pp. 220-1 – grifos nossos)

Há um silêncio, neste ponto, sobre uma aparente contradição na argumentação do autor. Nos capítulos anteriores, como vimos, o autor faz uma extensa reconstrução histórica para explicar como se formou um exército populacional em torno de um vasto setor de subsistência ao longo da etapa colonial e, principalmente, do século XIX. Quando surge o café, todo aquele imenso setor de subsistência não pode ser convertido em mão-de-obra, por fatores políticos, culturais ou econômicos, restando somente à imigração europeia como solução do problema da falta de braços para a lavoura – a partir daí os cafezais não tiveram mais limites internos. Encontrada esta saída, sua expansão posterior esteve assegurada pelo “deslocamento interno”, possivelmente em decorrência da atratividade que o sistema de assalariamento representou na economia – o que nos leva ao problema da abolição da escravatura.

Na região cafeeira, as consequências da abolição foram diversas. Apesar de tudo indicar que “...na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da

renda em favor da mão-de-obra” (Furtado, 1959, p. 203), a melhora da remuneração do trabalho “...parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores”. O autor, neste ponto, recorre aos aspectos mais amplos da escravidão e chega à “mentalidade” dos escravos. “Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima das necessidades (...) determina de imediato uma forte preferência pelo ócio” (Idem, *ibidem*, p. 204). Nestes termos, “...uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir o grau de utilização da força de trabalho” (Idem, *Ibidem*).

Diante disto, parece lacônica a argumentação de Furtado sobre a questão dos salários nos cafezais, por dois motivos. Em primeiro lugar, se, por um lado, o setor de subsistência esteve disperso – ainda que de forma bem menos intensa nas regiões produtoras de café do que nas produtoras de açúcar – e, por outro, se a abolição da escravatura acirrou o problema da escassez da mão-de-obra nos cafezais – por conta de uma mentalidade dos escravos estranha à ideia de acumulação – de onde vieram estes “deslocamentos internos” aos quais Furtado se refere? Em segundo lugar, se o setor de subsistência esteve, grosso modo, disperso e de difícil recrutamento, de que maneira este setor pôde influenciar as taxas de salários pagas nos cafezais? Ou, dito de outra forma, como algo alheio ao sistema pode influenciá-lo desta forma tão intensa?

Há um silêncio sobre a primeira questão e a resposta para a segunda questão, a nosso ver, deve ser buscada nos aspectos metodológicos. Furtado mantém-se dentro dos marcos do estruturalismo latino-americano, cuja centralidade da questão da “acumulação de capital” é dupla: são tanto os fatores externos como a força do dualismo estrutural. Maria da Conceição Tavares, como veremos adiante, introduzirá uma nova maneira que estudar a acumulação de capital e a determinação de salários, evitando esses problemas lógicos.

De qualquer forma, o ponto central na análise do autor é o aumento da importância do salário mínimo, que promove um aumento da renda pelo efeito multiplicador. Como a população crescia muito mais no setor monetário do que no conjunto da economia, a massa de salários monetários “aumentava mais rapidamente que o produto global” (p.221). Se lembrarmos que grande parte desse aumento da renda terá que ser satisfeita por importações, existe uma relação “relativamente estável” entre o aumento da renda e o das importações

(Furtado, 1959, p. 226), que se manifestará sob a forma de “desequilíbrio externo” quando o setor exportador estiver em dificuldades. Furtado chama atenção para uma “defasagem” entre o momento em que se deflagra uma crise nos centros industriais (promovendo os impactos já conhecidos: brusca queda dos preços dos produtos primários e evasão de divisas no país) e os efeitos dos aumentos anteriores do valor e do volume das exportações – que ainda estavam estimulando a renda e, portanto, as importações.

É necessário que passe algum tempo para que a contração do valor das exportações exerça seu pleno efeito sobre a procura de importações, sendo, portanto, de esperar que se crie um desequilíbrio inicial na balança de pagamentos (Furtado, 1959, p. 228-9)

Nas altas cíclicas, os aumentos de produtividade eram de natureza puramente econômica, e não física, isto é, representavam a melhora dos preços das exportações e, portanto, refletiam uma expansão da margem de lucro do empresário, que se traduzia sempre em maior concentração de renda, dada a inexistência de pressões para elevação de salários. Na etapa de declínio, a perda de produtividade do setor exportador vinha acompanhada de queda das margens de lucros, mas o mecanismo que corrigia o desequilíbrio externo, isto é a depreciação cambial, transferia o prejuízo para a massa consumidora e, assim, as margens de lucro permaneciam relativamente constantes. O importante a reter aqui é a continuidade do processo de concentração de renda, tanto na fase de prosperidade como na etapa de contração do setor externo. A razão deste *modus operandi* estava, segundo o autor, na própria “sobrevivência de um organismo econômico que contava com escassos meios de defesa” (Idem, ibidem, 239), referindo-se à tendência à deterioração dos termos de troca e à maneira como a crise imposta de fora para dentro representava um cataclismo.

Explica-se, portanto, que a economia procurasse por todos os meios manter o seu nível de emprego durante os períodos de depressão. Qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, sempre era vantajoso, do ponto de vista do conjunto da coletividade, manter o nível das exportações. Defendia-se, assim, o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado **era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas.** (Idem, ibidem, p. 241 – grifos nossos)

Assim, nesta passagem, Furtado reitera um traço fundamental no subdesenvolvimento: *o dinamismo destas economias historicamente nutriu-se de uma maior concentração de renda.* É curioso como isso escapa a Furtado, anos mais tarde, em sua análise sobre a

estagnação dos anos 1960 (ponto que será discutido no próximo item), e ao mesmo tempo como isso é desenvolvido por Conceição Tavares (ponto que será discutido na Parte III).

Apesar de ter se referido anteriormente que a economia cafeeira “contava com escassos meios de defesa”, Furtado enfatiza, no capítulo 30, uma característica central desta economia que a diferencia muito dos demais produtos agroexportadores brasileiros: os cafeicultores brasileiros controlavam aproximadamente três quartas partes da oferta mundial de café, o que lhe abriria a possibilidade de influir na evolução dos preços desse bem, ideia esta que não tardou a amadurecer: “Ao comprovar-se a primeira crise de superprodução, nos anos iniciais do século XX, os empresários brasileiros logo perceberam que se encontravam em situação privilegiada, entre os produtores do artigo primário, para defender-se contra a baixa de preços”. *Ibid.*, p. 253

À medida que a atividade cafeeira se expandia (e exacerbava a pressão sobre a queda dos preços do café), os cafeicultores e o governo paulista celebram o “Convênio de Taubaté”, em 1906, o que na prática representava a uma série de políticas tendo como objetivo a “valorização” do preço do café no mercado internacional⁴¹.

A retenção dos estoques do café promovia, no curto prazo, uma elevação artificial de seus preços, o qual estimulava uma nova onda de inversões nos cafeicultores, tornando crescente, no longo prazo, o problema de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura.

Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave. (Furtado, 1959, p, 256).

Manter elevado o preço do café de forma persistente era criar condições para que o desequilíbrio entre oferta e procura se aprofundasse cada vez mais. Para evitar essa tendência teria sido necessário que a política de defesa dos preços houvesse sido completada por outra de decidido desestímulo às inversões em plantações (Furtado, 1959, p. 258), o que era impraticável, tendo em vista que o setor cafeeiro era a única alternativa do empresário produtor. O exagero desta política foi de ordem tal que, “em 1929 o valor dos estoques

⁴¹ Esta política consistia no seguinte: “a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações” (Idem, *Ibidem*, pp. 253-4).

acumulados sobrepassou dez por cento do produto territorial bruto do ano” (Idem, *ibidem*, p. 260).

Deflagrada a crise de 1929, a economia cafeeira apresentava-se em plena expansão das colheitas, fruto das plantações nos anos anteriores, mas a política de crédito exterior para o financiamento da retenção dos estoques estava completamente vetada. A intensa e brusca queda do preço internacional do café acirrou o desequilíbrio externo, que se refletia em queda do valor externo da moeda. Esta depreciação cambial aliviava o impacto da queda internacional do preço do café, o que induzia os empresários a continuar colhendo o produto, e isto, por sua vez, incorria em crescente agravamento da crise: os preços baixavam, desequilibrava ainda mais as contas externas e a crise se tornava ainda mais grave.

Tornava-se indispensável estancar a via pela qual se intensificava o desequilíbrio externo da economia brasileira: a queda do preço internacional do café. Mas não bastava apenas retirar do mercado parte da produção do café, era necessário destruir tais estoques, de modo a garantir um “equilíbrio” entre oferta e procura em nível mais elevado de preço.

Segundo Furtado, esta política de proteção do setor cafeeiro teve efeitos muito além dos propostos conscientemente, pois “ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto” (Idem, *ibidem*, 269). É explícita a inspiração keynesiana do autor nesta passagem.

O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. (Idem, *ibidem*, p. 271)

A conseqüência dessas políticas – de um lado, a desvalorização da taxa de câmbio que reduzia a demanda por importações, de outro a manutenção da renda interna da agroexportação – foi o aquecimento do mercado interno, pois a demanda tornava-se cada vez mais firme. É isso que lhe permite afirmar que “a massa de salários pagos no setor exportador vem a ser (...) o núcleo de uma economia de mercado interno” (Idem, *ibidem*, p. 269) e que, portanto, “a política [anticíclica] de defesa do setor cafeeiro concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” (Idem, *ibidem*, p. 271-2)

Furtado mostra que ao se manter elevado o nível da procura interna, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos

casos, sua rentabilidade, que se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Precisamente, lembra o autor que

...a participação das exportações como elemento formador da renda dos produtores caiu de setenta por cento para 57 por cento. (...) A recuperação, entretanto, veio rápida, e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de cinquenta por cento entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de quarenta por cento no mesmo período. (Idem, *ibidem*, p. 281).

Nesta ocasião, o que se observa é a uma mudança estrutural na economia brasileira, deixando esta de ser sustentada pelo setor agroexportador e passando a ser mais dependente de um sistema industrial, ocorrendo assim o “deslocamento do centro dinâmico”, isto é, quando o mercado interno passa a ter uma maior participação no processo de formação de capital, a partir da crise econômica de 1929.

Boa parte da manutenção da renda monetária do setor exportador, que se constituía no embrião do mercado interno deveu-se, para Furtado, aos planos de defesa realizados pelo governo de financiamento dos estoques de café. Assim, a produção de café expandia-se mesmo depois da crise, mantendo-se a demanda em nível relativamente elevado no setor exportador. (Furtado 1959, p. 282)

No entanto, ao manter-se a renda monetária enquanto baixava bruscamente a capacidade de importar, foi necessário que subissem fortemente os preços dos produtos importados, via desvalorização cambial, para que se restabelecesse o equilíbrio entre a procura e a oferta de divisas para pagar importações e conter o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Diante deste “estrangulamento externo”, de uma drástica redução da capacidade de importar produtos manufaturados, surgem, espontaneamente⁴², as indústrias destinadas a “substituir importações”. (Idem, *ibidem*, pp. 283-284). Porém, não obstante o ímpeto dessa “industrialização”, que se desenrola ocupando os espaços deixados em aberto pelas importações no mercado nacional, o dinamismo da economia brasileira ainda era determinado pelo mercado mundial. O que ocorre, na verdade, é uma mudança no papel do setor exportador, que, por um lado, deixou de ser o único determinante do crescimento da renda interna, mas, por outro, tornou-se estratégico para criar a capacidade de importar os bens de capital essenciais para o investimento na indústria de transformação. (Furtado, 1961, p. 213)

⁴² Em uma entrevista, o autor deixa clara sua interpretação acerca da industrialização sucedida neste período, quando diz que “(...) a industrialização do Brasil dos anos 30 se fez sem política de industrialização propriamente. Esta surgiu com Volta Redonda, muito tempo depois. Houve industrialização, só que sem política.” (Furtado, 1996, p. 75)

Para deslocar efetivamente o eixo dinâmico para as atividades voltadas para o mercado interno seria necessário, de acordo com Furtado, que o parque industrial brasileiro atingisse um tal grau de diversificação que produzisse parte substancial das máquinas e equipamentos necessários à sua própria expansão, de modo a criar uma demanda intra e intersetorial suficiente para movimentar todo o sistema. Neste caso, a demanda deixaria de se originar fora do parque industrial, e adviria do próprio impulso dos investimentos.

O fato de a industrialização neste período não ter vindo acompanhada de um planejamento adequado nutriu uma série de desequilíbrios que a tornaram um processo altamente problemático. Conforme a demanda interna crescia em ritmo muito superior ao da oferta, cuja inelasticidade devia-se à falta de capacidade para importar, criavam-se pressões crescentes sobre o balanço de pagamentos e sobre o nível de preços.

A política seguida durante os anos de guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise: taxa de câmbio desvalorizada e compra de estoques de café, de modo a estimular o fluxo de poder de compra dentro da economia. No entanto, a conjuntura do setor externo era bastante diferente. Nos anos de guerra (1939-45), houve uma elevação da renda criada no setor agroexportador, mas a oferta, que se dava via importações, não pode se expandir na mesma magnitude, tendo em vista as adversidades no comércio internacional em decorrência da Segunda Guerra. “No período da guerra, porém, ..., o volume de importações não cresceria, pois a produção de bens exportáveis e a disponibilidade de transporte marítimo estavam controladas nos países em guerra e independiam do sistema de preços” (Furtado, 1959, p. 292). Ou ainda:

A tensão suplementar que se exerce sobre a economia, a partir de 1940, é automaticamente acompanhada de uma alta brusca de preços. O nível geral de preços, que entre 1929 e 1939 havia aumentado apenas 31 por cento, entre 1940 e 1944 sobe 86 por cento. Já em 1942, primeiro ano em que a economia é submetida a um esforço mais intenso, o nível de preços sobe dezoito por cento. (Idem, *ibidem*, p. 296)

Internamente, o autor ressalta que neste período as indústrias já operavam em níveis elevadíssimos da capacidade instalada, diferentemente do que ocorrera no início da década de 1930, o que pressionava bastante o nível de preços. “Como a economia estava funcionando à plena utilização de sua capacidade produtiva, mesmo sem ter em conta os efeitos da baixa geral de produtividade, era inevitável que a pressão resultante do desequilíbrio entre o nível da renda monetária e o da oferta de bens e serviços se resolvesse numa alta de preços” (Idem, *ibidem*, 293).

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) Furtado volta a se debruçar sobre o processo de industrialização brasileiro. Além dos elementos já destacados em *Formação Econômica do Brasil*, o autor também ressaltaria que os problemas na oferta interna foram se acumulando durante o processo, devido à falta de uma política de desenvolvimento, tendo em vista que alguns setores importantes para reduzir custos foram deixados à margem, tais como serviços básicos de transportes e fontes de energia, tais “desajustamentos” se traduziram em pressões inflacionárias. (Furtado, 1961, p. 209).

Além disso, como as importações eram controladas em função da “não essencialidade”, houve uma tendência de os investimentos não se distribuírem de acordo com critérios de “complementaridade”, mas sim “na razão inversa da essencialidade da indústria” (Idem, ibidem, p. 211). Desta forma, conclui o autor, “o processo de substituição de importações [sobretudo até 1955] foi seriamente prejudicado pela falta de uma adequada orientação dos investimentos” (Furtado, 1961, p. 211).

A partir de meados da década de 1950, o setor industrial deu um passo fundamental com a ampliação e diversificação das indústrias de bens de produção. A partir daí, o desenvolvimento da economia brasileira passa a depender basicamente de fatores endógenos, pois o setor industrial (que liderava o desenvolvimento do país) passou a apoiar-se em si próprio para crescer. “Entre 1955 e 1960 a produção industrial no setor de bens de consumo cresceu 63% e no de bens de produção, 370%” (Furtado, 1961, p. 213).

Furtado, apesar de fazer uma qualificação muito importante do desenvolvimento industrial ocorrido entre 1955 e 1960, não deixa de interpretar este período nos marcos da industrialização substitutiva de importações, isto é, sem perder de vista que o impulso dinâmico da indústria era dado pelos estrangulamentos na capacidade de importar. “*Esse grande impulso relativo às indústrias de bens de capital era necessário para romper a barreira da capacidade para importar, encerrando a fase das pressões inflacionárias incontíveis*” (Furtado, 1961, p. 213).

1.3.3. A questão da dependência e a necessidade do desenvolvimento em bases nacionais

O tratamento mais adequado das consequências da “última fase” do processo de industrialização substitutiva fora abordado mais claramente em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), livro que também pode ser considerado como uma versão mais refinada de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Neste livro, Furtado reitera

que o elemento básico do subdesenvolvimento é a dependência externa, ou melhor, o ponto de partida deve ser sempre a forma como tais economias se inserem globalmente.

...o comportamento das economias subdesenvolvidas não pode ser explicado sem que se tenham em conta as normas que regem sua inserção no sistema econômico mundial. Em conclusão, uma teoria do subdesenvolvimento pressupõe algumas hipóteses explicativas do fenômeno da dependência externa. (Furtado, 1967, p. 254)

A dependência foi se manifestando de formas diferentes ao longo das fases transformadoras dos países periféricos, de modo que a própria transformação das economias periféricas reflete a evolução das metamorfoses do processo de dependência destas sociedades. O autor compara três fases: a das vantagens comparativas, a das substituições de importações fáceis e a das substituições difíceis.

Na época das vantagens comparativas, apenas um grupo social estava culturalmente integrado nos subsistemas dominantes, através do consumo de bens altamente sofisticados – importando padrões de consumo cêntricos, o que dá uma conotação cultural ao dualismo estrutural. A expansão global do sistema acarretava transformações muito tímidas na periferia: apenas ocasionalmente a elevação da produtividade penetrava o progresso técnico, que se manifestava sob a forma de infraestruturas e urbanização, nas etapas mais recentes desta fase. *“O que sempre acompanhava a elevação da produtividade era a modernização dos padrões de consumo da minoria local dominante”*. (Furtado, 1967, p. 260)

Na fase da industrialização substitutiva de importações a expansão global do sistema já não tem o mesmo papel dinamizador da economia e a referida descontinuidade da demanda se transfere para a estrutura do aparelho produtivo, o qual é instalado para satisfazer às necessidades de uma clientela que antes se abastecia com importações – e o fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se como “um desequilíbrio no nível de fatores, decorrente da inadequação da tecnologia” (Idem, *ibidem*, p. 259). A penetração de novas técnicas de produção traz consigo a descentralização geográfica da atividade manufatureira, o que não significa que a industrialização ocorrera no sentido de trazer autonomia para criar produtos industriais, antes pelo contrário, significou tão somente localizar na periferia a produção física de artigos que continuavam sendo produzidos nos centros dominantes. Surge daí a impossibilidade local prática de realizar investimentos que se destinam a satisfazer às necessidades da massa da população.

Por fim, com a instalação do parque industrial o quadro econômico se metamorfoseará mais uma vez. O fator dinamizador passa a ser a difusão de novas formas de consumo imitadas dos países cêntricos em benefício de uma minoria restrita. O descasamento entre os fatores produtivos (excedente de mão-de-obra e tecnologia intensiva em capital) promoveu uma intensificação da concentração de renda, tendo em vista que os salários se mantiveram baixos por força do próprio excedente de mão-de-obra, e a esmagadora maioria da população se manteve à margem da economia monetária e, conseqüentemente, do mercado de manufaturados.

A dependência, enquanto causa última da condição subdesenvolvida, é um fenômeno que se manifesta pelo descasamento entre a disponibilidade de recursos e a utilização dos fatores de produção, o que se deve tanto a fatores externos – tendo em vista que a atividade manufatureira obedece a certas normas de organização e funcionamento que são feitas nos países desenvolvidos, que se manifestam pela disponibilidade de tecnologia (marcada pelo alto coeficiente de capital) e também pela forma como ela é transferida para a periferia – e internos – tendo em vista que o “*mimetismo cultural*” das classes dominantes periféricas impulsionava o desenvolvimento industrial e, com ele, estreitava ainda mais os laços de dependência.

As características do processo de industrialização são sintetizadas por Furtado (1961) da seguinte maneira:

- 1) As preocupações com a produtividade foram sempre relegadas a segundo plano, tendo em vista as facilidades de se obter alta rentabilidade por meio do processo de alteração dos preços relativos das manufaturas. “*O que vem a ser o mesmo que afirmar que todo desenvolvimento se faz com elevado custo social*” (Furtado, 1961)
- 2) O desenvolvimento se fez com um grau crescente de desigualdade social: as rendas e o consumo dos proprietários de fatores de produção sempre tenderam a crescer muito mais do que a renda do grupo dos assalariados.
- 3) O desenvolvimento industrial se fez com base em salários reais praticamente estacionários e também não trouxera melhora considerável das condições de vida dos trabalhos rurais.
- 4) Os benefícios do desenvolvimento distribuíram-se de forma regressiva, tendo em vista que o aumento do consumo alcançou o máximo nas classes proprietárias de fatores de produção e o mínimo na agricultura das regiões de mais baixo nível de renda.

5) As distorções resultantes da concentração de investimentos em setores de menor essencialidade criaram disparidades setoriais, e o processo substitutivo prolongou-se à custa de maior pressão inflacionária.

A ideia de um desenvolvimento em bases nacionais é definida como uma estratégia para superar a dependência externa e tornar o processo de industrialização menos custoso em termos sociais. Furtado (1961) encerra seu texto afirmando que estas características chegaram a um limite que possibilitou abrir um caminho em direção a um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual da renda social. No entanto, após 1964 ocorreria o oposto e talvez isto explique as altas doses de pessimismo em suas análises ao longo da década de 1960, quando o autor defendeu a tese de que as economias latinas, especialmente a brasileira, estariam condenadas à uma estagnação secular tendo em vista a grande regressão social implementada pelos militares. Este é o objeto de discussão do próximo item.

1.3.4. As teses em torno da estagnação econômica

A obra *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, datada em 1966, é escrita por Furtado em um momento muito conturbado de sua vida e também da vida política brasileira. É escrita nos anos iniciais do exílio político, após uma difícil experiência como ministro de planejamento do governo de João Goulart e do golpe militar sofrido em 1964, que enterrara suas aspirações de ver uma sociedade mais justa no Brasil. Além da derrota política, o próprio ajuste econômico restritivo implementado durante os anos iniciais do regime militar marca uma fase muito pessimista de seu pensamento. O livro *Subdesenvolvimento e estagnação* tem por objetivo identificar as forças que pressionavam negativamente a taxa de crescimento econômico da periferia, especialmente nos países que alcançaram uma diversificação maior de suas estruturais econômicas (que foram os que sofreram uma “redução particularmente notória” do produto). Neste sentido, apesar do tom mais pessimista e do contexto político que a circunscreve, esta obra em muitos aspectos teóricos, como veremos adiante, e pode ser considerada uma continuação da obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, dada a preocupação de se entender os efeitos dinâmicos do processo de industrialização em curso – tendo como referência tanto a inserção externa como as peculiaridades das estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos.

A crise de 1929 e a depressão que a seguiu encerraram uma etapa na periferia, marcada pela tradicional integração num sistema de divisão internacional do trabalho. Como

vimos, a industrialização foi uma alternativa posta pela situação. Em alguns casos, o impulso por ela dado à economia nacional permitiu que esta alcançasse taxas de crescimento bastante expressivas. O problema que põe Furtado é o de identificar a natureza e o alcance deste processo de industrialização, tendo como referência a pergunta básica: *constitui ele caminho seguro para alcançar e manter uma elevada taxa de crescimento da região?*

Para responder esta pergunta, Furtado faz o uso do método histórico-estrutural presente abundantemente em seu *Formação Econômica do Brasil*, isto é, busca compreender a formação do sistema socioeconômico durante o período colonial, o qual “apresentava certas características que devem ser tidas em conta se pretendemos explicar as fases subsequentes de crescimento” (Furtado, 1966, p. 55)

A organização social que se formou na América Latina beneficiou-se de uma oferta ilimitada de terras, que eram automaticamente transformadas em propriedade privada de uma pequena minoria⁴³, o que, por sua vez, engendrava um sistema de distribuição de renda pelo qual uma fração substancial dessa renda concentrou-se, historicamente, nas mãos de uma minoria que dificilmente alcançara 5% da população⁴⁴. Neste sentido, torna-se importante para a exposição do autor levar em consideração as características que prevaleciam na região para compreender porque a economia de exportação teve que se organizar à margem da estrutura economia tradicional.

O autor trabalha com um modelo teórico para compreender o processo de formação de capital que deu origem e sustentação ao crescimento econômico em dois momentos distintos do desenvolvimento latino-americano, a fase de “*crescimento para fora*” (isto é, a economia agroexportadora) e a fase em que o “*crescimento para dentro*” (isto é, o modelo de substituição de importações). Vale notar que o autor subdivide esta última fase em mais outras duas: a etapa de substituições fáceis e uma segunda etapa de substituições difíceis.

Uma contribuição de Furtado neste ensaio está na análise da expansão do capital, expansão esta que se dá por meio de dois “tipos” de investimentos: os que necessitam *dos recursos gerados no período anterior* (isto é, que dependem de “poupança prévia”, ou lucros retidos) e os que não dependem da poupança prévia e que, portanto, não requeriam desvio de investimentos de outros setores. Sobre esta última definição, o autor se refere ao “trabalho incorporado”, isto é, aquele que permite a expansão das culturas com o “trabalho pago com

⁴³ Furtado, 1966, p. 57

⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 59

parte da produção agrícola obtida da mesma durante o período de gestação da cultura permanente”⁴⁵

O autor admite a seguinte definição: $\underline{K} = K + k$, onde \underline{K} é o estoque de capital, K é a parcela de \underline{K} que requer poupança prévia (se refere, geralmente, à abertura de estradas de acesso, à compra de equipamentos utilizados pelos agricultores e aos adiantamentos requeridos pela mão-de-obra não escrava) enquanto k é a parcela da formação de \underline{K} que se refere ao trabalho incorporado por meio de formação de novas plantações (o que corresponde ao valor da renda da terra durante o período de gestação da colheita). Furtado admite que 90% do capital investido diretamente na cultura de exportação constitui trabalho acumulado e que, portanto, apenas uma pequena parte do investimento requer poupança prévia. Estas desagregações são extremamente úteis no argumento do autor.

Para facilitar a exposição, o autor divide a atividade agrícola em três setores: P_1 , para se referir à agricultura pré-capitalista, isto é, de subsistência, P_2 , para se referir à agricultura de exportação, e P_3 , para se referir ao setor formado pelas atividades responsáveis pela expansão da capacidade de P_2 , isto é, o setor responsável por k .

Antes de avançarmos é importante fazermos uma ressalva. Como a orientação de Furtado na discussão sobre estagnação econômica está apoiada em sua preocupação sobre a “sustentação do crescimento”, vale a pena explicitarmos que o autor se apóia largamente nos modelos de crescimento econômico dos anos 1940 e 1950, especialmente nos de Harrod-Domar, que, apesar de apresentarem limites, trouxeram algumas contribuições importantes ao pensamento keynesiano.

De acordo com Furtado, enquanto Keynes limitou-se a observar as inversões como um fator gerador de renda, os autores ligados à escola de Cambridge as analisaram “simultaneamente como um fator gerador de renda e criador de capacidade produtiva”⁴⁶. Trata-se de um esforço de aperfeiçoamento do pensamento keynesiano de acordo com o qual as “condições de equilíbrio” teriam que ser necessariamente dinâmicas, isto é, com

⁴⁵ Furtado, 1966, p. 59. Por cultura permanente, evidentemente, o autor se refere ao café. Logo Furtado está abordando a economia cafeeira de um modo distinto daquele observado no *Formação Econômica do Brasil* (que fora via fluxo de renda). É notória neste ponto a aplicação dos conceitos utilizados pelos economistas ligados à escola de Cambridge, com destaque para Harrod-Domar.

⁴⁶ Furtado, 1967, p. 70

crescimento do nível da renda e da capacidade produtiva, e não mais apenas entre elevação de um nível de emprego e expansão de inversões líquidas.

O modelo Harrod-Domar pensa o crescimento em termos da relação produto-capital, isto é, em termos de um parâmetro que liga o estoque de capital e a renda global. Em outras palavras, esta relação não expressa mais do que o rendimento agregado do capital (c).

Partindo de um modelo de economia fechada de tipo keynesiano, define-se a renda como soma do consumo e do investimento:

$$Y = C + I \quad (1),$$

sendo que $I=S$ (2) e que o consumo é uma função linear da renda, temos: $C = bY$ (3), onde b é a propensão marginal a consumir, e $S = (1-b)Y$ (4), onde $(1-b)$ é a propensão marginal a poupar. Assim podemos reescrever (1) da seguinte forma

$$Y = cK \quad (5)$$

Onde a relação produto-capital (c) nada mais é que uma relação técnica entre o estoque de capital, enquanto indicador da capacidade de produção, e a renda global. O investimento também pode ser expresso em termos de acréscimo da capacidade produtiva, isto é $I' = \Delta K$ (6), que dará origem a uma variação da renda, ou $\Delta Y' = \Delta cK$ (7).

À luz de (2) e (4), a equação (7) pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\Delta Y = c(1 - b)Y' \quad (8) \text{ e, finalmente, } \frac{\Delta Y'}{Y'} = c(1 - b) \quad (9)$$

A equação (9) nos mostra que o produto real estará crescendo a uma taxa idêntica à expansão da capacidade produtiva, ou, se preferirmos, da relação produto-capital (c) – desde que toda a poupança seja absorvida, isto é, numa situação de pleno emprego. Portanto, apesar de todos os limites e críticas sofridas, inclusive por Furtado – mas também por outros autores ligados à escola de Cambridge –, o modelo de Harrod permite-nos compreender a importância da relação produto-capital para o crescimento da economia. É isso que devemos reter para melhor compreender o debate em torno das teses da estagnação na América Latina⁴⁷.

Ao tratar a agricultura multissetorialmente (isto é, P_1 , P_2 e P_3), Furtado dá um passo em direção à melhor caracterização dinâmica do crescimento. A relação produto-capital do

⁴⁷ A exposição completa dos modelos de Harrod, Domar e Kaldor, bem como suas críticas, pode ser encontrada em Furtado (1967, pp. 69-91). Ainda que Conceição Tavares trave um debate velado com esse keynesianismo dos anos 40 e 50, uma atenção maior a este debate extrapolaria muito os limites propostos deste trabalho.

setor agrícola tomado como um todo é baixa comparativamente à indústria. No entanto, considerando apenas k (ou P_3) este coeficiente é extremamente elevado⁴⁸.

O autor inicia seu modelo de crescimento da economia agroexportadora “tomando como base uma economia agrícola de exportação do tipo da brasileira em sua fase áurea de expansão...” (Furtado, 1966, p. 64). O que, em termos práticos, quer dizer que o modelo considera a existência de grande ociosidade (de terra e de população), que, sem estímulos, tendem a ficar à margem da economia agroexportadora capitalista.

Economias como a brasileira, isto é, com excedente de mão-de-obra, tem a possibilidade de crescer transferindo população de setores de baixa eficiência e salário (P_1) para outros que elevariam sua produtividade e, portanto, seus salários (P_2 e P_3). “Cabe admitir que a produtividade de mão-de-obra é substancialmente maior em P_2 , e P_3 do que em P_1 , bem como a remuneração do trabalhador” (Idem, *ibidem*, p. 66)

Apesar do grande diferencial de produtividade em P_1 , P_2 , e P_3 , é notório que para Furtado os salários não acompanham linearmente a elevação de produtividade, pois os salários ainda são determinados pelo grande excedente de mão-de-obra subutilizado no setor de subsistência, P_1 , sendo este um dos principais “limites à elevação dos salários”⁴⁹. Ao mesmo tempo que ocorre uma migração da população ocupada para setores mais produtivos, aumenta a produtividade média da economia, mas a massa de salários tende a crescer abaixo da massa de lucros, o que implica numa maior concentração da renda.

Desta forma, se considerarmos o conjunto da agricultura, na fase de expansão das exportações, comprovamos que a elevação de produtividade do trabalho e a elevação da remuneração média do trabalhador ocorrem paralelamente com uma redução da participação do trabalho na renda global gerada na agricultura, ou seja, com uma maior concentração da renda nas mãos da classe proprietária-capitalista. (Furtado, 1966, p. 66)

Ao ocorrer uma expansão da demanda internacional pela cultura produzida, ocorrerá uma pressão no sentido de expansão da capacidade produtiva de P_2 , o que, segundo o modelo do autor, pressupõe um aumento prévio da atividade em P_3 , setor este que sempre vem a reboque de P_2 , ou, nas palavras do autor, sempre está “submetido a um mecanismo de

⁴⁸ Para Maurício Coutinho (2012, p. 8) esta é a maior novidade teórica trazida por Furtado no livro “Subdesenvolvimento e Estagnação...”.

⁴⁹ Neste sentido o autor se mantém fiel aos ensaios anteriores, isto é, *Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, onde é possível identificar uma clara influência das teses de Lewis (1969) em torno da tese de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão-de-obra.

aceleração toda vez que se expande a demanda dos bens produzidos com os referidos equipamentos” (Ibid., p. 66)

Considerando apenas a agricultura capitalista, isto é, P_2 e P_3 conjuntamente, infere-se que quanto mais elevada for a taxa de crescimento desta agricultura, maior será a relação produto-capital agregada do setor. Lembrando da igualdade *ex-post* entre poupança e investimento, e que P_3 representa os investimentos nesta agricultura, deduz-se que um aumento da participação de P_3 na produção total implica uma elevação da taxa de poupança. O mérito de Furtado foi o de mostrar que os lucros de P_2 , longe de inteiramente “consumidos ou exportados”, são necessariamente incorporados ao aumento da capacidade produtiva (P_3) – de modo que seu maior crescimento relativo significa um aumento da taxa de poupança da economia.

Ainda que o crescimento desta agricultura incorra numa maior concentração de renda, “a virtude do modelo agroexportador é que parte destes lucros fica necessariamente represada para acumulação. A compatibilização entre oferta e demanda gera um círculo virtuoso: a manutenção da taxa de crescimento requer uma poupança em níveis elevados, algo que está automaticamente assegurado pela própria composição da demanda” (Coutinho, 2012, pp. 7-8). Ou ainda,

“Se o crescimento relativo de P_3 traz consigo uma elevação da taxa de poupança, conclui-se que esta é função da orientação na aplicação dos recursos. Destarte, não apenas o nível da demanda constitui fator básico na determinação da taxa de poupança e do ritmo de crescimento. Se o comportamento da demanda induz transferir gente de P_1 para P_3 , ocorre não somente uma elevação da produtividade do fator trabalho, mas também uma elevação da taxa de poupança o que permite uma aceleração do crescimento com mínima pressão inflacionária” (Furtado, 1966, p. 68)

Conforme são crescentes as exportações, é evidente que os empresários-agricultores tem o grande incentivo de reverterem a maior parte de seus lucros em expansão da capacidade produtiva, tendo em vista as expectativas de lucro altamente positivas. Portanto, enquanto as exportações crescem, o crescimento da economia não incorre em desequilíbrios externos, tampouco inflacionários – ao passo que a produtividade média da economia se eleva, pelo fato de certo volume de mão-de-obra estar se transferindo de P_1 para P_2 .

Se as exportações se contraem por tempo prolongado, a partir de um determinado instante é inevitável que o setor P_3 se encolha, afinal os agricultores já não estão mais interessados em expandir a capacidade produtiva de P_2 , o que dá início a uma contração da taxa de poupança. O efeito líquido deste encolhimento da agricultura capitalista é um

desemprego em P_3 e uma baixa incorporação de novos contingentes em P_2 , isto é, um retorno de mão-de-obra para P_1 , o que marca o início do declínio da produtividade média do fator trabalho na economia⁵⁰, queda dos lucros, da relação produto-capital e, portanto, da taxa de crescimento.

Observando o sistema econômico em seu conjunto, vemos que, a partir do momento em que se contrai a demanda externa, o setor P_3 , responsável pelo aumento da capacidade produtiva na agricultura, entra em rápido colapso, o que acarreta declínio na relação produto-capital e queda da taxa de lucro na agricultura capitalista ($P_2 + P_3$), mesmo que se evite redução do nível de atividade em P_2 , mediante compra de excedentes pelo governo. (Idem, ibidem, p. 75)

É neste contexto que surgem forças que põem em marcha uma industrialização espontânea, que passa a ser a locomotiva da economia em termos de geração de renda. O setor industrial passa a oferecer uma relação produto-capital maior, o que atrai recursos financeiros de outros setores (inclusive o agrícola) por apresentar uma taxa de lucro superior. A origem destes lucros, lembra Furtado, está na intensa alteração dos preços relativos dos artigos manufaturados, por conta da desvalorização cambial imposta pelo colapso de P_2 , tornando altamente rentável a produção interna destes bens. O autor chama esse novo setor produtor de manufaturas mais simples de P_4 . O processo de formação de capital neste setor reserva algumas diferenças em relação à agricultura – e é isso que exploraremos na sequência.

Considerando no agregado os investimentos da agricultura (isto é, $K + k$), não é difícil defender que a relação produto-capital é bem inferior à da indústria (um pouco menos da metade, segundo hipóteses do modelo furtadiano). Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que enquanto na agricultura a formação de capital é pouco dependente da poupança, isto se inverte na indústria – agora eles são integralmente dependentes de poupança prévia. “Cumprir ter em conta, entretanto, que do investimento no setor agrícola apenas uma parcela não superior a 20 por cento, deve ser coberta direta ou indiretamente por poupança gerada no período anterior, ao passo que no setor industrial a totalidade do investimento consiste em K ” (Idem, ibidem, p. 76).

⁵⁰ Em algumas economias a dimensão de P_1 é bastante reduzida (como na Argentina e Uruguai). Porém, limitar-nos-emos no modelo cujas características se aproxima às do Brasil, que é o grande destaque de Furtado e sobre o qual se direcionaram as críticas de Maria da Conceição Tavares. Apesar destas nuances, como o próprio Furtado disse “...constitui fato de significação iniludível que, não obstante essa elevada integração num sistema de divisão internacional do trabalho (...) o setor pré-capitalista conservava uma importância relativa muito grande em quase todos os países da área” (p. 71).

Logo, comparando apenas a parcela da formação de capital dependente de poupança na agricultura (isto é, K_3) com os investimentos globais da indústria (K_4), o autor chama atenção para o fato de a relação produto-capital na agricultura de exportação ser bem superior à da indústria. Isto significa que, dada uma certa taxa de poupança, a taxa de crescimento que se obtém na indústria é bem menor que a obtida na agricultura de exportação. Aqui aparece com todo o vigor a importância da análise multissetorial de Furtado, com diferenciais da relação produto-capital: conforme a economia sai de um modelo agroexportador para um substitutivo de importações, a necessidade de poupança torna-se cada vez maior para se obter a mesma taxa de crescimento. Em outras palavras, é como se a acumulação tivesse rendimentos decrescentes, e tanto mais quanto mais se afastasse da agricultura em direção à indústria. Como se a variação da relação produto capital não dependesse do ciclo econômico, mas fosse estrutural.

No entanto, vale ressaltar que, se por um lado, aumenta-se a exigência de poupança conforme o crescimento da economia passa a depender mais da indústria do que da agricultura de exportação (isto é, conforme ocorre uma redução da relação produto-capital) – o que já implica numa taxa de crescimento global da economia –, por outro lado, é bem verdade que o setor industrial, sobretudo na primeira fase de substituição de importações, tende a operar com uma taxa de lucro muito superior à da agricultura de exportação, o que repercute favoravelmente na taxa de poupança. Assim, “Em fase da elevação substancial da taxa de lucros..., é perfeitamente possível que ocorra o referido aumento da taxa de poupança” (Ibid. p. 77). Porém, como bem resalta Mauricio Coutinho (2012), diferentemente da agricultura, nada garante que os lucros na indústria sejam reconvertidos ao processo de acumulação de capital na indústria.

Além da questão da poupança requerida, o contraste nos processos de formação de capital entre agricultura e indústria permite-nos compreender as pressões que o crescimento em ambos os modelos exerceu sobre o Balanço de Pagamentos.

Como é intuitivo diante do exposto, o coeficiente de importações por unidade de capital adicional é consideravelmente maior no setor industrial do que na agricultura de exportação. Tal como a questão da poupança, esta “dinâmica” representa um limite maior às taxas de crescimento da economia – afinal, conforme se elevam os lucros, tende a se impulsionar a demanda de bens com elevada elasticidade-renda (como bens de consumo

duráveis e de máquinas e equipamentos, que eram integralmente importados nas fases iniciais do processo de industrialização). No entanto, naquela mesma fase da industrialização este impulso era mais facilmente contornado pelo próprio encarecimento do preço de tais produtos (especialmente os bens de consumo duráveis), por força da desvalorização cambial.

...cabe admitir que, na primeira fase do processo de industrialização substitutiva, essa tendência seja anulada pelo efeito-preço, em razão da forte elevação dos preços relativos de tais produtos. Se classificarmos as importações em três grupos – equipamentos e produtos intermediários, bens duráveis de consumo e bens não duráveis de consumo – é de supor que o efeito sobre a demanda da elevação dos preços relativos (decorrentes das desvalorizações) seja mínimo com respeito ao primeiro grupo e, máximo, ao terceiro. (Idem, *ibidem*, p. 77).

No entanto, o próprio encarecimento dos equipamentos tende a corroer a rentabilidade dos investimentos, a tal ponto que chegam a estimular sua própria substituição de importações, o que representa a etapa mais difícil do processo de industrialização. Surge, assim, um novo setor produtivo (P_5), caracterizado por elevadíssima relação produto-capital. Furtado admite que os investimentos requeridos para empregar uma pessoa neste setor são em média quatro vezes superiores aos requeridos para empregar uma pessoa em P_4 .

Aqui o autor defende explicitamente duas hipóteses centrais em seu modelo: 1) que a taxa de lucro tende a ser igual tanto em P_4 como em P_5 ; e 2) que a taxa de salário também é a mesma em ambas as indústrias. Admitindo tais hipóteses, o autor consegue provar, teoricamente, que P_5 opera necessariamente com uma menor relação produto-capital ou que, com o mesmo efeito, “a relação produto-capital tenda a ser tanto mais baixa quanto mais elevado for o coeficiente de capital por trabalhador” (Idem, *ibidem*, p. 79).

Se lembramos da definição dada por Tavares e Serra (1971, p. 165) sobre a relação produto-capital (α), sendo esta “o quociente da produtividade de trabalho e da intensidade do capital por unidade de trabalho” (isto é, $\alpha = \frac{P/\delta}{K/\delta}$)⁵¹ torna-se mais fácil perceber que P_5 implica numa elevação do denominador muito maior que a do numerador, provocando desta forma uma queda na relação produto-capital da economia.

Mas além deste sentido estático à relação produto-capital, Furtado também chama atenção para seus aspectos “dinâmicos”, isto é, os fatores que pressionam para que esta relação tenda a cair conforme avança o crescimento econômico nestes termos.

⁵¹ Onde P é o produto total, δ é o trabalho e K é capital utilizado no processo produtivo.

À medida que aumenta esta relação, mantendo-se constante os salários e o montante de investimentos, reduz-se a transferência de contingentes populacionais do setor de subsistência para o industrial (isto é, de P_1 para P_4 e P_5) e, desta forma, ocorre uma tendência à concentração de renda, isto é, o lucro tende a crescer com maior velocidade que o montante de salários. Esta maior concentração de renda, que é fruto da tecnologia poupadora de mão-de-obra, provoca “efeitos cumulativos” sobre a queda da relação produto-capital e, em última instância, provocando a estagnação da econômica, o que se torna um problema crescente conforme avança a participação de P_5 no produto agregado. Grosso modo, Furtado mostra esta dinâmica ocorrendo por três fatores:

- (1) O crescimento mais lento dos salários provoca uma queda na demanda por produtos agrícolas - o que reduzirá a transferência de mão-de-obra de P_1 para P_2 e P_3 , agravando a tendência à redução na relação produto-capital;
- (2) A elevação no coeficiente de capital por unidade de emprego leva os investimentos a se orientarem para indústrias que operam em escalas de produção cada vez maiores, o que esbarra com crescente insuficiência de demanda provocada pelos mercados cada vez mais reduzidos (elevando-se a ociosidade da economia). Neste sentido, “põem-se em marcha fatores que deprimem a relação produto-capital”, com impacto negativo sobre a taxa de crescimento do produto agregado.
- (3) Conforme ocorre uma constante piora da distribuição de renda, a composição da demanda global vai se alterando no sentido de aumentar a participação daqueles setores em que é menor a produtividade do capital (bens duráveis) e de diminuir a participação daqueles em que essa produtividade é relativamente maior (como a agricultura e a produção de bens não duráveis). Como bem destaca Rodriguez (2009), aqui Celso Furtado inaugura, de certa forma, um debate no pensamento latino-americano que procura analisar simultaneamente as transformações na demanda e as alterações na oferta – discussão essa que, em anos mais tarde, ganharia o nome de “estilos de desenvolvimento”, ponto que abordaremos no próximo item. Em uma passagem, Furtado torna explícito este ponto

Surge, assim, um processo cumulativo circular pelo qual as transformações na composição da demanda global determinam modificações na estrutura da oferta que, ao concretizar-se, acarretam: a) elevação na relação capital-trabalho do conjunto do sistema econômico (K/L), b) declínio na transferência de mão-de-obra dos setores de baixa para os de mais alta produtividade, e c) aumento na relação capital-produto da economia como um todo (K/P). (Furtado, 1966, pp. 80-1)

O declínio da relação produto-capital não implica necessariamente em queda da taxa de lucros, tendo em vista que os salários não são determinados pela produtividade, mas devido ao enorme contingente de mão-de-obra subempregada no setor de subsistência. Desta forma, os efeitos negativos da relação produto-capital sobre as taxas de poupança e de crescimento são parcialmente atenuados – dado que o conjunto da economia se beneficia dos níveis de salários mais baixos. Neste ponto, Furtado volta a insistir, implicitamente, em uma tendência à igualdade das taxas de lucros entre os setores⁵².

Sendo estável a taxa de salários, a redução do insumo de mão-de-obra por unidade de produto, acarretará necessariamente elevação da taxa de lucro ou baixa no preço relativo do produto. Entretanto, se os salários são determinados basicamente por outros fatores, a redução no preço relativo de um produto significa apenas que a elevação da taxa de lucro se realiza no conjunto do sistema econômico e não em benefício de uma indústria determinada. (Idem, *ibidem*, p. 84)

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação*, apesar do tom mais pessimista, Furtado permaneceu fiel à tradição cepalina, dando continuidade ao seu ceticismo quanto ao papel da industrialização (nos moldes em que fora feita) para superar nossa condição subdesenvolvida. Neste sentido, este texto pode ser analisado como uma continuidade da obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

No entanto, neste livro Furtado avança teoricamente em algumas categorias trabalhadas por Raul Prebisch, tal como havia feito nas obras precedentes. O destaque dado agora era a questão da inadequação das tecnologias transportadas para nossa realidade⁵³. Para Furtado, inegavelmente, é o declínio da eficiência econômica que dá suporte teórico à sua visão pessimista quanto à recuperação do ritmo de crescimento das economias latino-americanas. Esta questão ganha um refinamento teórico em 1966, sendo o âmago da questão da estagnação econômica.

A tecnologia utilizada, ao reduzir a relação produto-capital e ao provocar uma maior concentração de renda (à medida que dispensa mão-de-obra e não provoca sequer uma redução nos preços dos produtos industriais, a despeito de sua maior produtividade) mostra-se altamente incompatível com a realidade socioeconômica brasileira. A ineficiência desta tecnologia, em sua visão, pode ser vista na incoerência de ser produtora de larga escala em um

⁵² Conceição Tavares discordará drasticamente desta visão de Furtado sobre a taxa de lucros homogênea entre os setores e sobre a determinação dos salários industriais, pontos que serão abordados mais tarde.

⁵³ A crítica de Conceição Tavares à questão do ciclo endógeno (lançando mão de uma análise teórica dos oligopólios) é um claro diálogo com muitas premissas teóricas de Furtado.

mercado que se diminui constantemente, por força da própria concentração de renda. Nas palavras do autor, “...o êxito que no Brasil teve o processo substitutivo constitui o reverso do fato que foi neste país que o desenvolvimento beneficiou a uma menor parcela da população e criou as mais agudas tensões sociais. Essas tensões, alcançando um ponto crítico, teriam que afetar adversamente o processo de crescimento. Ainda que por processos diversos, a industrialização substitutiva, no Brasil como no Chile, engendrou uma série de obstáculos que viriam a provocar o seu esgotamento como fator capaz de impulsionar o desenvolvimento” (Idem, *ibidem*, p. 85). Ou ainda,

...o marco institucional que prevalece na América Latina cria padrões de distribuição de renda responsáveis por formas de comportamento incompatíveis com a utilização mais racional dos recursos disponíveis, em função da maximização do produto global num horizonte de tempo definido. Existe um conflito entre interesses de grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admita que esta última aspira a maximizar as possibilidades de bem-estar social. (Idem, *ibidem*, p. 88)

O desenvolvimento capitalista no Brasil, na medida em que mantém as massas à margem do processo, mostra-se altamente diferente do “modelo clássico do desenvolvimento. Neste sentido, vendo a estagnação secular como um problema estrutural, de ordem política e econômica, Furtado volta a invocar o planejamento estatal como forma adequada e possível para a superação daquela.

Sendo assim, cabe indagar se uma política capaz de deter a tendência a longo prazo para a estagnação não terá que assumir a forma de ação consciente e deliberada visando a criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social no qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário. (Idem, *ibidem*, p. 89)

Como podemos notar, à medida que agrava o quadro da heterogeneidade estrutural, a tendência à estagnação (que se refere aos entraves ao crescimento econômico) permite um claro paralelo com a questão do desenvolvimento. Entretanto, a discussão proposta por Furtado neste ensaio gira em torno da questão do crescimento econômico, e não do desenvolvimento, ainda que ambos devam ser analisados conjuntamente, porém com causalidade distintas. A estagnação, ao deprimir o crescimento econômico, entrava o próprio processo de desenvolvimento. Inverter esta causalidade constitui uma inversão da tese do autor.

No entanto, a história viria provar o exagero do pessimismo furtadiano neste ensaio, tendo em vista que em poucos anos depois o Brasil voltaria a exibir taxas de crescimento

bastante expressivas para os padrões nacionais e mundiais. Por força deste contexto histórico e teórico (devido às teses da dependência e às críticas que sofreria de Conceição Tavares), o autor voltaria nos anos 1970 a repensar a dinâmica do capitalismo, central e periférico, bem como os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

1.3.5. Alterações no capitalismo mundial e a inserção da periferia: a preocupação com os oligopólios multinacionais

Um aspecto importante que ganhou bastante destaque no pensamento de Furtado, sobretudo desde meados da década de 1960, foram as transformações na economia internacional no contexto da Guerra Fria – onde os mercados passam a ser representados pelas transações internas às grandes empresas, com predomínio do oligopólio –, enfoque que permitiu ao autor refinar ainda mais suas análises sobre a polaridade desenvolvimento-subdesenvolvimento e a inserção externa da periferia.

A preocupação com uma nova ordem internacional em gestação e as consequências disso para o desenvolvimento periférico já preocupa Furtado em *Subdesenvolvimento e estagnação*. Como afirma o autor,

Se, para os Estados Unidos, o problema fundamental nesta segunda metade do século XX, é o de sua “segurança”, isto é, o da forma de organização mundial que prevalecerá como decorrência da revolução tecnológica em curso, a qual pretendem seja compatível com a preservação do *American way of life* no seu território e com a defesa dos interesses econômicos americanos fora desse território, do ponto de vista latino-americano o problema crucial é o do ‘desenvolvimento’, vale dizer: o de abrir-se um caminho de acesso aos frutos dessa revolução tecnológica. (1966, p. 38)

Se, como propõe o autor, a questão da “segurança” norte-americana inclui a manutenção do *status quo* social na América Latina, sua preocupação recai sobre a maneira como os EUA enxergam aquilo que é crucial para região: seu desenvolvimento. A resposta encontrada é clara:

Este ponto é o de que *cabe às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano* e que a execução da política de ‘ajuda’ dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas. (...) Acordos de garantia vem sendo assinados com governos latino-americanos, que atuam em determinado país, e passam a gozar de situação privilegiada relativamente a idênticas empresas que operam no território dos Estados Unidos. (Idem, *ibidem*, pp. 42-3 – grifos nossos)

Este ponto também foi abordado em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, quando o autor reconhece que nas últimas etapas do processo de industrialização por substituição de importações “a grande empresa internacional” desempenha o papel de elemento dinamizador nas economias - o que, no entanto, veio acompanhado de um

estreitamento dos laços de dependência entre a periferia e o centro, pois estas empresas impõem altos padrões de consumo (com impactos nocivos sobre a distribuição de renda), e suas operações exigem vultosas importações (inputs para a produção), elevados pagamento de *royalties*, e de dividendos, de patentes, o que eleva o endividamento externo.

Com efeito, por um lado, temos uma redução relativa dos fluxos reais (declínio do sistema tradicional de divisão internacional do trabalho), por outro uma apropriação crescente por empresas sediadas nos centros dominantes dos frutos dos aumentos de produtividade nos subsistemas dependentes. Como o segundo processo exige a criação de um fluxo real no sentido periferia-centro, será difícil conciliá-lo com o lento crescimento ou declínio relativo da capacidade de pagamentos internacionais dos países subdesenvolvidos. Enquanto se realizava a substituição de importações, esse desequilíbrio potencial pode ser absorvido, se bem que com fortes pressões sobre as balanças de pagamentos dos subsistemas dependentes. Esgotadas essas possibilidades, tende a abrir-se uma fase de forte endividamento externo dos países subdesenvolvidos. (Furtado, 1967, p. 264)

No entanto, é no livro *O mito de desenvolvimento* (1974) que Furtado dará um melhor tratamento a estas questões e é onde nos basearemos sobre esta questão.

No início deste ensaio o autor lança a provocação de que o desenvolvimento é um mito e levanta uma questão: quais as opções que se apresentam aos países que sofrem a deformação do subdesenvolvimento em meio às tendências do capitalismo ao longo dos anos 1970, com destaque para o papel crescente dos oligopólios?

O autor começa resgatando a velha tese cepalina de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade – é, antes, fruto das transformações ocorridas no âmbito do sistema mundial, tendo inicialmente se consolidado na Inglaterra e ficando concentrada neste país até que outros países reagissem em fins do século XIX no sentido de consolidarem seus “Sistemas Econômicos Nacionais” (SEN) formando, assim, o “clube das economias desenvolvidas” do século XX. A participação do Estado nacional neste processo foi crucial, dado que norteava o processo de acumulação, guiando a aliança de grupos sociais em torno de um projeto nacional. No caso da periferia, o processo de industrialização não se orientou para formar um SEN, mas sim para complementar o sistema econômico internacional.

Nessas economias, os incrementos de produtividade resultam fundamentalmente de expansão das exportações e não do processo de acumulação e dos avanços tecnológicos que acompanhavam no centro do sistema essa acumulação. (Furtado, 1974, p. 22)

A linha divisória entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, neste caso, passa a ser a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento da produtividade.

Os países desenvolvidos utilizaram o aumento da produtividade para a criação de um SEN com grande proteção às atividades (industriais e agrícolas) e, igualmente importante, este processo de acumulação de capital propiciou uma melhora na distribuição de renda (pois permitiu avanço simultâneo entre salários reais e do consumo da massa). Já nos países subdesenvolvidos, o aumento de produtividade (o excedente geral) assumia a forma de incremento das importações (de bens de consumo duráveis), de modo que tais sociedades se inseriram na civilização industrial reproduzindo miniaturas dos sistemas industriais centrais. A modernização da periferia deu-se via assimilação dos padrões de consumo dos países centrais, que implantaram dezenas de empresas subsidiárias na periferia.

...[a] industrialização fundada na chamada “substituição de importações” (...) tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração da renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos. (Idem, ibidem, pp. 24-5)

Neste caso, a acumulação de capital favorece e é favorecida por uma distribuição menos igualitária da renda – este é o legado trazido pela industrialização aos países periféricos. O autor mostra que o “mimetismo cultural” é a pior forma da dependência do subdesenvolvimento (é a dependência cultural que estimula e aprofunda a dependência econômica externa).

A industrialização na periferia foi conduzida pelas empresas dos países centrais e corresponde a uma terceira fase da evolução do capitalismo. Nesta nova fase, o capitalismo assume algumas características próprias e a principal delas é que o sistema passa a prescindir “*de um Estado, nacional ou multinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto das atividades econômicas*” (Idem, ibidem, p. 33 – ênfase no original).

Assim, nesta nova etapa, há uma transformação das funções dos Estados e a emergência de uma nova organização política, que se iniciou com um processo de integração das economias centrais (tendo sua expressão na formação de blocos como o GATT e o Mercado Comum Europeu). Esta transformação política do sistema é um desdobramento do conflito bélico mundial (II Guerra Mundial) e sua unidade de comando se deve à reconstrução da Europa e Japão, ao processo de descolonização e, como veremos adiante, à aceitação do

padrão-dólar – tudo ocorrendo sob liderança política e econômica dos EUA, como um “guardião do sistema capitalista”:

...a tutela política norte-americana foi um resultado ‘natural’ do último conflito mundial. (...) Estabelecida a preeminência política norte-americana, criaram-se condições para que se dessem profundas modificações estruturais no sistema. (...) É possível que a tutela política norte-americana foi facilmente aceita pelo fato de que, no plano econômico, ela não se ligou a um projeto definido em termos de interesses norte-americanos: foi apresentada como um instrumento de defesa da ‘civilização ocidental’, o que, para fins práticos, confundia-se em grande medida com a defesa do sistema capitalista. (Furtado, 1974, pp. 34-6)

Um segundo traço desta fase do capitalismo é que a **empresa oligopólica** se constituiu num poderoso instrumento de expansão econômica – e sua grande força deriva, além das economias de escala, fundamentalmente de seu poder de organizar mercados (administrar preços, assegurar autofinanciamento e ter poder de planejar a longo prazo). Como tais organizações atuam internacionalmente, suas decisões independem das decisões dos governos de seus países. Na verdade, como mostra o autor, há uma subordinação dos Estados às tais corporações, na medida em que elas i) controlam a inovação (o principal instrumento da expansão internacional), ii) são responsáveis por grande parte das transações internacionais, e iii) têm autonomia frente à ação de qualquer governo.

O traço mais característico do capitalismo na sua fase evolutiva atual está em que ele prescinde de um Estado, nacional ou multinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto das atividades econômicas (...) Mas, como tanto a estabilidade quanto a expansão dessas economias dependem fundamentalmente das transações internacionais e estas estão sob o controle das grandes empresas, as relações dos Estados nacionais com estas últimas tenderam a ser relações de poder. (Furtado, 1974, p. 33)

Esta tutela trouxe impactos aos EUA, com destaque para o aumento considerável de seu déficit comercial, o qual permitiu, por um lado, o ajuntamento de uma massa de liquidez que facilitou um rápido desenvolvimento do mercado financeiro internacional e, por outro, uma mudança no sistema monetário internacional, baseado unicamente no dólar, e não mais no ouro – prova cabal, segundo o autor, da preeminência dos EUA para o conjunto do sistema capitalista. “*O fato de que a emissão do dólar seja privilegio do governo dos Estados Unidos constitui prova irrefutável de que esse país exerce com exclusividade a tutela do conjunto do sistema capitalista*” (Furtado, 1974, p. 39).

Uma vez unificados, os países centrais conseguiram crescer mais que os periféricos, aumentando o fosso que já separava o centro da periferia do sistema. Dado que a relação entre centro e periferia se formou em operações internas das grandes empresas, a rentabilidade

delas na periferia tende a ser maior que a das matrizes e o fator fundamental apontado por Furtado é a mão-de-obra barata da periferia (baixo custo em relação ao valor do produto final vendido no mercado internacional) – este é o instrumento garantidor de competitividade internacional.

“...a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende do centro à periferia, consegue, na realidade, incorporar à economia do centro os recursos de mão-de-obra barata da periferia. Com efeito, uma grande empresa que orienta seus investimentos para a periferia está em condições de aumentar sua capacidade competitiva graças à utilização de uma mão-de-obra mais barata em termos dos produtos que lança no mercado” (Idem, *ibidem*, p. 51).

Na periferia, o processo de miniaturização do sistema industrial dos países centrais representou facilidades às empresas dos países centrais. Quando as empresas internacionais se deslocam para a periferia, com este “projeto de desenvolvimento nacional”, há um enraizamento da dependência no sistema produtivo. O problema é que tais empresas não modificam a situação subdesenvolvida (ao contrário, aproveitando-se dos baixos salários, tende a rebaixá-los ainda mais). Logo, a condição subdesenvolvida tende a se agravar ou, no mínimo, a se perpetuar, pois a abertura externa não contribuiu para uma redução da taxa de exploração. Daí um sentido mais amplo (ou preciso) ao subdesenvolvimento, como sendo *a conexão entre um processo interno de exploração e um processo externo de dependência*.

Furtado é claro: enquanto perdurar esta situação, quanto maior for o crescimento econômico, maiores serão os desequilíbrios no sentido de desigualdades sociais. Se os Estados periféricos não invertem a tendência das grandes empresas de rebaixar os salários na região, o próprio processo de industrialização nestes países contribuirá para aumentar o fosso que os separa do centro do sistema.

Se as grandes empresas continuam a pagar na periferia salários correspondentes ao “preço de oferta” da força de trabalho, o próprio processo de industrialização dos países periféricos contribuirá para aumentar o fosso que os separa dos centros do sistema. (...) Como o grau de acumulação alcançado na economia não permite generalizar essa taxa de salário, o fundo do problema do subdesenvolvimento não se modificaria. Para alcançar esse fundo, seria necessário que os recursos retidos no país periférico pudessem ser utilizados em um processo cumulativo, visando a modificar a estrutura do sistema econômico para uma crescente homogeneização. A questão última está na orientação do processo de acumulação, e essa orientação continuaria nas mãos das grandes empresas. Assumir essa orientação, vale dizer, estabelecer prioridades em função dos objetivos sociais coerentes e compatíveis com o esforço de acumulação seria a única forma de liberar a economia da tutela das grandes empresas. (Idem, *ibidem*, pp. 77-8)

Assim, diante destas transformações, a periferia tende a ter um papel crescente na evolução do sistema mundial. Em primeiro lugar, pelo próprio deslocamento das empresas transnacionais (pois estas encontrarão na exploração da mão-de-obra barata um ponto de apoio para se firmarem no conjunto do sistema). Em segundo lugar, os países centrais tendem a se tornarem cada vez mais dependentes de recursos naturais (não reprodutíveis), e esta demanda tende a ser crescente na medida em que aumenta o fosso que separa o centro da periferia (o que pode ter graves consequências ambientais). Se o padrão de consumo do centro de generalizasse no planeta, não haveria recursos renováveis suficientes, e isto, na opinião de Furtado, poderia levar a civilização a um inexorável colapso. Assim, a ideia de desenvolvimento econômico (isto é, de que os povos pobres poderão algum dia desfrutar das formas de vida dos povos ricos) é simplesmente irrealizável, é um “mito”. Esta é uma clara resposta à análise de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre a possibilidade de a região se desenvolver via integração internacional – ponto tratado no próximo capítulo.

1.4. As contribuições de Aníbal Pinto ao estruturalismo latino-americano

Aníbal Pinto concentrou seus esforços em explorar o conceito de heterogeneidade estrutural, e sua persistência nas economias subdesenvolvidas, afirmando que ela tende a provocar efeitos na distribuição de renda, nos padrões de demanda e, conseqüentemente, na estrutura produtiva destas sociedades – sendo esta sua definição de “estilos de desenvolvimento”, que foi tão cara para as teses de Conceição Tavares. No entanto, para compreender a noção de “estilo de desenvolvimento” devemos antes resgatar brevemente sua tese sobre heterogeneidade estrutural, tendo em vista a interação que existe entre tais conceitos.

1.4.1. Crítica e refinamento analítico: o conceito de heterogeneidade estrutural e os limites da industrialização latino-americana

O conceito de heterogeneidade estrutural trabalhado por Aníbal Pinto se mostra mais refinado que o de ‘dualismo estrutural’, trabalhados por Prebisch e Furtado. Para o autor, uma estrutura produtiva é classificada como heterogênea quando nela coexistem setores em que a produtividade é alta com outros em que é baixa, o que dá lugar a uma estrutura ocupacional igualmente desigual. Dentro de cada uma das atividades principais, seja no setor primário, secundário ou terciário, se estabelece “uma sorte de corte horizontal” que separa as camadas modernas das tradicionais.

En verdad, en este cuadro, más que una dualidad, **se perfila una extraordinaria heterogeneidad histórica**, en que conviven unidades económicas representativas de fases separadas por siglos de evolución, desde la agricultura primitiva, a veces precolombina, a la gran planta siderúrgica o de automotores montada a imagen y semejanza de la instalada en una economía adulta. (Pinto, 1965, p. 43 – grifos nossos)

Para melhor caracterização, Pinto decompõe a estrutura produtiva latino-americana em três camadas: uma primitiva, cujos níveis de produtividade e renda per capita são provavelmente semelhantes aos que predominavam na economia colonial, uma camada moderna, composta por atividades de exportação, da indústria e de serviços que funcionam com níveis de produtividade semelhantes às médias das economias desenvolvidas, e, por fim, intermediária, que corresponde mais de perto à média da produtividade nacional.

Os critérios e caracterização destas camadas são duplos: a magnitude dos contrastes e sua representatividade em termos de contingentes populacionais. Quanto ao primeiro ponto, Pinto dá a dimensão das ‘descontinuidades’ em termos de produtividade.

...a produtividade per capita no setor ‘moderno’ corresponderia a pouco mais de quatro vezes a média, ao passo que a do setor ‘primitivo’ não atingia ¼ dela. Em outras palavras, a do primeiro seria mais de vinte vezes superior à do segundo. Em números absolutos, teríamos uma produtividade per capita de aproximadamente 4.000 dólares por ano e de 190 dólares por ano, respectivamente. A produtividade da camada ‘intermediária’ seria quase igual à média da economia e equivalente a cerca de 1.000 por homem ocupado. (Pinto, 1970, p. 572)

Em relação ao segundo ponto, o importante a reter é a elevada concentração de população ocupada em setores de baixa produtividade – tal como Prebisch e Furtado haviam demonstrado. Mais importante do que esta coexistência é a importância que cada um destes setores tem na absorção de mão-de-obra - é nisso que as estruturas subdesenvolvidas se diferem das desenvolvidas.

...enquanto as atividades, as populações e as áreas ‘atrasadas’, ‘marginalizadas’, ou como quer que queira chama-las, representam frações pequenas ou insignificantes na estrutura global dos países ‘centrais’, verifica-se o contrário no âmbito latino-americano (e no subdesenvolvido em geral). (Idem, ibidem, p. 573)

Esse tratamento teórico mais refinado das categorias de análise cepalinas não pode ser concebido fora de seu contexto histórico. Enquanto nos anos 1950, Prebisch partia do fundamento de que o novo polo estabelecido em torno da indústria iria cumprir uma missão ‘homogeneizadora’ semelhante à registrada nos centros, Pinto – assim como Furtado –, desde meados da década de 1960, adquire um tom mais cético quanto às benesses deste processo, quando a história já havia posto por terra a esperança originária da industrialização.

Durante algum tempo, nas primeiras fases da ‘industrialização substitutiva’, foi possível acreditar que essa perspectiva dava a impressão de poder materializar-se. Atualmente, em contrapartida, é visível que o otimismo se apagou ou desapareceu. (Idem, ibidem, p. 574)

A interpretação de Pinto não pode ser enquadrada nos marcos de uma desilusão com a industrialização per se, antes pelo contrário. O autor empreenderá esforço no sentido de criticar o tipo de industrialização que fora empreendido na América Latina – a substitutiva de importações – sugerindo algumas correções, como veremos adiante. As lições que a história reservou não poderia ter conduzido o pensamento estruturalista para algo muito diferente, afinal, finalizada as etapas mais fáceis da substituição de importações, a capacidade de irradiação do setor moderno revelou-se muito menor que a esperada. Assim, “...mais do que um progresso para a homogeneização da estrutura global, perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade”. (Idem, ibidem, 575)

No caso das economias subdesenvolvidas, a coexistência de níveis diferenciados de produtividade do trabalho incorreu em duas consequências diretas: o nível baixo da renda média (dada a predominância dos setores atrasados na estrutura ocupacional) e a grande dispersão dos salários, entre os poucos que são qualificados para ocuparem os postos dos setores modernos – auferindo os maiores salários – e a esmagadora maioria que se mantém nos setores atrasados, com salários praticamente no nível de subsistência.

As mudanças de expectativas também se apoiam em outras evidências, como a constatação de que “o **desenvolvimento** tem estado longe de se acelerar e de se tornar autossustentado”⁵⁴, a **dependência externa**, apesar de ter mudado de feição, tornou-se mais influente que no passado – manifestando-se agora por outras vias, tais como endividamento crônico, alienação das decisões de política econômica e, dentre outros, a subordinação tecnológica) – e a intensa **concentração dos frutos do progresso técnico**. Como veremos no próximo item, este último ponto recebeu bastante destaque no pensamento de Anibal Pinto.

1.4.2. Concentração tridimensional e dinâmica perversa: as causas do aprofundamento da heterogeneidade estrutural

A grande especificidade das economias subdesenvolvidas, conforme apontado por Furtado, foi a incapacidade de irradiação dos frutos do progresso técnico, uma vez iniciado o processo de industrialização. Enquanto as teses de Furtado se concentraram no sentido de

⁵⁴ Esta passagem revela uma clara confusão do autor entre os conceitos desenvolvimento e crescimento. No âmbito do pensamento latino americano, a melhor definição destes conceitos foi feita por Furtado (1974).

reconstruir historicamente as forças que impediram esta homogeneização – resposta encontrada, como vimos, no crescimento do setor de subsistência ao longo de longas décadas de estagnação secular –, o esforço de Aníbal Pinto concentrou-se em melhor compreender a natureza do “processo de concentração dos frutos do progresso técnico” durante o processo de industrialização, tendo como ponto de partida da análise a estrutura produtiva (e não o perfil da demanda, como põe Celso Furtado).

De acordo com Pinto, o aprofundamento da heterogeneidade estrutural tem como causa a concentração da elevação da produtividade em três dimensões (social, setorial e regional), que são três faces do mesmo problema e devem ser analisadas conjuntamente. Trata-se de uma **concentração social** pelo fato de a maioria da população não ter sido integrada ao progresso. O polo capitalista não foi capaz de criar emprego suficiente para absorver a força de trabalho excedente, o que impacta negativamente a distribuição de renda. Lembra-nos o autor que entre 1940-1950 as atividades incorporavam mão-de-obra a uma taxa superior à do crescimento da população, mas já nos anos 1950 esta capacidade de absorção se retraiu ou estagnou, especialmente no Brasil, Chile e Argentina. As faces **setorial** e **regional** são ressaltadas pelo fato de que a área moderna (urbana e industrial) não foi capaz de influir no sentido da homogeneização. Os setores modernos tendem a ter baixa capacidade de irradiação frente aos demais e a ter baixo poder de se espalhar regionalmente, isto é, tendem a se comportarem como ilhas de modernidade. Em uma passagem o autor dá um exemplo clássico da interdependência entre os desníveis setoriais e regionais da produtividade, mostrando que os frutos do progresso técnico ficam concentrados setorial e regionalmente:

En el Brasil, por ejemplo, en 1960, poco más del 55% del valor agregado por las industrias de transformación se originaba en las plantas de San Pablo, aunque este Estado sólo tenía el 18% de la población. (Pinto, 1965, p. 45)

Pinto enfatizará que esta concentração tridimensional constitui a maior especificidade das economias latino-americanas em relação às centrais, ressaltando que sua gênese deva passar pela compreensão de três traços histórico-estruturais do processo de industrialização destas economias. Em primeiro lugar, está a falta de gradualismo nas mudanças estruturais. Em menos de trinta anos, as economias latinas tiveram suas estruturas produtivas alteradas de forma radical, o que nos centros levou séculos. Em segundo lugar, resalta que as bases da nova estrutura se superpõem sobre a estrutura tradicional, de modo que os setores industriais e agrícolas não se reforçam ou se complementam – enquanto que nos centros “El edificio va construyéndose orgánicamente, con relativa lentitud y gradualismo desde sus cimientos hasta

los pisos superiores y la comunicación entre los estadios y las partes suaviza los cortes y las dislocaciones” (Pinto, 1965, p. 59). Em terceiro lugar, o autor destaca a baixa absorção de mão-de-obra devido à tecnologia incompatível (tal como defenderam Prebisch e Furtado anteriormente).

Também ressaltará que a concentração tridimensional será agravada pela alta intensidade da urbanização. O forte movimento migratório para as grandes cidades não encontrava nelas o apoio produtivo que permitia aproveitar devidamente o excesso da força de trabalho. Sem possibilidade de integração no setor moderno, esta força de trabalho excedente que se direcionava, então, para o setor de serviços (de caráter tradicional e de baixa produtividade), o que é, na opinião do autor, “uma forma social de dissimular o desemprego” (Idem, *ibidem*, p. 51)

O objetivo do autor é tornar claro que a parcialidade da repartição do progresso técnico, nos três níveis considerados, se repercute internamente por meio de uma elevada concentração de renda, tendência esta que é, em grande medida, alheia aos ganhos de produtividade real (isto é, a um maior rendimento material devido às inovações produtivas). A atuação do Estado, sobretudo a forma como os recursos públicos foram distribuídos neste processo, intensificou a *produtividade monetária* de certos grupos sociais, setores econômicos e regiões intranacionais, o que contribuiu para a persistência da concentração de renda. Este ponto é investigado por três eixos: o das finanças públicas, da política econômica e da política social.

Começando pelas finanças públicas, Pinto menciona que os recursos direcionados às *empresas estatais* e o *crédito subsidiado* redundavam em um nível de produtividade e de renda mais elevado somente para executivos e trabalhadores dos setores mais favorecidos. Os investimentos sociais, antes de se distribuírem em razão inversa da renda atuavam no sentido de concentrar a renda preferencialmente nas áreas desenvolvidas. Lembra-nos que os investimentos em educação no Brasil (gasto médio por habitante) eram de 586 cruzeiros no Nordeste, enquanto que em São Paulo era de 4.211 e para o Rio Grande do Sul, de 2.769 cruzeiros. (*Ibid.* p. 65)

A *Política Econômica* também contribui de modo a favorecer a concentração da renda nas áreas avançadas. Neste sentido, a política cambial foi o maior instrumento utilizado para fortalecer a posição do setor capitalista, retirando do setor exportador suas vantagens de maior produtividade a fim de transferir para atividades industriais. O sistema tributário, altamente

regressivo, também reforçava as tendências em favor da concentração da renda nas áreas mais avançadas. O setor produtor de bens de consumo duráveis, que era central na política desenvolvimentista e atendia a demanda dos grupos de mais alta renda, impunha dificuldades a qualquer política que pudesse potencialmente restringir seus mercados – cuja resposta poderia causar reação combinada dos agentes (empresários, trabalhadores e representantes políticos) envolvidos no setor. (Idem, *ibidem*, pp. 67-68). Por estes motivos, e também porque se tratava de um setor altamente dinâmico do ponto de vista econômico, a política econômica buscou estimular seu mercado através da expansão do crédito, o que, novamente, fortalecia a renda real das áreas mais adiantadas.

Por fim, cabe destacar a *política social*, que se circunscreve à política salarial e da previdência. Em primeiro lugar, os salários mínimos, ainda que em tese tenha validade universal, na prática não tiveram vigência efetiva para grande parte dos trabalhadores, sobretudo os ocupados nas faixas subdesenvolvidas de cada setor, cujo exemplo clássico é a marginalidade aos direitos trabalhistas da população rural. Em segundo lugar, em relação à política da previdência, o autor ressalta que os mais fortes tinham sistemas mais generosos, que não eram pagos com a poupança dos mais favorecidos ou com os benefícios empresariais, mas sim via elevação de preços para a massa trabalhadora, o que significa que os mais pobres financiam os mais ricos.

Desta forma, Pinto conclui que os aumentos da renda nas economias latino-americanas provêm muito mais de produtividade monetária (determinada, como vimos, por fatores sociais, políticos e institucionais) do que de variações da produtividade real da capacidade produtiva.

Parece obvio que los desniveles en materia de rentas personales que derivan de estas y otras influencias similares nada tienen que ver con las productividades relativas, que se suponen determinantes en los libros de texto importados. En lo fundamental, como se ha visto, provienen de factores sociales, políticos e institucionales independientes de las mutaciones en el modo de producción y en la organización de los factores, esto es, de las variaciones "endógenas" de la productividad real. (Idem, *ibidem*, p. 69)

Este traço da periferia é bastante peculiar, visto que nos centros a importância de fatores sociais para determinação da produtividade foi bastante reduzida.

...parece incuestionable que en esos países han tenido una significación muchísimo menor las influencias sociales para el aumento aparente o monetario de la productividad y, a la inversa, han sido decisivos los elementos "endógenos" o reales, esto es, las transformaciones internas en el modo y en la organización del proceso productivo. En estas circunstancias, la elevación de los ingresos de la fuerza de trabajo y los

propietarios-empresarios ha correspondido aproximadamente a los incrementos materiales de la productividad. (Idem, ibidem, p. 80)

Dadas as condições sobre as quais o setor industrial se desenvolveu na América Latina, era inevitável, na opinião do autor, alguma concentração da renda, pelo menos inicialmente. Dentre tais ressalta-se i) a necessidade de acumular recursos para inversão em atividades produtivas e de infraestrutura; ii) concentração de recursos para fazer *funding* aos investimentos; iii) necessidade de uma remuneração desproporcional para atrair trabalhadores e empresários, dada a escassez de recursos (capital e mão-de-obra de qualidade e especializada); e, por fim, iv) o nível de concentração de renda que se estabeleceu durante a fase primário-exportador definiu a orientação da industrialização para bens de segunda necessidade.

En cierto modo, esa cavilación se halla contestada en el cotejo que se hizo anteriormente de las experiencias de esas economías y del viraje "hacia adentro" en la América Latina. Ahora sólo queremos agregar que ella olvida varios aspectos básicos del asunto: por una parte, que ese inicio "por el techo" es el reflejo obvio de la estructura de la demanda existente o, si se quiere, del nivel y concentración del ingreso que había establecido la fase primario-exportadora. (Idem, ibidem, p. 84)

As economias capitalistas, de um modo geral, dependem do consumo de massas, isto é, da existência e ampliação do mercado para as indústrias dinâmicas, porém na América Latina “não há massas”, ou melhor, o mercado de suas indústrias dinâmicas se circunscrevia a apenas uma fração de sua população (5%), de modo tal que o mercado dependia da forma como a renda se concentra nesta fração da população. Portanto, o drama da América Latina foi que a concentração de renda passou a ser, estruturalmente, um motor de dinamismo econômico. Assim, apesar de Aníbal Pinto dar sequências às teses de Furtado sobre a persistência do subdesenvolvimento (presentes em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”), o autor não compartilha sua visão estagnacionista, contribuindo de forma decisiva para os rumos do pensamento econômico latino-americano, especialmente o de Conceição Tavares no início dos anos 1970.

A transformação industrial começou pelo teto, e não pelas bases, o que limitava gritantemente a incorporação de população ao processo de desenvolvimento (pelas razões exaustivamente trabalhadas no interior da Cepal). Este processo foi bem diferente do ocorrido nos países centrais, onde as indústrias dinâmicas de consumo só adquiriram importância estratégica após a Segunda Guerra Mundial, isto é, em uma etapa de desenvolvimento avançada e quando a maioria da população tinha renda suficiente para satisfazer suas

necessidades primárias: “...o que na Europa ou nos Estados Unidos é consumo de massas, aqui se torna consumo de luxo” (Coutinho, 1979)

1.4.3. Os limites do enfoque da industrialização substitutiva e a noção de “estilos de desenvolvimento”

Conforme já sugerido, os desdobramentos problemáticos do processo de industrialização na região fizeram Aníbal Pinto avançar em alguns pontos interpretativos do pensamento cepalino tradicional, especialmente no tocante ao processo de industrialização por substituição de importações após a década de 1950.

Pinto insiste que houve um deslocamento do setor-chave da economia a partir dos anos 1950 (as indústrias tradicionais dão espaço para as produtoras de bens de consumo duráveis), o que implicou em uma nova fase do processo de substituição de importações. Trata-se de uma nova fase por três motivos:

- I) Agora a produção tem uma escala muito maior que no caso das indústrias leves, e tais setores se relaciona de forma muito mais complexa com os demais; (Pinto, 1970, p. 483)
- II) Não havia nem demanda preexistente nem se poderia falar que se tenha levado a cabo uma “substituição de importações” no sentido estrito e anterior do termo – ao contrário, eles são criadores de sua própria demanda – o que aponta para um “revisonismo parcial” em relação ao enfoque cepalino originário; (Idem, *ibidem*, p. 484)
- III) Há uma grande contradição do “novo modelo”. Luta-se para reproduzir uma “sociedade opulenta de consumo” em países que não contam com essa base de produção e que apresentam rendas médias muito aquém dos países centrais. (Idem, *ibidem*, pp. 484-5)

Além das características-chaves mencionadas, o autor ressalta a crescente “estrangeirização” da área dinâmica da estrutura produtiva – o que traz implicações sociais, psicológicas, políticas e etc. – e isto envolve pontos que agravam e mudam qualitativamente as contradições do processo de substituição de importações, tais como, o aprofundamento do processo de dependência tecnológica, a alienação da periferia dos centros de decisão e as fortes pressões no balanço de pagamentos.

O autor reconhece e aceita a relação entre expansão industrial e a substituição de importações por estrangulamentos do comércio exterior, isto é, permanece fiel à tradição cepalina, porém – e aqui reside uma de suas maiores contribuições – ressalta que conforme vai fechando a brecha do vácuo criado pelas restrições das importações, a dinâmica industrial passa a depender em maior grau do aumento endógeno da renda e da demanda,

particularmente dos grupos consumidores dos bens de consumo duráveis. De acordo com sua visão, as análises cepalinas tradicionais (dentre as quais se inserem as teses de Prebisch, as de Furtado e os trabalhos iniciais de Maria da Conceição Tavares) pecam por não terem dado devida atenção a esta fonte de dinamismo econômico.

No ponemos en duda la importancia de ese factor [o estrangulamento externo] en nuestro tipo de economía; sin embargo, **parece obvio que el enfoque escrito pasa por alto algunos elementos primordiales que gravitan sobre la formación de capital en el sector privado, especialmente los que inducen objetivamente a tomar decisiones en ese sentido.** Como se comprende y se adelantó, a medida que se reducen las oportunidades y estímulos del lado de la sustitución de importaciones, el monto y dirección de las inversiones privadas pasará a depender en mayor grado de los movimientos de la demanda interna y, por lo tanto, del crecimiento y distribución del ingreso nacional. Ahora bien, si estos factores no suponen una ampliación sostenida y apreciable del mercado, no surgirán los incentivos necesarios para acrecentar la capacidad productiva. (Pinto, 1965, p. 88 – grifos nossos, itálico no original)

Logo, apesar de o estrangulamento externo ser uma explicação-chave da inversão pública e privada, na visão do autor tal enfoque despreza alguns elementos fundamentais que explicam a formação de capital privado na periferia. Esses “elementos fundamentais” passam cada vez mais a depender dos movimentos de demanda interna e, portanto, do crescimento e distribuição da renda nacional – como veremos oportunamente, esta mudança de eixo analítico, realizada por Aníbal Pinto, influenciará muito o revisionismo teórico cepalino de Conceição Tavares nos anos 1970.

A novidade histórica desta nova fase é que a sua contradição central, entre produto-chave e o nível de renda, induz a uma concentração da renda e não à sua dispersão social: os mercados são estreitos, o que requer instrumentos para sua expansão, isto é, meios com o objetivo de concentrar a renda e o poder aquisitivo nos grupos de renda mais alta. (Pinto, 1970, p. 492). Desta forma, é possível defender que a estrutura produtiva, a distribuição de renda e os padrões de consumo são todos circunscritos ao conceito de heterogeneidade estrutural. (Coutinho, 1979)

No entanto, apenas em meados dos anos 1970 é que Aníbal Pinto trabalharia *explicitamente* com tais elementos, num enfoque que ficou conhecido na literatura por ‘estilos de desenvolvimento’⁵⁵:

⁵⁵ Como lembra Rodriguez (2009), o primeiro a utilizar esta expressão foi Óscar Varsavsky, em 1971, que se preocupou com o papel da demanda no processo de desenvolvimento nas economias latino-americanas, bem como seus vínculos com a distribuição de renda. Vale ressaltar que Pedro Vuskovic (1970) já trabalhava com a ideia de “estilo de desenvolvimento”, porém sob o nome de “opções de desenvolvimento” – em clara aderência com as teses de

Visto por um ângulo estritamente econômico, poderíamos entender por estilo de desenvolvimento a maneira como, *dentro de um determinado sistema*, os recursos humanos e materiais são organizados e distribuídos, **com o objetivo de resolver as indagações sobre o que, para quem e como produzir bens e serviços**. (Pinto, 1976, p. 619 – grifos nossos, itálico no original)

O autor caracteriza economicamente um “estilo de desenvolvimento” a partir de duas ordens de fatores, os estruturais e os dinâmicos – sendo eles interdependentes entre si. Os primeiros se referem “ao esqueleto do sistema” ou, se preferirmos, à conformação das estruturas de produção e emprego (que são representados pela acentuada heterogeneidade estrutural). Os segundos fatores englobam aqueles que são vitais para o funcionamento do sistema, com destaque para a forma como o nível e a composição da demanda se relacionam com o nível e a distribuição da renda. (Idem, *ibidem*, p. 620).

De acordo com tal enfoque, a “base estrutural” é trabalhada em duas dimensões: interna e externa⁵⁶. Em relação aos aspectos internos, a ênfase recai sobre a estrutura produtiva, que pode ser analisada “...de maneira a avaliar os desníveis agudos que se registram nos padrões de produtividade das atividades econômicas. Trata-se, como se sabe, do discutido problema da heterogeneidade estrutural, que tem uma influência patente nas questões do que, como e para quem produzir” (Idem, *ibidem*, p. 622).

Os aspectos externos também contribuem para criar uma situação estrutural característica nas economias latinas. As transformações globais da região neste aspecto apontam para algumas direções importantes para a questão dos “estilos de desenvolvimento”, com destaque para a *forte internacionalização* ocorrida desde meados dos anos 1950, que transplanta modelos de produção e de consumo, alterando radicalmente as estruturas produtivas das economias receptoras.

Esse caminho se delinea com alguns traços distintos do velho modelo de crescimento voltado para fora, pois se alicerça na maior diversificação das exportações e, acima de tudo, na “*internalização*” e na **transposição, através de empresas transnacionais, de modelos de produção e demanda (ou consumo) e formas de progresso técnico, comercialização e financiamento que prevalecem nos centros capitalistas desenvolvidos**. Cabe salientar a enorme significação desse processo para o estilo de

Anibal Pinto. Maria da Conceição Tavares e José Serra, como veremos, utilizaram explicitamente o termo “estilo de desenvolvimento” em 1971, termo este que viria a ser refinado e explicitado por Anibal Pinto, Wolf e Graciarenaa². apenas em 1976.

⁵⁶ Apesar de A. Pinto ter trabalhado o conceito desta forma, é inegável que sua ênfase recaiu sobre a dimensão interna (a heterogeneidade estrutural), o que nos leva a buscar apoio em Vuskovic (1970) para um tratamento mais adequado da dimensão externa deste enfoque.

desenvolvimento ou, se olharmos por outro ângulo, para as questões primordiais do que, como e para quem produzir. (Idem, ibidem, p. 626 – grifos nossos)

Apesar de Pinto não se estender mais do que isto, esta passagem é bastante eloquente, cuja plena compreensão presciente do texto de Vuskovic – quem estabelece uma clara relação entre persistência da heterogeneidade com a internacionalização, especialmente suas consequências para as estruturas de mercados latino-americanas (precocemente concentradas, em seu ver). A internacionalização também condiciona **como e o que produzir**, na medida em que se conecta com a persistência da heterogeneidade estrutural, dado o padrão tecnológico ‘disponibilizado’ para a região. Segundo o autor, “Dentro da forma que vem assumindo a estrutura da capacidade produtiva, destacam-se como elementos dinâmicos as atividades de menor capacidade de absorção de mão-de-obra. **É, sem dúvida alguma, no rápido processo de estrangeirização – que significa, entre outras coisas, a reprodução indiscriminada de outras formas de produção -, nas limitações à formação de capital e na lentidão do ritmo global de crescimento que se encontram as raízes dos problemas de desempenho e subemprego**” (Vuskovic, 1970, p. 98 – grifos nossos). Ou ainda,

...a assimilação técnica indiscriminada implica, cada vez mais, não apenas na incorporação de determinadas *formas de produzir*, mas também na imitação quanto à *gama de coisas que são produzidas*. (...) A distribuição da renda altamente concentrada e o distanciamento cada vez maior entre os estratos moderno e não-moderno vêm a ser consequências da dependência tecnológica e da ausência de uma política seletiva de absorção do progresso técnico. (Idem, ibidem, pp. 92-3 – itálico no original)

A estrutura produtiva é alta e precocemente concentrada na região - e este é um traço importante da base estrutural do estilo de desenvolvimento na América Latina. A elevada concentração do capital, presente com força avassaladora desde os anos 1950, reflete nada mais que uma necessidade para a incorporação de técnicas produtivas modernas, importadas dos grandes centros⁵⁷.

Os países industrializados passaram por uma etapa de ativa concorrência entre um grande número de unidades produtivas e que foi, progressivamente, sendo substituídas por formas monopólicas e oligopólicas que surgiram como consequência do próprio desenvolvimento das forças produtivas e a partir de níveis de produtividade já relativamente elevados e generalizados no conjunto do sistema. **Nos países latino-americanos, o processo se desenvolveu de maneira diferente. O monopólio ou o oligopólio se fizeram presentes desde os primeiros passos da industrialização, superpondo-se a condições produtivas muito atrasadas.** (Idem, ibidem, p. 89 – grifos nossos)

⁵⁷ Esta ênfase nas estruturas de mercado, presente na discussão sobre os estilos de desenvolvimento, será revisitada e ampliada por Tavares ainda na década de 1970, com destaque para a tese “Acumulação de capital e industrialização no Brasil”. As convergências teóricas entre Tavares e Pinto-Vuskovic ficarão mais claras oportunamente.

Em relação aos aspectos dinâmicos, isto é, “as forças que movimentam o sistema e que o transformam, acentuando ou modificando seus perfis básicos”, Pinto menciona que seus aspectos globais são dados, grosso modo, pelas taxas de crescimento dos principais grupos industriais. Com base em estatísticas da Cepal entre 1960 e 1971 o autor mostrou que o ritmo médio de crescimento da produção de veículos da região (13,5%) foi quase o dobro da média da produção manufatureira total (6,8%), o que indica o maior dinamismo de artigos de maior valor agregado na pauta produtiva regional.

Esta constatação já havia sido realizada por outros autores na Cepal, porém o que diferencia este enfoque dos esquemas cepalinos originários é a orientação em buscar onde se origina a demanda e qual é a sua grandeza, de modo a tornar clara as inclinações (ou tendências) do estilo de desenvolvimento. No pensamento cepalino originário, tais tendências eram explicadas, obsessivamente, pelo fato de que, com o crescimento da renda, a pauta de demanda se direcionava para produtos com maiores elasticidades-renda. O ponto de partida do enfoque trabalhado aqui não é esse, mas sim a estrutura produtiva, de onde se parte em busca de respostas sobre o que e como produzir. Neste sentido, vale a pena reproduzir um trecho.

...é sobejamente conhecida a explicação habitual dessas tendências, que são atribuídas (quase tautologicamente) às diferentes elasticidades-renda da demanda de bens e serviços. Mas o que nos importa averiguar é de onde parte essa elasticidade-renda, ou seja, em que grupos se origina a demanda e qual é a sua ordem de grandeza para as diferentes classes de produtos. Em outras palavras, as taxas de crescimento dispares dos grupos industriais assinalam aproximadamente as inclinações do sistema ou estilo, no que concerne ao que produzir” (Pinto, 1976, p. 629)

Mas, como mencionamos, para compreendermos o pleno significado deste enfoque, bem como sua força metodológica, é necessário responder “**para quem**” o sistema produz. Para isso, Pinto cruza os dados desagregados do consumo e das classes sociais, divididas em “camadas de renda”, e percebe que o grosso dos bens e serviços mais dinâmicos era quase que exclusivamente consumidos pelos 10% da população. Em suas palavras “...os núcleos mais dinâmicos do aparelho produtivo estão entrelaçados e dependem, de preferência às vezes com exclusividade, da demanda dos grupos colocamos no topo da estrutura produtiva” (Idem, ibidem, p. 631 – itálico no original). Assim o conceito de “estilo de desenvolvimento” chega a sua plenitude.

...considerando-se a renda média regional e dos países, para que o atual estilo de desenvolvimento funcione e prossiga, é indispensável que a renda e o gasto se concentrem nessas camadas, de maneira a sustentar e aumentar a demanda dos bens e serviços favorecidos. Na medida em que isso ocorrer, o

aparelho produtivo se adaptará – ou continuará a se adaptar – de maneira a atender preferencialmente a esses tipos de demanda. (Ibid. – grifos nossos, itálico no original).

Como é possível notar, o estilo de desenvolvimento da América Latina possui uma natureza altamente concentradora de renda e, o que é pior, conforme já mencionado em outros artigos do autor, existe uma causalidade cumulativa: quanto mais dinâmica a economia, maior é a tendência à concentração de renda e, portanto, maior é a persistência da heterogeneidade estrutural – o que tornam claras as conexões entre a estrutura produtiva e distribuição de renda.

...parece claro que existe um círculo de causalidade cumulativa, no qual essa tendência da distribuição de renda pesa sobre as orientações do sistema produtivo e, na medida em que estas consolidam ou aprofundam uma determinada estrutura da oferta, ela reclama um esquema compatível de distribuição. Considerados a renda média e o destino social das produções mais dinâmicas, esse esquema torna-se obrigatoriamente concentrador. E assim prossegue o círculo. (Idem, ibidem, p. 693)

Vuskovic é bastante claro sobre este ponto, ao estabelecer relações dinâmicas entre a precoce concentração do mercado e a concentração da renda: “...a alta concentração da renda – afirma o autor – favorece a concentração monopólica e esta reforça as bases de sustentação de uma concentração ainda maior da renda e da riqueza. (Vuskovic, 1970, p. 91).

Desta forma, é importante ter claro que a ideia de ‘estilo de desenvolvimento’ consiste na interação dinâmica de dois elementos: a distribuição de renda e os padrões de demanda – sendo que ambos são sobredeterminados pela heterogeneidade estrutural.

Tendo em vista que é a configuração da estrutura produtiva industrial que projeta sobre a economia uma distribuição concentrada de renda, sendo esta conveniente à conformação de um mercado para seus produtos, o centro de uma estratégia redistributiva para os autores desta tradição⁵⁸ não é a modificação no perfil da demanda – como na visão de Celso Furtado –, e sim a alteração na estrutura produtiva.

⁵⁸ Com destaque para Serra (1976), Pinto (1976) e Vuskovic (1970).

Capítulo 2 – As primeiras críticas ao estruturalismo

Os limites do arcabouço teórico cepalino ficaram escancarados nos anos 60. Apesar de seus intérpretes virem aprimorando a interpretação estruturalista, esta corrente recebeu importantes críticas, dentre as quais destacaremos, neste capítulo, o debate em torno das teses da dependência e as teses de Ignácio Rangel sobre desenvolvimento capitalista e inflação. A razão destas escolhas não é arbitrária, tendo em vista que tais teses exerceram grande impacto nos trabalhos de Conceição Tavares, sobretudo em sua crítica à Cepal – o que ficará mais evidente nos próximos capítulos.

2.1.O debate em torno das teses da dependência

Chegados os anos 1960, os limites da industrialização exibiram as deficiências teóricas da economia política cepalina e, como vimos, Anibal Pinto introduziu elementos importantes a esta problemática, mas sem romper com o enfoque. No entanto, a resposta mais expressiva aos desdobramentos da industrialização veio das chamadas “Teorias da Dependência”.

E assim chegamos aos meados da década de 60, quando a morte do movimento social nacional-desenvolvimentista ficou evidente. A industrialização ou se abortara, ou, quando tivera êxito, não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem, muito menos, a liquidação da miséria. Com isso, uma pergunta ficava no ar: por que a História teria tomado outro curso, defraudando esperanças que pareceram outrora tão bem fundadas? A resposta, no plano teórico, consistiu, sabemos todos, na formulação das “Teorias da Dependência”, que nasceram, assim, para enfrentar a **questão da não-industrialização nacional**. (Cardoso de Mello, 1975, p. 24 – grifos do original)

A importante repercussão que teve tal abordagem, seja no âmbito do pensamento latino-americano geral, seja no pensamento econômico de Conceição Tavares (que é o que nos interessa), obriga-nos a fazer uma breve leitura deste enfoque, com vista a facilitar futuras intervenções neste campo. Trabalharemos com três interpretações: André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso & Enzo Falletto e a de Rui Mauro Marini.

2.1.1 André Gunder Frank

A primeira vertente da dependência é representada pelas teses de André Gunder Frank, que são, nas palavras de Cardoso de Mello, uma “*reprodução radicalizada da problemática cepalina*” (p. 25), porém com o uso de categorias de análise marxistas, sobretudo a ideia de desenvolvimento desigual e combinado proposta por León Trotsky.

Tal como Furtado, Frank entende o subdesenvolvimento não como uma etapa necessária anterior ao desenvolvimento, sendo ele, pelo contrário, causado pelo processo de desenvolvimento capitalista de determinadas partes do planeta, “as metrópoles”.

...o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos são os dois lados da mesma moeda, (...) são produto de um mesmo processo e de uma só estrutura econômica – embora dialeticamente contraditória –, qual seja a do capitalismo. (Frank, 1968 apud Rodriguez, 2009, p. 268)

Assim, o subdesenvolvimento é entendido por Frank como uma necessidade do próprio desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Para tanto, o autor considerará que o sistema é dividido em um esquema semelhante ao centro-periferia, porém emprega outros termos: *países metropolitanos*, para os centros, e *países satélites*, para a periferia, sendo ambos partes de um sistema mundial que gera simultaneamente o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. O objetivo de Gunder Frank é mostrar que o desenvolvimento capitalista é necessariamente um desenvolvimento desigual e combinado, sendo nocivo a um conjunto de países que se mantêm dependentes e subdesenvolvidos conforme o sistema mundial desenvolve-se.

Esta ideia nos remete primeiramente à Lenin, de acordo com quem “O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital” (Lenin, 2011, p. 266). Nesta obra Lenin emprega a noção de “desenvolvimento desigual” como uma tendência do sistema – tendência essa que se manifestava em todas as esferas, desde as mais particulares (entre empresas e setores) até a mais geral (entre países).

Certamente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este “argumento” é constantemente utilizado para tudo, pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. **Mas se assim fosse, o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção.** (Idem, ibidem, p. 181 – grifos nossos).

Trotsky, partindo das contradições que emanava do sistema – que não deixavam de estimular crescentes antagonismos e criar novas relações de desigualdade entre regiões, países e ramos de produção – formulou de modo explícito e coerente uma teoria do desenvolvimento dos países periféricos, ou se preferirmos, “atrasados”. Para isto, o autor valeu-se das ideias de Lenin sobre o desenvolvimento desigual, porém as articulou com uma “lei do desenvolvimento combinado”, que lhe permitia formular a hipótese de um país periférico “saltando” por cima de etapas históricas. De acordo com Trotsky,

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus histórico*, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. **Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas.** Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados a civilização em segunda, terceira ou décima linha. (Trotsky, 1967, p. 25 – grifos nossos)

Gunder Frank partiu desta problemática para pensar a dependência e persistência do subdesenvolvimento na América Latina – desde a era colonial até a implantação do setor industrial. Com base em Rodriguez (2009), podemos elencar cinco hipóteses trabalhadas pelo autor acerca do processo de desenvolvimento no marco das relações metrópole-satélite:

1. O processo de desenvolvimento capitalista consistiu essencialmente na transferência de excedente econômico das áreas menos desenvolvidas para as áreas mais desenvolvidas. Nas palavras de Frank “...o monopólio externo sempre resultou na expropriação de uma parte substancial do superávit econômico (...) e na sua apropriação por outro setor do sistema capitalista mundial” (Frank, 1966 apud Rodriguez, 2009, p. 264)
2. O superávit econômico dos satélites animou o desenvolvimento econômico das metrópoles, em um processo de expropriação. Segundo Frank, “...a metrópole expropria o superávit econômico de seus satélites e se apropria dele para o seu próprio desenvolvimento econômico. Os satélites se mantêm no subdesenvolvimento pela falta de acesso ao seu próprio superávit, e como consequência (...) das (...) relações exploradoras que a metrópole introduz e mantém na estrutura econômica do satélite” (Frank, 1968 apud Ibid., p. 264)
3. Os satélites experimentaram seu maior desenvolvimento econômico quando os laços que os atam a suas metrópoles são mais débeis. Ou, com o mesmo efeito, “quando a metrópole se recupera de sua crise e restabelece os laços do comércio e os investimentos que reincorporam plenamente o satélite ao sistema (...) o desenvolvimento e a industrialização anterior é sufocado ou canalizado em direções subordinadas e nada promissoras” (Frank, 1966 apud Ibid., p. 265)
4. As regiões mais subdesenvolvidas são aquelas que, historicamente, mantiveram “laços mais estreitos” com a metrópole: “...as regiões que hoje são mais subdesenvolvidas e de maior

aparência feudal são precisamente as que no passado mantiveram laços mais estreitos com a metrópole” (Frank, 1966 apud Ibid., p. 265)

5. As relações de dependência entre metrópole-satélite iam além do aspecto econômico. “...não se limitam (...) ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica e inclusive a política das colônias e países latino-americanos”. (Frank, 1996 apud Rodriguez, 2009, p. 266).

O radicalismo de Gunder Frank esteve em sua defesa de que nem o capitalismo nacional nem a burguesia nacional representaram (e representarão) uma saída para o subdesenvolvimento latino-americano. Tendo em vista a “lei de desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo, a única saída para a periferia é romper com a ordem deste sistema, através da revolução socialista.

2.1.2. “Análise de situações de dependência”: o enfoque de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto

A análise sociológica proposta por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso insere-se no contexto de falência das previsões econômicas do pensamento estruturalista e de crítica à sociologia convencional. Em relação a este último campo, os autores abrem o ensaio criticando o enfoque da “sociologia do desenvolvimento”⁵⁹, alegando que esta procurava entender as formações sociais da América Latina a partir dos conceitos de sociedade tradicional e de sociedade moderna, buscando fazer um paralelo entre desenvolvimento e modernização, por um lado, e subdesenvolvimento e atraso, por outro.

Alternativamente, Cardoso e Faletto atribuíram a esta visão um empobrecimento do conceito de desenvolvimento, tendo em vista que a relação entre desenvolvimento/modernidade e subdesenvolvimento/atraso não é unívoca: era possível haver situações em que o desenvolvimento não aniquila o atraso e situações em que o subdesenvolvimento pode vir acompanhado de maior autonomia econômica.

...as análises do modernismo e do tradicionalismo parecem excessivamente simplificadas quando se estabelece uma relação unívoca, por um lado entre desenvolvimento e sociedade moderna e por outro entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional. (...) a relação entre

⁵⁹ A bibliografia desta tradição é bastante extensa, mas os autores destacam os seguintes trabalhos: R. Redfield (*The Folk Culture of Yucatan*), B. Hoselitz (*Sociological Factors in Economic Development*), Gino Germani (*Política y Sociedad en una Epoca de Transición*), Talcott Parsons (*The Social System*), Robert K. Merton (*Social Theory and Social Structure*) e, dentre outros, o de Daniel Lerner (*The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*).

desenvolvimento e modernização não se verifica necessariamente, se se supõe que a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os "grupos tradicionais". Por outro lado, também pode dar-se o caso de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro. (Cardoso e Faletto, 2004, p. 30)

As interpretações guiadas por este enfoque tenderam a defender que as sociedades avançadas antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas, aproximando-se dos esquemas etapistas *a la* W. W. Rostow. Como vimos, esta abordagem foi duramente criticada por Celso Furtado por meio do conceito histórico do subdesenvolvimento, conceito este que foi preservado por Cardoso e Faletto, porém com algumas ressalvas.

O conceito de subdesenvolvimento cepalino, apesar de ser mais refinado que o de outros enfoques, não foi capaz de esgotar o entendimento do desenvolvimento das sociedades periféricas. No âmbito da Cepal, a ênfase dada foi apenas à estrutura de um tipo de sistema econômico com predomínio do setor primário, com forte concentração da renda, com pouca diferenciação do sistema produtivo e, principalmente, com predomínio do mercado externo sobre o interno. No entanto, para Cardoso e Faletto, o fundamental era entender não as estruturas econômicas em si do subdesenvolvimento (e sua condição reflexa frente ao mercado mundial), mas assinalar como as economias subdesenvolvidas vincularam-se, historicamente, ao mercado mundial e, principalmente, a forma como se constituíram os grupos sociais internos, os quais definiram as relações econômicas orientadas para o exterior.

A situação de "subdesenvolvimento nacional" supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de "interesses nacionais"; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais. (Idem, ibidem, p. 44)

Os autores propuseram “uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais...” (Idem, ibidem, 34). Não se tratou de substituir a análise econômica por uma interpretação sociológica ou justapor tais análises, mas, essencialmente, de buscar uma **análise integrada do desenvolvimento**, através da qual fosse possível explicar os processos econômicos enquanto processos sociais. “Eis por finalidade da análise integrada do processo de desenvolvimento nacional consiste em determinar as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito da nação” (Idem, ibidem, p. 44). Nestes termos, o processo de

desenvolvimento econômico foi entendido como um processo social, fruto da interação de grupos e classes sociais no interior das nações periféricas. Nas palavras dos autores:

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação da vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (Idem, *ibidem*, p. 34)

A consideração de fatores extra-econômicos (sociais e políticos) para explicar a dinâmica econômica nos remete diretamente ao campo do materialismo histórico⁶⁰. Em uma carta a Joseph Bloch, Engels (1890) deu-nos uma boa definição desta concepção.

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existent ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau.

Em nome de uma “visão global do desenvolvimento”, buscaram-se compreender a formação das economias nacionais nos marcos gerais da expansão do sistema capitalista, dando destaque para as relações entre as sociedades nacionais e o meio externo. Trata-se de uma análise sobre o processo de formação e desenvolvimento das sociedades que, economicamente, **mantiveram-se dependentes do exterior**, ainda que politicamente fossem centros autônomos, isto é, nações independentes.

Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação (...) o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se a situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do

⁶⁰ Como certa vez disse Bresser-Pereira, “A versão da dependência associada derivou diretamente da Escola de Sociologia de São Paulo e é também marxista em suas origens, embora a maioria de seus proponentes tenha abandonado o marxismo depois de ela ter sido formulada” (2010, p. 36).

mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. (Idem, *ibidem*, p. 44)

Nesta abordagem, os autores procuraram entender conjunta e interativamente as noções de dependência e de desenvolvimento (capitalista). “A dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (Cardoso, 1970, p. 32). Ainda que o objeto de investigação científica desta abordagem fossem as sociedades nacionais dependentes, os autores não se propuseram a analisá-las a partir do mesmo prisma metodológico das abordagens cepalinas ou da “sociologia do desenvolvimento”, que procuraram sobrepor os fatores externos aos internos para explicar a dinâmica econômica da periferia.

A proposta metodológica, além de procurar evidenciar a dimensão social e política dos fatores econômicos, foi também a de mostrar que a dinâmica do desenvolvimento econômico nacional é dada, em primeira instância, pelos fatores político-sociais internos e, em última instância, pelos fatores externos ou, se preferirmos, da expansão global do capitalismo, tendo como referência seus centros hegemônicos.

Torna-se necessário, portanto, definir uma perspectiva de interpretação que destaque os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento. (Cardoso e Faletto, 1970, p. 43)

Este ponto foi o mais crucial e o mais distintivo da análise de Cardoso e Faletto em relação às outras as vertentes marxistas dependência, tal como a de Andre Gunder Frank que, como vimos, enfatizava o aspecto externo como o determinante da dinâmica econômica da periferia. “...a noção de dependência é apresentada para pôr ênfase em um tipo de análise que recupera a significação política dos processos econômicos e que contra a vagueza das análises pseudo-marxistas que veem no imperialismo uma enteléquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes, insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas situações de dependência”. (Cardoso, 1970, p. 29).

Fernando Henrique Cardoso, em outra passagem, foi enfático ao expor a vantagem fundamental da sua perspectiva da dependência como uma análise integrada dos aspectos internos e externos de *situações particulares*. Em sua visão, fatores internos e externos constituíram-se como uma unidade de contrários, ou uma “unidade dialética”.

...não existe a distinção metafísica entre os condicionantes externos e os internos. Noutros termos: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Porém, essa "dinâmica geral", não é um fator abstrato que produz efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na "periferia do sistema", como pela maneira como o capitalismo internacional se articula. **Essa "unidade dialética" a que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos**, e por consequência leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nestas perspectivas. (Idem, ibidem, p. 30 – grifos nossos)

O termo “unidade dialética” remete-nos, novamente, ao campo do materialismo histórico-dialético. Em uma passagem, Mao Tse-Tung definiu de forma bastante clara o que vem a ser “unidade dialética”

A identidade, a unidade, a coincidência, a interpenetração, a impregnação recíproca, a interdependência (ou o condicionamento mútuo), a ligação recíproca ou a cooperação mútua, são termos que têm todos uma mesma significação e referem-se aos dois pontos seguintes: primeiro, **cada um dos dois aspectos duma contradição, no processo de desenvolvimento dum fenómeno, pressupõe a existência do outro aspecto, que constitui o seu contrário, e ambos aspectos coexistem numa mesma unidade**; segundo, cada um dos dois aspectos contrários tende, em condições determinadas, a transformar-se no contrário. (Mao, 1937, p., 115)

As semelhanças da análise de Cardoso com tais intérpretes marxistas não se tratam de uma coincidência. Nas palavras do próprio Fernando Henrique Cardoso:

Em nossas análises quisemos evitar essa espécie de dialética formal, que vê na história o desdobramento de contradições unívocas. Substituí este tipo de dialética pelo que, na linguagem da moda se diria uma concepção das contradições como "complexamente - estruturalmente - desigualmente determinadas" ou "sobredeterminadas". Por isto, **insistimos em que a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado), e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante**. (Cardoso, 1970, p. 33)

O método materialista-dialético, apresentado por Mao Tse-Tung, também deu sustentação teórica à ideia de que “a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por fatores internos, e, em última instância, por fatores externos”⁶¹ (Cardoso de Mello, 1975, p. 27). Segundo Mao:

⁶¹ Lenin e Trotsky, conforme defende Carlos Alonso Oliveira (2003), são precursores desta visão de sobrepor os fatores internos aos externos, ainda que estes últimos determinem, em última instância, os primeiros.

Contrariamente à concepção metafísica do mundo, a concepção materialista-dialética entende que, no estudo do desenvolvimento dum fenómeno, deve partir-se do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenómenos, quer dizer, deve considerar-se o desenvolvimento dos fenómenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se aliás cada fenómeno, no seu movimento, em ligação e interação com os outros fenómenos que o rodeiam. A causa fundamental do desenvolvimento dos fenómenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenómenos. No interior de todo o fenómeno há contradições, daí o seu movimento e desenvolvimento. (Mao, 1937, p. 86 – grifos nossos)

Ou ainda,

Na sociedade, as mudanças são devidas principalmente ao desenvolvimento das contradições que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e determina a substituição da velha sociedade por uma nova. Mas será que a dialética materialista exclui as causas externas? De maneira nenhuma. Ela considera que as causas externas constituem a condição das modificações, que as causas internas são a base dessas modificações e que as causas externas operam por intermédio das causas internas. O ovo que recebe uma quantidade adequada de calor transforma-se em pinto, enquanto que o calor não pode transformar uma pedra em pinto, já que as respectivas bases são diferentes. (Idem, ibidem, pp. 87-88)

Por se tratar de uma **análise concreta** de movimentos sociais em perspectiva histórico-estrutural, os autores deram preferência ao termo “*situações de dependência*”, em oposição aos enfoques totalizantes, tanto da Cepal como das demais vertentes da teoria da dependência que, apoiadas nas teses do “imperialismo”, procuravam estabelecer uma “teoria da dependência” geral.

Cardoso e Faletto chamaram atenção às particularidades nacionais das regiões periféricas, indo na contramão do pensamento cepalino, no qual prevalecia a ideia de que todos os países da região compartilhavam as mesmas características histórico-estruturais ou, com o mesmo efeito, que um evento externo impactava de modo semelhante todos os países da região. “...falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de consequências práticas perigosas” (Cardoso e Faletto, 2004, p. 14)

A proposta deles não deixou de atacar este ponto, mas, como destaca Cardoso de Mello (1975), manteve inalterado o critério cepalino de periodização da histórica econômica (economia colonial/economia nacional, crescimento para fora, industrialização por substituição de importações e industrialização extensiva/industrialização intensiva). A

sugestão dos autores foi uma alteração metodológica na abordagem destes momentos históricos, buscando analisar as diferentes manifestações da “dependência” (isto é, as conexões entre os níveis políticos, sociais e econômicos, no plano interno, e o movimento geral de expansão do capitalismo) nos dados momentos.

Não falamos da dependência em geral, mas de situações de dependência. *Dependência na fase de constituição do Estado Nacional e de formação de uma burguesia exportadora, dependência na situação de enclave e dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas.* Subdividimos ainda mais estas "fases", mostrando que não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contem a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobredeterminada. (Cardoso, 1970, p. 41 – grifos nossos)

O caráter não determinístico da metodologia proposta previa que a interação entre os fatores internos (“nacionais”) e o externo (a dinâmica capitalista internacional) produziria diferentes resultados em cada país e em cada momento histórico, mas sem cair no historicismo, isto é, caso particular é um caso. Há determinações gerais que tornam possíveis a análise e o agrupamento teórico de “situações de dependência”.

Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas (que insistem no Imperialismo, na Luta de Classes, na Burguesia e na Revolução como conceitos gerais ou, no melhor dos casos, como contradições indeterminadas) por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares. **Ao deslocar dessa forma o núcleo das explicações do processo histórico, assegura-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de encontrar via s distintas de rearticulação de uma situação de dependência para outra, de um período para outro. Em resumo, aceita-se que existe uma "historia" e, portanto, uma dinâmica, própria de cada situação de dependência.** (Cardoso, 1970, p. 31 – grifos nossos).

Os autores sustentavam que o desenvolvimento econômico do subdesenvolvimento estaria de qualquer modo garantido pelo caráter dinâmico do capitalismo e que, portanto, a associação (dos Estados e dos empresários da periferia) ao capital externo (através de facilidades aos investimentos realizados pelas empresas multinacionais) seria a única chance dos países subdesenvolvidos desenvolvem-se, ainda que se mantivessem dependentes. Esta seria a única chance de desenvolvimento que restava à região, tese esta que tinha clara correspondência com o trabalho Cardoso “*Empresário e o desenvolvimento industrial*”, onde o autor afirmou categoricamente que não se poderia esperar da burguesia subdesenvolvida

qualquer projeto de desenvolvimento econômico, nos termos clássicos. Nas palavras de Cardoso:

Seria enganoso pretender transferir o esquema válido para a análise formal das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas. **Não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico.** (1964, p. 41 – grifos nossos)

No campo cepalino, esta interpretação criticou tanto as teses que defendiam o desenvolvimento em bases nacionais – de acordo com as quais o desenvolvimento seria possível mediante a internalização dos centros de decisão, a modernização da agricultura e a redistribuição de renda – como as teses estagnacionistas. Mesmo criticando o irrealismo do projeto nacional-desenvolvimentista, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto não foram hostis às reformas realizadas durante a hegemonia desta ideologia, muitas das quais foram fundamentais para a viabilização do desenvolvimento capitalista na América Latina. Já em 1967 os autores haviam refutado, por razões metodológicas inclusive, que a alternativa ao nacional-desenvolvimentismo era a estagnação, tal como alegara Celso Furtado. De acordo com Serra e Cardoso (1978), “...confundiram-se a inviabilidade daquele projeto [nacional-desenvolvimentista] com a frustração do desenvolvimento capitalista”.

Diante da frustração com o golpe de 1964, outra parte da esquerda da região deduziu que a alternativa imediata à estagnação capitalista seria o socialismo, isto é, que as classes exploradas promoveriam, por si mesmas, o desenvolvimento. Este é o contexto no qual se inserem os trabalhos de Rui Mauro Marini, que resgata a problemática socialista em moldes não muito distintos dos trabalhados por André Gunder Frank.

2.1.3. Rui Mauro Marini: superexploração do trabalho e a dialética da dependência

Marini buscou a raiz da dependência latino-americana na forma como estes países se integraram ao mercado mundial, a partir de meados do século XIX, quando começou a intensa expansão do comércio exterior, marcada por profundas modificações na estrutura das atividades inglesas. Foi a partir deste momento, de aprofundamento das relações da América Latina com os centros capitalistas europeus, que se definiu uma estrutura internacional de comércio (ou melhor, uma divisão internacional do trabalho) fundamental no curso posterior da região. Neste quadro estrutural mais amplo, a dependência se configurou como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações

de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1973, 108). Sua definição e meio de superação da dependência não se diferenciou das de André Gunder Frank. Segundo o próprio Marini,

O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supor necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Neste sentido, a conhecida formula de André Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (Marini, 1973, p. 109)

Apesar desta convergência, o enfoque de Marini trouxe algumas peculiaridades dignas de nota. Uma das principais diferenças foi que para Marini a situação colonial não era igual à situação de dependência, como deu a entender Frank. No entender de Marini, houve uma continuidade histórica entre ambos os momentos, porém são situações distintas: enquanto a situação colonial desempenhara um papel relevante na formação da economia capitalista mundial, a “situação de dependência” teve um papel fundamental para induzir a acumulação de capital⁶², e isso se deu de duas formas.

Em primeiro lugar, a abundância no fornecimento de gêneros agrícolas (capaz de abastecer a crescente classe operaria e população urbana) liberou os países industriais para se especializarem como produtores mundiais de manufaturas e, em segundo lugar, esse mesmo fornecimento trouxe a eles um alívio nos custos de reprodução da classe operária, tendo em vista a depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial.

...é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, com a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas contribui a que se superem os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (Marini, 1973, p. 117)

Partindo do pressuposto que a mais valia-relativa estava ligada indissolúvelmente à desvalorização dos bens-salários, Marini entendeu que o papel da América Latina foi o de desvalorizar o custo de reprodução do trabalho nos centros e, desta forma, favorecer o eixo da

⁶² O autor se refere como “etapa colonial” o período que foi do século XVI e se estendeu até o século XVIII. Já a “situação de dependência” foi entendida a partir de 1840, quando a articulação com a economia mundial “se realiza plenamente” (Idem, *Ibidem*, p. 110). Nesta ocasião o autor recorreu a Paul Bairoch, de acordo com o qual “a partir de 1840-1850 começa a verdadeira expansão do comércio exterior (da Inglaterra); desde 1860, as exportações representavam 14% da renda nacional e é apenas o começo de uma evolução nacional que alcançará o máximo nos anos que precedem a guerra de 1914-1918 quando as exportações chegaram a cerca de 40% da renda nacional” (citado por Marini).

acumulação na economia industrial baseado na extração de mais-valia relativa (aumento da capacidade produtiva do trabalhador). Diferentemente, o desenvolvimento da produção latina se deu fundamentalmente com base na extração da mais-valia absoluta, isto é, com base na maior exploração do trabalhador. Grosso modo, esta foi a grande dialética da dependência latino-americana.

...as funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à redução coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção. (Idem, *ibidem*, pp. 112-3)

Marini colocou duas questões centrais: 1) Quais eram as razões dos fenômenos da deterioração dos termos de troca na periferia (ou do intercâmbio desigual)⁶³? e 2) Por que o declínio dos preços primários em relação ao das manufaturas não desestimulou a oferta periférica destes bens na economia internacional?

Para responder a primeira pergunta, Marini mostrou que alguns mecanismos transgressores à lei do valor⁶⁴ burlavam as leis de intercâmbio, o que é visto tanto na esfera da circulação, onde se fixam os preços de mercado, e na esfera da produção, onde se fixam os preços de produção das mercadorias. Sobre os mecanismos que atuavam na esfera da circulação entre as nações, o mero fato de que algumas nações produzam bens que outras não, permitiam que as primeiras “burlassem” a lei do valor, isto é, vendessem seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Já na esfera da produção, o autor mencionou que, por ganhos de produtividade, uma nação pôde apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, o que não implicava necessariamente em baixa de preços de mercado e, neste contexto, daria origem a um lucro extraordinário. Da

⁶³ Vale destacar que o autor toma as expressões “intercâmbio desigual” e “deterioração dos termos de troca” como sinônimas. Cf. Marini, 1973, pp.112-23

⁶⁴ Segundo Marini, a lei do valor exprime o intercâmbio de mercadorias segundo uma troca de equivalentes, cujo valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

confluência destes dois mecanismos, Marini concluiu que as nações desfavorecidas cediam dupla e gratuitamente uma parte do valor que produziam.

...o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem (..) permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercambio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (Marini, 1973, p. 121)

Sobre a segunda questão, o autor dirá que as nações periféricas, mesmo que sofrendo os reveses de um intercambio desigual, continuavam a ofertar seus produtos no comércio internacional, e faziam isso porque conseguiam compensar esta perda de renda através do recurso a uma maior exploração do trabalho, como forma de incremento da massa de valor produzida. Este foi o grande drama da América Latina, onde se configurou um modo de produção capitalista fundado não no desenvolvimento da capacidade produtiva, mas na maior exploração (intensiva e extensiva) do trabalhador, meio através do qual se permitiu diminuir a composição orgânica do capital e elevar as taxas de mais-valia e de lucro.

Em seu enfoque sobre a formação do capitalismo dependente de Marini passou pelo chamado “ciclo do capital” das economias periféricas, onde procurou formalizar sua tese de superexploração do trabalho através de um movimento analítico pendular, que foi da esfera da circulação à da produção.

Nas economias capitalistas centrais, a oposição entre capital e trabalho, tão aparente na esfera da produção, desapareceu na fase da realização da produção, dado que o consumo dos trabalhadores permitiu ao capital retornar à forma dinheiro, tão necessária para começar um novo ciclo. Como a produção interna dos centros dependia de seus mercados internos para a realização da produção, as lutas de classes no interior dos centros capitalistas exerceriam pressões não desprezíveis no interior do sistema. A extração da mais-valia relativa – que, segundo Marini “implica, em última instância, no barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador” (p. 133) – foi uma saída necessária encontrada pelo sistema.

O quadro é radicalmente diferente nas economias latino-americanas. Aqui a produção não dependia da capacidade interna de consumo para ser realizada. Deste modo, de acordo com Marini, houve a separação de dois momentos fundamentais do ciclo de capital, o da produção e o da circulação de mercadorias, de modo que a contradição inerente à produção

capitalista em geral (a oposição entre trabalho e capital) assumiria uma forma bastante específica no continente.

Dada que a realização da produção destas economias prescinde do mercado interno, o consumo individual do trabalhador não interferiria na realização do produto, e desta forma haveria uma tendência estrutural do sistema nestas regiões a explorar ao máximo a força de trabalho sem incorrer em prejuízo à realização: os mercados são externos. Neste sentido:

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. (Idem, *ibidem*. 134)

Apenas quando a economia capitalista internacional entrasse em crise que haveria uma mudança de eixo da acumulação na periferia, que se deslocaria para a indústria. Até este evento, a chamada “esfera alta” da circulação (ou o consumo das classes altas de renda) realizava-se com as importações de bens manufaturados. Mas depois da crise do sistema, este consumo passaria a ser alimentado por meio da produção interna.

A partir de então, aquele movimento excêntrico, referente à separação do ciclo do capital, começava a se corrigir aparentemente. Esta “aparência” seria o combustível teórico dos desenvolvimentistas cepalinos, que creditavam à insuficiência do desenvolvimento capitalista grande parte dos problemas econômicos e sociais da América Latina. A crítica de Marini é que, por trás dos sinais de “similitudes”, as economias dependentes encobriam profundas diferenças com as economias industriais, diferenças estas que o desenvolvimento capitalista acentuaria, em vez de atenuar.

Não deixa de ser curioso que ao criticar os autores cepalinos sobre a natureza distinta das relações capitalistas na periferia, Marini trouxe uma série de elementos constitutivos nos primeiros trabalhos de Prebisch e de Furtado, o que tornava sua crítica sem razão de ser.

Entre as características da economia capitalista clássica Marini destacou três elementos fundamentais: i) a estreita correspondência entre o ritmo da acumulação e a expansão do mercado interno; ii) a oferta massiva e barata de alimentos permitiu o estreitamento entre a acumulação e mercado, tendo em vista que o consumo operário pôde ser canalizado para a absorção de produtos manufaturados; iii) a produção industrial, por centrar-se basicamente nos bens de consumo popular, procurava barateá-los, ao mesmo tempo que também se estimula a produção de artigos suntuários, que não tardavam a se tornarem bens

populares. Contribuíram para todos os pontos a elevação dos salários reais, a desvalorização dos preços dos alimentos e redistribuição interna de parte dos excedentes.

No caso das características da industrialização latina, Marini ressalta, grosso modo, quatro pontos: i) nasceu para atender uma demanda já constituída e se estruturou em função das exigências de mercado originárias nos países avançados, diferentemente do caso clássico, onde a indústria criou sua demanda; ii) dado o baixo nível tecnológico, o preço de produção era determinado fundamentalmente pelos salários, que são pressionados para baixo devido ao excesso de mão-de-obra (o que era agravado, inclusive, pela desintegração da economia exportadora); iii) antes operava uma dissociação entre produção e circulação (em função do mercado mundial), agora a separação se dava entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior das economias (consumo de bens de luxo e de bens populares, respectivamente) – separação que adquiria um caráter muito mais radical que nas economias clássicas; iv) a produção industrial não era orientada para bens essenciais ao consumo individual do operário, o que significa que o valor das manufaturas não determinava o valor da força de trabalho. A desvalorização das manufaturas não influenciaria a taxa de mais-valia – isso liberta o industrial de preocupações em aumentar a produtividade do trabalho, e levava-o a buscar o aumento da mais-valia através de uma maior exploração intensiva e extensiva do trabalhador – este era o único meio de se compensar o intercambio desigual.

2.1.3.1 Produtividade, superexploração e taxa de mais-valia relativa

Para facilitar a exposição, não apresentamos, no item anterior, as concepções de Marini em torno das conexões entre intercâmbio desigual, produtividade e taxa de mais-valia, o que faremos agora.

Sobre a relação entre taxa de mais-valia relativa e produtividade do trabalho Marini foi explícito ao afirmar que esta era a condição por excelência daquela, mas “...uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da **mais-valia relativa**” (Marini, 1973, p. 113). O aumento da produtividade do trabalhador, per si, só criaria mais produtos no mesmo tempo, o que não gerava mais valor. Se, mediante a introdução de progresso técnico, o capitalista individual conseguisse rebaixar o valor de sua mercadoria em relação às condições gerais, ele obteria um incremento na massa de mais-valia (uma mais-valia extraordinária), mas não modificaria o “grau de exploração, isto é, não provocaria alterações na taxa de mais-valia – e o mesmo ocorreria se tal “produtividade” se disseminasse entre os demais capitalistas.

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor, é justamente esse fato o que leva ao capitalista individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite rebaixar o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais da produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Assim, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, isto é, não incide na cota de mais-valia. (Idem, *ibidem*, pp. 113-4)

O que determina a taxa de mais valia relativa é o grau de exploração do trabalho, que é obtido pela relação entre trabalho excedente (onde o trabalhador produz mais-valia) e tempo de trabalho socialmente necessário (“em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho”, isto é, trabalho pago por um salário suficiente que permita ao trabalhador consumir uma cesta de bens minimamente garantidora de sua reprodução). Para alterar a taxa de mais-valia relativa, segundo Marini, era necessário rebaixar o tempo de trabalho socialmente necessário, o que só é possível se houvesse redução do valor social desta cesta de bens (os bens-salários). A elevação da produtividade concorria para alcançar este objetivo, mas o grosso desta desvalorização adveio da inserção da periferia no comércio mundial com sua oferta massiva e barata de alimento, a qual reduziu o valor real da força de trabalho nos países industriais – ou, com o mesmo efeito, permitiu incrementos cada vez maiores da taxa de mais-valia nos centros, mediante a redução do capital variável.

...uma das funções que lhe foi atribuída [à América Latina], no âmbito da divisão internacional do trabalho, foi a de prover aos países industriais dos alimentos que exigia o crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral. A oferta de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito desta oferta (ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. (Marini, 1973, p. 115)

No entanto, apesar de contribuir para a elevação da taxa de mais-valia relativa, na medida em que reduzia o valor do capital variável, as exportações de alimentos latino-

americanas, segundo Marini, teriam o efeito adverso de elevar a composição orgânica do capital, provocando assim um declínio na taxa de lucro⁶⁵.

Na medida em que essa maior produtividade se acompanha efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isto significaria que baixa o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que se eleva a composição-valor do capital. Pois bem, o que apropria o capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte dessa que lhes corresponde sob a forma de lucro. Como a cota de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital avançado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinaria, matérias-primas, e etc., o resultado do aumento da mais valia tende a ser – sempre que implique, mesmo em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la – uma baixa da cota de lucro. (Marini, 1973, p. 116)

Como podemos ver, o que ocorria com o capital constante era importante para definir os rumos da taxa de lucro. O fato de a América Latina também ter tido um papel importante no barateamento do custo do capital constante dos países centrais – mediante o fornecimento de matérias-primas a serem utilizadas no processo produtivo industrial – era ressaltado por Marini como uma força compensatória das mencionadas tendências à redução na taxa de lucro e à elevação da composição orgânica. “...interessa aqui o que se refere à oferta mundial de matérias-primas industriais, que aparece como contrapartida – do ponto de vista da composição-valor do capital – da oferta mundial de alimentos”. (Idem, *ibidem*. 117)

Dentro deste conjunto teórico articulado, Marini procurou defender que havia uma constante transferência de valor da periferia para o centro e que a maneira como a periferia compensava este movimento expandindo a produção de alimentos e bebidas (aumentando a massa de mais-valia) mediante à superexploração do trabalho.

A principal diferença entre os trabalhos de Marini e o de seus precedentes esteve na periodização da economia e no tratamento mais formal de algumas categorias marxistas de análise, sobretudo as qualificações entre produtividade, mais valia e exploração do trabalho. Suas propostas teóricas, muito semelhantes, na essência, às de Gunder Frank, foram

⁶⁵ Algebricamente, a taxa de mais-valia é dada pela relação entre mais-valia e capital variável: $\frac{s}{v}$, onde s é o valor da mais-valia e v representa o capital variável; Já a taxa de lucro é dada pela relação entre a mais-valia e o total do capital antecipado, representado pela soma do capital constante e variável $\frac{s}{c+v}$. Por fim, a composição orgânica do capital é dada por $\frac{c}{v}$.

duramente criticadas no âmbito do pensamento econômico e social latino-americano, críticas estas que serão objeto de investigação do próximo item.

2.1.4. As desventuras da dialética: a réplica de José Serra e de Fernando Henrique Cardoso a Marini

Em duas ocasiões José Serra teceu não poucas críticas ao enfoque de Marini, a primeira delas em um artigo escrito em 1978 em parceria com Fernando Henrique Cardoso, “*As desventuras da dialética da dependência*”, e mais tarde, em 1979, em um artigo intitulado “*As desventuras do economicismo*”. Nesta seção tentaremos resgatar as principais críticas direcionadas ao ensaio “A dialética da Dependência”.

Serra e Cardoso (1978) criticam a tese marinista de que as exportações latinas de alimentos gerariam uma tendência de declínio à taxa de lucro dos países centrais, devido ao barateamento do capital variável. De acordo com os autores, houve uma “falta de fundamento teórico”, tendo em vista que o que deveria ocorrer segundo a lógica marxista é justamente o contrário: elevação da taxa de lucro nos centros. Formalmente, Serra e Cardoso mostraram que a redução, em valor, do capital variável, mesmo elevando a composição orgânica do capital, promoveria uma elevação da taxa de lucro, ao provocar um forte aumento da taxa de mais-valia.

$$(1) \quad r = \frac{Z(1-n)}{C+V}$$

onde r é a taxa de lucro, Z é o produto total, em valor, e n é a relação entre capital variável e produto total. $Z(1-n)$ seria outra forma de reescrever a massa de mais-valia:

$$r = \frac{Z-Zn}{C+V} \text{ e, dado que } n = \frac{V}{Z}, \text{ temos que } r = \frac{Z-Z(\frac{V}{Z})}{C+V}, \text{ e finalmente chegamos a (2) } r = \frac{Z-V}{C+V}$$

Desta forma, tornava-se intuitivo perceber que uma variação negativa em V (capital variável) incorria necessariamente numa elevação em r (taxa de lucros), dado que ocorria, simultaneamente, uma elevação do numerador e uma queda no denominador da equação (2).

A falta de rigor teórico também se estendeu à imprecisão do conceito de “transferência de valor” defendido por Marini. Para Serra e Cardoso, **como não houve mobilidade da força de trabalho, seria estabelecer-se em escala internacional o conceito de valor**⁶⁶, isto é, tempo de trabalho socialmente necessário.

⁶⁶ Ponto que, como veremos, também foi alvo de crítica de Tavares (1978)

Além disso, quando Marini supõe que **os ganhos de produtividade na produção de bens manufaturados nos países centrais implicam em queda da taxa de lucro na periferia, a análise também é indevida.** É verdade que o centro se enriquece e a periferia empobrece, mas relativamente, isto é, o que ocorre não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, e sim a manutenção dos preços de vendas (apesar da queda do “valor” unitário), de tal modo que em termos relativos *“esse processo não afeta a taxa de lucro na Periferia e não induz, conseqüentemente, a qualquer inevitabilidade econômica da tendência à superexploração”* (Serra e Cardoso, Ibid., 49)

O que fazia variar a taxa de lucro na periferia não era a transferência de valor (via preços) dos ganhos de produtividade internamente, afinal o custo unitário da produção teria baixado na mesma proporção que a queda dos preços. Na opinião dos autores, a deterioração dos termos de troca (por causa do intercambio desigual) não significava que a taxa de lucro na periferia estivesse caindo – o que fazia variar esta taxa na periferia eram as condições de oferta e demanda, ou melhor, quando a produção não fosse vendida ou quando o preço de mercado não caia proporcionalmente mais que o preço de produção interno.

...quando o IRT (índice de relações de troca) do país periférico B se deteriora por causa do intercambio desigual, isto não significa, *ceteris paribus*, que a taxa de lucro em B se reduz, ou que B está transferindo renda para fora. A rigor, a baixa taxa de lucro ou a transferência de renda se dão através da deterioração do IRT quando e somente quando esta *não é causada diretamente pelo intercambio desigual por si só*, mas sim por razões relativas, por exemplo, à oferta e à demanda. (Serra e Cardoso, Ibid., 50)

Como demonstrara Prebisch, o intercambio desigual implicava deterioração dos termos de troca para um país só quando o aumento de produtividade na produção dos seus artigos de exportação fosse transferido aos preços. Assim, quando o intercambio desigual se dava via elevação de produtividade nos países centrais (sem transferência aos preços) não havia deterioração dos termos de troca da periferia, sendo descabida a ideia de que os lucros na periferia variam por força de alterações na produtividade nos centros. Neste ponto, de acordo com Serra e Cardoso, **Marini escancara sua confusão acerca de “deterioração dos termos de troca” e “intercambio desigual”**, o que seria explícito em uma passagem na qual Marini refuta os enfoques de mercado (demanda e oferta) para explicar a deterioração dos termos. *“(...) se bem a concorrência desempenha um papel decisivo na fixação de preços, ela não explica por que, do lado da oferta, se verifica uma expansão acelerada independentemente*

de que as relações de troca estão se deteriorando” (Marini apud Serra e Cardoso, p. 50). A resposta dos autores se dá na sequência:

O problema, evidentemente, não é simples, mas de nenhum modo a solução consistiria no ‘achado’ de Marini que, antes de mais nada, confunde bisonhamente intercambio desigual com deterioração do IRT. A oferta pode expandir-se mesmo que o IRT esteja se deteriorando e esteja havendo intercambio desigual, sempre que haja uma elevação da produtividade que compense, ao nível dos custos, a baixa dos preços. (Serra e Cardoso, *Ibid.*, p. 51)

Esta confusão foi sanada por Serra e Cardoso em outra passagem, quando mostraram que “intercambio desigual” se referia às relações entre preço e produtividade (e sua evolução) enquanto o termo “deterioração dos termos de troca” se referia somente às variações das relações de preços sem considerar diretamente a produtividade – ambas as coisas não são necessariamente interdependentes.

Foi o processo segundo o qual os ganhos de produtividade se repartem desigualmente entre os dois países (ou grupo de países) que comerciam que se denominou intercambio desigual. É obvio, mas não custa sublinhar (dada a frequente confusão a respeito), que o *intercambio desigual* em prejuízo de um país *não necessariamente* implica deterioração do seu IRT e vice-versa. Os preços relativos da mercadoria M, produzida em país A, e da mercadoria P, produzida no país B, podem permanecer constantes entre um ano e outro, mas, simultaneamente, pode ocorrer intercambio desigual (ou ampliar-se ou diminuir) entre ambos os países no mesmo período, a favor de A caso a produtividade na produção de M tenha aumentando mais do que a produtividade na produção de P. Ou então B pode estar ganhando, caso a relação entre os aumentos das produtividades seja inversa. Noutros termos, o IRT (como a designação indica) registra a variação de *preços relativos*, enquanto o intercambio desigual se refere às variações de produtividade e de *valores* unitários. (Idem, *ibidem*, p. 44)

Os autores também criticaram as considerações de Marini no tocante aos ganhos do progresso técnico na periferia e seus impactos sobre as condições de trabalho, recorrendo também à história econômica da região. Quando o autor marxista disse que *oferta de produtos primárias aumentava mesmo diante do intercambio desigual graças, exclusivamente, ao aumento da superexploração do trabalho*, menosprezou o papel do progresso técnico nas exportações periféricas. Para Serra e Cardoso, heroicamente, o autor supôs que todo o aumento da produção exportadora da periferia se dava em condições de produtividade decrescente, pois para Marini a única saída que restou à periferia havia sido a intensificação ou extensão da jornada de trabalho, a salários constantes.

Serra e Cardoso defenderam que houve aumento de produtividade, se não no nível individual, no mínimo no nível social, tendo em vista a abertura e acesso de novas terras

graças à estrada de ferro que foram construídas desde meados do século XIX, da introdução do arame farpado para cercar propriedades, da introdução de técnicas de beneficiamento do café (no caso do Brasil) e de carne (no caso da Argentina e Uruguai).

Dado este conjunto de circunstâncias, tornava-se difícil defender a ideia de que a única alternativa à transferência de valor seria a intensificação do trabalho. Dada a abundância de terras e trabalho, a alternativa poderia ter sido a utilização de mecanismos mais fáceis e menos custosos, como a incorporação de terras e de mão-de-obra para aumentar a produção.

Por fim, os autores mostram que, historicamente, a tese de Marini acerca da “dialética da dependência” (de acordo com a qual a América Latina teve um papel crucial no barateamento dos bens-salários dos países centrais) não se confirmou. Dentre os produtos primários que a Inglaterra importava para suprir sua população urbana e operária destacavam-se trigo, manteiga, batata e carne. Destes produtos, a América Latina só poderia ter tido uma contribuição relevante em carne e trigo, exportados pelo Uruguai e Argentina, onde, de acordo com a historiografia, a superexploração do trabalho foi menor em comparação com o resto da região. Em relação à matéria-prima, o algodão era o principal bem importado pela Inglaterra, e sequer provinha integralmente da América Latina. Uruguai, Argentina Austrália e Nova Zelândia exploravam lã para o continente europeu, mas tais países não se caracterizavam, na opinião dos autores, por terem os piores níveis de vida dos trabalhadores.

Conceição Tavares travará alguns diálogos velados com estas proposições. Suas teses passam ao largo da lei de bronze de Marini, segundo a qual o capitalismo brasileiro necessariamente precisa deprimir os salários para se expandir.

2.2. O pensamento econômico de Ignácio Rangel

Como já destacado, Rangel trouxe algumas contribuições ao debate, tendo influenciado de forma bastante decisiva a abordagem crítica de Conceição Tavares sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil nos anos 70. Esta seção tem como objetivo resgatar as ideias centrais de Rangel, muitas das quais Tavares se manifestaria criticamente anos mais tarde. Antes de compreender a natureza das críticas de Conceição, procuraremos identificar os avanços trazidos por Rangel ao pensamento econômico brasileiro.

De acordo com Davidoff (1980, p. 69) a ideia central do autor é que, uma vez iniciado o processo de industrialização, a economia brasileira passa a ter seu movimento determinado endogenamente pela dinâmica do capital industrial. Desta forma, ganha destaque nesta análise o processo de acumulação de capital em seu movimento de expansão e crise, sendo este um

traço altamente diferenciado em relação ao debate econômico que o precedeu, sobretudo o da tradição estruturalista.

Seu pioneirismo está em sua proposta de interpretar o capitalismo brasileiro a partir das relações dinâmicas entre capital industrial, distribuição de renda e problemas de realização. Para tanto, Rangel parte de uma concepção “dualista”, procurando apreender as relações dinâmicas que se estabelecem entre o setor moderno (industrial-capitalista) e o setor arcaico (“agrário-feudal”).

O termo “dualismo” foi emprestado dos estruturalistas, porém, em Rangel, ele ganhará um tratamento marxista, tendo em vista que “...a unidade entre esses dois aspectos é uma análise dialética, unidade de contrários” (Rangel, 1963, p. 574), mas como veremos, sua análise também possui fortes traços keynesianos.

O desenvolvimento capitalista brasileiro teve início sem uma prévia reforma agrária, de tal modo que conforme avançava a industrialização, a penetração de relações capitalistas no campo provocava a expulsão de enormes contingentes de força de trabalho para os centros urbanos. O próprio deslocamento dos trabalhadores para os centros urbanos exigia um intenso aumento da produtividade do trabalho na agricultura, para suprir o aumento da demanda dos setores não-agrícolas (necessidades crescentes em função da urbanização e do próprio desenvolvimento industrial), sem nos esquecer de que, pesaria sobre o setor agrário, o atendimento da demanda externa de produtos primários. A partir do momento em que o avanço do capitalismo chega à agricultura e desloca contingentes gigantescos de população às cidades, deflagra-se o que o autor chamou de “crise agrária”.

...a crise agrária, nas nossas condições, significa que a produtividade do trabalho na agricultura desenvolve-se em ritmo superior ao necessário, com o duplo resultado de aparecimento de excedentes agrícolas e demográficos, sendo que estes últimos, pelo êxodo rural, são convertidos em desemprego urbano. (Idem, *ibidem*, p. 576)

A crise agrária provoca e realimenta a formação de um significativo exército industrial de reserva que, pressionando a taxa de salários urbanos para baixo, conduziria a um padrão distributivo cada vez mais desigual da renda nacional – o que não é pouco expressivo, tendo em vista que “...tudo na operação do sistema econômico capitalista depende direta ou indiretamente do esquema de distribuição da renda nacional” (Idem, *ibidem*, p. 575). Nestes termos, “...o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um exército industrial de reserva exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema” (Idem, *ibidem*, p.

577). A crise agrária, a suburbanização e a elevação da taxa de exploração são, de acordo com o autor, um todo articulado, produtos do processo de desenvolvimento capitalista nacional.

A elevação da taxa de exploração leva Rangel a investigar as implicações disso sobre a dinâmica da acumulação de capital. Como certa vez disse Davidoff, “...à medida que a massa de salários tende a perder posição relativa na composição da renda, o consumo tende a perder importância relativa enquanto componente da demanda efetiva” (Idem, *ibidem*, p. 71) – o que leva a economia brasileira a se defrontar periodicamente com graves problemas de realização. Neste sentido, de acordo com Rangel, a má distribuição da renda, ao entravar a propensão a consumir da economia, dava o tom das crises de realização enfrentadas pelo capital industrial, tese esta que aparece formalmente em uma passagem:

...a propensão a consumir é um conceito keynesiano, que relaciona o consumo com a renda. Ora, considerando que esta é a soma do consumo e da inversão, o sentido final dessa correlação é a comparação do consumo com a inversão (I/C). Já vimos que $I/C=f(P/V)^{67}$. Consequentemente, a propensão a consumir pode ser definida como uma função inversa da taxa de exploração, isto é, deve baixar quando esta se eleva e vice-versa. Segue-se, portanto, que o efeito final da crise agrária deve ser a depressão da propensão a consumir do sistema econômico. (Idem, *ibidem*, p. 577)

Diante disso, o desenvolvimento capitalista no Brasil estaria impossibilitado de acordo com o autor? A resposta é negativa. Enquanto o grosso da esquerda, sobretudo a de tradição marxista, enfatizava a necessidade de uma reforma agrária para desenterrar o consumo interno, Rangel contribuiu ao debate relembrando da Revolução de 1930, enquanto um “*pacto fundamental de poder*”, que consagrou a “*aliança entre o latifúndio saído da abolição da escravidão com o capital industrial nascente*” – o que tornava a reforma agrária, em sua opinião, “*um evento de possibilidade escassíssima de ocorrer*” (Rangel, 1963, pp. 578-80)

Apesar destes entraves, a industrialização ocorreu porque, de acordo como Rangel, pode se apoiar em mercados pré-existentes, antes atendidos pelas importações e que, por efeito da conjuntura internacional, transformaram-se em demanda doméstica para a indústria. Como bem interpretou Davidoff, Rangel mostrava que “...o capital industrial se libertava da tendência estagnacionista imposta pelo subconsumo dos trabalhadores” (Davidoff, 1980.).

...com efeito da conjuntura internacional (...) a oferta de numerosos bens e serviços – precisamente aqueles que eram supridos pela importação – revelou-se insuficiente. Para atender a essa procura insatisfeita através da produção interna, faziam falta vultosos investimentos, os quais, em consequência, independiam da procura global de consumo,

⁶⁷ Quando Rangel menciona (P/V), está se referindo à taxa de mais-valia.

portanto da propensão a consumir do sistema e, portanto, da taxa de exploração vigente. (Rangel, 1963, p., 579).

Para o autor, a elevada taxa de exploração induziu os industriais ao sobreinvestimento, mas este estímulo também seria dado por um conjunto de reformas realizadas pelo Estado, com o objetivo de assegurar as condições de rentabilidade da economia. Tais reformas incidiam no nível econômico (através das políticas cambiais), no nível jurídico (devido a legislação trabalhista) e no nível político (através da quebra do federalismo descentralizado, unificando o mercado interno).

Como consequência dos aspectos estruturais (crise agrária, avolumando o exército industrial de reserva que deprimia os salários) e conjunturais (papel do Estado garantindo a rentabilidade dos investimentos) ocorreu um excesso de investimentos que se refletia na elevada ociosidade. Inescapavelmente, no longo prazo, a elevada taxa de exploração incorreria em crises de realização e tendências recessivas na economia, acarretando em crescentes níveis de ociosidade dos setores industriais. Em última instância, esta seria a causa da dinâmica cíclica da industrialização brasileira: um ciclo de euforia sempre findava com uma crise de realização.

Sua interpretação dos ciclos inicia-se no setor de bens não-duráveis de consumo que perdura até 1955. As inversões vão se realizando e o estoque de mercado vai sendo atendido, ao mesmo tempo em que a taxa de exploração eleva-se continuamente, dado que a taxa de salários corria sempre abaixo da produtividade. O limite deste movimento é dado quando, por um problema de subconsumo, o capital industrial perde seu dinamismo e os investimentos não podem mais se manter por insuficiência de mercado, dando início a uma crise que, na opinião do autor, revela a atrofia do mercado interno em função da elevada taxa de exploração.

Esta é a essência da crise que perdura até o início dos anos 50. O Plano de Metas, neste sentido, não foi nada além de uma criação de um novo “mercado prévio”, sob a forma de investimento autônomo do setor público. Agora, a industrialização passa a se direcionar para setores de bens duráveis e de bens de produção, incorrendo num novo ciclo expansivo: “(...) o parque industrial e os serviços absorveram mais de 1 milhão de trabalhadores novos e regrediram, momentaneamente, os sintomas da crise agrária, tal como havia ocorrido no segundo lustro do decênio de 30, firmando-se uma relativa paz social” (Rangel, 1963, p. 591)

Mas, novamente, à medida que o mercado pré-existente vai sendo atendido e se eleva a taxa de exploração do trabalho, ganha vigor a tendência de o ritmo de acumulação

sobrepasar o de crescimento da demanda. Mais uma vez, os setores líderes tendem a defrontar-se com elevados níveis de capacidade ociosa, originando problemas de realização e a conseqüente tendência recessiva na qual se vê mergulhada a economia brasileira nos anos 60. A diferença é que, agora, a tendência recessiva veio acompanhada de forte aceleração inflacionária, que nada mais é do que um mecanismo de defesa da economia para impedir uma forte retração da taxa de acumulação. Na medida em que a inflação corrói rapidamente os ativos monetários, provoca uma corrida à aplicação em ativos fixos. Para Rangel,

...se sobem os preços, é razoável esperar que subam também os valores nominais dos ativos imobilizados, em cuja compra se aplicam os excedentes de mais valia. A experiência cotidiana confirma esta expectativa e essa valorização toma a forma contabilizável de um lucro nominal ao qual o inversionista não teria acesso se houvesse guardado seus recursos como moeda corrente ou depósito bancário. (Idem, ibidem, p. 597)

Ainda que evite uma queda brusca da taxa de acumulação, o autor reconhece que o mecanismo inflacionário é incapaz de se sustentar no longo prazo, pois os investimentos estimulados pela inflação vão criando nova capacidade produtiva, que se somará ao estoque de capital, *“exigindo mais inflação para sustentar o fluxo de inversões (...), o que deprime ainda mais a rentabilidade dos novos investimentos”* (Rangel apud Davidoff, Ibid., p. 80)

Em sua visão, a superação da crise depende de mecanismos que tornem os investimentos independentes do mecanismo inflacionário, o que se dá através de um Sistema Financeiro Nacional, capaz de mobilizar e centralizar recursos, de modo a permitir a livre circulação intersetorial do capital, isto é, de setores com excesso de capital ocioso para outros com recursos escassos – e neste sentido o autor promove um avanço teórico em relação às abordagens cepalinas.

Rangel é pioneiro ao propor uma articulação teórica entre a dinâmica da acumulação de capital e a dinâmica inflacionária. Neste sentido, como bem destaca Davidoff (1980), a análise de Rangel afasta-se radicalmente tanto das teses estruturalistas como das monetaristas comuns à época, de acordo com as quais o grande drama da economia brasileira era a crônica escassez de capital – cujo antídoto seria a elevação da poupança interna, via entrada de capital (monetarismo) ou repressão do consumo (estruturalismo).

Na fase de desaceleração cíclica dos anos 60, o objetivo prioritário da política econômica, segundo Rangel, deveria ser a criação de instituições que facilitassem a recuperação do ritmo de acumulação esgotado. Mais especificamente, o autor sugere a necessidade de criação e um reordenamento dos esquemas de financiamento dos setores

públicos e privados, o que incorria em profundas alterações no SFN (Sistema Financeiro Nacional). Por um lado, os recursos da dívida pública trariam alívio ao setor público e, por outro, uma ampla reforma no mercado de capitais (títulos e valores) tornaria mais flexíveis os fluxos financeiros da economia. O SFN, segundo o autor, era débil e pouco diferenciado, o que contribuía para tornar mais dramáticos os problemas de sobreacumulação, principalmente por não oferecer mecanismos que dessem suporte à transferência de recursos dos setores superavitários para os deficitários, dado que inexistia qualquer alternativa para aplicação financeira dos excedentes⁶⁸.

Tendo em vista a elevada capacidade ociosa, Rangel sugere que a análise da inflação não deva partir da inelasticidade de curto prazo da oferta – agregada (no caso dos monetaristas) e setorial (no caso dos estruturalistas) – mas sim dos mecanismos de formação de preços. Para ele, há graves imperfeições nestes mecanismos, dado o elevado grau de concentração dos mercados, que faz com que a inflação seja uma “inflação de preços administrados”. Neste sentido, o autor também inova.

Os oligopólios administram preços em setores-chaves da economia e o principal é o oligopólio-oligopsônio, que realiza a comercialização de produtos agrícolas (sobretudo o destinado ao mercado urbano), tendo a seu favor a baixa elasticidade-preço/renda da demanda e a alta elasticidade-preço da oferta.

...manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopólio-oligopsônio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa; apoiado nessa escassez por ele mesmo induzida, aproveita-se da inelasticidade da demanda a qual deixa indefeso o público consumidor, para impor a este preços exorbitantes, permanentemente em alta, arrastando em sua esteira todo o sistema nacional de preços” (Rangel, 1963, p. 597)

Tal como Davidoff nos lembra, na análise de Rangel, os oligopólios que atuavam no setor industrial (sobretudo nos setores de duráveis e de bens de produção) também exerciam intensas pressões inflacionárias. O problema não está na existência em si destes oligopólios, mas na omissão do Estado quanto à fiscalização sobre suas políticas de preços e produção.

A falta deste policiamento levou-nos (...) a permitir a instalação de mais empresas do que as realmente compatíveis com a magnitude do mercado (...). Com isso supúnhamos, talvez, estar estimulando (...) [a] a competição no interior das novas indústrias. Pura ilusão, porque com o apoio por vezes dos órgãos controladores do Estado, elas ‘planificam-se’ de comum acordo sua política de produção e de preço. Só o que obtivemos foi a acumulação de gigantesca

⁶⁸ Cf. Davidoff, *Ibidem*, pp. 111-2

capacidade ociosa nas indústrias nascentes, com a conseqüente elevação de seus custos de produção. (Rangel apud Davidoff, *Ibid.*, p. 87).

Em termos agregados, as indústrias veem-se na contingência de formar estoques não planejados, necessitando de maiores volumes de capital de giro – o que dá início a uma corrida à rede bancária que transmite o impulso ao órgão emissor, isto é, ao Estado. Neste contexto, os trabalhadores iniciam movimentos de reivindicação salarial que acabam por recompor o nível do salário real, o que estimula, por sua vez, novos aumentos autônomos de preços e o movimento se repete de forma ampliada, alimentando demandas crescentes de crédito – até que culmina em elevação da emissão monetária – esta, longe de ser a causa da inflação, é consequência de uma dinâmica industrial específica.

Muitos dos elementos desenvolvidos por Rangel, tais como problemas de realização, dinâmica cíclica e setorial, papel das empresas oligopólicas, inflação e desenvolvimento do capitalismo financeiro deram sustentação teórica aos trabalhos de Maria da Conceição Tavares, porém a autora abordará de forma bastante diferente muito destes elementos.

Conclusão: Maria da Conceição Tavares e o pensamento econômico e social latino-americano

As ideias discutidas e apresentadas nesta parte do trabalho têm enorme importância para compreendermos as bases do pensamento econômico de Conceição Tavares ao longo das décadas de 1960 e de 1970. Apesar de suas teses se inserirem na problemática tratada nas últimas páginas, seu enfoque percorrerá, muitas vezes, caminhos bem distintos. Ainda que nosso objetivo seja compreender a construção de seu pensamento ao longo de seus escritos, julgamos necessário adiantar algumas pontes entre o pensamento econômico de Conceição Tavares com os autores que a influenciaram teoricamente – marcando os principais pontos de convergências e divergências entre eles, pontos que receberão tratamento mais cuidadoso nas partes II e III deste trabalho.

I. Tavares vs. Cepal

Não foram poucas as contribuições teóricas do estruturalismo ao pensamento de Conceição Tavares. Começando pelo método histórico-estrutural de análise, passando pela obsessão com a questão do desenvolvimento econômico, o repúdio à visão de automatismos do mercado para se percorrer a via do desenvolvimento, a ideia de estilos de desenvolvimento e o papel das empresas transnacionais na dinâmica do sistema. No entanto, a autora adicionará ao método originário de análise cepalino, a sua chamada “economia política”, apoiando-se em Marx, Keynes, Kalecki, Steindl e Schumpeter, para analisar a dinâmica e o processo da acumulação de capital no Brasil, o que a levará a rever muitos pontos discutidos no âmbito da Cepal.

O primeiro ponto a ser criticado pela autora será a periodização da economia entre “primário exportador” (de 1808 a 1930) e “substituição de importações” (de 1930 em diante) – tal como fez Raúl Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto e ela mesma em seus trabalhos iniciais. Compartilhando a visão de João Manuel Cardoso de Mello, Conceição Tavares defende que a periodização correta deva partir do conceito de **capital enquanto uma relação social**, privilegiando, em um primeiro plano, as relações trabalhistas e as conexões entre a burguesia mercantil cafeeira e a burguesia industrial. O objetivo dos autores é a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina, de tal modo que este passa a se constituir com o advento do trabalho assalariado, em 1888. Desta forma, perde o sentido a periodização da Cepal que privilegiava apenas os condicionantes externos à dinâmica das economias latinas.

A periodização da proposta fica a seguinte: até 1808, “economia colonial”; de 1808 a 1888, “economia mercantil-escravista nacional”; de 1888 a 1933, “economia exportadora capitalista retardatária”, de 1933 a 1955, “industrialização restringida”, e de 1955 em diante, “industrialização pesada”. Vale ressaltar que as contribuições analíticas da autora se concentram de 1955 em diante.

A autora também utilizará com o conceito de acumulação de capital de forma mais refinada que os intérpretes da Cepal. Nas análises cepalinas o consumo conspícuo era visto como algo perverso à taxa de acumulação, distribuição e inflação (enfim, para o próprio crescimento) na medida em que tais modalidades de gastos reduziam a poupança e, conseqüentemente, o investimento e o crescimento a longo prazo da capacidade produtiva das economias periféricas – esta ideia, como vimos, está presente desde os primeiros trabalhos de Prebisch e ganham destaque tanto na obra de Furtado como na de Aníbal Pinto. Como adequadamente aponta Serrano (2001), estes autores não partiam da análise do processo de acumulação de capital em si (como fará Tavares em 1974; e 1978), mas partiam da ideia de um *planejamento* adequado ao desenvolvimento. Os autores utilizaram a ideia de que o consumo conspícuo esterilizava um excedente que seria, sem dúvidas e por hipótese, revertido em ampliação da capacidade produtiva da economia.

Dado que a crítica Keynesiana à ‘Lei de Say’ era bastante conhecida pelos técnicos da CEPAL, nos parece que o apego à ideia de insuficiência de poupança e a crítica ao gasto improdutivo só podem ser resultado de um viés normativo no qual não se analisava o processo de acumulação do capitalismo latino americano em si e sim se discutia como planejar racionalmente este processo com fins de desenvolvimento. Neste caso, se o governo controla os níveis agregados de consumo e investimento, evidentemente o consumo de luxo ou capitalista torna-se apenas um ‘desperdício’ a ser evitado em nome da acumulação. (Serrano, 2001, p. 142 – grifos nossos)

Em seus trabalhos da década de 1970 e 1980 Conceição Tavares rompe com esta visão, passando a analisar a economia em desenvolvimento como um certo tipo de economia capitalista, baseando-se nos esquemas setoriais de análise desenvolvidos por Michael Kalecki para compreender a dinâmica das economias capitalistas. Como será mais apropriadamente desenvolvido nas próximas partes, em sua visão, o consumo conspícuo tem relevância como estímulo à acumulação de capital e ao mercado interno de países com distribuição desigual da renda (e não como um impedimento a ambos).

Desta forma, há um deslocamento da análise: a ênfase, no pensamento de Conceição Tavares, recairá para os determinantes financeiros e tecnológicos do investimento autônomo. A questão do papel do consumo conspícuo como um problema da realização dinâmica foi deixada em segundo plano, bem como qualquer tendência à estagnação do capitalismo periférico. A economista desenvolverá a ideia de que a distribuição de renda é exógena ao processo de acumulação e a economia cresce puxada pelo efeito acelerador e multiplicador da expansão do consumo das classes mais altas - ponto desenvolvido por Serrano (1995). Em outras palavras, os fatores distributivos são determinados por uma série de elementos que (à primeira vista) não passam pelo processo de acumulação de capital – o que não quer dizer que o ritmo e a forma de acumulação não afetem a determinação das variáveis distributivas. Não existe, no pensamento da autora, um axioma que trate fatores distributivos impostos mecanicamente pela acumulação de capital. Desta forma, o aumento do consumo de bens de maior valor agregado não reduz o consumo dos trabalhadores, muito pelo contrário, aumenta-o. É verdade que, apoiada em Kalecki, a autora defenderá que os efeitos multiplicadores do gasto (em investimentos ou em consumo conspícuo) serão tanto maiores quanto maior for a participação dos salários na renda.

Procuramos mostrar que Furtado decompõe o produto em salários e lucros. Tudo que rebaixa os salários aumenta os lucros e vice-versa. Escapa-lhe uma divisão mais complexa do produto-social, que permitiria estudar os efeitos dos aumentos da produtividade sobre a repartição do valor internamente aos produtos e ao produto social, através da taxa de exploração e suas relações com a taxa de lucros – essa será uma das principais críticas e avanços teóricos de Tavares ante Furtado.

Como vimos, para Furtado uma concentração da renda definida historicamente (antes da etapa primário-exportadora) projeta-se sobre a composição da demanda e esta impulsiona e define a acumulação do capital e as tendências de crescimento econômico, pois dá origem a um progresso técnico poupador de mão de obra. Como é a estrutura da demanda que condiciona o processo produtivo, a proposta de desconcentração de renda passa prioritariamente pela reestruturação do perfil da demanda, e não por alterações na estrutura produtiva – sua ênfase na questão do mimetismo cultural revela isso.

Já em Anibal Pinto, o conceito de heterogeneidade estrutural incorpora na mesma explicação a estrutura produtiva, a distribuição de renda e os padrões de consumo. Entretanto, para o economista chileno, a distribuição de renda e as características da economia se definem não ao nível da demanda, mas ao nível da estrutura produtiva. Os setores modernos

apropriam-se de parte substancial da renda e, por serem mais produtivos, dirigem-se às camadas de altas rendas, isto é, ao atendimento de um padrão de consumo que foge ao nível médio. A distribuição de renda não compatibiliza *ex-post* a estrutura produtiva com a composição da demanda. Ao contrário, é a estrutura produtiva que projeta sobre a economia uma distribuição concentrada de renda, conveniente à conformação de um mercado para seus produtos. Como ficará mais claro nas próximas partes, o enfoque de Tavares, neste ponto, aproxima-se bastante do de Anibal Pinto, e se afasta do de Furtado.

As ideias de Celso Furtado em *O Mito do Desenvolvimento* sobre o papel das transnacionais, bem como seu poder frente aos Estados receptores, serão incorporadas ao pensamento de Tavares. No entanto, a autora avançará no estudo das origens deste poder, o que a levará a adentrar as teorias de oligopólios para compreender a natureza e dinâmica econômica, tendo como premissa a ideia de que a concentração das estruturas de mercado dá-se prematuramente ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil – ideia que fora defendida pioneiramente por Pedro Vuskovic.

Por fim, Tavares também utilizará a ideia de que o setor de subsistência, apesar de expressivo, não tem força para determinar o nível de salários do setor moderno da economia – tendo em vista que esta população se mantém marginalizada estruturalmente do mercado de trabalho.

II. Tavares vs. Fernando Henrique Cardoso

Cardoso e Faletto trouxeram importantes contribuições ao debate, sobretudo por terem chamado atenção para os elementos internos e externos do desenvolvimento político e social. Cardoso de Mello (1975) e Tavares (1974 e 1978) reconhecem os avanços destes autores, mas consideram esta interpretação insuficiente, pois manteve intocada a abordagem econômica da Cepal, especialmente a periodização da industrialização. Diferentemente de Maria da Conceição Tavares, Cardoso e Faletto não propõem um esquema teórico capaz de compreender o movimento concreto da economia – de tal modo que persiste uma lacuna fundamental no pensamento econômico e social da América Latina: uma análise adequada sobre a constituição do modo de produção capitalista na região, bem como sua dinâmica cíclica.

Como procuraremos discutir na parte III, além de refutar as teorias do tipo “substituição de importações”, Tavares também as teorias da dependência na versão de Cardoso e Faletto para analisar o processo histórico de industrialização nacional. Tais autores analisam o processo de

industrialização é estudado pela ótica da subordinação ao capitalismo internacional. Mas, na visão de Tavares, este processo é determinado “em primeira instância” pela própria dinâmica interna de acumulação no café, sendo apenas determinado em “última instância” pela subordinação externa do próprio complexo cafeeiro, em visão compartilhada com João Manuel Cardoso de Mello.

III. Tavares vs. Rui Mauro Marini

Em sua análise sobre a “Dialética da dependência” Marini procurou defender a ideia de que a superexploração dos trabalhadores seria um mecanismo de defesa utilizado pelos capitalistas periféricos diante do intercambio desigual com os centros. O objetivo seria favorecer a acumulação de capital arrancando uma proporção maior de mais-valia dos trabalhadores. À luz de Marx, Conceição Tavares desenvolverá a ideia de que a taxa de lucro global é fundamental para a acumulação, e não a mais-valia. Os lucros dependem desta, mas não exclusivamente – a abordagem das “órbitas do capital” deixa esta questão bem clara.

Conceição Tavares também se diferencia de Marini por não atribuir validade ao dilema “*superexplorar ou perecer*” – expressão utilizada por José Serra (1979). Em sua visão, o setor industrial traz constantes inovações poupadoras de capital (com impactos para a rentabilidade do capital), com importantes economias de escala. A maneira como as empresas valorizam seu capital (produtiva e ficticiamente) recebem importante relevância teórica nas teses de Conceição (sobretudo na de 1974) – o que torna sua análise muito mais refinada que a de Marini.

Outrossim, a autora nega que a compressão salarial tenha fechado a possibilidade de estímulo ao investimento no setor produtor de bens-salários (ou D_{III} , para usar a linguagem da autora). O fato de este setor ter caminhado abaixo dos demais (em termos de investimento e produtividade) não tem a ver com a ideia de estagnação de crescimento ou produtividade, mas sim com seu caráter subordinado no processo de acumulação de capital – como naturalmente ocorre numa economia capitalista “avançada” (isto é, composta pelos três departamentos).

Na opinião da autora, o padrão de crescimento induzido pelo setor produtor de bens de consumo capitalistas (D_{II}) induziu a uma maior concentração de renda. Mas o crescimento deste setor respondeu à concentração de renda decorrente de fatores exógenos à acumulação, de tal modo que não é possível, em sua visão, alegar que a compressão salarial tenha decorrido de uma lógica de ferro do capitalismo pós-1964. Deveu-se, fundamentalmente, à repressão política, isto é, ao reacionarismo das forças políticas à época.

IV. Tavares vs. Ignácio Rangel

Reconhecidamente, Rangel avançara na questão da “realização dinâmica” ao chamar atenção para a tendência de que, ao fim de cada fase expansiva, o capital industrial poderia sofrer problemas de realização, devido 1) à elevação do potencial de acumulação resultante de um aumento de produtividade e dos lucros; e 2) ao baixo “fundo de consumo”, por conta da tendência à superexploração dos trabalhadores (dado o enorme exército industrial de reserva). O enfoque kaleckiano de Conceição permitirá à autora discordar de Rangel. Em relação ao departamento produtor de bens de produção (D_1), as condições de realização só muito indiretamente refletem o comportamento do setor produtor de bens não-duráveis de consumo e, portanto, com a massa de renda do trabalho. Em relação ao setor produtor de bens-capitalistas, o enfoque de Conceição Tavares se destacará por ter dado importância ao consumo capitalista enquanto elemento da demanda efetiva. Rangel não questiona, por exemplo, o fato de as classes de alta renda terem sustentado o dinamismo da produção de bens-duráveis durante o governo Juscelino Kubitschek.

Rangel se diferenciou no debate por ter mostrado que o capitalismo brasileiro estava adentrando sua etapa financeira nos anos 1960. Sobre este ponto, sua análise destaca, por um lado, que nas fases recessivas aumentavam as posturas especulativas do capital (ponto que vai ser ampliado na análise de Conceição Tavares) e, por outro lado, mostrou a necessidade de uma estrutura financeira nacional para representar uma alternativa ao endividamento externo e interno o que, implica dizer, a questão do sistema financeiro nacional era uma questão de soberania nacional. Tavares expandirá estas considerações pioneiras de Rangel, tomando como ponto de partida as reformas financeiras realizadas no âmbito do Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), chegando a afirmar que não ocorreu um “capitalismo financeiro” no Brasil no sentido clássico do termo – o que leva a autora a se apoiar em autores como Hilferding e Hobson.

Outro traço distintivo do pensamento de Conceição em relação ao de Rangel é que para ele havia um recorte claro entre capital industrial nacional e capital industrial estrangeiro, enquanto que nas teses de Tavares consta que o capital estrangeiro vinha para ficar, para subverter as forças produtivas em um movimento de ampliação de suas fronteiras de expansão à escala internacional – ponto de convergência entre Tavares (1974; 1978) e Furtado (1974).

Sobre a relação entre dinâmica capitalista, distribuição de renda e estagnação, Conceição Tavares discordará da ideia de Rangel de que o capitalismo brasileiro se defronta

com subconsumo de massas e que só se expande em função de mercados externos. Em seu pensamento, não cabe a proposição de que, por conta da elevada exploração dos trabalhadores, o capitalismo brasileiro tende ao estancamento ao esgotar esses mercados prévios, por problema de realização. Como procuraremos desenvolver mais tarde, de acordo com Tavares (1974), as condições de reprodução e de realização em escala ampliada do capital, quando o setor industrial já está diferenciado em três setores, apresentam-se de forma muito mais complexas das desenhadas por Rangel. A existência de um setor produtor de bens de consumo duráveis evidencia a importância do consumo capitalista enquanto componente da demanda efetiva, de tal modo que a desigualdade de distribuição de renda joga um papel positivo em termos de realização dinâmica (ponto que já fora adiantado por Conceição Tavares em 1970, em sua crítica à Celso Furtado).

Parte II – Economia Política e principais contribuições teóricas de Conceição Tavares

Capítulo 3 – As contribuições teóricas de Conceição Tavares sobre a dinâmica capitalista

Os capítulos que integram esta parte do trabalho têm o objetivo de discutir os aspectos teóricos do pensamento de Maria da Conceição Tavares. É com base nos conceitos desta parte que a autora promoverá sua crítica histórica à abordagem da Cepal, das teorias da dependência e da de Ignácio Rangel – ponto que discutiremos na parte III.

Este capítulo é dedicado a esclarecer alguns problemas levantados por Maria da Conceição Tavares no campo da chamada “macroeconomia dinâmica”, procurando compreender sua leitura mais geral sobre a estrutura e a dinâmica do sistema capitalista. O norte teórico é dado pelos autores do princípio da demanda efetiva, com destaque para Kalecki e Keynes. Entretanto, algumas considerações da autora sobre as contribuições de outros autores (como Marx, Schumpeter e Steindl) também serão discutidas brevemente. A metodologia que se segue é, primeiramente, tomar como ponto de partida as teses da autora e, na sequência, visitar os autores originais de modo a tornar a própria abordagem da autora mais esclarecedora.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, procuraremos compreender a preferência de Tavares por Kalecki, ressaltando suas “vantagens” sobre Marx e Keynes. Trataremos, no segundo ponto, das críticas feitas por Tavares às abordagens tradicionais ao estudo da dinâmica capitalista. Nesta ocasião, explicitaremos as características gerais do sistema capitalista no pensamento econômico de Conceição Tavares, com destaque para sua crítica ao estagnacionismo, à falsa oposição entre lucros e salários e ao caráter estável do sistema. Neste item, procuraremos trabalhar a ideia, bastante difundida pela autora, de que o princípio da demanda efetiva deve ser considerado como um princípio (“lei”) geral da dinâmica capitalista. Por fim, reservamos ao último ponto algumas notas sobre a questão da poupança, do investimento e do endividamento no pensamento da autora.

3.1. A importância de Kalecki – aspectos metodológicos

Em sua investigação sobre a dinâmica capitalista Conceição Tavares procurou ressaltar a “superioridade teórica” dos esquemas trissetoriais de Kalecki frente aos esquemas

bissetoriais marxistas de reprodução. Esta investigação teórica começou, a rigor, no artigo de 1973 *Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização* e foi ampliada em sua tese de livre-docência *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, defendida em 1974. Entretanto, como a própria autora reconhece, as dificuldades interpretativas deste último texto trouxeram a necessidade de se abordar Marx e Kalecki de forma mais didática na tese de Professora Titular, *Ciclo e Crise*, defendida em 1978 – esta é a razão pela qual nos basearemos neste texto antes de trabalharmos com sua tese de Livre-Docência, apesar de sua precedência cronológica.

Eu própria, em minha tese de Livre-Docência, fiz uma adaptação dos esquemas de Kalecki ao estudo do problema de acumulação de capital e distribuição de renda em países semi-industrializados. Nela fiz a advertência que os estava usando no sentido kaleckiano e neomarxista e dei as razões disso. **Porém creio que não foram suficientemente compreendidas.** (Tavares, 1978, p. 18, nota 2 – grifos nossos)

Antes de fazer suas considerações sobre o modelo trissetorial kaleckiano, a autora procura salientar a relevância teórica deste autor para compreender o funcionamento do capitalismo, e faz isto contrapondo-o a Marx e a Keynes.

Inicialmente, Tavares explica as razões pelas quais adota os esquemas kaleckiano, e não os marxistas, para pensar o capitalismo contemporâneo. A resposta, apesar de conter várias nuances, é apenas uma: *os esquemas de Marx são insuficientes para se compreender a dinâmica econômica*, o que não significa afirmar que, em sua análise global, Marx considere o sistema capitalista como um sistema estacionário. Pelo contrário, no entender da autora, as leis gerais de movimento trabalhadas por Marx são imprescindíveis para compreender o funcionamento do sistema (ponto que abordaremos no próximo capítulo).

Mas, no que tange aos seus esquemas de reprodução, Conceição Tavares aponta alguns problemas analíticos derivados da maneira pela qual foram originalmente concebidos. Na ocasião, Marx apresentou a economia capitalista composta por dois departamentos: o D_I (departamento produtor de bens de produção) e o D_{II} (departamento produtor de bens de consumo, assalariado e capitalista), de modo que D_I engloba toda a produção do capital fixo (máquinas e equipamentos) e todo o capital circulante (matérias-primas) para a economia. Insiste a autora que, do ponto de vista da acumulação de capital, as categorias “capital fixo” e “capital circulante” têm movimentos distintos – e é fundamental considerá-las separadamente para se captar o movimento dinâmico do sistema. Entretanto, Tavares reconhece que a pretensão de Marx não era pensar a dinâmica capitalista com tais esquemas, mas apenas

demonstrar a condição básica da reprodução simples do sistema (em “equilíbrio”) e como se divide o produto.

...os ‘esquemas em valor’ não foram imaginados para propósitos de ‘dinâmica econômica’, mas sim para estudar as ‘conexões internas’ da produção capitalista com o processo simultâneo de distribuição em valor dessa produção. (Ibid., p. 19)

A autora adota os esquemas de reprodução kaleckianos pelo fato de terem “dinamizado” os esquemas marxistas, e isso foi possível porque Kalecki se preocupou com o Princípio da Demanda Efetiva ao considerar a produção de cada setor enquanto categorias de demanda final: D_I representa o investimento, D_{II} representa os bens de consumo dos capitalistas e D_{III} os bens de consumo dos trabalhadores. Como definido pela autora, os esquemas de Kalecki são “...uma versão pelo lado da demanda efetiva dos esquemas de reprodução de Marx” (Tavares, 2010, p. 77).

A vantagem de Kalecki é que seus esquemas garantem maior flexibilidade teórica e histórica, isto é, são mais facilmente passíveis de “atualização” em cada momento do desenvolvimento capitalista. Em primeiro lugar (do ponto de vista histórico), a autora mostra que os elementos do capital fixo e circulante tiveram evoluções industriais distintas, com destaque para a diferenciação do capital fixo em “bens de capital/capital” e “bens de capital/consumo” – e Kalecki, ao considerar o D_I e D_{II} , acomoda tais nuances. Em segundo lugar (agora do ponto de vista teórico), a autora chama atenção para a necessidade de separar os insumos utilizados para a mera reposição do capital (bens de produção e uso corrente) dos equipamentos que se destinam à ampliação da capacidade produtiva (ou seja, é necessário tratar distintamente tais categorias do ponto de vista da demanda efetiva da acumulação de capital) – os esquemas de Kalecki também permitem isso na medida em que supõem que a produção dos três departamentos inclui seus próprios insumos e, ao fazer isto, trabalha a produção corrente enquanto categorias de demanda final. Em uma passagem a autora critica estes aspectos dos esquemas marxistas de reprodução.

...os esquemas de reprodução [marxistas] permitem apenas trabalhar, do ponto de vista lógico, com as leis abstratas de reprodução do modo de produção capitalista. Não dão, porém, indicações do modo pelo qual um sistema econômico vai modificando, historicamente, os seus padrões de acumulação, isto é, de como se modificam, dinamicamente, as relações entre a diferenciação da estrutura produtiva e a distribuição social da renda. (Tavares, 1974, p. 27)

Além disso, Kalecki permite uma outra façanha: integrar a acumulação de capital (decomposta em três departamentos, D_I , D_{II} e D_{III}) à distribuição funcional da renda. “...o D_I , tem um produto final igual ao Investimento Bruto e, esse, em conjunto com o produto de D_{II}

(bens de consumo capitalista), esgota a parcela em valor dos lucros. O D_{III} é o setor produtor de bens-salários, cujo produto equivale, em valor, à massa de salários da força de trabalho de toda a economia.” (Tavares, 1978, p. 20 – grifos nossos)

Kalecki também apresenta algumas vantagens sobre Keynes, na opinião da autora. No âmbito da “macroeconomia”, Conceição Tavares utiliza Kalecki, essencialmente por três motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de ser analiticamente mais simples que Keynes e, em segundo lugar, por ter introduzido a “dinâmica econômica” no centro da análise.

Nossa visão macroeconômica central deriva-se (...) de Kalecki, que é um contemporâneo de Keynes, mas tem sobre ele a vantagem de uma maior simplicidade analítica e de uma formulação rigorosa da Dinâmica Econômica. (Tavares, 1974, p. 16)

Em relação ao segundo ponto, a autora defende que a dinâmica capitalista em Kalecki passa “...pela introdução do investimento como categoria central, não apenas de demanda efetiva (como em Keynes) mas como aquela que é capaz de fazer a ponte entre a produção corrente do D_I e a ‘reprodução ampliada de capital’” (Tavares, 1978, p. 20), isto é, enquanto uma categoria capaz de integrar a capacidade produtiva e os lucros. Desta forma, Kalecki permite um tratamento integrado da oferta e demanda enquanto categorias da produção capitalista – evitando o vício neoclássico de alguns “keynesianos”, como Hicks (1937) e Hansen (1953), de considerar ‘o preço de oferta’ como “...função do salário real e da produtividade marginal do trabalho.” (Tavares, 1978, p. 20)⁶⁹.

Este salto só é possível porque Kalecki trabalha com um conceito mais amplo de investimento: é categoria de demanda (efetiva) ao mesmo tempo em que é categoria de oferta (aumento da capacidade produtiva). Em uma passagem a autora torna isto claro.

O investimento não é, pois, apenas uma categoria de demanda efetiva, a ser utilizada num esquema de ‘equilíbrio agregativo’ à la ‘modelo keynesiano simplificado’. É

⁶⁹ Kalecki, ao dar ênfase ao investimento enquanto determinante fundamental do nível de renda (e não uma “função consumo agregada”, com Keynes) evita qualquer margem para leituras neoclássicas (a la Hicks) do princípio da demanda efetiva. Kalecki consegue este artifício por trabalhar explicitamente com a distribuição funcional da renda em seu modelo. Como bem chamam atenção Possas & Baltar (1985, p. 120) “Isto é possível uma vez admitindo que a distribuição de renda entre lucros e salários não depende dos mesmos fatores que incidem sobre a demanda efetiva, podem ser considerada como um parâmetro estrutural, *com o que se torna arbitrária qualquer tentativa de construção de um mecanismo automático de ajustamento entre demanda e renda pela mudança na distribuição.* A função consumo agregada (keynesiana), embora desempenhe um papel análogo, apresenta o inconveniente de não se apoiar em nenhuma base estrutural tão sólida, o que a expõe mais facilmente quer a interpretações dúbias, de tipo psicológico ou meramente empírico, quer à penetração sub-reptícia de processos neoclássicos de ajustamento que trazem de volta a Lei de Say” (itálico no original)

fundamentalmente uma categoria dinâmica, é o instrumento da expansão da capacidade produtiva, da acumulação de capital, é o elemento cíclico por sua própria natureza. (...)

Essa é a advertência que Kalecki e, depois dele, Domar e Harrod fizeram à aplicação ‘keynesiana’ estática do investimento como simples categoria de ‘demanda efetiva’. (Tavares, 1978, p. 31 – grifos nossos)

Esta preferência por Kalecki associada à visão dinâmica do sistema capitalista também decorre de seu modelo trissetorial, conforme já sinalizado. Possas & Baltar explicitam este ponto e ajudam a esclarecer a insistência de Maria da Conceição Tavares em Kalecki, ressaltando sua polivalência teórica.

A seleção das variáveis agregadas de que esse autor faz uso – a saber, investimento bruto, consumo dos capitalistas e consumo dos assalariados –, além de tornar explícito o papel da distribuição funcional da renda (...) abre ainda a perspectiva de uma análise setorial dinâmica baseada nas características diferenciadas de estrutura e movimento dos macrossetores (departamentos) correspondentes a essas variáveis. Dessa feliz combinação entre agregados e setores produtivos resulta uma ampla gama de possibilidades de integração analítica dos níveis macro e microeconômico – ou, em outras palavras, entre as categorias de demanda e as da estrutura da produção, onde os aspectos específicos de cada setor produtivo podem ter o seu lugar na explicação do movimento da economia. (Possas & Baltar, 1985, p. 111)

Em suas considerações, Tavares refere-se à Kalecki como uma síntese marxista-keynesiana por excelência.

Desde logo, [Kalecki] permite identificar (como em Marx) o modo “teórico” pelo qual num processo de produção ocorre a distribuição simultânea da produção (nos três setores) e da renda (salários e lucros), mas também (como em Keynes) do gasto (consumo e investimento). (Tavares, 1978., p. 20)

O terceiro e último motivo que leva a autora a preferir Kalecki à Keynes é o problema da poupança, bem como sua relação com consumo e crédito na dinâmica capitalista. Ainda que a análise de Keynes seja correta neste ponto, Kalecki oferece um tratamento menos controverso e analiticamente mais simples – dedicaremos o último ponto deste capítulo exclusivamente a esta questão.

3.2 Dinâmica capitalista, desequilíbrios setoriais e instabilidades sistêmicas: as críticas às abordagens convencionais

A abordagem dinâmica centrada em Kalecki (mas também em Schumpeter, Keynes e Marx) permite à autora resolver vários “problemas” analíticos do capitalismo. Grosso modo, lhe permite sair de alguns “labirintos” construídos por teóricos ligados à tradição marxista, clássica e neoclássica. Em sua visão sobre o desenvolvimento capitalista, Conceição Tavares

ataca três hipóteses do pensamento econômico, apontadas recorrente e erradamente como “características imanentes do sistema”. São elas:

- Tendência do sistema à estacionariedade/estagnação;
- Oposição entre salários e lucros (*Profit Squeeze*);
- Tendência do sistema ao “equilíbrio”/estabilidade;

Este capítulo é dedicado a um tratamento destes três pontos, começando pela crítica à suposta tendência à estagnação do capitalismo.

3.2.1. Tendência à estagnação

Um traço central nas teses de Conceição Tavares é sua crítica a qualquer concepção de que o sistema tenha uma tendência inexorável à estagnação (como sugerem alguns marxistas) ou ao “estado estacionário” (como querem alguns liberais). Sua crítica, neste ponto, se apoia em Marx e Schumpeter, além do próprio Kalecki.

Inicialmente a autora lembra-nos que este é um fantasma que assombra, de formas diferentes, a teoria econômica desde os trabalhos pioneiros dos clássicos.

A tendência permanente do sistema para a estagnação era visualizada por todos os clássicos, embora com argumentos diferentes. Para Ricardo, a lei dos rendimentos decrescentes da terra ou dos recursos naturais seria a que prevaleceria a longo prazo. Para Malthus, era a lei da população que dava os limites da expansão do sistema. Stuart Mill tinha sua própria visão otimista do Estado Estacionário. (Tavares, 1974, pp. 24-5)

Nos clássicos, a ideia de estagnação esteve atrelada ou à tendência à queda da taxa de lucro devido ao rendimento decrescente da terra (e do trabalho, no limite) – como em Ricardo – ou à própria inviabilidade econômica do capitalismo – como em Malthus e em Sismondi. Outros liberais confrontaram estas últimas visões, como é o caso de Jean Baptiste-Say – que negava a existência de barreiras à produção capitalista. Marx por sua vez, rejeitara qualquer um destes “determinismos”.

Em relação a Ricardo, como lembra bem Mazzucchelli (2004), Marx se diferencia por defender que a taxa de lucro não cai em razão de uma maior improdutividade do trabalho, antes pelo contrário “...é porque [o trabalho] fica mais produtivo”⁷⁰ (p. 37). Sobre a tendência estrutural do sistema, Marx defende que a acumulação, por um lado, é progressiva (tende ao desenvolvimento máximo das forças produtivas) e, por outro, é contraditória (se relaciona antagonicamente com a fonte originária da geração do valor: o trabalho). Deste modo, sua

⁷⁰ De qualquer modo, sua interpretação sobre a tendência à queda da taxa de lucro requer qualificações mais cautelosas, e as faremos oportunamente no próximo capítulo.

interpretação sobre o capitalismo é mais complexa, pois a acumulação não é isenta de bruscas paralisações, mas também não é inviável (Mazzucchelli, *ibid.*), ponto que foi captado por Maria da Conceição Tavares

Marx rejeitou essas visões e introduziu suas leis de movimento do sistema, a partir das próprias virtudes do progresso técnico, isto é, de suas características de redutor de tempo de trabalho em geral, levando, porém, em conta o seu efeito contraditório sobre o processo de acumulação de capital. (Tavares, 1974, pp. 24-5)

Esta passagem ficará mais clara no próximo capítulo, dedicado exclusivamente às teses de Marx. Por ora, basta retermos uma ideia central defendida por Tavares em sua leitura marxista sobre a dinâmica capitalista: este sistema não se move deterministicamente (ou rigidamente). “Este [sistema], em sua trajetória de longo prazo, oscilaria, inexoravelmente, de forma contraditória, entre uma tendência à estagnação e a tendência à superprodução da mais-valia” (Tavares, 1974, p. 26), ou, se preferirmos, entre ciclos e crises.

Conceição Tavares também se inspira em Schumpeter em sua crítica à economia política no tocante à estagnação. Este autor tem relevância no debate por ser um dos pioneiros, depois de Marx, a demonstrar teórica e historicamente que o capitalismo é um sistema dinâmico por sua própria natureza histórica. “O aspecto essencial a captar é que, ao tratar do **capitalismo**, estamos tratando de um **processo evolutivo**. Pode parecer estranho que alguém deixe de ver um fato tão óbvio que, ademais, já foi enfatizado há tanto tempo por Karl Marx” (Schumpeter, 1942, p. 112 – grifos nossos). Não é à toa que Tavares explicita sua influência em seu pensamento econômico.

Schumpeter é de longe o autor mais estimulante por sua visão crítica da teoria ortodoxa da alocação ótima de recursos e, apesar de pertencer teoricamente à tradição neoclássica, partilha com Marx a visão do caráter contraditório de um processo de desenvolvimento capitalista, em particular da agressividade da competição capitalista em qualquer de suas formas e, portanto, da sua compulsão a acumular. **Sua visão da subutilização de recursos como uma alavanca dinâmica é, no entanto, otimista, e nisto se separa dos estagnacionistas...**” (Tavares, 1974, p.54 – grifos nossos)

Conforme ressaltado pela autora, o economista, ainda que teoricamente pertença à tradição neoclássica, não poupou críticas à ortodoxia, em especial à tão difundida ideia de estacionariedade (ou de qualquer tendência à estagnação). Vale a pena explicitarmos um trecho de sua obra.

O capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário. E tal caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer

num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. (...) **O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.** (Schumpeter, 1942, p. 112 – grifos nossos)

O combustível que alimenta a dinâmica capitalista é a inovação, isto é, é a busca endógena e contínua de se revolucionar a estrutura econômica global pela busca incessante de novos bens, novos métodos de produção, novas formas de organização, novos mercados e etc. O sistema se move “...incessantemente destruindo a velha [estrutura], incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viver todas as empresas capitalistas”. (Schumpeter, 1942, p. 113).

Braga (2000) capta com clareza a importância do autor para a se compreender a dinâmica capitalista e, assim, torna clara a relevância do autor em Conceição Tavares.

A **destruição criadora** por certo é um conceito com o qual Schumpeter definitivamente abandona a estática, porém, isto posto, o que cabe compreender é que este conceito aponta para a **recorrência** da inovação técnico-econômica capitalista. Isto é, mostra como na destruição criadora das estruturas está pressuposta a perpetuidade econômica do sistema capitalista em geral, e, portanto, pela lógica de sua temporalidade econômica, é uma diacronia da permanência do sistema econômico. (Braga, 2000, p. 111–grifos no original, sublinhado nosso)

Ainda que guiados por problemáticas teóricas distintas, é possível encontrar um ponto de convergência entre Schumpeter e Kalecki: ambos os autores procuram ressaltar os **aspectos internos do processo de acumulação de capital**, buscando mostrar (de modos distintos) que as economias capitalistas não tendem à reprodução simples – e isto é fundamental nas teses de Conceição Tavares. A ênfase nos aspectos internos à acumulação, em Schumpeter, é bastante evidente na citação acima (Braga, 2000). Já em relação a Kalecki, Possas & Baltar são igualmente explícitos neste ponto.

Enquanto na Lei de Say os condicionantes do movimento da economia tenderiam a situar-se exogenamente ao processo econômico como tal, uma vez que a produção, ao garantir sua própria realização, não encontra obstáculos a não ser a eventual escassez de recursos produtivos, **sob a ótica da demanda efetiva a investigação dos mecanismos de tal movimento passa a contar com elementos internos ao próprio processo de acumulação de capital**, dado o papel crucial que o investimento é levado a assumir neste caso. (1981, p. 115-6 – grifos nossos)

Este ponto da análise do princípio da demanda efetiva, em Kalecki e em Keynes, é bastante relevante para se compreender as teses de Conceição Tavares sobre o desenvolvimento capitalista geral e, em especial, do Brasil, como veremos apropriadamente mais tarde.

3.2.2. Oposição entre lucros e salários

Em seu modelo trissetorial de reprodução, Kalecki (1968, pp. 2-3) demonstra que os lucros correspondem aos gastos dos capitalistas (em investimentos e em bens de consumo), isto é, não dependem do valor total da produção, mas apenas do valor da produção dos departamentos I e II.

$$P = I + Cc \quad (1)^{71}$$

Não só os lucros, mas toda a renda da economia depende dos gastos dos capitalistas, o que inclui o consumo dos trabalhadores (isto é, seus salários).

$$Cw = \frac{w1I + w2Cc}{1 - w3} \quad (2)^{72}$$

Diante disto, não é difícil compreender que a dinâmica do sistema está nas mãos dos capitalistas: são suas decisões de gastos que determinam o nível e renda (isto é, lucros e salários). Nestes termos, cabe ressaltar que, se os lucros são determinados pelos gastos, então os salários nunca podem espremer os lucros.

Para que a massa de salários cresça, requer-se que os lucros dos capitalistas também cresçam através do investimento e do consumo dos capitalistas. Ou seja, **o crescimento de uns envolve o crescimento dos outros, mas o sentido da determinação é do investimento para o consumo dos trabalhadores.** (Tavares, 1978, p. 23 – grifos nossos).

Esta tese de Kalecki não implica que, no nível individual, um aumento dos salários não diminua os lucros – o argumento do autor não se insere nestes termos. É do ponto de vista global (da macroeconomia) que se confirma sua tese: uma diminuição dos lucros em um departamento (por elevação dos salários) implica necessariamente a elevação dos lucros em outros departamentos, de tal modo que os lucros totais permanecerão inalterados⁷³, ou que, do

⁷¹ Ver Apêndice a este capítulo para maior compreensão.

⁷² Idem.

⁷³ Nos termos do próprio Kalecki: “Se dividimos a economia em três departamentos [DI, DII e DIII]... segue-se que o emprego nos dois primeiros não é afetado pela elevação dos salários. Assim, denotando por W1 e W2 as folhas de salário nesses dois departamentos, medidas em ‘antigas’ taxas de salário, e por α o coeficiente de aumento dos salários, para o acréscimo dos salários totais dos Departamentos I e II obtemos: $\alpha (W1+W2)$. Os lucros nesses dois departamentos caem na mesma importância (desde que os preços de seus produtos não tenham subido...). A posição do Departamento III, porém, é muito diferente (...). Em particular, **o acréscimo do montante de salários nos**

ponto de vista do conjunto da economia, “...não ocorre qualquer transferência absoluta dos lucros para os salários” (Kalecki, 1971, p. 93).

Se o que determina os lucros são as decisões de gastos, é necessário ter claro quais são os fatores que determinam tais gastos. Grosso modo, para Kalecki (1954, pp. 79-81) as decisões de investimento refletem decisões empresariais passadas:

$$D_{t+1} = aS_t + b \frac{\Delta P_t}{\Delta t} - c \frac{\Delta K_t}{\Delta t} + d \quad (3)$$

Sinteticamente, a taxa de decisões de investimento (D) é função crescente da disponibilidade de recursos financeiros próprios (que corresponde à poupança pessoal bruta dos proprietários que controlam a empresa (S)) somada ao montante de lucros acumulados no período anterior ($\frac{\Delta P_t}{\Delta t}$) – lembrando que os dois primeiros parâmetros da equação mensuram os recursos de que as empresas dispõem para investimento sem precisarem recorrer ao mercado de capital –, e função decrescente do estoque de capital (ou capacidade instalada em capital) ($\frac{\Delta K_t}{\Delta t}$). A constante d é sujeita a modificações de longo prazo. (Idem, Ibid., p. 81). “Os lucros”, grosso modo, “estão determinados pelo investimento do período anterior” (Tavares, Ibid., p. 23), de tal forma que os empresários não decidem cortar seus gastos (em investimento ou em consumo) depois de ocorrer um aumento dos salários. Não há motivo para eles fazerem isso, tendo em vista que suas decisões são baseadas na experiência corrente e, a curto prazo, não ocorre uma perda de lucros em função de uma elevação salarial. (Kalecki, 1971, p. 94) – o que é o mesmo que afirmar que **a distribuição de renda nacional se mantém inalterada** em decorrência de uma elevação autônoma dos salários nominais.

Um ponto importante da equação da decisão de investimentos em Kalecki é a consideração da existência de um risco crescente proporcional à utilização de capital de terceiros. Segundo o autor, o risco do investimento é tanto maior quanto maior for a proporção de empréstimos sobre o capital próprio⁷⁴.

Departamentos I e II, igual a a (W1+W2), deve inevitavelmente causar um aumento de mesma importância nos lucros do Departamento III. (...) Como resultado, os lucros totais permanecem inalterados...” (Kalecki, 1971, p. 92-3 – grifos nossos)

74 “É claro que, quanto maior o volume dos empréstimos tomados, maior será o risco (...) [A] expansão de uma firma depende de sua acumulação de capital a partir dos lucros correntes. Isso permitirá à firma realizar novo investimento sem defrontar-se com os obstáculos representados por um mercado de capitais ou pelo risco crescente” (Kalecki, 1954, p. 76)

No entanto, Tavares (1974) aponta preferir a teoria do investimento produtivo em Steindl (1953) devido a suas contribuições à abordagem kaleckiana. Afirma a autora que “Os determinantes do investimento são, como em Kalecki, a taxa de acumulação interna das empresas, o seu grau de endividamento e o grau de utilização da capacidade produtiva. Steindl, porém, introduz explicitamente em seu modelo de longo prazo, e não apenas como explicação do ciclo, o grau de endividamento [o princípio do risco crescente] e a utilização da capacidade”. (Tavares, 1947, p. 58).

Em Steindl (1953) a equação de determinantes do investimento (3) dará lugar a outra, que, com adaptações, pode ser expressa da forma que segue:

$$\hat{s} + \hat{k} - \hat{u} = \hat{g} + \hat{c} \quad (4)^{75}$$

onde \hat{s} é a parcela da taxa de crescimento da acumulação destinada a sustentar o crescimento das vendas, \hat{k} é a taxa de variação da intensidade do capital, \hat{u} é a taxa de crescimento do nível de utilização da capacidade instalada, \hat{g} é a taxa de crescimento do endividamento e \hat{c} é a taxa de expansão do capital empresarial próprio. “[esta] equação (...) traduz os determinantes de investimento no tempo, aparecendo o volume de investimento defasado e como função do capital próprio, do grau de utilização da capacidade, do grau do endividamento e da taxa de lucro”. (Tavares, 1974, p. 59)

Se, pelo que expomos, os salários em si não determinam alterações na distribuição de renda, resta-nos procurar compreender quais são os fatores (ou “parâmetros”) que provocam alteração na repartição entre lucros e salários nas economias capitalistas. Depois de tratar da equação do lucro, isto é, “...ao verificar qual é o incremento da renda nacional que se deriva do investimento...” (Tavares, *ibid.*, p. 23), Kalecki (1954) chama atenção para os dois parâmetros distributivos (“k” e “j”⁷⁶) e mostra que quanto maior for a magnitude de tais fatores, menor tende a ser a parcela relativa dos salários no valor agregado (ou na renda nacional)⁷⁷.

⁷⁵ Esta equação é explicitada em Tavares (1974, p. 59) e por Coutinho (1983, p. xii).

⁷⁶ Segundo o autor, k “...é a razão entre rendimentos e custos diretos” e j “...é a razão entre custos de matérias-primas e custos de mão-de-obra” (1954, p. 22).

⁷⁷ “Em resumo: a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria manufatureira é determinada, não só pela composição industrial do valor agregado, como pelo grau de monopólio e pela razão entre os preços das matérias-primas e os custos de salários por unidade. Uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias-primas com relação aos custos de salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa dos salários no valor agregado” (Kalecki, 1954, p. 22)

$$w = \frac{1}{1 + (k - 1)(j - 1)} \quad (5)^{78}$$

O que o autor procura deixar claro na equação (4) é que um aumento geral dos salários numa economia fechada não altera a distribuição de renda nominal, e o mesmo se aplica ao caso de uma redução dos salários nominais (Kalecki, 1971). Em condições oligopolísticas, cada firma chega ao preço de seu produto (p') por meio de uma adição (mark-up) a seu custo primário (u) – composto por salários e matérias-primas –, obtendo assim seus lucros. Esta “adição” aos custos primários (ou o “poder de mercado”) depende, por um lado, da concorrência intercapitalista, isto é, da relação entre o preço pretendido (p) e o preço médio (\bar{p}) e, por outro, das lutas de classes (isto é, da atividade sindical dos trabalhadores) e, grosso modo, tudo isso está sintetizado na função $f(\frac{\bar{p}}{p})$ da equação abaixo, que trata da determinação dos preços (p') em condições oligopólicas. (Kalecki, 1971, p. 96).

$$p' = u \left\{ 1 - f\left(\frac{\bar{p}}{p}\right) \right\} \quad (6)$$

A distribuição de renda se altera não em decorrência de movimentos autônomos dos salários em si, mas unicamente em razão de fatores que alteram o poder de mercado das empresas (ou $f(\frac{\bar{p}}{p})$). Segundo Conceição Tavares, o grau de monopólio é uma “síntese micro-macro” que combina a política de preços ‘desejados’ pelas empresas através do mark-up sobre os custos primários e as lutas de classes (entre capitalistas e trabalhadores). Segundo a autora,

Em última análise, ‘os capitalistas ganham o que gastam’ e depende da estrutura setorial do gasto movida pela concorrência intercapitalista o que os capitalistas ganham em seu conjunto. Os trabalhadores ‘gastam o que ganham’, mas a determinação da massa de salários depende em parte do seu poder de enfrentamento. Assim, **a distribuição global da renda e da produção** não está determinada a priori, pelo mark-up, isto é, pela margem de lucro arbitrada pelas empresas sobre seus custos primários ou pela ‘taxa de exploração’ desejada pelos capitalistas. **Está determinada pela estrutura produtiva e do gasto num sistema em crescimento e pelo movimento em conjunto da concorrência entre capitalistas e trabalhadores.** (Tavares, 1978, p. 25 – grifos nossos).

Tavares defende que “O que vai acontecer com a distribuição de renda entre salários e lucros depende do padrão setorial de acumulação, isto é, de quais os setores que lideram o crescimento, de sua estrutura técnica da produção e de sua estrutura de mercado” (Ibid., p. 27). Logo, qualquer elevação da taxa de salários esbarra no “grau de monopolização do capital”, que reflete os coeficientes de concentração técnica, econômica e financeira de cada

⁷⁸ Ver Apêndice para derivação da fórmula.

estrutura de mercado. A autora reconhece, entretanto, que o poder de determinação de margens das empresas não é absoluto (ou ilimitado), estando ele sempre subordinado às regras do jogo político e às condições de concorrência imanentes dos setores que lideram a expansão capitalista.

À luz de Kalecki, Tavares faz algumas considerações entre a elevação dos salários e os níveis de ociosidade na economia. Segundo a autora, se não houver ociosidade na economia, qualquer elevação arbitrária de salário não promove uma alteração da distribuição de renda, porque as empresas têm o poder de repassar os preços aos consumidores (Tavares, *Ibid.*, p. 26) – neste sentido, os consumidores pagariam pelo aumento dos salários, de modo que os salários reais permaneceriam constantes. Se, por outro lado, houver ociosidade na economia, qualquer elevação arbitrária de salário provoca uma expansão da produção e do emprego no D_{III} , aumentando o nível de utilização da capacidade instalada deste departamento⁷⁹. Segundo Kalecki, os lucros neste departamento aumentam proporcionalmente às taxas de salários, mas os lucros em D_I e D_{II} crescem menos do que as taxas de salários (como resultado do declínio das adições). No entanto, Conceição Tavares chama atenção para o fato de que, em termos reais, os salários não se elevam necessariamente: isto depende do movimento de preços do D_{III} (o que está referido ao padrão de concorrência do setor).

O aumento da renda pela ocupação da capacidade ociosa não se transformará necessariamente na melhoria de distribuição de renda, nem talvez numa elevação da taxa média de salário real, mas num aumento da massa global de salários e de lucros. A taxa média de salário crescerá, ou não, conforme o movimento de preços relativos dos bens da cesta básica de consumo dos trabalhadores. Isto é, dependendo do padrão setorial da concorrência, em particular da organização monopolística do setor produtor de bens-salários. (Tavares, 1978, p. 27)

O que a autora procura deixar claro neste ponto é apenas o caráter subordinado da taxa de salário no processo de acumulação. “A taxa de salário inicial não determina o ritmo de acumulação, nem este determina a taxa de salário: dá-lhe apenas o seu limite superior” (Tavares, 1978, p. 27). A distribuição de renda entre lucros e salários está sempre sobredeterminada pelo padrão de concorrência intercapitalista e pelo poder de organização dos trabalhadores (com destaque para a concorrência no plano intercapitalista). “A longo prazo a acumulação de capital retornará ao seu movimento, ajustando-se a qualquer taxa de salário que tenha sido alcançada previamente e possa ser defendida pela classe trabalhadora” (Idem, *Ibid.*). Em outra passagem a autora enfatiza isto de outra forma.

⁷⁹ Ponto que é trabalhado em Kalecki, 1971, pp. 98-9

No longo prazo, a análise parte dos determinantes do investimento que se movem independentemente de quais sejam o grau de monopólio e a taxa de salário iniciais. A acumulação de capital vai na frente gerando lucros maiores e arrastando a massa de salários. Não se eleva, necessariamente, a taxa de salário. Esta pode aumentar ou não, variando, sempre, entre um nível mínimo – o custo prévio da mão-de-obra incorporada no início da expansão – e um nível máximo, que depende do grau de organização social da força de trabalho e de sua força política para acompanhar os incrementos do produto gerado em média por trabalhador. (Tavares, 1978, p. 24).

A contraparte deste raciocínio é a máxima de que a “Acumulação de capital não esbarra nos salários ou na falta de mão-de-obra, **esbarra em si mesma**” (Tavares, 1978, p. 31) – ponto que se tornará mais claro no próximo capítulo. Ao trazer categorias de análise marxistas, Conceição Tavares procura mostrar que o sistema capitalista seria entravado por uma elevação autônoma dos salários somente se a acumulação de capital fosse extensiva, isto é, na ausência de progresso técnico poupador de mão-de-obra. Se assim o fosse, o sistema capitalista seria um sistema estagnado, cujos limites da acumulação de capital seriam dados pela própria escassez do trabalho, e não pelo próprio capital.

A elevação da taxa de salário não pode parar a acumulação, salvo se o processo de acumulação de capital fosse extensivo. Isto é, se o crescimento se desse sem modificação na dotação de capital por homem (sem aumentar a relação capital-trabalho) e conduzisse ao esgotamento da mão-de-obra disponível para o capital. Esta hipótese não corresponde ao “pleno emprego” keynesiano de “curto prazo” em que não ocorrem modificações na capacidade, mas sim a uma visão estagnacionista em que os limites de longo prazo seriam dados pela “escassez de trabalho”. A hipótese do “limite inicial” da mão-de-obra, levantada por Marx ao examinar o mundo manufatureiro, destina-se a explicar a “necessidade histórica” da passagem à grande indústria, bem como a apresentar a contraprova da exigência de o progresso técnico refazer, periodicamente, o exército industrial de reserva. É um absurdo retomar esta hipótese no mundo moderno, um mundo em que o excedente estrutural de mão-de-obra se amplia inexoravelmente, com o progresso técnico que eleva continuamente a dotação de capital por trabalhador produtivo e, portanto, a sua produtividade média, enquanto dura o ciclo longo de expansão. (Tavares, 1978, pp. 29-30)

A leitura de Tavares é altamente aderente à máxima kaleckiana de que “...a luta de classe, refletida nas reivindicações sindicais, pode afetar a distribuição da renda nacional, mas de um modo muito mais sofisticado do que o expresso pela crua doutrina de que quando os salários se elevam os lucros decrescem na mesma importância” (Kalecki, 1971, p. 100). De modo tal que “A distribuição de renda é (...) um **elemento móvel e aberto no tempo**” (Tavares, 1978, p. 27 – grifos da autora).

3.2.3 Tendência do sistema ao “equilíbrio” e à estabilidade

No pensamento de Tavares há, recorrentemente, uma série de críticas às teorias econômicas que procuram enfatizar a tendência do sistema capitalista ao equilíbrio ou à estabilidade (ideias estas que são, geralmente, defendidas por correntes teóricas que creem no caráter autorregulado do sistema capitalista). A autora se apoia nas contribuições teóricas de Schumpeter, Keynes e Kalecki para defender a visão de que a dinâmica do sistema capitalista, ao contrário, é estruturalmente instável. Em sua visão, o processo de crescimento a longo prazo se manifesta não de uma forma constante e em equilíbrio, mas na forma de “ciclos e crises”. Abordaremos esta questão, começando por Schumpeter.

3.2.3.1. Visão dinâmica do sistema (*Schumpeter*)

Já procuramos deixar clara a importância de Schumpeter no pensamento de Conceição Tavares, em particular ao que concerne ao caráter criativo e destrutivo do sistema – o que permite à autora fazer uma ponte com o caráter dinâmico-evolutivo (ou histórico) do capitalismo. Entretanto, talvez tenha faltado explicitar o que Tavares entende por “dinâmica”.

A dinâmica capitalista está integralmente associada, para a autora, com a tendência do sistema de crescer e se retrair provocando incessantes desequilíbrios.

A construção teórica do movimento do sistema no tempo, a partir de reduções historicamente significativas, é a grande contribuição do pensamento clássico à teoria econômica dinâmica. E não se compara nem se compadece com a visão acadêmica contemporânea de tentar introduzir o movimento no tempo com uma série de defasagens (lags) no “tempo matemático”. Apesar de que nem **Harrod**, em seu ensaio inicial sobre teoria dinâmica, nem **Schumpeter**, em sua teoria dos ciclos, tratam o tempo dessa forma e, além disso, **admitem explicitamente que o sistema se move por uma série de desequilíbrios**, a verdade é que não tiveram muitos seguidores desta visão dinâmica. (Tavares, 1974, p. 28 – grifos nossos)

Tavares também refuta a ideia sobre “ajustamento a uma trajetória de equilíbrio”, tão cara para alguns keynesianos adeptos dos modelos de crescimento econômico do pós-II Guerra Mundial. Como já mencionado acima, a autora refuta a ideia de a dinâmica estar associada tão somente às defasagens no tempo. Essencialmente, a abordagem da dinâmica capitalista deve apreender o movimento instável, evolutivo e histórico do sistema (e, deste ponto de vista, sua visão se afasta das de outros economistas de tradição heterodoxa adeptos da chamada “Teoria Dinâmica”, como Harrod) – o que a aproxima do enfoque trabalhado por Schumpeter.

A questão das tendências intrínsecas à instabilidade, colocada por Harrod, não foi, porém, o guia principal dos modelos de crescimento que constituem o campo de batalha predileto da chamada Teoria Dinâmica Moderna. Os principais autores e quase todas as escolas de pensamento acadêmico se dedicaram, basicamente, a estudar as condições de “ajustamento a uma trajetória de equilíbrio”, ou as propriedades de distintas trajetórias possíveis. Neste sentido, como bem indica Sen, há uma vasta literatura sobre o assunto e as controvérsias que daí emergem são, em verdade, **um mau guia para responder às perguntas fundamentais: como se move um sistema capitalista e como se transforma historicamente.** (Idem, *Ibidem* – grifos nossos).

Entretanto, Schumpeter não esgota a visão instável do sistema. O princípio da demanda efetiva é fundamental para a plena compreensão deste ponto no pensamento econômico da autora.

3.2.3.2. O princípio da demanda efetiva enquanto “lei geral” da dinâmica capitalista (Keynes e Kalecki)

Na introdução a este capítulo procuramos deixar clara a preferência de Conceição Tavares por Kalecki a Keynes. Não porque o Princípio da Demanda Efetiva tenha recebido das mãos de Keynes um tratamento inadequado. A preferência por Kalecki não se deve a Keynes em si, mas aos que se dizem “keynesianos”, e buscam inserir as teses deste autor nos marcos do pensamento neoclássico – é destes vícios neoclássicos, ou deste “keynesianismo bastardo”, que a autora procura fugir. Estas interpretações “neoclássicas” procuram reintroduzir o problema da poupança no centro do debate, com máximas de que o sistema encontra limites por “insuficiência de demanda efetiva”⁸⁰.

É justamente por esta porta que entrou Antônio Barros de Castro quando afirmou, por exemplo, que “O capitalismo tende à subutilização da capacidade e ao desemprego em grande escala de mão-de-obra. E isto porque **a demanda efetiva tende a ser cronicamente insuficiente**” (Castro, 1980, p. 113 – grifos nossos). Na verdade, este artigo do autor abriu um importante debate, no início dos anos 1980, sobre as contribuições deste enfoque para se compreender a dinâmica capitalista⁸¹. Em sua resposta a Castro, Maria da Conceição Tavares

⁸⁰ “Esta versão do ‘gap’ de demanda pode ser encontrada em qualquer dos manuais de macroeconomia – desde os mais elementares até os mais ‘avançados’. Corresponde, na verdade, ao que está expresso no malfadado ‘gráfico de 45°’, que Alvin Hansen, o primeiro dos keynesianos bastardos, deixou como herança intelectual para a legião de epígonos que nos chateia com repetitivos ‘Macroeconomics Text Books’”. (Tavares e Belluzzo, 1981, p. 110-1)

⁸¹ A cronologia deste debate é a seguinte: Castro (1981); Belluzzo e Tavares (1981); Castro (1982). Outros autores também fizeram considerações relevantes, como é o caso de Possas e Baltar (1981) e Braga (1983).

e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo tornam os argumentos (já presentes em Tavares 1974 e 1978) ainda mais claros.

Em última instância, a importância do Princípio teórico da Demanda efetiva, para os autores, está no fato de tal enfoque considerar **o investimento como uma categoria dinâmica por excelência**. Didaticamente afirmam que, nos marcos deste princípio, “1. a renda é criada pelo gasto capitalista na produção de bens de investimento e bens de consumo; 2. os gastos de consumo dependem do montante da renda e 3. o investimento é a variável determinante do processo de ajustamento da renda e, portanto, da capacidade de consumo do assim chamado ‘público’” (Idem, *ibidem*, p. 110). Ou mais explicitamente ainda

Keynes afirma que sua indagação central diz respeito à influência que uma flutuação do investimento terá sobre a procura da produção com um todo, e conseqüentemente na escala da produção e do emprego (...). **Não se trata de investigar qual o montante de investimento necessário para ‘ajustar’ a demanda efetiva à oferta global**. (Tavares e Belluzzo, 1981, p. 109 – grifos nossos).

Barros de Castro escorregou em armadilhas teóricas que a própria Conceição Tavares teria adiantado (e, portanto, evitado) ao longo dos anos 1970: a visão “subconsumista” do capitalismo. É o investimento, enquanto criador de lucros e de capacidade produtiva, que é soberano na dinâmica do capitalismo.

...não é possível qualquer versão subconsumista de Kalecki, já que é o investimento que permite a reprodução do capital e dos lucros. **É a acumulação de capital (e não o consumo) que dá lugar ao processo dinâmico e inexorável da geração ampliada de lucros, isto é, do processo contínuo de valorização do capital**. O lucro é uma categoria dinâmica por excelência, que só pode começar a ser entendida quando se leva em conta a ligação entre produção corrente e investimento, isto é, a “reprodução ampliada” do capital. (Tavares, 1978, p. 21 – grifos nossos)

A interpretação do princípio da demanda efetiva enquanto “lei geral” da dinâmica capitalista põe em destaque o caráter estruturalmente instável do sistema – e tal enfoque passa ao largo de qualquer ênfase ao problema de insuficiência de consumo. Belluzzo e Tavares apoiam-se de uma eloquente passagem dos *Collected Writings of John Maynard Keynes* que vale a pena reproduzir.

A aparente insuficiência do consumo nesta circunstância não é realmente devida a uma ausência da capacidade de conjunto, senão ao declínio das rendas. Este declínio das rendas é devido ao declínio do investimento ocasionado pela insuficiência dos rendimentos do novo investimento quando comparado com a taxa de juro. Assim, o declínio do investimento, reduzindo as rendas abaixo do normal, aparenta produzir um excesso de bens de consumo. Mas, da mesma forma que a aparência de superinvestimento não significa efetivamente a

existência de superinvestimento de um ponto de vista social, também o aparente excesso de bens de consumo não representa um excesso verdadeiro sobre o que deveria ser a capacidade social de consumo. Se medidas são tomadas para aumentar o investimento o efeito disso sobre a renda elevará a demanda até o ponto em que desapareça essa aparente redundância.

Não há lugar, do meu ponto de vista, para que a poupança excessiva possa ficar, digamos assim, em suspense. Se alguns indivíduos estão poupando em excesso, em relação ao novo fluxo de investimento, isto significa que estão ocorrendo perdas correspondentes e poupanças negativas por parte de outros que terão de viver de seu capital. (Keynes apud. Belluzzo e Tavares, 1981, pp. 110-1)

Keynes estuda a economia capitalista enquanto uma economia monetária, em que o objetivo dos agentes capitalistas é a valorização máxima de seus ativos, o que pode se dar através das aplicações financeiras ou do investimento produtivo. Na medida em que o dinheiro é um fim em si mesmo, os capitalistas não têm nenhum “dever moral” de optar pelo investimento em ativos reais (gerador de renda e emprego), mas optam sempre pela forma que lhes traga maiores ganhos privado. Suas escolhas são tomadas com base em expectativas sobre o comportamento, futuro, incerto, de duas variáveis: a taxa de juros e o rendimento dos bens de capital. “Não é surpreendente que o volume de investimento, assim determinado, flutue muito através do tempo. Isto porque ele depende de dois conjuntos de opiniões sobre o futuro - nenhum dos quais se apoia num fundamento adequado ou seguro, sobre a propensão a entesourar e sobre a futura rentabilidade dos ativos de capital” (Keynes, 1937 apud Tavares e Belluzzo, *Ibid.*). Braga (2000) ajuda a compreender esta interpretação de Conceição Tavares, ao relacionar a instabilidade do sistema às expectativas capitalistas.

[Para Keynes], uma economia empresarial implica avaliações de riqueza, permanentemente referidas ao dinheiro, sob condições de incognoscibilidade dos futuros rendimentos, de modo que as expectativas produzem instabilidade estrutural na demanda efetiva e, portanto, no ritmo da economia. Neste sentido, **a instabilidade capitalista é insolúvel nos marcos do sistema**, sendo imprópria qualquer teorização que pretenda normatizar o cálculo capitalista, via ‘endogeneização’ de expectativas, inclusive, quando atribuindo às ‘convenções’ uma função reguladora na qual Keynes não confiava teoricamente. (p. 167 – grifos nossos)

Com o objetivo de caracterizar a instabilidade estrutural do sistema capitalista, Tavares (1978) também parte de um modelo setorial de crescimento desequilibrado, que equivale à visão dinâmica de “crise de desproporção” entre os três setores trabalhados por Kalecki. Dada a organização dos mercados e dos trabalhadores, para que os lucros cresçam acima dos salários é necessária uma aceleração da taxa de investimento ou, para usar os termos da autora, “...que a produção corrente ampliada do D_1 expanda a capacidade produtiva deste departamento na frente dos demais setores” (Tavares, 1978, p. 27).

Inexoravelmente, o impulso dos investimentos vem acompanhado de uma maior intensificação de capital (isto é, aumento da relação $\frac{\Delta K}{Y}$), pelo simples fato de a nova capacidade produtiva (ΔK) se expandir mais rapidamente do que a renda, ou que a produção corrente (Y). Mas, conforme a própria autora procura mostrar, o sistema capitalista não suporta este crescimento desequilibrado por muito tempo, tendo em vista que a crescente ociosidade freia os próprios investimentos vindouros e se espraia para os demais setores, o que termina por corrigir a desproporção de crescimento intersetorial.

Ao fim de um certo período de expansão acelerada, cuja duração e cuja intensidade dependem das condições da concorrência capitalista, **a acumulação de capital tende a ultrapassar a capacidade de utilização intra-setorial da produção corrente (ampliada) do DI**. A ampliação do DI tende a parar, ao produzir-se um aumento da sua capacidade ociosa, a qual freia os novos projetos de investimento por reduzir a taxa de rentabilidade esperada. **É a queda no nível de investimento que determina a queda na taxa de lucro efetiva e não o contrário**. (Tavares, 1978, pp. 28-9 – grifos nossos)

O movimento do sistema capitalista entre ciclos de crescimento e crises de desproporção, considerado por Conceição Tavares, deriva-se da própria visão cíclica de Kalecki, de quem a autora toma emprestado o conceito mais amplo de investimento enquanto unidade de produção corrente e gerador de capacidade ociosa.

...torna-se claro que o investimento tem efeito favorável sobre a situação econômica somente no tempo em que é efetuado e provê uma saída para o poder de compra adicional. De outro lado, o caráter produtivo do investimento contribui para o enfraquecimento da recuperação e finalmente a estanca, porque é a ampliação do equipamento de capital que causa o colapso da expansão econômica. Encontramos aqui um dos mais notáveis paradoxos do sistema capitalista. A ampliação do equipamento de capital, isto é, o aumento da riqueza nacional, contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova ser apenas potencial. (Kalecki, 1954, pp. 65-6)

Nos marcos da valorização em escala ampliada o capital, o sistema caminha para excessos que culminam em crises de superacumulação de capital. Tratam-se de crises de realização interna às relações interindustriais e setoriais, e não poderia ser diferente disso, tendo em vista que as condições de realização não são dadas pela capacidade aquisitiva das massas, mas fundamentalmente pelos gastos dos capitalistas. A crise de superacumulação é ao mesmo tempo uma crise de desproporção (crescimento desproporcionado do DI) e, desta forma, tem pouquíssimo a ver com crise de subconsumo. Mazzucchelli ajuda na compreensão deste ponto em Tavares.

...é fácil perceber, nessas condições, que o grosso da demanda é a demanda intersetorial ou intercapitalista, estando o consumo ‘não produtivo’ dos capitalistas e o consumo dos trabalhadores numa posição subordinada e dependente vis-à-vis a acumulação de capital... É por essa razão que a crise de superacumulação contém o ‘excesso de capital’ nos setores que produzem bens de consumo (capitalista e ‘de massas’); mas ela só assume um caráter geral quando é uma crise de realização interna às relações interindustriais e setoriais; (...) A superacumulação de capital representa a forma mais geral das crises no capitalismo; sua dimensão material é a desproporção no crescimento dos setores produtivos, que, pela lógica de suas relações recíprocas, servem de mercado uns aos outros. Sua dimensão do ponto de vista da valorização é a insuficiência dinâmica da demanda efetiva que brota do próprio caráter instável do investimento... (Mazzucchelli, 2004, pp. 59-62)

Belluzzo é bastante didático quando este ponto, quando diz que superprodução de mercadorias são, antes e fundamentalmente, superprodução de capitais. “É claro que essas crises e paralisações do processo de produção assumem invariavelmente a forma de superprodução, mas superprodução de capital e não de mercadorias. A superprodução de capital, não de mercadorias soltas – ainda que a superprodução de capital implique sempre a superprodução de mercadorias –, não indica, portanto, outra coisa que superacumulação de capital” (Belluzzo, 1975, pp. 128-9)

A máxima dita por Kalecki de que “...os capitalistas fazem muitas coisas enquanto classe, mas certamente não investem enquanto classe” (1967, p. 15) é presente nas teses de Conceição Tavares – e não poderia deixar de ser. Derivam-se desta ideia duas outras, fundamentais. Em primeiro lugar a inexistência de coordenação entre os capitalistas, tendo em vista que suas decisões são descentralizadas e competitivas e que, portanto, vigora uma “anarquia” da produção⁸². “*Nesse estado de coisas é compreensível que as decisões se deem sob incerteza radical, incognoscibilidade do futuro e que terminem por produzir no agregado instabilidades e crises, uma vez que os agentes decisórios não são efetivamente sujeitos controladores e coordenadores do sistema como um todo, mas apenas de subconjuntos rivais*” (Braga, 2000, p. 167). Em segundo lugar, está a repulsa a qualquer ideia de auto-regulação dos mercados. Ambos os pontos são bastante evidentes em Tavares:

A acumulação de capital pára por si mesma, pelas razões apontadas pelos vários autores que estamos invocando. Pára pela força ou fraqueza da concorrência entre os vários capitais; pela acumulação de capacidade ociosa, que se produz no descompasso entre o investimento que

⁸² José Carlos Braga procura estabelecer uma conexão entre os conceitos de incerteza, em Keynes, e anarquia da produção, em Marx, que também parecem ser bastante adequados para tornar clara as interpretações em Tavares (1978) – cf. Braga (2000, pp. 166-7)

atrai investimento em cadeia e o escoamento da produção corrente; pela anarquia da produção capitalista, que move as expectativas de rentabilidade para cima, quando tudo vai bem, e as reverte bruscamente, quando o endividamento é excessivo e o risco se torna inaceitável. Assim o mercado, que se criava a si mesmo, some como uma miragem! (Tavares, 1978, pp. 30)

3.3. Algumas considerações sobre as questões da poupança, do crédito e do endividamento

Esta última seção é dedicada a alguns esclarecimentos teóricos feitos por Tavares acerca do problema da poupança, do consumo e do crédito. A militância teórica da autora insere-se no repúdio das interpretações neoclássicas de que os problemas de crescimento das economias capitalistas se devam a fatores como a insuficiência de poupança. Neste sentido a sua abordagem teórica parte tanto de Keynes como de Steindl-Kalecki.

Ainda que poupança e investimento sejam macroeconômicas, tais agregados não se igualam na mesma temporalidade, isto é, em um sentido estático. Esta igualdade se dá ao longo de um processo dinâmico, no qual primeiro os capitalistas investem e lucram, e somente depois poupam. Esta visão está presente em Keynes, mas Tavares procura explicitá-la partindo de Kalecki, ou melhor, da máxima de que “os capitalistas ganham o que gastam”.

Ora, eles [os capitalistas] gastam em investimento e em consumo e é seu nível de gasto efetivo que determina o montante gerado de lucros num período de produção. Não podem decidir o que lucram, nesse período; só podem decidir o que gastam, e, em particular, o que investem. Os lucros dependem do ritmo dos investimentos já realizados nos períodos anteriores; quanto mais investem “no presente” mais lucrarão no “futuro” e, portanto, mais poderão “poupar” no tempo. Daí o aparente paradoxo de uma leitura keynesiana, estática, da igualdade entre Poupança e Investimento. Na verdade, em termos dinâmicos, quanto mais gastam (hoje) mais “poupam” (depois) e quanto mais poupam (hoje) menos lucram, isto é menos poupam efetivamente (depois). (Tavares, 1978, p. 33)

Os problemas da identidade entre poupança e investimento são, em grande medida, creditados aos vícios neoclássicos das leituras keynesianas⁸³. A superação destes percalços interpretativos requer, no entender da autora, alguns esclarecimentos sobre o conceito de

⁸³ Sobre este ponto, afirma Maria da Conceição Tavares: “O conceito de poupança ex-ante é uma das maiores armadilhas montadas contra a Teoria Keynesiana. Este vício estático de raciocínio, juntamente com a versão de Hicks do pensamento de Keynes e sua reinterpretação em *Mr. Keynes and the classics: a suggested interpretation* (1937), acabou por produzir essa “generalização neo-neoclássica” que aí está, dos esquemas IS-LM, que reintroduzem a taxa de juro no centro da análise, promovendo a igualdade entre poupança e investimento, justamente aquilo contra o qual se havia levantado o pensamento de Keynes” (Tavares, 1978, p. 35, nota 22)

poupança nos marcos da tradição keynesiana, mais fiel à obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

No afã de fazer uma limpeza conceitual para superar os problemas teóricos, a autora trabalhará com três conceitos de poupança: a “poupança desejada”, a “poupança potencial” e a “poupança efetiva”. A ideia de “poupança desejada” nos remete à concepção mais ampla de poupança. “*Pode ser interpretada como um ‘não-consumo’, como entesouramento, como um fundo a ser aplicado no financiamento do investimento*” (Tavares, 1978, p. 33). Na verdade, como dirá a autora, é o conceito de poupança trabalhado por Keynes, que se limitou a dizer que era “derivada de uma propensão psicológica” e que era “uma função da renda presente”, mas “não explicitou claramente em qual dos sentidos estava utilizando o conceito” (Idem, *Ibidem*). Neste sentido, a autora sugere abrir mão deste conceito em favor de outro mais preciso: a poupança potencial.

Do meu ponto de vista, para compatibilizar o conceito de poupança com o de investimento num “modelo de equilíbrio temporário agregativo”, tem-se que considerar não a “poupança desejada” (derivada de uma propensão psicológica), mas a “poupança potencial”. (Tavares, 1978, p. 34)

A poupança potencial é a parcela da renda global não consumida que pode ou não se constituir um fundo para financiar o investimento. Se esta parcela da renda for utilizada para financiar o investimento, a autora dirá que a poupança potencial se converte em poupança efetiva. Nestes termos, a poupança efetiva é aquela que é idêntica ao investimento em termos agregados.

Entretanto, se parcela da poupança potencial for entesourada ou canalizada para aplicações financeiras, isto é, aplicada em títulos para valorização financeira, ela será desviada do circuito da renda real, acarretando redução da demanda efetiva, da renda real e da poupança efetiva – trata-se do que a autora denominou de “poupança financeira”⁸⁴.

A poupança financeira interna global (..) é um montante de saldos de ativos financeiros (caderneta de poupança, títulos do Tesouro, letas de câmbio, certificados de depósitos bancários) que corresponde a aplicações de famílias, de empresas e de governo. Estas aplicações, contudo, **não têm necessariamente uma contrapartida direta na produção nem na renda nacional**. (Tavares, et. al, 1982, p.38 – grifos nossos)

Em sua tese de 1978, este último conceito não é explícito, apesar de já estar presente:

⁸⁴ Todos esses conceitos são bastante evidentes em sua tese de 1978, porém no importante artigo escrito em 1982 “*A Questão da Poupança: Desfazendo Confusões*” – escrito em parceria com José Carlos de Assis e Aloisio Teixeira – a autora volta a esta questão de forma mais explícita.

...ela [a poupança potencial] pode ser “entesourada”, aplicada em títulos para valorização financeira, enfim, “desviada” do seu “potencial macroeconômico” e, portanto, não se realizar, com o que ocorrerá uma perturbação no circuito da renda real que provocará um “desequilíbrio”, o qual se converterá numa redução da “demanda efetiva” e da “renda real” e, por consequência, da “poupança efetiva”. (Tavares, 1978, p. 34)

O objetivo da autora é desmistificar as teses neoclássicas, segundo as quais o problema dos investimentos resulta, antes, de problemas de insuficiência de poupança. Tavares procura defender que as flutuações do investimento real, ao longo dos anos, tendem a estar dissociadas do comportamento da poupança financeira, tendo em vista que “...as motivações da poupança financeira não são as mesmas do investimento”. (Tavares, et. al., 1982, p. 41). Os saldos líquidos (das empresas, governos e famílias) “não apenas não se transformam automaticamente em investimento, como, ao contrário, sua valorização recorrente no circuito financeiro apresenta-se às empresas como aplicação alternativa ao investimento” (Idem, *ibid.*, p. 40). No caso da poupança das famílias este ponto é mais evidente, tendo em vista que quando os trabalhadores poupam não estão contribuindo para as decisões de investimento.

...quando os assalariados se endividam, estão não só afetando a distribuição de lucros no interior do circuito intercapitalista, mas, também, contribuindo para sua realização plena, vale dizer, a compra de uma produção já existente. Não estão “diminuindo a poupança” através do “excesso de consumo”; ao contrário, estão ajudando a realizar os lucros e por isso permitindo que a “poupança potencial” se efetive. (Tavares, 1978, p. 39)

Logo, é a decisão de investimento que é soberana no circuito de determinação da renda e da própria poupança, e não o contrário – esta é a ideia fundamental desta discussão em Keynes. Lemos (2010) é bastante enfático ao enfatizar este aspecto no pensamento de Conceição Tavares.

Nesta perspectiva, o ponto essencial e central é o de que a poupança é determinada pelo investimento, reproduzindo-se não apenas o conceito de demanda efetiva, mas uma argumentação específica tomada diretamente de Keynes. Como corolário, fica estabelecido que o papel da poupança não é o de financiar o investimento, já que é determinada por ele, bem como não faz sentido a ideia conservadora, baseada no senso comum, da escassez de poupança como entrave ao desenvolvimento. (Lemos, 2010, p 71).

A questão da poupança e do investimento é trabalhada na abordagem Steindl-kaleckiana de uma perspectiva muito mais clara na opinião da autora. Diante do exposto no item 3.2.2., vimos que as decisões de investimento são baseadas em três parâmetros: os lucros acumulados, o nível de utilização da capacidade instalada e as variações do nível de endividamento dos capitalistas (Tavares, 1978, p. 35). Neste sentido, a decisão de investimento é tomada com base em recursos próprios e, fundamentalmente, com recursos de terceiros. “O que é importante levar em conta é que os capitalistas individuais, sozinhos, não

podem levar a cabo apenas com suas poupanças prévias, isto é, seu capital, todo o processo de investimento” (Tavares, 1978, pp. 35-6)

O endividamento das empresas, ou financiamento do investimento, “surge da multiplicação das relações de débito e crédito do conjunto da economia” (Ibid. p.36), que têm, por um lado, as poupanças excessivas das famílias e empresas (transformadas em ativos financeiros) e, por outro, os passivos de outras empresas (bancos) e do Estado, isto é, por um processo de alavancagem (ou de criação moeda). Como procuraremos demonstrar no próximo capítulo, o capital financeiro surge deste processo de transformação contábil dos ativos e passivos que perpassa o sistema financeiro. Aqui, basta ressaltarmos que o crescimento do crédito, ou “da dívida das empresas, das famílias e, sobretudo do Estado” tende a superar “de longe o valor do crescimento da produção, do consumo e do investimento privado e público” (Tavares, 1978, p. 37) – o que terá sérias implicações sobre a crise de crédito.

Diante da crescente necessidade de endividamento das empresas em suas decisões de investimento, Conceição Tavares ressalta que a crise se manifesta como uma “crise de crédito”, cuja raiz – segundo Tavares – está no lado dos determinantes do investimento.

As duas caras do capital (a real e a financeira) que andavam juntas, uma sustentando a outra, valorizando-se mutuamente no processo de produção, com o lucro sendo distribuído entre ambas, de repente se separam. O sistema financeiro tem o mau hábito de só gostar de emprestar aos negócios produtivos quando estes vão bem; quando vão mal prefere especular, isto é, entregar-se de corpo e alma ao “negócio do dinheiro”. (...) é a isto que se denomina “crise de crédito” ou, em linguagem keynesiana, o aumento da “preferência pela liquidez”. (Tavares, 1978, p. 38)

Sobre este ponto, Tavares procura desfazer algumas confusões entre taxa de juros, endividamento e ciclo de investimento. A autora chama atenção para o fato de que não é um movimento autônomo da taxa de juros que provoca uma queda nos investimentos, mas essencialmente uma alteração do estado de confiança dos empresários⁸⁵.

Keynes coloca com clareza, do lado dos determinantes do investimento e não do lado do problema da liquidez e da elevação da taxa de juro, a reversão do ciclo. Mesmo que a liquidez fosse muito grande e a taxa de juro muito baixa, ninguém obrigaria ninguém a tomar dinheiro para fins de investimento produtivo se a sua rentabilidade esperada tivesse declinado (trata-se da famosa armadilha da liquidez).

Entretanto, como o investimento é altamente dependente do endividamento, na fase ascendente do ciclo, as empresas se alavancam independentemente da taxa de juros. Na fase descendente (quando os juros estão elevados) a carga financeira da dívida provoca um colapso financeiro das empresas mais débeis.

⁸⁵ Afinal, “É a queda no nível de investimento que determina a queda na taxa de lucro efetiva e não o contrário” (Tavares, 1978, p. 28).

Enquanto o investimento tiver boas perspectivas, porém, suporta a elevação da taxa de juro e o movimento de endividamento. A carga da dívida (interna e externa) só se torna intolerável quando o ritmo de investimento declina, por se esgotarem os movimentos cumulativos que levaram ao auge. Aí o investimento cai rapidamente e a crise financeira se manifesta. O movimento especulativo se acelera aumentando violentamente a preferência pela liquidez. O endividamento e a crise do crédito corrente atingem o capital de giro das empresas e provocam uma liquidação financeira das mais débeis. Segue-se uma retração ainda maior do crédito interno e externo, que acaba por atingir algumas grandes empresas, devedoras de grandes bancos. A crise de crédito atinge o auge e provoca a liquidação compulsória de posições ativas e passivas “fictícias” que se avolumaram na etapa especulativa. (Tavares, 1978, p. 42)

Andrade e Silva ajudam, com precisão, a esclarecer este ponto em Tavares:

Assim, enquanto as expectativas que guiam as decisões de investimento forem alvissareiras, as decisões de endividamento continuam, mesmo em caso de elevações nas taxas de juros. Se os investimentos declinarem (e com eles a renda), a carga da dívida torna-se insuportável e a crise financeira se manifesta, aumentando a preferência pela liquidez dos agentes. A crise atinge, de início, as empresas financeiramente mais frágeis e, dependendo de sua intensidade, pode, através de um efeito dominó, atingir empresas maiores e os grandes bancos financiadores destas. (Andrade e Silva, 2009, p. 18)

Na verdade, os autores chegam a perceber um “tom minskyano” na leitura keynesiana de Tavares. Ainda que concordemos, a demonstração teórica deste ponto extrapolaria demais os limites deste trabalho, ficando como sugestão para futuros estudos.

APÊNDICE – Aspectos formais do modelo trissetorial, dinâmica capitalista e distribuição de renda em Kalecki⁸⁶

- Modelo Simplificado

O modelo trissetorial de Kalecki divide a economia em três departamentos (DI, DII e DIII) que são responsáveis, respectivamente, pela produção de bens de capital (expressão dos investimentos brutos), dos bens de consumo capitalistas e dos bens de consumo dos trabalhadores – a renda gerada em cada departamento é composta por lucros e salários, de modo que a renda nacional pode ser expressa de duas formas⁸⁷:

$$Y = I + Cc + Cw \quad (1)$$

sendo,

$$I = P_1 + W_1 \quad (\text{Produção de DI})$$

$$Cc = P_2 + W_2 \quad (\text{Produção de DII})$$

$$Cw = P_3 + W_3 \quad (\text{Produção de DIII})$$

Onde, P_n = lucros gerados no departamento n ; W_n = massa de salários do departamento n ; I = Investimento bruto; Cc = consumo dos capitalistas (ex-bens de capital); Cw = consumo dos trabalhadores.

Alternativamente, a renda também pode ser expressa da seguinte forma:

$$Y = P + W \quad (2)$$

sendo,

$$P = P_1 + P_2 + P_3 \quad (\text{Massa de lucro})$$

$$W = W_1 + W_2 + W_3 \quad (\text{Massa de salários})$$

Igualando (1) e (2), temos

$$P + W = I + Cc + Cw \quad (3)$$

Supondo a inexistência de poupança –, isto é, que a massa de salários (W) equivale ao consumo dos trabalhadores (Cw) –, constata-se que os lucros de uma economia capitalista equivalem à produção do DI e DII, ou, aos investimentos e consumo dos capitalistas:

$$P = I + Cc \quad (4)$$

⁸⁶ Este apêndice é feito com base nas considerações de Miglioli (2004).

⁸⁷ Kalecki considera uma economia fechada e sem governo. Miglioli (2004 – cap. 17) retira tais restrições e mostra que elas não alteram em nada o modelo kaleckiano. Assim sendo, preferimos mantê-las para fins de simplificação expositiva.

Entretanto, Kalecki chega a este mesmo resultado partindo de DIII. O valor da produção deste departamento, como visto acima, equivale a $P_3 + W_3$. Os trabalhadores deste mesmo departamento consomem os bens aí mesmo produzidos (no valor de W_3), restando no departamento os bens de consumo no valor de P_3 (que são adquiridos pelos trabalhadores dos departamentos I e II, no valor de W_1 e W_2). Desta forma, temos que o lucro dos capitalistas do DIII é determinado pelos salários dos trabalhadores dos DI e DII.

$$P_3 = W_1 + W_2 \quad (5)$$

Acrescentando P_1 e P_2 à equação (5), chegamos à massa total de lucros:

$$P = P_1 + P_2 + W_1 + W_2 \quad (6)$$

Lembrando que $P_1 + W_1$ equivale aos investimentos totais e que $P_2 + W_2$ representa o consumo dos capitalistas, chegamos novamente a

$$P = I + C_c \quad (7)$$

- Dinâmica Capitalista

No modelo simplificado – isto é, considerando dada a distribuição de renda – são os investimentos e o consumo capitalista que determinam o lucro. A distribuição de renda expressa a participação dos salários na renda, o que pode ser verificado setorialmente da seguinte maneira:

$$w_1 = \frac{W_1}{I}; w_2 = \frac{W_2}{C_c}; w_3 = \frac{W_3}{C_w} \quad (8)$$

Sabendo que a equação (5) pode ser reescrita como $P_3 = C_w - W_3$ (9), chegamos a

$$P_3 = \left[C_w - \frac{W_3}{C_w} (C_w) \right] \quad (10)$$

e, portanto, a

$$P_3 = \left[\left(1 - \frac{W_3}{C_w} \right) (C_w) \right] \quad (11)$$

Substituindo (8) e (11) em (9) temos:

$$(1 - w_3) C_w = w_1 I + w_2 C_c \quad (12)$$

que, finalmente, pode ser reescrita como

$$C_w = \frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3} \quad (13)$$

- Determinantes da distribuição de renda em Kalecki

Até agora considerou-se dada a distribuição de renda, de modo a tornar claro o argumento central de Kalecki de que a dinâmica da economia capitalista está nas mãos dos próprios capitalistas. Para relativizar a constância da distribuição de renda, Kalecki sugere que é necessário partir da composição dos preços dos produtos ou, agregadamente, da composição do valor da produção:

$$V = M + W + P \quad (14)$$

Onde V = valor bruto da produção; M = valor total dos insumos utilizados; W = montante de salários; P = montante de lucros brutos

Para deduzir a equação da distribuição de renda, é necessário achar a relação entre valor da produção e custos totais ($M+W$), denominada de (k):

$$k = \frac{V}{M + W} \quad (15)$$

A partir da equação (15) podemos reescrever a equação (14) da seguinte forma:

$$V = k(M + W) \quad (16)$$

Sabendo que $P = V - M - W$, à luz da equação (16) podemos chegar em:

$$P = k(M + W) - M - W \quad (17)$$

que pode ser reescrita como

$$P = (k - 1)(M + W) \quad (18)$$

Lembrando que o valor adicionado é a soma de salários e lucros, $Y = W + P$ (19), podemos substituir (18) em (19) e obter:

$$Y = W + (k - 1)(M + W) \quad (20)$$

Como a distribuição de renda é expressa pela relação $\frac{W}{Y}$, temos:

$$w = \frac{W}{W + (k - 1)(M + W)} \quad (21)$$

Dividindo o numerador e parte do denominador por W ,

$$w = \frac{1}{1 + (k - 1)\left(\frac{M}{W} + 1\right)} \quad (22)$$

Denominando a relação entre os insumos produtivos e o montante de salários de j , chegamos à versão final da equação de distribuição de renda em Kalecki (1954, pp. 21-2),

$$w = \frac{1}{1 + (k - 1)(j + 1)} \quad (23)$$

A equação (23) torna clara a compreensão de que quanto maiores forem as magnitudes de k e j , menor será a grandeza de w , isto é, a participação do salário na renda. Dito de outra forma, sendo $k = \frac{V}{M+W}$, dados os custos de insumos ($M+W$), quanto maior for a magnitude de k , maior será o valor da produção e também maior será o lucro, pois $P = V - (M + W)$. Assim, quanto maior k , menor será a participação dos salários na renda. Supondo k constante, quanto maior for o valor dos insumos em relação aos salários, isto é, quando maior for o fator j , maior será o valor da produção e dos lucros em relação aos salários. Logo, a distribuição de renda é dada pelos fatores k e j .

Capítulo 4 – Acumulação de Capital e as influências de Marx em Conceição Tavares

Discutimos no capítulo anterior a importância de Keynes e Kalecki no pensamento de Tavares, especialmente em sua análise sobre a dinâmica capitalista, onde procuramos discutir o afastamento teórico da autora em relação as teorias que enfatizam: a tendência à estagnação do capitalismo; os limites da acumulação em decorrência da elevação dos salários; e a tendência do sistema ao crescimento (setorial) equilibrado e estável. Neste sentido, o princípio da demanda efetiva, enquanto lei geral da dinâmica capitalista, se torna uma pedra angular sobre a qual se assenta a visão econômica da autora.

Entretanto, a reinterpretação teórica de Conceição Tavares do debate do desenvolvimento capitalista, especialmente a contemporaneidade de seus movimentos gerais, também passa por um diálogo aprofundado com Marx. O enfoque de Tavares é completamente diferente do da Cepal e de outros autores neomarxistas, tendo em vista que, no afã de repensar o capitalismo contemporâneo, a autora não parte do conceito de “excedente”, mas sim do de lucro e, desta forma, parte do **capital enquanto sujeito de relações sociais de dominação**, e não do capital apenas como um simples fator de produção – o que representa uma mudança radical em relação à abordagem cepalina, por exemplo. O pontapé inicial da discussão em Marx não poderia ser outro, tendo em vista que a preocupação com o lucro se justifica pelo fato de que dele depende o movimento do processo capitalista (o que não deixa de explicitar uma leitura kaleckiana em sua abordagem).

Tavares refuta novamente as interpretações subconsumistas, tão comuns ao pensamento latino-americano. “Sem querer desprezar o apelo ético que a luta contra a pobreza tem e deve ter entre todos nós, e na qual me incluo acompanhando os autores progressistas, **minha visão do “excedente” e da natureza do lucro é completamente diferente**” (Tavares, 1978, p. 50 - grifos nossos).

Em sua visão, as teorias que partem da discussão da repartição do “excedente” não conseguem captar o que é fundamental em uma análise de economias contemporâneas: a natureza capitalista do processo de produção e, portanto, as verdadeiras origens (complexamente determinadas) do lucro. Esta discussão se torna importante porque prepara o terreno para um salto interpretativo sobre o desenvolvimento capitalista no pensamento da autora, ao mesmo tempo em que nos oferece insumos para compreender a forma pela qual ela se distingue no debate econômico de orientação marxista.

Em uma passagem, Tavares procura explicitar sua discordância em relação aos enfoques “neomarxistas” e “neoclássicos” e, implicitamente, aos cepalinos.

A utilização do conceito de “excedente” para substituir o de lucro tem dado lugar também a variantes não-marxistas contemporâneas, de raízes ricardianas ou mesmo neoclássicas, que discutem a “apropriação social do excedente” como decorrente de uma relação de dominação ou de poder, encontrável em todas as sociedades. Trata-se, portanto, de uma visão a-histórica de uma sociedade sem classes – exceto pela designação geral de setores “dominantes” e “dominados”. A “luta de classes” passa a ser, em quaisquer circunstâncias históricas, regimes e sociedades, uma luta pela distribuição do consumo. O problema da forma assumida pelas relações de produção que dão lugar, no capitalismo, ao aparecimento do **lucro capitalista**, com sua historicidade e seu desenvolvimento contraditório, fica assim reduzido a uma luta pela distribuição do excedente que termina numa luta pela distribuição do consumo. O capital, como objeto, expressão e “sujeito” destas relações sociais de dominação, desaparece como por encanto. *A luta pela justiça social passaria a ter como paradigma geral e universal a distribuição do excedente e o combate ao consumo conspícuo das classes dominantes e de suas associadas, as classes médias* (Tavares, 1978, pp. 48-9 – grifos no original, itálico nossos).

Em uma discreta nota de rodapé a autora inclui Celso Furtado na crítica de utilização do lucro enquanto um excedente, o que reforça nossa hipótese de que também há um debate oculto com as teses da Cepal neste ponto. “Esta visão é partilhada, embora com nuances e linguagens distintas, por um grande número de economistas, com passado e procedências teóricas divergentes. O Prof. Celso Furtado é, junto com Baran, um dos primeiros economistas contemporâneos a introduzir analiticamente o conceito de excedente. Fê-lo, porém, para estudar o subdesenvolvimento e dar-lhe status teórico. Entretanto, em seu livro *Prefácio à economia política* (1976) transforma o conceito de “excedente” num paradigma” (Tavares, 1978, p. 48)

O que interessa à autora é reinterpretar a dinâmica do capitalismo mundial, e brasileiro em particular, com base em novos conceitos da economia política. A centralidade do conceito de capital enquanto “relação social de produção” permitirá à autora analisar a economia enquanto uma economia capitalista, em sua dinâmica contraditória e cíclica. Para tanto, Tavares promove uma leitura própria de “O Capital”, investigando as origens do lucro no processo de produção e de circulação.

Neste capítulo temos o objetivo de trabalhar a interpretação marxista de Conceição Tavares, de modo a subirmos mais uns degraus na construção de sua economia política. Entretanto, acreditamos ser conveniente fazer algumas considerações introdutórias sobre as interpretações marxistas da teoria do valor para melhor enquadrarmos as teses de Conceição Tavares no âmbito do pensamento marxista.

4.1. Conceição Tavares e as interpretações da teoria do valor

Em sua resenha crítica, Saad Filho (2011) subdivide a teoria marxista do valor em duas grandes correntes interpretativas: a do ‘trabalho incorporado’ e a das ‘teorias da forma valor’. A discordância entre elas se deve às nuances quanto à importância e relevância que cada uma delas dá à relação valor-trabalho.

No caso da corrente do ‘trabalho incorporado’, o autor ainda destaca outras duas ramificações: o “marxismo tradicional” e as “análises sraffianas”, que reservam nuances entre si, mas convergem em um ponto fundamental: ambas contribuíram para a interpretação de Marx como um ricardiano menor e, como pretendemos demonstrar adiante, este é o ponto nevrálgico de crítica das teses de Conceição Tavares.

Para os autores ligados ao marxismo tradicional⁸⁸ a principal contribuição da teoria do valor “...é a análise da exploração capitalista” (Saad Filho, 2011, p. 44). De acordo com esta análise o lucro depende da determinação dos preços, que, por sua vez, depende da quantidade de trabalho incorporado. O foco de estudo do capitalismo recai em seu caráter exploratório, e não no fato de se tratar de uma economia monetária. “Isso implica que a moeda é um véu, e que uma teoria da moeda é desnecessária” (Saad Filho, 2011, p. 44).

Ao defenderem que os preços derivam dos valores (ou da quantidade de trabalho incorporado), os autores desta interpretação se equivocam teórica e historicamente na opinião de Saad Filho.

A troca generalizada pelos valores nunca existiu porque, em geral, os produtos se tornam mercadorias apenas no capitalismo. Além disso, (...) apesar de Marx frequentemente lançar mão de estudos históricos para explicar argumentos teóricos complexos ou para traçar a evolução de importantes categorias analíticas, o único modo de produção que ele analisa sistematicamente em *O capital* é o capitalismo. (Ibid., p. 46)

Nas análises sraffianas⁸⁹, a ênfase recai sobre as articulações entre os sistemas de valor e preço, buscando ressaltar as falhas dos chamados “exercícios marxistas da transformação dos valores em preços de produção” em relação à determinação do valor em Ricardo. Além de colocar a questão da moeda em segundo plano, o maior problema destas interpretações é a miopia de não considerar o trabalho como uma mercadoria especial, que gera valor. “...a representação sraffiana de Marx não consegue distinguir entre o papel do trabalho e o de

⁸⁸ Maurice Dobb, Paul Sweezy e E. Meek são alguns dos principais autores que compõem este ramo do marxismo.

⁸⁹ Representada pelos trabalhos de Bortkiewicz, Dmitriev, Seton e Tugan-Baronovsky, além, é claro, do próprio Sraffa.

outros insumos e, portanto, não pode demonstrar que o trabalho cria valor e é explorado, mais do que qualquer outro insumo...”⁹⁰ (Saad Filho, *Ibid.*, p. 47).

Por outro lado, as Teorias da Forma do Valor foram desenvolvidas nos anos 1970, e são fruto de uma reação aos “excessos” sraffianos e também pela redescoberta ocidental da interpretação da Teoria Marxista do valor proposta por Isaak Illich Rubin. Este autor chama atenção para os aspectos mercantis do capitalismo, com destaque para a divisão social do trabalho – que ocorre porque os produtores tornam-se independentes, vale dizer, são separados no processo produtivo. Essa forma de produção social define o caráter histórico especial deste sistema. Saad Filho demonstra que esta corrente também se subdivide em duas ramificações: as teses de Rubin propriamente e a chamada “Nova Interpretação”. Começemos pelas considerações de Rubin.

São vastas as contribuições de Rubin ao pensamento marxista, porém duas merecem nota em sua opinião. Em primeiro lugar, Rubin ressaltou que o trabalho abstrato é trabalho social formado indiretamente através da venda, o que permite uma crítica ao caráter a-histórico das abordagens do trabalho incorporado. Rubin tirou o foco das análises marxistas da questão de valores e preços e procurou destacar as relações de produção do sistema, não enquanto relações técnicas, mas enquanto **relações sociais**. Sua segunda contribuição, que aqui nos importa, está na ênfase dada à moeda para a teoria do valor, e sua importância é revelada tendo em vista que o valor só se manifesta através do preço. Neste caso, a maior contribuição de Rubin ao pensamento marxista foi ter facilitado o ressurgimento do interesse na análise monetária de Marx.

A despeito dos avanços fundamentais, a análise de Rubin também contém alguns limites analíticos não pouco relevantes. Na opinião de Saad Filho, o principal deles é a subordinação das relações capitalistas de produção às relações simples de valor, e deste ponto de vista o autor contribuiu muito pouco para a crítica do capital e do capitalismo, e de seu movimento dinâmico especialmente – críticas essas que dão lugar à “Nova Interpretação”, que surge no início dos anos 1980 com Michel Aglietta, Gérard Duménil e Duncan Foley. Esta corrente defende o emprego de categorias marxistas em análises empíricas, mantendo-as em nível agregado (isto é, macroeconômico), afastando os problemas associados com a transformação dos valores em preços. Tais autores enfatizaram a igualdade entre lucro total e

⁹⁰ Uma reconstituição teórica das críticas à interpretação de Sraffa não será realizada aqui, por extrapolar os objetivos da discussão a qual pretendemos fazer e também porque este trabalho já fora realizado por Belluzzo (1975 – especialmente o capítulo 2). Saad Filho (2011 – capítulo 2) também faz uma abordagem crítica a esta concepção.

a mais-valia, mostrando que “...o lucro é apenas mais-valia redistribuída” (Saad Filho, 2011, p. 54).

As considerações teóricas de Conceição Tavares no campo marxista se inserem nos anos 1970, portanto antecedem os autores da “Nova Interpretação”, ainda que a autora tenha percorrido a mesma problemática: a crítica do capital e do capitalismo. Mais especificamente, sua preocupação central era tornar mais compreensíveis “os problemas concretos do capitalismo contemporâneo”.

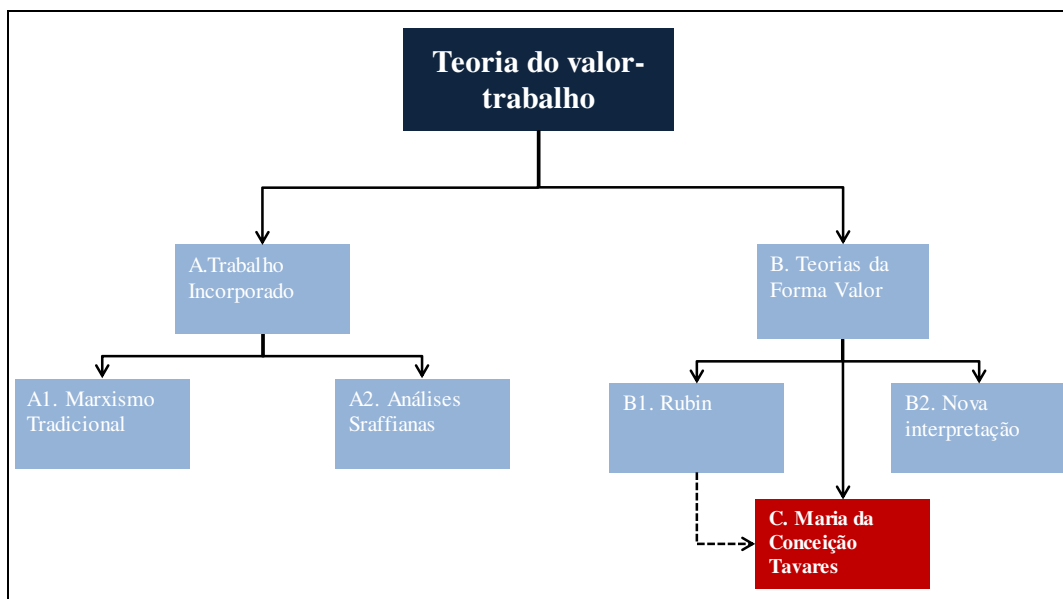
A “Crítica da Economia Política”, que voltou à moda ultimamente, requer, porém, um entendimento mais profundo e “radical” dos problemas do capitalismo contemporâneo. Não se pode usar Marx e alguns de seus poucos grandes seguidores para convertê-los em “economistas” e, muito menos, para empobrecer os seus conceitos mediante uma análise mecânica ou pretensamente científica dos problemas. (Tavares, 1978, pp. 11-2)

O método de Tavares, neste ponto, implica, em primeiro lugar, criticar (ainda que discretamente) as interpretações marxistas consideradas incorretas (isto é, as teorias do trabalho incorporado e as análises sraffianas) e, posteriormente, apresentar sua “...própria visão de alguns problemas da Teoria do Valor e do Capital” (Tavares, 1978, p. 49).

As duas ideias mais frequentes no debate “neomarxista” contemporâneo sobre a teoria do valor apresentam o conceito de lucro quer como “apropriação prévia do sobretrabalho”, quer como “excedente” da produção real sobre o consumo necessário dos trabalhadores. Estas interpretações representam, a meu juízo, um dos maiores equívocos do pensamento progressista e encerram-no numa “armadilha teórica” sem saída. O lucro, definido de qualquer destes modos, adquire um caráter estático de “dedução” ou “resíduo” que, no meu entender, se afasta da visão marxista da teoria do valor em seu propósito fundamental que é o de uma teoria da valorização do capital. (Ibid., 1978, p. 47)

No Quadro 3 procuramos sintetizar as principais correntes e ramificações da teoria do valor-trabalho, com destaque para o enquadramento teórico de Maria da Conceição Tavares no debate mais amplo.

Quadro 3 – Ramificações das interpretações da Teoria do Valor de Karl Marx



A autora se apoia nas contribuições fundamentais de Rubin à teoria marxista do valor (característica social das relações de produção e a importância da moeda) e daí parte para sua própria interpretação, compartilhando com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo sua análise da Teoria do Valor como “Teoria da Valorização do Capital”. Esta interpretação consiste em ressaltar o capital como um processo de valorização e, assim, a lei do valor passa a ser interpretada como lei do movimento do capital. Nesta interpretação, a constituição complexamente determinada do lucro se torna o ponto de partida da análise da autora, ponto que desenvolveremos no próximo item.

4.2. A leitura de O Capital proposta por Conceição Tavares*

Segundo Tavares (1978) a base da teoria do valor é mostrar que o capital comanda o processo social de trabalho, submetendo os trabalhadores ao processo produtivo sem fazer uso da violência, isto é, obrigando-os a trabalharem voluntariamente, em troca de uma remuneração, um salário, a ser recebido após sua utilização no processo produtivo – o que pressupõe uma dimensão histórica da análise. A ideia implícita da autora é a de que o valor não é, para Marx, a essência da naturalidade da sociedade, mas apenas **a forma da sociabilidade capitalista**.

* As observações contidas neste item e nos subsequentes se derivam, em grande parte, das notas de aulas do curso ministrado no Instituto de Economia (Unicamp) pelo Professor José Carlos Braga.

No processo produtivo, há uma trama de fundo, que é invisível. Para além daquilo que lhe é explícito, isto é, a produção de mercadorias, a produção capitalista implicitamente incorpora nelas um valor excedente advindo da utilização da força de trabalho não é paga ao trabalhador (a mais-valia). Rompe-se a equivalência entre capitalistas e trabalhadores na compra e venda de força de trabalho e é daí que se origina (histórica e socialmente) o lucro – este é o ponto de partida para se compreender o movimento geral da lei do valor como lei de valorização do capital (ou como lei da produção de mais-valia).

Na perspectiva marxista da lei do valor como “lei de valorização”, o processo de produção capitalista pressupõe a submissão da força de trabalho, mas seu ponto de partida é o capital já constituído e, portanto, o trabalho como sua “apropriação”. O lucro pressupõe a valorização (em dinheiro) de todos os elementos do capital que foi avançado. O capital variável pressupõe a “valorização” da força de trabalho (os salários pagos à mercadoria “força de trabalho”) e o capital constante, a valorização dos meios de produção (o valor das matérias-primas e dos equipamentos produzidos no período de produção). (Tavares, 1978, p. 56)

Ainda que trabalhada pela autora, esta interpretação parece mais acabada em Belluzzo:

A descoberta de que a lei do valor se impõe, sob o regime de produção capitalista, como lei da produção de mais valia significa que ela continua a expressar, sobre uma forma transfigurada, as relações capitalistas de produção, como formas desenvolvidas das relações mercantis. E assim como a lei do valor, na sociedade mercantil simples, garantia que o ‘quantum’ total de trabalho consumido se repartisse entre os diversos setores da produção, em proporções tais que permitissem a reprodução anual da sociedade como produtora, da mesma maneira **a lei da mais-valia, forma capitalista da lei do valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações**. Por isso, num sentido bem mais profundo do que aquele que os economistas costumam atribuir à expressão, **é a lei fundamental do movimento do modo capitalista de produção, enquanto lei que define a especificidade desse movimento**, em oposição aos modos de produção anteriores. Trata-se da lei interna de um regime de produção “que não está ligada a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades”, senão unicamente às necessidades de autovalorização do capital. **Extraindo mais-valia da massa de produtores diretos que submete, o capital não apenas se acrescenta como também repõe suas próprias condições de existência**. (Belluzzo, 1975, pp. 108-9 – grifos nossos)

Para Conceição Tavares este valor excedente criado na produção é a base do lucro capitalista, no sentido de **ser apenas um ponto de partida para se compreender sua natureza (sua origem)**. Todavia, a determinação do lucro (ou o movimento de valorização do capital), em sua opinião, vai além da mais-valia. Trata-se de um processo mais complexo, e a autora fornece duas razões para explicar este ponto.

Em primeiro lugar, o lucro é resultado de um movimento global da produção capitalista, sendo que o dinheiro exerce uma função ativa neste processo. A segunda razão corresponde, basicamente, a simples razão “contábil”. Iniciemos pelo primeiro ponto.

i. Com vistas a apreender a totalidade das múltiplas determinações da taxa de lucro, Maria da Conceição Tavares, apenas para fins pedagógicos, divide o movimento do capital em três órbitas: a da produção, da circulação e a financeira. Na primeira se dá a produção de mercadorias, onde se determina a taxa de mais-valia no processo produtivo (levando-se em consideração a composição técnica e orgânica do capital). A segunda órbita é representada pelo movimento da circulação de mercadorias, onde se realiza a mais-valia gerada na primeira órbita – formando a taxa média de lucro do capital. O terceiro e último movimento do capital, segundo Tavares, se dá através da transformação do capital em uma mercadoria especial, o dinheiro. Neste instante, o capital valoriza a si mesmo simplesmente por ser valor, e tal valorização é possibilitada na esfera monetário-financeira da economia, prescindindo do movimento da produção (D-M-D’). O movimento desta órbita, portanto, é o D-D’. É neste instante, considerando integrada e indissociavelmente estes três movimentos, que o capital terá a sua **taxa efetiva de lucro** – sendo considerada, assim, tanto a rentabilidade do resultado operacional (órbitas um e dois) como das operações financeiras (órbita três). Aqui, o objetivo da autora é mostrar que o lucro não pode ser deduzido da mais valia, embora esta seja a sua origem. Como aponta a autora, a natureza do lucro é complexamente determinada pelo movimento interligado e interdependente destas três órbitas.

A “separação” entre a órbita da produção onde se “gera a mais-valia” –, a órbita da circulação de mercadorias – o “mercado” onde se realiza a “mais-valia” – e a órbita da circulação do capital-dinheiro – onde o capital se converte em sua forma mais “aparente” – são separações muito perigosas, que só podem ser feitas com intuítos analíticos claros. Isto é, com clareza sobre o método de “separação” marxista. As órbitas só são “separadas” para ser “refeitas”, para entender que o lucro e o capital são fenômenos globais que não passam sem nenhuma delas. (...) A “separação” das órbitas equivale, portanto, ao movimento de abstração que permite, posteriormente (como um movimento lógico), empalmar a articulação concreta, sem a qual seria ininteligível o lucro. (Tavares, *Ibid.*, pp. 54-5 – grifos nossos)

ii. Em relação à segunda razão, a razão contábil, devemos considerar que, para a autora, esta economia é uma economia monetária e a mais valia está em seu plano de fundo (no inconsciente), sendo impossível quantificá-la⁹². Destarte, para Tavares, não há sentido nos

⁹² Tais termos (economia monetária e a dimensão “inconsciente” da mais-valia) não constam explicitamente em Tavares (1978). Entretanto, a utilização deles torna a mensagem da autora mais clara. Uma economia monetária de

exercícios de transformação do valor (nos quais, como vimos, insistem algumas vertentes do marxismo), pois, para a autora, só servem para ‘obscurecer’ a compreensão da lei do valor como lei de valorização do capital. Neste sentido, Tavares repele as interpretações que procuram tratar Marx como um ricardiano menor, ao mesmo tempo em que procura ressaltar o capitalismo enquanto uma economia monetária, embora tenha uma trama de fundo (“incomensurável”), que é a mais-valia. O lucro capitalista, demonstra a autora, provém do processo de reprodução em escala ampliada do capital – daí a articulação deste processo com a acumulação ser algo central para Tavares.

O lucro é inerente ao processo de produção capitalista completo, e como tal não pode ser “deduzido” da “mais-valia” ou do “excedente”, nem contabilizado pelo número de horas do “sobretalho”. A “conversão” “sobretalho” em mais-valia decorre, porém, de uma relação social de produção, o “capital”, que converte o trabalho em assalariado, o que lhe permite apropriar privadamente os frutos da produtividade social do trabalho. Essa apropriação da mais-valia sob a forma de lucro não se dá, porém, num esquema “abstrato de produção” separado da acumulação de capital, da concorrência capitalista, e da valorização em dinheiro dos “elementos constitutivos do capital”. Sem reprodução ampliada do capital não há lucro no sentido capitalista, no sentido do processo de valorização contínua do capital. (Tavares, *Ibid.*, p. 55)

Ainda no sentido “contábil”, a autora revoga a igualdade entre a massa de mais-valia e a de lucro, no afã de criticar os exercícios de transformação em que os marxistas tradicionais e sraffianos tanto insistem. Conceição Tavares dirá que elas podem ser no máximo “equivalentes”, requerendo para isto condições altamente restritivas: que o capital constante seja consumido inteiramente durante o mesmo tempo da produção, ou, se pudermos dizer, que seja consumido produtivamente em apenas uma única rotação do capital. Caso contrário, o que ocorre é uma alteração da composição técnica e orgânica devido ao crescimento de uma nova capacidade produtiva (que incorrerá numa nova taxa de valorização média do capital). Assim, o capital não continua sendo valorizado pela mesma taxa média de lucro de outrora – o que é suficiente para romper com “a equivalência entre mais-valia e preços de produção” (Tavares, 1978, p.52). Nos termos da própria autora: “A possibilidade de equivalência entre lucro e mais-valia requer condições altamente restritivas. O lucro (medido em preços de

produção é aquela em que a moeda tem um fim em si mesmo e, mais importante, afeta as decisões dos agentes econômicos – esta definição aparece claramente em Tavares (1974; 1978) sob a denominação de “função ativa do dinheiro” (termo utilizado em oposição à neutralidade da moeda, ou sua “função passiva”). Já a mais-valia enquanto algo do subconsciente (definição originalmente trabalhada por J. C. Braga) torna ainda mais precisa a ideia de imensurabilidade da mais-valia, em que tanto insiste Maria da Conceição Tavares.

produção) só equivaleria à mais-valia (medida em tempo de trabalho socialmente necessário) se todo o capital produzido no período fosse consumido, produtivamente, no mesmo período de produção”. (Ibid., p. 56)

Outro aspecto que impede a equivalência entre massa de lucros e de mais-valia são os “fundos financeiros” que as empresas fazem para fazer frente à depreciação do capital – tais reservas são retiradas do processo produtivo, temporariamente, e este capital imobilizado se valoriza ficticiamente, dada a função ativa do dinheiro. “[estas] reservas para depreciação”, afirma Tavares, “rompem, de forma inexorável, a possibilidade de equivalência entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro capitalista”⁹³ (Ibid., p. 57 – grifos nossos)

O ponto nevrálgico da leitura da teoria do valor em Conceição Tavares é que a valorização do capital não depende unicamente da transformação da mais valia em lucro, mas também da órbita financeira (D-D’), e a preferência pela liquidez se dará em decorrência dos cálculos e das preferências dos próprios capitalistas. “A função ativa do dinheiro (...) é fundamental para entender o movimento da acumulação de capital” (Ibid., p. 57) e, neste sentido, a autora procura estabelecer um paralelo entre Marx e Keynes.

A produção capitalista pressupõe, portanto, o capital já constituído em sua forma “aparente” e por isso mais geral – o dinheiro – que compra mercadorias, entre as quais a força de trabalho, que “explora” crescentemente, obrigando-a a trabalhar mais horas que o necessário para sua subsistência. Mas não necessariamente consegue “transformar” toda a massa de mais-valia em lucro. **Depende do que ocorrer na concorrência entre os vários capitais e de como eles se distribuem nas várias órbitas produtivas e improdutivas.** Depende, também, do que ocorre na circulação do capital-dinheiro. Depende, enfim de como o capital se valoriza a si mesmo. Se esta valorização for arbitrária, como geralmente o é, rompe-se o paralelismo entre taxa de juro e taxa média de lucro, rompe-se a equivalência entre esta última e a taxa de mais-valia. (Tavares, Ibid., p. 58)

A valorização do capital está sujeita, fundamentalmente, ao arbítrio dos capitalistas em suas decisões de valorizar o capital (seja na esfera produtiva seja na financeira) e, assim sendo, “**a taxa de mais-valia deixa de representar um limite à valorização do capital**” (Tavares, 1978).

O importante a reter nestas linhas é que, de acordo com Tavares, a lei do valor de Marx não pode ser reduzida a uma teoria do valor, tal como a dos economistas políticos

⁹³ Notemos que a autora diz “taxa de mais-valia” e “taxa de lucro”, porém, na realidade, quis dizer “**massa** de mais-valia” e “**massa** de lucro”, conforme notas de aula do curso de Economia Política ministrado pelo professor José Carlos Braga.

clássicos. Esta interpretação da autora parece bastante alinhada com a de Banfi (1970). Segundo este autor, o que se trocam na sociedade capitalista são mercadorias e não trabalho, de modo que a medida de valor não é uma medida do valor de troca (ou dos preços) neste sistema. Afirma o autor “...*el precio es la forma necesaria, adecuada pero no fiel del valor*” (p. 160). Não é por outro motivo que são as mercadorias, e não o valor ou o trabalho, o sujeito da análise na primeira seção d’O Capital. De forma mais clara, Marx supõe que as mercadorias se trocam segundo seu valor apenas para analisar a natureza e a evolução da forma do valor de troca (ou a sua “fenomenologia”).

En toda la primera sección de El capital, Marx supone que las mercancías se cambian según su valor para poder analizar la naturaleza y la evolución de la forma de valor, del valor de cambio. Como decíamos, Marx no expone una “teoría del valor” sino una fenomenología del valor de cambio, modo en que se expresa el valor. (Banfi, 1970, p. 147)

A tese de Tavares é que a ‘teoria do valor’ em Marx é uma análise do movimento lógico do capital, desde suas ‘conexões internas’ (onde se revela como uma “**contradição em processo**”) até a sua forma mais geral e aparente (capital portador de juros e capital fictício) – a lei do valor é uma lei de valorização do capital. Este ponto é fundamental para a compreensão do capitalismo contemporâneo, segundo a autora. Vejamos com mais vagar cada um deles, iniciando pelo capital enquanto uma contradição em processo.

4.2.1. A contradição em processo e a interpretação da lei da tendência à queda **da taxa de lucro**

O capital tende a sobrepassar as possibilidades sociais de sua realização e reprodução em escala ampliada, não devido aos rendimentos decrescentes, mas sim devido ao crescimento das escalas de produção, da expansão de sua capacidade técnica e de sua concentração. Por força do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema tende a prescindir cada vez mais do valor e da mais-valia (isto é, das condições sociais) para seu desenvolvimento. A lei do valor (que se valoriza sugando trabalho vivo) permanece válida para o conjunto do capital, ainda que provoque um estreitamento de sua própria base de apoio do processo de valorização.

O capital é (...) “uma contradição em processo” que tende “lógica” e historicamente para o seu “conceito”, para a sua “forma mais geral e aparente” que se afasta cada vez mais de sua “origem”, o valor-trabalho. (...) Em sua evolução histórica, o capital compra cada vez menos trabalho assalariado vivo, a base da mais-valia é cada vez mais meios de produção produzidos, mais trabalho morto. (Tavares, 1978, p. 58)

Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, o sistema prescinde cada vez mais do trabalho vivo, sua fonte de valorização, e, portanto, tende a elevar a composição do capital. Belluzzo capta este processo com bastante nitidez.

Este processo de valorização do capital é, ao mesmo tempo, um processo de desvalorização do trabalho. Não só porque o capitalismo "desqualifica" sistematicamente a força de trabalho, dispensando as habilidades do trabalhador, até transformá-lo num mero supervisor da operação da maquinaria, mas também porque o emprego crescente da máquina torna sua presença cada vez mais dispensável. (Belluzzo, 1980, p. 12)

Desta “constatação”, alguns marxistas alegarão que Marx teria criado uma lei geral de movimento da economia capitalista: a tendência ao declínio da taxa de lucro. Todavia, Conceição Tavares, ao defender que esta relação não é linear e tampouco lhe pode ser atribuída um caráter determinista, sugere uma interpretação própria sobre esta tendência.

Além de compreender o lucro como uma categoria muito mais complexa, por ser determinada conjuntamente pela interação das três órbitas do capital (produção, circulação de mercadorias e circulação do dinheiro), a autora chama atenção para o fato de que Marx subestimou a predominância da introdução de progresso técnico redutor dos custos de capital constante (além do capital variável). Reconhece que Marx levantou este ponto, porém não o desenvolveu por limitações de seu próprio contexto histórico.

A orientação do progresso técnico redutor dos custos de produção do próprio setor de bens de produção trouxe impactos para o movimento global da acumulação, pois se tornou um poderoso fator contrário à elevação da composição orgânica e, portanto, da própria tendência ao declínio da taxa de lucro. Nos termos da própria autora:

A evolução concreta do capital a longo prazo está inteiramente dedicada a **diminuir a necessidade do trabalho vivo** (a fonte do valor) e a **baratear o “trabalho morto”**, os meios de produção produzidos, vale dizer a “contrarrestando” (...) a tendência secular à subida da composição técnica do capital e o aumento concomitante de sua composição orgânica. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (sobretudo a partir da “etapa monopolista”, **através de sucessivas revoluções científicas e tecnológicas**) aumenta sem parar a produtividade social da mão-de-obra, isto é, diminui o número de horas de trabalho necessárias para a produção corrente de qualquer mercadoria, através da redução contínua dos custos industriais. Esta redução dá-se, porém, nos dois “departamentos”, o de bens-salário e o de bens-produção, de tal modo que a valorização em “preços de produção” do “capital constante” e do “capital variável” não acompanha necessariamente o movimento da “lei de tendência ao declínio da taxa de lucro”. (...) **A lei de tendência aparece cada vez mais como aquilo que teoricamente é: uma lei-“limite” do movimento do capital, no sentido da superação de si mesmo como categoria histórica e social...** (Tavares, 1978, pp. 58-9 – grifos nossos)

Maria da Conceição Tavares procurou vincular a lei da tendência à dinâmica do movimento real do capital, “através de mediações lógico-históricas”, isto é, através da crítica e atualização de conceitos teóricos à luz dos desdobramentos da história. A lei de tendência ao declínio dos lucros não deve ser interpretada de maneira ‘determinista’, como uma tendência inexorável do sistema, mas sim como decorrência da ideia de capital como unidade contraditória. Braga sugere este gancho interpretativo em Conceição Tavares.

Em primeiro lugar (...) [a tendência à queda da taxa de lucro] é de fato lei ‘limite’ do movimento do capital, auto-superação do capital como categoria histórica e social (Tavares, 1978). Porém, ela pode manifestar-se via queda da taxa efetiva de lucro em condições determinadas, compreensível pelas análises de natureza lógica e histórica. Neste sentido, ela é uma lei pertinente à dinâmica e pode explicar crises historicamente determinadas, mas não é a explicação de todas as crises. Em segundo lugar, por **tendências não se deve compreender trajetória, direção determinada, infundável longo prazo que culminaria com a dissolução do capitalismo em função da lei.** (Braga, 2000, pp. 174-5 – grifos nossos)

Do ponto de vista histórico, não é difícil ligar “...as sucessivas revoluções científicas e tecnológicas...”, barateadoras do custo do capital constante (mencionadas por Tavares) com os desdobramentos da Segunda Revolução Industrial. Este é o pano de fundo implícito na tese da autora – e que aparecerá explicitamente somente em um texto posterior, escrito em parceria com Luiz Gonzaga Belluzzo, onde os autores procuram ressaltar as inovações técnicas poupadoras de capital no âmbito do capitalismo⁹⁴.

Nas três últimas décadas do século XIX, a economia mundial viveu o tempo da grande depressão e das profundas transformações da segunda revolução industrial. Entre 1873 e 1896, o aço, a eletricidade, o motor, a combustão interna, a química da soda e do cloro, o telegrafo e o navio frigorífico alteraram radicalmente o panorama da indústria, dos transportes e das comunicações, até então marcado pelo carvão, pelo ferro e pela máquina a vapor. Essa segunda revolução industrial veio acompanhada de um processo extraordinário de ampliação das escalas de produção. (Tavares & Belluzzo, 2004, p. 176)

É a concorrência intercapitalista que estimula as inovações constantes do progresso técnico – adequando cada vez melhor as bases técnicas da produção à reprodução do capital. Como certa vez lembrou Mazzucchelli (2004), o capital tem um duplo caráter: progressivo e antagônico. É progressivo porque a sua valorização máxima (apropriação máxima de trabalho não pago) implica o desenvolvimento máximo das forças produtivas e, portanto, acumulação máxima. E, pelas razões já mencionadas, é antagônico porque se funda na apropriação do

⁹⁴ No próximo capítulo procaremos deixar mais claro como que a intensificação do capital se tornou uma poderosa alavanca do processo de acumulação, desviando o capitalismo de qualquer tendência à estagnação.

tempo de trabalho não pago, isto é, se contrapõe de modo hostil e antagônico ao trabalhador (transformando-o num mero apêndice da maquinaria, desvalorizando-o no processo produtivo). Deste duplo caráter implica uma lei geral do regime capitalista de produção: a produção não é guiada pelos mercados consumidores dos trabalhadores (que passam a conformar uma “base miserável”). É a produção pela produção, ou a acumulação máxima, que orienta o processo produtivo. Dito nos termos da própria Conceição Tavares, “a acumulação de capital para por si mesma... O capital é o limite de si mesmo” (Tavares, 1978, pp. 30-1).

Neste ponto, é notório o afastamento de Conceição Tavares em relação às vertentes marxistas que apregoam que o sistema tende ao subconsumo⁹⁵, e que este seria o sentido último das crises periódicas do sistema capitalista. Em relação a este ponto, é bastante evidente a ponte entre Kalecki e Marx estabelecida por Tavares: o consumo fundamental no capitalismo é o de máquinas e equipamentos, de modo que a manifestação das crises de superacumulação de mercadorias é, essencialmente, uma crise de superacumulação de capitais. Se não fosse assim, estaríamos diante de um sistema harmônico, cuja produção seria voltada às necessidades de consumo corrente. Nada é tão distante disso para Conceição Tavares, como já apresentamos no capítulo anterior.

Se, por um lado, não há uma lógica de ferro que determine uma tendência inexorável do sistema ao declínio da taxa de lucro e, por outro, o sistema tende a tornar sua fonte de valor uma ‘base miserável’, Conceição se pergunta: “*Que passa então com a ‘valorização de capital?’*”. A resposta na sequência é pronta (e a autora arremata sua crítica à tendência à queda de lucro)

[A valorização do capital] **Continua firme.** O capital caminha inexoravelmente na direção da sua “aparência” e de sua “realidade” valorizando-se a si mesmo, $D - D'$. O fetiche do dinheiro e da mercadoria aumenta seus poderes mágicos e reais. (Tavares, 1978, p. 63 – grifos nossos)

O movimento do capital deixa de ser limitado pela valorização da taxa de mais-valia.

A lei de valorização do capital produz inexoravelmente, através do desenvolvimento da Técnica e do Capital Financeiro, a destruição interna dos próprios mecanismos de conexão entre a valorização do capital na produção e o seu movimento global de valorização. **Os preços de produção tendem a se afastar do valor-trabalho.** O movimento concreto do capital deixa de estar amarrado às “leis do seu movimento lógico” pelo que tende a deixar de ter como “limite” de valorização a taxa mais-valia. (Tavares, 1978, p. 60 – grifos nossos)

⁹⁵ Como Rosa de Luxemburgo (1913), Sweezy (1942), Baran & Sweezy (1968).

Os lucros no capitalismo não provêm da quantidade de valores-trabalhos, dado que sequer os preços guardam relação com a lei do valor, como já sugerido por Banfi. Para a autora, a concorrência capitalista é o que chancela os preços e, portanto, lucros do sistema – e desta forma, conduz o movimento geral da acumulação de capital. “Marx advertiu que os preços se movem pela ‘concorrência intercapitalista’ de uma forma tal que só o movimento geral do capital torna inteligível o conceito de taxa média de lucro e não através da fixação direta do preço pelo valor-trabalho contido nas mercadorias”. (Ibid., p. 63).

A autora resgata a noção de *taxa de lucro efetiva capitalista*, buscando tornar claro que esta não é dedutível das quantidades de valor-trabalho, mas sim é condicionada por avaliações capitalistas sobre a dimensão monetária (ou seja, pela arbitragem entre investimentos operacionais ou financeiros). Conforme visto no capítulo anterior, em uma economia monetária os preços carregam os lucros, que são complexamente determinados pelo movimento interligado das três órbitas (isto é, considerando o lucro operacional e financeiro). Tavares torna claro que os preços das mercadorias vão se tornando logicamente mais livres de uma mercadoria, o trabalho, e mais dependentes de uma outra, o dinheiro. Assim é que se entende a formulação dos preços de produção como um modo de compreender a concorrência, o cálculo de alocação capitalista e a dinâmica do sistema.

As mercadorias se “desvalorizam” segundo a lei do valor: “os valores-trabalho das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho investido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado”, diz Marx no 1o volume de O Capital. **Mas os preços das mercadorias não se movem acompanhando essa desvalorização.** As forças produtivas se desenvolvem atterradoramente. As mercadorias perdem valor, deveriam tender a ficar “livres” – livres do trabalho, livres do valor. É o lucro a negar a sua origem, o valor-trabalho; o capital a negar um dos seus pontos de partida, o trabalho assalariado. Mas as mercadorias não ficam “livres” de uma forma especial de mercadoria, a sua forma mais geral e “abstrata” – o dinheiro – que lhes põe a sua marca. (Tavares, 1978, p. 63)

São bastante evidentes os traços kaleckianos da abordagem marxista de Conceição Tavares, no tocante à determinação dos preços numa economia monetária. Braga (2000) ajuda a interpretar esse ponto em Tavares, dando destaque para a questão fundamental da concorrência capitalista.

No mundo monetário dos preços de produção, a geração efetiva dos lucros não é dedutível analiticamente das quantidades de valor-trabalho, tampouco as decisões capitalistas têm por referência as quantidades de trabalho, **mas sim por avaliações sobre magnitudes monetárias.** É exatamente nesta questão que a concorrência é determinantemente soberana: o *pricing* capitalista como fenômeno monetário, compreensão compatível com a fenomenologia da

absolutização do valor proposta por Marx. Portanto, a proposição do problema da transformação (comensurabilidade/invariância) reflete, de fato, um ‘viés ricardiano’, que é *self-defeating* e pode ser simplesmente desqualificado, à luz da própria teoria do valor absoluto. Tampouco Marx investigou os preços de produção porque estes fossem o problema principal da temática da concorrência. (...) Em suma, Marx não formulou uma teoria dos preços monetários de produção. **Essa formulação é necessária como mediação para a investigação da concorrência, do cálculo capitalista e da dinâmica, e para tal pode-se prescindir do estudo da relação entre preços e valores-quantidades de trabalho, mantendo-se a lógica do capital como valor que se valoriza no mundo monetário.** (Braga, 2000, p. 163 – grifos nossos)

A concorrência é uma variável chave para entendermos tanto a determinação dos preços (e dos lucros) como a dinâmica capitalista. Não podemos perder de vista que a mediação entre ‘concorrência intercapitalista’ e determinação dos lucros já está presente no esquema teórico das órbitas do capital trabalhado por Conceição Tavares, onde a autora defendeu que o exercício da transformação é apenas uma passagem lógica para compreender a taxa média de lucro (Tavares, 1978, p. 56) – o que só é possível se compreendermos o capital em geral.

A lei fundamental da dinâmica é que os capitais individuais se colocam como ‘capital em geral’ e a maneira como isto ocorre é observada claramente no movimento da circulação financeira (com a expansão do crédito e formas fictícias de valorização – ponto que abordaremos no próximo item). Por enquanto, basta termos claro que “O capital em geral se afirma como elemento teórico que interconecta as leis de movimento com a concorrência e a dinâmica” (Braga, 2000, 165).

Por fim, não deixa de ser digno de nota o afastamento teórico entre Conceição Tavares e Rui Mauro Marini no tocante à relação entre preços e valores. Enquanto Marini pertence à corrente teórica do marxismo que procura estabelecer sempre os nexos entre preços e valores (na opinião do autor, como procuramos demonstrar no item 2.1.3., esta é a raiz da origem do intercâmbio desigual), Conceição Tavares procura mostrar que os preços não se movem acompanhando o valor – na verdade, a relação entre preços e valor vai ficando cada vez mais “remota” à medida que as forças produtivas se desenvolvem. Para a autora, o debate em torno de intercâmbio desigual, além de incorreto, camufla o que é fundamental: os preços são determinados pelo movimento de valorização do capital em escala internacional. “Os preços relativos não se movem segundo nenhuma “lei natural”; os rendimentos decrescentes da terra ou dos recursos naturais não funcionam; tampouco se movem pela “lei do valor” (entendida

como lei de preços relativos); movem-se pela lei de “valorização” do capital em seu movimento geral de concorrência no “mercado internacional” (Tavares, 1978, p. 64)

Em outra passagem, Tavares faz um diálogo velado com Marini, criticando sua tentativa de estabelecer um paralelo entre a formação dos preços em escala internacional e a teoria do valor-trabalho.

O movimento do capital à escala internacional tende a unificar a taxa de lucro financeiro dos blocos de capital, ao mesmo tempo em que aguça o caráter desigual das condições sociais de produção e, por implicação, torna desiguais as condições de “rentabilidade média do capital produtivo” nas distintas regiões. As condições de trabalho e a taxa de salário, por esta razão, são cada vez mais dessemelhantes e não tendem à igualação. **Assim, o intercâmbio de mercadorias não se torna, apenas, “desigual”, mas sem possibilidade de “equivalência” em termos de “valor-trabalho”.** A miséria absoluta torna-se cada vez mais “relativa” nos distintos países, com disparidades crescentes na organização social do trabalho e na distribuição “politizada” das rendas do trabalho. (...) Diria mais, a palavra “desigual” para indicar as condições de intercâmbio de mercadorias entre o “Centro” e “Periferia” é confusionista: obscurece mais do que esclarece o fato da irredutibilidade da formação de preços em escala internacional ao valor-trabalho. (Tavares, 1978, p. 64)

* * *

A caracterização da natureza do capital não se esgota em suas leis imanentes, isto é, na valorização através da apropriação de trabalho não-pago. O movimento real do capital somente em última instância está relacionado às determinações imanentes da produção capitalista.

Resumidamente, podemos dizer que duas teses são trabalhadas por Conceição Tavares em sua visão sobre os lucros enquanto totalidade problemática: 1) que o movimento concreto do capital só é plenamente compreendido mediante a concorrência e 2) que a necessidade de valorização do capital extrapola os limites das órbitas da produção e circulação de mercadorias, tornando crescente a importância da circulação do dinheiro. Este segundo ponto é investigado no próximo item.

4.2.2. O movimento do “Sol”: circulação financeira, crises e a impossibilidade de auto-regulação

Neste item abordaremos o tratamento dado por Tavares à circulação do dinheiro, o que nos remete à discussão sobre o capital portador de juros e o capital fictício. Como adiantado explicitamente por Tavares & Belluzzo (1980), esta discussão apoia-se na seção V do terceiro volume de *O Capital*, onde Marx desenvolve a questão da “autonomização do capital-

dinheiro, sob a forma de capital a juros” (p. 37). Naturalmente, o fio condutor desta discussão é a constituição do capital enquanto mercadoria (D-D’) – o que nos remete ao desenvolvimento do sistema de crédito e dos mecanismos de endividamento. Segundo Marx

O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria *capital*; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e *a priori* para o cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo. (Marx, 2008, L3, v5, p. 459 – itálicos do original)

E, ainda,

É esse valor-de-uso do dinheiro como capital – a propriedade de produzir o lucro médio – que o capitalista financeiro aliena ao capitalista industrial pelo prazo em que põe à disposição dele o capital emprestado. (Ibid., p. 467)

Os vínculos entre acumulação de capital, concentração e centralização de capital são bastante conhecidos. Primeiramente podemos ressaltar os vínculos entre os avanços da acumulação e a *concentração de capital* (isto é, a expansão da escala, o agigantamento do tamanho das plantas, a expansão do número de plantas, a formação de novos capitais e de novos capitalistas). Conforme já demonstrado no capítulo anterior, o próprio movimento da acumulação traz consigo a tendência à superacumulação de capital (excesso de capital a uma dada taxa de lucro) e, ao se deflagrar uma **crise**, o capital passa a se valorizar a uma taxa de lucro mais baixa (a se desvalorizar, portanto). Neste momento, acirra-se a concorrência intercapitalista, na disputa sobre quais capitais ficarão ociosos, quais serão desalojados e quais se manterão ativos (Mazzucchelli, 2004). Esta exacerbação da concorrência caminha junto com uma *centralização do capital* (anexação dos elos mais fracos pelos elos mais fortes), o que só é possível por meio do sistema de crédito – tornando os processos de acumulação e de centralização de capitais (isto é, o desenvolvimento do sistema de crédito) intimamente relacionados.

Na sociedade capitalista, o que se verifica é a concentração do crédito (sobretudo o de capital) nas mãos dos bancos, que, desta forma, passam a operar uma nova forma de capital – o capital portador de juros.

...na lei geral da acumulação capitalista estão estruturalmente implícitas as necessidades de concentração e centralização dos capitais, principalmente através de ampliação e externalização crescentes do capital a juros, com predomínio cada vez maior do sistema de crédito sobre as órbitas mercantil e produtiva. O capital a juros nasce, portanto, da necessidade

de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e elementar de circulação e reprodução. (Tavares & Belluzzo, 1980, p. 38)

Como procuramos destacar nas passagens extraídas de *O Capital*, a premissa fundamental do sistema de crédito é que o dinheiro, enquanto valor que se valoriza, assume a forma de uma mercadoria. O ciclo característico (D-D') se desdobra, na verdade, em D-(D-M-D')-D'. O movimento D-D' só é compreensível se entendermos que o lucro bruto se divide em lucro de empresário e juros e, desta forma, a valorização do capital a juros não pode se separar da valorização do capital – é este (o “capital em função”) que determina, em última instância, a valorização do capital a juros. “...[é] uma ingenuidade [crer]... que à base do regime capitalista de produção o capital poderia produzir juros sem funcionar como capital produtivo” (Marx, III apud Mazzuchelli, 2004, p. 108). Tavares assinala a interdependência entre as esferas da produção e das finanças no processo de valorização do capital.

O desenvolvimento das relações de crédito e a invenção periódica de novas “instituições” financeiras, que permitem a “capitalização”, isto é, a valorização contábil do dinheiro pelo dinheiro, só encontra paralelo com o próprio desenvolvimento inexorável da técnica na direção de tornar “inútil” o trabalho produtivo. (Tavares, 1978, p. 66)

Entretanto, o desenvolvimento do capital a juros acaba gerando um circuito de valorização de capital que independe diretamente do capital em função – o capital fictício. Esta forma de capital assume um movimento próprio: rendimentos reais e esperados, taxa de juros, liquidez. Trata-se, nos termos da própria autora, da valorização do capital apenas no interior da terceira órbita: a da circulação do dinheiro, isto é, são títulos que representam, juridicamente, direitos de propriedade, e não representam capital em função (como o faz o capital portador de juros). “A parte “ativa” do dinheiro, que entra na circulação de mercadorias requeridas pelo processo produtivo, vai diminuindo, e o capital financeiro fictício se torna, cada vez mais “ativamente”, passivo. A parcela de trabalho vivo requerida pelo desenvolvimento tecnológico vai diminuindo em face das escalas gigantescas de produção e o capital pode tornar-se produtivo, sugando cada vez menos trabalho direto”. (Tavares, 1978, p. 66)

Tais considerações nos permitem compreender algo central em sua tese: as bases da valorização do capital. Afirma a autora:

O capital que caminhou historicamente sobre duas “pernas”, duas “mercadorias especiais” – o trabalho assalariado e o dinheiro –, tende a negar progressivamente o valor de uma delas – o trabalho vivo – e a afirmar-se na outra – o dinheiro – só para verificar que este também se desvaloriza. O capital-dinheiro sempre se “alonga demais em sua expansão inexorável e

mundial”, mas sempre se revela “insuficiente” e termina por “quebrar” nas crises. Só para se repor com mais força na etapa seguinte da expansão. (Tavares, 1978, p. 65 – grifos nossos).

Em outra ocasião a autora, além de tornar mais claros estes pontos, explicita que os elementos financeiros (e fictícios) da acumulação de capital tendem a ganhar maior expressão que o circuito “produtivo”:

A base do capitalismo é a mercadoria, mas a sua valorização permanente requer uma “mercadoria alterada”, fetichizada, o dinheiro, e o seu domínio sobre a outra mercadoria, o trabalho “alienado”, assalariado. Na base do capitalismo estão o trabalho social e o dinheiro que “aparece” valorizando-se a si mesmo, mas percorre de fato o caminho da produção [o capital portador de juros]. **Porém é uma parte cada vez menor do dinheiro que percorre o caminho da produção, à medida que o capitalismo avança na destruição interna dos seus “mecanismos” de regulação e de “equivalência” [o capital fictício]** (Tavares, 1978, pp. 66-7 – grifos nossos)

No entanto, é difícil aceitar a ideia de que Tavares crê em alguma forma de “descolamento permanente”, como se a valorização do capital fosse possível apenas no interior da órbita da circulação do dinheiro. Trata-se, em sua visão, de uma **totalidade indissociável**, de uma unidade. Em outras palavras, isto não quer dizer que a valorização do capital fictício esteja completamente descolada da valorização do capital produtivo, tendo em vista que “...independência não significa separação...” (Mazzuchelli, 2004, p. 79). A unidade entre ambas as formas de capital se reafirma nas crises:

Ambos param juntos nas crises. O progresso técnico freado em seu avanço e o capital financeiro levando à precariedade e à ruptura as instituições financeiras. Ambos vão repor-se adiante na corrida do próximo ciclo. Mas as instituições financeiras têm de ser arrumadas e “reinventadas” antes, para só depois se iniciar o fluxo de inovação tecnológica, acompanhando como uma “sombra magnificada” a reprodução ampliada de capital. (Tavares, 1978, p. 66)⁹⁶

O fundamental da lei do valor é compreender o processo historicamente dialético da valorização do capital tende a depender cada vez mais do circuito dinheiro e cada vez menos do trabalho. Em seu próprio movimento de expansão, o capital (“o Sol”) gera endogenamente

⁹⁶ Esta ideia ressaltada por Tavares encontra-se plenamente acabada em Marx. “...nas crises e, em geral, nas paralisações dos negócios, o capital-mercadorias perde em grande parte sua qualidade de capital-dinheiro potencial. E o mesmo ocorre com o capital fictício, com os títulos e valores rentáveis, na medida em que circulam na Bolsa como capital-dinheiro. Seu preço baixa à medida que sobe a taxa de juros. Baixa também pela escassez geral do crédito, que obriga seus possuidores a lançá-los em massa no mercado para conseguir dinheiro. E, finalmente, tratando-se de ações, baixa tanto ao diminuírem os rendimentos que dão direito a perceber, como em consequência do caráter especulativo das empresas que com frequência representam. **Este capital fictício diminui enormemente em épocas de crises, e com ele o poder de seus possuidores de obter dinheiro no mercado**”. (Marx, L3, apud Mazzuchelli, 2004, pp. 79-80 – grifos nossos)

suas crises, isto é, “faz explodir os sois”, de tal modo que a autora vê o capitalismo como um sistema estruturalmente instável e impossibilitado de ser autorregulado. Pelo contrário, sua tendência é de se expandir gerando “buracos” cada vez maiores – isto é, tornando as possibilidades de crises cada vez mais iminentes. Em uma passagem a autora expõem tais ideias.

...no seu movimento de auto-expansão e valorização permanente termina por encontrar-se prisioneiro de si mesmo: o dinheiro tentando valorizar o dinheiro. Assim, a lei do valor não é apenas a lei que permite determinar a “taxa média de lucro” que manteria a produção técnica e social girando em torno do Sol – O Capital – como num Sistema Copernicano aproximando-se e afastando-se dele, no seu movimento autorregulado. **É uma lei mais profunda e dialética**, como as “leis modernas” da física e da energia, da expansão do universo, **que transformam o próprio “Sol” por dentro, que fazem explodir os sóis, que fazem do “universo” um sistema em expansão cheio de “buracos”**. (Tavares, 1978, p. 68 – grifos nossos).

A leitura sobre a crise do capitalismo em Tavares passa ao largo de profecias catastróficas como a “crise definitiva” do sistema, segundo as quais o sistema caminharia para a sua inexorável e rápida superação. A verdadeira “crise definitiva” do capitalismo está na impossibilidade de autogestão do capital, isto é, pelo próprio movimento da concorrência intercapitalista o sistema tende a crises periódicas, o que torna necessária a presença cada vez mais ativa do Estado no jogo econômico.

...a “crise definitiva” é vista como uma “profecia catastrófica”, não como o que ela de fato é: a “impossibilidade” de auto-regulação pela concorrência de capitais, já que o sistema se afasta de sua “origem” e se torna cada vez mais “arbitrário”, menos auto-regulável pela força destruidora de sua expansão. Sua regulação se torna, pois, cada vez mais política. Isto é, o capitalismo é cada vez mais “regulável” pelas relações de “poder” – que é exatamente o que lhe confere tanto uma dimensão de incerteza e instabilidade, quanto de **regenerescência** (ainda que traumática). (Tavares, 1978, pp. 69-70 – grifo da autora)

A autora também utilizou o termo “politização” dos preços para se referir à incapacidade do capitalismo de se autorregular para sair das crises – e a “politização” da economia se torna cada vez mais evidente. Esta tese da autora não deixa de conter uma crítica explícita a algumas correntes marxistas que defendem a crise estrutural do capitalismo como a crise que o levará inexoravelmente a outro sistema. Entretanto, a proposta teórica da autora não é discutir esta possibilidade (ou não), mas é a de identificar a “resiliência” do sistema, ainda que este siga progressivamente traumático. “Continuam vendo a ‘necessidade da crise periódica para tentar repor a equivalência entre valor-trabalho e preço. Não entendem o sentido da “crise definitiva” nem veem como ela de fato se apresenta: a “politização”

crescente dos preços, a desvalorização periódica e arbitrária das mercadorias e do capital para que este último possa retomar o seu movimento contraditório da superação de si mesmo.” (Tavares, 1978, p. 69)

Ainda que não haja qualquer menção a Hyman Minsky (e em depoimentos a autora não menciona sua influência em suas teses dos anos 70), não é difícil perceber as semelhanças teóricas entre ambos: seja na releitura dos clássicos (Marx, Keynes e Schumpeter) seja na identificação das especificidades estruturais do sistema capitalista, como sua resiliência e o crescente papel do Estado, dada a impossibilidade dos mercados de garantirem sua estabilidade.

Um “deus menor” concebido para regular uma “máquina desregulada” e que se revela impotente ante a força destruidora de um sistema em expansão esquizofrênica. O lucro com origem na mais-valia que requer a “unidade das órbitas” torna-se uma ficção porque o movimento real do capital as separa. O juro como preço do capital é a manifestação do “fetiche” que não pode medir-se nem regular-se a si mesmo. O real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua “razão” teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado. (Tavares, 1978, p. 74)

O papel central do Estado e a resiliência do capitalismo são bastante presentes na economia política de Minsky⁹⁷. No caso do papel do Estado, afirma o autor:

Because government needs to be big in order to contain thrusts to deep depressions, government and its institutions can do great harm, especially if their actions are based upon 'Pollyanna' views of the wonders of markets and a 'true faith' that markets always know best. Policy makers need to adopt a skeptical attitude toward claims that universal truths about economic policy (relevant for all economies at all times) have been derived from economic science. (Minsky, 1995, p. 11)

Já no caso da resiliência do sistema, bem como sua leitura de Schumpeter e Keynes, uma passagem torna bastante evidente a convergência com Conceição Tavares.

⁹⁷ Ainda que ambos os economistas, Minsky e Tavares, tenham destacado a resiliência do sistema capitalista à luz de Schumpeter, fazem-no por caminhos distintos. A análise de Minsky está centrada unicamente na questão de como a intervenção governamental contrarresta a fragilidade financeira do sistema, tornando-o, por um lado, cada vez mais propenso à crise, mas, por outro, afastando a possibilidade de uma grande depressão. Já Maria da Conceição Tavares defende a “regenerescência” do capitalismo (a autora não usa explicitamente o termo “resiliência”) tanto do ponto de vista de suas saídas endógenas, através da obsolescência acelerada do capital (mantendo-se, neste sentido, mais fiel às considerações de Schumpeter) – isso ficará mais claro no próximo capítulo, apesar de já termos antecipado isto em sua leitura sobre a lei de tendência à queda da taxa de lucro – como também através da crescente regulação estatal, num jogo econômico em que as finanças tendem a correr na frente da produção.

Capitalism has exhibited both fragility and resiliency over the century since the death of Marx and the birth of Keynes and Schumpeter. Keynes' analytical structure enables us to understand and even cope with the fragility of capitalism. Schumpeter's vision of entrepreneurship helps us understand the resilience of capitalism and in particular how policy reactions to slumps that reflect Keynesian insights lead to resilience and add new dimensions to the fragility of financial structures. (Minsky, 1986, p. 113)

No próximo capítulo, em que trataremos mais da questão microeconômica no pensamento de Maria da Conceição Tavares, ficará mais evidente a convergência teórica de sua leitura e da de Minsky sobre Schumpeter acerca da resiliência do sistema. Entretanto, é fundamental tratar de um último ponto a ser tratado neste capítulo, no tocante às considerações teóricas de Conceição Tavares e o capital financeiro.

4.3. Capital financeiro e desenvolvimento capitalista: algumas considerações teóricas e históricas a partir de Conceição Tavares

No item anterior procuramos trabalhar conceitualmente com algumas categorias centrais na discussão do capitalismo contemporâneo no pensamento de Conceição Tavares. Agora, resta-nos tratar da questão do capitalismo financeiro em seu pensamento, o que nos remeterá aos conceitos já apresentados anteriormente.

A discussão da dimensão financeira do capitalismo está presente na obra de Tavares desde seus ensaios cepalinos (1967 e 1971), mas foi ganhando musculatura teórica ao longo dos anos, especialmente em (1978), nos artigos dos anos 1980, com destaque para Tavares (1980⁹⁸ e 1983). Em todos estes trabalhos, a autora iniciou a discussão sobre o capital financeiro pelo investimento ou, mais especificamente, pelos mecanismos de financiamento do investimento – é daí que se arranca o conceito de capital financeiro⁹⁹. Segundo Tavares (1978), o capital financeiro surge da multiplicação das relações de débito e crédito.

[o] endividamento representa “capital-dinheiro” que tem de ser acumulado numa órbita separada e surge na multiplicação das relações de débito e crédito do conjunto da economia.

Desta forma, este capital provém não apenas da transformação das “poupanças excessivas das

⁹⁸ Escrito em coautoria de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

⁹⁹ Não é por outra razão que em sua tese *Ciclo e Crise* (1978) a autora discute conceitualmente o movimento do capital financeiro no mesmo capítulo em que trata dos determinantes do investimento em Keynes e em Kalecki. O elo que liga os investimentos ao capital financeiro é a necessidade do endividamento, isto é, o fato de os capitalistas financiarem parte de sua produção com recursos de terceiros. Apesar disso preferimos enquadrar a discussão do capital financeiro no capítulo em que tratamos das teses de Marx, após termos discutidos alguns conceitos marxistas. Na verdade, esta sugestão também nos remete ao importante artigo de Andrade & Silva (2010) sobre o pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares.

firmas ou das famílias” em “ativos” financeiros que representam “passivos” do sistema financeiro onde foram depositadas. Provém também de passivos de outras empresas e sobretudo do Estado, que representam ativos do sistema financeiro que lhes fornece crédito. Ou seja, **cria-se uma categoria especial “capital financeiro”, que depende da transformação contábil dos “ativos” e “passivos” financeiros.** (p. 36 – grifos nossos)

Por um lado, o endividamento supõe a existência de poupança prévia e, por outro e fundamentalmente, supõe a existência de capital financeiro. Este representa criação de novas formas de dinheiro “...não tanto para criar novos meios de pagamento, mas sobretudo para criar novos meios de endividamento (de crédito e de capitalização financeira) e, principalmente, meios de endividamento” (Tavares, 1978, p. 40) – o que só é possível mediante a transformação de ativos e passivos financeiros através da proliferação de instituições financeiras. “Começa tudo no fenômeno do ‘capital dinheiro’, nos bancos, e segue na proliferação da formação de instituições financeiras ‘especializadas’” (Tavares, 1978, p. 40).

Os ativos financeiros dão suporte ao financiamento do investimento, da produção e do consumo (via dívidas primárias, que são pagas por dedução dos lucros produtivos), mas também dão suporte à valorização fictícia. Como apresentado no item anterior, Tavares (1978) chama atenção para a tendência de os ativos financeiros superarem o valor dos ativos produtivos. Engendra-se uma acumulação financeira que ganha vida própria, que não está atada à acumulação produtiva, mas sim ao circuito autonomizado do dinheiro como capital.

Para manter a “valorização fictícia” do capital financeiro são criados novos títulos de crédito (débito), novos ativos (passivos), novas “dívidas secundárias” interagentes financeiros, que se destinam a valorizar-se a si mesmas, tendo como “base” relativamente elástica o montante da “dívida primária” emitida em cada período. (Tavares, 1978, p. 38)

Conceitualmente podemos dizer que o capital financeiro tem duas dimensões para a autora: uma ativa e outra passiva. A parte **ativa** é a que entra na circulação de mercadorias requeridas pelo processo produtivo, mediante o desenvolvimento do sistema de crédito, o que pressupõe o financiamento do “capital em função” pelo capital financeiro (ou bancário). Já a parte **passiva** do capital financeiro refere-se à capitalização de rendas obtidas a partir de títulos financeiros, sem vínculo direto com o processo produtivo. Não representa o resultado da produção, e sim da geração e acumulação de direitos de propriedade, dentro do que a autora denominou de “acumulação financeira”.

Um processo de acumulação financeira significa, basicamente, a capitalização de rendas obtidas a partir de títulos financeiros que constituem ‘capital’ apenas no sentido genérico de um direito de propriedade sobre uma renda. A realização dessa renda não repousa (...) no

processo de produção, mas em um direito de participação no excedente gerado por uma empresa ou pela economia em seu conjunto. Esse direito pode estar regulado juridicamente como no caso dos títulos de renda fixa, ou ser aleatório, baseado tanto nas expectativas de rentabilidade da empresa emissora como nas regras do jogo institucional e do comportamento da própria empresa. (Tavares, 1971, p. 234)

Ou mais explicitamente ainda

... o processo de acumulação financeira significa, apenas, uma modificação dos estados patrimoniais das distintas unidades econômicas e das suas relações de participação no excedente econômico efetivo gerado pela economia. **O capital financeiro não representa, pois, o resultado da produção e acumulação do excedente econômico e sim a geração e ‘acumulação’ de direitos de propriedade.** (Tavares, 1971, p. 234 – grifos nossos)

Não deixa de ser curioso que nesta última passagem a autora conceitua o capital financeiro de um ponto de vista menos acabado do que viria a fazer na tese de 1978. Em sua caracterização acima, Tavares refere-se apenas à dimensão “passiva” do capital financeiro, apesar de dar a entender tratar-se da totalidade do conceito¹⁰⁰, isto é, considerando também sua dimensão ativa.

As investigações da autora sobre o capital financeiro levam-na a analisar as contribuições teóricas de John Hobson e Rudolf Hilferding neste campo. Em Tavares (1978), Tavares & Belluzzo (1980) e Tavares (1983) a autora empreende um esforço de discutir a obra destes autores, não com o objetivo meramente conceitual-abstrato, mas fundamentalmente com a missão de arrancar deles suas contribuições teóricas para clarear os rumos do capitalismo contemporâneo.

Apoiando-se em Hilferding, Tavares (1971) aponta que, historicamente, a função fundamental do capital financeiro foi “permitir o descongelamento do capital industrial, sua mobilização e transferência intersetorial mediante uma fusão de interesses de todas as esferas de acumulação industrial, comercial e financeira, sob a égide desta última” (p. 239, nota 16). Deste modo, sua função primordial esteve relacionada com sua finalidade no processo geral de acumulação. Sua maior potencialidade, para além das operações de crédito e dos direitos

¹⁰⁰ Algumas passagens (já apresentadas) da tese de 1978 deixam bastante clara esta dupla dimensão do capital financeiro. Com o perdão da redundância, uma releitura de algumas passagens pode ajudar: “*O grande problema da dívida é que sua emissão tem de ser “prévia” ao crescimento da renda e dos lucros. Se estes não se mantêm, porque o investimento produtivo não cresce de modo a alimentar a parte ativa do capital, a dinâmica do lucro não se mantém e o peso da parte passiva se manifesta*” (Tavares, 1978, p.40 – grifos nossos). Ou ainda “*A parte “ativa” do dinheiro, que entra na circulação de mercadorias requeridas pelo processo produtivo, vai diminuindo, e o capital financeiro fictício se torna, cada vez mais (...) passivo.*” (Tavares, 1978, p. 66 – grifos nossos).

de propriedade que lhes são inexoráveis, é atuar no “cerne do processo de acumulação de capital”¹⁰¹.

Permitir a associação do capital industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do capital financeiro, conferindo, assim, a este último a possibilidade de promover uma maior centralização do capital em sua forma mais geral, do direito de propriedade e, portanto, o **controle em última instância do processo global da acumulação**. (Tavares, 1971a, p. 216)

A autora chama atenção para a dupla formulação do capital financeiro em Hilferding. Por um lado, o economista alemão propôs “uma **formulação mais geral** que se destina a caracterizar uma etapa mais avançada da concentração de capitais”¹⁰² e, por outro, “sua investigação diz respeito à **forma específica** de associação entre os bancos e as empresas, que deu origem aos grandes cartéis alemães”¹⁰³. Segundo Tavares & Belluzzo (1980, p. 39), o mais importante na análise de Hilferding não é o “caráter morfológico particular do cartel alemão, no que se refere à fusão de interesses entre o capital bancário e o capital industrial, sob a hegemonia do primeiro”. Na verdade, o fundamental é seu tratamento “mais geral e central do papel do capital financeiro no processo de monopolização”.

O capital financeiro é uma via que conduz o capitalismo à sua monopolização e à internacionalização, e não é por outro motivo que seu advento representou a etapa mais avançada do desenvolvimento capitalista global. “Esta etapa é mais avançada porque o desenvolvimento da capacidade de mobilização dos capitais, através de novas formas de associação (cartéis e trustes), também se transforma em uma força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado que nascem do próprio processo de concentração” (Tavares & Belluzzo, 1980, p. 39). Continuam os autores:

Os grandes bancos que participam da constituição e da gestão do capital das grandes empresas estão interessados na supressão da concorrência entre estas e, portanto, em reforçar seu caráter monopolista. Mas, ao fazer isto, estimulam a busca de novos mercados, provocando um acirramento da rivalidade entre os blocos de capital e originando até internacionalização crescente da concorrência intercapitalista. (Idem, Ibidem).

Em Hilferding (1910) encontramos duas definições para capital financeiro. A primeira aparece no capítulo XIV, quando afirma “Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que desse modo, é na realidade transformado em capital industrial”. (Hilferding, 1910, p. 219). Entretanto, no capítulo XV o autor,

¹⁰¹ Cf. Tavares, 2010.

¹⁰² Tavares & Belluzzo, 1980, p. 39 – grifos nossos

¹⁰³ Idem, Ibidem – grifos nossos

silenciosamente, lança mão de um conceito mais amplo e polivalente. “**No capital financeiro aparecem unidas em sua totalidade todas as formas parciais de capital.** O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, efetivamente, sua forma de movimento D-D’, dinheiro produtor de dinheiro, a forma mais geral e mais absurda do movimento do capital”. (Ibid. p. 264 – grifos nossos). Este segundo conceito é o que tem mais aderência ao pensamento de Conceição Tavares, tendo em vista que o anterior (e mais difundido), ao destacar ao caráter orgânico da fusão entre capital bancário e industrial, subordina o que é fundamental na discussão: o caráter de **dominação** do capital bancário, que é representado por uma classe específica, a dos “financistas”. É sob este ponto que a discussão de J. Hobson se torna imprescindível segundo a autora.

As mudanças radicais operadas na organização industrial da grande empresa vão acompanhadas do aparecimento de uma ‘classe financeira’, o que tende a concentrar nas mãos dos que operam a máquina monetária das sociedades industriais desenvolvidas, isto é, dos grandes bancos, um poder crescente no manejo estratégico das relações intersticiais (intersectoriais e internacionais) do sistema. (...) Hobson coloca o acento na ‘classe financeira’ enquanto reitora estratégica da grande empresa, e não no fato de que estejam os bancos comprometidos com a gestão direta da empresa industrial. (Tavares & Belluzzo, 1980:40)

Ao colocar a “classe financeira” no centro da discussão do “capitalismo moderno”, Hobson chama atenção para as finanças modernas como uma modalidade de combinação entre produção e a **especulação financeira**¹⁰⁴. “A natureza intrinsecamente especulativa da gestão empresarial, nesta modalidade de ‘capitalismo moderno’, traduz-se pela importância crescente das práticas destinadas a ampliar ficticiamente o valor do capital existente, tornando necessária a constituição de um enorme e complexo aparato financeiro” (Tavares, 1983, pp. xvi-ii).

Na busca de valorização do capital além dos limites da capacidade real, a classe financeira utiliza os ativos não-tangíveis (patentes, marcas, posição no mercado e etc.) por representarem “maior elasticidade de valorização” do que os ativos tangíveis (terra, estoques, maquinaria, edifícios e etc.). Lembrem-nos Tavares e Belluzzo (1983) que a ampliação e consolidação destas práticas só é possível pelo alargamento do crédito, sob domínio dos bancos. Um trecho da obra de Hobson, destacado pelos próprios autores, ajuda-nos a compreender a centralidade da questão da ‘dominação bancária’ como um traço elementar do capitalismo contemporâneo.

¹⁰⁴ Braga, 2010a, p. 48

Quando nos damos conta do duplo papel desempenhado pelos bancos no financiamento das grandes companhias, primeiramente como promotores e subscritores (e frequentemente como possuidores de grandes lotes de ações não absorvidas pelo mercado) e, em segundo lugar, como comerciantes de dinheiro — descontando títulos e adiantando dinheiro — torna-se evidente que o negócio do banqueiro moderno é a gestão financeira geral (*general financier*) e que a dominação financeira da indústria capitalista é exercida fundamentalmente pelos bancos. (Hobson, apud Tavares & Belluzzo, 1980, p. 42)

Oportunamente, Tavares (1983) procurou estabelecer um comparativo entre Hobson e Hilferding, e termina por promover uma boa síntese da discussão.

Ambos os autores [Hilferding e Hobson] tratam de forma abrangente a análise do capital financeiro em suas relações com a indústria e a grande empresa. A principal diferença reside na natureza do conceito de capital financeiro. Esse corresponde em Hilferding a uma visão de totalidade orgânica do grande capital, enquanto Hobson realiza uma operação mais complexa de decomposição e efetiva também uma transposição. Em vez do conceito globalizante de ‘capital financeiro’, identifica uma classe especial de capitalistas financeiros (e não rentistas – como em Keynes, ou meros especuladores que exercem uma dominação financeira sobre a indústria capitalista. É verdade que o capital financeiro também resulta da fusão de interesses do capital industrial com o bancário para promover o grande capital monopolista, como em Hilferding. Tampouco é na morfologia do cartel alemão, distinta do truste americano, que exercem os banqueiros, transformados numa classe especial de financistas, na orientação e no crescimento da grande indústria capitalista. Não se trata, porém, de uma relação orgânica, mas sim de uma relação funcional de dominação. Hobson tinha em vista uma relação interna de dominação que se tornaria geral, mas não orgânica. Ele fala em solidariedade de interesses financeiros da comunidade de negócios, mas não a considera completa: em muitos casos ela representa uma aliança, informal e temporária, não uma fusão. (Tavares, 1983, pp. xviii-xix)

Por fim, a autora destaca uma última, porém não menos importante, contribuição de Hobson à discussão sobre o desenvolvimento capitalista: o tratamento dos **Estados Unidos como o centro dominante do capitalismo moderno**, com sua específica forma de concentração, centralização e monopolização – bem distinta da fase “concorrencial” do capitalismo.

Esse ‘deslocamento’ da análise do processo de concentração e monopolização do capital é particularmente interessante na medida em que representa uma fuga ao europocentrismo clássico. Hobson não vê os Estados Unidos como um prolongamento do capitalismo europeu, assim como não vê o monopolismo americano como uma ‘etapa superior’ que se segue ao capitalismo competitivo. (Tavares, 1983, p. xix)

Tavares aponta o alinhamento teórico entre Hobson (1908) e Schumpeter (1942) sobre as “duas etapas” do capitalismo e o lugar dos Estados Unidos nestas etapas. “...Schumpeter

consagrou a ideia das duas etapas, a do capitalismo disperso concorrencial e a do capitalismo trustificado monopolista, sem especializar a sua análise, nos seus primeiros textos. Só depois de sua mudança para os Estados Unidos, já em plena Guerra Mundial, é que se deu conta de que aquele era o país da ‘segunda etapa’. Hobson é pioneiro em apontar os Estados Unidos como ‘novo centro sísmico’ do capitalismo – muito antes das teses tão difundidas de Raúl Prebisch.

Sobre a natureza do grande capital americano Tavares dirá que, apesar de ter sido gerido com as velhas formas de expansão capitalista (ferrovias e agricultura), a grande força desta etapa do desenvolvimento capitalista está na fusão de interesses da grande indústria com o capital bancário, sob domínio da classe financeira – é isso que deu (e dá) musculatura aos grandes conglomerados norte-americanos. Neste sentido, a autora ressalta a face financeira desta etapa do desenvolvimento capitalista.

...se bem as ferrovias e a monopolização da agricultura e do comércio que acompanharam a expansão ferroviária sejam elementos decisivos do processo de constituição do grande capital americano, este se desenvolve a partir daí com apoio na fusão de interesses da grande indústria com o capital bancário, sob a égide de uma “classe financeira geral” que promove a conglomeração e a diversificação das atividades produtivas fundamentais. Assim, quando as ferrovias desaparecem como elemento de expansão, e são substituídas por um novo sistema de transporte automobilístico, é no monopólio do petróleo e na criação de um espaço metropolitano que a nova indústria automobilística iria se afirmar como uma grande indústria, destinada a converter-se, juntamente com a de material elétrico, no setor que lidera o crescimento industrial da “nova era”, bem como a expansão internacional após a Segunda Guerra Mundial. **É a força do grande capital e da classe financeira americana que determina a sua expansão e diferenciação, e não a superioridade tecnológica inicial do sistema manufatureiro americano, como querem vários autores que atribuem ao “progresso técnico” o papel desencarnado de Deus ex-machina.** (Tavares, 1983, p. xxi – grifos nossos)

Se, por um lado, o predomínio das finanças é um elemento chave na compreensão do grande capital americano, por outro, e por consequência deste enorme potencial de acumulação, a autora procura também enfatizar que a “supremacia do grande capital americano” se deve à força de tendência expansiva, de onde se entende a tendência à transnacionalização do capital. “É na internacionalização do capital americano, como resultante do seu potencial de acumulação e da sua tendência à unificação de mercados, que deve ser buscada a **tendência moderna à transnacionalização**, e não na política agressiva (imperialista) do capital financeiro americano. (Tavares, 1983, xxi)”. É no bojo da grande

empresa que se manifesta a internacionalização do capital, condensando todos os mecanismos de expansão: mercantis, industrial e financeiro¹⁰⁵.

A internacionalização do capitalismo, sob liderança do capital americano, veio acompanhada da hegemonia dos Estados Unidos enquanto potência dominante. Entretanto, adverte a autora no artigo de 1983, que o poderio dos Estados Unidos não emana apenas dos aspectos industriais e financeiros, mas sim dos militares, diplomáticos e ideológicos – mas a autora não desenvolve tais pontos. Na verdade, a autora remota esses pontos, dando destaque às razões ideológicas da hegemonia, no importante artigo de 1985 – “A retomada da hegemonia norte-americana” –, tema que abordaremos no próximo capítulo.

Para finalizar, basta chamarmos atenção para um debate oculto com as teses de Celso Furtado sobre o grau de autonomia dos Estados Nacionais frente ao processo de internacionalização do capital. Enquanto Furtado (1975) destacava a perda de autonomia dos Estados receptores das empresas transnacionais – ponto discutido no capítulo 1 –, Maria da Conceição Tavares procurou abordar o problema de forma diferente, ressaltando tanto as articulações entre os agentes envolvidos no processo de internacionalização (isto é, Estado Nacional, capital internacional e capital nacional) como o papel ativo dos Estados no processo de reprodução ampliada do capital.

A unificação transnacional dos esquemas de valorização do grande capital não implica, como muitos autores parecem supor, a tendência à desaparecimento do Estado nacional como agente articulador, em cada mercado, dos capitais nacionais com a empresa multinacional. Muito ao contrário, a necessidade permanente de administrar esta articulação impõe um avanço do assim chamado ‘capitalismo monopolista de Estado’. Embora esta ‘administração esteja limitada a um espaço econômico que só alcança uma fração do capital internacionalizado, em geral dominante nos mercados hospedeiros, o Estado nacional tem de operar esta articulação não apenas no interesse e na defesa do capital local (que aparentemente lhe dá a base de sustentação política), mas também para garantir a reprodução ampliada da fração do capital internacional ali ancorada. É neste sentido que os interesses são convergentes e que se ‘solidarizam’ os blocos de capital privado local, internacional e estatal. A lamentada submissão da burguesia nacional ‘dependente’ é assim transformada numa associação de interesses, garantida pela capacidade mediadora do Estado. (Tavares e Belluzzo, 1980, pp. 44-5)

¹⁰⁵ “A grande empresa americana constrói seu poder monopolista sobre o caráter intrinsecamente financeiro da associação capitalista que lhe deu origem. É desta dimensão, mais do que da base técnica, que deriva a capacidade de crescimento e de gigantismo da organização capitalista ‘trustificada’. Conquista de novos mercados, controle monopolista de fontes de matérias-primas, valorização fictícia do capital, tendência irrefreável à conglomeração, tudo isso está inscrito na matriz originária da grande corporação americana.” (Tavares e Belluzzo, 1980, p. 43)

Capítulo 5 – Padrões de acumulação e o desenvolvimento capitalista nas economias centrais e periféricas

Este capítulo consiste, essencialmente, no tratamento teórico de um dos pontos centrais no pensamento econômico da autora: os problemas de acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico em estruturas com industrialização periférica e tardias. Entretanto, antes de alcançar este objetivo, a economista resgata e critica pontos importantes da teoria do desenvolvimento capitalista dos países centrais para, a partir daí, compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia. Como ficará claro, Conceição Tavares trabalha abundantemente com conceitos já amplamente discutidos nos dois últimos capítulos. A discussão que faremos aqui está apoiada no artigo *Problemas de acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico* (de 1973) e os dois primeiros capítulos da tese *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974). Ainda que sua abordagem esteja bastante ancorada em conceitos da microeconomia, acreditamos que haja uma subordinação deste enfoque à economia política, isto é, a autora recorre a tais conceitos com o objetivo de, à sua maneira, melhor compreender a configuração geral do capitalismo em sua fase mais contemporânea. Neste sentido, estamos menos preocupados em fazer uma discussão conceitual profunda sobre as teorias dos oligopólios do que em evidenciar seu significado mais geral na obra de Conceição Tavares, que é compreender as saídas endógenas encontradas pelo capitalismo para fugir da tendência à estagnação com distribuição de renda constante (ainda que com alguma tendência em favor dos lucros).

O capítulo está dividido em três itens: na primeira, procuramos tratar conceitualmente sua noção de “padrão de acumulação”; na segunda abordamos os problemas do desenvolvimento capitalista nos países centrais (articulando os problemas de acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico); no terceiro e último item levamos esta discussão da autora à periferia. Já no artigo de 1973 a autora introduz pontos centrais que serão aprofundados na tese *Acumulação de capital...*, que serão trabalhados na parte III.

5.1. A ideia de “padrão de acumulação”: aspectos teóricos gerais

Como veremos, a discussão geral deste capítulo gira em torno do conceito de “padrão de acumulação”, termo largamente empregado pela autora em suas considerações sobre o desenvolvimento capitalista.

Como vimos nos capítulos anteriores, em toda economia minimamente industrializada é possível identificar pelo menos dois setores de produção – bens de produção (D_1) e bens de

consumo dos trabalhadores (D_{III}), para usarmos os termos Kaleckianos –, e o problema da distribuição de renda (isto é, o antagonismo entre lucros e salários) se resolve no contexto do processo de acumulação de capital, através das relações intersetoriais. Para entender como esta oposição se resolve em cada fase do desenvolvimento capitalista (ou em cada padrão histórico de acumulação), é necessário “... identificar as relações básicas entre estrutura da produção e repartição da renda que são inerentes ao próprio processo de acumulação e o modo pelo qual as contradições de reprodução do sistema repõem ou modificam essa articulação básica da estrutura produtiva” (Tavares, 1973, p. 36). Analisemos esta afirmação com vagar.

Podemos dizer que “padrão de acumulação” é uma construção teórica engenhosa feita por Tavares que lhe permite articular a estrutura produtiva e a distribuição de renda, destacando a maneira como uma se adequa à outra no bojo do processo de acumulação de capital. Entretanto, a causalidade é sempre da estrutura produtiva para a distribuição de renda, vale dizer, é a configuração do aparato produtivo industrial que condiciona a economia a uma distribuição mais ou menos concentrada da renda (conveniente à conformação de um mercado para seus produtos). Neste sentido, o enfoque da autora é diferente do de Furtado (1961 e 1966) – para quem é o padrão de demanda que orienta a estrutura produtiva – e mais próximo do de Anibal Pinto (1970).

Este enfoque permite a Tavares lançar mão de conceitos básicos dos esquemas de reprodução (marxistas e kaleckianos) em uma análise dinâmica de como as características básicas de articulação entre distribuição de renda e acumulação de capital podem se modificar ao longo da história. Neste sentido, o padrão de acumulação deve sintetizar os elementos fundamentais do movimento da estrutura industrial, e para tanto é essencial levar em conta tanto as formas de competição intercapitalista (Steindl, Labini, Schumpeter) como os mecanismos de conflito e submissão da força de trabalho em cada setor industrial. À luz de Tavares (1973), Tavares (1974) e Tavares (1978) podemos explicitar que este enfoque combina três níveis de análise:

i) Dinâmica industrial: o ritmo da expansão da capacidade produtiva e a estrutura setorial de crescimento da produção corrente. Tem a ver com a liderança do setor que comanda o processo de acumulação de capital. Mas podemos perguntar: o que define a liderança intersetorial para Maria da Conceição Tavares? A resposta tem a ver, fundamentalmente, com o efeito acelerador sobre a própria expansão da capacidade industrial (não tendo a ver,

portanto, com o efeito multiplicador sobre o emprego e renda)¹⁰⁶. A rigor, refere-se aos efeitos dinâmicos que os grandes investimentos têm em termos de realimentação da própria taxa de expansão intra-setorial da indústria e da ampliação de sua base produtiva (gerando movimentos flutuantes entre ciclos e crises).

ii) Estrutura industrial (encadeamentos para trás e para frente dos setores líderes): identificada através de análises insumo-produto, de modo a explicitar a diferenciação produtiva através do grau de integração intra-setorial (o que permite compreender se a estrutura industrial é mais ou menos complexa). Não é difícil perceber a unidade inexorável entre os itens i e ii.

iii) Organização industrial (formas da concorrência intercapitalista de cada setor): conforme a estrutura industrial vai se tornando cada vez mais concentrada, alteram-se radicalmente as bases da concorrência. Nas etapas iniciais, a concorrência é predominantemente via preço: já nas etapas mais avançadas do desenvolvimento capitalista chamam atenção as formas mais sofisticadas de concorrência, bem como o crescente poder das grandes empresas e dos sindicatos na determinação dos salários e dos preços. Além disso, os diferentes ramos industriais também se diferenciam pelas formas de concorrência.

Grosso modo, acreditamos que um padrão de acumulação se refere a uma determinada fase de desenvolvimento capitalista. Mas também se refere a um modelo teórico construído pela autora para tratar integradamente os problemas de acumulação de capital e distribuição de renda, em uma análise original e desafiadora, pois Conceição Tavares consegue trabalhar simultaneamente no plano teórico (integrando a economia política, a microeconomia e a macroeconomia) e no plano histórico. Melhor dizendo, a autora resgata as ideias centrais dos grandes economistas (identificando virtudes), mas aponta fundamentalmente os limites das suas análises à luz dos desdobramentos da história, dando sua própria contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista.

¹⁰⁶ Cf. Tavares (1978, p. 78) “Os efeitos multiplicadores da renda e do emprego corrente, embora significativos, através dos efeitos de dispersão inter-setorial, são bem menos importantes do que o efeito acelerador sobre a própria expansão da capacidade industrial. Ou seja, em termos de “liderança” o que interessa não são os efeitos estáticos que se podem medir numa matriz de insumo-produto, mas sim os efeitos dinâmicos que os grandes investimentos – realizados num conjunto reduzido de setores – podem ter em termos de realimentação da própria taxa de expansão intra-setorial da indústria e da ampliação de sua base produtiva”.

5.2. Padrão “clássico” de acumulação: as economias centrais

Conforme antecipamos no capítulo anterior, a autora discute o desenvolvimento capitalista em duas fases: a etapa concorrencial e a monopolista, seguindo a sugestão de Schumpeter (de 1942) e de Hobson (1908).

5.2.1. Concorrência pura

Nos primeiros estágios de desenvolvimento capitalista, os esquemas de reprodução marxista (bi-departamentais) são suficientes para compreender os problemas gerais da reprodução ampliada do capitalismo, pois a dinâmica do sistema se esgota nas relações cruzadas entre consumo dos trabalhadores e acumulação de capital, ou melhor, entre o D_{III} (departamento produtor de bens de consumo assalariado) e o D_I (departamento produtor de bens de produção) – em linguagem kaleckiana. Nesta fase de desenvolvimento, as condições de acumulação estão dadas pelo diferencial entre taxa de exploração e taxa de salários pagos no D_{III} – isto é, para se criar um excedente que permita alimentar a acumulação no D_I , a taxa de salário tende a ser fixada no nível de subsistência da mão-de-obra ocupada produtivamente. Podemos dizer que a acumulação de capital só avança mediante uma elevação da relação lucros-salários (uma piora, portanto, da distribuição de renda).

No entanto, este antagonismo vai mudando conforme a própria expansão do D_I introduz paulatinamente progresso técnico em D_{III} , aumentando a produtividade da mão-de-obra deste setor, permitindo aumentos salariais sem comprometer a taxa de exploração, pois esta será crescente sempre que os salários caminharem abaixo do ritmo de produtividade da mão-de-obra. O que a autora procura evidenciar é que a introdução do progresso técnico liberta paulatinamente a acumulação de capital do pauperismo dos trabalhadores: salários crescentes não significam entraves ao sistema. “A taxa de acumulação não será prejudicada, e pode mesmo aumentar, sempre que o crescimento da taxa de salário se dê a um ritmo inferior ao da produtividade na mão-de-obra” (Tavares, 1973, pp. 39-40)

Como vimos, o movimento da acumulação de capital tende à elevação da composição orgânica do capital (isto é, à intensificação do capital que eleva a produtividade da mão-de-obra) e, neste movimento, o trabalho vai se tornando cada vez mais dispensável à produção. Ao elevar o desemprego, intensifica-se a concorrência entre os trabalhadores, e é justamente isso que permite o rebaixamento dos salários sempre que o nível destes representar alguma ameaça à acumulação de capital. Conforme se eleva a relação produtividade-salários (isto é, aumenta-se o excedente extraído da mão-de-obra), o mercado de bens de consumo (D_{III}) passa

a crescer em ritmo menor que do que a acumulação interna deste mesmo setor e, no limite, este movimento termina por criar problemas de demanda efetiva em cadeia (primeiro no próprio D_{III} e depois em D_I , quando os problemas de demanda efetiva do D_{III} inibem a introdução de progresso técnico neste mesmo setor, comprometendo a produção de D_I).

De acordo com a autora, esse processo desencadeia um acirramento da competição intercapitalista, que se daria fundamentalmente via preços, isto é, via repasse dos ganhos de produtividade em D_{III} aos preços dos bens de consumo dos trabalhadores. O acirramento desta competição acarreta uma recomposição real dos salários, mas representa, essencialmente, uma transferência do excedente gerado em D_{III} para o D_I , pois a queda dos preços dos bens de consumo dos trabalhadores é superior à queda dos preços dos bens de capital. Melhor dizendo, como os capitalistas de D_{III} passam a adquirir bens de capital mais caros em relação aos bens de consumo produzidos, isso equivale a dizer que ocorre uma distribuição de lucros de D_{III} para D_I . (Tavares, 1973, p.42).

Entretanto, uma economia capitalista competitiva não pode manter uma taxa de acumulação e de crescimento a longo prazo permanentemente desequilibrada sem tender à estagnação (devido ao declínio da taxa de lucro, primeiramente em D_{III} , e depois em toda a economia) ou à superprodução (excesso de capacidade em D_I , que poderia elevar a disposição dos capitalistas do setor a reduzir os preços dos bens de produção, e, portanto, suas margens). Neste último caso, ocorreria o inverso, isto é, uma transferência de lucro em favor dos capitalistas do D_{III} , que representaria, no longo prazo, uma redução potencial da acumulação de D_I (levando a uma redução dos investimentos no setor e, portanto, ao declínio da taxa de acumulação global e à estagnação econômica).

Conforme discutimos no último capítulo, do ponto de vista endógeno (isto é, sem considerar governo e comércio exterior) a saída histórica encontrada pelo sistema foi uma alteração do perfil de progresso técnico. Este deixa de estar orientado a rebaixar os custos do capital variável (poupador de mão-de-obra), para também rebaixar os custos do capital constante (poupador de capital), dando origem a um novo padrão de acumulação em fins do século XIX, marcado por aumento das escalas de produção, elevação da concentração de capital ao longo dos ciclos de expansão e a já mencionada novidade histórica, a alteração da finalidade do progresso técnico.

Poderíamos indagar: mas e os mercados externos (juntamente com sua “economia da guerra”) e o governo (que poderia induzir autonomamente os investimentos), não representaram saídas ao sistema? A resposta da autora é categórica: naquele estágio de

desenvolvimento capitalista, não! “Num mundo em que a divisão internacional do trabalho especializava a periferia do sistema na produção de alimentos e matérias-primas para baixar os custos de reprodução no centro, uma crise desse tipo, com deflação geral de salários e preços, se propagaria à periferia, diminuindo a demanda externa por seus produtos e, portanto, sua capacidade de pagamento de importações do centro” (Tavares, 1974, p. 46). É, portanto do ponto de vista endógeno que se devem buscar as saídas encontradas pelo sistema – caso contrário, o problema estaria sendo empurrado para a frente e, no limite, o colapso do sistema seria inexorável.

5.2.2. Concorrência monopolista

Já mencionamos no capítulo anterior que, segundo Tavares, a análise de Marx não considerou o progresso técnico poupador de capital constante, típico da segunda Revolução Industrial, o que libertou, de uma vez por todas, a acumulação e reprodução de capital do antagonismo entre crescimento dos salários e dos lucros, tendo em vista que a acumulação deixou de estar limitada pelas condições de produção de mais valia, e passou a encontrar limites nas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada. Melhor dizendo: amadurecem as condições para o surgimento de uma terceira forma de modificação dos padrões de acumulação, através da diferenciação progressiva de um departamento especializado na produção industrial de bens de consumo capitalista (D_{II}), isto é, bens não essenciais à reprodução técnica do sistema, mas fundamentais para a reprodução ampliada do capital (Tavares, 1974, p. 49).

A partir de então, Tavares reconhece a superioridade teórica de Kalecki para compreender a dinâmica do processo de acumulação de capital, que passa a estar ligado ao consumo capitalista. Isto é, ampliam-se muito o raio de manobra e as possibilidades de reprodução ampliada e de realização dinâmica do excedente, de modo que as relações intersetoriais tornam os problemas de realização dinâmica mais complexos. O crescimento econômico do sistema, como vimos, depende de como se repartem os lucros entre o consumo capitalista e os investimentos e de como a taxa de acumulação que se deriva do crescimento de ambos determina o ritmo de crescimento do consumo dos trabalhadores. (Tavares, 1974)

Quando o desenvolvimento capitalista deu esse salto tecnológico, alteraram-se radicalmente as bases da concorrência capitalista, agora de tipo oligopólico, em que a competição passa a realizar-se cada vez mais via redução dos custos de reprodução do sistema (pela introdução acelerada do progresso técnico, pela diferenciação da estrutura de consumo e

pela conquista de novos mercados) e cada vez menos via redução de preços. Agora, o potencial da acumulação tende a exceder em muito as condições dinâmicas de realização.

A autora busca em Schumpeter, Steindl, Bain, Labini, Hilferding e Hobson meios para atualizar sua abordagem teórica sobre o capitalismo, dando destaque para o movimento da acumulação em concorrência oligopólica e não em concorrência pura.

De Steindl, a autora resgata a visão de entrelaçamento entre dinâmica e as estruturas de mercado. Melhor dizendo, Tavares se apoia amplamente na proposta teórica de Steindl sobre as implicações que diferenças entre empresas (marcadamente em custos e em margem) acarretam sobre as condições dinâmicas das estruturas dos mercados. O foco de Steindl (1954) recai justamente sobre a dinâmica das estruturas dos mercados e, para isto, o autor lançou mão de quatro conceitos-chaves.

- **Economias de escala.** Trata-se de um poderoso instrumento com efeito dinâmico sobre as estruturas do mercado. Como as vantagens de economias de escala são disponíveis apenas às grandes empresas (que graças a tais economias desfrutam de importantes diferenciais negativos de custo e positivos de margens de lucro), não é difícil perceber que as grandes unidades têm uma maior taxa de acumulação e, portanto, seu montante reinvestido é bem superior ao das empresas menores. A partir desta hierarquia de rentabilidade promovida pelas economias de escala, Steindl consegue identificar uma tendência crucial do mercado: a concentração. A extensão dos efeitos dinâmicos desta concentração dependerá da intensidade da concorrência, a qual é compreendida tanto pelas estratégias individuais das empresas como, e fundamentalmente, pelos elementos estruturais do mercado (isto é, o grau de concentração precedente, a amplitude dos diferenciais de custo e as características das empresas que atuam com custos mais elevados, se são fáceis de serem eliminadas ou não).
- **Vantagens cumulativas (a acumulação interna de lucros).** O lucro não deve ser interpretado tão somente como um resultado das estruturas de mercado (determinado pelos diferenciais de custos e economias de escalas). Na verdade, Steindl também destaca o sentido dinâmico do lucro, vale dizer, este como fonte de pressão competitiva capaz de determinar a intensidade da concorrência (mais ou menos agressiva) em cada setor. Em consonância com as vantagens de economias de escala, o importante a reter é que as diferenças em custos e lucros estimulam a concentração do mercado em favor das maiores empresas, e isso altera a estrutura dos mercados.
- **Rigidez de preços.** Os capitalistas evitam uma concorrência aberta via preços, pois temem baixar as barreiras à entrada de seus mercados (atraindo, assim, potenciais entrantes).

Este ponto encontra-se plenamente acabado em Labini: “... para as empresas maiores não convém aumentar o preço, nem mesmo se a demanda é rígida. De fato, isso induziria novas empresas a entrar ou as empresas existentes a criar novas unidades produtivas. (...). O fato é que, no oligopólio, a preocupação principal das empresas maiores que controlam os preços é a exclusão de novas empresas. (...) É, portanto, a reação dos concorrentes, efetivos e potenciais, mais do que a dos consumidores, que influencia o comportamento dos empresários”. (Labini, 1954, p.98) Entretanto, Steindl também chama atenção para o fato de os preços também refletirem a intensidade da concorrência (que é um processo dinâmico por definição) e os diferenciais de custos, fundamentalmente em favor das grandes empresas (em detrimento das empresas menos favorecidas).

- **Ociosidade planejada:** a capacidade ociosa das empresas tende a aumentar mesmo nos períodos de prosperidade, o que é coerente com a ideia de que a capacidade tende a aumentar antes e além da demanda. Segundo o autor, isto se deve a dois fatores, um de ordem técnica e outro de natureza econômica. Em relação às razões técnicas, a ociosidade planejada decorre da indivisibilidade ou durabilidade da planta e do equipamento instalado, isto é, o investimento tende a dar-se por saltos e a ser concentrado no tempo. Já em relação às razões econômicas, o autor destaca que diante das incertezas, inclusive sobre o comportamento futuro da demanda, os empresários investem esperando ser capazes de expandir suas vendas no futuro, estando prontos, desta forma, para ocupar maiores fatias do mercado – trata-se de uma arma poderosa contra uma eventual concorrência potencial, tornando-se, desta forma, uma importante barreira à entrada. Este não deixa de ser um conceito dinâmico à medida que é uma variável central de interação da empresa com o mercado – é um mecanismo regulador da produção à demanda, por influir sobre as decisões de investimento.

Se a ociosidade se eleva substancialmente (acima do planejado), inibe-se o processo de investimento, gerando desinvestimento. Nas palavras de Conceição Tavares, resgatando Steindl: “A única maneira pela qual uma indústria monopólica individual pode reagir ao excesso de capacidade indesejado é desacelerar o seu processo de expansão, o que terá como efeito diminuir o seu nível de investimento e, via demanda induzida, aumentar o grau de subutilização de outras indústrias, deprimindo o ritmo de investimento e crescimento global do sistema” (Tavares, 1974, p. 57).

A autora discorda da leitura estagnacionista de Steindl, porém ressalta algo fundamental em sua análise: o autor enterrou de uma vez por todas o espectro da estagnação do capitalismo decorrente da má distribuição de renda e da elevação da composição orgânica

do capital que assombrava a teoria econômica. “... não se trata de uma explicação das barreiras ao crescimento pelo lado dos recursos nem pelo lado da oposição salários/lucros, senão que pelo lado dos problemas de realização e da concorrência intercapitalista. Pode, portanto, ser considerada uma generalização dinâmica e de longo prazo da tese keynesiana da insuficiência de demanda efetiva e não das teses clássicas ricardiana ou marxista” (Tavares, 1974, p. 62).

Conceição Tavares está preocupada em oferecer saídas teóricas ao problema da superacumulação e do excesso de capacidade, desviando-se do problema da tendência à estagnação. De acordo com a autora, a resposta encontrada pelo próprio sistema esteve no *aprofundamento do capital* (isto é, na elevação da relação capital-produto). Segundo a autora, apesar de admitirem a hipótese de sobreacumulação, Labini e Steindl não exploraram esta possibilidade, pois se a tivessem considerado, haveria um conflito teórico com a hipótese (empiricamente verificada e defendida pelos autores) da estabilidade da relação salários-lucros (tendo em vista tanto o poder das grandes empresas de administrar os preços como o poder dos sindicatos em fixar os salários). Podemos perguntar: no que consiste o aprofundamento de capital ao qual a autora se refere? A resposta se dá tanto no nível macroeconômico (inspirando-se em Kalecki) como no nível microeconômico (inspirando-se em Labini, Bain, Steindl, Schumpeter, Hilferding e Hobson). Começemos pelo primeiro ponto.

Em termos macroeconômicos, segundo Tavares, haverá um aprofundamento de capital sempre que o ritmo de expansão de D_I e de D_{II} superar o de D_{III} , e os preços relativos dos bens de capital não caírem em relação aos dos bens de consumo. Tal situação conduziria o sistema para um padrão de crescimento oligopólico acelerado (tal como ocorreu nos casos japonês e alemão no pós-guerra, em que houve aceleração da taxa de acumulação sem problemas de realização dos lucros ou de excesso de capacidade ociosa indesejada), acompanhada por uma distribuição de renda inclinada em favor dos lucros, pela própria força da expansão global dos investimentos. Entretanto, segundo Tavares, é possível conciliar uma tendência ao “aprofundamento do capital” com estabilidade da relação lucros-salários, desde que se admita que cada um dos setores reúna características estruturais e padrões de concorrência distintos, com diferentes elasticidades à baixa das margens de lucro. Melhor dizendo, um setor pode concorrer via preços (oligopólio competitivo), aumentando os salários reais, ao mesmo tempo em que outro concorre via redução de custos (com margens de lucro menos elásticas à baixa), como é o caso do oligopólio puro (ou concentrado) – ambos representando, respectivamente,

os setores de bens de consumo e bens de produção. Entretanto, antes de avançar na caracterização microeconômica desta tipologia, vale pontuar a interpretação histórica da autora acerca de “estabilidade empírica” da relação lucros-salários e, vale antecipar, Tavares recorre à história econômica (tomando os EUA como exemplo).

A mecanização crescente da agricultura e do setor de serviços e os aumentos dos gastos de investimento do governo (déficit público) americanos representaram um mercado capaz de absorver a capacidade produtiva ociosa gerada no setor de bens de produção, de forma que este pode manter suas margens de lucro e de capacidade ociosa planejada sem prejudicar a taxa de acumulação do setor industrial. Assim, o progresso técnico continuou sendo redutor de custos, sobretudo no setor de bens de capital e na agricultura, onde a maquinização pesada tende a aumentar os rendimentos por unidade de recursos acima dos custos do investimento. No caso do investimento público, o Estado se encarrega dos investimentos mais intensivos em capital (por exemplo, infraestrutura de transportes, comunicações e urbanização). Ambos os fatores contribuíram para a expansão acelerada da indústria, puxando o crescimento dos salários, ainda que a distribuição de renda se inclinasse mais em favor dos lucros. Desta forma, foi possível manter a relação lucros-salários relativamente estável com aprofundamento do capital, sem incorrer em tendências estagnacionista.

Do ponto de vista microeconômico (e aqui reside uma das maiores contribuições teórica de Maria da Conceição Tavares), a autora também toma nota de importantes e fundamentais saídas do sistema. Lembra-nos que o aumento das margens brutas de lucros pode ser absorvido financeiramente tanto para o autofinanciamento (deixando de valer o Princípio do Risco Crescente kaleckiano) como para o direcionamento de aplicações financeiras. “O financiamento interno alcança quase 100% dos investimentos e as empresas possuem grande poder de manobra para aplicações reais e financeiras. Neste sentido, deixa de valer o Princípio do Risco Crescente, pois os empresários produtivos, em vez de transferir parte de seus lucros aos capitalistas financeiros, associam-se com estes: empurram-lhes a responsabilidade de valorização financeira de parte de seus lucros retidos” Tavares, 1974, p. 68)

Uma maneira didática de apresentar estes pontos teóricos em Tavares é resgatar sua proposta analítica de agrupar os tipos de estruturas oligopólicas, segundo as distintas características estruturais e formas de concorrência dos setores, e, o que é mais importante, seus impactos sobre a acumulação de capital. A economista propõe uma tipologia de

estruturas oligopólicas a partir das contribuições teóricas de Bain, Labini, Steindl, Schumpeter, Hobson e Hilferding.

O processo de oligopolização representa, sim, do ponto de vista teórico-histórico, uma tendência de longo prazo mediante a qual se vão configurando várias formas estruturais de organização monopólica e não apenas uma forma de concorrência intercapitalista na fase declinante ou ascendente do ciclo de expansão do capital. Assim, por exemplo, podem ser dominantes as formas de oligopólio puro ou concentrado (Steindl, Bain) em que são decisivas as barreiras à entrada e as economias de escala; a competição intercapitalista, sob a forma de introdução de inovações tecnológicas (Schumpeter); a articulação oligopólica com hegemonia do capital financeiro (Hilferding); e finalmente, a diferenciação contínua de produtos e conquista de novos mercados, no oligopólio diferenciado (Sylos-Labini). (Tavares, 1974, p.38).

A autora reúne quatro tipos de estruturas oligopólicas:

- I. **Oligopólio competitivo.** Representa a estrutura de mercado dos bens de consumo não duráveis. O padrão de concorrência admite tanto a introdução de progresso técnico redutor de custos como uma certa flexibilidade das margens de lucro para baixo – o que implica dizer que a concorrência também se dá via preços.
- II. **Oligopólio concentrado.** Corresponde ao setor produtor de bens de produção. O padrão de concorrência admite margens brutas de lucro elásticas para cima e progresso técnico intensivo em capital. O padrão de concorrência se dá mais via diferenciação de produtos. Nestes setores, há espaço para os salários reais subirem (por conta da forma de concorrência do oligopólio competitivo) de forma a compensarem a elevação das margens de lucro nas estruturas oligopólicas concentradas.
- III. **Oligopólio diferenciado-concentrado.** São estruturas de crescimento que servem para acelerar a taxa de acumulação e a expansão do mercado mundial (apesar de serem estruturas que também tendem à sobreacumulação). Segundo a autora, Steindl não considera tal estrutura em seu modelo de acumulação, que se limitou a descrever as características do oligopólio competitivo ou concentrado. O oligopólio diferenciado é uma “máquina de crescimento” schumpeteriana que utiliza complexas estruturas de produção e obsolescência acelerada do progresso técnico, alcançando a conglomeração financeira e a expansão à escala mundial – formas de concorrência mais complexas do que a simples diferenciação de produtos. A expansão dos mercados promove a integração das estruturas de consumo (em cadeias de vendas e em estrutura de produção multiplantas em vários países), o que produz importantes economias externas que se internalizam na estrutura global da acumulação das empresas. Como se trata basicamente de bens de

consumo, os limites de sua expansão estão dados (no âmbito nacional) pelos efeitos de ampliação de mercado que se consegue obter por meio de propaganda, financiamento e diferenciação do produto, até alcançar um consumo de massas à escala de cada país (este é o limite da acumulação). Alcançado este teto, começa a competição seletiva em preços, e daí voltam a fazer mais sentido as análises de Steindl de que o esforço de vendas diminuiria as margens de lucro globais. Entretanto, antes que se manifestem as tendências à estagnação decorrentes da combinação dessas estruturas oligopólicas, surge uma solução: a conglomeração financeira e a aplicação multissetorial/multinacional de lucros (pontos que não foram considerados por Steindl).

- IV. **Conglomeração financeira (Hobson/Hilferding)**. Também correspondem a “máquinas de crescimento”, pois trata-se de empresas altamente inovadoras (tal como o cartel alemão do início do século XX, a grande empresa americana do pós-Primeira Guerra, e as grandes empresas japonesas do pós-Segunda Guerra). Para além das elevadas economias de escala tecnológicas, o que é relevante nestas estruturas é a elevada capacidade de acumulação financeira e de inovação (em processos e em produtos). (Tavares, 1974, p. 73)

O importante a reter nestas linhas são as soluções endógenas (no plano microeconômico) e exógenas (no plano macroeconômico) que o capitalismo encontrou para não tender à estacionariedade, dando destaque para a intensificação do capital (o que é possível graças às contínuas inovações promovidas pelas grandes empresas), ao crescente papel dos investimentos públicos, à internacionalização crescente das operações produtivas (via exportação de capitais) e à conglomeração financeira¹⁰⁷. Todos estes fatores corroboram a tese da autora de que o capitalismo, enquanto uma máquina de crescimento, tende a ciclos mais ou menos longos, porém não tende à estagnação secular.

É no bojo destas transformações que se insere o desenvolvimento capitalista na periferia, desenvolvimento este que guarda gritantes especificidades em relação aos padrões de acumulação nas economias maduras e que, portanto, exige um tratamento particularizado.

5.3. Padrão de acumulação nas economias de industrialização periférica e tardia

Antes de adentrar na discussão sobre os problemas de acumulação de capital e distribuição de renda na periferia, a autora procura, por um lado, explicitar as especificidades

¹⁰⁷ Uma leitura histórica mais detalhada destas transformações foi realizada pela autora em 1981. Cf. Tavares e Teixeira (1981).

fundamentais das economias periféricas e, por outro, desfazer algumas confusões teóricas acerca de alguns conceitos relativos ao subdesenvolvimento (como salários, desemprego e natureza do progresso técnico).

Sobre as especificidades, a autora ressalta, em primeiro lugar, que a introdução do progresso técnico não é determinada apenas endogenamente, como nas economias maduras, mas também exogenamente (Tavares, 1973, p. 46), isto é, via importação de bens de capital ou investimentos das filiais estrangeiras – o que faz toda a diferença no momento em que tais economias amadurecem (bruscamente) suas estruturas industriais. “Nossas economias semi-industrializadas podem apresentar alguns aspectos patológicos de maturidade, junto com bloqueios de crescimento e com problemas de juventude, mas estão longo de apresentar uma dinâmica interna comparável à dos problemas de crescimento industrial em economias maduras” (Tavares, 1974, p. 80). Este ponto ficará mais claro adiante (e principalmente no capítulo 6). Aqui, resta ressaltar dois traços de nossas economias, segundo Conceição Tavares:

- No caso da periferia, as empresas não se distinguem pelo tamanho das plantas ou pelas economias de escala, mas fundamentalmente pelo fato de serem ou não de propriedade estrangeira – é isso que garantirá ou não menores custos e uso mais eficiente das técnicas produtivas. “Estas [as empresas estrangeiras] têm vantagens relativas que se devem tanto à obtenção a custo ínfimo de marcas, patentes, tecnologia, assistência técnica e marketing como às possibilidades de utilizar dinamicamente essas vantagens para diferenciar a sua estrutura de produção e de custos e de se tornarem rapidamente dominantes no mercado” (Tavares, 1974, p. 81).
- As empresas líderes dos setores (fundamentalmente estrangeiras) têm um acesso quase que ilimitado ao capital. Como tais empresas atuam em setores altamente concentrados, os determinantes dos investimentos (de inspiração kaleckiana e steindliana) – a taxa interna de lucros retidos e o princípio do risco crescente – deixam de ter validade teórica para explicar a acumulação de capital na periferia.

Em segundo lugar, a autora ressalta que a reprodução ampliada do capital nestas economias não pode se dar fora dos marcos da expansão do capitalismo internacional e da intervenção do Estado (Tavares, 1973, p. 46). Neste sentido, a hipótese steindliana de que a taxa de crescimento é dada exogenamente pelas condições de expansão global da economia também não se aplica, devido ao grande impacto agregado das estratégias de expansão das grandes empresas oligopolísticas e das empresas do setor público. (Tavares, 1974, p. 82).

Agora, em relação aos problemas conceituais presentes nas análises sobre o subdesenvolvimento, Conceição Tavares procura desfazer duas confusões: i) as relações entre taxa de salário e acumulação; e ii) especificidades das relações entre acumulação e distribuição de renda – reforçando os pontos já discutidos em sua análise sobre os padrões clássicos.

Como já adiantado no item anterior, a variável macroeconômica fundamental em termos do potencial de acumulação não é a taxa de salário em si, mas o grau de exploração que garante excedentes às empresas, através do diferencial entre o custo da mão-de-obra (salário) e a produtividade por homem ocupado¹⁰⁸. A taxa de salários urbana se determina a partir do movimento endógeno da acumulação de capital e sua interação com outros três fatores, a saber: a estratificação do mercado de trabalho (interno e externo às grandes empresas), o grau de organização da mão-de-obra e as instâncias de mediação histórica¹⁰⁹.

Sobre a questão do desemprego e a natureza do progresso técnico, a autora permanece fiel à visão de que esta não se define em termos neoclássicos (com base em preços relativos dos fatores de produção), tampouco em termos marxistas (com o objetivo de recompor permanentemente o exército industrial de reserva). Para Tavares (1973 e 1974), o tipo de progresso técnico se define no nível da competição intercapitalista, porém no caso das periferias isto não se dá apenas no nível interno, mas também no plano “exógeno” de introdução de capital estrangeiro. Na verdade, segundo a autora a questão da “escolha da técnica” (tão ressaltada por Prebisch e Furtado) é um falso problema, pois “O verdadeiro problema está na escolha dos produtos e, por derivação, na modificação da estrutura da produção que afeta e diferencia a demanda” (Tavares, 1974, p. 84). Ancorar a análise econômica num suposto “critério social” da produção (como Furtado dá a entender), além de ser completamente estranho em se tratando de economias capitalistas, esconde o que é fundamental aos capitalismo tardios e periféricos: “a chamada dependência externa tecnológica” (Tavares, 1974, p. 85): estruturas de produção altamente eficientes do ponto de vista microeconômico, mas que fazem evidentemente um “mau uso macroeconômico” da alocação de produtos e dos recursos da periferia, com elevados “efeitos perversos sobre a

¹⁰⁸ Aqui há um claro diálogo com as teses estagnacionistas de Celso Furtado. Tavares havia apresentado esta crítica um ano antes, em Tavares & Serra (1972) – ponto que analisaremos no próximo capítulo.

¹⁰⁹ Deixamos para discutir o problema da determinação dos salários bem como as instâncias de mediação histórica em economias periféricas no próximo capítulo, no item 6.2.5., onde abordaremos a questão de forma menos abstrata.

estrutura de consumo e a distribuição da renda” (Ibid.) – o que fica evidente logo após a fase de amadurecimento do desenvolvimento capitalista na periferia.

Nas primeiras fases da industrialização das economias tardias e periféricas (isto é, na fase da industrialização restringida), o padrão de acumulação urbano esteve orientado para a reprodução ampliada de D_{III} . Dado que as condições históricas da periferia limitam a expansão salarial urbana (devido aos gigantescos fluxos de migração do campo para as cidades, causa fundamental da superabundância urbana de mão-de-obra), o nível médio dos salários industriais pôde manter-se aproximadamente igual ao custo de reprodução da mão de obra. Nestas condições, conforme se elevava a produtividade da mão de obra do D_{III} , elevava-se o potencial de acumulação para outras áreas (D_I). Mas a autora é bastante clara ao defender que a elevação da produtividade na periferia não dependeu exclusivamente desta acumulação prévia em D_{III} , isto é, não esteve ligada ao processo de geração e transferência de um excedente de D_{III} para D_I como no caso central. A reprodução ampliada do sistema se fez exogenamente mediante a importação de bens de capital. Logo, e isso é o fundamental a reter em Tavares, na periferia “...não se necessita mesmo nas primeiras etapas da industrialização rebaixar o consumo dos trabalhadores ao nível mínimo de subsistência, sempre que se conte com o apoio de um setor exportador especializado que produza um excedente suficiente para financiar parte da acumulação urbana” (Tavares, 1973, p. 51). Logo, a solução para o antagonismo lucros-salários tem um encaminhamento bastante específico.

Nesta fase, o D_{II} não tem efeito sobre a taxa de acumulação real, pois inexistente na estrutura industrial. Nestes termos, a expansão do consumo capitalista representa apenas uma apropriação de parte do excedente que é gerado endogenamente em outros setores produtivos. Em outras palavras: nas primeiras etapas de industrialização periférica, além da oposição lucros-salários, soma-se outro antagonismo à reprodução ampliada de capital: consumo capitalista-acumulação, isto é, o consumo capitalista, conforme avança, entorpece os esquemas de acumulação e reprodução de capital endógeno na periferia, pois os recursos são transferidos para o exterior – no limite, somente neste estágio de desenvolvimento capitalista teriam validade as concepções prebischianas e furtadianas acerca da “esterilização de poupança”. Entretanto, esta “oposição” perde relevância conforme o desenvolvimento capitalista periférico amadurece e dá lugar a outro padrão de acumulação.

O que sobressai na análise da autora sobre este padrão de acumulação é a plena correspondência entre o tipo de produção industrial e a generalização do consumo, isto é, um

padrão de oferta adequado à estrutura de demanda urbana existente, não exigindo modificações fundamentais na distribuição de renda.

...a expansão da renda gerada internamente dá lugar a uma estrutura de demanda que é compatível com a ampliação da estrutura produtiva e, portanto, com os padrões de produtividade e renda dos novos estratos assalariados urbanos. Ou seja, o padrão de industrialização continuava orientando-se claramente pela expansão do Departamento III, só que dessa vez com poderosos efeitos de acumulação endógena e, portanto, de reprodução ampliada. Quer dizer que nessa etapa se estabelecem os primeiros nexos industriais com um D_I (produtor de bens de capital), por efeitos endógenos, derivados da expansão da demanda interna. (Tavares, 1973, p. 56)

A fase de maturidade do desenvolvimento capitalista nas economias industriais tardias é alcançada a partir do momento em que o progresso técnico passa a incorporar-se sob a forma de intensificação do capital (Tavares, 1973, p. 50), e isso pode se manifestar, fundamentalmente, de três formas: via modernização de D_{III} , via instalação do D_{II} ou via expansão relativa da capacidade produtiva de D_I ¹¹⁰. Em outras palavras, do ponto de vista industrial, a maturidade é alcançada quando a dinâmica das relações intradepartamentais se torna mais complexa.

Quando o D_{II} é implantado e lidera o padrão de acumulação, a oposição entre consumo capitalista-acumulação perde o sentido histórico, e o antagonismo entre lucros e salários se resolve dinamicamente mediante uma aceleração da taxa de acumulação, que acarreta uma aceleração do consumo dos trabalhadores (embora a um ritmo inferior). Nas palavras da autora, “...em condições de taxa de acumulação e produtividade crescentes o consumo dos trabalhadores não só continua crescendo como pode, inclusive, aumentar em relação ao padrão anterior, uma vez que o forte aumento de produtividade em D_{III} permite subir em simultâneo a taxa de salário e a taxa de exploração da mão-de-obra” (Tavares, 1973, p. 50).

No momento em que o D_I é endogeneizado (e lidera o padrão de acumulação) a relação salários-lucros também não é resolvida à custa de uma redução dos salários. A autora mostra que nesta fase, pelo contrário, o consumo dos trabalhadores (e salários) deve avançar conforme avança D_I , tendo em vista que se estabelecem relações de interdependência dinâmica entre D_I e D_{III} .

Começa a tomar forma um antagonismo crescente entre salários e lucros quando o padrão de acumulação é dado por D_{II} e complementado por demanda autônoma do governo,

¹¹⁰ No caso brasileiro, como veremos no próximo capítulo, todas estas formas se manifestaram simultaneamente e num curto intervalo temporal.

puxando D_I . A mencionada interdependência dinâmica entre D_I e D_{III} se rompe, dando lugar a uma clara oposição entre consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores, isto é, neste padrão de acumulação, o consumo dos capitalistas tende a acelerar-se à custa do ritmo de crescimento do consumo dos trabalhadores para manter uma mesma taxa de acumulação. Mas estes problemas só são exacerbados quando se termina a implantação do D_{II} , pois durante a sua montagem o que prepondera não é o consumo capitalista em si, mas a expansão acelerada do D_I . Nas palavras da autora:

...o período de instalação de D_{II} não corresponde a um aumento do consumo dos capitalistas, mas do investimento. Deste modo, é a capacidade produtiva de D_I que se expande, e, com ela, a demanda de consumo dos trabalhadores pode acompanhar o ritmo de acumulação industrial. O problema está em que na etapa subsequente se necessita um maior ritmo de crescimento da demanda de consumo dos capitalistas para permitir a realização dinâmica, isto é, manter a taxa de acumulação anteriormente alcançada. (Tavares, 1973, p. 52)

O descompasso interindustrial da fase pós implantação do D_{II} requer um ajustamento (exógeno e endógeno) no padrão de acumulação e de distribuição de renda. No caso do ajuste exógeno, a autora menciona brevemente os investimentos públicos ou do capital estrangeiro (que podem ter a função de evitar o ciclo recessivo). Do ponto de vista endógeno, e o que é fundamental a reter em sua análise, este padrão de acumulação requer uma redistribuição de renda em franco favor dos capitalistas, e é quando se abre uma gritante oposição entre lucros-salários. Vejamos com vagar este ponto, que é de suma importância em seu pensamento.

Em toda economia capitalista, é patente que a estrutura de demanda deva orientar e corresponder a uma estrutura de oferta: entretanto, o “anormal” nas economias periféricas (e brasileira, sobretudo) é que o perfil de consumo das economias avançadas (baseado em bens industriais de altíssimo valor agregado para os padrões de renda média da periferia) passa a orientar a diversificação produtiva da região. O fundamental não é o “mimetismo cultural” (ou “efeito demonstração”) per si, mas sim o fato de estas formas de consumo não essenciais ocorrerem à custa de consumo essencial à esmagadora parcela da população. Dito de outro modo, o problema é quando estes padrões de consumo orientam o processo de acumulação por meio de uma distribuição da renda em favor dos estratos mais altos (gerentes, alta burocracia estatal, além dos próprios capitalistas). Nas palavras da autora:

A nova descontinuidade que se coloca para a distribuição da renda pessoal surge, portanto, quando, uma vez internalizado o efeito-demonstração de padrões de consumo das classes altas na própria configuração do aparato produtivo, se requer expandir o mercado interno das novas indústrias de consumo durável sob forte proteção do exterior, e cujos preços absolutos requerem consumidores com renda muito superior à média nacional. A imitação dos padrões de

consumo seria, desse modo, insuficiente para expandir a demanda. O problema não reside pois no efeito-demonstração, mas na necessidade de antecipar a demanda, quer dizer, distribuir a renda de modo mais concentrado, uma vez esgotada a reserva de mercado existente. (Tavares, 1973, p. 54)

O novo padrão de acumulação ganha dinamismo à medida que se acentua uma distribuição regressiva da produtividade e renda, pois é isso que permitirá a expansão e diversificação do mercado consumidor.

...redistribuição da renda contra os assalariados e consumidores de base e em favor de certos estratos médios e urbanos privilegiados passa a ser um pré-requisito para o funcionamento corrente desse tipo de setores e não apenas um resultado a posteriori da concentração econômica urbana. (Tavares, 1973, p. 59)

Num modelo tri-departamental kaleckiano, a autora ressalta que a dinâmica normal da baixa cíclica (após a saturação das oportunidades de investimentos) inicia-se em D_I , segue em D_{III} e finalmente a desaceleração alcança D_{II} . Do mesmo modo, a trajetória “normal” de recuperação endógena seria: “investimento público, investimento privado, consumo dos trabalhadores e consumo dos capitalistas” (Ibid., p. 63), isto é, D_I , D_{III} e, por último, o D_{II} . Entretanto, a trajetória de recuperação da economia brasileira (após a recessão do início da década de 1960) foi completamente distinta e assimétrica, pois “...se realizou, fundamentalmente, pela recuperação do investimento público e a expansão acelerada do consumo dos capitalistas, precedendo a recuperação do investimento privado e impedindo a expansão do consumo dos trabalhadores” (Tavares, 1973, p. 64).

Neste padrão de acumulação, como o consumo dos operários e outros trabalhadores de base não é relevante, a política salarial pode ser orientada a rebaixar os salários destes estratos mais baixos, em benefício dos estratos mais elevados (de modo a ampliar o mercado consumidor e, desta forma, adequar a estrutura produtiva à demanda). É o que anos mais tarde a autora chamaria de “instâncias de mediação”, isto é, aspectos políticos e institucionais que favorecem o padrão de acumulação em cada fase histórica, adequando a estrutura da demanda à estrutura produtiva. O objetivo da política econômica do período foi justamente alargar a demanda. Em suas palavras: “...se produz uma reorientação macroeconômica do excedente desde os setores de consumo popular para os setores ligados ao consumo capitalista, o que lhes permite acelerar sua taxa de expansão além da própria taxa de lucros interna” (Tavares, 1973, p. 66). Ou ainda,

O nervo da questão está na separação entre produtores (assalariados de base) e consumidores (empregados de médias e altas rendas) e no fato de que a acumulação se dá essencialmente ao nível das empresas e que, portanto, não há nenhuma contradição entre consumir (pessoas de

altas rendas) e poupar (lucros retidos nas empresas e rendas de propriedade pessoal). (Tavares, 1973, p. 65)

A abordagem de Tavares não deixa de conter um tom crítico tanto ao enfoque de Prebisch e Furtado no tocante à questão da “esterilização da poupança” pelo consumo conspícuo das classes mais altas¹¹¹, como à condução da política econômica (altamente concentradora de renda) durante o regime militar.

A autora avança na discussão teórica das estruturas oligopólicas (avançadas) no capitalismo tardio brasileiro, mas preferimos trabalhar tais conceitos no próximo capítulo. Aqui, gostaríamos de apenas adiantar que a ênfase nesta discussão procura tornar claro que a concentração de capital é precoce ao desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras da autora:

Não é que a concentração veio como produto do desenvolvimento das forças produtivas. Não, na verdade, ela é anterior à concentração de capital. Então o objetivo era basicamente olhar a concentração de capital como um dos fenômenos do nosso tipo de acumulação, nosso padrão de acumulação de capital. (Tavares, 2010)

Feitas estas considerações teóricas preliminares, podemos avançar na discussão do pensamento econômico da autora sobre a industrialização nacional na última parte deste trabalho.

¹¹¹ Tavares qualifica melhor este ponto, dizendo que o consumo conspícuo não desestimula os investimentos quando o D_{II} está internalizado, pelo contrário, o estimula (ainda que, como vimos, de forma socialmente perversa). Nas palavras da autora: “...em uma sociedade com um polo capitalista urbano importante, é o gasto dos consumidores de renda alta e não suas ‘poupanças’ o que incentiva o investimento e é o próprio processo de expansão produtiva que gera seu financiamento, ou seja, o acréscimo de poupança” (Tavares, 1973, p. 65).

Conclusão: O movimento lógico-histórico na obra de Maria da Conceição Tavares

Nesta parte do trabalho tentamos tornar claros os avanços teóricos de Maria da Conceição Tavares em dois temas centrais: a teoria da acumulação em Marx e as considerações sobre o princípio da demanda efetiva em seu estudo acerca da estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo. Compreender os rumos do capitalismo global e periférico, em particular, foi o grande tema da obra de Maria da Conceição Tavares. Entretanto, em seu esforço crítico de repensar a dinâmica do capitalismo a autora propôs uma leitura altamente original dos grandes teóricos da economia.

Não realizaremos aqui uma radiografia sobre o método de pesquisa da economista, tarefa para a qual, aliás, não nos sentimos preparados. Entretanto, um aspecto central que acompanha suas análises (e, portanto, pode ser considerado seu método de pesquisa) merece ser destacado: a autora evidencia a alta complexidade que requer a passagem da análise teórica (seja de Marx, Keynes, Kalecki, Schumpeter, Steindl, Hobson ou Hilferding) à análise histórico-concreta. Seus avanços teóricos circunscreveram-se justamente na tarefa de repensar os grandes “clássicos” à luz dos desdobramentos da história econômica, o que requer uma constante “historicização” dos conceitos.

A economista ensinou-nos que não se devem pegar os conceitos teóricos elaborados num tempo e espaço específicos e transportá-los mecanicamente para uma nova realidade temporal e espacial, como se fossem dogmas, verdades absolutas. Na verdade, há clara correspondência deste método com o histórico-estruturalista, pelas razões já mencionadas no primeiro capítulo. Entretanto, em relação aos estruturalistas Tavares avançou pelo fato de ter resgatado as teorias econômicas, para repensar a configuração contemporânea do capitalismo global e periférico, em particular, o que lhe rendeu, inclusive, uma severa autocrítica (ponto que abordaremos na próxima parte). O resgate das ideias gerais do pensamento econômico não é exclusividade de Tavares, tendo em vista que Prebisch e Furtado fizeram importantes revisões. Entretanto, os avanços teóricos da autora estão na endogeneização destas teses em sua obra, formando um bloco todo articulado entre discussão teórica – análise história – crítica teórica, o que eleva o desafio do leitor de sua obra para compreender suas ideias.

No terceiro capítulo discutimos a preferência de Tavares pela utilização dos esquemas de reprodução **kaleckianos**, por serem mais facilmente passíveis de dinamização e atualização em cada momento do desenvolvimento capitalista (o que facilita sua análise lógico-histórica) e também por permitir integrar a acumulação de capital (decomposta em três departamentos) à distribuição de renda (entre lucros e salários). Kalecki representa alguns avanços em relação a Keynes, sobretudo por interpretar o Princípio da Demanda Efetiva como

um princípio dinâmico da economia capitalista, evitando interpretações neoclássicas de Keynes. Buscamos resgatar três ideias centrais do pensamento da autora: i) a falsa oposição entre lucros e salários, pois os lucros dependem das decisões de gasto dos capitalistas, de modo que a acumulação não esbarra nos salários, mas em si mesma. Do mesmo modo, a distribuição de renda é determinada pelo movimento de acumulação, pelo padrão de concorrência intercapitalista e pelo poder de organização dos trabalhadores. Neste sentido, as lutas de classes afetam a distribuição de renda, porém de forma subordinada ao movimento de acumulação. ii) A instabilidade estrutural do capitalismo, que em Kalecki é vista a partir da desproporção entre os três setores. Segundo o autor, o D_1 tende a expandir sua capacidade acima dos outros setores, tendo em vista que os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas não definem coordenadamente suas decisões de gasto – imperando a anarquia da produção. iii) O sistema não tende à estagnação, mas oscila em movimentos cíclicos de expansão e contração e, em sua leitura schumpeteriana do capitalismo, Tavares entende que o combustível da dinâmica é a inovação. Procuramos mostrar que a ênfase nos aspectos internos da acumulação em Tavares tem raiz tanto em Kalecki como em Schumpeter.

De **Keynes**, procuramos tornar clara a interpretação da autora sobre o caráter instável do sistema, tendo em vista que as decisões de investimento são tomadas com base em duas variáveis de comportamento futuro incerto: a taxa de juros e a eficiência marginal do capital. Mas Tavares chama atenção para o fato de que o determinante fundamental dos investimentos é a eficiência marginal do capital (as expectativas), e não um movimento autônomo das taxas de juros. Estas podem subir e não necessariamente inibir o investimento, se as expectativas apontarem aumento ainda maior da eficiência marginal do capital. Entretanto, como o investimento é muito dependente do crédito, na fase ascendente do ciclo as empresas se alavancam e na fase descendente (quando os juros estão elevados) a carga financeira provoca um colapso das empresas mais débeis, no momento em que suas taxas de lucro estão em queda. Essa abordagem desloca a tese de que os problemas de crescimento das economias capitalistas se devam a problemas de insuficiência de poupança. Na verdade, a autora qualifica melhor o conceito de poupança, abrindo mão do conceito de poupança desejada presente em Keynes em favor de outros três outros (a poupança potencial, a poupança efetiva e a poupança financeira), desfazendo de uma forma bastante criativa o mito neoclássico de que o problema do investimento deve à poupança.

A autora também avançou muito na discussão sobre a teoria da acumulação em **Marx**. Se a militância de Tavares acerca das teses keynesianas foi contra os vícios neoclássicos, sua militância acerca das teses de Marx será contra o marxismo vulgar, dogmático e mecanicista.

Tavares procurou ressaltar as leis de movimento do capitalismo na análise de Marx, ressaltando tanto a face antagônica como a face progressiva do processo de acumulação de capital.

A autora compartilha a visão de Belluzzo (1975) acerca da lei do valor enquanto lei geral da valorização do capital. O fundamental na análise das economias contemporâneas, segundo Tavares, é o lucro, pois ele é o resultado do movimento global da produção capitalista. Segundo Tavares, o lucro é a constituição complexa do movimento de valorização do capital, movimento este que pode ser analisado a partir de três órbitas (interligadas e indissociáveis): a órbita da produção de mercadorias, a da circulação de mercadorias e a órbita da circulação financeira. Nesta última se dá a transformação do dinheiro em uma mercadoria especial, que se valoriza apenas na esfera monetário-financeira, prescindindo do movimento da produção. Desta forma, Maria da Conceição Tavares procura tornar claro que o lucro não pode ser deduzido da mais-valia, apesar de esta ser sua origem.

Em sua análise, a autora procura criticar as interpretações que veem Marx como um ricardiano menor. A autora não vê sentido teórico nos exercícios de transformação do valor em preços de produção, pois reconhece a impossibilidade de se mensurar a mais-valia. Na verdade, em uma economia monetária, o que se trocam são mercadorias, e não “valor-trabalho”. Este é a forma necessária, mas infiel do valor (Banfi, 1970). Os preços se definem no nível da concorrência intercapitalista, isto é, em que se definem o grau de monopólio e os lucros. Se lembrarmos que os preços carregam os lucros, e que estes resultam do movimento das três órbitas de valorização do capital, não é difícil compreender a tese da autora de que os preços não guardam relação com a mais-valia.

A autora também se afasta das interpretações marxistas que defendem uma tendência inexorável do capitalismo à queda da taxa de lucros, dada a elevação da composição orgânica do capital. Na verdade, sobre este ponto a autora chama atenção e contribuiu de forma original ao debate: não interpreta tal tendência em um movimento único e determinístico. A rigor, Conceição Tavares chama atenção para um limite na análise de Marx (limite este que foi imposto por seu tempo histórico): o progresso técnico não é orientado apenas para rebaixar os custos do capital variável (tornando o trabalho dispensável), mas também, e fundamentalmente, para rebaixar os custos do capital constante (poupando capital), sendo isto uma poderosa força contrarrestante da tendência à queda da taxa de lucro. Como ainda sugere Braga (2000) é possível compreender a lei de tendência, no pensamento de Tavares, enquanto uma lei dinâmica do movimento real do capital.

Procuramos destacar na obra de Tavares que a base da valorização do capital se assenta em duas “pernas”: o trabalho e o dinheiro, e que, em seu movimento, o processo de valorização tende a negar progressivamente o valor do trabalho e se afirmar no dinheiro. Ou seja, a autora percebe que os elementos financeiros e fictícios da acumulação de capital tendem a ganhar maior expressão que o circuito produtivo. Mas é também verdade que Tavares não crê em um descolamento permanente entre as órbitas da produção e circulação de mercadorias e a órbita da circulação do dinheiro, ainda que a valorização passe a depender cada vez mais do circuito monetário-financeiro.

O capital, prisioneiro de si mesmo, tende inexoravelmente à crise, tornando o sistema altamente instável e impossibilitado de se auto-regular. Afastando-se de visões catastrofistas do capitalismo, a autora procura se distinguir dos marxistas que dogmaticamente esperam pela crise sistêmica definitiva. A “crise definitiva” do sistema para Tavares é a presença cada vez mais ativa do Estado em sua regulação.

Na discussão sobre o capital financeiro, procuramos trabalhar com duas dimensões conceituais empregadas pela autora: a ativa (representando a parcela do capital financeiro atua no cerne da acumulação de capital, financiando a produção de mercadorias) e a passiva (a parcela eminentemente especulativa do capital financeiro, sem vínculo com o capital produtivo). Em seu entender, o capital financeiro é a via que conduz o capitalismo à monopolização e internacionalização, através da fusão de formas diferentes de capital (**Hilferding**), sob o domínio do capital bancário, representado pela classe dos financistas (**Hobson**), que combinam produção e especulação financeira por meio da constituição de um enorme e complexo aparato financeiro. Tavares aponta também o avanço de Hobson em relação à abordagem de Hilferding por chamar atenção para o domínio bancário e por ter identificado pioneiramente a economia norte-americana como o centro dominante do capitalismo moderno.

No último capítulo, procuramos trabalhar conceitualmente o **padrão de acumulação** em Conceição Tavares. Defendemos que o termo se refere a um estágio de desenvolvimento capitalista, mas também é uma construção teórica que permite à autora combinar três eixos de análise: a dinâmica de crescimento industrial, a estrutura industrial e a forma de concorrência intercapitalista. As características gerais do capitalismo discutidas ao longo dos capítulos três e quatro (grosso modo: movimento dinâmico não tendente à estagnação, falsa oposição entre lucros e salários, alta capacidade inovativa, dinâmica instável e tendência à valorização do capital caminhar no circuito monetário-financeiro) são rediscutidas sob outra roupagem, através das estruturas de oligopólios, que marcam os estágios de desenvolvimento capitalista,

e suas articulações com a distribuição de renda (que tende a ficar relativamente constante, apesar de inclinada a favor dos lucros). As estruturas de mercado trabalhadas pela autora são: os oligopólios competitivo, concentrado e diferenciado-concentrado, bem como a conglomeração financeira.

No caso da periferia, a autora procura trabalhar brevemente algumas especificidades do desenvolvimento capitalista. O padrão de acumulação segue, grosso modo, a mesma construção teórica, com uma diferença fundamental: não é possível pensar o capitalismo periférico fora dos marcos da expansão capitalista global. Entretanto, como trabalharemos no próximo capítulo, isto não significa que os fatores externos determinem a dinâmica capitalista na periferia – em última instância sim, mas não em primeira instância, com destaque fundamentalmente ao papel dos Estados nacionais e, a reboque deles, as suas burguesias (que passam a ter um papel secundário no jogo econômico na fase de “maturidade”).

Sobre a questão do progresso técnico na periferia (expressão última da dependência tecnológica externa), a autora procura ressaltar não a escolha da técnica em si (como fazem os cepalinos), mas a orientação da estrutura produtiva (aproximando-se de Aníbal Pinto). Como ficará mais evidente no próximo capítulo, o problema da distribuição de renda não tem a ver com as tecnologias intensivas em capital (isto é, ela é exógena ao progresso técnico), mas vem a reboque do processo de acumulação de capital e sua interação com i) o passado (relações de poder arcaicas no campo); ii) com as lutas de classes; e iii) as instâncias de mediação histórica. São estes os fatores que determinam a taxa de salários.

Independentemente da orientação do progresso técnico, a distribuição de renda na periferia pôde se manter constante e sem prejuízos aos trabalhadores até a conclusão da internalização do D_{II} (isto é, enquanto D_{II} e D_I lideraram o padrão de acumulação). A partir de então, perde espaço o destaque ao mimetismo cultural em si (Furtado, 1974) e ganham relevo as formas de consumo não essenciais que ocorrem à custa do não-consumo da base da pirâmide social, o que alimenta uma dinâmica econômica altamente perversa. A análise não deixa de conter um tom crítico à condução da política econômica conduzida pelos governos militares.

Parte III – As fases do pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares

Capítulo 6 – As fases do pensamento econômico de Conceição Tavares

Este capítulo consiste, essencialmente, numa reunião, sistematização e avaliação da extensa obra de Maria da Conceição Tavares no tocante à economia brasileira e à sua interpretação da economia mundial. Seu pensamento econômico esteve politicamente alinhado à discussão do processo de industrialização brasileira, tendo destaque tanto os problemas oriundos da nossa formação capitalista tardia como os da nossa formação histórica. Para expor suas teses periodizamos o pensamento econômico da autora em três fases: a cepalina, a do desenvolvimento capitalista no Brasil e a fase da economia política internacional.

Na fase cepalina, a autora avança na discussão sobre o processo de substituição de importações brasileiro, sintetizando um conjunto de formulações já presentes em vários textos da Cepal sobre a estrutura econômica e a dinâmica de crescimento que vigorava na América Latina e, particularmente no Brasil, até os anos 1960 – fazendo uma análise bastante próxima das de Raúl Prebisch (1949 e 1963) e das de Celso Furtado (1959 e 1961) – pontos amplamente discutidos na parte I do trabalho. Nesta fase a autora também avançou na discussão sobre os “estilos de desenvolvimento” – proposta inicialmente por Aníbal Pinto (1965 e 1970) e Vuskovic (1970) – que lhe serviu de insumo teórico na crítica à visão estagnacionista de Furtado (1966 e 1967). Os artigos centrais desta fase foram o *Auge e declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* (1963) e o *Além da Estagnação* (1971).

Como vimos na parte I, o pensamento estruturalista dos anos 1960 foi marcado pela avaliação crítica do processo de industrialização. Não é exagero afirmar que o pontapé da maioria das análises no interior da Comissão naquela década foi um só: *a constatação de que a industrialização aprofundou as marcas estruturais do subdesenvolvimento na região*, como Furtado (1961, 1966), Prebisch (1963), e Pinto (1965, 1970). Não podemos perder de vista a importância destas ideias – discutidas no primeiro capítulo – para situar o pensamento de Maria da Conceição Tavares, tendo em vista que seus trabalhos estão inseridos neste contexto crítico.

A segunda fase da autora é marcada por seu alinhamento teórico com os economistas da chamada “Escola de Campinas” (João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Carlos Lessa, Luciano Coutinho e Wilson Cano). Nesta fase a autora buscou romper com os esquemas cepalinos de interpretação da economia brasileira – o que inclui sua própria autocrítica. A segunda fase de pensamento da autora considerada por nós a mais importante, é representada, **no âmbito latino-americano**, por uma leitura crítica das teses cepalinas (especialmente a periodização da industrialização), das teses da dependência (especialmente a importância da primeira e última instância) e de Ignácio Rangel (ênfase na questão da acumulação de capital e dinâmica cíclica da economia brasileira) e, **no âmbito do pensamento econômico** geral, por uma releitura original da teoria da acumulação de Marx e da demanda efetiva em Keynes e Kalecki. Além disso, a autora fez importantes considerações às ideias de Schumpeter, Labini, Hilferding e Steindl na discussão sobre o desenvolvimento capitalista central e periférico. Como vimos na Parte II, o fato de tais teorias terem sido pensadas a partir de uma problemática distinta (vale dizer, a do capitalismo avançado) não signifique que sejam inúteis para compreender a dinâmica capitalista periférica. O esforço teórico de Tavares (1973, 1974 e 1978) vai no sentido de adaptar à periferia estas teorias pensadas em outras realidades, o que é possível mediante um árduo esforço de crítica conceitual – não é à toa que em suas teses da maturidade, a autora sempre iniciou a discussão fazendo um esforço de purificação teórica antes de se chegar à discussão histórica, e é justamente esta estrutura que procuramos manter neste trabalho. Portanto, a leitura desta última parte requer a leitura antes das Partes I e II, onde apresentamos o contexto histórico intelectual e os conceitos teóricos. Os trabalhos fundamentais desta etapa são: *Distribuição de renda, acumulação e padrão de industrialização* (1973), *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1974), *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (1978) e *Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos* (1981).

Por fim, a terceira fase de pensamento (a mais atual) é marcada pelo interesse dos rumos do capitalismo mundial e da chamada globalização financeira. A autora apresenta uma importante interpretação da economia internacional, dando origem a um amplo debate sobre os problemas do neoliberalismo, tanto do ponto de vista global como do nacional, especificamente. Seu artigo *A retomada da hegemonia norte-americana*, 1985, deu início a uma nova linha de pesquisa na área da Economia Política Internacional, que tomaria forma nos anos 90 e orientaria a pesquisa da autora e de um conjunto de economistas e cientistas

sociais da Unicamp e UFRJ. As preocupações com a economia brasileira também estão presentes nesta fase, onde a autora resgata e aprofunda questões apenas indicadas na segunda fase, especialmente os aspectos políticos e as lutas de classes.

Dois elementos são constantes nesta fase: as estruturas hegemônicas de poder (nacional e internacional) e a ênfase do movimento do dinheiro mundial. Em uma passagem, a própria economista sugere esta mudança de enfoque:

Minha visão mais recente do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial foi sendo construída como trabalho coletivo de um grupo de economistas políticos do Rio de Janeiro e de Campinas, com a colaboração indispensável do cientista social José Luís Fiori, que introduziu formalmente a geopolítica em nossas análises e reuniu os ensaios mais significativos nos livros *Poder e dinheiro* (1997) e *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999). Nosso ponto de partida difere do da escola cepalina: fizemos uma releitura do desenvolvimento do sistema capitalista e de seus esquemas de dominação dando ênfase maior ao dinheiro internacional – e não ao progresso técnico – como expressão do nexo de dominação do capital financeiro sobre a periferia nos últimos 150 anos. Vale dizer: não usamos o esquema clássico da divisão internacional do trabalho porque ele só parece ter funcionado a contento até o último quartel do século XIX. (Tavares, 2000, pp. 131-2)

Acreditamos, entretanto, que esta terceira fase de pensamento econômico de Tavares tenha representado menos uma ruptura com a segunda fase do que uma releitura de seus trabalhos, agora repensados a partir tanto de um novo contexto histórico (o da globalização financeira e do avanço do neoliberalismo no Brasil) como de uma problemática conceitual maior – articulando os problemas econômicos com conceitos da área de ciências sociais (como as estruturas de poder, pactos de dominação, hegemonia) e das relações internacionais (geopolítica e geoeconomia).

É de suma importância deixar claro ao leitor que nossas considerações sobre esta última fase do pensamento da autora não vão além de algumas notas introdutórias, pois nosso objetivo na apresentação desta fase consiste menos em fazer uma leitura histórica e conceitualmente aprofundada dos livros/artigos da autora do que apenas indicar algumas nuances em relação à segunda fase (sobre a qual manifestamos maior interesse neste trabalho).

6.1. Primeira fase: fase cepalina e de transição

Tendo como referência teórica as propostas da Cepal, impulsionadas pelo processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento econômico para economias latino-americanas, Conceição Tavares, em 1972, publica sua clássica obra *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Formada por quatro ensaios que, direta ou

indiretamente, fazem diálogo com a concepção cepalina de substituição de importações. A obra tem como preocupação central compreender melhor o processo de desenvolvimento da economia brasileira.

6.1.1. Substituição de Importações

No ensaio *Auge e declínio do processo de Substituição de Importações no Brasil* (1963), tido hoje como um clássico do pensamento econômico brasileiro, Conceição Tavares discorre sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, focada na questão do dinamismo econômico, tendo em mente a seguinte questão: *o que permitiu à economia crescer ao longo da primeira metade do século XX? No que se apoiava o processo de geração de renda e crescimento econômico?* As respostas são baseadas nas proposições já trabalhadas por outros economistas estruturalistas, e apresentadas no capítulo 1 deste trabalho, tais como Raúl Prebisch e Celso Furtado – de tal modo que podemos classificar este trabalho como uma síntese do esforço analítico da Cepal sobre o processo de industrialização latino-americano.

A autora segue a periodização cepalina¹¹² e analisa a economia brasileira em dois momentos: o modelo primário-exportador e o modelo de substituição de importações. O primeiro é decorrente da fase colonial – quando o ‘modelo agroexportador’ fora implantado através da dominação portuguesa – e vigorou até o ano de 1929. O dinamismo econômico do Brasil, e dos países latinos de modo geral, estava totalmente atrelado ao mercado externo, daí a literatura classificar também esta fase de ‘crescimento para fora’.

Era através do setor externo que se escoava a oferta da maioria dos produtos produzidos internamente na América Latina e, também, de onde provinha o abastecimento da demanda das classes de alta renda. O processo de realização da produção, no mercado internacional, tinha a missão de gerar ‘divisas’ e, a partir delas, alimentar a demanda por produtos importados. Como destacado por Tavares (1963, p. 30):

...na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da Renda como **o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia**. É certo que a sua ação direta sobre o sistema, do ponto de vista da diversificação da capacidade produtiva, era forçosamente limitada, dada a base estreita em que se assentava: apenas um ou dois produtos. (grifos nossos)

¹¹² Especialmente presente em Prebisch (1948), Cepal (1949), Prebisch (1952), Prebisch (1949), Furtado (1959), Furtado (1961), Pinto (1965) e Furtado (1967) – todos estes textos foram amplamente discutidos no primeiro capítulo deste trabalho.

De modo geral, a economista assinala que a difusão da atividade exportadora sobre o espaço interno pode ser observada tanto no processo de urbanização, relativamente robusto, como no surgimento das chamadas indústrias de bens de consumo interno leves, como as de tecido, calçado, vestuário, móveis etc. Nas palavras de autora (idem, ibidem, p. 30) “...*são indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade [...] que surgiram no bojo do próprio modelo exportador*”. No entanto, o desenvolvimento de tais indústrias era completamente insuficiente para autodeterminar o dinamismo econômico das atividades internas. Assim, o crescimento econômico seguia dependente do comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter reflexo da economia¹¹³.

Desde a Primeira Guerra Mundial, os países da América Latina vinham enfrentando certa dificuldade no balanço de pagamentos, porém só a crise de 1929 foi capaz de desorganizar a economia, dada a prolongada crise de realização das exportações no comércio internacional. Segundo Tavares, apoiada em estatísticas da Cepal, a acentuada queda do poder de compra das exportações só foi revertida vinte anos depois do ano da crise, caracterizando a prolongada fase de ‘estrangulamento externo’ da economia. Durante a crise, a geração de renda por meio de exportações foi abalada e, em consequência da contração da capacidade de importar, a demanda interna foi deslocada para o mercado interno.

Neste contexto, algumas políticas econômicas destinadas à defesa da renda interna e ao combate dos desequilíbrios externos causados pela crise econômica foram implementadas, tais como as restrições e controle das importações, a desvalorização cambial e a compra de excedentes ou financiamento de estoques de café¹¹⁴. A principal contribuição destas políticas foi o estímulo às atividades industriais internas. Assim como para Raúl Prebisch (1949, 1952 e 1963) e Celso Furtado (1959), Tavares, neste ensaio, crê no caráter espontâneo da industrialização, isto é, na falta de consistência dos agentes públicos no desenvolvimento do parque industrial nacional¹¹⁵. Segundo Tavares, “...o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela[s]

¹¹³ A discussão histórica da Cepal neste ponto está plenamente acabada em Furtado (1959). Ver o item 1.2.3 deste trabalho.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ A este respeito, houve um grande debate na literatura econômica sobre o caráter espontâneo ou não da industrialização no Brasil. Sônia Draibe, por exemplo, mostra que, nesta época, houve uma ação consciente por parte do Estado com vistas a regulamentar (e incentivar, por conseguinte) o desenvolvimento industrial. Cf. Draibe, 2004, p. 75-116. Ver também Bastos (2012a) e Fonseca (2012).

política[s]” (Ibid. p. 33). Ou, dito de outra maneira, tais políticas foram capazes de conduzir a economia a um novo modelo de desenvolvimento, o modelo de substituição de importações.

A importância das exportações como principal determinante – exógeno – do crescimento foi substituída pela variável endógena investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento. (Tavares, 1963, p. 34)

O termo ‘substituição de importações’ é utilizado por Tavares por ser consagrado na literatura sobre o desenvolvimento econômico nos trabalhos da Cepal. Maria da Conceição Tavares é a primeira intérprete a propor uma sistematização rigorosa da industrialização substitutiva de importações na América Latina e no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que a economista não o emprega em seu sentido literal, isto é, para se referir a uma eventual compressão da pauta de importações, a ser substituída por produtos nacionais (isso, como mostra a autora, não ocorre necessariamente). Na concepção da autora, trata-se de “**modelo histórico de desenvolvimento da economia**”, marcado por características próprias. (Tavares, 1963, pp. 38-41).

Este modelo, embora tenha trazido o dinamismo da economia para dentro do país, desencadeou uma série de outros ‘desajustes’ que são explicados por Tavares como sendo intrínsecos ao próprio modelo.

Uma das principais características do processo de substituição de importações, na visão da autora, é o fato de ser “parcial” e “fechado”¹¹⁶. É parcial na medida em que os ganhos de produtividade ficaram restringidos ao setor industrial, havendo preservação da base exportadora precária e sem dinamismo “...o que por sua vez é uma das causas do crônico estrangulamento externo”. (Tavares, 1963, p. 34). É fechado pelo fato de não ter trazido consigo uma transformação na divisão internacional do trabalho, no tocante às especializações das economias industriais e das subdesenvolvidas no intercâmbio mundial.

Outra característica do modelo implementado após a crise de 1929 reside nas contradições inerentes ao modelo. À luz da explanação da autora, é possível reunir duas contradições que, na medida em que avança o processo de substituição de importações, representam limites à sua continuidade como indutor do crescimento econômico.

A primeira contradição do modelo de substituição de importações está no próprio fato que lhe deu origem: o estrangulamento externo, ou a incapacidade de gerar divisas. À medida que o processo avançava, substituindo importações por produção interna, gerava um aumento de importações de bens de capital e de intermediários necessários à produção. Este fato

¹¹⁶ Esta análise é semelhante a de Raúl Prebisch, 1952.

aumenta a demanda por divisas escassas e, por esta razão, motiva uma nova onda de “substituição de importações” dos bens de capital necessários à produção dos bens de consumo que, novamente, gera outras demandas por divisas. A contradição do modelo, segundo a economista, está neste movimento circular.

No fundo, a produção de um determinado bem apenas **‘substitui’ uma parte do valor agregado** que antes se gerava fora da economia. (...) isto pode aumentar em termos dinâmicos a demanda derivada de importações em um grau superior à economia de divisas que se obteve com a produção substitutiva. (Tavares, 1963, pp. 40-1 – grifos nossos)

A dinâmica do modelo, portanto, é mais complexa do que a costumeiramente atribuída: começa pelos bens mais fáceis e acessíveis (tecnológica e financeiramente), e que gradualmente vão se sofisticando até a substituição de bens mais elaborados, como os intermediários e de capital. Estas “etapas substitutivas” dão-se concomitantemente, ainda que algumas categorias ganhem maior destaque do que outras – o que é explicado pela autora em uma didática metáfora dos andares dos edifícios. Vale ressaltar que este aperfeiçoamento analítico não consta na literatura cepalina, sendo uma contribuição central do artigo.

...é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. **É necessário** — para usar uma linguagem figurada— **que o edifício seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período.** (Tavares, 1963, pp. 44 – grifos nossos)

Quanto à segunda contradição, Tavares incorpora as mesmas preocupações contidas nos trabalhos de Prebisch (1952 e 1963) e de Furtado (1961) sobre os problemas da tecnologia utilizada no processo de industrialização (que exigem grandes escalas, num mercado interno restrito, por serem intensivas de capital)¹¹⁷. No entanto, aponta que não seria possível adotar uma tecnologia mais condizente com os aspectos estruturais das economias latinas (tecnologia intensivas em trabalho), tendo em vista que

Grande parte das atividades substituidoras de importações era realizada por investimentos diretos estrangeiros, associados ou não a empresários nacionais, que traziam consigo, além do capital, a técnica adotada em seus países de origem. (Tavares, 1963, p. 51)

¹¹⁷ Como procuramos discutir no item 6.2.1., segundo Prebosch (1963) o aprofundamento da industrialização não veio acompanhado de uma melhor distribuição de renda devido à tecnologia intensiva em capital – sendo esta a causa última da “insuficiência dinâmica”. As ideias de Furtado (1961), Furtado (1966) também convergem com as de Prebisch neste ponto.

De acordo com a autora, após a Segunda Guerra Mundial o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil passou por três fases históricas de desenvolvimento – período em que o processo de industrialização foi mais exitoso no país comparativamente a outros países latino americanos, justamente porque o estrangulamento externo foi menos dramático graças ao poder de compra de suas exportações. “Na verdade, o Brasil foi um dos poucos países da região que conseguiu recuperar, em termos absolutos, a sua capacidade para importar no imediato pós-guerra. Em consequência, pôde aproveitar o período subsequente de melhoria nas suas relações de troca, que durou até 1954, de um patamar superior ao dos demais países da América Latina” (Tavares, 1963, p. 64)

A primeira fase, que se inicia em 1945 e se estende a 1947, é marcada pela retomada da capacidade para importar trazendo substancial avanço na substituição de importações de manufaturas leves. A segunda etapa do processo, que vai de 1948 a 1954, é decorrente do próprio controle quantitativo e qualitativo das importações. Houve, neste período, a implantação das indústrias de bens de consumo duráveis, produtoras de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos. A terceira e última fase do processo de substituição de importações nacional, que vai de 1956 a 1961, corresponde ao Plano de Metas lançado por Juscelino Kubistchek. Neste período, teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital.

Na avaliação da autora, a desaceleração da economia no pós-Plano de Metas é atribuída ao ‘declínio’ do modelo de substituição de importações enquanto um processo indutor de crescimento. De acordo com Tavares, a própria desaceleração é reflexo de “...um processo de crescimento com rendimentos macroeconômicos decrescentes” (Tavares, 1963, pp. 116-7) – o que evidencia sua ideia de que a tecnologia utilizada exerce impactos determinantes sobre a distribuição de renda e esta, por sua vez, sobre o potencial de crescimento. Em uma passagem do texto a autora deixa claro seu apego à tradição cepalina de relacionar concentração de renda à tecnologia e consumo conspícuo ao baixo crescimento.

Do ponto de vista da distribuição de renda, [caso se aprofundasse o modelo de substituição de importações] continuaria o afastamento entre a cúpula (o setor “capitalista”) e a base da pirâmide (“o setor subdesenvolvido”), sendo provável uma piora na distribuição funcional e pessoal da renda dentro do próprio “setor capitalista”. Esta decorreria da baixa taxa de absorção da força de trabalho nos setores de mais alta produtividade e da diminuição do ritmo de crescimento das indústrias dinâmicas, que para tentar manter a sua taxa de rentabilidade seriam forçadas a tentar reduzir cada vez mais a participação dos salários no valor agregado, ao

mesmo tempo que continuariam explorando em profundidade o consumo das faixas de altas rendas. (Tavares, 1963, p. 120)

Para Tavares o processo de substituição de importações, já na fase do imediato pós-Plano de Metas, atingira seu estágio final. Havia a necessidade de nossa economia transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo, em que o impulso de desenvolvimento surgisse dentro do próprio sistema, e não de um estancamento da capacidade de importar.

O problema estratégico que se põe atualmente para economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo, em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema. (Tavares, 1963, 116)

Além dos fatores já mencionados, a autora atribui à **ausência de demanda prévia** a perda de capacidade deste modelo em elevar o crescimento da economia – o que corrobora sua tese de esgotamento do modelo. Este é um ponto sutil da análise da autora.

Na realidade, o estrangulamento externo só era indutor do processo de desenvolvimento, à medida que havia internamente uma demanda contida por importações de bens de consumo que ao serem substituídas expandiam o próprio mercado interno, e geravam uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários, a qual, por sua vez, resultava em novo estrangulamento externo levando a uma outra onda de substituição. Quando o processo atinge, porém uma fase tão avançada que, por um lado, o que resta para substituir são essencialmente bens de capital, ou matérias-primas e materiais para investimento e, por outro lado, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, esgotando a reserva de mercado que lhes era garantida pelo estrangulamento externo, este último deixa de ser ‘indutor’ do processo de investimento e, em consequência, para o crescimento, passando a ser apenas um obstáculo, em cuja superação, porém, já não pode ser encontrada a essência da dinâmica da economia. (Idem, ibidem, p. 117)

A transição deste modelo de desenvolvimento declinante a outro autossustentado deveria ser feita por meio da presença ativa do Estado. “...o processo de desenvolvimento que teria lugar nesse período de transição (...) repousaria principalmente no impulso que lhe fosse imprimido pelo próprio investimento governamental de cujo montante e composição dependeria não só o ritmo de crescimento a curto prazo, mas, sobretudo, a orientação do sistema a longo prazo” (Ibid., p. 119).

Vale ressaltar que a autora não defende uma atuação permanente do Estado, ou, melhor dizendo, que este novo modelo de crescimento autossustentado se assemelhasse a um

tipo de “capitalismo de Estado”. Na verdade, a autora ressalta a presença mais intensa do Estado para manter a demanda autônoma até que se complete a transição a outro modelo de desenvolvimento, evitando neste ínterim a ocorrência de uma recessão, com efeitos perversos sobre o desenvolvimento econômico.

Essa demanda autônoma tem (...) uma **função de curto prazo importante**: a de impedir que o efeito desacelerador dos setores até aqui mais dinâmicos tenha um efeito desacelerador capaz de mergulhar o setor capitalista em depressão (caso em que, evidentemente, o problema do estrangulamento externo tenderia a desaparecer, ao menos em relação à pressão das importações). (Tavares, 1963, p. 118 – grifos nossos).

Neste ensaio, não há nenhuma ruptura com as teses originais da Cepal sobre industrialização, contidas nos trabalhos de Celso Furtado (com destaque para a obra *Formação Econômica do Brasil*) e nos de Prebisch (1952 e 1963), sobretudo quanto às características espontâneas, parciais e fechadas do modelo substitutivo. Em outros aspectos, no tocante à impossibilidade de se alterar o perfil da tecnologia – o que, de certa forma, consta nos trabalhos de Prebisch – não deixa de evidenciar as influências de Anibal Pinto¹¹⁸.

A ideia desenvolvida por Tavares sobre a insuficiência dinâmica do modelo de substituição de importações deve-se ao contexto de esfriamento da economia brasileira pós-Plano de Metas e também às visões mais pessimistas de Celso Furtado sobre o alcance deste modelo para a superação do próprio subdesenvolvimento. No entanto, o tom da autora era de desesperança neste modelo enquanto indutor de crescimento, o que se afastava do que Prebisch (1963) apostava naquele mesmo ano.

Apesar de seu tom crítico e cético quanto ao modelo de desenvolvimento substitutivo, já em Tavares (1963) a autora não defende qualquer visão estagnacionista – ainda que sua análise se dê em termos bastante semelhantes aos de Furtado (1966), isto é, elevação da relação produto-capital e insuficiência de demanda dada a tendência à concentração da renda (tendências que seriam exacerbadas caso o modelo fosse aprofundado). Acreditamos que a grande diferença entre Tavares (1963) e Furtado (1966), neste sentido, está na moderação do tom: Furtado trabalha com a ideia de estagnação secular dos países latino-americanos, enquanto Tavares não utiliza esta ideia de modo determinístico, isto é, sua análise é relativamente mais sutil.

¹¹⁸ É verdade que esta tese viria a aparecer em Anibal Pinto apenas em 1965, conforme indicados no capítulo 1. No entanto, não é difícil perceber a influência do economista chileno em Tavares (1963) neste ponto, tendo em vista que, à época que escreveu seu “Auge e declínio...”, a economista era supervisionada diretamente por Anibal Pinto.

Dada a natureza dos bens que compõem sua atual nomenclatura, as substituições conduziriam a inversões com uma elevada relação capital-produto, ou seja, dariam lugar, pelo menos a curto prazo, a um processo de crescimento com rendimentos macroeconômicos decrescentes. Compreende-se, pois, que a continuar a economia dentro do atual modelo, dificilmente se poderia manter as taxas de expansão anteriores a menos que se conseguisse alcançar taxas de inversão muito mais altas que as históricas. (Tavares, 1963, idem, p. 117).

Neste sentido, parece-nos adequada a interpretação dada por Serra (1979) a esta tese de Conceição Tavares. Afirmo o autor que

...ao falar em esgotamento da ISI os autores estruturalistas pensavam, a meu ver com certa plausibilidade, no declínio desse processo como fonte de estímulo principal do crescimento, devido a que as dimensões da demanda interna não tornavam rentável a substituição do grosso dos itens da pauta de importações. (Serra, 1979, p. 119)

No entanto, isto só viria a ficar claro em seu ensaio *Além da estagnação* que representará um marco na história de seu pensamento econômico.

6.1.2. Momento de transição teórica. Crise dos anos 60 e o “estilo de desenvolvimento”: a importância do ensaio “*Além da estagnação*”

As mudanças adversas no âmbito político, ocorridas nos anos 1960, exigem de Tavares, e dos intelectuais ligados à Cepal, uma revisão das análises realizadas até então. O fim das esperanças em um modelo de desenvolvimento econômico autossustentado, contido no ensaio de Tavares em 1963, daria lugar a uma interpretação mais crítica ao esquema dinâmico interno-externo de análise cepalino (focado nos problemas de estrangulamento externo). As ideias passariam a ser mais orientadas, a partir de então, pelos aspectos internos da economia brasileira e pela sua forma de integração com a economia internacional.

Em parceria com José Serra, Tavares escreve o ensaio *Além da Estagnação* (1972), dando ênfase aos problemas da acumulação de capital. O ponto de partida da análise dos autores – para diagnosticar da crise dos anos 60 – é o mesmo de Celso Furtado (1966) e de Tavares (1963): os limites do processo de substituição de importações como modelo dinâmico e indutor de crescimento econômico. Porém, diferentemente da visão de Furtado, Tavares e Serra veem na crise dos anos 60 um período de transição a **um novo estilo de desenvolvimento capitalista**, estilo este cujo dinamismo parecia se nutrir da própria exclusão das massas ao mercado (de consumo e de trabalho) e, portanto, da concentração da renda.

O processo capitalista no Brasil, em especial, embora se desenvolva de forma crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e extratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que

lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima (Tavares e Serra, 1972, p. 158).

Esta análise se assemelha à de Aníbal Pinto (1965), especialmente sua abordagem quanto à concentração tridimensional da renda.

Nossa ideia é de que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do ‘modelo substitutivo’ de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade. (Tavares e Serra, 1972, p. 157)

No entanto, antes de abordarmos a interpretação histórica empreendida por Tavares é mister recuperarmos os aspectos teóricos da crítica à tese da estagnação proposta por Furtado naquele período.

6.1.2.1. Críticas ao modelo furtadiano de estagnação secular

Os autores procuram discordar de Furtado lançando mão de três críticas, a saber: i. a ênfase na relação produto-capital é incorreta; ii. a hipótese defendida por Furtado de igualação da taxa de lucro entre os setores não se aplica; e iii. os autores alegam que Furtado não considerou os efeitos líquidos do progresso técnico sobre a relação produto-capital. Vejamos com vagar cada uma dessas críticas, começando pelo primeiro ponto.

O objetivo da autora é buscar os determinantes por trás da queda dos investimentos que foi observada na maior parte dos anos 1960 – o que na literatura ficou conhecido como esgotamento do processo de substituição de importações. Como procuramos discutir no capítulo 1, Furtado atribuiu a estagnação econômica no início e meados daquela década à brusca parada dos investimentos, que entorpeceu o processo de crescimento econômico. A justificativa foi que a estagnação provinha do baixo rendimento da capacidade produtiva (ou da relação produto-capital). Mas Tavares e Serra procuram mostrar que é errôneo tomar esta relação, que é ponto de chegada (ou resultado do processo econômico), como o ponto de partida da análise econômica.

Retomando o conceito de economia expectacional proposto por Keynes, a autora procura mostrar que o fundamental para explicar a queda do nível de investimento (e, portanto, do crescimento econômico) é a eficiência marginal do capital – ou a expectativa de

lucro¹¹⁹. Tavares procura mostrar que é a queda da expectativa de lucro reduz os investimentos, o que, por sua vez, se traduz numa queda na taxa de lucro efetiva¹²⁰ (ou queda da relação produto-capital). Não é difícil perceber que a autora propõe uma inversão do argumento de Furtado, ao tirar a ênfase da relação produto-capital (que é resultado, ex-post) e dar destaque para a ‘eficiência marginal do capital’ (que é determinante, ex-ante). De acordo com os autores:

Parece evidente que o autor considera a evolução da relação produto-capital como um aspecto essencial no processo de estagnação econômica, embora esta categoria seja mais propriamente um resultado do processo econômico, ao contrário do que sucede com categorias relacionadas com o comportamento (como a taxa de lucro esperada). Por isso não nos permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista. Ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro esperado sobre o investimento que virá a realizar. A relação produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais e constitui, melhor dizendo, um parâmetro tecnológico em termos físicos e um resultado em termos de valor para cada setor ou atividade em operação. (...) No caso do Brasil **a crise que acompanhou o esgotamento do processo substitutivo está mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e com os fatores responsáveis por isto que com um eventual declínio da relação produto-capital.** (Tavares e Serra, 1972, pp. 161-2 – grifos nossos)

A segunda crítica às teses de Furtado é sobre sua hipótese de igualação da taxa de lucro nos diferentes setores industriais – caso contrário, segundo o autor, não se explicaria a atração de investimentos em setores com menor rentabilidade do capital. Na opinião de Tavares e Serra, todavia, esta afirmação de Furtado é irrealista, dada a nada desprezível concentração do mercado em não poucos setores.

Ao fazer esta afirmação, Furtado parte de um suposto quanto à igualação das taxas de lucro que nos parece irreal, visto que em condições de mercado acentuadamente “imperfeito”, com alguns ramos dominados por grandes unidades de produção que além disso possuem forte grau de monopólio tecnológico, não há por que admitir que se igualem as taxas de lucro das diferentes indústrias. São elas, pelo contrário, sempre maiores nos estratos modernos do setor industrial, ainda mesmo quando têm menor relação produto-capital. (Ibid., p. 163)

¹¹⁹ Segundo John Maynard Keynes, “...a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos da expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. Ela depende da taxa de retorno que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido; e não do resultado histórico obtido por um investimento em relação a seu custo original, quando examinado retrospectivamente ao fim de sua vida”. (Keynes, 1936, p. 115)

¹²⁰ Interpretação keynesiana que se manteve em sua segunda fase de pensamento (conforme vimos na última parte). Cf Tavares (1978, p. 28)

Em outro trecho, os autores tornam claro o ponto de que quanto maior a estrutura, maior tende a ser a concentração dos frutos do aumento da produtividade do trabalho, o que desmente (logicamente) o argumento de Furtado.

Estas maiores taxas de lucro devem-se ao fato de que, nas indústrias mais modernas, a taxa de exploração da mão-de-obra tende a ser mais alta em função da maior produtividade e da não-transferência dessa maior produtividade aos salários ou aos preços, no sentido de aumentar os primeiros ou reduzir os últimos. (Tavares e Serra, 1972, p. 163 – nota 5)

A terceira e última crítica aos aspectos teóricos da abordagem furtadiana é direcionada à afirmação do autor de que a relação produto-capital cai sempre quando houver um aumento na relação capital-trabalho, ou sempre que houver um avanço das tecnologias do tipo capital intensivas. Na verdade, defendem Tavares e Serra que Furtado não considera os efeitos do progresso técnico poupador de capital vinculado à acumulação de capital, mas apenas o progresso técnico poupador de mão-de-obra. Neste sentido, os autores chamam atenção para os efeitos líquidos do progresso técnico. “Se o progresso técnico é poupador de capital, haverá uma menor demanda de insumos de capital por unidade de produto, o que tende a frear os possíveis efeitos negativos da acumulação sobre a relação produto-capital. Não obstante, no entender de Furtado, o caso mais comum é aquele em que o progresso técnico poupa mão-de-obra. (...) a relação produto-capital só cairá se o aumento relativo da produtividade do trabalho se tornar menor que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador” (Tavares e Serra, 1972, p. 165).

Mesmo considerando um efeito líquido negativo sobre a relação produto-capital, Tavares e Serra destacam que é possível haver mecanismos compensatórios da rentabilidade do capital, como, por exemplo, um aumento da taxa de mais-valia que impulse novos investimentos. Afirmam os autores que “...se, neste caso, a relação produto-capital declina, é possível que a taxa de mais valia aumente de modo suficiente para provocar um aumento do excedente a ser investido (...) A possibilidade de compensar os efeitos da baixa da relação produto-capital sobre a taxa de crescimento dependerá desse excedente se transformar ou não em investimento”. (Idem, *ibidem*, p. 165-6).

Por tudo que foi dito, Tavares e Serra criticam duramente o modelo de Furtado por falta de consistência interna. “Uma análise mais detalhada do modelo de Celso Furtado sugere, de maneira paradoxal, que se as categorias com que trabalha fossem as mais pertinentes, dificilmente se poderia concluir que a estagnação fosse inevitável no tipo de economia por ele estudada. No máximo, haveria uma ligeira desaceleração durante um certo período até que os efeitos dos fatores que freiam a tendência à redução produto-capital se

verificassem mais fortemente, mas a estagnação não seria de modo algum do tipo secular”. (Tavares e Serra, 1972, p. 167)

A crítica de Tavares e Serra deve ser contextualizada tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista histórico. Como já discutimos no capítulo 1, do ponto de vista teórico o viés anti-estagnacionista já era presente em Anibal Pinto (1965). *“Todo lo dicho hasta aquí, entiéndase bien, no significa que el sistema, en las circunstancias antes descritas, fatalmente entre en un callejón sin salida o en el estancamiento. No hay "bola de cristal" ni computadoras que puedan anticipar el curso concreto de los acontecimientos. A lo más puede suponerse razonablemente que es probable una aminoración de los impulsos que activaron el proceso en sus estadios anteriores.”* (Pinto, 1965, p. 90).

Do ponto de vista histórico, devemos considerar que Tavares e Serra criticaram Furtado após os próprios desdobramentos da história terem posto por terra sua tese. Na verdade, o ensaio, que é escrito durante o auge do “milagre econômico”, propõe – para além de uma crítica teórica a Furtado –, uma nova interpretação das bases do pujante crescimento econômico brasileiro pós-1967, o que leva seus autores a considerar os efeitos do Plano de Metas e das políticas econômicas lançadas pela dupla Octávio G. Bulhões e Roberto Campos durante o Paeg (Programa de Ação Econômica do Governo) – pontos que deixaremos para abordar mais adequadamente na segunda fase de pensamento da autora, antes de retomarmos sua reinterpretação do “Milagre Econômico”.

6.1.2.2. Reinterpretação histórica e contribuições ao debate econômico

A tese de que a economia crescia com ‘rendi econômicos decrescentes’ (presente em Tavares, 1963, e em Furtado, 1966) daria lugar, em Tavares e Serra (1972), a uma análise sobre o crescente diferencial entre a estrutura de demanda e de oferta da economia. Os autores ressaltaram três pontos: i. o fim dos vultosos investimentos ocorridos durante o Plano de Metas; ii. a pequena dimensão da demanda frente à expansão da oferta (em função da concentração de renda); e iii. a debilidade da estrutura financeira, que era incapaz de financiar os investimentos com longo prazo de maturação.

Em relação ao primeiro ponto, os autores foram bastante enfáticos ao explicar parte da crise dos anos 60 como decorrência de um movimento cíclico, tipicamente capitalista – e neste sentido, aproximam-se de Rangel (1963), especialmente sua ênfase de que a economia

brasileira teria seu movimento endogenamente determinado pela dinâmica do capital industrial¹²¹.

A economia havia esvaziado um ‘pacote’ de investimentos complementares — fundamentalmente em bens de consumo duráveis e de produção — que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, propiciando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo, a economia necessitava de um conjunto de projetos para novos investimentos que pudesse ser introduzido numa sequência temporal adequada, ou seja, depois de amadurecidos os investimentos do “Plano de Metas” correspondente ao governo Juscelino Kubitschek (1956/60). O novo ‘pacote’ de investimentos deveria, neste sentido, cumprir, um papel semelhante ao da onda de inovações de Schumpeter, a qual não ocorrendo regularmente no tempo tende a provocar profundas flutuações no desenvolvimento capitalista. (Tavares e Serra, 1972, p. 168)

Este ponto é de crucial importância – tanto ao debate econômico latino-americano em geral, como para o próprio pensamento econômico de Conceição Tavares –, pois abre caminho para uma série de considerações sobre os aspectos endógenos da dinâmica econômica. Esta é justamente uma das maiores contribuições de Tavares neste artigo: o início de crítica (que seria mais aprofundada em 1974) aos esquemas interpretativos cepalinos, de acordo com os quais as crises da periferia subdesenvolvida se deviam fundamentalmente às condições da economia global, sobretudo naquelas onde o sistema industrial já tenha se tornado mais complexo (que tenha implantado um departamento produtor de bens de capital).

...não seria pertinente dizer que a crise – no caso de certas economias subdesenvolvidas de maior grau de diversificação industrial – tenha apenas um caráter reflexo em relação às crises das economias centrais. (Tavares e Serra, 1972, p. 205)

À luz do segundo ponto, notamos que os autores não deixam de considerar os efeitos nocivos à dinâmica econômica da renda altamente concentrada. Ainda que o processo global não seja entorpecido, é verdade que este traço torna nossa economia menos eficiente, pois inibia novos investimentos.

Quanto à demanda, o problema consistia na distribuição extremamente concentrada da renda entre uma pequena cúpula, limitando a diversificação e expansão adequadas do consumo dos grupos médios, exatamente o tipo de consumo que permitiria um melhor aproveitamento e ampliação da capacidade industrial instalada, com importantes efeitos de indução sobre a economia. (Tavares e Serra, 1972, p. 168)

Por fim, já em relação ao terceiro e último ponto, a desaceleração não pode deixar de ser creditada aos problemas de financiamento, com destaque para a ausência de esquemas de

¹²¹ Sobre esta discussão, ver item 2.2. deste trabalho.

financiamento de longo prazo – fundamental como alavanca ao processo de acumulação de capital.

...os recursos necessários ao financiamento de novos projetos de investimento privado estavam limitados pela evolução da relação excedente-salários e os de investimento público pela relação gastos-carga fiscal, além dos problemas existentes para a definição dos próprios projetos. Deste modo, tudo levaria a crer que as possibilidades de crescimento do sistema estariam limitadas pela falta de recursos para financiar os novos investimentos e de demanda que os tornassem rentáveis, embora se contasse com um significativo potencial produtivo que não estava totalmente aproveitado. (Tavares e Serra, 1972, p. 168)

Para os autores, a crise dos anos 1960 se dá em duas etapas. A primeira fase, de 1962 a 1964, é representada pelas tentativas do Governo de redistribuir a renda em favor dos assalariados (através de uma política de preços e salários), e, simultaneamente, de conter a aceleração da inflação via contenção do gasto público e redução da liquidez do sistema (medidas que tiveram um resultado depressivo).

O que marcou a transição da primeira para a segunda etapa da crise foi o Golpe Militar de 1964. No âmbito econômico, esta etapa foi caracterizada pela implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que, além de trazer um aperto contracionista à política fiscal e monetária, realizou importantes reformas (dentre as quais se destacam a tributária e financeira) que, em trabalhos anteriores, tomaram o devido espaço nas análises de Tavares¹²². O importante a assinalar é que, na visão dos autores, a despeito dos efeitos depressivos sobre a economia, as ações tomadas por Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos serviram para colocar a economia em um novo eixo de desenvolvimento. Para os autores, a crise, que se estende de 1962 a 1967, representa a passagem a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, que viria a ser conhecida na literatura como o ‘Milagre Econômico Brasileiro’. Este novo “estilo de desenvolvimento” seria representado pela coexistência de uma grande concentração de renda com elevado ritmo de crescimento econômico, o que poria por terra as teses estagnacionistas de Celso Furtado.

No caso do Brasil, pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada [1960] expressa também uma transição, não a uma nova economia, mas a **um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe (...) um novo esquema de concentração do poder e da renda, bem como novos mecanismos de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional**. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação em sua acepção comum,

¹²² Especialmente em Tavares 1971. Resgataremos alguns pontos da reforma dos anos 60 adiante, quando tratarmos da segunda fase de seu pensamento.

apesar da redução da taxa global de crescimento verificada entre 1962-1967. (1971, pp. 175-6 – grifos nossos)

A expansão da economia brasileira no período do Milagre Econômico muito se deveu à estrutura política criada a partir de 1964, com a alteração do regime político. Segundo os autores, a partir de então o Estado brasileiro não tinha maiores compromissos com a chamada burguesia nacional, ou com esquemas de tipo populista. Logo, o Estado “...teve as mãos livres para executar as reformas institucionais correspondentes a um acelerado processo de modernização” (Ibid., 1971, p.178). Assim, foi possível o desenvolvimento de uma “solidariedade” entre o Estado e o capital estrangeiro no investimento e na produção dos chamados setores estratégicos: petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações. Vale ressaltar que, ainda que os autores tenham trazido para o centro da análise os elementos internos que possibilitaram o crescimento econômico, como as reformas institucionais e o papel do Estado na condução do processo econômico, o grau de solidariedade com o capitalismo internacional ainda é um traço marcante para a compreensão da dinâmica econômica¹²³.

O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (**sem que isso significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos**¹²⁴). Dadas as condições materiais, este novo esquema impunha, ao nível econômico, reajustes pelo lado da estrutura da demanda, maior acumulação de recursos para investimento, definição de projetos rentáveis e complementares à capacidade produtiva preexistente, bem como algumas ‘correções’ da estrutura produtiva através da eliminação de atividades (...) que não faziam sentido para o novo esquema de expansão. Esse quadro de soluções só poderia ser viável a partir de uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito ao financiamento, distribuição de renda, orientação dos gastos e assiguação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases. Todos esses requisitos mostram que as transformações que acompanharam a recuperação econômica. (...) foram o objeto da ação dos primeiros anos do regime militar. (Tavares e Serra, 1972, p. 172 – grifos nossos)

Segundo Tavares e Serra, este é o traço geral do novo padrão de acumulação de capital, em que coube ao Estado a responsabilidade fundamental de atender ao mercado interno no abastecimento de insumos (baratos) e de economias externas que são,

¹²³ “Ao analisarmos os países da América Latina, podemos dizer que um dos fatores-chave que determinou suas possibilidades de expansão foi, precisamente, o grau de maior ou menor solidariedade de suas economias com o capitalismo internacional”. (Tavares e Serra, 1972, p. 176)

¹²⁴ Este ponto sobre o estreitamento da dependência conforme se complexifica a estrutura industrial também está presente no pensamento econômico da autora em sua segunda fase – ponto que abordaremos adiante.

evidentemente, aproveitadas pelas empresas internacionais para se expandirem internamente e até para exportar. Já em relação ao capital privado nacional coube um papel secundário, orientado para a produção de bens de consumo não-duráveis. (Tavares e Serra, 1972, p. 178).

Quanto ao processo de acumulação de capital, destacaram-se as particularidades do capitalismo brasileiro frente aos demais, inclusive latino-americanos. Os autores defenderam que o processo de acumulação de capital brasileiro, a despeito das técnicas avançadas e modernas da produção dos setores líderes, assemelha-se a um esquema de acumulação primitiva de capital, tendo em vista que a maior alavanca do processo de expansão da acumulação não provinha da generalização do desenvolvimento das forças produtivas (ou, melhor, de uma tendência à homogeneização da modernização das técnicas produtivas, com ganhos crescentes de produtividade), mas fundamentalmente a três fatores: i) a exploração da mão de obra assalariada (cuja taxa de salários teve incremento bem inferior ao da produtividade do trabalho)¹²⁵; ii) os subsídios concedidos pelo setor público e, sobretudo, às empresas internacionais; e iii) a crescente importância das formas de acumulação financeira. (Tavares e Serra, 1972, p. 180).

Os autores chamam atenção para a convivência de traços arcaicos e modernos no capitalismo brasileiro. Seus traços arcaicos são representados pela persistência de uma ordem social altamente excludente. Já por “traços modernos” Tavares e Serra entendem a existência de características do “capitalismo maduro”, sobretudo a dimensão financeira da acumulação, que precocemente esteriliza as poupanças¹²⁶ – apesar de ainda há oportunidades rentáveis de inversão de capital.

Poder-se-ia dizer (...) que o capitalismo brasileiro combina o pior dos mundos: ao mesmo tempo que é socialmente excludente, apresenta problemas típicos de capitalismo maduro. Neste último há uma tendência generalizada para o sobre-excedente que força o sistema a buscar, de modo contínuo, novas oportunidades de investimento, exatamente pela via do capitalismo financeiro e da obsolescência tecnológica acelerada. No capitalismo brasileiro existem,

¹²⁵ Segundo Tavares e Serra “A acumulação interna das empresas foi significativamente acelerada nos últimos anos mediante o já assinalado aumento do excedente extraído da força de trabalho incorporada às atividades urbanas, em proporção dificilmente igualada nos últimos decênios em qualquer outro país da América Latina. O salário real dos trabalhadores baixou tanto que o salário mínimo legal voltou ao nível do salário mínimo concedido no período imediato à pós-guerra. Como consequência disso, tornou-se possível para as empresas líderes obter elevadas taxas de lucro, mantendo-se, ainda, uma razoável taxa de rentabilidade para o capital nas empresas menores ou mais tradicionais do comércio e da indústria” (1972, p. 182)

¹²⁶ Este argumento aparece mais acabado em um artigo anterior escrito pela autora (Tavares, 1971a) e viria a ser amplamente aprofundado em sua tese de professora titular (Tavares, 1978) – ponto a que retornaremos adiante.

simultaneamente, excesso e escassez de excedente, dado o caráter polarizado de sua acumulação que determina a existência de problemas internos de escassez de oportunidades de investimento – “excesso de poupança” – frente às possibilidades de investimento rentável. (Tavares e Serra, 1972, p. 180).

Esta face moderna é personificada pela atuação das grandes corporações multinacionais. “No Brasil, a acumulação extrabancária e a especulação da Bolsa poderiam sugerir uma caricatura do velho capitalismo financeiro dos anos vinte nos Estados Unidos e, portanto, ‘anacrônico’ se não fosse sua íntima integração com as corporações multinacionais que representam, por sua vez, a face mais moderna do capitalismo contemporâneo” (Ibid., p. 181).

Sobre a questão da modernização em termos de técnicas produtivas, os autores procuram resgatar as teses de Aníbal Pinto e Pedro Vuskovic sobre a persistência da heterogeneidade¹²⁷. No entanto, um ponto relevante na abordagem de Tavares e Serra é a questão das discontinuidades tecnológicas entre os “estratos” (atrasados, intermediários e avançados) em termos de produtividade. Conforme os setores mais modernos tecnologicamente vão perdendo relevância na geração do excedente eles vão passando por um processo de regressão tecnológica – o que implica uma tendência à piora da heterogeneidade estrutural no longo prazo.

O processo de incorporação e difusão do progresso técnico resulta de uma sucessão de formas dominantes de expansão, em que a forma anterior pode atrasar-se rapidamente visto que a perda de capacidade relativa de geração e retenção de excedente está associada a uma tendência ao ‘congelamento tecnológico’ relativo. Assim sendo, atividades, setores ou áreas que foram dinâmicos e modernos num momento passado, ficam relegados a um estrato intermediário ou poderiam até, numa perspectiva de longo prazo, assimilar-se ao chamado primitivo, pelo menos no que se refere aos contrastes nos níveis de produtividade no interior do sistema econômico. Isso implica que o processo tenda a acentuar a heterogeneidade estrutural do sistema e também a modificar as condições concretas em que ela se apresenta. (Tavares e Serra, 1972, pp.183-4)

Da mesma forma que em Pinto (1965 e 1970), Tavares e Serra pontuam que a dinâmica do capitalismo latino-americano, e brasileiro em especial, inibiu qualquer tendência à generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico, tendo em vista que a elevada rentabilidade dos investimentos sempre esteve associada à concentração dos frutos do progresso técnico – daí a tendência à “heterogeneização”. É o caráter pouco difundido das técnicas produtivas modernas que as torna altamente rentáveis – e, neste ponto,

¹²⁷ Sobre este ponto, ver discussão feita no item 1.4.3. do presente trabalho.

os autores invocam discretamente as teses de Pinto (1965), isto é, as que destacaram que o papel do Estado na região atuou no sentido de promover uma maior concentração do progresso técnico e de seus frutos. “Esta concentração de investimentos privados e públicos e do consumo, bem como as facilidades institucionais criadas, tendem a permitir que a acumulação do excedente gerado no polo moderno se mantenha em condições de certa rentabilidade” (Tavares e Serra, 1972, p. 186)

O “esquema de acumulação polarizada”¹²⁸ incorria em uma contradição crescente no capitalismo da região – que era representado, por um lado, por crescentes montantes de excedentes, e, por outro, por uma gigantesca concentração da renda. Nas palavras de Tavares e Serra, “...é importante notar que neste mesmo esquema [de acumulação polarizada] configura-se implicitamente uma contradição permanente entre a geração de um montante rapidamente crescente de excedente e as possibilidades de sua realização no restrito marco de sua circulação” (Idem, *ibidem*, pp. 186-7).

Na opinião dos autores – e está é uma contribuição em relação a Pinto (1965) e Vuskovic (1970) – a saída encontrada pelo próprio sistema foi “um processo de permanente desconcentração e reconcentração da renda que lhe permite sucessivas ampliações do mercado de acordo com as características de cada etapa de expansão” (Ibid., p. 187). Na verdade, os autores, apesar de aderirem firmemente às teses de Pinto, procuram discutir algumas nuances no processo histórico do desenvolvimento capitalista nacional, isto é, propõem um refinamento conceitual sobre as teses da persistência da heterogeneidade estrutural. Chamam atenção para os pontuais “ciclos de modernização” da estrutura produtiva, como consequência das próprias contradições imanentes do capitalismo da região¹²⁹.

...embora a heterogeneidade continue se aprofundando, há, dentro do conjunto do sistema em movimento, uma contínua alteração de posições em movimento, uma contínua alteração de posições das diferentes atividades que acompanham o processo de expansão e modernização cíclicas. Assim, a “composição” dos diversos estratos não é um absoluto constante. Há atividades primitivas que passam a modernas e outras modernas que passam a intermediárias, do mesmo modo que há intermediárias que se modernizam, mantêm-se ou retrocedem. Estamos longe, portanto, da ideia de coisas separadas, com pouca relação entre si. Trata-se de

¹²⁸ Termo cunhado por Tavares e Serra para se referir à tese cunhada por Anibal Pinto (1965) sobre o caráter tridimensional da concentração dos frutos do progresso técnico. Esta discussão foi amplamente apresentada no item 1.4.2. deste trabalho.

¹²⁹ Entretanto, vale ressaltar que as críticas mais explícitas de Tavares e Serra se direcionam a Castro (1968) e aos modelos neodualistas desenvolvidos por Boeke (1953).

um mesmo sistema, cuja heterogeneidade se aprofunda sem que haja ruptura entre suas diversas partes. (Tavares e Serra, 1972, p. 190)

O alcance do ciclo de modernização será dado pelo próprio movimento (declinante) da rentabilidade dos investimentos. “...a generalização dos investimentos modernizantes nas atividades primitivas competitivas das modernas implicaria um declínio de sua rentabilidade, o que tende a frear uma nova modernização permanente nesta direção” (Tavares e Serra, 1972, p. 188).

A força deste argumento “cíclico” está na ideia de que a concentração da renda (seja no nível dos mercados seja no nível pessoal) nunca é necessariamente um processo isolado, unívoco e absoluto – ele é acompanhado por outro de desconcentração e reconcentração e o fundamental a considerar é o efeito líquido do ciclo, ora a favor de uma maior desconcentração, ora a favor de uma maior concentração (caso mais recorrente).

Qualquer processo de concentração é acompanhado de perto por outro de desconcentração e reconcentração e o resultado pode ou não representar um aumento do coeficiente global de concentração; não obstante, durante o mesmo mudam significativamente as relações e a composição interna dos diferentes estratos produtivos, de propriedade, de tamanho da empresa e da renda. Em consequência, reorganiza-se o mercado e o funcionamento do sistema. Tudo isto sem que, necessariamente, aumente a concentração global (absoluta)” (Tavares e Serra, 1972, p. 195)

Ainda que o efeito líquido do ciclo de concentração e de desconcentração pese a favor de uma estrutura de mercado e da renda mais concentrada, a qualificação de Tavares e Serra se justifica no sentido de evitar interpretações simplificadas sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil – sobretudo as que acentuam, por um lado, somente as estruturas altamente concentradas do mercado, ou, por outro, somente os níveis elevados de concentração da renda pessoal. Em relação ao primeiro ponto, afirmam os autores:

Na realidade, não existem grandes empresas finais isoladas, mas sim macromoléculas com empresas dominantes e uma constelação renovada de pequenas e médias empresas complementares (...) Esse ‘colchão’ protetor de pequenas empresas pode encolher-se ou estender-se, acompanhando as flutuações periódicas do sistema, mas, em geral, não tende à monopolização. (Tavares e Serra, 1972, pp. 195)

Já em relação ao segundo ponto, isto é, à suposta tendência inexorável à concentração da renda pessoal, esclarecem-nos:

No que diz respeito ao processo de concentração da renda pessoal, ocorre algo semelhante em matéria de desconcentração e reorientação periódicas. A distribuição da renda não pode tender inexoravelmente à concentração exclusiva numa pequena cúpula (por exemplo, o último 1%), deixando o resto da população sem participação nos incrementos da renda. Se isso acontecesse,

o sistema estaria condenado a viver numa permanente crise de realização. Na realidade, o que se observa é uma tendência a uma contínua redistribuição ou reconcentração da renda, em que se solidariza a ampliação do consumo de certos estratos sociais com a geração do excedente necessária. (Tavares e Serra, 1972, pp. 197-8)

Outra contribuição do artigo é rediscutir as teses tão caras à Cepal que procuram atribuir à tecnologia intensiva em capital a marginalização e a exclusão social, dada a alta incompatibilidade com a alta disponibilidade de mão-de-obra – como já discutimos, esta interpretação é bastante comum em Prebisch (1949, 1952), Cepal (1951) e Furtado (1961, 1966, 1967 e 1974). Entretanto, Tavares e Serra procuraram defender que o problema do desemprego não deve ser creditado exclusivamente à importação de tecnologias do tipo capital-intensivas, mas essencialmente à própria orientação dos investimentos.

Em nosso entender, a tese exposta desvia a explicação daquilo que, na realidade, ocorre. Consideramos que a responsabilidade da evolução desfavorável do emprego produtivo não se relaciona com um “excesso” de modernização, mas com a forma que assume a mesma. Raciocinando numa perspectiva dinâmica, o problema não está em que a tecnologia seja importada ou utilize intensamente capital, mas sim na maneira como se utiliza o maior excedente derivado de sua aplicação. (Tavares e Serra, 1972, p. 191).

Entretanto, este aspecto da análise não é aprofundado pelos autores: mas este ponto será retomado anos mais tarde por Tavares¹³⁰.

O importante a ressaltar sobre o ensaio “Além da estagnação”, para nossos objetivos, é seu pioneirismo em refutar as análises tipicamente cepalinas de acordo com as quais o dinamismo econômico periférico se explica apenas pelas dificuldades impostas pelo centro do sistema capitalista, abstraindo mecanismos endógenos do processo de acumulação de capital no Brasil. Todavia, a ruptura com os esquemas cepalinos neste ensaio anda é parcial, tendo em vista que a autora, apesar de criticar vários pontos daquela tradição, não rompe com a tradição cepalina sobre o processo de industrialização nacional. Isto será feito somente em sua tese de livre-docência, que abrirá a nova fase do pensamento econômico da autora.

6.2. Segunda Fase: Desenvolvimento Capitalista no Brasil

É a partir de sua tese de livre-docência que Conceição Tavares rompe com os esquemas cepalinos de análise, mantendo, porém, alguns conceitos tratados na literatura sobre o subdesenvolvimento, como a concepção centro-periferia, além do método histórico-

¹³⁰ Em Tavares (1974, 1978, 1981) e em Tavares & Souza (1983)

estrutural. Na introdução de sua tese “*Acumulação de capital e industrialização no Brasil*”, de 1974, a economista deixa explícita sua revisão:

Meu primeiro trabalho sobre industrialização – “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil” – foi publicado há dez anos, e parte desta tese é uma revisão crítica de certos aspectos fundamentais da concepção teórica cepalina tradicional, na qual me formei como economista profissional. Como toda revisão crítica, mantém alguns enfoques comuns à visão inicial (por exemplo, a visão de Centro e Periferia) e tenta em simultâneo afastar-se radicalmente dela (por exemplo, na visão interna dos problemas da acumulação). (Tavares, 1974, pp. 14-5)

Neste novo enfoque, ao contrário das análises cepalinas, a dinâmica da economia brasileira passa a ser **determinada** primeiramente pelos **processos internos**, no contexto de um certo tipo de interação com o capitalismo internacional, isto é, os fatores externos. Ou seja, os processos internos têm autonomia relativa, mas sua autonomia é limitada pelo tipo de inserção internacional da economia brasileira, que não evolui apenas com base em determinações autônomas nacionais. “Economic change was determined in the first instance by internal factors, and in the last instance by the evolution of world capitalism [...]” (Tavares e Cardoso de Mello, 1985, p. 85). Ou, nos termos de Tavares (1974, p. 141):

(...) a rearticulação do sistema capitalista em escala internacional não permite detectar de que forma a dinâmica contraditória da expansão global **subordina** as estruturas internas de acumulação das economias periféricas. Estas, embora de forma diferente das economias centrais, têm uma dinâmica **interna** de expansão que pode enquadrar-se, ou não, de modo favorável dentro da dinâmica global do sistema. (grifos da autora)

Como procuramos identificar ao final da Parte II, a ruptura implícita com os esquemas cepalinos tem origem em Tavares (1973), mas a crítica foi escancarada em Tavares (1974), tese esta que estimulou uma série de outras que deram corpo teórico à chamada ‘Escola de Campinas’. Apesar de a tese “*Acumulação de Capital...*” ter sido o estopim deste novo corpo teórico, os trabalhos de Cardoso de Mello (1975), Belluzzo (1975) e Cano (1975) trouxeram contribuições próprias relevantes à construção desta interpretação, muitas vezes levando às últimas consequências ideias contidas inacabadamente em Tavares (1974). O que define esta escola de pensamento é justamente a homogeneidade da interpretação econômica, isto é, o fato de seu pensamento econômico ter sido feito coletivamente entre seus integrantes. (Tavares, 2010). Tais considerações são relevantes, no sentido de dar o “caminho das pedras” para uma melhor compreensão das teses da própria Conceição Tavares.

...nós trabalhávamos todos juntos. O João Manuel [Cardoso de Mello] fez a segunda parte da tese, não a primeira, não capitalismo mercantil-escravista, mas a segunda parte, o capitalismo

tardio, fez comigo no México. (...) e o [Luiz Gonzaga de Mello] Belluzzo o mesmo (...). Eu não estou reivindicando nenhuma pretensão de ser a autora das teses deles. Eu fui crítica, uma crítica construtiva que ajudou eles nessas duas teses que foram decisivas, é claro! Porque ele [João Manuel Cardoso de Mello] ao invés de chamar de subdesenvolvido, como o Furtado, chamou de Tardio, em contraposição aos retardatários europeus como Alemanha, e o Japão também. E ele introduziu na tese dele, e isto é autoria dele exclusiva, a coisa do trabalho assalariado, coisa que a Cepal não tinha introduzido. A Cepal punha mais influencias no atraso, trabalhava essa parte mercantil-escravista como um atraso e não punha ênfase, para a passagem ao capitalismo, ao trabalho assalariado. Enquanto que ele punha, porque achava que a relação de produção fundamental para o capitalismo era o trabalho assalariado. E isso era porque ele era marxista de origem também, coisa que os cepalinos não eram. (Tavares, 2010)

Em sua introdução, Cardoso de Mello (1975) chama atenção para alguns pontos distintivos de sua abordagem (e, portanto, da de Tavares, 1974) em relação à Cepal e às teses da dependência. Em primeiro lugar, o autor torna acabada sua crítica à interpretação cepalina sobre a industrialização periférica, sob a alegação de que a Cepal via a industrialização enquanto uma industrialização nacional, o que impossibilitava uma abordagem a partir de um esquema endógeno de acumulação.

Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma ‘situação periférica’. (...) Na medida em que a Economia Política da CEPAL vê a industrialização como industrialização nacional, prescindese de qualquer esquema endógeno de acumulação, que poderia revelar outra oposição (basicamente a oposição salário/lucro). Existem, apenas, ‘impactos internos’ decorrentes da importação de certa tecnologia, visualizados pela óptica das funções macroeconômicas de produção, contrapostos, em última análise, à baixa capacidade de poupança da periferia. (Cardoso de Mello, 1975, pp. 21-23)

A discussão sobre os elementos internos e externos remete-nos às considerações de Cardoso e Faletto (1970), já discutidas no capítulo 2. Cardoso de Mello (1975) e Tavares (1974) reconhecem as contribuições destes autores à abordagem tradicional estruturalista, por terem chamado atenção para os aspectos internos do processo político e social no processo de desenvolvimento capitalista da América Latina. Entretanto, consideram esta abordagem insuficiente, pois manteve intocada a abordagem econômica da Cepal, especialmente a periodização da industrialização. Destarte, Cardoso e Faletto não propõem um esquema teórico capaz de compreender o movimento concreto da economia – de tal modo que persiste uma lacuna fundamental no pensamento econômico e social da América Latina: uma análise

adequada sobre a constituição do modo de produção capitalista na região, bem como sua dinâmica cíclica.

Penso, portanto, que Dependência e Desenvolvimento representa uma tentativa de constituir uma nova problemática, a problemática da instauração de um modo de produção capitalista em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar, a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina. Mas que isto, traz, a meu juízo, entre outras, uma contribuição fundamental: a ideia de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por fatores internos e, em última instância, por fatores externos, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional. É de se admitir, no entanto, que a tentativa não pode se completar porque para isto seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes, e não a partir de seus resultados como se procedeu: basicamente do critério cepalino de periodização histórica (...) e das explicações cepalinas para a ‘passagem econômica’ de uma etapa a outra, de um período a outro. (...) Não se podendo arrancar de uma nova periodização correta, nem de esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino. (Cardoso de Mello, 1975, pp. 26-7)

Como já adiantamos na parte I, a periodização completa proposta do Cardoso de Mello e por Tavares fica, então, a seguinte: até 1808, “economia colonial”; de 1808 a 1888, “economia mercantil-escravista nacional”; de 1888 a 1933, “economia exportadora capitalista retardatária”, de 1933 a 1955, “industrialização restringida”, e de 1955 em diante, “industrialização pesada”.

A força da revisão teórica proposta por Tavares (1974) e por Cardoso de Mello (1975) está no fato de terem conseguido precisar melhor os mecanismos endógenos de funcionamento e reprodução do capitalismo brasileiro especificamente – levando às últimas consequências as ideias contidas em Tavares e Serra (1972). Diferentemente de Cardoso & Faletto, os autores desta abordagem – com destaque para Conceição Tavares – não limitam suas análises a um mero esquema interpretativo de subordinação ao capitalismo internacional, mas antes procuram definir os traços distintivos da formação e desenvolvimento de um capitalismo tardio, o que exige uma nova periodização da industrialização. Enquanto João Manuel Cardoso de Mello ficou responsável fundamentalmente pela releitura histórica da formação deste capitalismo, Maria da Conceição Tavares centrou sua análise nos aspectos teóricos do desenvolvimento capitalista (amplamente já discutidos na parte II desta dissertação), sem deixar de fazer considerações relevantes sobre o funcionamento do capitalismo brasileiro (com destaque para o período pós Plano de Metas – a partir de quando o

movimento do capital está autodeterminado e se tem o ciclo endógeno de acumulação de capital).

6.2.1. Considerações sobre a formação e o desenvolvimento capitalista tardio (1888-1955)

De acordo com estes autores, a industrialização (entendida como a implantação do setor de produção industrial) nasce da diversificação do capital cafeeiro, muito antes da década de 30, conforme o pensamento cepalino. O surgimento da indústria está intimamente relacionado com o processo de acumulação do complexo cafeeiro, cuja expansão provocou uma urbanização que representou demanda por alimentos e bens manufaturados. Assim, a acumulação industrial está submetida ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador.

Industrialization and the evolution of the coffee sector were, in fact, profoundly related. (...)”
[...] “The capitalist coffee sector (...) provided patterns and conditions basic to the emergence of industrial capital and large-scale industry. (Tavares & Mello, 1985, pp. 114-5)

O processo de acumulação de capital na economia cafeeira é predominantemente **mercantil** em seu conjunto e as oportunidades de diversificação deste capital encontram-se no mercado interno em expansão, formado pela demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo¹³¹. Dito de outro modo, o processo de acumulação é mercantil porque o desenvolvimento industrial está bloqueado, tendo em vista que surge apenas uma determinada grande indústria – a produtora de bens leve de produção, e esta se encontra submetida ao capital mercantil, ou melhor, à própria dinâmica interna da acumulação do café.

Na opinião da autora, havia uma interdependência entre café e indústria, no sentido de que tanto o desenvolvimento industrial dependia da expansão cafeeira como esta também exibía algum grau de dependência ante o desenvolvimento (ainda que incipiente) da indústria, na medida em que também se beneficiava dele. Este último ponto é destacado pelo fato de a indústria de bens de consumo assalariado ter servido de suporte ao esquema de reprodução do capital cafeeiro, tanto ao garantir baixo custo de reprodução da mão-de-obra do complexo como ao manter a taxa de acumulação global (quando a rentabilidade do complexo caía, puxada pela queda da cotação internacional do café).

A indústria de bens de consumo assalariado, uma vez instalada, serve de suporte ao esquema de reprodução global do capital cafeeiro sob dois ângulos. O primeiro é o de garantir o custo de reprodução da mão-de-obra do complexo cafeeiro, mesmo nas etapas de declínio do ciclo do

¹³¹ Cf. Tavares & Mello, 1985, p. 114, Tavares, 1974, p. 124 e Mello, 1982, pp. 53-58

café, quando o poder de compra das exportações vem abaixo e diminui mais que proporcionalmente a capacidade para importar bens de consumo manufaturado. O segundo é o de manter a taxa de acumulação global quando esta começa a cair, ao caírem os preços internos do café, e ao desacelerar-se o ciclo de expansão na fronteira agrícola. (Tavares, 1974, p. 126)

Sobre a dependência da indústria em relação ao café, Tavares defende uma dupla subordinação: por um lado porque a indústria dependia da capacidade de importar gerada no setor exportador e, por outro, porque o setor industrial era incapaz de gerar endogenamente seu próprio mercado – dependia, portanto, de mercados prévios (mão-de-obra ocupada no complexo cafeeiro) e externos (gasto público e urbanização). Nas palavras da autora:

Ademais, o setor industrial depende do capital cafeeiro, também duplamente. Em primeiro lugar, para se expandir fisicamente, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, depende da capacidade para importar gerada no setor exportador, que substitui desta forma, pelo lado da demanda para trás, um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o setor industrial é incapaz de gerar endogenamente o seu próprio mercado, dependendo para sua expansão inicial de mercados prévios e “externos”, criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, mesmo que seja pela via do gasto público ou da expansão da urbanização. (Tavares, 1974, p. 127)

A própria aceleração da urbanização, promovida pela expansão do complexo cafeeiro, tornara atrativas as oportunidades de investimento industrial (Tavares, 1974, p.124). É desta forma que, no seu entender (e também no de Cardoso de Mello), surge a indústria maquinizada no Brasil: apoiada num mercado “prévio e externo à indústria”, isto é, o complexo cafeeiro, em clara discordância com o pensamento cepalino.

Neste sentido, a autora põe ênfase na especificidade das origens da indústria brasileira, alegando que esta “[...] não passa, pois, como no processo clássico de industrialização, pela via da acumulação ‘originária’ e posterior transformação da manufatura em grande indústria” (Idem, ibidem, p. 125), isto é, “[...] exclui-se de partida, na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção” (Ibid.). Ou ainda,

[...] se bem **o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira**, não se geram, em simultâneo, **forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema. Vale dizer, não se passa, ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado “capitalismo industrial”**. (Tavares, 1974, p. 127 – grifos da autora)

A industrialização nasce “autobloqueada” por suas condições históricas e endógenas (de submissão ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador cafeeiro). A partir deste enfoque, Tavares refuta tanto as teorias do tipo ‘substituição de importações’ como as teorias da dependência para analisar o processo histórico de industrialização

nacional. De acordo com os “dependentistas” (por ex., Cardoso e Faletto), o processo de industrialização é estudado pela ótica da subordinação ao capitalismo internacional. Mas, na visão de Tavares, este processo é determinado “em primeira instância” pela própria dinâmica interna de acumulação no café, sendo apenas determinado em “última instância” pela subordinação externa do próprio complexo cafeeiro, em visão compartilhada com Cardoso de Mello. Em uma passagem, a autora explicita este ponto.

Esse processo de autobloqueio da industrialização não se explica apenas, como na teoria convencional de comércio exterior, pelas vantagens comparativas relativas da divisão internacional do trabalho, nem pelo seu caráter de produção especializada em produtos primários. Explica-se pelo fato histórico e relativamente endógeno de que a acumulação industrial se submete, desde o início do processo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador. Essa submissão não é, porém, apenas, como é sugerido em certas teorias da dependência, uma submissão ao capitalismo internacional, mas decorre da própria dinâmica interna de acumulação no café. (Tavares, 1974, p. 125)

Um dos pontos chaves da tese da autora é mostrar que mesmo o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil (por força do café), não se geram forças especificamente capitalistas capazes de autodeterminar a reprodução do capital, e isto só ocorre na década de 50, com o Plano de Metas. Entretanto, o padrão de acumulação não fica inalterado entre 1889 a 1955. A partir de 1933 começa a se configurar uma ruptura, tendo em vista que tanto a acumulação de capital como a arrecadação fiscal do governo se desvinculam do eixo mercantil-cafeeiro e se direcionam ao eixo urbano-industrial.

De 1933 a 1950 seria o único período que se poderia defender que houve substituição de importações (isto é, houve um aumento da produção industrial concomitante a uma queda na capacidade para importar). Entretanto, as características da industrialização neste período parcial e fechado não derivam da dinâmica “interna-externa”, como quer Prebisch (1952 e 1963) e Tavares (1963). É necessário, segundo Tavares (1974), privilegiar uma investigação da dinâmica industrial cíclica, incorporando empresas nacionais, internacionais e públicas para explicar o movimento endógeno da acumulação de capital.

Essa derivação [dinâmica externa-interna tipicamente cepalina] não me parece, hoje, “viável” teoricamente, à luz de uma reflexão mais cuidadosa sobre os “modelos” ou visões de dinâmica econômica. Com efeito, todas as teorias dinâmicas requerem algum esquema “endógeno” de movimento, como suporte analítico, a partir do qual o seu modo de funcionamento possa ser “aberto” ou expandido à totalidade do sistema, dependendo de a abordagem dos problemas ser feita do ponto de vista da periferia ou do centro. (Tavares, 1974, pp. 128-9)

Somente a partir deste recorte as análises de dependência teriam algum segundo, na visão de Conceição Tavares. Isto é, a partir de uma determinação interna se tem uma dada articulação com o sistema internacional. Logo, não se trata de discutir a dependência externa, mas sim de analisar o potencial interno de acumulação e diversificação da estrutura produtiva, e a partir daí ver como se articula com as relações internacionais – este é o sentido último de sua ênfase no movimento endógeno da acumulação. De acordo com Tavares (1974): “[...] os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e **modificam-na a partir de dentro**, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação” (p. 132 – grifos da autora). Ou, ainda, “Trata-se sim de analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva, e, a partir daí, ver como esta se articula com as relações internacionais”. (Tavares, 1974, 131)

Ao realizar a revisão de sua interpretação para o desenvolvimento brasileiro, a autora, juntamente com Cardoso de Mello (1975), deixa de destacar 1929 como um marco da industrialização nacional – tal como Furtado (1959), Prebisch (1949, 1952 e 1963) e Tavares (1963) –, dando ênfase para 1933, a partir de quando se instaura um novo padrão de acumulação, representado pela inédita hegemonia do capital industrial no comando da acumulação de capital.

Entretanto, os esquemas de sustentação deste crescimento industrial (o segmento urbano da renda) são insuficientes para implantar a grande indústria de base – que representaria a libertação da indústria de seus limitantes técnicos e financeiros. Neste sentido, a despeito da liderança do setor industrial na dinâmica de crescimento econômico, a **industrialização é restringida**¹³² no período entre 1933-55, tendo em vista que “...a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento” (Tavares, 1974, p. 131).

O fato de a industrialização ter ficado restringida não significa que o setor de bens de produção tenha ficado estagnado durante o período. Ao contrário, o ciclo de industrialização que se inicia em 1933 se dá com o desenvolvimento mais que proporcional deste setor, porém “sua capacidade produtiva, nos principais ramos de bens de produção, é **insuficiente para atender sequer às necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de**

¹³² Ver Cardoso de Mello (1975, pp. 96-122) e Aureliano (1999, pp. 95-102).

acumulação mais alta. (...) A dinâmica do crescimento continua, pois, a depender, basicamente, do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado, e se estende daí para o setor de bens de produção, ambos devidamente protegidos da competição externa pelo estancamento da capacidade para importar que se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial” (Tavares, 1974, pp. 132-3 – grifos nossos). É o fato de ambos os setores serem protegidos pela escassez de divisas que permite à autora manter sua análise para este período (1933-55) nos marcos da industrialização substitutiva – dando, porém, destaque ao movimento endógeno de reprodução e acumulação do capital.

Segundo a Conceição Tavares, é incorreto entender o período anterior a 1933 e posterior a 1955 dentro dos esquemas da industrialização substitutiva de importações. Até mesmo o período 1933-55 deve ser compreendido dentro deste marco com ressalvas, isto é, apenas no sentido de que há uma relação entre expansão industrial e diminuição da capacidade de importar. Isto não significa que Tavares (1974) defenda que a dinâmica industrial deste período se reduza aos fatores externos. Na verdade, a importância destes fatores se manifesta com mais força neste período justamente porque o movimento do capital não está autodeterminado, mas isto não significa que não haja uma lógica endógena de reprodução e acumulação de capital.

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação. (Tavares, 1974, p. 133)

Teoricamente, e é importante tornar isto claro, a ênfase nos esquemas endógenos de acumulação em Tavares (1974) vem acompanhada de elementos marxistas, kaleckianos e steindlianos na interpretação da industrialização – e é isto que permite à autora dar um salto interpretativo em relação a Tavares (1963) e Furtado (1959). É verdade que os elementos kaleckianos são mais abundantemente presentes em Tavares (1974 e 1978) na interpretação do período posterior a 1955 (quando a autora trata do “ciclo endógeno” – ponto que discutiremos no próximo item), porém isto não significa que a autora não lance mão deles para melhor compreender o período da industrialização restringida.

Assim, **são as relações internas entre os dois setores industriais básicos**, o de bens de consumo e o de bens de produção, **que determinam tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial, como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais.** Essas margens de lucro, bem como sua taxa

relativa sobre o capital industrial global, dependem, por um lado, do caráter pouco competitivo da estrutura industrial, instalada ao amparo de uma elevada proteção externa, e, por outro, dos custos reais e monetários da mão-de-obra direta. (Ibid. – grifos nossos)

Esta passagem é bastante ilustrativa, pois explicita tanto a ideia de “movimento endógeno de acumulação” como os elementos marxista-kaleckianos da análise. Algumas categorias de análise discutidas na Parte II deste trabalho são trazidas para o centro da análise histórica da autora, isto é, tanto o recorte teórico a partir da dinâmica departamental¹³³ como a dinâmica da formação de preços (e, portanto, o destaque para o poder de mercados das empresas numa estrutura oligopólica) continuam bastante presentes na discussão histórica sobre o desenvolvimento capitalista.

Como adiantamos na Parte II, a interação entre os setores D_{III} e D_I é o que determina tanto o crescimento do proletariado urbano-industrial como a expansão das margens de lucro, graças ao caráter pouco competitivo da estrutura produtiva industrial (oligopólio avançado) num contexto de intensa proteção e com custos baixos de mão de obra (dada a oferta elástica de mão-de-obra vinda das áreas rurais). Esta oferta elástica de mão de obra não fixa o patamar mínimo do salário, como insiste Furtado (1959, 1966 e 1967), mas “...apenas impede a elevação do salário monetário de acompanhar os incrementos de produtividade e, portanto, favorece as margens crescentes de lucros” (Tavares, 1974, p. 134).

Na verdade, o que Tavares (1974) chama atenção é para a precoce concentração industrial, ante o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Este ponto nos remete à discussão sobre os estilos de desenvolvimento, especialmente as contribuições de Vuskovic (1970) sobre este ponto, conforme apresentamos na parte I deste trabalho. Em um trecho a autora torna bastante evidente este ponto.

Do ponto de vista monetário, as margens de lucro são elásticas para cima, como se se tratasse de um oligopólio avançado, em condições em que nem a estrutura técnica do capital, nem a correspondente produtividade da mão-de-obra são “avançadas”. (Tavares, 1974, p. 133)

Entretanto, em relação a Vuskovic (1970), a autora avança tanto na discussão teórica sobre as estruturas de mercado concentradas¹³⁴ como na reconstrução histórica das adversidades do processo de acumulação de capital sobre o poder de compra dos salários (por

¹³³ Nota-se que a autora limita-se ao esquema bi-departamental para analisar a dinâmica capitalista brasileira entre 1933-55, dado que o esquema kaleckiano tridepartamental não faria sentido, já que o consumo capitalista ainda não constituía um departamento da economia, diferentemente do que viria ocorrer a partir de 1955. Pontos já discutidos na parte II.

¹³⁴ Cf. Tavares (1974, pp. 79-99)

força das pressões inflacionárias). Sobre este último ponto, Tavares (1974) parece se aproximar de Rangel (1963), ao colocar em segundo plano a rigidez da oferta agrícola como causa fundamental da inflação (argumento tão comuns nas interpretações cepalinas, como em Furtado 1961), mas sim nos mecanismos de formação de preços, dando destaque para o aparecimento de oligopsônios mercantis que, ao intermediarem a compra dos produtos agrícolas no meio rural e sua venda no meio urbano, imprimem aos preços uma pressão altista, como forma de manutenção em níveis elevados das margens de comercialização. Entretanto, à diferença de Rangel (1963), Tavares (1974) não defende que a dinâmica capitalista seja prejudicada por este fator¹³⁵, tendo em vista que a indústria possui mecanismos próprios de defesa de suas margens.

As condições descritas até agora não indicam, pois, a rigidez da oferta agrícola como causa básica da subida de preços, senão que (estas) propiciam condições de surgimento ou aprofundamento de oligopsônios mercantis que funcionam como poderosos intermediários entre o mercado rural e o urbano e permitem a manutenção de preços altos dos produtos agrícolas. Isso porém não prejudica a taxa de acumulação urbana, apenas acentua a queda no poder de compra dos salários. O aumento das margens de comercialização apenas faz subir as margens brutas de lucro no setor urbano em seu conjunto, isto é, modifica os preços relativos em favor da acumulação de capital. Do ponto de vista da reprodução do capital industrial, o componente importado também pressiona os custos para cima, mas a indústria se defende, graças à proteção externa que lhe garante a elasticidade para cima das margens brutas de lucro. (Tavares, 1974, p. 135)

Entretanto, como bem ressalta a autora, esta tendência ao declínio do poder de compra dos salários persiste até 1943, a partir de quando entra em vigor parte da legislação trabalhista de Getúlio Vargas, que institui o salário mínimo. A autora analisa a instituição do salário

¹³⁵ Conforme discutido no capítulo 2, Rangel parte daí, isto é, do elevado grau de exploração da mão de obra, para explicar as crises de realização da economia brasileira – caminho não percorrido por Tavares (1974). A autora permanece fiel à sua visão do princípio da demanda efetiva, segundo a qual são as decisões de gasto, mediante a expectativa de lucro, que representam o elo dinâmico de uma economia capitalista – não é por outra razão que a autora destaca que as margens de lucro se mantiveram positivas no período, sendo estimuladoras de novos investimentos. Se Conceição Tavares tivesse concordado com Rangel sobre os problemas de realização, estaria adotando a visão subconsumista de Barros de Castro, o que representaria uma inconsistência teórica, dadas as críticas feitas pela autora a este economista (ponto discutido no capítulo 3).

mínimo do ponto de vista da acumulação de capital, conciliando criativamente elementos do lado da demanda (mercados) e do lado da oferta (custos diretos da mão-de-obra)¹³⁶.

Para estes últimos, sem o piso do salário mínimo, verificar-se-ia uma queda brutal do poder de compra das massas urbanas semiproletarizadas e da pequena burocracia privada e estatal, que tenderia a reduzir fortemente o ritmo de crescimento da demanda corrente. Para os setores de bens de produção e para toda a indústria fortemente empregadora de mão-de-obra, o salário mínimo funcionava como um controle e uma barreira à possível pressão dos setores operários mais organizados sobre seus custos de produção. (Tavares, 1974, p. 137)

Feitas as considerações sobre a dinâmica endógena de acumulação no período 1933-55, Maria da Conceição Tavares direciona sua análise aos elementos internos e externos que explicam porque a industrialização ficou restringida no período.

Do ponto de vista interno, a autora descarta a falta de capital privado, tendo em vista que as grandes empresas (nacionais e estrangeiras) atuavam como oligopólios avançados, isto é, conseguiam obter margens elevadas de lucros e assim mantinham igualmente elevada a capacidade de reinvestimento do setor industrial (Tavares, 1974, p. 138). Não é por outro motivo que, segundo a autora, constatou-se uma relativa autonomia da acumulação de capital frente ao capital estrangeiro (vale dizer, frente ao endividamento externo ou ao Investimento Direto Estrangeiro) – o que não pode ser creditado “...nem ao nacionalismo de Vargas, nem a uma possível ‘hegemonia’ da burguesia industrial nacional” (Tavares, 1974, p. 137).

Apoiada em Gerschenkron (1962) e em Hobson (1908), Conceição Tavares defende que nenhum dos capitalismos retardatários: – isto é, “aqueles que não participaram da primeira revolução industrial” (Ibid., p. 139): Estados Unidos, França, Alemanha, Rússia e Japão – implantou a indústria pesada prescindindo do apoio do Estado Nacional¹³⁷, o que leva a autora a reconhecer os limites econômicos do Estado brasileiro como fator interno preponderante na explicação das causas da industrialização ter permanecido restringida nos anos 30 e 40. Segundo suas considerações, o Estado Novo não reunia condições econômicas suficientes para implantar a indústria de base, pois estava baseado em um precário esquema interno de acumulação, sem escala nacional (apenas baseado no eixo urbano Rio-São Paulo),

¹³⁶ O debate historiográfico econômico sobre os efeitos da legislação do salário mínimo instituída por Vargas foi amplamente apresentado por Fonseca (1999, pp. 305-11), que reuniu as contribuições de Ignácio Rangel, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira e Luiz Werneck Vianna.

¹³⁷ Para maiores considerações sobre a onda de industrialização retardatária (com abundantes referências bibliográficas), consultar Barbosa de Oliveira (2003), especialmente capítulo 5. Ver também a coletânea de artigos sobre este tema reunidos em Fiori (1999)

que inclusive atravessava dificuldades, dada a crise da economia cafeeira, e as demais regiões exportadoras também se viam em franca decadência (Tavares, 1974, pp. 139-40). Nestas condições, o Estado brasileiro “...não tinha fôlego para implantar, por sua conta e risco, uma indústria de base” (Idem, p. 140). A instalação da Indústria Siderúrgica (em 1941) e Petrolífera (em 1954) se deveu muito mais a fatores políticos (como a “habilidade política de Vargas” e os “interesses militares norte-americanos”) do que a fatores propriamente econômicos.

Do ponto de vista externo, o bloqueio à implantação do setor produtor de bens de capital é explicado por dois fatores econômicos fundamentais. Em primeiro lugar, Tavares destaca “a própria orientação da expansão do capitalismo mundial ‘intercentros’ no imediato pós-guerra, que não estava particularmente interessado nem requeria uma nova onda de expansão para a periferia. (...) a periferia não era ainda um mercado, senão marginal, para a aplicação de novos capitais industriais.” (1974, p. 143). Em segundo lugar, e o mais relevante, a alta capacidade de reinvestimento endógena do mercado interno tornava prescindível a entrada de novos grandes players – em outras palavras, o capitalismo nacional, apesar de bloqueado, exibia importante dinamismo e rentabilidade.

A retenção interna de lucros para reinvestimentos por parte das filiais estrangeiras já instaladas de longa data, bem como seu maior acesso ao endividamento interempresas e com o setor financeiro privado, era suficiente para manter a sua liderança naqueles setores em que se constituíam na cabeça visível de um oligopólio competitivo. Isso dava margem para a expansão absoluta do capital nacional industrial e para sua diferenciação em setores de bens de produção nos quais já estava instalado, com escalas reduzidas de produção, há muito tempo. (Tavares, 1974, p. 143)

Não é por outra razão a crítica de Tavares a Cardoso e Faletto, que se limitaram a acentuar o caráter associado das burguesias locais e a internacionalização do mercado interno como uma nova etapa de industrialização dependente. Não é difícil identificar a existência de profundas raízes metodológicas nas ressalvas de Tavares às teses de Cardoso e Faletto. Para a autora é necessário identificar a forma de **associação intra-burguesa**, bem como as **contradições no movimento de acumulação de capital** em cada etapa de expansão do capital – é a interação destes elementos, em cada etapa histórica, que dará origem a um determinado padrão de acumulação. Ainda que a autonomia dos fatores internos seja relativa e não absoluta em relação ao movimento internacional do capitalismo, a análise deve partir destes fatores – isto é, primeiramente deve-se tê-los como referência para posteriormente analisar se eles se enquadram ou não de modo favorável dentro da dinâmica global do

sistema. Esta última não é suficiente para esgotar o dinamismo, tendo em vista que muitas vezes “...é justamente quando a situação internacional é desfavorável que certos mecanismos de expansão se reajustam endogenamente e permitem uma nova articulação, favorável à acumulação de capital posterior” (Tavares, 1974, p. 141).

No caso do período pós-1955, as novas condições endógenas do movimento da acumulação, bem como a dinâmica global do sistema darão origem a um novo padrão de acumulação, marcado pela implantação da indústria pesada, o que tornou o desenvolvimento capitalista (do ponto de vista técnico) plenamente acabado no Brasil – ponto que trataremos a seguir.

Por último, um esclarecimento. O desenvolvimento capitalista plenamente atingido (com a implantação do setor produtor de bens de capital) não implica em superação das “condições de subdesenvolvimento” segundo Tavares. Na verdade, a autora permanece fiel à tradição de Prebisch (1963), Furtado (1961) e Aníbal Pinto (1965), segundo a qual o desenvolvimento das forças produtivas não vem acompanhado da superação do subdesenvolvimento – na verdade, como vimos no capítulo 1, este foi o tom dos ensaios da Cepal ao longo dos anos 1960. A diferença é que, enquanto Prebisch e Furtado atribuíram a persistência do subdesenvolvimento à questão tecnológica, Conceição Tavares defendeu que a incorporação de ramos modernos foi condição para ampliar o crescimento econômico e sustentar o emprego mesmo nos ramos menos intensivos em capital, à medida que a industrialização restringida perdia dinamismo econômico e se sujeitava a restrições externas crescentes. O problema é que as desigualdades genéticas das economias capitalistas subdesenvolvidas – o conjunto de estruturas herdadas do passado colonial, mormente a distribuição desigual de ativos rurais e urbanos, e a carência de mecanismos endógenos de financiamento dos investimentos na infraestrutura econômico-social e na indústria pesada – não foi objeto de políticas e “instâncias de mediação histórica” capazes de alterá-las. Com isso, o mero desenvolvimento de novos setores industriais não seria capaz de superá-las. Assim, mais do que a “escolha da tecnologia nos novos setores”, o crucial para ela é que, a despeito da incorporação de novos setores, a composição da estrutura produtiva continuava muito concentrada em setores de baixa produtividade, de modo que o ciclo econômico tem características peculiares: é curto e termina em crises recorrentes – o que nos remete à sua noção de “ciclo endógeno”.

6.2.2. A importância do ciclo endógeno de acumulação de capital

Como vimos, Maria da Conceição Tavares inicia o capítulo histórico de sua obra trazendo algumas ideias da tese de doutorado de João Manuel Cardoso de Mello, com o objetivo de enfatizar o novo prisma pelo qual a industrialização será estudada: a ótica do capitalismo tardio. Essa tese realiza uma reconstrução histórica de interpretação da industrialização brasileira, segundo a formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, avaliando as condições de seu nascimento e consolidação (de 1888 até 1955) e deslocando o recorte cepalino entre “crescimento para fora” e “crescimento para dentro”¹³⁸. Todavia, como procuramos indicar, não se trata de uma simples reprodução da tese do autor, dado que seu objetivo é tratar de uma etapa distinta da de Cardoso de Mello, iniciada no Plano de Metas, quando se estabelece um novo padrão de acumulação.

Mesmo tomando duas teses complementares, a do Professor Cardoso de Mello e a minha própria, que, além de se moverem numa problemática teórica comum, **cobrem dois períodos históricos distintos [...]** (Idem, ibidem, p. 132 – grifos nossos)

[meu] objetivo (...) é apresentar as linhas gerais de desenvolvimento do ciclo de expansão que se inicia em meados da década de 50, e dar algumas explicações básicas para a crise e a recuperação da década de 60. (Idem, ibidem, 1974:152)

Tavares incorpora em sua análise sobre a dinâmica econômica as teses de Kalecki e, conseqüentemente, suas raízes em Marx ao abordar o princípio de demanda efetiva, a teoria da acumulação e valorização do capital e os esquemas interdepartamentais de reprodução. Afasta-se, assim, peremptoriamente, de outras análises marxistas, como a de Rui Mauro Marini. Conforme procuramos discutir na Parte II, o foco da análise de Tavares do processo de acumulação de capital complementa-se com o uso de uma “dinamização” do princípio da demanda efetiva e do capital enquanto uma relação social de produção.

A partir destas considerações realizadas na última parte, é possível apontar dois traços fundamentais das teses de Conceição Tavares na década de 70. Em primeiro lugar, ao adotar os esquemas trissetoriais kaleckianos, Tavares passa a estudar a indústria nacional a partir de ‘partes’ – os departamentos – que se relacionam entre si, na medida em que o investimento de um gera demanda “intersetorial”. É neste movimento que reside a dinâmica da economia – esta é a maior característica teórica que a diferencia entre outros economistas brasileiros. Em segundo lugar (e como decorrência do primeiro ponto), percebe-se que o investimento é um

¹³⁸ Pontos discutidos ao longo dos itens 1.2. e 1.3. deste trabalho.

agente dinâmico essencial deste movimento, conforme o princípio de demanda efetiva, adotado pela autora.

A ideia de ‘ciclo endógeno’ é o coração das teses dos anos 70, de onde se derivam suas críticas ao enfoque cepalino.

Justamente pelo fato de que a acumulação de capital não entrava como fenômeno principal [no pensamento da Cepal], era o crescimento e desenvolvimento que entrava na tese cepalina, o ‘desenvolvimento das forças produtivas’, digamos. Mas não entrava a categoria da ‘acumulação de capital’, com o que você não podia fazer a ponte para as crises do capitalismo, não explicava as crises do capitalismo, as teses cepalinas. Passei a me interessar pelas crises do capitalismo, aí sem o conceito de acumulação de capital não vai. (...) A idéia do ciclo endógeno no Brasil (...) é por causa da noção de acumulação de capital. Nós tínhamos uma estrutura tal que o ciclo era curto, que não podia durar muito tempo. Então a gente tinha crises periódicas. Isso é uma das tentativas da tese. (Tavares, 2010).

Em rigor, não é difícil percebermos as influências de Ignácio Rangel em Tavares no tocante à acumulação de capital, tendo em vista que uma das críticas centrais de Rangel à Cepal residia justamente neste ponto. Entretanto, à diferença tanto da Cepal como de Rangel, Tavares considera que o setor industrial está diferenciado em três setores, apresentando uma dinâmica mais complexa. Como discutimos no capítulo 2, Rangel avançou na questão da acumulação de capital e apontou corretamente que um dos problemas da realização do capital se deve à elevação do potencial de acumulação resultante do aumento da produtividade e lucros – ponto que, como veremos adiante, converge com o de Tavares. Entretanto, diferentemente de Rangel, Tavares não enfatiza o “baixo fundo do consumo” para explicar os problemas de realização do capitalismo. Como procuramos discutir na Parte II, o consumo fundamental do sistema para a autora não é o dos trabalhadores, mas sim o interdepartamental (especialmente o de máquinas e equipamentos). Assim, as condições de realização do setor produtor de bens de produção (D_I) só indiretamente refletem o comportamento da massa de renda do trabalho.

Ao trazer para o centro da análise os esquemas trissetoriais de Kalecki, especialmente a relevância do departamento produtor de bens de consumo duráveis (D_{II}), Tavares rejeita tanto as teses Cepalinas de que o consumo conspícuo seja perverso à taxa de acumulação, pois “esterilizaria poupança necessária a novos investimentos” – na verdade, o consumo conspícuo não causa qualquer redução do investimento e sim aumento da demanda efetiva e do produto – como as teses de Rangel, segundo as quais o capitalismo brasileiro tenderia à estagnação inexorável devido à elevada exploração dos trabalhadores e isto, no limite, estancaria os

mercados consumidores. Na verdade, como também procuramos conceituar na Parte II, lembra-nos a autora que, numa economia capitalista minimamente “madura”, as condições de reprodução e realização em escala ampliada estão complexamente determinadas pela interação dos três setores básicos, sendo que o D_{II} é fundamental enquanto um componente de demanda efetiva. Como vamos discutir nos próximos itens, a autora volta a enfatizar a leitura de Tavares e Serra (1972) de que o crescimento acelerado do consumo conspícuo das classes mais altas estava dinamizando o mercado interno brasileiro a partir de fins da década de 1960/início dos anos 1970, mesmo numa situação em que a renda se concentrava. No limite, podemos dizer que a diferença fundamental de enfoque entre a Cepal e Conceição Tavares, por um lado, e Rangel e Conceição Tavares, por outro, está no reconhecimento do D_{II} enquanto categoria dinâmica, e não fonte de estagnação ou entorpecimento do processo de acumulação de capital.

Entretanto, ainda resta tornar claro um ponto sobre a noção de “ciclo endógeno”. Esta noção manifesta, fundamentalmente, a questão já apresentada dos determinantes em primeira e última instância. Segundo Medeiros e Serrano (2001):

...a revisão interpretativa proposta por Tavares e Cardoso de Mello, o que foi denominado de “ciclo endógeno” era resultado de dois fatores centrais: em primeiro lugar o reconhecimento de que o setor de bens de capital no país atingira, com os investimentos decorrentes do Plano de Metas, estágio de desenvolvimento suficiente para desvincular o ciclo industrial da evolução das exportações; em segundo lugar, a percepção de que o grande volume de investimento direto estrangeiro se dirigia ao Brasil fundamentalmente pelo tamanho e dinamismo do mercado interno. (Medeiros e Serrano, 2001, p. 116)

Os autores tornam claro o fato de que esta noção partiu da análise indutiva da realidade, durante o Plano de Metas, os anos 60 e durante os anos 70.

Com as exportações estagnadas – como no período do Plano de Metas – os fluxos de investimento e de financiamento externos, ao lado de eficiente administração de divisas, foram essenciais para o crescimento econômico. A produção interna de bens de capital e o amplo sucesso na substituição de importações de consumo de bens duráveis, num momento marcado por estagnação das exportações, foram realizados no Brasil graças ao fluxo de capital estrangeiro, sob a forma tanto de investimentos diretos quanto de empréstimos. (...) Posteriormente, no contexto dos anos 70, com a enorme expansão do crédito privado tanto ao setor público quanto privado dos países em desenvolvimento, a partir do crescimento dos mercados internacionais do chamado “circuito do eurodólar”, e com o aprofundamento da presença das empresas transnacionais nos setores mais dinâmicos da indústria brasileira, a hipótese de ter se afirmado um ciclo industrial endógeno no Brasil baseou-se no fato de que como as empresas líderes na fase expansiva eram em grande parte filiais de empresas

transnacionais, sempre que houvesse expectativas de rentabilidade positiva, as necessidades de divisas que excedem as receitas usuais das exportações seriam supridas pelas próprias empresas e bancos coligados. (Medeiros e Serrado, 2001, pp. 116-7)

Como veremos adiante, a tese da autora de que “não há limites externos ao crescimento econômico” encontra abrigo na realidade dos anos 1950, 1960 e 1970 – mas não dos anos 1980 e 1990.

Neste sentido, a noção do ciclo endógeno depende de transformações estruturais que não eliminam nem o subdesenvolvimento nem a dependência. No entanto, enfatiza mediações particulares não percebidas por outras visões que procuram acentuar o grau de subordinação cíclica ao imperialismo internacional – como faz Marini (1970) e até mesmo Caio Prado Júnior. No afã de acentuar o grau de extrema vulnerabilidade externa da economia brasileira – dado o “sentido da colonização”¹³⁹ –, Prado Júnior (1966 e 1970) procurou subordinar a autonomia da política econômica e do ciclo industrial aos “limites externos” num momento em que o contexto internacional era justamente favorável à autonomia relativa dos fatores internos. “No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente”. (Prado Júnior, 1957, p. 190). Ou ainda, anos mais tarde, em 1970 o autor afirmaria explicitamente:

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. **A sua vida econômica não é função de fatores internos**, de interesse e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel. (Prado Júnior, 1970, p. 279 – grifos nossos)

Feitas estas ressalvas, vamos às considerações históricas de Tavares.

¹³⁹ Termo empregado pelo autor – em Prado Júnior (1942) – para caracterizar o sentido da colonização realizada no Brasil enquanto um episódio de um processo mais amplo: a expansão do capital mercantil europeu do século XVI. Daí a organização da produção e da sociedade moldarem-se conforme as necessidades do comércio europeu, e estar no centro da análise seu caráter reflexo e subordinado ao ritmo dos mercados externos do sistema capitalista. Essa formulação, calcada na idéia da ausência de autonomia interna da estrutura produtiva, é empregada pelo autor para compreender a dinâmica da economia brasileira mesmo pós 1930.

6.2.3. Novo padrão de acumulação: Plano de Metas e as condições endógenas da reversão cíclica dos anos 60

A partir do Plano de Metas, quando em um só golpe instala-se o departamento produtor de bens de produção e de consumo duráveis, o “processo de acumulação passou a estar basicamente determinado pela expansão e diversificação do setor industrial” (Tavares, 1974, p. 148), vale dizer, rompem-se os limites à reprodução em escala ampliada do capital, de modo que, em seu movimento autodeterminado, as flutuações cíclicas da economia brasileira – sujeitas a movimentos de expansão e problemas de realização – ocorrem como em qualquer outra economia capitalista. Não é à toa que, deste ponto em diante, Tavares se baseia mais diretamente em conceitos empregados pelos autores que contribuíram para o estudo da dinâmica das economias capitalistas maduras, tais como Kalecki e Steindl, integrando a macroeconomia e a microeconomia. Bielschowsky (2010) capta com precisão este ponto.

Para oferecer uma explicação desse processo, Conceição procura realizar uma integração “micro-macro” por meio de fundamentação teórica baseada em dois campos complementares, ou seja, na teoria do ciclo de Kalecki e nas teorias de oligopólio de autores como Steindl, Sylos-Labini e Bain. De Kalecki ela absorve a ideia macroeconômica de movimento cíclico no capitalismo moderno, com sobreinvestimento nas fases de auge, determinante da reversão cíclica por insuficiência de demanda de bens de capital devido a excesso de capacidade produtiva; e extrai também a divisão tridepartamental (bens de capital, bens de consumo capitalista e bens de salário). Na teoria do oligopólio encontra a fonte analítica para o entendimento microeconômico de concentração de capitais e de mercado, assim como da consequente formação dos lucros, e, uma vez mais, para a análise do impulso ao sobreinvestimento, entendidos como resultado da concorrência capitalista. (Bielschowsky, 2010, p. 19-20)

No entanto, a utilização destes conceitos é limitada, tendo em vista que o objetivo da autora é captar especificidade do ciclo capitalista da periferia (especialmente o do Brasil) em relação às economias maduras, o que a levará a atualizar e adaptar alguns conceitos, conforme sugerimos na Parte II.

O ponto de partida da interpretação histórica de Tavares (1974) sobre o Plano de Metas é, na verdade, uma releitura de Tavares (1963), quando a autora, em sua fase cepalina, ainda entendia o período como uma fase do processo de substituição de importações, de acordo com a qual o dinamismo parecia provir de estrangulamentos no balanço de pagamentos. Em sua tese de livre-docente, a economista rejeitará este tipo de interpretação, pois observa que a natureza e perfil dos investimentos – não orientados para atender a demanda prévia, pois, ao contrário, a instalação da capacidade produtiva esteve

superdimensionada em relação à demanda – requereu uma grande atuação do Estado e do capital internacional (pois a estrutura técnica e financeira dos novos capitais era completamente diferente da fase anterior).

Esses e outros problemas (...) parecem-me hoje mais relevantes, como mecanismo indutor dinâmico do processo de industrialização, do que a situação de estrangulamento externo. Daí termos abandonado a designação de “substituição de importações”, por considerá-la completamente inadequada do ponto de vista analítico, ainda que formalmente ela possa ser adotada na medida em que o coeficiente importado da oferta final de bens industriais esteve caindo, mesmo para as indústrias de bens de consumo duráveis, que esgotam a reserva de mercado preexistente em seu primeiro e curto período de expansão. (Tavares, 1974, p. 145)

Grosso modo, podemos reunir as seguintes características do ciclo de expansão iniciado em 1957 que marcam sua especificidade histórica segundo Tavares (1974):

- A escala dos novos projetos de investimento supera a demanda corrente no início do período da expansão, de modo que os investimentos não foram impulsionados para atender a uma demanda prévia. Nas palavras da autora, “...o bloco de investimento altera muito mais dramaticamente a estrutura da capacidade produtiva industrial do que a estrutura da demanda” (p. 152)
- Os investimentos se concentraram basicamente nos segmentos de material de transporte, material elétrico e metal-mecânica, marcados por poderosos efeitos de encadeamento intersetorial, mas que, apesar dos esforços, não preponderavam na composição da produção industrial.
- Houve concentração relativa (porém não absoluta) do mercado em favor da grande empresa nacional apenas nos segmentos mais pesados do setor de bens de capital e de insumos estratégicos, isto é, nos setores em que não se competia com as estrangeiras. Já nos setores de bens de consumo diferenciado (duráveis), de material elétrico e de transporte houve forte predomínio da grande empresa internacional; nestes setores as barreiras à entrada se limitavam apenas aos empresários nacionais (Tavares, 1974, p. 144). Ainda que o ritmo de crescimento tenha sido mais dinâmico nas grandes empresas (nacional e estrangeira), a solidariedade entre o capital privado nacional e internacional (isto é, a não competição nos mesmos setores) garantiu que o ciclo de expansão se estendesse às pequenas e médias empresas nacionais, evitando sua expulsão do mercado pelas grandes empresas – o que marcaria a concentração

absoluta do mercado¹⁴⁰. “Dados, porém, os altos ritmos de expansão do mercado, há lugar para todos, mesmo para as empresas menores em setores competitivos” (Tavares, 1974, p. 152)

- A brusca e concentrada introdução dos investimentos, num curto espaço de tempo, gerou importantes efeitos multiplicadores da renda global e do emprego urbano, o que estimulou consideravelmente as importações, e isto explica porque o coeficiente de importações não caiu durante o ciclo expansivo. “O efeito acelerador tem repercussões sobre a capacidade produtiva e sobre a demanda de importações que vai muito além dos coeficientes técnicos de capital dos novos setores e de seu coeficiente importado direto” (Tavares, 1974, p. 153).¹⁴¹

Feitas estas considerações, passemos agora para a análise trissetorial da dinâmica intersetorial, em que a autora se apoia claramente em Kalecki para compreender as razões cíclicas da indústria brasileira, com destaque para as desproporções dinâmicas entre a estrutura da demanda e a capacidade de produção subutilizada – de desta forma torna mais refinada a investigação sobre a acumulação de capital perante a tradição crítica do pensamento econômico latino-americano.

- *Bens de produção*

¹⁴⁰ Vale lembrar que os termos “concentração absoluta” e “concentração relativa” nos remetem à Steindl (1952). Como bem lembra Coutinho (1983, pp. x-xi): “A pressão competitiva por parte das empresas ‘progressistas’ [as mais bem situadas no mercado, que apresentam os menores custos] tende a estreitar o mercado da faixa de produtores ‘marginais’ [produtores de maior custo médio, não necessariamente pequenos] e, portanto, a provocar um movimento de concentração relativa crescente” – isto é, trata-se de um concentração relativa quando a expansão do setor acomoda tanto o crescimento das empresas líderes como das marginais, ainda que o poder de acumulação (e, portanto, de crescimento) incline-se positivamente a favor das empresas líderes (que atuam com estruturas de custos melhores). Caso diferente é a concentração absoluta, isto é, quando a competição entre as empresas líderes leva à expulsão dos produtores marginais, vale dizer, aqueles que operam com estrutura de custos mais elevada. Nas palavras de Luciano Coutinho “A rivalidade entre as empresas líderes aguça a concorrência e pode levar ao expurgo de produtores marginais, à medida que as desigualdades de expansão se acentuam, caracterizando um movimento de concentração absoluta” (p. xi). Para mais detalhes, bem como a utilização direta em Steindl (1952), ver especialmente o capítulo V de sua obra.

¹⁴¹ Não é difícil perceber que há um claro resgate pontual das teses desenvolvidas pela própria autora uma década antes sobre as contradições do processo de substituição de importações. “Caracteriza-se, assim, (...), uma das faces da contradição interna do processo entre sua finalidade que é o crescimento do produto (do qual decorre a necessidade de elevar, pelo menos em alguma medida, as importações) e as limitações da capacidade para importar. (...) com o crescimento do produto e da renda, se reproduz em maior ou menor medida o fenômeno acima descrito” (Tavares, 1963, p. 42). O que a autora ressalta é apenas a elevada elasticidade renda da demanda por importações.

O setor de bens de produção é o mais decisivo para a expansão endógena da indústria, mas é o que mais enfrenta problemas pelo lado da demanda induzida.

Em alguns ramos deste setor, especialmente o da metalurgia e o metal-mecânico – que surgem por força do Plano de Metas –, existe uma maior organicidade entre grandes e pequenas/médias empresas, sendo que estas últimas vêm a reboque daquelas e, mais importante, não competem nos mesmos nichos de mercado. Diferentemente do setor de bens de consumo não-duráveis, a estrutura de mercado que predomina são os **oligopólios diferenciados**, que o “dá lugar a uma estrutura industrial em estrela, em que cada empresa tem um cordão de pequenas e médias, tanto fornecedoras, quanto distribuidoras” (Tavares, 1974, p. 157). O fato de as grandes e pequenas/médias empresas apresentarem elevada complementariedade significa dizer que estas não atuam como colchão amortecedor da grande empresa na reversão cíclica (tal como ocorre no setor de bens não-duráveis): tanto no auge como na reversão cíclica, as pequenas e médias empresas têm um efeito de aprofundar o ciclo. Nas palavras da autora, elas atuam como “um aprofundador do efeito acelerador ou desacelerador do ritmo de investimento” (Ibid., p. 157).

Apesar de não amortecerem as perdas na baixa cíclica, é verdade que as pequenas e médias empresas contribuem fortemente para aumentar os lucros extraordinários das grandes empresas, pois, na condição de fornecedores das grandes empresas, têm o importante papel de rebaixar os custos primários de produção. As grandes empresas se comportam como oligopsônio de compra – especialmente durante a fase de implantação dos ramos de material de transporte e elétrico. Nestas condições, há uma tendência inexorável à elevação da capacidade instalada, isto é, à sobreacumulação do setor. Ao aumentar a ociosidade acima do planejado, propaga-se um efeito desacelerador em cadeia e, como não se conta com um número de empresas pequenas e médias com efeito amortecedor, as grandes empresas absorvem integralmente a redução da demanda, o que repercute diretamente na redução da taxa de acumulação interna. A consequência para o conjunto da indústria é uma frenagem no ritmo de acumulação e na taxa global de expansão de todo o setor industrial.

Alguns dos *determinantes do investimento*, no sentido steindliano-kaleckiano (vale dizer, o elevado nível de capacidade ociosa indesejada e a redução da demanda), passam a se manifestar com força terminado o bloco de investimento. Sobre a reversão cíclica pós-1962, a autora destaca três pontos: i) os elevados níveis de ociosidade indesejada, junto às incertezas que assolavam a economia no período, desestimulavam os investimentos no setor, especialmente para as **filiais internacionais**; ii) a limitada **demanda de reposição**, dada a

“juventude de grande parte do parque industrial” (p. 162). Além disso, nos anos 60 o baixo dinamismo do segmento de bens de consumo não duráveis desestimulava a modernização do setor, o que impactava negativamente as perspectivas tanto para as empresas nacionais como para a grande empresa estrangeira; e iii) para o **setor privado nacional** também havia se esgotado a demanda por ampliação de capacidade instalada, após encerrado os efeitos da implantação dos grandes projetos do complexo metal-mecânico.

Neste contexto, restava o investimento público (governo e empresas estatais) como componente autônoma para atenuar o ciclo¹⁴². Entretanto, ressalta a autora que “os problemas financeiros internos e externos eram a barreira principal para a expansão compensatória da demanda pública de investimentos” (Tavares, 1974, p. 164). Não podendo se sustentar, o investimento público passa a recuar com força em 1963, e se torna incapaz de estimular a demanda corrente do setor. A reversão do ciclo industrial se torna mais profunda a partir de então.

- Bens de consumo-duráveis

É o setor, juntamente com o de bens de produção, que mais contribuía para a taxa de crescimento industrial durante o Plano de Metas. A instalação do setor data deste período, tendo como maiores representantes as grandes empresas do setor automobilístico e as produtoras de eletroeletrônicos. Não é difícil perceber que o consumo destes bens, àquela altura, estava restrito somente às classes mais altas, de tal modo que a dinâmica do setor se assemelha bastante ao D_{II} kaleckiano, tendo em vista que “...as condições de dinamismo desse setor, nos começos da década de 60, estavam ligadas ao consumo dos capitalistas e das reduzidas camadas de altos ordenados a elas associadas, que cresciam defasadas com a taxa de acumulação dos lucros” (Tavares, 1974, p. 168)

Tendo em vista a dimensão absoluta relativamente grande do mercado, a má distribuição de renda favorecia o consumo destes bens. Entretanto, sua elevada taxa de expansão (assim como no setor produtor de bens de produção) deveria arrefecer inexoravelmente após a o término do período de instalação e, sobretudo, se sua demanda ficasse restrita às camadas mais altas. A perda de dinamismo do setor tinha fortes consequências para a demanda intersetorial, e afetava com mais força o setor de bens de produção, especialmente os ramos da metalurgia e o metal-mecânico, além do próprio setor de

¹⁴² Vale lembrar que a participação do Estado na Formação Bruta de Capital Fixo em 1960-61 superava 50% (Tavares, 1974, p. 163)

Serviços e o consumo geral dos bens de consumo industrializados. Não é difícil perceber que a reversão do ciclo neste setor trazia efeitos negativos sobre o emprego em todos os demais setores.

Até 1963 as dificuldades deste setor são do tipo de desproporção dinâmica entre oferta e demanda, devido aos elevados níveis de ociosidade não planejada – o que é típico em qualquer economia capitalista marcada por elevada concentração da renda: mantida a distribuição regressiva da renda, o ciclo seria restabelecido, ainda que exibindo taxas de expansão mais modestas que ad do ciclo anterior. A partir daquele ano, à crise estrutural (de desproporção dinâmica entre oferta e demanda) se soma uma outra, de cunho mais conjuntural (que limitava ainda mais a demanda corrente do setor), resultante da combinação entre política de estabilização com contração de crédito e de gasto público. Passada esta conjuntura “recessiva”, a contração dos salários (mantendo a renda concentrada em favor das classes mais altas) restabelece as condições para a recomposição das margens de lucro, mas não retoma a expansão da demanda, que se via limitada por razões estruturais, com destaque para a ausência de canais adequados de financiamento.

Como lembra a autora, a elevação das margens de lucro das empresas do setor permite que elas promovam um “esforço especial de vendas”¹⁴³ orientado à expansão do crédito aos consumidores, surgindo pioneiramente os consórcios e financiamentos (antes mesmo de começar a operar plenamente a reforma financeira de 1966). A retomada do crescimento do setor é pujante apenas a partir de 1967, pelas razões que procuramos trabalhar no próximo item. Adiantando, não fosse a reforma financeira implementada em 1966, que permitiu um esquema de endividamento crescente das classes médias, e a política salarial do governo, dificilmente o setor teria condições de liderar o crescimento industrial durante a etapa do “milagre econômico”.

- Bens de consumo não-duráveis

É o setor que melhor reflete as condições gerais do mercado de trabalho urbano, isto é, o ritmo de crescimento do emprego e do poder de compra dos salários – que são, por sua vez, determinados pela taxa global de acumulação do capital. Neste sentido, a dinâmica deste setor assemelha-se bastante ao D_{III} kaleckiano, sobre o qual fizemos referência no capítulo 3.

¹⁴³ Termo que nos remete, mais uma vez, a Steindl (1952), capítulo V.

No início dos anos 1950, as necessidades de aumento de escala, por força da urbanização, bem como a concorrência com a entrada das filiais estrangeiras, obrigam as grandes empresas nacionais do setor (especialmente do segmento têxtil) a modernizar-se, alterando o tipo de tecnologia – vale dizer, tornando a matriz tecnológica mais intensiva em capital. Assim, a estrutura industrial que predomina no setor já no início do Plano de Metas é o oligopólio competitivo – contexto no qual se instalam as novas pequenas e médias empresas no ciclo expansivo que vai de 1957 até 1961. A partir daí a autora segue com a análise steindliana para analisar o padrão de concorrência no auge e declínio do ciclo.

De modo geral, no auge, quando a demanda do setor se mantém crescente (arrastada pela massa real da renda urbana), mantém-se alto o ritmo de acumulação do setor. Nesta fase todas as empresas do setor se expandem, porém, com poder desigual: a taxa de acumulação das grandes empresas é maior que a das pequenas e médias, ocorrendo, portanto, concentração relativa. No período de 1957-61 o setor é favorecido tanto pela aceleração industrial como pela manutenção do poder de compra dos salários, o que explica o crescimento do setor a uma taxa superior à da urbanização (Tavares, 1974, p. 173).

Na reversão do ciclo (a partir de 1962 até 1967), as indústrias do setor acompanham tanto a desaceleração global da economia como a retração da renda real. Neste instante, por sua vez, ocorre uma concentração absoluta em favor das grandes empresas, as que apresentam maior capacidade de defesa de suas margens (dadas as poderosas economias de escala redutoras de custos) e, por isso, conseguem fazer um esforço especial de vendas (sobretudo via introdução de diferenciação de produtos e integração vertical do mercado). A autora chama atenção para o fato de serem as grandes filiais estrangeiras as que apresentam condições para melhor competir por estas vias (Tavares, 1974, p. 156).

* * *

Feitas estas considerações, Conceição Tavares chama atenção para os “problemas de longo prazo” que o descasamento crescente entre o potencial de acumulação de capital (impulsionado pelas assimetrias em termos de poder de acumulação em favor dos grandes oligopólios) e a taxa de crescimento da demanda corrente pode criar do **ponto de vista macroeconômico**. Vejamos com mais vagar esta questão, que é central no pensamento econômico da autora.

A produtividade macroeconômica da capacidade produtiva, isto é, a relação produto-capital (P/K), aumentou drasticamente no período e a tendência era de elevação, dados os efeitos crescentes das economias de escala dos investimentos e das economias externas e de

aglomeração. Trata-se de economias redutoras de custo de produção, mas são incapazes de impulsionar a demanda e, portanto, o produto: segundo Tavares, a relação P/K aumenta porque tais economias “diminuem K”, mas “não aumentam P”. “...tanto as economias de escala como as externas, ao se atualizarem, aumentam o rendimento global da capacidade produtiva existente (P/K), mas não determinam por si mesmas nenhum impulso expansivo da demanda de bens e serviços privados”. (Tavares, 1974, p. 178).

Somado a isso, expõe Tavares que o aumento de produtividade, tanto do capital como do trabalho, não se transfere aos preços nem aos salários, devido à estrutura de mercado oligopólica – traduzindo-se em elevadas margens de lucro no setor industrial, especialmente nos setores mais dinâmicos (os produtores de bens de capital e bens de consumo capitalista). Numa visão bastante semelhante à de Rangel (1959)¹⁴⁴, a resultante do poder assimétrico em favor das grandes empresas é uma contínua tendência à sobreacumulação, que se manifesta de forma muito mais dramática no desenvolvimento capitalista da periferia (especialmente do Brasil) do que no das economias maduras. Em outras palavras: as estruturas na periferia, marcadas por um poder brutalmente desigual de acumulação entre os distintos setores, empresas e sindicatos, produziram um aumento sem paralelo do “grau de monopólio” das empresas melhor situadas (geralmente, as filiais transnacionais) ao longo da segunda metade dos anos 1950 e nos 60 e 70.

(...) as relações salário/produtividade se deterioraram continuamente em todos os setores industriais e a taxas parecidas, dado o declínio dos preços relativos da indústria tradicional (...) Compreende-se, pois, por que as margens brutas de lucro, ou seja, o grau de monopólio (no sentido kaleckiano), aumentaram fortemente na indústria durante todo o período de industrialização que se iniciou em meados da década de 50 e continua até hoje, agravando-se como tendência. O problema surge quando a taxa de lucro efetivamente realizável a longo prazo atinge um limite, dado pela estabilização da taxa de acumulação do período anterior, e o grau de monopólio continua subindo à medida que aumentam as margens brutas de lucro das empresas, como ocorreu a partir de 1959. (Tavares, 1974, pp. 179-80)

O problema central na tese da autora é que este grau de monopólio crescente, convivendo com uma estabilização da taxa de acumulação, gera uma gritante contradição no desenvolvimento capitalista no Brasil: os próprios mecanismos de defesa da taxa de lucro da grande empresa oligopólica provocam uma baixa na taxa de acumulação e de lucro médio para toda a indústria. Vejamos com mais vagar este ponto, em que a autora se apoia novamente em Steindl (1952).

¹⁴⁴ Conforme discutimos no item 2.2. deste trabalho.

O aumento do grau de monopólio produz, inegavelmente, em uma elevação da relação lucros-salários da economia. Os lucros retidos das empresas elevam o potencial de acumulação do ponto de vista microeconômico, mas não provocam um aumento da taxa de acumulação do ponto de vista macroeconômico, tendo em vista que não aumentam a taxa real de investimento da indústria. Logo, o potencial de acumulação era continuamente esterilizado (vale dizer, desviado do para “...aplicações patrimoniais dentro ou fora da indústria...”¹⁴⁵), tendo em vista que as condições de mercado seguiam altamente desfavoráveis nos três setores. Bielschowsky também capta este ponto com precisão: “...a precipitação da reversão cíclica não se deve apenas às desproporções dinâmicas entre a estrutura da demanda e a capacidade de produção subutilizada, mas também à desproporção entre lucros e oportunidades de investimento” (Bielschowsky, 2010, p. 22)

Portanto, mesmo o incremento nas margens de lucro real (que favorecia as expectativas empresariais) não era suficiente para acelerar o ritmo de acumulação efetiva, por força do excesso de ociosidade não planejada. “O potencial de acumulação não afetou os determinantes do investimento, ao contrário das tendências da taxa de lucros dos investimentos presentes e futuros, vis-à-vis as margens desejadas de capacidade ociosa” (Tavares, 1974, p. 180). Claramente apoiando-se no modelo steindliano de acumulação oligopólica¹⁴⁶, a autora relaciona os níveis deprimidos da taxa de investimento no início dos anos 60 ao excesso de capacidade ociosa não planejada. A queda dos investimentos provoca uma redução do nível de emprego e, portanto, no nível global da demanda efetiva – o que afeta todas as empresas de todos os setores, com destaque para o produtor de bens não-duráveis.

As empresas mais eficientes – isto é, as que operam com custos menores (o que geralmente corresponde aos oligopólios internacionais) – apresentam as melhores condições para se defender da redução da demanda, pois tinham condições de transferir este problema para as empresas marginais, quebrando-as, o que impactava ainda mais negativamente o nível de emprego e, portanto, a própria taxa média de lucro e de crescimento da economia. Assim, os mecanismos de defesa da taxa de lucro das grandes empresas provocam efeitos negativos

¹⁴⁵ Tavares, 1974, p. 180. Os recursos destinados a aplicações patrimoniais dentro e fora da indústria não eram reinvestidos no processo produtivo, mas direcionados para outras áreas que pudessem proporcionar maiores rentabilidades com um risco menor. Este ponto ficará mais claro no capítulo 6, quando tratarmos da característica “rentista-patrimonialista” do processo de acumulação de capital no Brasil segundo Tavares.

¹⁴⁶ Modelo apresentado no capítulo 3 desta dissertação.

sobre a taxa de lucro média da indústria – ponto este que se torna relevante tendo em vista as brutais assimetrias entre as empresas, em termos de poder de acumulação.

Ainda quando, temporariamente, isto seja um mecanismo de defesa da taxa de lucro da grande empresa oligopólica em alguns ramos industriais, via aumento do grau de concentração e controle do mercado, provoca, assim mesmo, uma baixa na taxa de acumulação e de lucro médio para a indústria em seu conjunto. (Tavares, 1974, p. 181)

É verdade que a política de arrocho salarial dos militares agravou a situação ao longo dos anos 60 – como apresentaremos adiante, a política salarial pós 1964 se fundamentam num corpo interpretativo de cunho teórico e político bastante distinto do que prevaleceu até 1964.

Tavares & Serra (1972) e Tavares (1974) fazem menção ao Paeg e abrem caminho para uma interpretação histórica que procurou ressaltar a importância dos acontecimentos que sucederam ao Golpe de 1964 para explicar os rumos da economia brasileira nos fins daquela mesma década. Os aspectos institucionais do desenvolvimento capitalista nesse período foram ressaltados pela autora com bastante ênfase nos anos 80, especialmente em Tavares (1981) e com mais força em Tavares & Assis (1985).

As referências à noção do “ciclo endógeno de acumulação” pós-Plano de Metas sempre vieram acompanhadas de elementos “institucionais”, que foram introduzidos, em sua maioria, pela equipe econômica liderada por Campos e Bulhões. Na verdade, a autora estabelece um diálogo crítico não apenas com a tradição estruturalista (mais à esquerda do debate político), mas também com os economistas alinhados à vertente liberal (mais à direita do debate político¹⁴⁷). Antes de retomarmos suas teses dos anos 70, avaliamos ser oportuna a reconstrução histórica das principais políticas institucionais introduzidas entre 1964-67, que receberam um tratamento apenas geral em Tavares & Serra (1972), Tavares (1974) e Tavares (1978).

6.2.4. A ascensão do projeto econômico concentrador e excludente e as “instâncias de mediação histórica”

Nos idos dos anos 1960, dois projetos políticos para o Brasil ganharam contornos: um que previa uma alteração radical do *status quo* em bases mais nacionalistas e outro mais conservador, que previa um aprofundamento da abertura econômica e associação internacional iniciada com Kubitschek. O Golpe de 1964 foi a expressão da vitória dos setores mais conservadores da sociedade, através da implantação de um regime militar-tecnocrático

¹⁴⁷ Um recente balanço do debate sobre a distribuição de renda pode ser consultado em Bastos, Barone e Mattos (2015 e 2015a).

que conquistou um considerável grau de consenso entre a classe média, em nome de uma “modernização conservadora” que não só conservou como alimentou a maior marca de nosso atraso: a desigualdade social em níveis insuportáveis. Na verdade, devemos lembrar que os riscos de uma radicalização dos projetos da esquerda em favor de uma maior distribuição de renda colocariam em xeque as estruturas de poder historicamente consolidadas no Brasil. Como lembra Edmundo Costa, “A ascensão dos militares ao poder deve ser entendida apenas como expressão pública de um conjunto de forças conservadoras que transformaram o aparelho de Estado numa agência **para servir aos interesses do grande Capital**” (Costa, 1997, p. 23).

O professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, em sua tese de livre docência, chamou atenção para a importância dos aspectos institucionais da intervenção do Estado na economia nos anos 1960 – em contraste com o papel essencialmente empresário-produtor que tivera no ciclo de expansão de 1957-61 –, resgatando a tese de Maria da Conceição Tavares sobre as “instâncias de mediação histórica”:

Dada a incapacidade de diferenciação setorial espontânea e de auto sustentação dinâmica da industrialização pesada, a intervenção do Estado foi decisiva, primeiro, para planejar, realizar e induzir os investimentos que levaram à industrialização pesada nos anos 1950, ou melhor, coordenar o bloco de investimentos, investir diretamente e dividir esferas de atuação entre estatais, capitalistas locais e filiais durante o Plano de Metas. Depois, para realizar transformações institucionais naquilo que Tavares (1980) chamou de “**instâncias de mediação histórica**” (sistema tributário, de financiamento e de comércio exterior) e no padrão de distribuição de renda para preparar as condições do modelo de acumulação dinâmico, concentrador e excludente do “Milagre Econômico”, além de apoiá-lo com um perfil determinado de gasto público. (Bastos, 2013, 76 – grifos nossos)

Os elementos que extrapolam os chamados “determinantes do investimento” (no sentido kaleckiano/steindliano), mas que foram igualmente importantes para explicar a retomada do ciclo endógeno de acumulação de capital na segunda metade dos anos 60, foram denominados por Conceição Tavares no início dos anos 80 de “instâncias de mediação”. Tratam-se de fatores que favoreceram a acumulação de capital, mas que são mediados necessariamente pela esfera político-institucional. Neste sentido, o gasto público, política salarial, as reformas financeiras e o endividamento externo (especialmente os canais institucionais que favoreceram esta modalidade) são exemplos de instâncias de mediação que explicaram o vigor do ciclo econômico mesmo em uma conjuntura marcada por uma radical elevação dos níveis de concentração de renda (forte arrocho dos salários). Segundo a autora, “*El primado del capital industrial en el desarrollo reciente estuvo justamente en la capacidad*

que han tenido algunas de las economías capitalistas de producir una compatibilización favorable al patrón de acumulación de capital, aun cuando esto sea manifiestamente desfavorable em términos sociales. Las instancias intermedias claves fueron el gasto público, la intermediación financiera, el endeudamiento interno y externo, y la forma de organización de los mercados”. (Tavares, 1981, p. 25 – grifos nossos).

Como procuramos antecipar na Parte II, as instâncias de mediação foram as políticas governamentais que permitiram ampliar os mercados (de dimensões restritas perante à oferta) mediante a um esquema concentrador de renda. “*En realidad, la "compatibilización" entre esas estructuras [salarios, patrones de consumo y la estructura productiva] es realizada por una serie de instancias intermediarias (...) que permiten un razonable grado de flexibilidad em el ajuste entre las tres estructuras”.* (Tavares, 1981, p. 23)

Ainda que este recurso teórico tenha sido amplamente utilizado para explicar **as bases do estilo de desenvolvimento** altamente excludente e concentrador de renda, representou uma forma de trazer grande flexibilidade analítica à visão econômica da autora nos anos 70 (de inspiração marxista, kaleckiana e steindliana) com elementos políticos e sociais. É verdade que este recurso se tornou explícito apenas anos mais tarde, entretanto, avaliamos ser pertinente antecipar este conceito para melhor compreender alguns pontos das teses de 1974 e 1978. Novamente o professor Bastos (2013) é bastante explícito neste ponto:

A ênfase nessas “instâncias de mediação histórica” (em termos que lembram o Sartre de *Questão de Método*) e, portanto, nos condicionantes institucionais do estilo de desenvolvimento, **valorizava o papel do Estado, das divergências políticas, dos embates ideológicos e da luta de classes e frações de classes para o entendimento das fases do desenvolvimento capitalista no Brasil**, de um modo que não era tão explícito nos esquemas de acumulação de capital apresentados na crítica à Cepal. (P. 77 – grifos nossos)

O fato de as “instâncias de mediação” não terem sido mencionadas por Maria da Conceição Tavares explicitamente antes de 1981 não significa que os aspectos “institucionais” não tenham sido trabalhados com a devida atenção. A autora só batiza em 1981 um filho que havia sido gerado anos antes, já no artigo *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente*, originalmente publicado em 1971 (no qual nos apoiaremos para compreender alguns pontos da reforma financeira no próximo item); em 1972, no artigo *Além da Estagnação*; e nas teses de 1974 e 1978 (nas quais procuraremos identificar, sempre que oportuno, a presença implícita do conceito de “instâncias de mediação”).

6.2.4.1. O Paeg e as bases do milagre econômico

O Golpe militar não trouxe consigo um projeto de governo. Roberto Campos lembra que “...os militares tinham severos preconceitos em relação à classe empresarial. (...) A mentalidade militar, pelo menos na época [do Golpe], estava longe do que se poderia chamar de espírito capitalista. Muito pelo contrário, a tendência era socializante” (1994, p. 611). Assim, coube à equipe econômica – composta pelos economistas Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões e pelo próprio Roberto Campos – persuadir o então militar empossado, Marechal Castelo Branco, da importância do lucro e, mais do que isso, construir o alicerce fundamental de um novo padrão de reprodução e acumulação de capital no Brasil, o que foi possível através de Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg)¹⁴⁸.

Tratava-se de um plano econômico que continha um diagnóstico ortodoxo sobre os problemas que assolavam a realidade brasileira, sendo eles: i) inflação alta (que acumulara 25% no primeiro trimestre de 1964); ii) crescimento industrial desequilibrado (com subinvestimento em infraestrutura); e iii) a falta de um mercado financeiro capaz de financiar o desenvolvimento sem gerar pressões inflacionárias. O objetivo central do Plano era o controle da inflação (que foi diagnosticada como de demanda – em decorrência dos ganhos reais de renda muito acima da produtividade nos governos anteriores, dos elevados déficits públicos e da deterioração do Balanço de Pagamentos), mas, segundo Campos, o Plano também objetivava “(...) retomar o crescimento econômico, corrigir disparidades setoriais e regionais, adotar uma política de investimentos capazes de absorver quantidades crescentes de mão-de-obra e (...) corrigir tendências deficitárias do balanço de pagamentos” (Campos, 1994, p. 609).

Segundo Costa (1997), os maiores entraves ao processo de desenvolvimento econômico ressaltados pelos economistas da época eram: i) a inexistência de um volume de

¹⁴⁸ Anos mais tarde, em ensaio escrito com J. Carlos de Assis, Maria da Conceição Tavares vê o sentido do movimento de 1964 como uma “Revolução” para a estrutura da economia brasileira. Refere-se Conceição Tavares ao termo “Revolução’ de 64” por se referir, implicitamente, às importantes reformas institucionais sob a regência da dupla Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos. Nisto consiste para a autora a especificidade da crise dos anos 60, cujos reflexos a posteriori foram “...afirmar, modernizar e tornar mais abrangente o papel do Estado na sociedade e na economia, através de um restrito pacto de dominação entre elites civis e militares (...) Sob esse pacto, mudanças institucionais impostas autoritariamente garantiriam condições à retomada de uma nova etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil (...) Começou pelas reformas financeiras e fiscal de Bulhões-Campos, passou pela reforma administrativa interna do setor público e completou-se no novo sistema de inteligência militar (...)” (Tavares & Assis, 1985, p. 11)

poupança suficiente para financiar o investimento necessário ao crescimento econômico e ii) a inexistência de um mercado interno ativo e em expansão capaz de atrair novos investimentos, assegurando altas taxas de rentabilidade. Mas à luz de Conceição Tavares (1971, p. 179) podemos incluir mais um elemento: iii) a falta de segurança institucional capaz de inverter a fuga de capitais e, desta forma, conter os desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Podemos dizer que o encaminhamento destes problemas contou com três instrumentos de política econômica: 1) a política financeira e fiscal (através das reformas do sistema financeiro e tributário, com destaque para a criação da correção monetária); 2) a política de produtividade social (através da introdução de uma política salarial); e 3) a política econômica internacional (renegociação da dívida e atração dos capitais estrangeiros, através da instrução 289).

- Política financeira e fiscal

A reforma bancária de fins de 1964, além de criar legalmente o Banco Central (BACEN) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – representado fundamentalmente pelo Banco Nacional de Habitação –, promovia um amplo ordenamento do Sistema Financeiro Nacional, que foi complementado em 1965 pelo diploma regulador do mercado de capitais (Tavares, 1971). As inovações básicas da lei do mercado de capitais residem na introdução da cláusula de correção monetária em quase todas as operações do sistema financeiro e na regulamentação das formas gerais de operação das sociedades de capital aberto, companhias e bancos de investimento, corretoras e distribuidoras de valores.

Dentre as resoluções e decretos criados entre 1965 e 1970 com vistas a reorganizar o sistema financeiro nacional, Conceição Tavares (1971) destaca as seguintes mudanças:

- **Criação de sociedades de crédito imobiliário e carteiras imobiliárias nas financeiras**, facilitando-se (...) a captação de recursos junto ao público e a estruturação de um subsistema financeiro de habitação (...)
- **Regulamentação do funcionamento dos Bancos de Investimento** quanto à operação de créditos de médio e longo prazo e formas de captação de recursos; subscrição de ações e debêntures, licenças para obterem empréstimos no exterior. (...) Posteriormente, seguiu-se uma série de resoluções do Bacen, regulando as emissões de ações, as operações de underwriting, os limites de capital mínimo para criar bancos de investimento, as formas de captação de recursos externos para financiamento de capital fixo ou de trabalho, os registros de pessoas jurídicas emissoras de títulos de valores negociáveis na bolsa, o funcionamento de operações dos Fundos Mútuos etc.;

- O sistema de operação das financeiras foi completamente reformulado, atribuindo-lhes como **campo predominante de atividade o crédito ao consumidor** e condicionando sua atuação em faixas não-concorrentes com os bancos de investimento. (...) Fixaram-se, ainda, normas quanto ao volume de operações ativas das financeiras para evitar sua excessiva expansão;
- **Regulamentação dos consórcios** e outras formas de associações de poupança popular para proteger os interesses do público e evitar a proliferação destas agências autônomas;
- **Regulamentação e modernização das operações nas Bolsas de Valores** (...) para assegurar as condições de negociações dos valores, dinamizar o mercado, regular as atividades dos corretores e permitir um maior ritmo de operações;
- **Resolução sobre captação de recursos externos**, permitindo a entrada de capitais de curso prazo para repasse às empresas pelos bancos comerciais, os bancos privados de investimentos e o BNDE. (Tavares, 1971, pp. 220-222 – grifos nossos)

Por fim, couberam às leis de incentivos fiscais desde 1966 sucessivas deduções do imposto sobre a renda para aplicação em áreas ou setores prioritários e em novas ações, debêntures e outros títulos e sociedades de capital aberto. Isto favoreceu a abertura de capitais de algumas empresas e estimulou as operações de *underwriting* dos bancos de investimento. (Tavares, 1971, p. 222)

A forma de financiamento do déficit público se alterou radicalmente. A introdução da cláusula da correção monetária permitiu ao setor público se desligar da emissão primária de meios de pagamento, mediante a colocação de ativos não-monetários junto ao público. (Tavares, 1971, p. 228). Segundo Roberto Campos, em 1964 cerca de 45% do déficit público foi financiado com papel moeda, ao passo que em 1965 o financiamento foi feito integralmente através da venda de títulos públicos (sem impactos sobre a oferta monetária – e, portanto, sobre os preços e juros da economia).

A condução da política fiscal foi contracionista (com elevação dos impostos e das tarifas públicas), mas seu traço fundamental foi o aumento da regressividade dos impostos (dado que o aumento das alíquotas dos impostos indiretos foi maior que o dos impostos diretos), o que por si só contribui para uma piora da distribuição de renda. A regressividade da arrecadação dos impostos pode ser percebida pela forte redução do imposto de renda na receita total, que passou de 25,5% para 19,1% entre 1963 e 1969¹⁴⁹.

- Política de “*produtividade social*”

¹⁴⁹ Segundo anuário estatístico anexo a Abreu (1990)

O diagnóstico central da política econômica era que “...Os salários têm em si pressões inflacionárias autônomas... Tais pressões são nitidamente de custos, que repercutem sobre os preços” (Campos e Simonsen, apud Costa 1997, p. 30). Deste modo, como afirma André Lara Resende, era necessária uma disciplina salarial para trazer a estabilidade da economia, “impedindo que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário” (Resende, 1990, p. 216). A nova regra de reajuste salarial imposto pelo regime determinava que:

- (i) deveria ser restabelecido o salário médio real dos últimos 24 meses anteriores ao mês do reajustamento;
 - (ii) sobre o salário real médio, deveria incidir a taxa de produtividade;
 - (iii) cumpria acrescentar a metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário); e
 - (iv) ficava estabelecido o princípio da anuidade dos reajustes.
- (Resende, 1990, p. 217)

As negociações diretas entre trabalhadores e empregados foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo governo. Desta forma, o Estado avocou para si o poder exclusivo de regular a disputa entre capital e trabalho e implementou uma legislação repressiva capaz de afastar os sindicalistas opositores do novo regime, enquanto novos sindicalistas, que não representassem entraves ao crescimento, eram cooptados. (Costa, 1997)

Evidentemente, a legislação trabalhista previa a anulação do poder de barganha dos sindicatos, contribuindo para um barateamento do preço da força de trabalho. O salário mínimo real, após o reajuste de março de 1964, foi reduzido anualmente em 18%, 11% e 9% nos anos de 1965, 1966 e 1967, respectivamente.

Assim, a política salarial implementada durante o PAEG foi estratégica para atingir os objetivos do plano, ao passo que garantia rentabilidade aos empresários e também reduzia as pressões inflacionárias. Entretanto, para Roberto Campos (1994) a política de produtividade social não se resumia somente à política salarial, mas também à política agrária, habitacional e educacional.

Desde 1935 a legislação trabalhista previa estabilidade no emprego após anos de serviços contínuos. Sob Campos, essa lei foi derrubada e substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia do Trabalho por Tempo de Serviços), que previa depósitos das empresas na conta dos empregadores de 8% sobre o salário bruto destes - trazendo uma garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada, aposentadoria ou morte.

No caso da política agrária, o Estatuto da Terra (promulgado pela Lei 4504 de 30 de novembro de 1964) visava limitar drasticamente o avanço dos movimentos camponeses e disciplinava o uso e a ocupação das terras – o que seria um passo fundamental para uma

reforma agrária. Entretanto, esse Estatuto foi completamente estéril do ponto de vista de mudanças sociais, e manteve a questão da reforma agrária intocada.

No caso da política habitacional, o projeto de reforma da habitação teve início com a própria instituição da correção monetária e a criação do BNH, que permitiu a contratação de empréstimos de longo prazo para aquisição de imóveis. Os recursos viriam da caderneta de poupança e do recém-criado fundo de garantia, o FGTS.

No caso da política educacional, três medidas merecem destaque: i) dissolução da UNE (União Nacional dos Estudantes), sob a lei nº 4.464 – os estudantes passaram a se reunir no máximo localmente, através dos diretórios acadêmicos; ii) houve uma inversão quanto aos objetivos da educação pública, que passou a estar exclusivamente a serviço das necessidades do mercado. Instituiu-se o “salário-educação”, através do qual as empresas contribuíram para a escolarização de seus empregados, oferecendo ensino primário gratuito ou a transferência dos recursos para o Estado; e iii) foi durante o período militar que mais se incentivou a pós-graduação, em detrimento da educação básica.

- Política econômica internacional

O cerne da preocupação de Campos e Bulhões era a constituição de um mercado de capitais no Brasil. Como já mencionado anteriormente, o contexto, antes da reforma financeira iniciada em 1964, era o de fuga de capitais.

Os capitais estrangeiros haviam deixado de interessar-se por novas aplicações no Brasil, dadas as situações da crise econômica e política que se verificavam desde 1962-63. A entrada líquida de capitais autônomos de risco manteve-se declinante até que se verificaram os efeitos da nova acomodação institucional. (Tavares, 1971, p. 179)

Por conta da ‘ausência de capitais’ no período anterior (1961-63), um dos traços fundamentais da reforma financeira foi, como lembra Tavares, a “recomposição de um quadro extremamente favorável ao capital estrangeiro”, através da eliminação das principais restrições surgidas no início da década. Neste sentido, criaram-se canais institucionalizados destinados a facilitar o ingresso massivo de capitais de empréstimo, por captação direta e por repasse, que começavam a se tornar abundantes no euro mercado de moedas e protagonizavam um aumento sem precedentes do volume de operações bancárias internacionais (Davidoff, 1999, pp. 37-8).

Neste contexto de excessiva liquidez internacional, destacam-se, entre outras, duas políticas tomadas pelo governo com vistas a atrair recursos externos: a Lei n. 4.131 e a Resolução 63 do Banco Central.

O crédito externo, especialmente sob a forma de captação direta via Lei n.4.131, passou a representar uma alternativa de financiamento extremamente atrativa às grandes empresas públicas e privadas, particularmente às empresas internacionais que operam na economia brasileira. Essa política teve importância central para a ampliação do crédito durante a fase de expansão vindoura. Em primeiro lugar porque significou um alargamento das bases de financiamento principalmente numa faixa de crédito à qual o sistema financeiro privado mostrou-se, historicamente, incapaz de atender: a de longo prazo. Nesse sentido, não só possibilitou a ampliação das operações de curto prazo como também ocupou o espaço destinado aos bancos de investimento. Em segundo lugar, devido ao elevado diferencial entre os juros praticados no Brasil e no resto do mundo, as autoridades governamentais recorreram ao Sistema Financeiro Internacional para estimular as captações privadas durante o período.

A despeito da relativa precariedade de informações sobre taxas de juros praticadas nas diferentes modalidades de crédito, as estimativas realizadas indicam que, exceto para alguns momentos localizados, o diferencial do custo do dinheiro favoreceu, de forma substancial, as operações externas via Lei n.4.131. (Davidoff, 1999:129)

Contudo, a despeito dos inegáveis atrativos, o setor privado perde importância relativa como tomador de recursos externos via Lei n.4.131. Como lembra Davidoff Cruz, tanto as empresas de capital externo como as estatais beneficiavam-se dos esquemas de captação direta previstos na Lei n.4131, enquanto a maioria das empresas de capital nacional ficou à margem dos esquemas de captação direta, na medida em que havia maiores facilidades, isto é, custos de captação reduzidos, para as empresas estrangeiras instaladas no Brasil. (Davidoff, 1999, p.144).

Já através das operações nos moldes da Resolução 63 permitia-se que as instituições financeiras domésticas pudessem captar recursos no exterior e repassá-los às empresas nacionais. E, dada a segmentação do Sistema Financeiro Nacional, seriam os Bancos de Investimento que se encarregariam de repassar os recursos captados no exterior. Desta forma, antes de tudo, as operações para repasse, como eram chamadas as operações nos moldes da resolução 63, "...representavam um importante elo de articulação entre o sistema financeiro doméstico e o sistema privado dos países capitalistas avançados." (Davidoff, 1999, p. 142)

Através desse elo, as instituições financeiras locais absorveram quantidades massivas de recursos originários do sistema financeiro dos países avançados, no bojo de um movimento de internacionalização sem precedentes na história das finanças internacionais.

6.2.4.2. “Milagre econômico” (1967-73)

O ciclo de expansão que surge em fins dos anos 60, chamado de “milagre econômico”, é subdividido por Tavares em duas fases: a recuperação, que foi de 1967 a 1970, e o auge, que durou de 1970 até 1973. Conforme já apresentado, este ciclo industrial só se explica pelas alterações institucionais que favoreceram uma maior concentração de renda. Os fatores de recuperação da indústria são resumidos da seguinte maneira:

- Reforma fiscal e financeira, que melhoram as condições de financiamento do investimento público;
- Recomposição das tarifas e renegociação da dívida externa, que ativaram o programa de Energia Elétrica e animaram o setor elétrico (que oferecia um insumo fundamental para a indústria);
- Ampliação das bases de crédito ao consumidor, que animou a demanda da indústria automotiva e de outros bens duráveis. O SFH ativou o mercado imobiliário e, portanto, a construção civil (fundamental para a massa de renda urbana);
- Subsídios à exportação de têxteis/calçados ativaram a produção do setor até 1969. O comércio exterior também impulsionou a produção do setor de bens industriais não duráveis.
- As políticas de salários e de financiamento impulsionaram a concentração da renda, “...a qual realimenta o consumo diferenciado das classes médias-altas, bem como a proliferação dos serviços pessoais” (Tavares, 1978, p. 92).

A explicitação destes pontos pode ser considerada como redundante, mas tem o objetivo de explicitar, na tese de 1978, a presença das “instâncias de medição histórica”, sobre as quais a autora, inclusive, oferece uma das melhores definições.

Todos estes programas têm grande impacto no emprego e no crescimento da renda urbana, realimentando a demanda corrente. Assim, **a retomada da acumulação de capital, em particular o crescimento do investimento produtivo, deve-se a fatores “exógenos” ao funcionamento corrente do sistema industrial**, que retoma um crescimento rápido muito antes que a capacidade gerada pelo investimento do período anterior tivesse sido ocupada. (Tavares, 1978, p. 92 – grifos nossos)

O modelo kaleckiano-steiniliano de acumulação de capital é insuficiente para explicar a retomada de crescimento da economia brasileira: seria uma grande contradição interna explicar a retomada do investimento com níveis tão elevados de ociosidade não planejada. As instâncias de mediação histórica cumprem este papel: são elementos exógenos ao modelo de acumulação de capital que explicam a retomada do investimento na segunda metade da década de 60. Isto não significa que o modelo de Kalecki e Steindl tenha perdido aderência para explicar o ciclo endógeno de acumulação no Brasil – se assim o fosse, ele seria descartado para explicar a dinâmica capitalista até fins da década de 70. Como já observamos, a autora lança mão das instâncias de mediação apenas com o objetivo de tornar seu próprio método de análise mais flexível à realidade, não se limitando, portanto, aos elementos puramente econômicos da equação de acumulação de capital dos economistas já mencionados.

Maria da Conceição Tavares retoma sua análise sobre o ciclo endógeno lembrando que a partir de 1967 os investimentos são retomados, depois que a ociosidade (ainda que presente) tenha se reduzido um pouco. Em outras palavras, o ciclo industrial é revigorado por efeitos de encadeamento interindustrial da indústria de transformação, a partir do instante que o consumo de duráveis já tenham voltado a crescer, assim como o investimento público e a construção civil. Vale ressaltar que a liderança do crescimento industrial no período esteve representada pelo setor de bens de consumo duráveis.

A massa real de renda urbana se expandiu no período (por força do nível de emprego, muito mais do que devido aos ganhos salariais), sendo puxada pela expansão da construção civil, da indústria mecânica e da indústria de materiais de construção. A melhora da massa global dos salários, juntamente com a expansão do crédito comercial, puxou a recuperação do segmento industrial não-durável (têxtil, calçados e vestuários – que, mesmo com os incentivos à exportação, chegaram ao fim da década de 1960 abaixo dos níveis de utilização alcançados em 1961-62).

Os encadeamentos para trás do setor de duráveis também foram bastante evidentes: entre 1967 e 70 houve importante recuperação da produção de insumos básicos, materiais de construção e alguns segmentos do setor produtor de bens de capital – todos, entretanto, apresentando desempenho inferior ao da indústria de bens duráveis.

Em 1970-71 esgota-se a ociosidade da indústria, e é a partir deste momento que a produção de bens de capital passa a crescer a um ritmo superior à dos bens duráveis. Em resposta ao incremento da taxa global de investimento, acelera-se a taxa de acumulação de

todos os ramos industriais entre 1970 e 73. “...produz-se um equilíbrio dinâmico intra-industrial que só se desfaz em 1973, com a aceleração ainda maior da taxa de investimento industrial” (Tavares, 1978, p. 95).

No período de pujança industrial, houve importante expansão da demanda por importações, mas estas vieram sempre para complementar a oferta interna. Fazendo clara crítica ao ensaio *Economia da dependência imperfeita*, escrito por Francisco de Oliveira e Frederico Mazzucchelli¹⁵⁰, a autora recomenda não confundir a alta elasticidade da demanda de importações de bens de capital com um avanço relativo das importações sobre a produção interna – novamente a autora faz referência ao artigo “Auge e declínio...” neste ponto.

Os aumentos dos coeficientes de importação sobre a oferta global industrial e mais particularmente de alguns itens importantes de bens de capital não devem ser interpretados como “dessubstituições de importações” como alguns analistas indevidamente têm dado a entender. Ao examinar o assim chamado “processo de substituição de importações” tanto eu própria (1964) como posteriormente Fishlow (1973) advertimos que a elasticidade de demanda de importações de bens de capital é cíclica, sendo sempre superior à unidade no que tange ao produto industrial corrente. Na verdade, ela acompanha de perto o comportamento da “função de investimento”. Quando este se acelera ou desacelera, as importações de bens de capital e de insumos para a indústria pesada seguem, com elasticidade quase unitária, a taxa de acumulação de capital. O que ocorreu no último ciclo de crescimento foi, pois, um violento aumento da

¹⁵⁰ A rigor, este ponto dos autores está apoiado na abordagem pioneira de Caio Prado Júnior (1970), segundo o qual o estrangulamento cambial é inerente às nossas economias, dada a incapacidade do sistema industrial de reverter o passado colonial, vale dizer, a condição subordinada e reflexa da economia brasileira frente ao movimento da economia internacional. Nas palavras de Prado Jr. (1970): “*Tinha perspectivas de sucesso qualquer atividade que fosse capaz de substituir, embora mal e com artigos inferiores, uma importação tornada por qualquer motivo impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira. Isso tinha de dar, como efetivamente deu, num crescimento industrial desordenado, desconexo, mal estruturado e fundamentado. (...) se a depreciação monetária assegurava a existência dessa precária indústria graças aos preços elevados que permitia fossem cobrados pelos seus produtos, aquela depreciação também onerava a indústria com o encarecimento do material que precisava adquirir no exterior*” (Prado Jr., 1970, p. 299). Em outra passagem o autor torna o ponto do estrangulamento cambial estrutural mais explícito: “*Esse momentâneo equilíbrio e artificial prosperidade começam a declinar na medida em que desaparecem as circunstâncias extraordinárias que os tinham provocado. As antigas contradições que solapavam a economia brasileira, um instante forçadas, voltam à tona, muitas delas agravadas; e outras novas se vêm acrescer a elas, aprofundando-se em consequência, consideravelmente, a crise em geral do sistema, já agora com grandes repercussões na vida política e social do país. O impulso dado às exportações, embora mantendo-se depois da guerra, já não contrabalança o aumento das importações cujo progresso espetacular no imediato pós-guerra foi determinado sobretudo por duas ordens de fatores: de um lado a necessidade de repor o material desgastado e não substituído durante o período de interrupção das importações (...); doutro, o grande poder aquisitivo acumulado em alguns setores da população, reflexo do enriquecimento das classes possuidoras...*” (Prado Jr., 1970, pp. 304-5)

taxa de investimento industrial (e da economia em conjunto) que produz, portanto, uma fortíssima aceleração simultânea da produção de bens-capital e das importações, com ligeiras decolagens. (Tavares, 1978, pp. 95-6)

Na verdade, a própria concorrência intercapitalista leva as empresas, sobretudo nos setores da indústria automobilística, de material elétrico e têxtil a expandirem a capacidade muito à frente da demanda.

...a realimentação derivada da concorrência intercapitalista levou alguns setores industriais a expandir sua capacidade à frente do próprio ritmo de expansão da demanda, na ânsia de garantir para as empresas líderes fatias do mercado em rápida ampliação. Este é particularmente o caso da indústria automobilística, de material elétrico e da têxtil. (Tavares, 1978, p. 97).

Novamente, quanto maior é o efeito “superacelerador” dos investimentos no auge do ciclo, maior é a magnitude da reversão –, em condições de expansão industrial sem alteração estrutural da indústria.

Dois pontos na interpretação de Tavares sobre o período do “milagre econômico” têm que ficar claros. O primeiro: apesar do crescimento, o avanço da industrialização no período não permitiu alterar a estrutura industrial brasileira, de tal modo de nosso “milagre” não guarda nenhuma relação com os “milagres” japonês e alemão, durante os quais ocorreram profundas alterações da estrutura produtiva que permitiram um crescimento industrial autossustentado.

...em condições de uma industrialização “atrasada”, por mais moderna e internacionalizada que seja, o baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital (e não o fato de ser tecnologicamente “dependente”) impede um crescimento autossustentado à la Tugan-Baranowsky, ou seja, impede que o “milagre brasileiro” tenha qualquer semelhança com os chamados “milagres” japonês e alemão. (Tavares, 1978, p. 85)

O segundo ponto, em consonância com o primeiro, Maria da Conceição Tavares chama atenção para as especificidades do capitalismo brasileiro: o impulsionador do ciclo de expansão é o D_{II} , e não o D_I , como ocorre tipicamente nas economias capitalistas maduras (marcadas por uma menor concentração da renda).

Num modelo “kaleckiano” de uma economia capitalista avançada, a dinâmica da recuperação tende a dar-se primeiro pela taxa de investimento, depois pelo emprego e consumo dos trabalhadores e, finalmente, pelo consumo capitalista. Este, reagindo defasado ao aumento dos lucros globais nos dois grandes setores de produção. No Brasil, como em qualquer economia onde exista uma profunda descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, a recuperação tende a dar-se ao contrário: o consumo capitalista das camadas de altas rendas comanda a taxa de lucro e a taxa de acumulação, afeta as oportunidades de investimento

e de emprego e determina, em última instância, depois que ambas se aceleram, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos. Estes suportam, assim, não só a oposição geral salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. Isso torna mais difíceis de resolver os problemas da distribuição da renda, mesmo no contexto de uma economia dinâmica. (Tavares, 1974, p. 183)

Em consonância com o ensaio “Além da Estagnação”, a autora não deixa de acentuar o caráter altamente excludente do período, que pode ser compreendido como um “milagre perverso”, como bem definiu Ricardo Bielschowsky (2010, p. 18).

6.2.4.3. Reversão cíclica de 1974, II PND e a dívida externa

Devido aos grandes investimentos em bens de capital e insumos entre 1970-73, o crescimento potencial da economia brasileira aumentou bastante a partir de 1974 – e era crescente, conforme iam se concluindo os investimentos encomendados no período. Novamente criava-se “uma tendência à sobreacumulação que gera um gap dinâmico entre a capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria” (Tavares, 1978, p. 98). Em decorrência do retorno dos níveis elevados de ociosidade não planejada, a produção industrial perde ímpeto já em 1974, puxada pelo setor produtor de bens de consumo (preponderante na estrutura industrial). A partir deste momento “...começa então a produzir-se uma tendência recessiva, com problemas de realização dinâmica crescentes” (Idem, Ibid.)

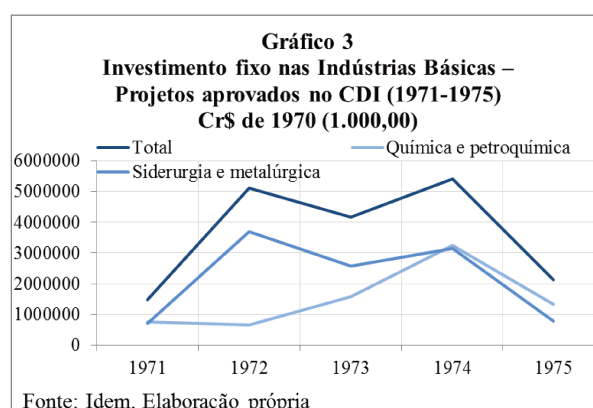
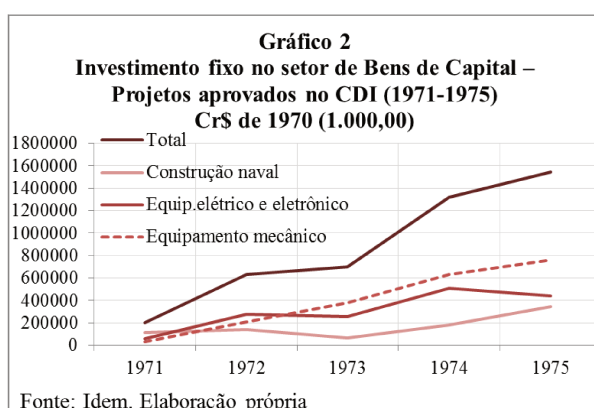
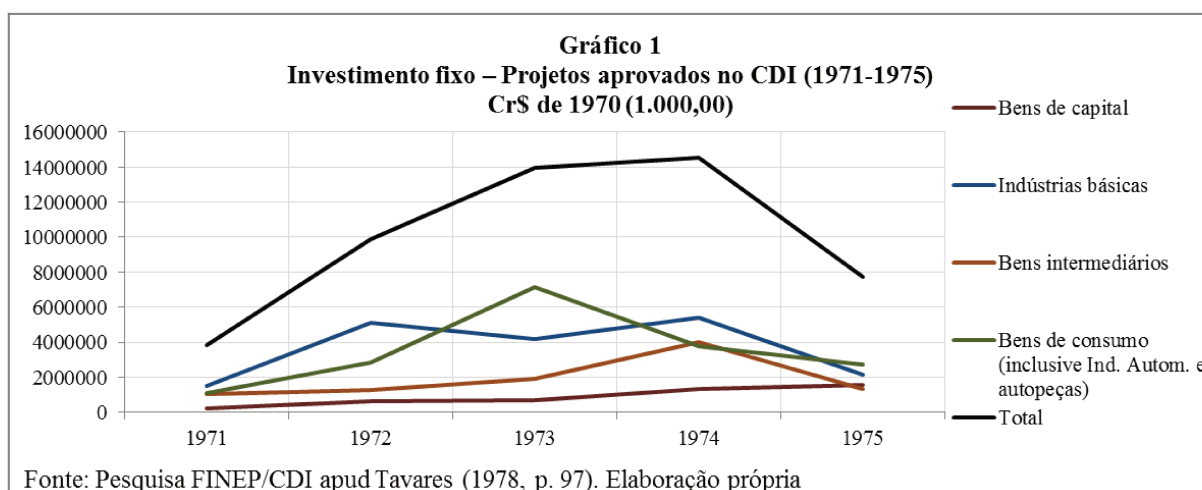
Os setores de **bens não-duráveis** (ainda muito importantes no valor da transformação industrial) são os que manifestam primeiro as tendências recessivas, pois o ritmo de crescimento da massa real de renda urbana caminhava abaixo do da produção. Como já discutido, o ritmo de emprego urbano declina mais rapidamente, já que não mantinha relação direta com a taxa de acumulação da indústria pesada. Outros elementos também são importantes para explicar o comportamento regressivo da massa real de renda: a desaceleração da construção civil, especialmente o ramo imobiliário (importante na absorção da mão de obra urbana) e também a aceleração inflacionária¹⁵¹, que corroía continuamente o poder de compra dos salários.

No caso dos **bens duráveis**, o setor que liderou o ciclo de crescimento, a produção quadruplicou entre 1967 e 1973 segundo a autora, puxada sobretudo pela produção de

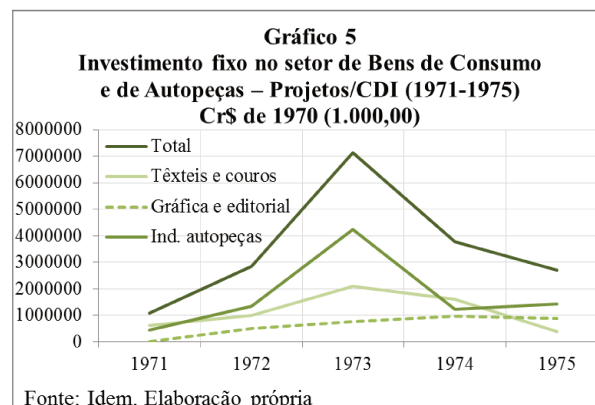
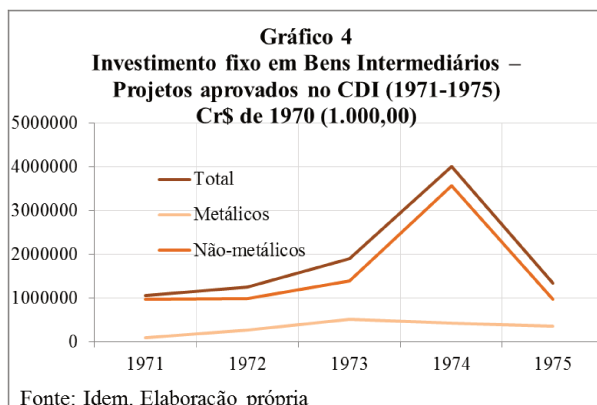
¹⁵¹ Segundo estatísticas oficiais do IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor do Rio de Janeiro acelerou-se de 12,7% em 1973 para 27,6% em 1974. A inflação média anual entre 1974 e 1979 foi de 35,7% (ante média de 21% de 1967 a 1973).

automóveis¹⁵². Não podendo sustentar este desempenho, os problemas de demanda efetiva são mais complexos nestes setores do que no de bens não-duráveis: a desaceleração neste caso é inexorável e foi potencializada pela crise do petróleo, que encareceu drasticamente a gasolina.

O setor de **bens de produção** chegou em 1973 com capacidade ociosa. Alguns segmentos tinham perspectivas favoráveis para aceleração da taxa de acumulação (como no caso da mecânica pesada, devido à garantia de demanda representada pelos projetos governamentais previstos no II PND). Entretanto, as perspectivas para a maioria dos outros segmentos eram negativas, sobretudo no caso dos de Material de Transporte e de Material Elétrico (os quais, segundo a autora, tinham registrado sobreinvestimento durante o “milagre econômico”).



¹⁵² Segundo estatísticas da própria autora, os investimentos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial nas Indústrias automobilísticas e de autopeças passaram de Cr\$ 441.9 milhões para Cr\$ 4.247 bilhões entre 1971 e 1973 – isto é, quase decuplicaram em apenas 3 anos.



A tese da autora sobre a reversão cíclica iniciada em 1974 está fortemente ancorada nas estatísticas dos projetos de investimento aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial entre 1971 e 1975 – que se mostraram declinantes em todos os setores a partir de 1974, exceto no de bens de capital (puxado pela indústria mecânica e pela construção naval). Os gráficos acima, elaborados a partir das estatísticas, ilustram claramente o ponto defendido por Maria da Conceição Tavares:

A perda de impulso dos novos investimentos a partir de 1974 se deve à reversão da taxa de rentabilidade esperada nos setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, em face da crescente ociosidade geral da indústria. Segundo Maria da Conceição Tavares,

A reversão dos altíssimos níveis de investimento privado já em 1974 deriva-se sobretudo, a nosso ver, de uma queda na taxa de rentabilidade esperada do investimento nos setores bens de consumo durável e não-durável em face do crescimento da capacidade ociosa geral das indústrias têxtil, de material de transporte e elétrico que tinham sobreinvestido no auge. (Tavares, 1978, p. 102)

Os projetos públicos realizados no âmbito do II PND não foram capazes de manter o ritmo de crescimento da produção corrente e da demanda da indústria geral, apesar de sustentar elevadas taxas de acumulação em alguns segmentos dos setores de bens de capital.

6.2.4.3.1. II PND

Em fins de 1974, em resposta ao choque do petróleo e ao fim do chamado “milagre econômico”, o general Ernesto Geisel anunciara um ambicioso programa de investimentos públicos sob o nome de II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Como certa vez lembrou Lessa (1977), o II PND é uma tentativa de correção dos desníveis gerados na indústria de insumos básicos e de bens de capital. O choque do petróleo havia exposto as fragilidades externas da economia brasileira, especialmente a dependência de importação de Petróleo. Não por outro motivo a tática que regia o projeto estatal era aumentar drasticamente os níveis de “autonomia nacional”.

[O Plano] Propõe que as prioridades da industrialização brasileira sejam radicalmente alteradas. De uma expansão baseada no crescimento de bens de consumo duráveis, de uma expansão baseada num padrão altamente concentrado, orientado e assignado prioritariamente aos consumos de ponta, a economia deveria continuar a crescer puxada fundamentalmente pelo setor produtor de meios de produção, ou seja, pela indústria de equipamentos e pela indústria de bens de base. (Lessa, 1977, pp. 51-2).

Evidentemente não há no pensamento de Maria da Conceição Tavares (1978) um tratamento exaustivo sobre o II PND, tendo em vista que este tema era o foco da tese do Professor Carlos Lessa¹⁵³, também defendida em 1978 na UFRJ. Entretanto, a autora faz algumas considerações sobre o período dignas de nota, em claro alinhamento teórico com Lessa (1978).

Em primeiro lugar, Tavares chama atenção para o fato de que o plano, a despeito de sua megalomania, foi incapaz de evitar a desaceleração da economia brasileira entre 1975 e 77. Na verdade, o investimento público global evitou, no máximo, uma reversão cíclica acentuada no período.

Para terminar o exame do papel do setor público no ciclo, só falta agregar que a “megalomania” dos grandes projetos estatais, apesar de frustrar a médio prazo as expectativas dos produtores nacionais de equipamentos, não foi responsável pela reversão do ciclo verificada a partir de 1974. Pelo contrário, representou um fôlego adicional à acumulação privada no setor de bens de produção no período 1974/76 que se manteve estimulado muito além do auge de investimento privado. (Tavares, 1978, p. 124)

Ou ainda,

A reversão endógena do ciclo de expansão do período 1973/77 não se manifesta de forma abrupta como ocorrera no período anterior (como a crise de 1963), graças sobretudo a que o investimento público global (empresas e governo) continua crescendo de maneira sustentada até 1977. (Tavares, 1978, p. 117)

Em segundo lugar, a autora é cética quanto à possibilidade de os investimentos públicos, conduzidos pelas empresas estatais, manterem um crescimento autossustentado da economia, ainda que a orientação tenha sido o aprofundamento do setor produtor de bens de capital. Sua leitura keynesiana-kaleckiana volta a se manifestar com força, ao ressaltar que a dinâmica cíclica capitalista é determinada fundamentalmente pelos investimentos privados, que obedecem a determinantes endógenos (com destaque para a concorrência intercapitalista), impedindo que o investimento público sustente um ritmo de acumulação de capital muito

¹⁵³ Cf. Lessa (1978). Um recente balanço do pensamento econômico de Carlos Lessa pode ser encontrado em Macarini (2010).

acima da demanda por muito tempo. “O investimento público, quando devidamente programado, consegue apenas sustentar um patamar mínimo” (p. 121). Mais explicitamente:

Qualquer que seja a natureza da discussão e dos resultados do projeto de “autonomia nacional”, uma coisa é certa: não se pode tomar o investimento público como uma panaceia capaz de manter continuamente elevada a taxa de crescimento da economia como um todo. Apesar da forte participação do investimento público no total da formação de capital, a componente ativamente cíclica do gasto é o investimento privado. Mais do que isso os setores que movem o processo de acumulação industrial são, além de privados, internacionais. Ora, como já foi reiteradamente enfatizado na seção anterior, movem-se pelas leis de sua concorrência que, embora monopolista, não pode sustentar indefinidamente a capacidade crescendo à frente da demanda. Assim o ciclo é inexorável. (Tavares, 1978, p. 120).

A autora procura evidenciar a incapacidade de os investimentos privados acompanharem a magnitude dos investimentos públicos, gerando problemas crescentes de demanda intersetorial na economia, especialmente no setor de bens de produção.

...o bloco de capital estatal não tem capacidade própria de autossustentação em termos de demanda corrente. No auge, o investimento das empresas estatais funciona, portanto, como superacelerador, elevando as taxas desejadas de investimento do setor privado de bens de produção para além do que é capaz de sustentar a médio prazo com sua demanda corrente. Em outras palavras, seria necessário que o investimento produtivo estatal se acelerasse indefinidamente para que o setor de bens de capital auto-sustentasse suas taxas de investimento e produção ocorrentes. A reversão da taxa de acumulação de capital, nos setores de bens de produção ligados às empresas estatais, é, portanto, inexorável. A taxa de crescimento corrente da produção de bens de capital, que é, como já vimos, basicamente intradepartamental, tende também a declinar. (Tavares, 1978, p. 121)

Em terceiro lugar, a autora destaca a falta de sustentação política ao projeto estatal, ressaltando que o apoio da burguesia nacional ficou restrito apenas à indústria mecânica, às engenharias e às construtoras, colocando em segundo plano todo o restante (que vinha ganhando prestígio econômico e político ao longo de décadas).

Do ponto de vista político, o projeto de Estado Nacional Autoritário levantado em 1974 não contou com o apoio popular, a quem não beneficiava nem envolvia politicamente. Contou apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com o apoio de um setor restrito da grande empresa internacional (os grupos cartelizados de bens de equipamento pesado), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficaram fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a demanda da indústria pesada não favorece. É fácil entender as razões da campanha, que se agravaram com o mal-estar político e a frustração de expectativas dos setores interessados. (Tavares, 1978, p. 123)

Sobre este ponto, Lessa é mais claro. O autor ressalta que, em sua a estratégia de mudança de prioridade, restou à autoridade estatal apoiar-se em seu próprio autoritarismo para levar adiante o projeto, dado que perdera apoio dos grupos de maior peso dentro do sistema social.

Ora, realizar uma radical mudança de prioridade, pela qual o setor de insumos básicos e a indústria de bens de capital passaram a ser os centros do cenário, passaram a ser os setores de alta expansão, passaram a ser os setores de altas taxas de acumulação, e, ao mesmo tempo, frear a expansão dos setores anteriores, significa, em concreto, perder o apoio de alguns em troca de outros. Estes alguns, cujo apoio é perdido, são todos aqueles setores que se viram confirmados dentro da sociedade brasileira ao longo do processo de expansão anterior. Ao longo do padrão anterior de industrialização brasileira, havia, obviamente aumentado o peso político desses setores. (...) Temos, por conseguinte, uma estratégia que prescinde do apoio dos grupos de maior peso dentro do sistema social e propõe um novo conjunto de prioridades, uma radical mudança dentro da sociedade, sem estar apoiado, pelo menos de forma explícita, senão na autoridade da sua própria proposta (Napoleão diria: Na própria baioneta). (Lessa, 1977, p. 59)

O último ponto ressaltado por Tavares sobre o período é uma análise integrada entre o recrudescimento da inflação, o avanço do endividamento e a especulação financeira, em que a autora procura criticar e se afastar das teses liberais que à época ressaltavam os “limites externos” ao crescimento econômico.

6.2.4.3.2. Dívida externa, inflação e especulação financeira

Como apresentamos anteriormente, as ações dos governos militares foram amplamente estimuladoras de entrada de capitais externos (pois se acreditava na tese de hiato de recursos reais, isto é, na tese de que o Brasil tendia a um crônico déficit na conta corrente). Tavares, ao contrário, defende que “não havia limites externo ao crescimento” naquele período. Na verdade, este ponto da autora tem raízes teóricas mais profundas, e nos remete à tese de 1974, em que Tavares já enfatizava o caráter retardatário do capital industrial em todos os ciclos históricos de expansão que tivemos – e não poderia ser diferente, dada a sua tese, já exaustivamente discutida, dos determinantes internos do ciclo econômico:

...o capital internacional (...) nunca entrou “sozinho”, a desenvolver ou “subdesenvolver”, por sua conta e risco, as forças produtivas internas de um país, salvo nos famosos “modelos de enclave”, que correspondem a formas específicas de expansão colonial. (Tavares, 1974, p. 141)

Em 1978, este ponto é recuperado:

[Historicamente] a entrada de capitais externos guiou-se sobretudo pelo ciclo interno, isto é, pelas oportunidades efetivas de acumulação de capital. É justamente quando a rentabilidade

interna das aplicações do capital estrangeiro diminui que este pressiona por maiores remessas e por amortização e juros da dívida superiores à entrada bruta de capitais. (Tavares, 1978, p. 125)

Logo, nunca houve algum tipo de restrição externa desde que a economia estivesse em expansão. Mais do que isso, é quando o ciclo de expansão se esgota que se manifestam os desequilíbrios mais agudos no balanço de pagamentos, isto é, as restrições externas são muito mais consequência do que causa da desaceleração. “...é porque os mecanismos endógenos de expansão e realimentação dinâmica se esgotam, que se tornam mais agudos os problemas de balanço de pagamentos” (Ibid., p. 124).

A despeito dos crescentes déficits em transações correntes, não houve interrupção das linhas de financiamento externo ao longo dos anos 70. “...desde 1971, quando começou o agravamento do endividamento externo, não se verificou até hoje qualquer recusa de financiamento por parte dos credores internacionais, apesar dos crescentes déficits do balanço de transações correntes e do acelerado endividamento externo que se acentua consideravelmente depois de 1974/75” (Tavares, 1978, p. 127).

Segundo Davidoff (1995), o processo de endividamento externo pode ser melhor estudado se dividido em duas fases: a primeira situada entre fins dos anos 60 até meados da década seguinte e a segunda durante o II PND até meados dos anos 80.

Na primeira fase, os empréstimos externos foram contratados basicamente pelo setor privado. O crédito externo representou uma alternativa atraente, dada a abundante liquidez internacional (euromercado) e a inexistência de operações de financiamento de longo prazo no mercado nacional¹⁵⁴. A guinada do endividamento externo, nesta fase, ocorreu mais intensamente após 1970: quando se esgotaram as margens de capacidade ociosa, o setor privado teve que procurar recursos no exterior para aumentar a taxa de inversão. Já a segunda fase de endividamento, segundo o autor, se conformou com a contratação dos empréstimos externos pelo setor público para implementação do II PND, com captação feita pelas empresas estatais.

Tavares defende que durante o auge do ciclo de expansão (1970-73) os desequilíbrios no balanço de pagamentos se deram através das transações correntes, isto é, devido ao avanço das importações frente às exportações, e esta dinâmica se manteve até 1975. Em outras palavras, até este ano a escalada da dívida externa teve como contrapartida incrementos reais do produto nacional. Entretanto, a partir de 1976 o crescente endividamento externo não gerava incrementos do produto, pois não era suficiente para sustentar o ritmo de

¹⁵⁴ Ponto que abordaremos no próximo capítulo.

investimentos. O desequilíbrio do balanço de pagamentos passou a estar vinculado, fundamentalmente, ao custo dos serviços da dívida externa – sendo completamente “estéril” do ponto de vista de geração de renda e produto. Nestas condições, perde totalmente o sentido a tese liberal que aponta os limites externos ao crescimento (isto é, os defensores da tese de hiato de recursos).

O crescimento do endividamento a partir de 1976 é inteiramente estéril, do ponto de vista real. Isto é, não corresponde, por qualquer conceito, à famosa “Poupança Externa”, já que coincide com a desaceleração da taxa de investimento e com a diminuição da demanda de importações por bens de capital e insumos complementares à produção interna. Em outras palavras, a dívida externa torna-se estéril do ponto de vista das necessidades de importação e cumulativa do ponto de vista financeiro. A determinação da crise de balanço de pagamentos é, pois, às avessas da interpretação que ainda hoje prevalece, do tipo “limites externos do crescimento” (...). Assim, dificilmente se pode entender, salvo como retórica racionalizadora, o argumento ainda utilizado de que a nova entrada de capital financeiro serviria para cobrir o “hiato de recursos” (Tavares, 1978, p. 128)

Ao contrário de já renegociar as dívidas junto aos credores internacionais, o governo optou por se endividar crescentemente com o objetivo de, por um lado, honrar o pagamento dos serviços vincendos das dívidas assumidas anteriormente, e, por outro, acumular reservas para tentar se proteger de movimentos abruptos no mercado financeiro internacional. Aqui reside uma passagem interessante do texto, que chama atenção para a contradição da política econômica: ao mesmo tempo que procurava montar um colchão protetor com acúmulo de reservas (via endividamento crescente), acabava por ampliar ainda mais a vulnerabilidade da economia brasileira frente ao movimento internacional dos juros internacionais. A autora não explicita no texto, mas certamente tem em mente que, no período, houve uma piora do perfil da dívida externa, que passou a ser crescentemente contratada a taxas de juros flutuantes¹⁵⁵.

É certo que esse movimento resulta numa forte elevação das reservas e, portanto, parece uma “salvaguarda de emergência” para as eventualidades de uma disrupção do mercado financeiro internacional. Mas, por outro lado, resulta também numa elevação da já fortíssima carga financeira da dívida e representa um jogo no escuro contra o futuro próximo. (Tavares, 1978, p. 129)

Não precisamos ressaltar a profunda lucidez desta reflexão, se lembramos que pouco depois um choque dos juros norte-americanos (1979) viria escancarar a extrema vulnerabilidade da economia brasileira, por força do excessivo, para não dizer inconsequente, endividamento externo.

¹⁵⁵ Cf. Batista Júnior (1988).

A contrapartida da dívida externa, até 1974, foi a “criação de dinheiro financeiro”, isto é, segundo Tavares havia alta correlação entre a expansão da dívida externa e da dívida pública interna. Todavia, a partir de 1975/76 houve uma autonomia da dívida pública interna, num movimento de circulação financeira-especulativa. Tal movimento é explicado pelo enorme diferencial de juros internos e externos, “que tornava atraente o mercado financeiro brasileiro” (Ibid. p 128), aumentando relativamente a demanda por títulos da dívida pública.

À medida que o Estado ia se endividando crescentemente, tanto interna como externamente, ia também socializando os prejuízos financeiros do elevado diferencial de juros com os agentes mais débeis. Em outras palavras: as empresas nacionais menores, que não conseguiam acesso ao sistema financeiro internacional, arcavam com o custo mais elevado dos juros internos. Os consumidores também eram altamente prejudicados, tendo em vista que a corrida financeira especulativa alimentava uma espiral inflacionária que corroía crescentemente o poder de compra dos salários.

Se o diferencial de juros entre a moeda interna e externa representa uma transferência de capital contábil, apoiada no poder emissor do Governo, o diferencial interno entre o preço do dinheiro tomado externamente e sua aplicação financeira interna representa uma transferência real de renda – dos consumidores, das pequenas e médias empresas e mesmo das grandes empresas nacionais deficitárias que não podem recorrer ao mecanismo de endividamento direto com o exterior. Do ponto de vista dos lucros da classe capitalista como um todo, essa transferência é apenas, como já vimos, uma redistribuição dos lucros a favor dos setores financeiramente mais fortes. Do ponto de vista dos trabalhadores e consumidores, trata-se, porém, de uma perda de renda real na medida em que a especulação financeira projeta a taxa de inflação sobre os preços desejados pelas grandes empresas, como elemento de cálculo das suas margens brutas de lucro. (Tavares, 1978, pp. 130-1)

Segundo a autora, a aceleração inflacionária na década de 70 se dá por três motivos:

1) **Preço das commodities agrícolas** (em 1973). Dada a “colagem dos preços internos aos preços externos” (p. 133), comum a qualquer economia internacionalizada – sobretudo a brasileira, tradicionalmente exportadora de bens agrícolas –, houve repasse aos preços agrícolas nacionais, o que reforçou o mecanismo de mark-up das grandes empresas do setor de bens-salários, e redundou em redução das margens dos setores produtores de bens duráveis e de bens de produção.

2) **Choque do Petróleo**. A partir de 1974 a aceleração inflacionária foi alimentada pela importante elevação dos preços de petróleo e demais matérias-primas estratégicas.

3) **Mecanismos financeiros**. Via elevação dos custos financeiros gerais da economia, como desdobramentos financeiros da dívida pública e privada. Nas palavras da autora:

A partir de 1975 os mecanismos de realimentação da inflação são sobretudo financeiros. As empresas têm de endividar-se a taxas de juro crescentes para reciclar o mesmo montante de dívida primária, o que eleva o custo unitário financeiro por unidade de produção corrente. O mesmo ocorre com os consumidores, que para manterem o mesmo nível de consumo estão obrigados a um endividamento crescente. Estas dívidas “secundárias” são, porém, estéreis do ponto de vista do financiamento do gasto adicional em investimento e consumo e se convertem numa engrenagem autocumulativa de endividamento das empresas públicas e privadas e dos consumidores. Este processo de aumento geral de endividamento obrigou as empresas e as famílias a pressionar por uma “demanda” adicional de crédito que sanciona a elevação acentuada das taxas de juros nos mercados de crédito corrente. Mais do que isto, permite que o sistema financeiro fixe arbitrariamente quotas de taxas de juro exorbitantes sob pretexto de “escassez” de crédito bancário. (Tavares, 1978, p. 133)

Num contexto de espiral inflacionária, as empresas procuravam defender seu capital disponível da corrosão monetária lançando mão de aplicações financeiras, o que elevava a rentabilidade dos negócios. “A articulação entre os interesses da grande empresa e os do sistema financeiro, a favor de um movimento de especulação generalizada, passa rapidamente pela valorização patrimonial fictícia e desemboca numa especulação estritamente financeira – que se tornou um componente “autônomo” da inflação em vez de um “tradicional mecanismo de propagação”. (Tavares, 1978, p. 135).

Desta forma, a autora procura estabelecer a teia de relações entre dívida pública, elevação dos juros, gestão patrimonial das grandes empresas, especulação financeira e aceleração da inflação.

6.2.5. De volta ao debate: heterogeneidade estrutural e o desenvolvimento capitalista tardio

Em 1981, Maria da Conceição Tavares voltaria a dialogar criticamente com as teses cepalinas e dependentistas, resgatando suas teses de 1974 e 1978, mas lançando novos elementos à análise sobre o desenvolvimento capitalista. A autora propõe repensar a heterogeneidade estrutural no contexto do desenvolvimento capitalista tardio e periférico.

A sugestão teórica é repensá-la fora da tradição estruturalista, que procurou destacar a divisão desigual do progresso técnico entre os setores e regiões. Neste sentido, Tavares busca separar os problemas da industrialização tardia dos problemas que provieram de nossa formação histórica.

...para entender el cuadro completo de la llamada ‘heterogeneidad estructural’ de nuestras sociedades, nos vemos obligados a separar analíticamente los problemas de la dinámica de la

industrialización tardía, de aquellos que emergen de la formación histórica de nuestras sociedades nacionales. (Tavares, 1981, p. 6)

Nesta seção, vamos tratar da primeira ordem de problemas, para depois retomarmos os problemas da nossa formação histórica.

Grosso modo, os problemas estruturais do desenvolvimento capitalista tardio podem ser separados em três grandes esferas: i) problemas da dinâmica da industrialização tardia e a questão da demanda interindustrial; ii) relações entre estruturas de mercado e padrões de consumo; e iii) relação entre a marginalidade estrutural e a dinâmica dos mercados de trabalhos urbanos.

A primeira esfera insere-se mais no campo dos problemas “macroeconômicos”. Como já apresentado, apesar do elevado tamanho médio das plantas produtivas dos novos setores, estes ainda tinham uma dimensão muito pequena no âmbito macroeconômico, isto é, a estrutura industrial nos anos 1980 ainda era bastante concentrada nos setores tradicionais.

Desta forma, o setor de bens de capital, apesar de implantado, não oferecia bases técnicas adequadas para sustentar o crescimento econômico na nova etapa da industrialização pesada. Devido aos fortes desequilíbrios intersetoriais de uma base técnico-industrial incompleta, a dinâmica de crescimento da economia brasileira é marcada por ciclos curtos: os períodos de expansão duram pouco e são seguidos por reversões cíclicas proporcionalmente intensas, desde que o padrão de acumulação se alterou em 1955. Em 1981, a autora viria a ressaltar os obstáculos de se completar a estrutura industrial tardiamente, dada a própria natureza internacionalizada da indústria (o que requereria saltos tecnológicos cada vez maiores).

O segundo problema das estruturas industriais tardias está no fato de que o movimento de monopolização dos mercados antecede muito o desenvolvimento dos mercados de massa – ao contrário do que ocorreu nos casos clássicos de industrialização. Um dos maiores males da industrialização tardia é sua orientação a formas avançadas de consumo, e esta é a dinâmica das economias capitalistas internacionalizadas. Nos marcos do capitalismo, é inocente querer ressaltar o caráter social da produção, quando a dinâmica é centrada na diferenciação do consumo.

...la diferenciación del consumo (...) no es sólo el eje básico de la expansión capitalista moderna, sino que también corresponde a una forma avanzada de consumo material, a la cual todas las poblaciones del mundo aspiran. Por esta razón, el paradigma de la atención prioritaria de las necesidades básicas, formulado em abstracto (...) tiene menos validez teórica e histórica que el planteamiento de la ‘transición al socialismo’. (Tavares, 1981, p. 4)

No caso da periferia, a diferenciação avançada de formas de consumo se torna dramática, tendo em vista que a esmagadora maioria da população ainda se via privada do consumo de bens de primeira necessidade, como alimentos e serviços de utilidade pública. No entanto, em Tavares (1974, 1978 e 1981) isto é mais um problema social do que econômico, tendo em vista que, longe de entravar a acumulação de capital – como querem Furtado (1961, 1967 e 1974) e Prebisch (1952 e 1963) ao defenderem que o mimetismo cultural força uma má utilização da “poupança interna” com a utilização de tecnologias intensivas em capital com retornos macroeconômicos decrescentes –, tais setores são capazes de imprimir dinamismo à economia brasileira, aprofundando a acumulação de capital e, mais do que isso, não sendo a causa dos problemas do mercado de trabalho das economias periféricas, marcadas por elevados níveis de desemprego.

Não por acaso a terceira ordem de problemas diz respeito ao mercado de trabalho. Este ponto é de fundamental importância, e a ele dedicaremos mais atenção, dado que os dois problemas anteriores foram exaustivamente apresentados neste capítulo.

Segundo Tavares, a organização da indústria moderna segmenta o mercado de trabalho no interior de cada grande empresa – submetendo a mão de obra aos seus mercados de trabalho internos, com regimes de trabalho e remuneração semelhantes a qualquer estrutura típica em qualquer país internacionalizado. Entretanto, estes mercados internos às grandes empresas se tornam uma realidade mais dramática para os países periféricos, que possuem grandes massas rurais e urbanas, e tais contingentes ficam absolutamente marginalizados do mercado de trabalho. Analisemos este ponto com mais atenção.

Primeiramente, temos que ter claro o diálogo crítico que a autora¹⁵⁶ faz com os estruturalistas, buscando falsear o velho argumento de que a criação de emprego nas atividades modernas tenha sido lenta.

... convém esclarecer que a baixa taxa de emprego registrada pela indústria na década de 50 se deve menos à alta intensidade de capital dos novos setores do que à modernização dos ramos tradicionais (têxtil e alimentar), cuja participação relativa no emprego era muito alta no começo da década. Isso significa que a aceleração da intensidade de capital em setores ou atividades já existentes foi muito mais prejudicial para o emprego industrial do que a introdução de novos setores cuja intensidade de capital era inicialmente superior à média. (Tavares, 1974, p. 154).

Em segundo lugar, a autora procura se afastar das teses de Arthur Lewis (1969), que estabelece uma interdependência entre a renda do setor informal e a taxa de salários da

¹⁵⁶ Tavares & Serra (1972), Tavares (1974), Tavares (1978), Tavares (1981) e Tavares & Souza (1981). Nesta seção, recorre-se também a trabalhos de Paulo Renato de Souza, co-autor de Tavares em artigo sobre o tema.

economia, o que também é um elemento presente, como vimos, em Celso Furtado e, de modo radicalizado, Marini. Para Maria da Conceição Tavares, a determinação dos salários é mais complexa e obedece, fundamentalmente, a três fatores:

a. Segmentação do mercado de trabalho (externos e internos). Os salários são definidos por negociação entre trabalhadores e empresários (que pode se dar ao nível de cada indústria, através dos sindicatos internos no caso das grandes empresas, ou ao nível do setor industrial, via centrais sindicais). De qualquer forma, o fundamental na análise da autora é a interdependência de dois conceitos distintos, a taxa de salários e a distribuição dos salários: quanto mais baixo o piso salarial, maior é a tendência de distribuição mais desigual (e vice-versa).

...o valor da taxa de salários pode condicionar, até certo ponto, a amplitude das diferenças salariais: quanto mais baixa for, maior a possibilidade de uma distribuição mais desigual e vice-versa. Neste sentido, a taxa de salários se constitui em uma unidade teórica de fundamental importância para análise dos problemas de distribuição e de acumulação. O nível da taxa de salários e o da distribuição salarial determinam o padrão salarial. (Tavares e Souza, 1981, p 8)

À medida que se aceleram e se aprofundam os processos de urbanização e de industrialização criam-se as condições para a organização de um mercado geral de trabalho urbano, que deixa de depender do excedente populacional oriundo do setor agrário, que é externo à indústria, isto é, não afeta negativamente a dinâmica salarial da indústria.

...as evidências hoje disponíveis nos induzem à conclusão de que as características "excludentes" do modelo de desenvolvimento capitalista latino-americano se manifestaram em dos níveis principais: nos baixos níveis salariais que obrigam uma substancial parcela dos assalariados a viver em condições de extrema pobreza e na marginalização de uma parcela da força do trabalho que não consegue sequer obter rendas iguais às dos assalariados mais pobres, especialmente nas áreas metropolitanas mais atrasadas da região. (Tavares & Souza, 1981, p. 6)

Em outras palavras, essa população marginal sequer faz parte do "exército industrial de reserva". Paulo Renato Costa Souza é bastante claro neste ponto.

O ponto é realmente essencial para a análise da acumulação em economias atrasadas: se tal contingente é marginal, sua existência em nada afeta o dinamismo do sistema e a taxa de salários não guarda relação com o excedente total de mão-de-obra; se, ao contrário, essa massa pode ser entendida como parte do exército industrial de reserva, torna-se importante a qualificação de seu papel na determinação dos baixos salários que em geral caracterizam tais economias. (Souza, 1980, p. 76).

Como podemos perceber, existe uma fundamental diferença entre exército industrial de reserva e superabundância de mão-de-obra, pois esta última não representa necessariamente uma oferta ilimitada de força de trabalho imediata. “...em muitas oportunidades observamos nestas mesmas economias atrasadas as queixas abertas de líderes empresariais e associações patronais pela falta de mão-de-obra, inclusive de baixa qualificação. Para entendê-lo é preciso analisar as características do processo de incorporação de força de trabalho pelo sistema econômico. A mão-de-obra colocada à disposição do capital pela destruição da pequena produção é absorvida, num primeiro momento, pela economia capitalista. Esta, entretanto, não é capaz de absorver o fluxo acumulado de trabalhadores que são lançados na cidade”. (Souza, 1980, p. 87).

Este mercado de trabalho é o geral e, portanto, externo à indústria – e quando dizemos que ele é externo não significa que haja um divórcio deles. Pelo contrário, em seu próprio movimento cíclico, a indústria o afeta duplamente: ora recrutando mão-de-obra de baixa qualificação¹⁵⁷ (o caso mais comum é a construção civil), ora aumentando-o, quando desemprega sua própria mão-de-obra (geralmente devido à modernização periódica dos setores mais atrasados, como o têxtil e o alimentício). No entanto, e fundamentalmente, “...as grandes empresas operam também com os mercados ‘internos’ de trabalho. A organização em grande escala do processo de trabalho exige uma divisão funcional interna à grande empresa, que leva a constituição de carreiras burocratizadas e hierarquizadas. Para a ocupação de postos situados dentro das escalas hierárquicas, o recrutamento se faz entre os trabalhadores da própria empresa. As condições de funcionamento - e os salários - nestes mercados guardam escassa relação com as condições gerais do mercado de trabalho”. (Tavares & Souza, 1981, p. 9)

Se lembramos dos elevados níveis de pobreza e dos gigantescos contingentes populacionais da periferia, não é difícil perceber o impacto negativo destes “mercados de trabalho internos” na periferia. O importante a reter é que esta característica da industrialização oligopolizada e internacionalizada potencializa os problemas mais profundos dos capitalismo tardios e periféricos. Entretanto, as raízes do problema da pobreza e dos

¹⁵⁷ “Todas as empresas, independentemente de seu tamanho, participam do mercado geral de trabalho (...). As pequenas empresas tendem a utilizá-lo para satisfazer a todas suas necessidades de mão-de-obra; as grandes, recrutam no mesmo somente os trabalhadores não qualificados ou aqueles necessários para ocupar os postos iniciais das escalas hierárquicas de promoção”. (Tavares & Souza, 1981, p. 9). A segmentação interna e externa do mercado de trabalho nos remete a Doeringer e Piore (1971), conforme referência dos autores.

elevados contingentes populacionais que migram do campo para as cidades não devem ser encontradas nesta face “moderna” do desenvolvimento capitalista, mas sim nos problemas políticos e econômicos de nossa formação histórica, que mantiveram a questão agrária completamente intocada, a despeito da modernização capitalista – ponto que abordaremos adiante.

b. Dinâmica industrial cíclica e estruturas de mercado. A autora resgata as teses de Kalecki sobre distribuição de renda: quanto maiores forem os fatores da distribuição (poder de mercado/grau de monopólio (k) e relação entre preços das matérias-primas e os salários (j)¹⁵⁸), menor será a participação do salário na renda.

O Grau de monopólio, como bem lembra Tavares (1981), é determinado tanto por elementos estruturais (como o crescimento das empresas e seu poder sobre o mercado) como conjunturais (definidos pelo confronto entre o poder das empresas nas diversas estruturas industriais, em cada etapa do ciclo econômico, e o poder sindical). Sobre o poder sindical, vale lembrar, que “...tiene una trayectoria de largo plazo en cada economia, pero fluctúa también con la coyuntura económica, siendo mayor en los auges y menos en las etapas de recesión cíclica” (Tavares, 1981, p. 20). Já os preços das matérias-primas obedecem às flutuações da demanda. Nas palavras da autora,

A suposição essencial de Kalecki nesse particular é que os preços das matérias-primas são "determinados pela demanda". Na fase de descenso cíclico, o preço das matérias-primas cai, o mesmo ocorrendo com os salários, mas a queda desses últimos tem um efeito adicional sobre a diminuição dos preços das matérias-primas, devido à diminuição da demanda por bens de consumo. No auge verifica-se o contrário, tendendo o preço das matérias-primas a crescer mais que os salários. Novamente é oportuno mencionar que estamos na presença de tendências compensatórias e não de um "modelo de pregos normais". (Tavares & Souza, 1981, p. 13)

A massa nominal dos salários, correspondente a um nível de utilização de capacidade instalada, é definida conjuntamente tanto pelos movimentos da acumulação de capital (que obedecem aos movimentos da demanda efetiva) como pelos já mencionados parâmetros de distribuição (o que inclui o poder de negociação dos trabalhadores). Entretanto, a massa real do salário, por sua vez, depende do índice de preços das indústrias produtoras de bens de consumo dos trabalhadores – preço este que é fortemente influenciado pelos preços das matérias-primas e dos alimentos produzidos fora da indústria.

...la organización del mercado de trabajo (interno y externo a la industria) y las condiciones de su dinamismo, medido por el ritmo de acumulación de capital, tienden a determinar (...) el

¹⁵⁸ Cf. Apêndice ao Capítulo 3.

movimiento ascendente o descendente de la tasa de salarios de base. Cuando ocurren cambios importantes en la estructura industrial o en las relaciones de intercambio entre producción industrial y materias primas agrícolas, la determinación salarial se complica más. (Tavares, 1981, p. 22)

Vale lembrar que o que diferencia setorialmente a taxa de salário e a própria massa de salários é o confronto entre o poder de mercado das empresas e a força da categoria sindical, isto é, o poder político. Entretanto, a autora também defende que se diferenciam por fatores “não políticos”, como a estrutura da produção, dos preços relativos e a composição do consumo dos trabalhadores. “La elevación o reducción del piso salarial puede provenir de una modificación de los precios relativos de los productos primarios, que afecta en sentido opuesto el poder de compra de los trabajadores y los costos primarios de la industria, producido una acentuación de la lucha salarial, con o mayor dispersión de la gama de salarios dentro de la industria en su conjunto, según ocurra una elevación o una reducción del costo general del salario de base para la industria”. (Tavares, 1981, pp. 21-2)

c. Padrão de acumulação e as instâncias de mediação. A autora defende que o padrão salarial (e, portanto, o padrão de consumo) está inexoravelmente referido a um padrão de acumulação – este padrão impõe uma estrutura de salários (e de distribuição da renda) que corresponda a seu funcionamento mais adequado. “En su movimiento histórico, la estructura de salarios debe ser ‘adecuada’ al funcionamiento más general de la economía y corresponder a un padrón de distribución del ingreso, que lleva implícitas una dinámica inter e intrasectorial de la producción y una diferenciación de los patrones de consumo que permitan la comercialización en mayor escala de la producción corriente” (Tavares, 1981, p. 22).

Entretanto, a correspondência entre a estrutura de salários, os padrões de consumo e a estrutura produtiva não é rígida, no sentido de que as combinações sejam únicas e mutuamente determinadas. Segundo Tavares, há um elevado grau de flexibilidade na compatibilização destas estruturas, que, inclusive, têm determinantes distintos. Como vimos, a estrutura salarial está vinculada à estrutura produtiva geral da indústria e à estrutura e poder da organização sindical, enquanto os padrões de consumo estão relacionados com o padrão de industrialização internacionalizado, que ‘...impone un ‘estilo de vida urbano’ y se extiende de las capas medias a las clases trabajadoras” (Tavares, 1981, pp. 23-4). Como as três estruturas têm determinantes distintos, elas podem se modificar independentemente umas das outras: neste caso a “compatibilização” entre elas dependerá das “instâncias de mediação”, já apresentadas. “Esas instancias están sujetas a una serie de influencias cuyo estudio pertenece al área de la historia y de la política económica” (Tavares, 1981, 24-5).

Conforme a periferia vai aprofundando tardiamente seu sistema industrial, crescem as barreiras técnicas e financeiras a serem superadas para complexificar a estrutura industrial. A natureza internacionalizada da estrutura industrial representa um obstáculo à tarefa de completar a estrutura industrial, pois requer disponibilidades financeiras e tecnológicas muitas vezes alheias à periferia.

Além das dificuldades já apontadas, a própria dinâmica das industrializações tardias trazia novos “problemas” à dinâmica capitalista na periferia – como a incapacidade de se gerar um crescimento industrial autossustentado (dado o tamanho reduzido dos setores de bens de produção, de alta complexidade), a imposição de padrões avançados de consumo, em meio à imensa marginalização da esmagadora maioria da população (o que piora da distribuição de renda) – sem, contudo, resolver os problemas de ordem histórica.

...un problema que parece ser universalmente válido permitiría retomar el desiderato ‘desarrollista’ de completar la estructura industrial con un núcleo tecnológico endógeno, el cual correspondería a la implantación de un sector autóctono de bienes de capital. Sin embargo (...) este paradigma de autonomía y “integralidad” industrial encuentra obstáculos recurrentes en el próprio desarrollo de una estructura industrial crecientemente internacionalizada. Más que eso, el avance tecnológico y productivo que acompaña el montaje de los segmentos industriales de bienes de producción no resuelve, necesariamente, los dos órdenes de problemas que estamos señalando y que constituyen el núcleo de las cuestiones del subdesarrollo en la América Latina contemporánea. (Tavares, 1981, p. 3)

Neste sentido, implantar o departamento produtor de bens de consumo não significa equacionar o subdesenvolvimento, sendo que este tende muitas vezes a ser agravado – este ponto parece bastante claro já em Tavares 1974.

A passagem, em “condições de subdesenvolvimento”, a uma etapa de industrialização propriamente dita requer a demonstração prévia das limitações e possibilidades internas de que a reprodução ampliada do capital industrial se torne não só endógena como também dominante; apesar de que alcançar essa etapa de acumulação especificamente capitalista possa significar para os países periféricos um grau acentuado de “subdesenvolvimento” de uma parcela considerável de suas “forças produtivas”, e também uma maior “dependência” em termos financeiros, tecnológicos e, eventualmente, políticos, em relação ao capital internacional. (Tavares, 1974, p. 140-1)

Em 1978, a autora voltaria a enfatizar este ponto, ao afirmar que “...resolver o problema do atraso industrial num capitalismo tardio não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza” (Tavares, 1978, p. 90). O desenvolvimento capitalista

não equaciona o subdesenvolvimento, porque este se insere em uma esfera de problemas “históricos e políticos”. Afinal, não custa lembrar que a autora procura separar os problemas da industrialização tardia dos problemas que provêm de nossa formação histórica.

A pobreza e marginalidade estrutural têm determinantes históricos mais profundos, apesar de serem agravados pelos problemas da industrialização internacionalizada, que segmenta o mercado de trabalho, sobretudo nos ramos capitalistas mais avançados, e, desta forma, não contribui para aliviar o problema dos contingentes excedentes – mantendo-os marginalizados. “*A nuestro juicio, la pobreza absoluta no puede ser imputada a la modernidad de la monopolización industrial, sino al carácter atrasado de las relaciones sociales de producción heredadas de la monopolización mercantil*” (Tavares, 1981, p. 5). Em outra passagem a autora é ainda mais clara quanto a este ponto, relacionando os problemas do subdesenvolvimento ao passado agrário e à própria organização do Estado.

El peso de la determinación social e histórica sobre la cuestión de la estructura agraria y de los excedentes de población de origen rural constituye el mayor desafío para cualquier economía atrasada (...) ...la pobreza absoluta y la marginación, están determinados en primera instancia por el atraso económico, político y social que subsiste en nuestras sociedades, como secuela del propio proceso de formación histórica de ciertos Estados nacionales periféricos. Los problemas del atraso siguen centrados en la cuestión agraria, del empleo y de la organización política del Estado, lo que va mucho más allá de su localización en la periferia del centro industrial originario, y está mucho más acá, en su realidad histórica, de los efectos de la moderna transnacionalización operada a partir del segundo centro hegemónico. Al fin de cuentas, no se puede borrar más de cien años de historia que median entre uno y otro órdenes internacionales, sin hablar de los doscientos años anteriores. (Tavares, 1981, pp. 6-7)

Entretanto, no artigo de 1981 a autora não avança na discussão histórica sobre os atrasos econômico, político e sociais da periferia, mas a autora já introduziria tais elementos em sua segunda fase de pensamento, retomando e aprofundando-os na terceira fase de seu pensamento, como veremos adiante.

De todo modo, seu ponto central representa, nas palavras de Bastos & Robilloti (2016):

“...uma crítica devastadora das hipóteses estagnacionistas de Furtado em sua relação com a distribuição de renda: por um lado, a pobreza absoluta não resulta da monopolização industrial, mas dos velhos monopólios mercantis da terra. É verdade que a modernização das tecnologias no campo também expulsa massas rurais, mas não de modo mais grave do que os fatores de expulsão existentes nas áreas rurais atrasadas. Por outro lado, as massas rurais expulsas não são exploradas pela indústria moderna, mas são marginalizadas, ficam à margem do sistema produtivo moderno. Não funcionam como um exército industrial de reserva cuja super-

exploração seria necessária para conferir rentabilidade a tecnologias modernas na periferia, como queria Marini: enfrentam barreiras à entrada que as impossibilitam de concorrer com o exército criado e recriado pela indústria moderna. Tem rendimentos menores e que chegam, no limite da indigência, a ser extremamente inferiores aos rendimentos dos trabalhadores do mercado de trabalho geral da indústria, para não falar dos trabalhadores que disputam os elos hierárquicos dos mercados de trabalho internos às empresas. Colocados à margem do mercado de trabalho, nunca estiveram integrados ao mercado de consumo de massa de bens de consumo duráveis nem puxaram para fora dele trabalhadores necessários para dar escala ao mercado interno da periferia, ou seja, não tem papel na dinâmica cíclica do capitalismo tardio, ao contrário do que queriam, cada um a seu modo, Lewis, Furtado ou Marini... Se a distribuição de renda fosse determinada pelos requisitos funcionais da acumulação intensiva em capital controlada pelas filiais – presumidamente dependente de salários baixíssimos -, como explicar que o mercado de trabalho demonstrasse tanta variação de rendimentos e condições de trabalho a depender de setores e mesmo empresas específicas, respondendo à correlação de forças em diferentes ramos e empresas e não a requisitos funcionais de ordem geral? E que as filiais pagassem exatamente os melhores salários? Na verdade, as condições de oferta de mão de obra e do exército industrial de reserva são criadas pela dinâmica do sistema capitalista, pois o capitalismo moderno se autodetermina, no sentido em que sua base técnica assegura a geração de mais-valia e seus ciclos absorvem trabalhadores do exército de reserva ou os expulsam de volta. Para além da base do mercado geral que é mais afetada por esse movimento de expansão e contração do exército industrial de reserva, causas complexas como a luta sindical e política dos trabalhadores, as barreiras à entrada nos diferentes mercados segmentados, as correlações de forças e o nível de produtividade por empresa ou ramo de atividade, implicavam várias descontinuidades ao longo da escala de salários, sem pressão do conjunto de salários reais à queda. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma indústria moderna abre um vasto leque de salários para além da base salarial do mercado de trabalho geral, e ao mesmo tempo libera essa base salarial das condições de subsistência das massas excluídas e marginalizadas. Se a pobreza dessas massas não resulta da ‘técnica inadequada à dotação de fatores na periferia’, seu destino depende a curto prazo, sem reformas de estrutura, da capacidade de incorporação do mercado de serviços informais prestados, sobretudo, às novas classes médias e mesmo aos trabalhadores manuais mais qualificados; e, a longo prazo, de reformas da estrutura de propriedade rural e urbana e de políticas sociais agressivas, seja através da oferta de infraestrutura social de bens públicos, seja por meio de diferentes formas de transferência monetária e de serviços públicos, ou seja: da expansão de direitos, que parecia viável dado o horizonte de luta pela democratização que se abria no início da década de 1980”.

A análise de que a sobreacumulação condicionava a economia brasileira a um movimento cíclico, com intensa magnitude do ritmo de crescimento/retração, perderia a atualidade a partir dos anos 80. O excessivo endividamento externo contraído durante o II

PND teria constrangido o crescimento da economia brasileira, depois de deflagrada a crise da dívida (por força do choque dos juros norte-americanos), o que trouxe uma prolongada estagnação na economia e impactou o pensamento de Tavares. Naquela década, o pensamento da autora esteve concentrado nos aspectos mais conjunturais, sobretudo a inflação e o endividamento.

Daí por diante, o criativo esquema de análise ‘endógena’ do crescimento seria posto de lado para dar lugar ao reconhecimento da gravidade da dívida externa e dos condicionantes internacionais do crescimento brasileiro. A razão é óbvia: a prolongada estagnação na qual mergulhou a economia brasileira havia eliminado a razão de ser da abordagem apresentada nas teses de 1974 e 1978. A análise do crescimento e do suposto fenômeno cíclico deixou de fazer sentido. A capacidade interpretativa de Conceição foi deslocada, daí em diante, para outros terrenos, como o da recomposição da hegemonia norte-americana, e a instabilidade financeira doméstica e internacional. (Bielschowsky, 2010, p. 24)

A autora deslocaria sua análise para um terreno que viria a ser extremamente fértil do ponto de vista intelectual: a chamada economia política internacional, que nasceu com sua preocupação em relação aos desdobramentos globais da elevação dos juros americanos. Este tema, como veremos adiante, é o núcleo duro de sua terceira fase de pensamento. O importante a reconhecer é que em sua segunda fase, a autora aponta na direção correta de integrar elementos sociais e políticos à sua visão econômica – pontos que ganham maior relevo em sua terceira fase.

6.3 A terceira fase de pensamento: Economia Política Internacional – uma introdução

Neste item procuraremos apenas introduzir alguns elementos da terceira fase do pensamento de Maria da Conceição Tavares. Os objetivos desta seção são bastante modestos, pois, longe de fazer uma releitura exaustiva dos pressupostos teóricos ou das novas influências sofridas – tanto no âmbito latino-americano como no nível internacional (que, inclusive, parece ter sido mais presentes) –, iremos nos limitar a identificar os traços mais gerais do pensamento da autora, isto é, a identificar a mudança de enfoque em relação à segunda fase.

Defendemos que esta fase pode ser compreendida a partir de dois recortes: um internacional e outro nacional. No primeiro pretendemos deixar claro que a autora expande sua leitura sobre a economia global, deixando de olhar o capitalismo apenas de uma ótica produtivista (kaleckiana-steindliana) e passando a incorporar a dimensão financeira, sem a qual seria impossível compreender os rumos sistêmicos a partir da década de 80. Já no segundo recorte, vamos tomar algumas notas sobre a releitura do subdesenvolvimento feita

pela autora, que retoma e avança em pontos que haviam sido apenas mencionados em Tavares (1981)¹⁵⁹. Esta terceira fase, que estamos chamando de “economia política internacional”, também poderia ser chamada de fase do “poder e do dinheiro”, pois, como veremos, estes dois elementos são constantes em praticamente todos os seus textos desta fase. O artigo que abre a terceira fase de pensamento da autora é “*A retomada da hegemonia norte-americana*”, escrito originalmente em 1985.

6.3.1. Economia política internacional: breve balanço do debate

O debate sobre a hegemonia foi bastante amplo nas décadas de 1970 e 80. No plano internacional, como bem nos lembra Fiori (2000), “o debate intelectual sobre as relações internacionais seguia girando em torno do suposto declínio da supremacia mundial dos Estados Unidos. A própria “economia política internacional”, como uma nova disciplina acadêmica, apareceu no mundo anglo-saxão na entrada dos anos 1970, na mesma época da crise cambial do padrão-dólar e da derrota norte-americana no Vietnã”. (Fiori, 2000, p. 209).

O autor resgata brevemente o debate no campo *mainstream* da teoria política e econômica internacional, começando pelas considerações de Gilpin (1975) e Krasner (1976): “...a preocupação central e comum a todos estes autores era o restabelecimento de uma ordem econômica a internacional estável e liberal, sob a hegemonia norte-americana” (Fiori, 2000, 208). Mais tarde Keohane (1984), Kindleberger (1986) e Kennedy (1988) engrossaram o coro dos que ressaltavam incapacidade norte-americana de assumir a liderança mundial; mais do que isso, estas contribuições estavam carregadas de premonições sobre a decadência mundial dos Estados Unidos. Como bem lembra o autor, Susan Strange (1995), em uma resenha crítica anos mais tarde, havia ressaltado que a trajetória desta economia política internacional (EPI, doravante) não foi capaz de integrar a economia e a política no estudo das relações internacionais.

¹⁵⁹ Nossos objetivos no tratamento de sua terceira fase são mais modestos, pois vamos deixar de lado aspectos fundamentais de seu pensamento, como a preocupação mais conjuntural com a economia brasileira. Concretamente, isto implica dizer que não vamos fazer uma análise crítica do ensaio Belluzzo e Tavares (1984) sobre a inflação, tampouco faremos um levantamento sistemático sobre seu envolvimento no debate econômico nacional nos anos 80 e 90, que se deu, fundamentalmente, por meio de intensas aparições na mídia, com artigos nos maiores jornais e revistas especializadas. Além disso, acreditamos que um tratamento adequado desta terceira fase também deveria considerar uma análise crítica dos depoimentos da autora realizados na Câmara dos Deputados entre 1995 e 1999, quando foi deputada federal pelo PT-RJ. Tais canais contêm fontes preciosas para aprofundar as ideias da autora em sua terceira e última fase de pensamento. Entretanto, um tratamento adequado deles extrapolaria muito os limites desta dissertação, mas deverá ser objeto de futuros estudos.

Fora do *mainstream*, Fiori ressalta as contribuições de Fernand Braudel (1978), Cox (1981), Wallerstein (1982) e Arrighi (1982). A mensagem fundamental do eminente historiador Fernand Braudel era que “ ‘o mundo não pode viver sem um centro de gravidade’, mas, ao contrário dos demais, considerava muito pouco provável que os Estados Unidos estivessem deixando de cumprir esta função mundial” (Fiori, 2000, p. 209). Robert Cox inaugurou a corrente neomarxista da EPI, “introduzindo no debate o conceito gramsciano de hegemonia e propondo que se estudasse a formação e crise das ordens mundiais, (...) prestando atenção aos processos simultâneos de internacionalização da produção, das relações de classe e das estruturas de poder” (Ibid., p. 209). Arrighi defende a tese de que o "ciclo longo de acumulação e hegemonia norte-americano" entrou numa crise terminal de duração imprevisível a partir de 1970. Como bem lembra Fiori, o futuro não deu razão nem aos teóricos do *mainstream* nem a Arrighi, tendo em vista que

Durante a década de 1990, o mundo esteve praticamente entregue ao arbítrio de uma só potência hegemônica, orientada pelo seu *commitment* liberal e pelo seu desejo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada em regimes e instituições globais, no campo do desarmamento como no do comércio e dos investimentos. (Fiori, 2000, p. 210)

Tais considerações feitas pelo autor já haviam sido antecipadas por Conceição Tavares em 1985, o que nos leva a investigar suas contribuições no campo da EPI.

6.3.1.1. Contribuições de Conceição Tavares ao debate da EPI

Podemos reunir os avanços teóricos de Tavares à EPI a partir de três recortes: i) a retomada da hegemonia norte americana; ii) a globalização financeira nos anos 80 e 90; iii) as reflexões sobre a supremacia global dos EUA; e, por fim, iv) algumas considerações sobre a crise global do subprime¹⁶⁰.

6.3.1.1.1. A retomada da hegemonia norte-americana

A autora inicia sua reflexão rejeitando a tese das “tendências policêntricas” da economia global¹⁶¹. Mais do que isso, Conceição Tavares rejeitava as interpretações que viam

¹⁶⁰ Esta divisão está inspirada na estrutura do último do curso de “*Tópicos Especiais em Economia Política Internacional*” ministrado pela professora Maria da Conceição Tavares (em colaboração com Ernani Teixeira Torres Filho) no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O curso foi oferecido no primeiro semestre de 2011.

¹⁶¹ Ainda que não haja menção a Furtado em Tavares (1985), é digno de nota o pioneirismo da abordagem de Furtado neste campo. Uma década antes, em Furtado (1974), o autor pontuou com precisão uma ordem mundial sob tutela dos EUA, dando todas as suas características: no campo produtivo-tecnológico (capital transnacional) e no campo financeiro (como a formação de um sistema monetário internacional baseado unicamente no dólar). Entretanto, é

os Estados Unidos como uma potência em decadência. Entretanto, reconhece que não eram poucos os sinais que, falsamente, sustentavam a tese da perda de hegemonia americana: i) a desvalorização do dólar diante das outras moedas; ii) a expansão dos mercados financeiros (especialmente o alemão e o japonês) que operavam à margem do Federal Reserve (Fed)¹⁶².

Ao longo dos anos 70 o FMI havia feito tentativas de reforçar o controle monetário internacional, mas encontrara resistências da elite financeira dos EUA, além dos mercados da Inglaterra, do Japão e da Alemanha. No entanto, paulatinamente cria-se um consenso quanto ao risco crescente do sistema global, tendo em vista o grande volume do crédito intrabancário (ou, melhor dizendo, “os movimentos bruscos de especulação em moedas”) e o elevado risco de default dos países do Terceiro Mundo e da área socialista, dados seus elevados estoques de dívida externa. É a partir daí que a maioria dos países capitalistas, com exceção dos EUA e da Inglaterra, passa a apoiar o FMI para medidas decisivas na direção de um maior controle público do sistema financeiro internacional.

Na reunião mundial do FMI de 1979, Paul Volcker, presidente do Fed, deu uma histórica demonstração da capacidade de exercer sua hegemonia, aumentando violentamente a taxa de juros norte-americana (invertendo a tendência de enfraquecimento do dólar) e reafirmando a hegemonia da economia norte-americana (o que custou uma recessão de três anos aos EUA e ao mundo). Mas, poderíamos questionar, o que é hegemonia para Maria da Conceição Tavares? A resposta é bem esclarecedora.

igualmente verdadeiro que no mesmo texto Furtado afirmou que o mundo deveria caminhar para uma ordem mais policêntrica a partir dos anos 70. Neste ponto, Conceição Tavares se distancia novamente de sua visão. Disse Furtado “É possível que essa tutela [norte-americana], no futuro, seja partilhada com outros países, substituindo-se o dólar por uma moeda de conta caucionada por um conjunto de banco centrais” (1974, pp. 39-40). Ou ainda, “A presente crise polarizada no caso Watergate, pela qual o Poder Legislativo procura recuperar parte das atribuições constitucionais que lhe foram subtraídas pelo Poder Executivo no correr dos últimos anos, pode constituir o prelúdio de importantes reajustamentos no plano político-institucional. O reforço do Poder Legislativo implicará, muito provavelmente, maior mobilização dos interesses que conflitam com as grandes empresas, ao mesmo tempo em que poderá reduzir a capacidade do governo dos Estados Unidos para exercer a tutela internacional. Nesta hipótese, é perfeitamente possível que o sistema de tutela se reestruture em bases mais ‘internacionais’” (Ibid. pp. 41-2)

¹⁶² “...tinha-se desenvolvido à sombra do padrão dólar (...) um florescente mercado privado de crédito. (...) Os movimentos especulativos de capital sempre denominados em dólar, que dão lugar a um *non-system*, continuam minando o dólar como moeda reserva, desestabilizam periodicamente a libra e fortalecem o marco e o iene como moedas internacionais” (Tavares, 1985, p. 32). Neste contexto, “Tudo levava a crer que os EUA tinham perdido a capacidade de liderar a economia mundial de uma maneira benéfica” (p. 33)

Lembra-nos a autora que a questão da hegemonia norte-americana é bem mais complexa do que um maior poder econômico e militar da potência dominante. Trata-se, fundamentalmente, da capacidade dos EUA de enquadrar seus parceiros e adversários, criando uma ideologia, um consenso¹⁶³.

O fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. (Tavares, 1985, pp. 28-9)

Anos mais tarde, a autora dá uma definição ainda mais convincente, em que procura trabalhar as duas pernas sobre as quais se assentava a hegemonia norte-americana em escala global (isto é, o capital financeiro e as armas), mas igualmente destacava que se trata mais de um *consenso* – aproximando seu conceito ao empregado por Antônio Gramsci¹⁶⁴.

¹⁶³ Como bem lembra Braga, a preocupação de Tavares com a hegemonia norte-americana data de seu artigo de 1983, mas é em 1985 que a autora aprofunda esta discussão. “Àquela altura [1983], Conceição inquietava-se com a questão do imperialismo americano, alertando que a compreensão de tal questão exigia uma discussão da ‘*hegemonia externa dos Estados Unidos não apenas em termos industriais e financeiros, mas também em termos militares, diplomáticos e ideológicos*’ [apud Tavares] que avançasse em relação a quaisquer dos autores do começo do século. É o que ela veio a fazer a partir de 1985 com o texto ‘A retomada da hegemonia norte-americana’...”. (Braga, 2010, p. 148)

¹⁶⁴ Ainda que a autora não tenha citado Gramsci, é digno de nota que esta abordagem é bastante aderente à trabalhada pelo filósofo italiano. Afirmamos isto por dois motivos: em primeiro lugar, pela clara integração da política e da economia presente não só neste texto, mas em todos os que se seguiriam a ele; em segundo, pelo próprio conceito de hegemonia, enquanto um enquadramento político-intelectual (e, portanto, consensual). Como bem lembra Carlos Nelson Coutinho, “*Gramsci tornou possível uma ampliação do conceito marxista de Estado: enquanto para Marx e Engels, na época do Manifesto comunista, e para Lenin e os bolcheviques, no conjunto de sua produção teórica, o Estado é essencialmente coerção, ou monopólio da violência a serviço da classe economicamente dominante, para Gramsci, ao contrário, ele aparece dotado também de uma nova e importante dimensão, a dimensão do consenso ou da legitimidade. (...) A hegemonia é para ele [Gramsci], sem lugar a dúvidas, o momento do consenso*” (Coutinho, 2012, p. 248-9). I. Simionatto também nos oferece uma boa aproximação do conceito trabalhado por Gramsci. “*A noção de hegemonia enquanto totalidade significa a unificação da estrutura em superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político. Não se trata de uma universalidade ideológica, mas antes concreta, pois os interesses particulares passam a articular-se com os interesses universais. (...) Quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral” afirma que essa direção também se exerce no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, pois hegemonia “é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer* [apud L. Gruppi] (...) a hegemonia não significa apenas a subordinação de uma classe em relação à outra, mas a

Lembrando que o conceito de ‘hegemonia’ implica em uma *dominação consentida*, verificaremos que esta baseou-se, até agora, no princípio da inaceitabilidade de alternativas. Dadas as situações de extrema assimetria que se consolidaram tanto no terreno militar como no financeiro, o grau de desestruturação sistêmica passível de ser originado por algum descontrole no uso do potencial bélico ou do potencial econômico concentrado nas mãos de poucos atores tornou-se elevado o bastante para desativar qualquer contestação ao papel de *hegemon* do sistema capitalista desempenhado pelos EUA, mormente no âmbito das políticas específicas a essas duas áreas. (Tavares e Melin, 1997, p. 81)

As consequências da retomada da hegemonia norte-americana para o sistema econômico global são avassaladoras. Em primeiro lugar, ao manter uma dura política monetária (forçando uma sobrevalorização do dólar), o Fed retomou o controle do sistema bancário privado internacional que, em pânico, se refugiou nos EUA (ficando sob o controle da política econômica do Fed). Conceição Tavares lembra que a partir dos anos 80 todos os principais bancos estavam em Nova Iorque financiando “obrigatoriamente” o déficit fiscal americano (US\$ 1,6 trilhões à época)¹⁶⁵. Esta dívida, dirá Tavares, vai ser o único instrumento que os EUA terão para canalizar forçadamente o movimento de capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano.

A estrutura monetário-financeira do capitalismo se altera radicalmente: i) ocorre um enorme enquadramento de todos os sistemas financeiro do resto do mundo ao sistema financeiro americano – esta integração está na essência do processo de globalização financeira; e ii) há uma subordinação de todo o sistema monetário internacional ao manejo das políticas econômicas dos EUA – o que altera radicalmente as relações econômicas internacionais. Sobre este ponto, a autora destaca que o desempenho das taxas de crescimento, de câmbio e de juros das economias mundiais passou a ser determinado pelo desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana, refletindo a dolarização generalizada. Sendo assim, Tavares relata que ocorre uma esterilização do potencial de crescimento endógeno das economias nacionais, havendo uma conversão dos déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política keynesiana anticíclica – o que alterou radicalmente a ideologia econômica global: “o mundo obedeceu à política conservadora, fosse qual fosse o governo” (Tavares, 1985, p. 41).

capacidade das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, de efetivamente elaborar uma “reforma intelectual e moral”. (Simionatto, Ivete, 1998, pp. 46-8, passim)

¹⁶⁵ A autora afirma que o financiamento dos EUA é “obrigatório”, pois não restavam aos fluxos financeiros internacionais alternativas em aplicações financeiras que reunissem, simultaneamente, baixo risco e alta rentabilidade.

Enquanto o mundo estava inteiramente enquadrado ideologicamente pela ortodoxia liberal, os EUA retomaram seu crescimento a partir de 1982 lançando mão de elementos heterodoxos, e pôde fazer isto devido ao crescente volume de poupança do resto do mundo direcionado aos EUA (esta era a maior prova de que o mundo estava obedecendo à política conservadora). Tendo em vista que não enfrentavam problemas para financiar o déficit comercial, os EUA puderam elevar a expansão do crédito de curto prazo, reduzir a carga tributária sobre a classe média e, dentre outras coisas, eliminar a incidência de impostos sobre os juros pagos aos bancos para compra de bens de consumo duráveis. Como a autora teria afirmado anos mais tarde: “...é de se destacar, igualmente, que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais” (Tavares & Melin, 1997, p. 74). Não por outro motivo houve também a substituição do tradicional endividamento de longo prazo por crédito de curto prazo (com utilização de recursos próprios e de capital de risco externo).

Como os EUA provocaram uma recessão global que durou até 1983, os preços das principais *commodities* recuaram no período, e deste modo houve uma brutal melhora das relações de troca do país. Em outras palavras, seus custos internos caíram muito, “...já que as importações que os EUA estão fazendo são as melhores e mais baratas do mundo inteiro” (Ibid.). Aproveitando-se destas condições, os EUA passaram a modernizar sua indústria de ponta, com equipamentos baratos de último tipo e capitais de empréstimo e de risco. Em contrapartida, a sincronização das políticas ortodoxas obrigou todos os países a manterem suas taxas de investimento em níveis baixos.

A partir de 1984 os EUA passaram a ser considerados o *trade locomotive* da recuperação mundial (devido ao seu estrutural déficit comercial) e a elite financeira americana passou a propor ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho. Os EUA continuariam a ocupar um papel dominante no sistema mundial, mas expandiriam seus interesses comerciais e de segurança além da Europa, o que incluía o Japão, NICs (*New Industrialized Countries*) asiáticos e a América Latina. “...pretendem manter um relativo ‘equilíbrio macroeconômico’ entre os parceiros mais importantes da economia. Mas o tom racional não

disfarça o ‘big stick’¹⁶⁶, em relação aos países periféricos, nem o desiderato estratégico de manter e afirmar a hegemonia americana em termos globais” (Tavares, 1985, p. 85).

A autora finaliza o artigo deixando em aberto algumas questões sobre o futuro da reorganização da geografia econômica e política do mundo: àquela altura não estava claro “...o destino das suas novas “Periferias”, na Europa, na Ásia e na América do Sul” (Ibid., p. 52) – pontos que são resgatados e respondidos em 1997, como veremos no próximo item.

Para finalizar, avaliamos ser pertinente uma observação de Fiori sobre o pioneirismo de Tavares neste artigo. “...na contramão do diagnóstico de Susan Strange, a economista Maria da Conceição Tavares não ignora a literatura sobre as relações internacionais e consegue combinar, de forma precisa, a análise política com a econômica, reunindo num mesmo argumento o movimento de retomada da supremacia americana, o surgimento de um novo regime de acumulação mundial e o redesenho das relações Centro/Periferia, em escala global” (Fiori, 2000, p. 211)

Como bem sintetiza a autora, nesta nova fase, “...a dinâmica capitalista fica completamente incompreensível se não levarmos em conta o movimento simultâneo de suas determinações econômicas e políticas”. (Tavares e Fiori, 1997, pp. 8-9)

6.3.1.1.2. A globalização financeira e as transformações capitalistas nos anos 80 e 90

Em 1997, a autora retoma e aprofunda suas reflexões sobre economia, política e relações internacionais. Agora, seu artigo (Tavares & Melin, 1997) está inserido em um debate mais amplo com vários intelectuais e economistas¹⁶⁷ sobre as consequências da retomada da hegemonia norte-americana. No plano da geoeconomia, a maior delas foi uma radical alteração da ordem mundial, que experimentou um intenso processo de liberalização, desregulamentação e globalização financeira, além de uma profunda regressão industrial na

¹⁶⁶ O termo “Big Stick” é uma referência ao estilo de diplomacia usado pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), como consequência da Doutrina Monroe, segundo a qual os EUA deveriam assumir o papel de polícia internacional no continente americano.

¹⁶⁷ Estas reflexões estão contidas nos 4 volumes da Coleção “zero a esquerda”, sendo eles: *Poder e Dinheiro* (1997), *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações* (1999), *Polarização mundial e crescimento* (2001) e *O Poder Americano* (2004), organizados respectivamente por Maria da Conceição Tavares & Fiori, José Luís Fiori, Carlos Medeiros & Fiori e o último por José Luís Fiori. Nestes livros é possível encontrar os principais artigos da autora (alguns escritos em parceria com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luiz Eduardo Mellin e José Carlos de Miranda). Além deles, outros economistas que fizeram parte deste grupo amplo de reflexão teórica foram: Wilson Cano, Carlos Lessa, Aloísio Teixeira, Marcos Antônio Macedo e Cintra, José Carlos Braga, Luciano Coutinho, Carlos Aguiar Medeiros, Franklin Serrano, Ernani Teixeira Torres Filho e Carlos Pinkusfeld Bastos.

periferia do sistema. No plano político, além do fim da ordem bipolar, os autores ressaltaram os limites à soberania dos Estados nacionais, comprometendo sua capacidade de regulação econômica e proteção social.

A autora retoma as transformações globais do capitalismo ocorridas ao longo das décadas de 80 e 90, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

- Desregulamentação financeira dos principais mercados de capitais, seguida de uma série de crises, com destaque para a Bolsa de Nova Iorque (1987) e a Bolsa de Tóquio (1990);
- Crescimento de inovações financeiras, com operações de securitização lastreadas na dívida pública americana, *commodities*, juros e câmbio.
- Com a *desvalorização unilateral* do dólar (dada a redução da taxa de juros a partir de 1985): i) a dívida pública americana deixa de servir como ativo de rentabilidade primária; ii) ocorre um fortalecimento de outras moedas, com destaque para as moedas europeias; iii) o Japão, que detém grande parte da dívida pública americana, sofre enormes perdas financeiras com a desvalorização do dólar na segunda metade dos anos 80. Entretanto, aproveita o iene valorizado para adquirir ativos no resto do mundo; iv) ocorre o fim da coordenação pactuada das políticas macroeconômicas entre os países do G-7, após 1989; v) verifica-se uma aceleração do crescimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio; vi) surge uma sucessão de bolhas especulativas e crises bancárias, com assaltos cambiais direcionados tanto contra países de moeda forte como de moeda fraca.
 - Surgimento de novos polos de crescimento e financeiros na Ásia, pressionado pela maior concorrência comercial entre Japão e EUA. Têm início os “milagres de crescimento” na China continental e nos Tigres asiáticos.
 - Reforço da posição financeira do dólar no sistema internacional, por dois fatores: i) “o dólar (...) tornou-se o denominador comum da financeirização crescente, em particular dos mercados globalizados” (Tavares e Melin, 1997, p. 63). Nestes, o dólar cumpre três funções para o capital internacional: “...provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.” (Idem., pp. 63-4); ii) o valor do dólar é fixado pela taxa de juros norte americana, que funciona como uma referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA de manter sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema” (Ibid.). Como mostram Tavares & Belluzzo (2004) “Os Estados Unidos, a despeito do monumental déficit em transações correntes, não precisaram se preocupar com o risco de uma fuga do dólar. A demanda pela moeda americana nasce hoje do

papel dos Estados Unidos como economia dominante no comércio internacional e nos mercados financeiros onde continua a atração dos títulos públicos como ativos líquidos de última instância na economia global” (pp. 198-9). Consolida-se o novo padrão monetário (“padrão dólar-flexível financeiro”), no qual o valor da moeda internacional é determinado pela capacidade dos EUA de emitirem títulos de sua dívida pública com o menor risco de default do sistema capitalista.¹⁶⁸ Como bem afirma Tavares & Melin, “o dólar não é mais um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários internacionais anteriores (padrão ouro-libra e padrão ouro-dólar), mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas, vale dizer, onde não há padrão monetário rígido” (Idem, Ibid.). Consequentemente, o Fed, o emissor desta moeda, é mais do que um Banco Central convencional. Torna-se um poderoso instrumento político americano que detém um papel chave tanto em sua atuação como na dos demais Bancos Centrais do mundo. Nas palavras dos autores,

...o papel do Fed como representante político do governo americano e gestor da moeda de referência em que está fundado o sistema financeiro internacional transcende de muito o seu papel como banco central clássico. (Tavares e Melin, 1997: 70).

No âmbito global do sistema capitalista, Maria da Conceição Tavares acentua algumas alterações em relação às tendências que vigoraram até os anos 70, com destaque para as alterações dos agregados macroeconômicos: as exportações globais se transformaram em uma guerra comercial e, mais importante, o investimento produtivo passa a ser preterido em favor do investimento financeiro, patrimonial e especulativo – deslocando o regime de acumulação. As consequências do ponto de vista geográfico e social são enormes: crescimento assimétrico das economias (concentrado mais diretamente nos EUA e na China), aumento das taxas de desemprego na Europa e na América Latina, tendência à piora generalizada da distribuição de renda em favor dos rentistas – com diminuição da participação do trabalho. Nas palavras dos autores:

Ao se discutir a dinâmica da economia internacional contemporânea (...) frequentemente se menciona a globalização como sendo um fator central. Confunde-se, porém, a transnacionalização produtiva que vem ocorrendo há mais de cem anos no mundo – e, em particular, no pós-guerra, sob o comando das empresas transacionais americanas, com a correspondente reação oligopolística das grandes empresas europeias e asiáticas – com a

¹⁶⁸ Sobre este ponto ver Serrano e Medeiros (1999). Como bem sintetiza Braga, “A moeda é financeira no sentido de que seu valor não obedece a paridades cambiais ditadas por critérios de produtividade, de comportamento internacional comparado dos preços e de resultados de balança comercial” (2010, p. 149)

mudança de cenário mais recente ocasionada pelas políticas de globalização financeira. No entanto deveria estar claro que foi esta segunda, e não a primeira, que reforçou a assimetria de crescimento e de poder em favor dos EUA, ao promover uma reversão da liquidez internacional e induzir consistentemente a adoção de políticas deflacionistas e inibidoras de crescimento, que têm recebido a designação geral de ‘neoliberalismo’. (Tavares e Melin, 1997, pp. 73-4)

Particularmente sobre a China, em artigo escrito em coautoria com Belluzzo, Tavares destaca a relação entre competição e complementaridade deste país com os EUA, por ser receptora de grande volume de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e por deter enormes reservas em dólares. “[A China] é o segundo maior absorvedor de investimento direto depois dos EUA e mantém com este país uma relação especial de competição e complementaridade. Ao contrário do Japão, que não contou com importante absorção externa de capitais e permanece até hoje como país credor dos EUA, a China é simultaneamente devedora (pelo IDE) e credora (pela acumulação de enormes reversas em dólares aplicados em Títulos americanos). Qualquer diminuição acentuada no comércio e no investimento da China afetaria dramaticamente a economia do Leste Asiático (...) e poderia provocar um ‘enfarte’ numa das artérias mais importantes da globalização americana. (Tavares e Belluzzo, 2004, p. 198).

A partir daí a autora discute as consequências do advento do neoliberalismo e da liberalização do movimento de capitais para a geoeconomia e geopolítica. Em primeiro lugar, a autora frisa que a generalização destas políticas só fez as vantagens competitivas e de crescimento do restante do mundo (exceto a China) diminuírem em favor dos EUA. Em segundo, Tavares destaca que se assistiu por todo o mundo a uma “deterioração da base fiscal do estado, provocada sobretudo pela manutenção de elevadas taxas de juros, pela liberalização dos movimentos de capital e pela flexibilização dos mercados de trabalho, praticadas na esteira da globalização financeira”. Continua dizendo que “O resultado, avassalador mesmo para as economias avançadas da Europa e do Japão, foi um aumento progressivo do serviço das dívidas públicas em relação ao PIB que onera fortemente as contas públicas independentemente das medidas de ‘austeridade fiscal’ adotadas” (Ibid., p. 75). Nesta mesma tendência, a ditadura do capital financeiro acaba por comprometer a capacidade de arrecadação fiscal dos Estados, dada a “mobilidade irrestrita concedida ao capital” e o “grau crescente de informalismo que passa a reger o mercado de trabalho” (Ibid., p. 76).

Especialmente para a América Latina, a autora ainda destaca que esta “...torna-se um exemplo nítido dos malefícios de uma inserção subordinada no processo de globalização, sofrendo perdas de competitividade, reversão de seu processo de industrialização,

exacerbação das mazelas sociais e crescente dependência dos fluxos de capital externo para evitar a *débâcle* cambial” (Tavares e Melin, 1997, p. 78).

Sobre a Europa, a autora termina fazendo alguns comentários premonitórios sobre o fato de sua união monetária não representar uma ameaça à hegemonia internacional do dólar. “É preciso ter claro que os próximos desenvolvimentos na Europa, apesar de poderem desempenhar um papel importante na manutenção sem crises da ‘nova ordem’ global, nem por isto põem em questão qualquer dos dois pilares de sustentação da hegemonia americana no mundo. Por um lado, como já indicado, o euro não representará qualquer desafio à supremacia internacional da moeda americana (...). Por outro lado, tampouco a pax americana estará em questão, de vez que a diplomacia das armas continua, por ora ao menos, sobre o controle da potência hegemônica...” (Tavares e Melin, 1997, p. 80).

Tavares e Belluzzo (2004) também ressaltaram a mutação das formas de gestão da riqueza capitalista após a ruptura sistêmica da década de 70.

...a acumulação de ativos financeiros ganhou na maioria dos países status permanente na gestão da riqueza capitalista e o rentismo se ampliou de forma generalizada. Aceleraram-se as mutações na composição da riqueza social do mundo capitalista e acentuam-se as assimetrias de crescimento entre países e de distribuição de renda interclasses. As classes altas e médias passaram a deter importantes carteiras de títulos e ações – diretamente, mas principalmente através de cotas em fundos de investimentos, de fundos de pensão e de seguro. O patrimônio típico de uma família de renda média passou a incluir ativos financeiros em proporção crescente. (Tavares e Belluzzo, 2004, p. 190)¹⁶⁹

No âmbito das relações internacionais, os autores finalizam o artigo fazendo uma esclarecedora analogia entre a geoeconomia capitalista no início do século XXI e a anatomia do corpo humano.

O cérebro é o poder de contenção e de controle geopolítico da superpotência hegemônica, e o coração da economia mundial continua sendo sua gigantesca economia continental. O pulmão por onde respira e expande a ‘segunda onda de globalização americana’ é a Ásia em ressurgimento, em particular a China. (...) A velha Europa continental, até há pouco uma fortaleza mercantil que incluía apenas 12 países, mantém-se em crescimento lento. A União Europeia aparece hoje como um enorme estômago às voltas com a digestão dos problemas acumulados desde a paz de 1919 na sua “fronteira oriental” e retomados com a desestruturação pelo fracasso do desenvolvimento econômico depois da descolonização. A América Latina continua numa zona endividada e de baixo crescimento. (...) A maior zona de instabilidade econômica (o petróleo) e política (guerras sucessivas) continua sendo o Oriente Médio, onde o

¹⁶⁹ Na verdade, este ponto já havia sido previamente explorado por Belluzzo e Coutinho (1998).

sonho wilsoniano da paz universal e da autodeterminação dos povos se tornou um pesadelo. (Tavares e Belluzzo, 2004, pp. 201-2)

6.3.1.1.3. Processo especulativo nos mercados e a crise de 2008/2009

Em 2009, Conceição Tavares voltaria a fazer algumas considerações sobre a ordem financeira global. Em seus comentários sobre a crise de 2008, a autora deixou bem claro que sua raiz está no novo padrão sistêmico de riqueza gerido desde os anos 80. “A financeirização da riqueza passou a ser, deste a década de 1980, um padrão sistêmico globalizado em que a valorização e a concorrência no capitalismo operam sobre a dominância da lógica financeira” (Tavares, 2009, p.1)¹⁷⁰. A autora estabelece uma conexão entre este padrão sistêmico, a expansão generalizada dos movimentos especulativos e a crise de 2008. “[Esta crise] foi apenas o detonador de uma crise financeira mais geral que se vinha gestando lentamente, através de uma excessiva expansão da liquidez, do endividamento e de sucessivas bolhas de preços de ativos, processados pela desregulação e complexidade do novo sistema financeiro privado, montado no governo Clinton e continuado no governo Bush. (...) Só quando a crise financeira geral eclodiu violentamente em setembro de 2008 com a quebra da Lehman Brothers, foi possível perceber a profundidade da crise fiscal de importantes estados americanos que estão à beira da insolvência”. (Tavares, 2009, p. 3)

As principais medidas tomadas foram: redução drástica das taxas de juros pelo Fed num curto espaço de tempo (de 5% para 0,5%); aprovação da Lei de Estimulo Econômico (fev./08); a Lei de Habitação e Recuperação Econômica (jul/08). Depois do setembro negro, mês da quebra do Lehman Brothers, a crise financeira torna-se global: “As quedas nas bolsas mundiais e nos preços dos imóveis liquidaram cerca de US\$30 trilhões de riqueza financeira até o final do último trimestre de 2008”. Em outubro/08 o governo dos EUA encaminha ao congresso o Programa de Alívio de Passivos Problemáticos – TARP –, que destinou US\$ 700 milhões ao setor financeiro com o objetivo de limpar os ativos “podres”. Dadas as resistências

¹⁷⁰ O termo “padrão sistêmico” remete-nos ao professor José Carlos Braga (1985, 1993 e 1997). De acordo com o autor, “Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica” (Braga, 1997, p. 196). O termo “financeirização” foi pioneiramente empregado pelo autor em sua tese de doutorado (1985), e uma definição bastante sintética aparece em (1993): “A dominância financeira – a financeirização – expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo” (p. 26).

à proposta, a tarefa de reciclagem dos “ativos tóxicos” ficou com o Fed. A brusca queda do mercado de *commodities* afetou generalizadamente os mercados emergentes, exportadores de matérias primas e importadores de gás e Petróleo. As filiais asiáticas e latino-americanas dos bancos americanos passam a remeter fortemente às matrizes seus lucros, que não eram pequenos pois “...não se registraram crises bancárias e é forte a presença de filiais europeias e americanas lucrativas” (Ibid., p. 6).

Sob o presidente Barack Obama, a equipe econômica propôs um combate à crise em todas as frentes: financeira, fiscal, investimento público em infraestrutura e políticas sociais ativas. No campo financeiro, chamou atenção o FSP (Plano de Estabilidade Financeira), que i) previa cenários de Stress nos maiores bancos; ii) criou um fundo de participação público-privado no qual o banco devolverá os seus ativos podres (tóxicos); iii) criou linha para comprar dívida securitizada nova. Para ajudar o setor de atividade mais atingido pela crise, criou-se o Plano de Apoio aos Mutuários e de Estabilização (HASP), que previa três linhas de ação: i) flexibilizar as regras para permitir o financiamento de contratos imobiliários; ii) criar incentivos aos credores para aliviar a situação de três a quatro milhões de devedores em situação de inadimplência; iii) ampliar o papel das instituições paraestatais de fomento imobiliário injetando mais U\$100 bilhões.

Em relação à América Latina, Tavares destacou o franco impacto negativo da crise. “O choque financeiro foi de tal força que o indicador de risco do EMBI latino-americano aumentou 438 pontos básicos, voltando a níveis absolutos que não se viam desde os anos da crise argentina (Ibid., p. 10)”. Além disso, o choque nos preços das *commodities* trouxe à região o temor da inflação. “A resposta dos principais bancos centrais – Brasil, México, Chile, Colômbia e Peru – foi endurecer a política monetária, subindo a taxa de juros sob fortes aplausos dos mercados. O Brasil e o Peru ganharam então a outorga do grau de investimento concedido pelas “*rating companies*” globais” (Ibid., p. 9).

Apesar do forte impacto da crise na região, a autora reconhece que a situação desta é bem menos frágil que aquela dos anos 80. “A resistência da América Latina a esta crise parece ser bastante maior do que na crise da dívida externa de 1982-83 quando todos os países estavam fortemente endividados e não resistiram ao fechamento do crédito internacional que ocorreu a partir dos choques simultâneos de petróleo e de juros em final de 1979” (Ibid., p. 11). Especialmente sobre o Brasil, em depoimento a economista destacou que foi a primeira crise internacional em que o país não quebrou, muito devido às instâncias de mediação histórica.

...foi a primeira crise mundial que não teve crise de balanço de pagamentos. Na primeira crise desde o século 19, sempre que tinha uma crise internacional a gente estourava. Sempre economia reflexa..., e desta vez não! Então nós não fomos reflexos. Desta vez nós conseguimos segurar. E para substituir o financiamento externo usamos os bancos públicos, o BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Isso os outros não puderam fazer, porque não têm bancos públicos. Por isso é que nós não entramos em recessão aberta, tivemos um PIB de 0% em 2009. Agora a indústria foi muito atingida, como em toda parte. Aí não teve jeito, até as chinesas foram atingidas. (Tavares, 2010)

6.3.2. Retomando o debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro

A questão dos percalços no desenvolvimento capitalista no Brasil também esteve presente no pensamento da autora em sua terceira fase. Convém evidenciar que se trata de uma fase histórica com altas doses de pessimismo, tanto do ponto de vista político como econômico, especialmente nos anos 90. À época deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (PT-RJ), Maria da Conceição Tavares viu como um grande período de retrocesso social as políticas neoliberais implementadas durante o mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁷¹, o que a leva a revisitar suas próprias teses sobre o Brasil. Em uma nota de rodapé a autora deixa isto implícito.

A obra fundamental de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942, é a primeira obra magna a dar uma visão completa da economia política do ‘sistema colonial’ brasileiro e de sua crise, assim como a *Formação Econômica do Brasil*, 1961, de Mestre Furtado é o primeiro tratamento histórico analítico sobre o desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro. Ambas as obras foram fundamentais para minha formação de economista política, mas é meu dever esclarecer que esta minha ‘viagem de redescoberta do Brasil’ não se prende ao pé da letra à obra dos grandes Mestres e é tão-somente a releitura das minhas próprias obsessões à luz do presente impasse da nação brasileira. (Tavares, 1999, p. 449)

Neste item, apresentaremos tanto sua releitura histórica do desenvolvimento econômico nacional como as consequências do neoliberalismo para a economia e a sociedade.

¹⁷¹ Uma passagem de um artigo escrito à Folha de São Paulo em 29 de Março de 1997 ilustra seu pessimismo político, por força da reeleição de F. H. Cardoso. “É lamentável que a degeneração da relação política tenha chegado a tal ponto. Um país que lutou tanto e conquistou a duras penas a democracia, ainda que incipiente, e que viveu momentos memoráveis em sua história recente, não pode deixar-se sucumbir novamente em retrocessos. Em particular, a reeleição, da forma como está sendo urdida, cria incertezas quanto à consolidação da democracia e poderá servir para viabilizar a rearticulação das oligarquias regionais e mergulhar por décadas o país no atraso político”.

6.3.2.1. A questão do atraso histórico e dos pactos de dominação

Em Tavares (1999) e (2000), a autora retoma o artigo “*Problemas de industrialización avanzada...*” (1981) para fazer uma releitura do atraso nacional, partindo do mesmo ponto: o atraso histórico não está atrelado aos problemas do capitalismo tardio – este explica os problemas da modernização capitalista internacionalizada. Como vimos, em Tavares (1981) a autora se limitou a diferenciar os problemas da dinâmica da industrialização tardia dos problemas que emergiram da formação histórica da nossa sociedade, destacando, sobre último ponto, o atraso agrário e os problemas de ordem política (com explícita menção à atuação do estado brasileiro).

Em sua releitura, ganham expressamente relevo os pactos de dominação interna, que historicamente excluíram a população do “pacto democrático”, vale dizer do acesso à terra, à educação e ao trabalho. Os pactos de dominação interna passam por três ordens de fatores político-econômicos desde que o Brasil se tornou independente: i) os conflitos pela concessão de garantias para a apropriação privada do território como forma patrimonial de riqueza; ii) os conflitos entre as oligarquias regionais e o poder central; e, por fim, iii) as relações entre o dinheiro mundial, o dinheiro local e as finanças públicas.

Em seu entender, o atraso social esteve intimamente relacionado ao conservadorismo do Estado e das classes dominantes, em sua ideologia retrógrada.

A falta de acesso à terra, à educação e ao trabalho de nossa população rural e urbana, nunca pôde ser equacionada nos marcos do nosso precário estado de direito. Não por falta de “leis”, mas porque uma das marcas terríveis da nossa sociedade capitalista foi a descolagem completa entre a ideologia das elites bacharelistas, liberais ou libertárias e os pactos de poder ferozmente conservadores que conduziram o país através dos embates entre as cúpulas políticas territoriais e as cúpulas do poder ligadas ao império e ao dinheiro. (Tavares, 1999, p. 453).

A autora passa a mediar os problemas do desenvolvimento capitalista com os problemas da “revolução burguesa”. Florestan Fernandes empregou um conceito bastante preciso sobre “Revolução burguesa”:

“(...) a revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (Florestan Fernandes, apud Draibe, 2004, p. 11)

No nosso caso, segundo Tavares (1999), tratou-se de uma revolução burguesa incompleta, pois ainda que tenha possibilitado o avanço do desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa, não foi um processo democrático e tampouco foi capaz de dissolver formas sociais e políticas pretéritas, a despeito da modernização.

Nem os projetos ‘nacional-desenvolvimentistas’, nem os sucessivos pactos oligárquicos liberais ou autoritários, encontraram tempo, dinheiro ou razão suficiente para levar adiante a reforma agrária e o ensino básico universal, que todos proclamaram serem indispensáveis ao desenvolvimento de uma nação moderna, por intermédio de suas elites conservadoras mais lúcidas. O fato de a nossa “revolução burguesa” continuar “incompleta” não se justifica, pois, nem pelo caráter tardio do nosso capitalismo, nem porque os nossos burocratas de Estado sempre procuraram fazer a “revolução pelo alto”, já que isso não impediu muitos outros países de capitalismo tardio de levar a cabo as reformas agrárias e de ensino, requeridas pelas suas “modernizações conservadoras”. (Tavares, 1999, p. 454)¹⁷²

Entretanto, diferentemente de Furtado (1959), Tavares não transpõe o problema do atraso histórico contemporâneo aos problemas da época colonial, mas sim a partir do momento que o Brasil se constitui como uma nação independente.

Na verdade, a história vitoriosa da constituição do capitalismo no Brasil independente e os seus percalços e “desvios históricos” do ponto de vista da incorporação popular parecem dever pouco tanto à herança colonial quanto às ideias iluministas que animaram os corações e mentes de nossas elites bem-pensantes. Os fatos relevantes para a história social e política do país parecem ter sido sempre, desde o séc. XIX, a apropriação privada do território, as migrações rurais e rural-urbanas compulsórias da população, em busca de terra e trabalho, além da centralização e descentralização do próprio domínio do Estado nacional, ora férreo, ora frouxo, sobre um ‘pacto federativo’ que se revelou sempre precário desde a nossa constituição como país independente. (Tavares, 1999, p. 455)

Desde sua constituição, o Estado não gozou de um poder absoluto e nunca esteve alheio aos interesses retrógrados da classe dominantes: muito pelo contrário, sempre compactuou com eles¹⁷³.

¹⁷² Notamos que os termos empregados pela autora novamente nos remetem ao debate mais amplo sobre Estado e sociedade civil, na tradição marxista-gramsciana. Sônia Draibe (2004) e Carlos Nelson Coutinho (2012) lembram-nos da vantagem teórica do termo gramsciano “revolução pelo alto” para compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil. “(...) ao invés de ser o resultado de movimento populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos e de intervenção econômica do Estado. Neste sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (...), encontraram uma solução pelo alto, ou seja, elitista e antipopular” (Coutinho, 2012:196 – grifos nossos)

¹⁷³ É bastante evidente a transposição das ideias de Poulantzas em Conceição Tavares (1999). Segundo o sociólogo grego, “A característica, própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral dum conjunto nacional-popular não constitui assim uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse Estado pode efetivamente satisfazer, dentro desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; mais: pode fazê-lo, sem que no entanto, o poder político seja atingido. É de resto evidente que não é possível traçar, de uma vez por todas esse

Ordem e Progresso sempre significaram domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação “familiar” de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica, positiva ou liberal, das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo da ‘sociedade civil’ sobre como governar em forma democrática o nosso país. (Tavares, 1999, p. 455)

Para a autora, as razões últimas da persistência do atraso e subdesenvolvimento brasileiro residem fundamentalmente nesses elementos que impedem que completemos nossa revolução democrática burguesa. “A heterogeneidade social explica-se sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação de capital, em condições que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmam a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra”. (Tavares, 1999, p. 455). Ou ainda,

As forças expansivas dos donos do império, do território e do dinheiro, sobrepuseram-se sempre aos interesses da vida da maioria da população brasileira. Nos seus caminhos de dominação, sempre em busca da ‘modernidade’, podem ser encontradas as razões da riqueza e da miséria da nação. (Tavares, 1999, p. 457 – grifos nossos)

Em Tavares (2000) a autora fundamenta os elementos que mantiveram o pacto de dominação férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro. Segundo Tavares, “A explicação para a permanência desta sagrada aliança envolve três ordens de relação estruturais que sustentam o pacto de dominação...” (2000, p. 137): terra, controle oligárquico do Estado e dependência financeira do exterior.

- **Enorme concentração da terra, como forma concreta de acumulação patrimonial da riqueza capitalista.** Trata-se de um problema estrutural que antecede os problemas do capitalismo tardio e agrava a questão da exclusão social. “É isto que explica o papel permanente do capital agrário na acumulação de capital e na dominação burguesa. Assim, um fator fundador de nosso capitalismo tardio converte-se num elemento fundamental da dinâmica capitalista até nossos dias. A existência de novas formas de ‘acumulação primitiva’, sempre reinventadas na expansão da fronteira econômico-territorial – periodicamente fechada

limite de dominação hegemônica: ele depende tanto da relação das forças em luta com o das formas do Estado, da articulação das suas funções, da relação entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado” (Poulantzas, 1971, p. 13). O conceito de bloco de poder também ajuda-nos a compreender a articulação entre o Estado capitalista e as classes dominantes "...o conceito de bloco de poder (...) indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classes politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estádios típicos" (Poulantzas, 1971, p. 67)

e reaberta mediante a exploração predatória de recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas submetidas a todas as formas de exploração conhecidas – só faz agravar o problema da exclusão econômico-social” (Ibid., p. 137). Não é difícil perceber a clara convergência deste ponto com a questão do “atraso agrário” mencionada em Tavares (1981).

- **Relações patrimonialistas (Império/Estado).** As relações de controle das oligarquias regionais sobre o poder central, no tocante à distribuição e apropriação dos fundos públicos, também dão forma a uma estrutura social de permanente exclusão social. “...a releitura das políticas econômicas dos últimos cem anos nos conduziria fatalmente a uma ‘macroeconomia da riqueza’ e não a uma macroeconomia definida pela renda e pelo emprego. Assim, todas as tentativas reformistas visando à democratização da propriedade ou à ampliação dos direitos sociais encontraram sempre resistências ferozes e tenderam sistematicamente a extravasar os limites de tolerância do pacto oligárquico de dominação interna, estabelecido pelo famoso ‘pacto de compromisso’ das elites locais e regionais” (Ibid., p. 140)

- **Relações de dominação entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional (Dinheiro).** A autora ressalta o caráter dependente de nossa burguesia frente ao capitalismo financeiro internacional, em uma relação de clara desvantagem, pois historicamente foi dependente financeiramente do exterior, o que dificultou o manejo público do dinheiro nacional. “O resultado histórico é que nossa moeda foi quase sempre inconversível e tende secularmente à depreciação, tornando vulneráveis várias frações da burguesia, além, naturalmente, de prejudicar as condições de vida do povo” (Tavares, 2000, p. 138)

Segundo a autora, a luta de classes é um tema difícil de ser trabalhado em um capitalismo onde sequer as três mercadorias especiais (terra, trabalho e dinheiro¹⁷⁴) se transformaram em “mercadorias gerais universalizantes”, isto é, num capitalismo com vários problemas mal resolvidos, pois “nenhum desses ‘mercados’ (...) funcionou a contento no Brasil até o final do século XX” (p. 143).

- *Terra*: a autora lembra que o mercado de terras no Brasil sempre foi uma “ficção” tanto do ponto de vista jurídico como social. A lei de terras de 1850 estabeleceu formalmente um mercado, mediante escritura registrada em cartório privados, “que dão fé pública”. São eles que protagonizaram “...verdadeiros estelionatos que geraram

¹⁷⁴ Numa clara referência a Karl Polanyi, em *A Grande Transformação*.

a fortuna súbita de vários aventureiros e provocaram a ruína e expulsão de milhares de ocupantes, posseiros, assentados e trabalhadores da terra” (Ibid., p. 144). Continua a autora, “A terra continua a ser hoje, depois de quase 200 anos da proclamação da Independência, um instrumento de domínio político e de valorização provada e nem sequer se tornou (...) predominantemente um fator de produção” (Idem, Ibid.,).

- *Dinheiro*: sobre o “mercado do dinheiro” Tavares chama atenção para o fato de sua permanente regressão, no tocante ao seu caráter eminentemente especulativo – ponto que vamos discutir no próximo capítulo.
- *Trabalho*: em relação ao mercado de trabalho, a autora lembra que sua formação foi lenta e dolorosa, tendo em vista que “...uma parcela muito numerosa da população é excluída de forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis, mas não especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa” (Ibid., pp. 145-6). Continua a autora,

A precariedade das relações de trabalho dos homens livres nas brechas, sombras e resíduos da grande empresa mercantil-escravista repete-se sob mil formas nos períodos seguintes do desenvolvimento do trabalho assalariado, no complexo cafeeiro (integração-expulsão), e mesmo no processo de industrialização (rotatividade, informalidade e terceirização), para não falar da construção civil. (Tavares, 2000, p. 146).

Tais considerações não deixam de conter um fundo político de militância da autora, contra a regressão social, política e econômica ocorrida no Brasil nos anos 90.

6.3.2.2. As consequências do neoliberalismo tardio: nem estabilidade nem desenvolvimento

O ceticismo sobre a real eficácia econômica das políticas de liberalização e desregulamentação financeira implementadas a partir de 1990 no Governo Collor, bem como seu aprofundamento durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – liberalização comercial, flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do Estado e privatizações – dá o tom do pessimismo econômico de Maria da Conceição Tavares em suas reflexões sobre o Brasil na década de 90 e início do século XXI¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Uma das maiores evidências da fase pessimista da autora pode ser encontrada em seu diagnóstico catastrofista da crise cambial de 1999. Segundo a autora, “Ou existem forças políticas internas, surgidas da própria crise brasileira, capazes de mudar a natureza do atual pacto político de dominação, ou seremos aniquilados enquanto esperamos uma nova rodada de agravamento das crises asiática, russa e latino-americana, que liquidem de vez o Consenso de Washington e o nosso cassino financeiro. A continuarem as tendências à desnacionalização e à submissão ao capital

Após a prolongada década de crise da dívida, as medidas liberalizantes dos anos 90 dão início ao retorno do capital especulativo ao Brasil, a despeito do caos econômico, social e político que imperava no país. Em sua visão, o tom altamente conservador da política econômica a tornava inócua para qualquer um dos seus objetivos: estabilidade ou desenvolvimento econômico.

Tanto a estabilização quanto a retomada do desenvolvimento requereriam uma mudança substantiva no pacto de poder político liberal-conservador que atualmente administra a crise brasileira. Só um bloco novo de poder político seria capaz de pôr em funcionamento, sob restrição externa severa, a atual capacidade produtiva do país, através da criação de um novo sistema de crédito interno e de um novo tipo de inserção internacional, que só aceitasse o comércio e o investimento produtivo e excluísse de vez a nossa participação na ‘ciranda financeira internacional’ (Tavares, 1999, p. 480)

A incapacidade de autoregulação dos mercados financeiros globalizados esteriliza qualquer tipo de estabilidade monetária duradoura, obrigando os países periféricos a recorrerem a uma política monetária altamente restritiva com o único objetivo de ter sua moeda “convertível” no mercado internacional “por algum tempo”, pois periodicamente as mesmas são submetidas a intensas flutuações, dada a alta volatilidade do movimento de capitais – o que trazia sérios impactos ao balanço de pagamentos. Desta forma, além de não terem eficácia para promover a estabilidade monetária, estas políticas trazem enormes instabilidades macroeconômicas para a periferia do sistema.

Qualquer perturbação na valorização no centro do sistema, tem provocado deslocamentos fortes no movimento de entrada e saída de capitais nos chamados mercados emergentes, tanto de investimento direto quanto de capital especulativo. Nas últimas três décadas a direção dos fluxos de capital já se inverteram várias vezes, provocando flutuações acentuadas no balanço de pagamentos entre as regiões. (Tavares, 1999, p. 483)

Neste contexto, em seu entender, perdem qualquer validade teórica os argumentos que buscam defender os ajustes recessivos em nome de uma “credibilidade” da política econômica da periferia.

...ao contrário da ‘boa doutrina’, não há garantia de estabilidade com os mercados financeiros livres, independentemente da existência, ou não, de ‘fundamentos macroeconômicos’ equilibrados. Numa economia mundial em que o cassino se tornou global, a ‘eutanásia do rentista’ de Keynes é impraticável e os desequilíbrios patrimoniais dos agentes econômicos são muito mais relevantes que os desequilíbrios de renda e emprego da versão dos modelos keynesianos. (...) O velho monetarismo liberal, por sua vez, sob a égide das políticas do FMI, é

especulativo, o Estado nacional brasileiro será totalmente desmantelado e correremos o risco a médio prazo de acabar como ‘domínio’ dos EUA” (Tavares, 1999, 496-7).

apenas um chicote que se aplica aos países sem poder econômico e político, e que os obriga a um ‘ajuste’ permanente, do qual não se vislumbra perspectiva de saída estável. (Tavares, 1999, p. 483)

A saída deste labirinto estaria, em sua visão, na ampla representação política de interesses voltados às classes trabalhadoras, que alterasse radicalmente os pactos de dominação interna e libertasse o Brasil das políticas conservadoras.

Apesar de severa crítica da condução da política econômica conservadora conduzida durante os últimos anos (especialmente até 2008), Conceição Tavares reconhece os avanços que o Brasil teve por meio das políticas sociais desde 2003, de tal modo que a sociedade brasileira pôde reduzir seus níveis de desigualdade.

O Brasil está conseguindo fazer políticas sociais avançadas. Nosso andamento é diferente dos demais. Nós fizemos o nosso Estado de bem-estar, formalmente, na Constituição de 1988. Tratava-se de uma construção política bonita a ser realizada. E hoje, a gente consegue, no governo do PT, fazer políticas sociais avançadas. Está diminuindo o número de miseráveis, com o conseqüente aumento da base da sociedade organizada. Estava tudo tão atrasado que dava para fazer. O salário mínimo multiplicou algumas vezes. As taxas de emprego nunca foram tão altas. A massa dos pobres está sumindo devagarinho. A ideia de uma malta ascendente, de que a desigualdade está diminuindo, é fato, todo mundo sabe. Não há como esconder. Foi deliberado. (...). A redução da desigualdade é a única coisa que se pode dizer que o PT cumpriu. O resto... (Tavares, 2014, pp. 26-7)

A economista, em depoimentos recentes, não deixa de exibir um triste olhar diante pelo diagnóstico de esvaimento das grandes utopias que inebriaram a luta popular, a gestão estatal e a mente burguesa no capitalismo até fins do século XX. A inércia do mundo é a contraface da *era da distopia*.

As vanguardas desapareceram. Com o esboroamento das utopias, esvaíram-se também as ideias de socialismo, do Estado de bem-estar e o planejamento econômico. O mercado e o neoliberalismo são incompatíveis com a ideia de sociedade organizada e de Estado planejador. A palavra “plano” simplesmente entrou em desuso! No bolo da globalização, da desregulamentação do Estado, dos mercados, criou-se uma economia transnacional, sem fronteiras. Você opera com filiais em qualquer parte do mundo. Qualquer coisa que você compre hoje, as peças vêm não se sabe de onde. É difícil planejar assim. Parece que o modo de pensar a história como um movimento na direção da igualdade, teve seu período de esgotamento. É difícil hoje alguém acreditar na igualdade. Acredita-se, em países em desenvolvimento, na luta contra a desigualdade. Mas na construção de uma sociedade igualitária, não. (...) Enfim, como a história não ilumina mais o futuro, na forma de uma ideologia, as pessoas estão perdidas, não sabem como se guiar do ponto de vista político,

econômico. E com isso a história parece que não se move. O futuro fica ilegível, amorfo. (Tavares, 2014, pp. 23-4)

Capítulo 7 – Algumas considerações sobre o capitalismo financeiro no Brasil

Deixamos reservado para o último capítulo um dos temas mais recorrentes no pensamento econômico de Conceição Tavares: os problemas do capitalismo financeiro no Brasil. Por se tratar de um tema presente em todas as fases de pensamento, acreditamos que esta categoria mereça um tratamento especial. Como a própria autora reconheceu:

A minha obsessão sobre a intermediação financeira interna e a falta de um capitalismo financeiro digno deste nome, que permitisse à monopolização produtiva evoluir para uma eficaz centralização de capital, percorre todos os meus ensaios, desde 1967 até os mais recentes. (Tavares, 1999, p. 476)

De acordo com Carlos Lessa na apresentação da coletânea de ensaios “*Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*”, Maria da Conceição Tavares concentrava suas atenções sobre o “reinado do capitalismo financeiro”, uma vez que não se tratava apenas de dar conta, como Hilferding, da figura do capital financeiro, mas de compreender como o próprio sistema apresentava-se como um capitalismo financeiro. Como já apresentamos os conceitos de acumulação e do capital financeiro (item 4.3), bem como alguns traços históricos das reformas financeiras realizadas durante o Paeg (item 5.2.3.1), o objetivo deste capítulo é apenas o de compreender as reflexões da autora sobre os problemas do capitalismo financeiro no Brasil, especialmente sua especificidade em relação aos países centrais.

Ao longo do capítulo 4 procuramos deixar claro que o desenvolvimento do capitalismo cria as próprias condições para a emergência de novas formas de capital (o portador de juros e o fictício), que alteram a forma da concorrência capitalista.

Fatores como o acirramento da competição intercapitalista mundial e o desenvolvimento dos mercados de crédito e de capitais levaram as empresas a articular melhor seus objetivos operacionais e financeiros, com vistas a alavancar o processo de acumulação de capital, muitas vezes assumindo riscos crescentes. É assim que se desenvolveram novas formas de organização empresarial no século XX: os chamados conglomerados.

A estratégia de expansão do conglomerado consiste em diversificar a produção e os investimentos nos principais setores dinâmicos da economia, tendo em vista as condições do mercado interno e internacional. Essa expansão se verifica a partir de um núcleo financeiro

central que tem poder de emissão praticamente ilimitada em favor das empresas conglomeradas e que mantém sob controle um imenso poder de acumulação graças às relações intersetoriais dentro do grupo e às suas enormes economias de aglomeração. (Tavares, 1971, p. 239-40)

Conforme já se argumentou anteriormente, a expansão financeira brasileira ocorrida no período 1964/70 mudou substancialmente os esquemas de financiamento do setor público e privado, seja por meio da colocação de ativos não-monetários junto ao público, seja por meio da captação de recursos no exterior. Para fins de esclarecimento, e com o perdão da redundância, dois pontos devem estar claros antes de apresentar os desdobramentos da análise de Conceição Tavares.

O primeiro deles é que, à luz de Hilferding e Hobson, pode-se dizer que, já em fins do século XIX e início do século XX, nos capitalismo retardatários como Alemanha e Estados Unidos a forma financeira do sistema já estava madura, estando o capitalismo já em sua forma mais avançada, em sua fase ‘monopolista’. Outro ponto que se deve ter em mente é o fato de que o desdobramento das funções financeiras aparece tardiamente no sistema bancário brasileiro (e latino-americano em geral). Agora, para entender a diferença entre os ‘capitalismos financeiros’ resta traçar as características principais de cada um.

Acerca dos sistemas financeiros nas economias desenvolvidas, Tavares destaca três funções e características institucionais básicas:

“(…) 1) criar crédito ampliado com base na ampliação das relações débito-crédito entre empresas, famílias e instituições financeiras; 2) intermediar a transferência de capital de empréstimo através da diversificação e da acumulação de ativos financeiros suscetíveis de utilização por parte das empresas e instituições superavitárias; 3) o sistema financeiro deveria gerir e direcionar os volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte aos movimentos da acumulação real, especialmente quando se trata de avançar capital para projetos de grande porte e largos prazos de maturação. É nesta dimensão ativa que o sistema financeiro atua como condutor (...) do processo de monopolização de capital, acumulando a fusão e cruzamento de grandes grupos e blocos capitalistas.” (Tavares, 1978, p.141)

No caso brasileiro, a autora aponta que as duas primeiras funções – criação de crédito e intermediação financeira – foram efetivamente desenvolvidas pelo sistema financeiro privado nacional. Já para a terceira, a de “dar suporte aos movimentos da acumulação real”, ele se mostrou completamente incapaz.

No Brasil, pela própria criação segmentada do sistema financeiro nacional, houve certa ‘especialização funcional do crédito’. O setor imobiliário, por exemplo, contou com o Banco Nacional da Habitação (BNH) (Tavares, 1978, p. 142); o financiamento de consumo de bens duráveis (endividamento familiar), a produção corrente e a acumulação de estoque das

empresas (por não exigirem prazos longos de maturação) puderam contar com as Financeiras e os Bancos de Investimento (Idem, *ibidem*, p. 143). Estes exemplos mostram que de fato, a função “*criar crédito*” foi cumprida pelo sistema financeiro nacional.

Em relação à segunda característica, a “intermediação financeira”, a economista se apoia em estatísticas sobre a estrutura de haveres financeiros em poder do público antes e depois reforma para mostrar que os ativos não monetários quadruplicaram sua importância dentre os ativos financeiros, chegando a representar cerca de 40% em 1970 –, vindo de uma parca representação (cerca de 12%) do total em poder do público, em 1964.

Enquanto os ativos monetários (papel moeda e depósitos à vista) representavam, em 1964 (antes da Reforma), 88% dos haveres financeiros em poder do público, já em 1978 estes ativos representavam apenas 31% do total. Esta comparação ilustra bem a velocidade com que a circulação financeira se desenvolveu no Brasil: em pouco mais de 10 anos a expansão dos ativos financeiros líquidos em relação ao volume dos ativos monetários alcançou uma proporção correspondente àquela alcançada nos Estados Unidos depois de quase 100 anos de revolução. (Idem, *ibidem*, p.146)

Assim, sobre a “intermediação financeira”, embora já manifeste certa distinção em relação ao ‘velho capitalismo’, também pode-se dizer que foi desempenhada pelo sistema financeiro nacional. Segundo Tavares, é distinta pelo fato de que no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, a intermediação financeira não foi ancorada em sólidas instituições privadas financeiras de grande porte como Associações de Poupança e Empréstimos, os Bancos de Poupança Mútua, os *Trust Funds* e as grandes Companhias de Seguros (Tavares, 1978, p. 148). Mas de qualquer forma “(...) *o sistema financeiro nacional desenvolveu de forma rápida e elástica as duas primeiras funções já mencionadas*” (Ibid., p.143)

Entretanto, a terceira função (“...de gerir grandes massas financeiras no sentido de mover o processo de centralização do capital...”) não foi efetivamente desenvolvida pelo sistema financeiro nacional, em qualquer de suas modalidades, pública e privada. A rigor, a autora dirá que, de maneira muita **passiva**, esta função foi realizada pelo sistema financeiro público. Vejamos como a autora expõe este ponto, que é o mais importante a reter aqui.

Dado o contexto em que as reformas financeiras foram implementadas – que era o de ‘criar mecanismos atrativos de capitais externos’ – foram desenvolvidas, conforme descrito no capítulo anterior, sofisticadas operações financeiras, porém todas voltadas apenas às operações de curto-prazo.

Sabendo que as indústrias necessitam de operações na forma de empréstimos que condensem grandes volumes de capitais com longos prazos de maturação, o mercado de

capitais nacional não desenvolveu uma estrutura capaz de oferecer suporte à acumulação real, diferentemente dos casos clássicos (alemão e norte-americano). A rigor, na visão de Conceição Tavares, esta é a maior das especificidades do sistema financeiro brasileiro.

A explicação disso decorre das estruturas de juros praticadas no Brasil. Por serem estruturalmente altas, comparativamente aos países avançados, as taxas de juros nacionais desestimulavam o crédito industrial de longo prazo. Assim é plausível compreender o porquê de, já no nascedouro do capitalismo regido pelas finanças, os recursos serem direcionados em franco favor da esfera improdutiva, não real, da economia.

O problema da instabilidade estrutural deste processo de expansão financeira não está apenas na divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e financeiros, mas sim no caráter recorrente do processo em curso, que tende a uma redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira” (Tavares, 1971, p. 245)

Conceição Tavares revela que em 1970 os bancos estatais, bancos de investimento e demais financeiras apresentam em seus balanços taxas de lucro oscilantes entre 30 a 50%, enquanto que a rentabilidade média para o conjunto das empresas da amostra foi de apenas 11,5%, sendo que alguns setores (como o químico, farmacêutico e plástico) chegaram a apresentar taxas negativas (Tavares, 1971, p. 244).

Esse processo de expansão especulativa mantém uma permanente tensão inflacionária e esteriliza do ponto de vista macroeconômico, volumes crescentes de poupanças, num verdadeiro **círculo vicioso de acumulação improdutiva**. (Idem, ibidem, p. 245 – grifos nossos)

Nem mesmo os bancos de investimento foram capazes de representar um contraponto a esta tendência, na medida em que eles próprios também desempenhavam funções notavelmente especulativas.

Os bancos de investimento eram na verdade bancos especulativos, bancos para transformar ativos, mas não eram bancos para financiar. E achavam que com aquela estrutura financeira, eles iriam desenvolver um mercado de capitais que desse conta de tanto. Só que não desenvolveu coisa nenhuma! (Tavares, 1971, p. 245)

Da mesma forma, em outro depoimento, a economista mostra que

[...] Do ponto de vista do financiamento privado da indústria nacional, a reforma do mercado de capital do governo Castello Branco, que optou por copiar o modelo americano de sistema financeiro, nunca foi bem-sucedida. A tentativa de Roberto Campos de utilizar o sistema

bancário nacional segmentado, associando o capital financeiro internacional através de bancos de investimento, fracassou exemplarmente. (Tavares, 1999, p. 465)¹⁷⁶

Com efeito, mostrada a incapacidade do sistema financeiro privado de prover créditos de longo prazo ao setor industrial, pode-se dar continuidade ao estudo, focando agora no sistema financeiro público.

Mesmo reconhecendo o importante papel que cumpriu o BNDE ao longo do processo de desenvolvimento econômico nacional, sendo o único banco encarregado de fornecer empréstimo a longo prazo, Conceição Tavares defende ser um erro afirmar que este banco tenha cumprido a função de “capital financeiro” no Brasil. Neste ponto a autora de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Luciano Coutinho. Segundo tais autores,

A abertura de novas fronteiras de acumulação passa sempre pela mediação do Estado e pela expansão do subsistema afiliado (das empresas estrangeiras), o que impõe um caráter instável e limitado ao processo de monopolização de capital privado nacional. Dentro desta estrutura, *et pour cause*, o Estado constitui formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais **cumprindo o papel desempenhado pelo capital financeiro nas industrializações avançadas**. (Coutinho & Belluzzo, 1978, p. – grifos no original).

Para evitar mal-entendidos, a autora procura qualificar cuidadosamente a citação de Coutinho e Belluzzo, no que se refere à função financeira do Estado. Para Tavares, de fato, são as instituições de fomento e desenvolvimento do Estado (notadamente o BNDE) os principais agentes de crédito e financiamento para projetos de larga escala e longos prazos de maturação (Tavares, 1978, p. 145). Entretanto, a economista acrescenta que as instituições financeiras públicas cumprem apenas o lado “passivo”¹⁷⁷ da função financeira, isto é, a de aportar massas de capital, sob diversas formas, inclusive a de crédito subsidiado. Em outras palavras, o sistema financeiro público não participa como sujeito do processo de monopolização do capital, que lhe é exterior.

Mesmo composto por instituições que prestam apoio e suporte ao processo de monopolização engendrado pelo enfrentamento dinâmico dos grandes blocos de capital, as instituições do sistema financeiro público “(...) **não participam deste processo na qualidade de capital financeiro** autônomo que busca centralizar sob seu comando e controle acionários os capitais que concentra como capital próprio”. (Tavares, 1978, p. 144 – grifos nossos)

¹⁷⁶ Uma declaração do próprio Roberto Campos à época é por si reveladora: “(...) os bancos de investimento, enquanto agências de financiamento a largo prazo e apoio aos investimentos das empresas, trabalham realmente a curto prazo e médio prazo e a única especialização ocorrida foi a de reservar para as financeiras o financiamento ao consumo e para os bancos de investimento o financiamento do capital de giro”. (Campos apud Tavares, 1971, p. 250)

¹⁷⁷ Não confundir com a dimensão “ativa” e “passiva” do capital financeiro, discutidas no item 4.3.

Este aspecto é inteiramente distinto e específico e não deve ser confundido com o fato de que algumas grandes empresas produtivas estatais, estruturadas na forma de organizações capitalistas autônomas, sejam agentes de monopolização, participando como protagonistas do movimento geral da estrutura monopolista, movimento este que sempre precisa ser articulado através de negociações transacionadas no âmbito do Estado. É exatamente por isso que, em sua visão, “(...) **o Estado** apenas ‘cumpre o papel’ do capital financeiro, mas **não realiza**, neste ato, **a constituição efetiva do capital financeiro** como agente ativo do processo de centralização do capital”. (Tavares, 1978, p. 144)

Logo, o sistema financeiro privado no Brasil é distinto daquele do velho capitalismo internacional, por seu caráter especulativo, curto-prazista, incapaz de desencadear forças que oferecessem suporte à acumulação real de capital. Já o sistema financeiro público, quando muito, representava o aporte de massas de capital convertidas em crédito, não atuando no cerne do processo de acumulação capitalista. Reside neste fato a especificidade do sistema financeiro nacional.

Entretanto, apesar da especificidade do desenvolvimento das relações financeiras no Brasil, houve a conglomeração de interesses entre bancos e indústria, que também foi específica na opinião de Conceição Tavares. Este ponto viria a ser trabalhado em um artigo escrito em 1999 em parceria com José Carlos Miranda, em que os autores tratam da especificidade da conglomeração industrial e financeira no Brasil, buscando fatores que auxiliem na compreensão do processo de formação do capitalismo financeiro nacional.

A pergunta que os autores têm em mente é “*Por que os grupos econômicos nacionais não possuem os atributos que levaram ao desenvolvimento das atuais corporações americanas, das grandes empresas alemãs ou dos conglomerados japoneses e, no entanto, fizeram conglomeração tanto no setor produtivo quanto no setor bancário?*” (Tavares e Miranda, 1999, p. 327) A resposta, no entanto, está no emblemático processo de desenvolvimento econômico, a começar pelo processo de substituição de importações.

Lembram-nos os autores que, durante o período de substituição de importações, houve uma enorme expansão e diversificação da indústria brasileira para suprir a demanda interna. Nesse período, se consolidam as empresas brasileiras de gestão familiar, algumas das quais chegaram a constituir conglomerados informais superdimensionados e diversificados setorialmente, sendo motivados pela dispersão do risco patrimonial¹⁷⁸, isto é, ao contrário dos

¹⁷⁸ Tavares & Miranda elencam alguns grandes grupos que surgiram nesta época. “*Datam desse período a expansão e criação das empresas originárias da maioria dos atuais maiores grupos nacionais: a atual Metalúrgica Gerdau,*

clássicos conglomerados que objetivavam alavancar a acumulação de capital e conquistar novos mercados – incorrendo nos riscos do empreendimento.

Neste sentido, preocupações com sinergias inter ou intra-setoriais estavam predominantemente ausentes da gestão industrial, mas, mesmo assim, havia uma forte acumulação interna de capital decorrente das elevadas taxas de retorno do investimento incremental. Assim, o elevado “potencial endógeno de acumulação” (isto é, os lucros retidos) garantia aos grandes grupos os mecanismos de autofinanciamento, por conta da proteção estatal durante o processo de substituição de importações.

Lembram os autores que à medida que o processo de substituição de importações se aprofundava, o elevado protecionismo do mercado interno garantia aos grupos nacionais altas taxas de retorno pela expansão corrente do nível de atividade. Os bancos regionais (mineiros, paulistas e cariocas) detinham o controle das atividades financeiras dos grupos industriais, desde que não exigissem longos prazos de maturação dos empréstimos. Havendo demanda por crédito de longo prazo, o BNDE, instituição pública de crédito de longo prazo, respondia às metas de investimento público, e também privado, principalmente em infra-estrutura.

[A época do Processo de Substituição de Importações] foi um período em que a estruturação patrimonial privada assentou-se em mecanismos *ad hoc* de criação de crédito e de *finance* pelo Estado e bancos privados brasileiros e em um potencial endógeno de acumulação das empresas, garantido pelas políticas cambial e comercial subjacentes ao modelo substitutivo. (Idem, *ibidem*, p. 332)

Dadas as limitações do sistema financeiro nacional – na medida em que não foi capaz de oferecer suporte à concentração e centralização de capital –, os grupos industriais aproveitaram a nova regulamentação das sociedades de capital aberto para consolidar suas posições de grupo econômico. Isto é, embora o capital familiar mantivesse o controle acionário de seus negócios (o que ocorreu ao menos até o início dos anos 1980), os grandes grupos industriais passaram a usar o mercado de capitais como alternativa de valorização do capital social das empresas, auferindo rendas patrimoniais. Este fato não só põe em evidência o chamado “*círculo vicioso de acumulação improdutiva*”, mas também caracteriza o chamado

originária da Fábrica de Pregos João Gerdau & Filho (1901), que, com a aquisição da Siderurgia Rio-Grandense (1948), constituiu o núcleo do primeiro grupo siderúrgico privado brasileiro; a Votorantim (1917), cujo capital diversifica-se para produção de cimento, química e siderurgia nos anos 1930 e para papel, alumínio e cerâmica na década de 1940; a empresa Pires, Villares Cia. De Comércio e Manufatura de Ferro e Aço (1918), que, já nos anos 1920, entra na fabricação de elevadores, culminando com a criação da Elevadores Atlas, em 1942, e dos Equipamentos Industriais Villares, em 1953.” (1999, p. 331)

modo ‘*rentista-patrimonialista*’ de acumulação das empresas industriais brasileiras¹⁷⁹. (Idem, *ibidem*, p. 330)

Portanto, este caráter ‘rentista-patrimonialista’ da acumulação nada mais é que o interesse dos grandes grupos nacionais em dispersar o risco, num contexto de restrições de financiamento, atuando em vários ramos – até no bancário – de modo a promover sua autossuficiência (diferentemente dos casos clássicos de acumulação de capital – Alemanha, Japão e Estados Unidos – em que as empresas visavam maior eficiência produtiva, incorporação de novas tecnologias e ampliação das economias de escala).

Este ‘modelo’ de acumulação de capital é reflexo do emblemático processo de monopolização no Brasil, que por sua vez é decorrente da própria incapacidade do sistema financeiro nacional de descongelar o capital industrial, de permitir sua mobilização e transferência intersetorial mediante uma fusão de interesses de todas as esferas de acumulação industrial, comercial e financeira, sob a égide desta última. O ‘modelo’ rentista-patrimonialista, portanto, foi levado a cabo pelas empresas nacionais com vistas essencialmente à manutenção das rendas e patrimônio empresariais dos grupos familiares. Em outras palavras, a acumulação de capital no Brasil, pelos grupos nacionais, não esteve atrelada ‘endogenamente à monopolização produtiva’.

Tento explicar o ceticismo que perpassa tanto a tese de Lessa quanto a minha sobre a natureza ‘avançada’ do processo de monopolização em curso, já que os ‘conglomerados financeiros’ (...) **não cumpriam a função do capital financeiro organizado em associação com o capital industrial** (a exemplo do caso alemão e japonês). Na verdade, não passavam de capital rentista e patrimonial, cuja dimensão de acumulação financeira não podia ser atrelada endogenamente à monopolização produtiva. (Tavares, 1999, p. 168-9)

A principal característica do capitalismo financeiro brasileiro é sua incapacidade de ter desenvolvido um ‘capital financeiro’ propriamente nacional. Deve-se lembrar que as políticas externas implementadas na gestão Campos-Bulhões construíram um importante elo de articulação entre o sistema financeiro doméstico e o sistema privado dos países capitalistas

¹⁷⁹ Tavares explica esse ‘modo de acumulação rentista-patrimonialista’, levado a cabo pelos grandes grupos nacionais, tomando como exemplo o caso do grupo Votorantim, na figura de Ermírio de Moraes. Diz a economista: “*O Ermírio de Moraes começou com o cimento, basicamente, depois foi para alumínio, depois foi para varias coisas outras, e no final, criou um banco dele, para financiar a ele mesmo (...) Este é um caso de conglomeração que só compete às empresas muito grandes. Quer dizer, não serve para alavancar a passagem da média à grande empresas*” (Tavares, 2010) – o que é bastante distante dos casos clássicos de fusão de distintas formas de capital (no sentido atribuído ao Capital Financeiro por Hilferding).

avançados – e esta “associação” se tornou extremamente hostil ao desenvolvimento de um sistema financeiro nacional orientado ao crédito de longo prazo.

Como é que você vai fazer um mercado de capitais se é tão mais barato trazer capital estrangeiro? E no contexto da financeirização, o que nós fazemos é trazer capital financeiro deles, mas para especular a curto prazo e capital de investimento direto para investir neles. Quer dizer, completamente ao contrário da acumulação interna clássica (Tavares, 2010)

Dessa forma, ao longo dos anos 60 a acumulação de capital dos grandes grupos tornou-se associada, não ainda diretamente através dos investimentos diretos estrangeiros, nem por divisão de tarefas complementares na cadeia industriais entre as empresas, como fora à época do Plano de Metas. Tornou-se associada ao sistema financeiro internacional dadas as circunstâncias tardias em que fora implementado o capitalismo financeiro no Brasil, momento em que havia no mundo um surto da liquidez internacional sem precedentes.

Por esse motivo, segundo Conceição Tavares, a centralização do capital financeiro no Brasil não implicou associação dos capitais industrial e comercial nacionais sob a hegemonia do capital bancário, conferindo a este último a possibilidade de promover uma maior centralização do capital em sua forma mais geral, do direito de propriedade e, portanto, o controle em última instância do processo global de acumulação. Portanto, “Não havia, assim, articulação definida entre a ação dos principais grupos financeiros majoritariamente nacionais e a ação de nossas maiores empresas ou grupos industriais” (Tavares e Miranda, 1999, p. 335)

As inúmeras fusões dos grupos financeiros realizadas à época não estavam atreladas a um projeto global de rearticulação patrimonial. Na realidade, representavam somente um processo de concentração do capital bancário, devido ao caráter fortemente competitivo e especulativo das instituições financeiras a partir de 1966. Ao contrário, se configurou uma estrutura marcadamente assimétrica no que diz respeito aos interesses e articulações entre grupos industriais e financeiros privados.

No caso brasileiro, a consolidação das grandes empresas esteve ligada a algum tipo de solidariedade entre finanças e indústria, porém, do tipo rentista-patrimonialista (...) não conduziu à formação de um verdadeiro capitalismo financeiro, característica do capitalismo monopolista moderno. (Tavares, 1999, p. 327)

No entender a autora, todo e qualquer processo de desenvolvimento industrial é impensável sem o desenvolvimento de canais de crédito do longo prazo. Historicamente, esta foi uma das maiores alavancas ao processo de acumulação de capital, sem a qual seria impossível compreender o salto (tecnológico e financeiro) alcançado pelo capitalismo

japonês, alemão e americano. Este é um dos problemas fundamentais do nosso capitalismo tardio, que ainda não foi superado.

Primeiro foram os capitalismos retardatários (alemão, japonês e norte-americano) que fizeram. Nós não podíamos fazer porque nem tínhamos industrialização, éramos agrário-exportadores. Depois quando começou o desenvolvimento da industrialização, que é tardio, não se formou o mercado de capitais. Mais tarde veio o neoliberalismo, a única coisa que a gente fez foi abrir o mercado de ações e de câmbio para fora, tá claro? Como, na verdade, as taxas de juros deles [exterior] são mais baixas, todos aqui começaram a tomar dinheiro fora e a usar investimento direto estrangeiro e não a fazer um mercado interno de capitais. Então isso é uma das razões pelas quais a estrangeirização, a internacionalização do capital ocorreu sempre, desde 1920 e mais forte desde o JK, com o tripé (uma parte estrangeira, uma parte estatal e uma parte nacional). (...) Acumulação financeira é de longo prazo, que eles não fazem, eles não financiam a longo. Isso é um dos problemas que se tem que enfrentar, porque se não vamos ter que depender do BNDES o tempo todo! Quer dizer, o único banco que empresta a longo é o BNDES e mais ninguém.

Conclusões: Capitalismo tardio, subdesenvolvimento e os determinantes em primeira e última instância

Na primeira parte deste trabalho, procuramos não só discutir as principais ideias dos autores estruturalistas, mas fundamentalmente compreender a unidade metodológica que existe entre todos eles, unidade esta que é representada pelo método histórico-estrutural. Conforme o caracterizamos na **Parte I** deste trabalho, trata-se de um método aberto e flexível, pois parte da análise indutiva, segundo a qual a teoria se move no tempo e no espaço (isto é, uma mesma teoria que se aplica a uma região/país num determinado tempo histórico pode perder validade em um momento subsequente). Ilustram este ponto, tanto a acomodação teórica do estruturalismo à nova realidade da década de 1960 como a passagem da primeira à segunda fase de pensamento de Tavares. Como vimos, as reflexões de Conceição Tavares em sua primeira fase de pensamento inserem-se no novo contexto histórico-intelectual de reavaliação teórica e autocrítica institucional da Cepal. Da mesma forma a passagem da segunda à terceira fase de seu pensamento explica-se, como procuramos salientar, por uma mudança no contexto internacional do capitalismo.

Ainda que grande parte das teses de Tavares esteja ancorada em Kalecki/Steindl (isto é, nos teóricos que procuraram enfatizar os determinantes do investimento), é igualmente verdadeiro que Tavares não introduziu tais teorias à martelada na realidade periférica. Na

verdade, a autora procurou repensar e criticar não poucos pontos destas teorias antes de aplicá-las à realidade brasileira, isto é, buscou atualizá-las e adequá-las conceitualmente às especificidades da região/país (conforme procuramos indicar nas **partes II e III** deste trabalho). Não é porque as teorias foram elaboradas nas economias centrais que elas devem ser inteiramente descartadas para se compreender a dinâmica capitalista periférica. Na verdade, Tavares parece seguir à risca um sábio provérbio alemão: “*Das Kind mit dem Bade ausschütten*”¹⁸⁰. Curioso que este mesmo provérbio ajuda-nos a compreender a importância de outro ponto central em Tavares: a questão dos determinantes em primeira e última instância antes e pós 1980. Entretanto, antes de discutirmos este ponto, revisamos algumas questões fundamentais no pensamento da autora.

Da sua fase cepalina, além do esforço de síntese do artigo *Auge e declínio...*, chamamos atenção para o pioneirismo do artigo *Além da Estagnação*, onde a autora antecipou muito elementos que seriam retomados e aprofundados em uma nova problemática, tanto no artigo *Distribuição de renda, acumulação...* (1973) como em sua tese *Acumulação de capital...* (1974), que estreiam a sua segunda fase de pensamento. A despeito das evidentes e já discutidas divergências entre ambas as fases, gostaríamos de chamar atenção para as convergências entre o artigo de 1972, o de 1973 e a tese de 1974. Em todos eles a autora procurou:

- i) Repudiar o viés estagnacionista presente nas análises de Furtado (1966 e 1967);
- ii) Ressaltar o movimento cíclico da economia brasileira, em acordo com Ignácio Rangel;
- iii) Mostrar, de modos diferentes, que na economia e sociedade brasileira os elementos arcaicos convivem com elementos de capitalismo avançado, em consonância com Pinto (1965, 1970 e 1976) e Vuskovic (1970).
- iv) Chamar atenção para o fato de que o excedente (diferencial entre salários e produtividade do trabalho) é o que impulsiona os investimentos (e os investimentos podem ser estimulados mesmo com os salários em expansão), visão estranha a Furtado (1966); e
- v) Tornar claro que os problemas de distribuição de renda não devem ser creditados ao tipo de tecnologia (intensiva em capital), mas à orientação dos investimentos (da produção), em clara discordância com Prebisch (1948, 1952 e 1963);

Na tese de 1974 a autora aprofundou sua análise sobre os bloqueios do desenvolvimento capitalista, destacando o fato de que, ainda que o movimento do capital

¹⁸⁰ “*Não jogue o bebê fora junto com a água do banho*”.

estivesse autodeterminado (pela implantação do D_I), a estrutura industrial seguia muito concentrada nos setores tradicionais – o que, sob a liderança industrial do D_{II} , gerava profundos desequilíbrios na estrutura industrial e explicava a brevidade dos ciclos econômicos.

A importância da implantação do departamento produtor de bens de produção não deve ser interpretada como um axioma “desenvolvimentista”, como se os problemas nacionais (como heterogeneidade, pobreza, subdesenvolvimento e dependência) fossem ser equacionados caso esse departamento viesse a preponderar na estrutura industrial. Nada tão distante do pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares como esta ideia, e dizemos isto por dois motivos fundamentais.

Em primeiro lugar, com o conceito de autodeterminação do capital, a autora procura ressaltar não apenas a superação de obstáculos colocados pela base técnica para a geração de mais-valia, com a internalização de um departamento produtor de máquinas a partir de máquinas, como em Cardoso de Mello (1975) e Belluzzo (1975). Ela também aponta para a incapacidade de sustentação do crescimento econômico depois da realização de investimentos que, inevitavelmente, implicarão desaceleração cíclica independentemente do comportamento da demanda externa e da evolução do balanço de pagamentos. Para entender essa novidade histórica, a autora recorre aos modelos kaleckianos e steindlianos, devidamente criticados e adaptados à análise de uma economia que passava a ter um comportamento cíclico mais semelhante ao das economias capitalistas desenvolvidas, guardando, porém, diversas especificidades. As duas teses de envergadura de Tavares (1974 e 1978) têm a mesma estrutura: a autora parte das considerações teórico-abstratas do capitalismo mundial para então seguir a leitura histórico-concreta do desenvolvimento capitalista das periferias, analisando particularmente o caso brasileiro e os percalços do crescimento autossustentado.

Em segundo lugar, a autora defende que completar a estrutura industrial é uma condição *sine qua non*, **porém não suficiente para equacionar o subdesenvolvimento das economias capitalistas tardias** – ideia fortemente presente em Tavares (1974), como vimos. Já em 1972 (p. 172), em artigo com José Serra, a autora escrevia que “O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isso significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos).” Em 1978, a autora voltaria a enfatizar este ponto,

quando afirmou que “...resolver o problema do atraso industrial num capitalismo tardio não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza” (1978, p. 90).

É condição *sine qua non* tendo em vista os benefícios de uma estrutura industrial de alta complexidade tecnológica. Do ponto de vista macroeconômico, poderíamos destacar, grosso modo, o ganho de capacitação de produção de bens anteriormente importados e os poderosos efeitos sobre a produtividade global, o que tornaria a economia brasileira mais resiliente para enfrentar seus problemas mais comuns de curto prazo (baixo crescimento e, possivelmente, inflação). Já do ponto de vista microeconômico, podemos destacar o adensamento das cadeias produtivas de valor, a elevação da capacidade tecnológica das empresas e o aumento da produtividade do trabalho. Não é por outro motivo que nenhum autor da tradição estruturalista deixou de afirmar que a superação do subdesenvolvimento passaria necessariamente pelo aprofundamento do desenvolvimento capitalista. Mas, obviamente, isto não quer dizer que o aprofundamento do desenvolvimento capitalista traria, necessariamente, a solução dos problemas do atraso e da pobreza. Negar isto é negar os avanços trazidos por Furtado (1961) e por Pinto (1965, 1970 e 1976) – e que foram radicalizados em Tavares (1972¹⁸¹, 1973, 1974, 1978, 1981, 1999 e 2000): a perversidade social do estilo de crescimento da economia brasileira.

Complexificar a estrutura industrial brasileira, per si, não seria um antídoto simples e rápido para o fim dos problemas da economia e da sociedade brasileira, como não foi. Basta lembrarmos das duras críticas de Conceição Tavares direcionadas aos governos militares: a demonstração teórica da perversidade do “milagre” e a crítica explícita à estratégia do II PND¹⁸². Como vimos, segundo a economista seria preciso aprofundar a participação destes setores na economia, mas de maneira contínua, orgânica e sustentada, de modo a aumentar a incorporação das massas no jogo econômico. Acreditamos não ser um exagero afirmar que, neste sentido, a contraface do argumento de Maria da Conceição Tavares é que **sem igualdade, não há desenvolvimento**, o que já é posto desde o artigo de 1972.

Entretanto, foi no artigo de 1981 que a autora tornou mais explícito este ponto. Naquela ocasião, ao resgatar suas teses, a autora explicitou que resolver os problemas do capitalismo tardio resolveria apenas uma órbita dos problemas: seus limites técnicos e

¹⁸¹ Escrito em coautoria com José Serra.

¹⁸² Como procuramos discutir, tais críticas estão presentes em Tavares e Serra (1972), Tavares (1973), Tavares (1974) e Tavares (1978).

financeiros. Entretanto, ainda estariam por resolver os problemas históricos da nossa formação, com destaque para os problemas de ordem política e social. Retomando esta discussão em uma problemática conceitual mais ampla (incorporando elementos da teoria política e sociológica para tornar mais acabado seu argumento), Tavares, nos artigos de (1999) e (2000), deixou claro que a superação do subdesenvolvimento requeria também a superação dos pactos conservadores de dominação de nossas elites e o seu poder político, que historicamente mantiveram as massas marginalizadas – caminho que é indicado, porém não percorrido em 1981.

De volta à discussão em torno das teses de 1974 e 1978, na última parte do trabalho procuramos apresentar a noção de ciclo endógeno como um dos elementos centrais da segunda fase de pensamento da autora. É através da percepção da realidade que Tavares buscou hierarquizar os elementos internos acima dos elementos externos na explicação do ciclo econômico (especialmente a partir de 1930) – vale dizer, a dinâmica periférica foi determinada em primeira instância pelos determinantes endógenos do investimento, o que inclui evidentemente as “instâncias de mediação histórica”, e somente em última instância pelos elementos ligados às flutuações das economias centrais.

Através da noção histórica do ciclo endógeno na economia brasileira, a autora procurou chamar atenção para o fato de que, apesar de os determinantes fundamentais dos ciclos estarem na órbita interna do nosso capitalismo, eles não eram duradouros devido às próprias características estruturais da indústria brasileira. Como ressaltamos há pouco, é a baixa representação do setor produtor de bens de capital na estrutura produtiva que explicava o caráter curto do ciclo econômico. Desde 1930 até fins dos anos 70 imperou na economia brasileira uma dinâmica de crescimento relativamente autônoma frente ao movimento do capitalismo central, mas este movimento deixou de existir a partir de 1980, a partir de quando a crise da dívida externa limitou a expansão da economia brasileira. Deste período em diante, as flutuações entre ciclos e crises deram lugar a uma prolongada retração econômica que duraria mais de 20 anos.

Antes da década de 1930, embora a economia brasileira tivesse alguns elementos endógenos de crescimento, o processo de acumulação era interrompido periodicamente pelas adversidades do cenário internacional, dada a forte submissão da economia brasileira aos ciclos financeiros internacionais (Bastos, 2001 e 2007). Evidentemente, os desdobramentos da crise da dívida externa “ressuscitam” o caráter submisso e reflexo da economia brasileira, pois

– tal como ocorrera antes da década de 1930 – ela voltaria a ser incapaz de se desvencilhar dos constrangimentos externos para retomar seu crescimento. Na verdade, como vimos, a raiz da crítica de Maria da Conceição Tavares ao endividamento externo contraído para execução do II PND não era outro senão a elevação do grau de vulnerabilidade da economia brasileira.

Avaliamos serem indevidas as análises que, no afã de ressaltar o caráter eminentemente reflexo e vulnerável de nossas economias ante o movimento internacional do capital, buscam desprezar a autonomia dos ciclos da economia brasileira que vigoraram entre 1933 e 1979, autonomia esta que não foi efêmera, tendo em vista sua longa duração (50 anos!). Neste sentido, a abordagem de Conceição Tavares se afasta peremptoriamente da de Caio Prado Júnior. Uma passagem da obra do autor torna bastante evidente a divergência entre ambos, tendo em vista que o autor procura enfatizar o setor exportador como um fator limitativo do desenvolvimento econômico pós-1930.

Embora numa forma mais complexa, **o sistema colonial (...) continua em essência o mesmo do passado**, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais a nossa subsistência, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento do país. (Prado Júnior, 1966, p. 137 – grifos nossos)

Ao fugir desta interpretação – que não pode ser confundida com a visão da Cepal, como em Furtado (1961, 1967) e Prebisch (1952 e 1963) –, Tavares defende que o capital externo não entrou por sua conta e risco nas economias periféricas (pós 1930), mas se articulava ao ciclo endógeno, dando-lhe, entretanto, sobrevida na fase expansiva e agravamento das contradições na etapa de reversão. Na verdade, os constrangimentos do balanço de pagamento e a aceleração inflacionária, antes de serem causa, eram consequência da desaceleração da economia. Afinal, como discutimos, a autora demonstra que pelo menos até os anos 70 os investimentos diretos eram atraídos pelas oportunidades de expansão do mercado interno, e não, como antes de 1930, pelas oportunidades abertas pela expansão das exportações primárias. Por outro lado, o ciclo econômico era determinado pelas oscilações da demanda e não pelas restrições de oferta de “poupança interna” – se aceitasse esses argumentos, Tavares estaria em concordância com as teses do ‘hiato de recursos’ tão defendidas pelos economistas ortodoxos defensores do regime militar. Neste sentido, a tese da

autora procura se afastar tanto das teses à esquerda (como a de Caio Prado Júnior) como daquelas mais à direita (Mário Henrique Simonsen). É importante não se perder de vista a importância deste argumento nas teses de Tavares, pois deu o tom de sua militância política e teórica contra a abertura financeira e o endividamento externo no período.

Depois de 1930, foi a própria institucionalidade do capitalismo internacional que, em última instância, conferiu maior autonomia às economias periféricas, de modo que, a despeito do que viria a ocorrer no cenário internacional pós-1980, as teses de Maria da Conceição Tavares tinham validade teórica para explicar a dinâmica complexamente determinada do capitalismo nacional até os anos 1970. Em outras palavras, embora o crescimento da economia brasileira tenha, de fato, passado a estar muito mais associado aos choques externos pós 1980, não podemos imaginar que isto se estende ao período que Conceição Tavares estava discutindo. Conceição Tavares evita o erro do anacronismo que marca, por exemplo, a análise de Caio Prado Júnior para o período entre 1930 e 1980. Em uma passagem, Prado Jr. mostra um diagnóstico bastante distinto do de Tavares:

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dela, e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis para que o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. (Prado Júnior, 1966, p. 247)

A crítica de Caio Prado nada mais é que a seguinte: a economia brasileira é uma economia estruturalmente vulnerável e instável, de modo que sua vulnerabilidade se reduz apenas em contextos de uma conjuntura internacional mais favorável. Tão logo passa a “bonança internacional”, a economia brasileira volta a sofrer os impactos nocivos de sua posição subalterna no cenário internacional. Apesar da posição subordinada da periferia no capitalismo mundial, a verdade é que a ênfase estreita neste diagnóstico acaba tirando de foco aquilo que é fundamental em Tavares: a análise complexa da interação entre transformação estrutural e dinâmica cíclica. Como procuramos discutir na Parte III, a discussão de Tavares se dá no plano do longo prazo (devido à sua leitura histórica), mas também se dá no do curto prazo (na análise da dinâmica da economia – buscando ressaltar suas características estruturais). Por exemplo, para a autora o “milagre econômico” nada teve de “milagre” não devido à conjuntura internacional (ou ao caráter “vulnerável de nossas economias), mas devido às características da estrutura industrial, que pouco se alterou a despeito de todo o

esforço empreendido, e sua interação com o agravamento das desigualdades de patrimônio e renda. Assim, entende-se o repúdio de Tavares a tais análises que procuram apenas ressaltar a subordinação, o imperialismo e o aspecto “neocolonial” das análises da tradição crítica, pois a elas escapa a dialética das interações entre mudança estrutural e ciclo conjuntural, entre determinantes do movimento global em última instância e do movimento interno em primeira instância, em cada etapa do desenvolvimento do capitalismo. Dito em outras palavras, o enfoque de Tavares permite um melhor trânsito entre a análise de curto e a de longo prazo.

Mas vale deixar claro que, por razões diferentes, Maria da Conceição Tavares e tampouco Caio Prado Júnior alimentaram “ilusões” em relação aos limites do processo de industrialização como instrumento de construção da nação – ideia que é, particularmente, estranha à obra de Tavares, tendo em vista que seu maior esforço de teorização foi no sentido de criticar os limites e contradições desse processo (desde a fase *Cepalina* até a fase da *Economia Política Internacional*¹⁸³).

Em rigor, as teses de Conceição Tavares eram válidas para a institucionalidade do capitalismo em um contexto de menor integração financeira internacional (como o que representou Bretton-Woods). Deste modo, a relevância dos ciclos endógenos é inegável, mas também era institucionalmente dependente – de sorte que, quando ocorre uma alteração da estrutura do capitalismo, como ocorreu nos anos 1980, diminui o grau de endogenia cíclica, embora ela não seja inteiramente eliminada, considerando, por exemplo, a importância que o mercado interno teve no ciclo de expansão da economia brasileira na primeira década do século XXI (Bastos, 2012b; Bielschowsky et al., 2014). Como procuramos sinalizar, o método histórico-estrutural usado por Maria da Conceição Tavares a levava a repensar esquemas conceituais e interpretativos em razão das transformações da economia brasileira e seu modo de inserção em uma economia mundial em mutação. De fato, a terceira fase de seu pensamento, ou seja, a fase da *Economia Política Internacional*, é a fase da discussão das alterações do capitalismo provocadas pelo advento da globalização financeira internacional pós-quebra do sistema Bretton-Woods e do novo modo de operação das corporações multinacionais.

Neste sentido, a autora permanece fiel ao método histórico-estrutural, pois seu pensamento se altera a partir de uma alteração radical da realidade: os determinantes em

¹⁸³ Isto é, desde Tavares (1963) até Tavares & Miranda (1999)

última instância do capitalismo mundial se tornam muito mais importantes após a década de 1980, e a economia brasileira se torna mais vulnerável e dependente do que fora nas décadas anteriores¹⁸⁴.

Assim, a interpretação da economia mundial, na ótica do poder e do dinheiro, deu o tom da última fase de seu pensamento, iniciada nos anos 1980. Entretanto, seu auge, em termos de produção intelectual e militância política, foi alcançado nos anos 1990. Esta fase é marcada por um profundo pessimismo da autora, diante do avanço do neoliberalismo global e das políticas conservadoras no Brasil. A melhora nos níveis de desigualdade socioeconômica brasileira na primeira década de século XXI tornou-a mais otimista, mas as turbulências (econômicas, sociais e políticas) impostas pela conjuntura dos últimos tempos seguem entristecendo seu olhar desde 2013.

Finalmente, no último capítulo da dissertação procuramos destacar um tema que é presente em todas as fases de pensamento da autora: a questão do capitalismo financeiro, dando destaque para a carência de mecanismos endógenos de financiamento de longo prazo, uma herança de longa duração que muda de forma histórica no tempo, mas resiste como limite dramático ao desenvolvimento capitalista tardio.

¹⁸⁴ Para uma discussão sobre a forma como o cenário internacional volta a restringir a autonomia de gestão da política econômica em prol do desenvolvimento da periferia a partir dos anos 1980 (isto é, como os determinantes em última instância se tornam determinantes para explicar o movimento endógeno da periferia pós 1980), ver Cano (2000) – especialmente o capítulo 1, para o caso brasileiro.

Referências Bibliográficas

Althusser, Louis. **A favor de Marx**. Zahar, 1979 – originalmente publicado em 1965.

Andrade, Rogerio P. de, and Renata Carvalho Silva. "**Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares**." *Revista de Economia Política* 30.4 (2010): 539-559.

Arrighi, Giovanni. (1982), "The crisis of hegemony" in Amin, S., Arrighi G., Frank, A. G. and Wallerstein, I. (1982) *Dynamics of the Global Crisis*. London, Macmillan Press.

Aureliano, Liana. *No Limiar da industrialização*. Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Teses).

Banfi, Rudouf. "Un Pseudo-Problema: la teoria del valor-trabajo como base de los precios de equilibrio". In: Dobb, M et alii. **Estudios sobre El Capital**. Ed. Siglo Veintiuno (1970)

Bastos, Pedro Paulo Zahluth (2001) *A Dependência em Progresso: Fragilidade Financeira, Vulnerabilidade Comercial e Crises Cambiais no Brasil, 1890-1954*. *Tese de doutorado, IE-UNICAMP* (orient. Luiz Gonzaga Belluzzo), 530 pp.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth (2007) "Centro e Periferia no Padrão Ouro-Libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira?" In: *Economia* (Brasília), v.8, p.169 - 197, 2007.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth (2012a) "Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas." In: Bastos & Fonseca (2012, orgs.) **A Era Vargas - Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth (2012b) "A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo". In: *Economia e Sociedade*, v.21, p.799-810, 2012.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth. *Memorial da Tese não publicada para o Concurso de Professor Livre-docente*, Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas, 2013 (mimeo)

Bastos, Pedro Paulo Zahluth, Barone, Ricardo Stazzacappa, & Mattos, Fernando Augusto Mansor. "**A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia**." (2015). Texto para discussão: IE/Unicamp.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth. **Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964.** Texto para discussão no. 229. Unicamp: Instituto de Economia (2014)

Bastos, Pedro Paulo Zahluth, Barone, Ricardo Stazzacappa, & Mattos, Fernando Augusto Mansor. "As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos." (2015a). Texto para discussão: IE/Unicamp.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth & Robilloti, P. (2016) *Crescimento, desenvolvimento e distribuição de renda: o mercado de trabalho na crítica de Maria da Conceição Tavares a Celso Furtado e Ruy Mauro Marini* (mimeo).

Batista Junior, Paulo Nogueira. **Fluxos financeiros internacionais para o Brasil desde o final da década de 1960.**In: Batista Junior, Paulo Nogueira. Novos ensaios sobre o setor externo da economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 1988

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello, 1980. "Prefácio". In: Rubin, 1980

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Luciano. "Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas." *Economia e Sociedade*. (1998)

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Luciano (1978). "**O desenvolvimento do capitalismo avançado e reorganização da economia mundial no pós-guerra**" In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata. [orgs.] (1998). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. vol. I, Campinas: Editora da Unicamp: Instituto de Economia.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo.** Um ensaio sobre a Economia Política. Campinas, Unicamp/IE (1998) – originalmente publicado em 1975.

Bielschowsky, Ricardo. (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, RJ: Record/CEPAL, (1999) v.1.

Bielschowsky, Ricardo. (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, RJ: Record/CEPAL, (1999b) v.2.

Bielschowsky, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha.** In: Bielschowsky 1999

Bielschowsky, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto (2000)

Bielschowsky, Ricardo **As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo** (2007). In: Saboia, J. e Carvalho, FJC (Orgs). (2007)

Bielschowsky, Ricardo. **Conceição e o crescimento econômico brasileiro**. In: Guimaraes, Juarez. (org.) **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrani, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

Bielschowsky, Ricardo. **Maria da Conceição Tavares**. Rev. econ. contemp. [online]. 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a09v14n1.pdf> (Vários acessos).

Bielschowsky, Ricardo; Squeff, Gabriel; Vasconcelos, Lucas. “Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000”. In: Biancarelli, Calixtre e Cintra (2014, org.) *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

Blaug, Mark. **Metodologia da economia ou como os economistas explicam**. São Paulo, SP: Biblioteca Edusp de economia (1999)

Braga, José Carlos de Souza. ‘e Frederico Mazzuchelli. "Notas introdutórias ao capitalismo monopolista." *Revista de Economia Política* 1.2 (1981): 57-65.

Braga, José Carlos de Souza. "**Instabilidade capitalista e demanda efetiva** (a razão de Kalecki)." *Revista de Economia Política*. (1983)

Braga, José Carlos de Souza. *A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, IE/UNICAMP, n. 21, 1993

Braga, José Carlos de Souza. "**Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo**." In: **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes (1997)

Braga, José Carlos de Souza. **Temporalidade da Riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Campinas, IE – UNICAMP (2000)

Braga, José Carlos de Souza. (2010a) **O irracional e o inteligível no capitalismo financeiro**, In: Guimaraes, Juarez. (org.) **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrani, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

Braga, José Carlos de Souza. **Teoria e histórias do capitalismo**. *Tese não publicada para o Concurso de Professor Titular*, Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas, 2010 (mimeo)

Braudel, Fernand. (1987) **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro, Rocco.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais** 38 (2010).

Campos, Roberto. **A lanterna na popa** – memórias. Rio de Janeiro: Top Books (1994)

Cano, Wilson. **Alguns temas relevantes sobre América Latina e Brasil tratados por Celso Furtado**. In: Saboia, J. e Carvalho, FJC (Orgs). (2007)

Cano, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2000.

Cardoso de Mello, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. Campinas, SP: Unicamp: IE, (1998) – originalmente publicado em 1975

Cardoso, Fernando Henrique. **O empresário e o desenvolvimento industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (1964).

Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira (2004) – originalmente publicado em 1970

Cardoso, Fernando Henrique. Teoria da dependência ou análises concretas de situação de dependência? **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 1, (1971)

Castro, Antônio Barros de. "A controvérsia da demanda efetiva." *Cadernos de Opinião* 15 (1980).

Castro, Antônio Barros de. "A Controvérsia da Demanda Efetiva: O Deslocamento da Questão." **Revista de Economia** (1981).

Cepal, 1951. **Estudo Econômico da América Latina, 1949**. In: Bielschowsky (1999)

Costa, Edmilson. **A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória**. Boitempo Editorial, 1997.

Coutinho, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2012)

Coutinho, Luciano. Apresentação (1983). In: Steindl, Josef. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Coleção “Os Economistas”.

Coutinho, Mauricio Chalfin. **Padrões de Consumo e distribuição de renda no Brasil**. (Dissertação de Mestrado) Campinas: IFCH/Unicamp, (1979)

Coutinho, Mauricio Chalfin. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado**. Texto apresentado na I Conferência Internacional Celso Furtado. Desenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. (2012) Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/congresso2012/arquivos/file/MauricioCoutinho.pdf>
Acessado em 30/06/2015

Cox, R. "Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory". *Journal of International Studies*, 10(2): 125-155. (1981)

D'Ávila, Júlia Galarza. **O desenvolvimento econômico brasileiro entre 1930-1977 na obra de Conceição Tavares** – análise de quatro ensaios. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: FE/UFF, (2006)

Davidoff, Paulo Roberto. **Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico dos anos sessenta**. (Dissertação de Mestrado) Campinas: IFCH/Unicamp, (1980)

Davidoff, Paulo Roberto. "Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta." *Nova Economia* 5.1 (1995): 121-144.

Davidoff, Paulo Roberto. **Dívida externa e Política econômica**. Campinas, SP: UNICAMP.IE (1999)

Doeringer, Peter e Piore, Michael J. *Internal Labour Market and Manpower Analysis*, Lexington, Mass., D. C. Heath and Co., 1971.

Draibe, Sônia Mirian. **Rumos e Metamorfoses**. RJ: Paz e Terra. (2004)

Engels, F. **Letters on Historical Materialism**. To Joseph Bloch. (1890). pp. 760-765. in Tucker, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm> Acessado dia 24/09/2015

Fiori, J. L. **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**, Petrópolis, RJ, Vozes, 1999

Fiori, José Luís. **Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana**. Lua Nova [online]. 2000, n.50, pp. 207-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a11n50.pdf> (Vários acessos).

Fonseca, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo, Brasiliense (1999)

Fonseca, Pedro (2012) “Instituições e Política Econômica: Crise e Crescimento do Brasil na Década de 1930”. In: Bastos & Fonseca (2012, orgs.) **A Era Vargas - Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012.

Frank, André Gunder. El desarrollo del subdesarrollo em América Latina. **Revista desarrollo**, vol. 1, n.2, março (1966)

Frank, André Gunder. **Chile: el desarrollo del subdesarrollo**. Monthly Review, n. 46-47, janeiro-fevereiro (1968)

Furtado, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras (2007) – publicado originalmente em 1959.

Furtado, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado (2009) – publicado originalmente em 1961

Furtado, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira (1966)

Furtado, Celso. **Teoria política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra (2000) – publicado originalmente em 1967.

Furtado, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo, SP: Paz e Terra, (2005) – publicado originalmente em 1974.

Furtado, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, (2000) – originalmente publicado em 1980.

Furtado, Celso. Entrevista (1996) In: Biderman, Ciro, et al. **Conversas com economistas brasileiros: Roberto Campos...**[et al.]. Vol. 1. Editora 34, 1996.

Gerschenkron, Alexander. "Economic backwardness in historical perspective." *Economic backwardness in historical perspective*. (1962).

Gilpin, Robert. *U.S. Power and the Multinational Corporations* Basic Books. New York (1975)

Goldenstein, Ligia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1994)

Graciarena, Jorge. **Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa** (1976), In: Bielschowsky, (1999b)

Hansen, Alvin Harvey. **A guide to Keynes**. (1953).

Hicks, J. R. Mr. Keynes and the "Classics"; A Suggested Interpretation. *Econometrica*, Vol. 5, No. 2. (Apr., 1937)

Hobson, John Atkinson. **A Evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas) – originalmente publicado em 1908

Kalecki, Michal. **Teoria da Dinâmica Capitalista**—Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os Economistas”, 1954 – (originalmente publicado em 1954)

Kalecki, Michal. As equações marxistas de reprodução e a economia moderna. (1968) In: Kalecki, Michael (1977)

- Kalecki, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. Hucitec, 1977
- Kalecki, Michal. Luta de classe e distribuição da renda nacional (1971) In: Kalecki, Michael (1977)
- Kalecki, Michal. O problema da demanda efetiva em Tugan-Baranovsky e em Rosa de Luxemburgo (1967) In: Kalecki, Michael (1977)
- Kennedy, Paul. *The Rise And Fall Of The Great Powers*.(1988)
- Keohane, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Cambridge University Press. (1984)
- Kindleberger, Charles Poor. *The world in depression, 1929-1939*. Vol. 4. Univ of California Press, (1986)
- Krasner, Stephen D. *Sovereignty and Organized Hipocrisy*. Princenton University Press (1999)
- Lemos, Mauro Borges. O problema do sistema financeiro brasileiro na visão de Maria da Conceição Tavares, In: Guimaraes, Juarez. (org.) **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrani, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010
- Lenin, Vladim I. **O Imperialismo**, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP (2011)
- Lessa, Carlos. "**Visão crítica do II PND**." Revista Tibiriça 2.6 (1977).
- Lessa, Carlos. (1998) A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia – originalmente publicado em 1978.
- Lewis, W. Arthur. "O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra." **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense (1969): 406-456.
- Macarini, José Pedro. "**Contribuições de Carlos Lessa para o estudo da política econômica no Brasil**." Texto para discussão: Instituto de Economia/Unicamp (2010)

Mao, Tsé-tung (1937). *Sobre a contradição*, In Mao, Tsé-tung. **Sobre a prática e a contradição**, Rio de Janeiro, RJ : Jorge Zahar, (2008) - apresentação de Slavoj Zizek

Marini, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes (2000) – originalmente publicado em 1973.

Mazzucchelli, F. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp (1998)

Medeiros, Carlos e Serrano, Franklin. "**Padrões monetários internacionais e crescimento**." In: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes (1999): 119-51.

Medeiros, Carlos e Serrano, Franklin. "**Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil**". In: Fiori, José Luis e Medeiros, Carlos (orgs.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes (2001): 105-134

Miglioli, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. Hucitec, 2004

Minsky, Hyman P. **Financial Factors in the Economics of Capitalism**. Hyman P. Minsky Archive, Paper n. 64. (1995).(Disponível em: http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/64)

Minsky, Hyman P. **Money and Crisis in Schumpeter and Keynes**. In: Wagener, Hans-Jürgen, and Jan W. Drukker. The economic law of motion of modern society: a Marx-Keynes-Schumpeter centennial. CUP Archive, 1986 (1986).

Novais, Fernando A., e Silva, Rogério F. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify (2010) – Introdução.

Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, (2003)

Oliveira, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. Boitempo Editorial, 2003.

Pinto, Aníbal. **Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina** (1970), In: Bielschowsky, (1999b)

Pinto, Aníbal. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latino-americano. Mexico: **El Trimestre Económico**, num. 25, enero-marzo (1965).

Pinto, Aníbal. **Notas sobre o estilo de desenvolvimento na América Latina** (1976), In: Bielschowsky, (1999b)

Polanyi, K. A grande transformação. Rio de Janeiro, Editora Campus (1980)

Possas, Mario Luiz; Baltar, Paulo. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 11, n. 1, p. 107-160, 1981.

Poulantzas, Nicos. "**Poder Político e classe social.**" (1971).

Prado Júnior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 – originalmente publicado em 1942.

Prado Júnior, Caio. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. Editôra Brasiliense, 1960 – originalmente publicado em 1957.

Prado Júnior, Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

Prado Júnior, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 – originalmente publicado em 1970.

Prebisch, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais** (1949). In: Bielschowsky (1999)

Prebisch, Raúl. **Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico** (1952), In: Prebisch (2011)

Prebisch, Raúl. **A mística do equilíbrio espontâneo da economia**. Santiago: Biblioteca de la CEPAL. Mimeografado (1953).

Prebisch, Raúl. **El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria**. Boletín Económico de América Latina (1961)

Prebisch, Raúl. **Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. (1963). In: Bielschowsky 1999

Prebisch, Raúl. **O manifesto latino-americano**: e outras ensaios. Contraponto, (2011)

Rangel, Ignácio. **A Inflação brasileira**. (1963) In: Rangel, Ignácio. *Obras reunidas*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto (2005).

Resende, André Lara (1990) “Estabilização e reforma: 1964-1967”. In: Abreu, Marcelo Paiva. **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus (1990)

Ricardo, David. (1817) **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo, SP: Abril Cultural (1982) – Coleção os economistas

Robilloti, Paulo César Neves Sanna. **Maria da Conceição Tavares: influências teóricas e reflexões acerca do desenvolvimento do capitalismo financeiro no Brasil**. São Paulo – SP, 2010. [Monografia de Bacharelado – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Rodriguez, Octavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, (1981)

Rodriguez, Octavio. **Estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira (2009)

Rubin, Isaak Illich.. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense (1987)

Silva, Renata Carvalho. **A Economia Política de Maria da Conceição Tavares: Trajetória, Influências, Contribuições**. Campinas – SP, 2010. [Monografia de Bacharelado – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas].

Saboia, João. e Carvalho, Fernando José Cardim (Orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole (2007)

Schumpetter, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Barcelona: Orbis, 1983 (originalmente publicado em 1942)

Serra, José. **América Latina, ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1976) – Introdução.

Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 23, (1978)

Serra, José.. "As Desventuras do Economicismo: Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento." In Collier, David. **O Novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1979)

Serrano, Franklin. (2001) "Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento", em Fiori, J. L. & Medeiros, C. A. (orgs.) **Polarização mundial e Crescimento**, Petrópolis, Vozes (2001)

Serrano, Franklin. "Long period effective demand and the sraffian supermultiplier", **Contributions to Political Economy**, 14, p. 67-90 (1995)

Simionatto, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: Aggio, Alberto (org.). Gramsci : a vitalidade de um pensamento. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998

Souza, Paulo Renato. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, (1980) - mimeo

Steindl, Josef. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Coleção "Os Economistas" – (originalmente publicado em 1954)

Strange, Susan, "Political economy and international relations", in K. Booth and S. Smith. *International Relations Theory Today*. Oxford, Polity Press. (1995)

Sunkel, Osvaldo y Pedro Paz. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Siglo Veintiuno Editores (1970)

Suzigan, Wilson. **Indústria brasileira: Origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000

Trotsky, León. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra (1977)

Vieira, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia, 1950-1964**. São Paulo, SP: EDUC – Editora da PUC-SP (2007)

Vuskovic, Pedro. (1970) **A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento**. In: Serra, José (org.) (1976)

Wallerstein, Immanuel (1982) "Crisis as transition", in Amin, S. et alii, Dynamics of the Global Crisis. London, MacMillan Press.

Wolf, Marshall. **Abordagens do desenvolvimento: de quem e para quê?** (1976), In: Bielschowsky, (1999b)

Livros, artigos e entrevistas de Maria da Conceição Tavares

Tavares, Maria da Conceição. (1963) **Auge e declínio do processo de Substituição de Importações no Brasil**, In: Tavares, 1982.

Tavares, Maria da Conceição. (1967) "Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento—o caso do Brasil." In: Tavares, 1982

Tavares, Maria da Conceição. (1971) **Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente**, In: Tavares, Maria da Conceição, 1982.

Tavares, Maria da Conceição. & Serra, José. "**Além da Estagnação**", 1972, In: Tavares, 1982.

Tavares, Maria da Conceição. (1974). **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

Tavares, Maria da Conceição. (1978). **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Unicamp: Instituto de Economia, 1998b.

Tavares, Maria da Conceição & Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. (1978) "**Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil**." In: In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata. [orgs.] (1998). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. vol. I, Campinas: Editora da Unicamp: Instituto de Economia.

Tavares, Maria da Conceição. & Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello (1980) **Capital financeiro e empresa multinacional**, In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. Unesp, 2009.

Tavares, Maria da Conceição e Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. "Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção." *Revista de Economia Política* 1.3 (1981)

Tavares, Maria da Conceição. (1981). **Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão/UFRJ (1981).

Tavares, Maria da Conceição e Souza, Paulo Renato. Tavares. "Empregos e salários na indústria." *Revista de Economia Política* 1 (1981).

Tavares, Maria da Conceição. et al. "A questão da poupança: desfazendo confusões." **A economia política da crise**, Rio de Janeiro, ed. Vozes (1982).

Tavares, Maria da Conceição. **Da substituição de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982

Tavares, Maria da Conceição. (1983) Apresentação. In: Hobson, John Atkinson. *A Evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

Tavares, Maria da Conceição & Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. "**Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea**." Texto para discussão (1984).

Tavares, Maria da Conceição & Cardoso de Mello, João Manuel. *The Capitalist Export Economy in Brazil (1884-1930)*. In Conde, R. C. & Hunt, S. J. [orgs.] **The Latin American economies: growth and Export Sector 1880-1930**. New York, Holmes & Meier, 1985

Tavares, Maria da Conceição & Assis, José Carlos. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. J. Zahar Editor, 1985.

Tavares, Maria da Conceição (1985) **A retomada da hegemonia norte-americana**." In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes (1997)

Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. **Apresentação**. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes (1997)

Tavares, Maria da Conceição e Melin, Luiz Eduardo. "**Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana.**" In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes (1997)

Tavares, Maria da Conceição. **Império, território e dinheiro**, In Fiori, 1999

Tavares, M. C & Miranda, J. C. **Brasil: estratégias de conglomeração**. In Fiori, 1999

Tavares, Maria da Conceição. "**Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes.**" Celso Furtado eo Brasil (2000): 129-154.

Tavares, Maria da Conceição e Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. (2004) "**A mundialização do capital e a expansão do poder americano**". In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. Unesp, 2009.

Tavares, Maria da Conceição. **Problemas de médio e longo prazos do desenvolvimento brasileiro**. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, dezembro de 2006, ano 1, pp.32-40 (Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/55_20061209152814.pdf - Vários acessos)

Tavares, Maria da Conceição. "A crise financeira atual." Artigo não publicado (Paper Itamaraty). Brasília 30.04 (2009). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/maria_da_conceicao_tavares_a_crise_financeira_atual_itamaraty_1_.pdf (Vários acessos)

Tavares, Maria da Conceição. Entrevista concedida a Paulo César das Neves Sanna Robilloti, em 08 de outubro de 2010, Rio de Janeiro:RJ. In Robilloti (2010)

Tavares, Maria da Conceição. "**A era das distopias.**" Revista Insight Inteligência, n. 64, 2014: 20-28.

Entrevista com Maria da Conceição Tavares (realizada em 2010)¹⁸⁵

Paulo César das Neves Sanna Robilloti (PR): *No âmbito do pensamento econômico geral, seus trabalhos estão diretamente alinhados com as vertentes pós-keynesiana e kaleckiana. Foi na Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) essa influência?*

Maria da Conceição Tavares (MCT): Não, a pós-keynesiana e kaleckiana foi, na verdade, propriamente aqui no Brasil, quando eu voltei da Cepal. Foi trabalhando lá com a equipe, com o João Manuel (Cardoso de Mello), com o (Luiz Gonzaga de Mello) Belluzzo, com o (Luciano) Coutinho, já lá em Campinas. Porque, na verdade, a Cepal era bem mais keynesiana-estruturalista, não é pós-keynesiana. O Kalecki teve influencia porque o (Michael) Kalecki esteve na Cepal, deixando vários *papers* dos cursos que ele fez lá, em Santiago. Mas basicamente, tem influencia da Cepal, quer dizer, primeiro tem a influencia de (Karl) Marx, porque eu era marxista quando era jovem, e tive muitos seminários sobre o capital...

PR: *...mas quando a sra. chegou na Cepal estava alinhada ao marxismo?*

MCT: Eu já era economista, tinha a obra do Celso Furtado, porque ele fez a “Formação Econômica do Brasil” quando eu estava na escola, e eu era matemática de origem. E os matemáticos portugueses eram quase todos marxistas. A gente fazia seminários sobre o velho. Aqui [no Rio] eu fiz outro com os filósofos, em Santiago fiz outro e o último seminário grande foi lá em Campinas, que deu lugar à tese do Belluzzo...

PR: *Valor e Capitalismo...*

MCT: Isto. Foi influencia dos seminários que a gente fez lá. Porque ele queria fazer sobre os anos JK (risos) e eu o convenci a não fazer porque ele não sabia direito a história do período, deu uma ligeira briga. Enquanto que eu sabia porque tinha estado no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no plano de metas.

PR: *A Sra. esteve na Cepal de que ano até que ano?*

MCT: de 1961 até 1974.

PR: *e a Sra. termina sua tese em 74?*

¹⁸⁵ Entrevista concedida pela autora em seu apartamento no Rio de Janeiro em 08 de outubro de 2010. Revista pela autora e autorizada para publicação em 02 de novembro de 2010. Originalmente, esta entrevista foi publicada como anexo à monografia do autor (Robilloti, 2010).

MCT: Eu defendi a tese de Livre Docência ‘A Acumulação de capital’ em 1975, e a de Professor Titular foi em 78, que defendi aqui na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e não em Campinas...

PR: *As duas foram aqui no Rio (de Janeiro), correto?*

MCT: As duas aqui. Eu era professora de carreira efetiva enquanto que na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) não existia essa separação.

PR: *Profa., embora a macroeconomia keynesiana seja curto-prazista, foi larga sua influencia e aplicação no pensamento estruturalista...*

MCT: Exato, mas só na análise de conjuntura.

PR: *...a idéia de achar que o desenvolvimento econômico seja resultado de políticas econômicas de longo prazo!*

MCT: Correto.

PR: *Não há uma contradição nisto? Ou a influência keynesiana no pensamento estruturalista se deva ao fato de que Keynes tenha representado um contraponto à doutrina liberal?*

MCT: É basicamente isso. E ao fato de que (Raúl) Prebisch era keynesiano...

PR: *Prebisch foi seu prof.?*

MCT: Não, o Prebisch não foi meu professor. Ele foi presidente da Cepal, mas não chegou a ser meu professor. Ele fundou o pensamento cepalino. Na verdade, apesar da piada de (John Maynard) Keynes, que no longo prazo estaremos todos mortos, nós estávamos interessados era no longo para vencer o subdesenvolvimento e o fato de ser dependente, ser periférico. Tá claro? Então tem a definição do Prebisch de periférico, portanto, na verdade, Keynes se aplicaria a curto se deixássemos de ser periféricos, ao contrário não adiantava. E tem a questão do subdesenvolvimento do Furtado que leva que o pensamento cepalino seja desenvolvimentista, seja a longo prazo, estruturalista.

PR: *...e que a atuação do Estado seja permanente...*

MCT: Exato, permanente!

PR: *...ao contrário do Keynes, que é só em momentos críticos...*

MCT: É... o Keynes não chegou a explicar se era em críticos ou não era em críticos. A política fiscal do Keynes tinha pretensões distributivistas. O Keynes tinha duas teses, uma era

que a eficiência marginal do capital no longo prazo caia, e outra que, na verdade, a má distribuição da renda fazia subconsumo. Então para ambas, a influência do Estado era importante.

PR: *Qual a contribuição de Nicholas Kaldor em seu trabalho, na medida em que a sra. foi sua aluna, correto profa.?*

MCT: Não, o Kaldor e o Kalecki foram professores visitantes da CEPAL em Santiago do Chile na década de 50, não foram meus professores. Mas o Kaldor não teve influencia nenhuma. Teve mais a Joan Robison do que o Kaldor. O Kalecki, sim, era muito importante. Quer dizer, a escola inglesa de Cambridge teve de modo geral influencia, mas a que eu destacava mais, eu me considerava até de certo modo discípula, era a velha Joan Robinson.

PR: *Profa., quanto aos monetaristas, em depoimento seu realizado em meados dos anos 80, a sra. disse que tinha um horror científico, e não ideológico! A sra. pode comentar algo sobre isso?*

MCT: É porque na verdade eu achava que o problema deles era cientificamente incorreto, não tinha fundamento científico. Eu até me considerava, e até hoje me considero, a primeira monetarista de esquerda, porque eu fiz força para superar os defeitos deles. Porque na verdade, economia sem moeda, não existe. Um dos defeitos da esquerda, é tentar olhar só para o lado real, um dos problemas que a Cepal tinha era que quase não levava em conta a moeda, e isso é ridículo, porque a moeda é fundamental. Não há como entender uma economia capitalista sem moeda. Claro, não é uma economia de trocas, não é sraffiana, não é ricardiana. Justamente isso que Keynes introduziu e isso que é importante no Keynes, é a economia monetária do capitalismo, e por isso que Keynes tem importância para mim. Não é por causa de ser a curto ou a longo, é porque tem uma teoria monetária do capitalismo, então a moeda é importante!

PR: *Só fazendo um adendo, Inácio Rangel teve uma influência na senhora...*

MCT:...claro! Aí para a análise da questão financeira, quer dizer, o Rangel foi o primeiro que me mandou ler "O capital Financeiro" do Hilferding, que eu nem tinha noção de que existia, porque na minha juventude eu só fiz seminário de Marx, com os filósofos, matemáticos. E antes de ir pro Chile, em 1968, eu já tinha feito seminário sobre o capital financeiro. O (José Carlos de Souza) Braga, por exemplo, foi meu aluno no Chile e a análise do 'financeiro' dele é muito influenciada pelas minhas aulas. O velho Rangel estava muito preocupado com o

financiamento do capitalismo, então realmente, a coisa da acumulação de capital financeiro, para ele era importante.

PR: *E isso foi em que ano, profa., que ele introduziu a sra. nisto?*

MCT: Isso foi no BNDES, em 1959, 60, na verdade, porque eu trabalhei com ele no departamento de economia, ele era o único economista daqui que dava bola para o financeiro. Porque o Eugênio Gudín era monetarista puro, quer dizer, ele alimentou o pensamento dos economistas da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito), que depois virou Banco Central, e os outros eram desenvolvimentistas, que estavam no BNDES, e não davam bola nenhuma para o dinheiro, tampouco. Tanto que se nota no Plano Trienal do Furtado, a parte monetária é monetarista mesmo e ele pediu ajuda ao pessoal da SUMOC para fazer essa parte. Isso foi engraçado. E o velho [Rangel] não! O Velho ficava preocupado com a parte dos ativos e passivos financeiros que pesavam na estrutura capitalista, e sempre recomendava que se fizessem transformações patrimoniais. Por isso que ele tinha uma tese de que quando houver excesso de ativos pelo lado do Estado, que se mudasse, se privatizasse uma parte e fizesse pública a outra. Ele descobriu uma teoria da privatização engraçada, que não foi aplicada, naturalmente (risos!) Mas foi lá no BNDES, depois de 59-60.

PR: *Ele já chamava a atenção disso antes mesmo das reformas financeiras do Bulhões...*

MCT: Claro, claro... ele sempre chamou a atenção. Ninguém nunca deu bola para ele porque ele era herético, não era heterodoxo, era um herético mesmo, ele era contra as doutrinas estabelecidas, tanto à direita quanto à esquerda.

PR: *É o famoso pensamento de independente de (Ignácio) Rangel...*

MCT: É exatamente. Era um pensamento independente. Ele não se fez sob influência de um autor específico, entendeu? Então era divertido porque eu tinha influência do Furtado, por um lado, pela teoria do desenvolvimento e pelo Rangel pelo lado da acumulação de capital.

PR: *...e o aspecto financeiro da economia!*

MCT: Claro, porque acumulação de capital sem aspecto financeiro não existe! Não é porque se faz casas, fábricas que existe acumulação de capital.

PR: *É o que está por traz disso...*

MCT: É o que está, aliás, por cima (risos!)

PR: *Então é possível dizer que no âmbito do pensamento econômico latino-americano, os intelectuais que mais lhe influenciaram foram Celso Furtado, Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Inácio Rangel?*

MCT: Sim senhor, são os quatro...

PR: *a Sra. carinhosamente dedica sua clássica coletânea de artigos reunidos na obra “Da substituição de importações ao capitalismo Financeiro” ao “mestre Aníbal Pinto”...*

MCT: ...é porque ele me orientou! Embora quem tenha me auxiliado na pesquisa fosse o [Oswaldo] Sunkel, que ainda está vivo – nós, aliás, vamos na ANPEC (Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia) este ano (07 de outubro de 2010), onde espero encontrá-lo. Ele [Oswaldo Sunkel] abriu a pesquisa, fundou o escritório aqui, eu fiz o curso, passei em primeiro lugar e ele me convidou para trabalhar e pediu para que eu fizesse a pesquisa. O Aníbal Pinto foi quem o sucedeu como diretor do Centro CEPAL-BNDE quando eu estava iniciando a pesquisa. O Aníbal tinha uma formação eclética e heterodoxa. Era keynesiano, marxista, estruturalista. A minha formação em pesquisa, e de um modo geral, deve muito a ele. A do (José) Serra também (risos!). Ele foi um mestre de uma geração inteira.

PR: *Cardoso e Enzo Falleto foram seus contemporâneos na Cepal, ou não?*

MCT: Foram.

PR: *Qual a contribuição das teses da dependência deles para o seu pensamento econômico?*

MCT: Nenhuma! Porque a teses da dependência deles, eles já não fizeram na Cepal. Quer dizer, ele começaram a fazer, mas escreveram o livro depois que já tinham saído da Cepal. Eu fui para a Cepal do Chile em 1968 depois deles terem saído. Na verdade, quem ficou na CEPAL foi um mestre deles, um velho espanhol...

PR: *[Don José Medina] Echevarría?*

MCT: Isto, era o velho Echevarría e também tinha o próprio Furtado e o professor do Fernando Henrique aqui...

PR: *...Florestan Fernandes?*

MCT: Isto, o Florestan. Ambos tinham tratado da dependência. No caso do Furtado era, na verdade, praticamente o mesmo conceito que o do Prebisch de Periferia, mas Furtado analisou

não só as bases do subdesenvolvimento como os aspectos da dependência: a tecnológica, financeira, comercial e cultural. E achava que infelizmente a substituição de importações não iria modificar esta situação estrutural. Por isso que ele fez em seguida a tese de ‘Desenvolvimento e Subdesenvolvimento’, você se desenvolvia e não acabava com a praga do subdesenvolvimento, porque você reproduzia as bases das estruturas sociais de atraso e dependência. A tese dos dois [Cardoso e Falletto] é uma espécie de sobreposição da sociologia weberiana sobre um esquema econômico cepalino. Tá claro? Então, para um esquema econômico cepalino não adianta nada, é só para um esquema sociológico que é weberiano, não é marxista. Havia outras teses que tinham pretensões marxistas, a de Rui Mauro Marini e a do Gunther Frank. Há um debate entre eles. Tem muitas teses da dependência, mas as que me influenciaram, porque foram anteriores, foram as do Furtado e do próprio Prebisch.

PR: *...a categoria de dependência na visão cepalina, que a sra. não rompeu...*

MCT: Isto, a rigor!

PR: *Profa. em 1975, a Sra. apresentou a sua tese de livre-docência, que consistia em primeira instância, numa revisão de algumas categorias de análises cepalinas, analisadas inclusive pela Sra. mesma naquela coletânea.*

MCT: Isto.

PR: *Quais os motivos que levara a Sra. a fazer esta revisão?*

MCT: Justamente pelo fato de que a acumulação de capital não entrava como fenômeno principal, era o crescimento e desenvolvimento que entrava na tese cepalina, o ‘desenvolvimento das forças produtivas’, digamos. Mas não entrava a categoria da ‘acumulação de capital’. Com o que você não podia fazer a ponte para as crises do capitalismo, não explicava as crises do capitalismo. Passei a me interessar pelas crises do capitalismo, aí sem o conceito de acumulação de capital não dava. Quer dizer, você pode ir pelo Keynes, pelo declínio da eficiência marginal do capital, mas isso é insuficiente no meu ponto de vista. Tá claro? A idéia do ciclo endógeno no Brasil, quer dizer além da dependência externa e etc..., o ciclo endógeno é por causa da noção de acumulação de capital. Nos tínhamos uma estrutura tal que o ciclo era curto, que não podia durar muito tempo. Então nós tínhamos crises periódicas. Isso é uma das tentativas da tese.

PR: *Em sua tese, a há um trabalho descritivo e analítico, nos 3 primeiros capítulos, de tratar de teorias do oligopólio...*

MCT: É verdade!

PR: *Com qual objetivo?*

MCT: Porque na verdade eu achava que a concentração do capital aqui era muito anterior ao estágio do desenvolvimento e isto complicava. Não é que a concentração veio como produto do desenvolvimento das forças produtivas. Então o objetivo era basicamente olhar a concentração de capital como um dos fenômenos do nosso tipo de acumulação, nosso padrão de acumulação de capital, entendeu? Até foi o Possas que fez essa pesquisa sobre concentração para mim na FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas).

PR: *Tem um outro trabalho que a sra. também cita, um do Malan...*

MCT: Sim, mas esse trabalho que eu cito é o tipo de desenvolvimento setorial da industrialização. Para a industrialização o trabalho que existia e que mostrava a estrutura da indústria e das importações era o do (Pedro) Malan e do (Regis) Bonelli. Havia poucos trabalhos estruturais aqui. Eles, aliás, foram os meus alunos do curso da Cepal.

PR: *Como a Sra. vê o papel para a gênese da escola de Campinas a tese “O Capitalismo Tardio” do Prof. João Manuel Cardoso de Mello, e também o papel da tese do Belluzzo? De que maneira a Sra. influenciou esses trabalhos?*

MCT: Claro, nós trabalhávamos todos juntos. O João Manuel fez a segunda parte da tese, não a primeira, não capitalismo mercantil-escravista, mas a segunda parte, o capitalismo tardio, fez comigo no México. Ele foi para o México, sentou lá no escritório, ficou lá um mês, andava de chinelo de um lado para o outro, e na parte da periodização, ele tinha feito uma periodização incorreta (Risos!). Foi engraçado. E quando disse isso a ele, ele disse: “Poxa, portuguesa mal educada!”, porque eu disse, claro, aos gritos, para variar (Risos)! Mas depois ele concertou e viu que eu tinha razão, também foi a única influência. Nós trocávamos idéia, ele fazendo uma tese e tendo uma pessoa a disposição para criticar, que era eu...

PR: *Uma crítica construtiva...*

MCT: E o Belluzzo o mesmo, ele fez a tese em São Paulo, nas reuniões eu ia pra casa dele e a gente discutia. Então são teses que a gente discutiu em conjunto, embora os autores intelectuais sejam eles. Tá claro? Eu não estou reivindicando nenhuma pretensão de ser a autora das teses deles. Eu fui crítica, uma crítica construtiva que ajudou eles nessas duas teses

que foram decisivas, é claro, para o pensamento de Campinas! Porque ele [João Manuel] invés de chamar de subdesenvolvido, como o Furtado, chamou de Capitalismo Tardio, em contraposição aos retardatários europeus como Alemanha, o Japão também. E ele introduziu na tese dele, e isto é autoria dele exclusiva, a importância da passagem da escravidão ao trabalho assalariado, coisa que a Cepal não tinha introduzido. A Cepal punha mais influência. no atraso, trabalhava essa parte mercantil-escravista como um atraso e não punha ênfase, para a passagem ao capitalismo, ao trabalho assalariado. Enquanto que ele punha, porque achava que a relação de produção fundamental para o capitalismo era o trabalho assalariado. E isso era porque ele era marxista de origem também, coisa que os cepalinos não eram.

PR: e a Sra. já estava em seu momento 'kaleckiano' em 1975...

MCT: Eu já tinha até passado! Por isso que sou capaz de adotar os esquemas do Kalecki (uma versão pelo lado da demanda efetiva dos esquemas de reprodução de Marx). Eu adoto eles em um dos capítulos teóricos da tese em que eu faço uma crítica às teorias de mais valia vulgares. Se lembra?

PR: Da tese de professora - titular... quando a Sra. inclusive abre a tese tratando do 'movimento do sol'!

MCT: Tem toda a razão, é a tese Ciclo e crise!

PR: Muito difícil, inclusive, profa. (risos)

MCT: Ah, difícil, difícil! Eu concordo (risos!) Mas depois você entende! Eu vou te dar uma dica engraçada. Na verdade, o Kalecki, apesar de ter escrito uns textos e ter dado aulas lá na Cepal em Santiago, ele veio ao Brasil convidado pelo Delfim Netto, porque houve um seminário em 1960, sobre inflação, aqui no Glória, que era o Gudín quem convocou. E ele [Delfim Netto] convocou um seminário paralelo em São Paulo na USP e trouxe o Kalecki. E foi aí que eu conheci pessoalmente.

PR: Que engraçado...

MCT: Ah, sim, o Delfim também era heterodoxo, não era só eu (risos!) O Mário Henrique (Simonsen) não. O Mário sempre foi ortodoxo!

PR: Profa. pelo fato de ter fundado os cursos de pós-graduação de Economia, primeiro na UFRJ e depois na UNICAMP...

MCT: Não, ao contrário. Na verdade num seminário que a Ford Foundation e o [João Paulo dos Reis] Velloso, que estava no Planejamento, durante a ditadura em 67, nós tivemos uma

reunião em Itaipava e discutimos os cursos de pós-graduação. Nós dávamos um curso na Cepal, aqui no Brasil, que era pós-graduação *lato-sensu*, não era de mestrado, doutorado. Eu fui convidada, fui eu, o Mário Henrique Simonsen e o Delfin. Quem fez o primeiro curso de pós-graduação foi o Delfin, na USP (Universidade de São Paulo). O Mário fez depois na EPGA (Escola de Pós-G de Economia), mas mais tarde. Nós fizemos em Campinas. A Unicamp existia desde 1968, mas na verdade só inaugurou a pós-graduação em 1973, quer dizer, eu ajudei, digamos, junto com o pessoal de lá e fomos aprovados na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) quando eu já estava em Campinas. Assim o terceiro curso foi o de Campinas e só depois, em 1978, é que foi o nosso...

PR: ...aqui no Rio...

MCT: ...aqui. E isso porque eu perguntei ao João Manuel se não valia a pena reproduzir aqui, dado que aqui tinha a Fundação Getúlio Vargas que era inimiga, digamos (Risos!) E depois do nosso da UFRJ, foi o da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro com os neo-keynesianos... com Chico Lopes e a turma toda lá.

PR: A Sra. foi assistente do Bulhões na UFRJ...

MCT: Claro! Eu dizia rindo que era monetarista pela manhã e estruturalista à tarde. (Risos)

PR: Exatamente!

MCT: E devo a ele o fato da parte institucional da moeda, Banco Central, Fundo Monetário e etc., ele é que explicou para a gente!

PR: É, eu vejo que quando a Sra. fala o Velho Bulhões, é com muito carinho...

MCT: Claro ué! Como ele deixava eu dar as aulas que eu queria (risos!) Pode uma coisa dessa? Quer dizer, o velho era um conservador de marca maior, monetarista, não tanto quanto o (Eugênio) Gudín, porque ele era wicksselliano, ele não era keynesiano, mas era wicksselliano, o que já era razoável naquela altura, mas me deixava ler, inclusive me deixava ler Marx. Sua crítica à Marx era que os esquemas de reprodução não eram dinâmicos, e é verdade! Eles não são feitos para fazer a dinâmica, são feitos para fazer a estrutura, tá claro? ...a estrutura de distribuição da mais-valia. Então ele me deixava ler tudo. De quem ele não gostava era do Keynes. Isto é que era divertido. E na aula da livre-docência, que ele presidiu a banca, ele respondeu à minha tese por escrito nos jornais, revistas, ele me deu 10. Ele disse: “Puxa, eu não sabia que Keynes podia ser interpretado desta maneira”. É que ele não tinha idéia nenhuma do que o Keynes tava dizendo (risos), essa é que era a verdade! E ele

interpretava Keynes de uma maneira equivocada! Mas foi um professor extremamente liberal. E me deixou ser assistente, já imaginou? Ele dizia “Vai, fala dos oligopólios, concentração, fala o que quiser... mas não esquece de...” e eu não me esquecia de falar nada, é óbvio. Foi muito divertido!

PR: *Inclusive neste período que professor universitário não tinha carreira...*

MCT: Não tinha, é verdade! Mas o Bulhões, como eu era auxiliar de ensino, sem remuneração (porque, justamente, não existia carreira) ele, no tempo do Jango, escreveu para o ministro da casa civil, e pediu, por favor, para me nomear como assistente dele, e nomeou. E depois eu fiz concurso para adjunto e etc. dentro da escola.

PR: *Mas naquele período, dada sua a influência, a UFRJ devia ser bem conservadora...*

MCT: Ah sim, mas depois que o velho se aposentou, quem tomou a cadeira foi eu, e você acha que eu ia dar o que o velho dizia? (risos). Depois eu fundei o Instituto de Economia. As duas coisas, eu tomei a cadeira do velho, quando ele se aposentou, no que já mudei radicalmente, e depois eu fui diretora e fundadora do Instituto...

PR: *Aí mudou completamente...*

MCT: Completamente! Aí eu fiz a pós-graduação e começou a mudar. Deixamos de ser uma escola conservadora evidentemente. Mas éramos mais heterodoxos-ecléticos do que Campinas. Campinas tinha um pensamento mais unificado.

PR: *...até hoje!*

MCT: Até hoje. Quer dizer, até hoje, eu não diria porque naquela altura, o curso era inteiramente homogêneo, no sentido de que tudo se derivava de tudo. E nós aqui não! Porque aqui já tinha professor, nos concursos vinham professores de vários lugares e não dava para fazer uma coisa tão homogênea. E a única coisa que eu forcei para ser melhor foi a história econômica e o desenvolvimento econômico. Isto sim, nós fizemos com muita força porque permitia que você transitasse sem atrito na coisa teórica, não precisava ser nem marxista, nem ser keynesiano, fosse o que fosse. Tá Claro?

PR: *Tá Claro! Profa., a Sra. antes de economista, é matemática.*

MCT: Isto!

PR: *Desde o tempo da sua graduação em economia, a matemática avançou muito dentro das grades dos cursos de economia de maneira em geral, tirando espaço da teoria, história e até mesmo do debate econômico...*

MCT: Pois é, mas eu era contra isso! Por isso que eu te disse que mudei tudo lá. Eu era de formação matemática, e tinha matemáticos bons, conhecidos na escola aqui, mas eu mudei a orientação, quer dizer, não deixei virar ‘Econometria I’, ‘Econometria II’, nada disso! Tá claro? Porque eu sabia que, aliás, eu e o Mario Henrique Simonsen sabíamos, éramos ambos de formação matemática, e ríamos muito dos modelos matemáticos da economia, que eram quase todos lineares, o que é um absurdo, porque a economia não pode ser analisada de uma maneira linear. Os modelos eram muitos simplistas, então não adiantou, e quando começaram complicar não adiantava nada, porque a base não era sólida, quer dizer, se constrói um castelo com bases, fundações ruins. Então a aplicação da matemática na economia sempre foi um desastre. E esses modelos não dão em nada! Os dois prêmios Nobel da economia matemática sobre expectativas, fizeram um Fundo Econômico nos EUA que faliu, foi o primeiro fundo a falir nos EUA, e foram deles. Quer dizer, eles tinham capacidade de previsão muito ruim. Não tinham nem capacidade de explicação histórica, de como o passado influi no presente, e nem de previsão, então não servia para nada, do meu ponto de vista. Se você não podia explicar o passado nem prevê o futuro, os modelos são muito ruins. No Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha nem mais nem menos que 400 modelos matemáticos, e quando a gente discutia aqui com o vice-diretor do Fundo, ele dizia que o problema da política monetária era talento e experiência. Se você tivesse talento ou experiência, você poderia fazer uma boa política monetária, modelo não ia resolver nada! Então, obviamente que confirmou a minha opinião de matemática sobre o assunto (risos)!

PR: *Engraçado que mesmo matemática, a Sra. refuta essa importância tamanha que dão à matemática...*

MCT: Claro, claro. Matemática nas ciências sociais é um horror. Desde o velho Hegel que se sabe isso, não precisa chegar ao Marx não, para saber que a matemática não agüenta isso. Matemática é para as ciências da natureza, não serve para ciências sociais. Estatística sim. Estatística e história sim. Mas tem que fazer a estatística com carinho, se não vai fazer uma estatística imbecil e a série histórica fica toda cheia de problemas. Entendeu?

PR: *E a econometria, profa.?*

MCT: Pois é, econometria é que é o pior de tudo (risos)! Porque ela supõe modelos de estabilidade nos parâmetros e que os parâmetros são independentes, e eles não são independentes, e quando você faz a série, tem covariância, não adianta. E o teste de hipótese não resiste na verdade à realidade. Econometria é muito ruim, ruim mesmo! Você tem que aprender, mas o que vai fazer? O que é bom são os métodos quantitativos, a teoria da informação, tem várias coisas quantitativas que são importantes pra...

PR: *...formação do economista!*

MCT: Mas justamente a econometria que é ruinzinha (risos) É a minha opinião, e você vai ter que estudar de qualquer maneira! Mas nós até hoje não exageramos na dose da matemática em Campinas não! Nem aqui. Aqui, o que a gente exagerou foram nos macroeconomistas, porque como tem neo-keynesianos, pós-keynesianos, keynesianos puros e os neoclássicos disfarçados, os alunos ficam doidos! Imagina, quatro professores de macroeconomia, é de lascar o crânio!

PR: *Nos artigos reunidos em sua coletânea, seu pensamento esteve concentrado em questões como industrialização, desenvolvimento econômico e, embrionariamente, os aspectos financeiros da economia...*

MCT: Não tão embrionariamente porque depois da ‘substituição de importações’, que foi uma pesquisa pesada em industrialização que fiz em Santiago, fiz uma pesquisa sobre intermediação financeira, aquele meu artigo não é apenas um artigo teórico da minha cabeça, aquilo decorreu de estudos sobre o Peru, porque o Peru tinha e tem uma intermediação financeira avançada para o estágio de desenvolvimento dele.

PR: *Tem razão profa. porque ali a Sra. já faz uma reflexão muito interessante sobre a questão da acumulação e formação de poupança, é a importância do artigo, não é?*

MCT: Isto. E depois tem o capítulo final que é sobre a acumulação financeira.

PR: *Exato. Mas foi a partir da tese...*

MCT: de titular...

PR: *que a Sra. passou a se concentrar definitivamente nos aspectos financeiros da economia brasileira e global, porém sem nunca ter abandonado a questão do desenvolvimento econômico.*

MCT: Isto, exatamente! Por que é que foi? Porque a partir daí, a partir de 78, é uma crise após a outra, então você não podia explicar a crise só com desenvolvimento econômico, tá claro? Mas eu nunca abandonei o desenvolvimento econômico...

PR: *Só incorporou categorias de análise de acumulação financeira...*

MCT: Isto, pra explicar basicamente as crises!

PR: *Profa. a gênese desta migração de análise econômica, dos aspectos reais para os financeiros, está nas influências teóricas sofridas por Hilferding e Hobson? Ou em que medida esses autores lhe influenciaram desde meados da década de 70?*

MCT: Ah, desde meados da década de 60 eles me influenciaram! Estou dizendo que eu já dei o curso lá na escola em Santiago, do qual o Braga foi meu aluno, o Fiori foi meu aluno, punha ênfase nisso, dava um curso especial sobre a coisa financeira, quer dizer, assim que eu entendi do que se tratava, e li estes dois autores a sério, que eu comecei pensar sobre o assunto para pesquisar. Pesquisar propriamente sobre o Brasil, só comecei depois que eu voltei para cá, na minha tese de titular.

PR: *Houve, profa., alguma influência de Fernando Fajnzilber?*

MCT: Ah sim, mais isso na parte da tecnologia...

PR: *Porque ele articula alguns trabalhos na Cepal sobre sistema financeiro na América latina, como um todo, não é profa.?*

MCT: Não articula bem no meu ponto de vista! Ele articula bem, razoavelmente, sobre o aspecto tecnológico, e, portanto, da parte produtiva com o desenvolvimento industrial e das exportações. Ele veio para cá, pro Brasil, quando eu fui para Santiago em 1968, e em troca eles mandaram (para o Centro CEPAL-IPEA) o Fernando, para ajudar o Velloso na coisa das exportações. O primeiro trabalho dele aqui foi sobre as exportações de manufaturas para a América latina, onde ele mostra que as filiais internacionais que estão aqui exportam basicamente para a América do Sul, coisa que até hoje é um fato, não é? Depois ele fez um último trabalho dele antes de morrer (porque ele morreu muito jovem de infarto), sobre desenvolvimento e equidade. Essa parte é que está ruim, porque a introdução do trabalho é ortodoxa, mas não é culpa dele, é culpa de como estava o estado das coisas em Santiago. O Chile estava em plena ditadura e tinha um economista ortodoxo, pesado, na Cepal, que fez a primeira parte. Ele não pôs 'igualdade', pôs 'equidade'. Equidade quer dizer que você trata igualmente todos os agentes econômicos e sociais, o que é um erro, porque você tem os

poderosos e os débeis. Os frágeis, você tem que tratar desigualmente, você tem que tratar os frágeis melhor do que você trata os fortes, isso que é caminhar na direção da igualdade. E ele colocou ‘equidade’, que é um termo ruim. Entendeu? Ele resistiu ao liberalismo, mas não adiantava mais resistir, ele estava escrevendo em 80, no Chile.

PR: *E este tema de equidade em meio às transformações produtivas é tema de pesquisa da Cepal dos anos 90...*

MCT: É dele, é dele! Ele caminhou nesta direção, e como a distribuição de renda era importante, ele pôs ‘equidade’, só que ‘equidade’ não dá conta do problema de distribuição de renda. Agora em 2010, o último trabalho da Cepal é sobre Igualdade. Eu até vou na ANPEC junto com eles defender isso. É caminhando em direção à igualdade que se muda a distribuição de renda, não pela equidade! O trabalho dele foi muito divulgado, e como ele era heterodoxo o pessoal absorveu. Às vezes faz mais estrago um economista que é da nossa banda ir na direção errada, porque quando é da banda deles a gente já sabe. Agora, o Fajnzylber era nosso, tinha prestígio, escreve aquele trabalho e tem uma enorme divulgação... foi um estrago! Eu disse isso a ele, depois ele morreu e não deu tempo de concertar, coitado! Mas ele era um bom pesquisador da coisa industrial e tecnológica. Ele era engenheiro de formação, não era economista político.

PR: *Segundo a Sra. o capital financeiro no Brasil não desenvolveu seu grande papel de articulador de interesses bancários e industriais, comparados aos casos históricos alemão e norte-americano. No nosso caso, diz a sra., que houve uma especificidade. A Sra. poderia comentar sobre essa especificidade?*

MCT: Posso! Isso foi culpa do Roberto Campos. Ele e o Bulhões fizeram, além da lei do mercado de capitais e financeira, um sistema monetário segmentado e supunham eles que os bancos de investimento iam financiar os investimentos das empresas, o que é mentira, nunca financiaram nada. Os bancos de investimento eram na verdade bancos especulativos, bancos para transformar ativos, mas não eram bancos para financiar. E achavam que com aquela estrutura financeira, eles iriam desenvolver um mercado de capitais que desse conta de tanto. Só que não desenvolveu coisa nenhuma! Nós até hoje não temos um mercado de capitais bem desenvolvido, temos uma bolsa, mas não conseguimos lançar debêntures, aquilo que os americanos fazem há muito tempo, primeiro porque as grandes empresas eram auto-financiadas, e depois, quando eles queriam, os bancos lançavam, por conta deles, debêntures. Os nossos bancos nacionais não conseguem lançar debênture das grandes empresas porque é

mais barato para elas trazer dinheiro de fora, porque a nossa taxa de juros é historicamente muito alta.

PR: *Essas debêntures que a Sra. fala...*

MCT: A Petrobrás, por exemplo, agora, fez um aumento de capital gigantesco, parte pública e parte com fundos basicamente trazidos do exterior. Ela não pode lançar debêntures na praça, na bolsa, porque sai muito caro com essa taxa de juros. E uma debênture é uma dívida a longo prazo, tá claro? É um endividamento a longo. Com uma taxa de juros alta, não fazem endividamento a longo, só faz endividamento a curto. A longo você traz dinheiro de fora ou pede empréstimo ao BNDES.

.PR: *Essas debêntures, então, seriam aquelas letras de cambio bancárias que Hilferding falava?*

MCT: Não, são mais que letras de cambio, que eram títulos de curto. São títulos de longo prazo atreladas a operações de *underwriting*, operações de subscrição de capitais, tá claro? Agora que a Petrobrás está fazendo subscrição de capital, ela tá fazendo via bolsa, via Estado e via capital estrangeiro. Ela não está fazendo *underwriting* pelo sistema financeiro porque o sistema financeiro não faz *underwriting*, tá claro?

PR: *então quer dizer que a especificidade...*

MCT: ...é que nós não desenvolvemos um mercado de capitais...

PR: *...que desse suporte à acumulação real de capital?*

MCT: Isso, nem à financeira.

PR: *Mas nós temos capital especulativo!*

MCT: isso é de curto prazo. Acumulação financeira é de longo prazo, que eles não fazem, eles não financiam a longo. Isso é um dos problemas que se tem que enfrentar, porque se não vamos ter que depender do BNDES o tempo todo! Quer dizer, o único banco que empresa a longo é o BNDES e mais ninguém.

PR: *Essa especificidade, profa., deve portanto ser entendida num contexto de financierização global, que no Brasil está embrionário e no mundo a todo vapor, correto?*

MCT: Isso! Mas entendamos. Primeiro foram os capitalismo retardatários (alemão, japonês e norte-americano) que fizeram. Nós não podíamos fazer porque nem tínhamos industrialização, éramos agrário-exportadores. Depois quando começou o desenvolvimento da

industrialização, que é tardio, não se formou o mercado de capitais. Mais tarde veio o neoliberalismo, a única coisa que a gente fez foi abrir o mercado de ações e de câmbio para fora, tá claro? Como, na verdade, as taxas de juros deles [exterior] são mais baixas, todos aqui começaram a tomar dinheiro fora e a usar investimento direto estrangeiro e não a fazer um mercado interno de capitais. Então isso é uma das razões pelas quais a estrangeirização, a internacionalização do capital ocorreu sempre, desde 1920 e mais forte desde o JK, com o tripé (uma parte estrangeira, uma parte estatal e uma parte nacional). Entendeu agora?

PR: *Perfeitamente, professora!*

MCT: Como é que você vai fazer um mercado de capitais se é tão mais barato trazer capital estrangeiro? E no contexto da financeirização o que nós fazemos é trazer capital financeiro deles, mas para especular a curto e capital de investimento direto para investir. Quer dizer, completamente ao contrário da acumulação interna clássica.

PR: *Pobre Brasil...*

MCT: Mas não é só o Brasil, são todos os países subdesenvolvidos. Até a China, não fosse o fato de os bancos serem públicos, e, portanto, podem emprestar como quiser e o risco não é nenhum porque banco estatal não quebra (todo mundo fala: “bancos chineses estão falidos”, que falidos? Banco público não quebra!) também usou investimento direto estrangeiro, não para especulação porque eles não deixaram entrar, porque ele tem controle de capitais, tá claro? Mas investimento direto eles tem mais de 700 Bilhões de dólares. Toda a área de exportação, aquelas sete áreas especiais para exportação, estão cheias de multinacionais. Tudo, tudo o que a gente importa da China, em geral, são do capital internacional (que é um problema que eu não sei como eles vão resolver), mas por quê? Porque justamente eles também não têm mercado de capitais! Mercado de capitais é para capitalismo desenvolvido, ou capitalismo já avançado, e eles não são capitalismo avançado, são capitalismo de Estado, que é outra coisa. Mas assim mesmo, apesar de ser capitalismo de Estado, não dispensaram o capital externo, ao contrário do Japão que já tendo a conglomeração das grandes empresas avançadas, não precisou de investimento direto estrangeiro. Quer dizer, não se encontra no Japão um avanço do capital estrangeiro, como se encontra na China ou no Brasil.

PR: *Mas houve, profa, mesmo dentro desta especificidade, a formação de conglomerados na estrutura industrial nacional e que, segundo a sra. mesma, também foi peculiar por conta do caráter rentista-patrimonialista das empresas.*

MCT: Isto!

PR: *A sra. pode me explicar esse caráter das empresas?*

MCT: Por exemplo, tomemos o caso clássico: o Ermírio de Moraes. O Ermírio de Moraes começou com o cimento, basicamente, depois foi para alumínio, depois foi para várias coisas outras, e no final, criou um banco dele, para financiar a ele mesmo (risos). Este é um caso de conglomeração que só é possível nas empresas muito grandes. Quer dizer, não serve para alavancar a passagem da média à grande empresa nacional.

PR: *É de auto-sustentação, é isso profa.?*

MCT: Isto, auto-sustentação, e também de diversificação. Em geral aqueles grandes burgueses que se formaram a partir da burguesia de 30, os que entraram naquela altura (e eram quase todos estrangeiros, o próprio Antônio Ermírio era português) todos eles diversificavam a estrutura, que era para diminuir o risco, entendeu? Não era para conglomerar a fim de alavancar a acumulação de capital, era para diminuir o risco. E depois, quando fica escasso o capital, com crises internacionais uma atrás da outra, alguns poucos fizeram os seus bancos. Quem tentou ir do banco para a diversificação foi o Itaú, mas com a crise de 80, eles desistiram e ficaram no *core business*, quer dizer, no coração do negócio deles que o é bancário. Tanto é que a Itaútec foi a primeira empresa brasileira a desenvolver tecnologia de informação para os bancos, por isso que nós temos bancos com tecnologia moderna. Os nossos bancos são muito modernos neste sentido, e foram eles que fizeram. Mas depois desistiram, não ficaram e passaram a utilizar a tecnologia disponível no mercado. Na informática a tentativa estatal foi o caso da Cobra, que faliu, não foi a lugar nenhum. Um dos fracassos do Geisel foi a coisa da informática, que ele não conseguiu desenvolver. A Cobra faliu e o Itaú desistiu na crise de 80.

PR: *E as joint-ventures, seriam uma forma de conglomeração?*

MCT: Não, nem mesmo ajudaram na melhoria do desenvolvimento endógeno da tecnologia. Que eu saiba só a da aviação, que era estatal e depois virou joint-venture, a...

PR: *...Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica)?*

MCT: É... a Embrarer, que fazia aviões pequenos. Para fazer aviões grandes, ela fez joint-venture com os franceses, porque ela não tinha capital suficiente, nem mercado de capitais para alavancar. Acredito que ela incorporou tecnologia francesa e adaptou, por isso que ela tem aviões, até hoje, com tecnologia avançada e são de porte médio, o que as companhias de aviação, em geral, não tem e fracassaram com a crise de 90.

PR: *Profa., como a sra. vê a relação entre a dinâmica contemporânea, sob o comando das finanças, no contexto de liberação e mundialização do capital e a situação atual da economia brasileira?*

MCT: Ah, vejo mal. O problema é que a gente teve sorte. A gente pegou a política econômica conservadora do Fernando Henrique e adaptou. O pessoal fala que é a mesma, mas não é a mesma! Ela foi adaptada, continuou conservadora sim, mas foi adaptada. E com isso a gente conseguiu se segurar, não apenas nós. Nós e boa parte dos países da América latina, boa parte dos chamados emergentes, fizeram esse tipo de política e conseguiram acumular reservas e quando a crise veio, nós tínhamos essa garantia de proteção para o estrangulamento externo. Então foi a primeira crise mundial que não teve crise de balanço de pagamentos. Na primeira crise desde o século 19, sempre que tinha uma crise internacional a gente estourava.

PR: *...economia reflexa!*

MCT: Sempre... economia reflexa, e desta vez não! Então nós não fomos reflexos. Desta vez nós conseguimos segurar. E para substituir o financiamento externo usamos os bancos públicos, o BNDES, a Caixa econômica e o Banco do Brasil. Isso os outros não puderam fazer, porque não tem bancos públicos. Por isso é que nós não entramos em recessão aberta, tivemos um PIB de 0% em 2009. Agora a indústria foi muito atingida, como em toda parte. Aí não teve jeito, até as chinesas foram atingidas. Porque como a crise bateu muito pesado sobre a demanda efetiva e sobre o consumo, obviamente não dava para exportar produtos manufaturados na extensão em que se estava exportando. Ah, mas ainda tem um problema, como nós estamos sobrevalorizados por conta desta taxa de juros desvairada que a gente tem, na crise, apesar de ter baixado a taxa de juros em relação ao passado, está muito alta em relação aos outros! Continua alta porque na crise todos fazem política monetária frouxa então a taxa de juros é zero nos Estados Unidos, no Japão, em toda parte nos desenvolvidos, e nós continuamos com uma taxa de juros real pesada. Então isto, evidentemente, faz uma entrada de capital especulativo muito forte que valoriza o câmbio e com isso nós estamos muito valorizados, o balanço de pagamentos final está dando *déficit*, coisa que não dava nos primeiros anos do Lula. Como estamos tendo *déficits* crescentes, nós poderemos ter um bode mais adiante se não corrigirmos essa valorização. Aquilo que a gente tem feito ainda é insuficiente, não basta fazer IOF sob a entrada de capitais. Tem que ter controle de capitais e ponto, estamos entendidos? Não deixar que os caras venham a não ser por um período maior, como fez o Chile. E durante um certo tempo, se lá não permanecessem por mais de um ano

não entravam, enquanto aqui... Mas não só aqui, infelizmente, isso é a herança pesada do neoliberalismo que tem que cortar, e eu estou convencida que vai cortar, acho que tanto que ganhe a Dilma, que é a minha candidata, como o Serra, eles vão cortar porque eles sabem que isso prejudica muito. Há acordo entre os economistas de modo geral (fora os neo-clássicos), mas qualquer keynesiano, mesmo que seja bastardo, está de acordo que esse câmbio assim não dá! Ainda mais porque a China controla o seu câmbio, está todo mundo valorizado e a China desvalorizada. O próprio Japão está intervindo no mercado, tá claro? Vamos ter que intervir pesado, eu acho. Se não vamos ter um problema adiante, e adiante eu digo é adiante mesmo, dois anos no máximo. Tem uns malucos neoclássicos que acham que dá para financiar um déficit de balanço de transações correntes de 5, 7% do PIB, e isso é um absurdo. Isso foi o que fez o Fernando Henrique e tomou uma crise cambial gigantesca, quando veio a crise de 99, tá claro? Então isso vai ter que ser concertado, o resto está andando.

PR: *O papel do BNDES que vem sendo criticado severamente por economistas liberais. Sabendo da especificidade de nossa estrutura financeira, à luz de seu pensamento, se pode dizer que o BNDES está cumprindo o papel de capital financeiro nacional?*

MCT: Isto está na minha tese, num parágrafo há uma discussão entre eu, o Belluzzo e o Coutinho. Eles achavam que sim, eu achei que não, porque ele cumpriu o papel de financiador do capitalista, mas ele não articulou as várias formas de capital. Ele só articulou a industrialização durante um tempo breve, que foi no plano de metas. Mas aí não foi como capital financeiro, foi com os grupos executivos que articulava os setores, como agente executivo, e depois nunca mais ele conseguiu articular. Ele conseguiu financiar, quando muito, como agora nesta etapa do Coutinho, que pode escolher os vencedores, ‘*pick the winners*’ e levou uma porção de grandes empresários a pedir dinheiro. O BNDES escolhe os que acham que são vencedores e financia-os pesado, até para que eles se internacionalizem, isto é, que não apenas façam investimento aqui, mas também para que vão ao exterior concorrer com as outras. Então ele não cumpre o papel de capital financeiro, porque ele articula por fora, pelo crédito não está no cerne da acumulação de capital, enquanto que o capital financeiro está no cerne da acumulação. É verdade que eles poderiam ser o cerne se eles detivessem e usassem as ações das empresas para capitalizá-los e investir, mas não é o que o banco faz. Nas privatizações, pegaram as ações que estavam em depósito na BNDESPAR (BNDES Participações) como garantia de empréstimos antigos e venderam. Quando eles fizeram a BNDESPAR a intenção poderia ser, para alguns técnicos do Banco no

governo Geisel, fazer um articulador financeiro do capital, mas isso não aconteceu. No tempo do governo Fernando Henrique, o Banco já estava maduro para ser articulador, mas em vez disso ele desmontou esse possível papel de articulador e hoje a BANDESPAR vendeu a maioria das ações e é apenas mais um agente financeiro do próprio banco.

PR: *É isso Professora, muito obrigado pela entrevista!*

MCT: De nada!